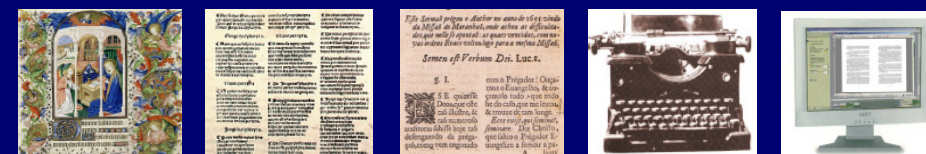


Dezembro de 2010

Revista de Letras

9

# Revista de Letras



9

Série II  
Dezembro  
de 2010



Departamento de Letras, Artes e Comunicação  
Universidade de Trás-os-Montes e Alto Douro  
Apartado 1013  
5001-801 Vila Real — Portugal

CENTRO DE ESTUDOS EM LETRAS  
DEPARTAMENTO DE LETRAS, ARTES E COMUNICAÇÃO  
UNIVERSIDADE DE TRÁS-OS-MONTES E ALTO DOURO

## ÍNDICE

Nota Introdutória <i>Carlos Assunção e José Esteves Rei</i> .....	7-9
--	-----

### LINGUÍSTICA

<i>Yerbas i árboles de la Tierra de Miranda: nomes, mezinhas e outros usos</i> <i>António Bárbo Alves, Margarida Telo Ramos e Ana Maria Carvalho</i> .....	13-35
Pedro José da Fonseca: contributos para a categorização do nome em <i>Rudimentos da Grammatica Portugueza</i> <i>Sónia Coelho</i> .....	37-48
Aspetos do culto ibérico ou celta da serpente em zonas do Alto Douro – Estudo etnolinguístico e simbólico <i>Rui Dias Guimarães</i> .....	49-61
O ideário linguístico em <i>O Novo Methodo de educar os meninos e meninas</i> (1815) do vila-realense Frei José da Virgem Maria <i>Rolf Kemmler</i> .....	63-92
Contributos para a análise da elipse lacunar ( <i>gapping</i> ) em <i>O Arquipélago da Insónia</i> e em <i>Sôbolos Rios Que Vão</i> , de António Lobo Antunes <i>Marina Rocha</i> .....	93-103
Dos dois lados do Atlântico: cartas de conterrâneos mirandeses <i>Maria Olinda Rodrigues Santana</i> .....	105-120
Os modos verbais nas gramáticas latino-portuguesas de Manuel Álvares (1572) e Bento Pereira (1672) <i>Barbara Schäfer-Prieß</i> .....	121-153

### LITERATURA

Clouds, streams and paths: from seeing nature as kin to seeing nature as self – an American journey <i>Isabel Maria Fernandes Alves</i> .....	157-166
Caleidoscópio de histórias de encantamentos e encantados em narrativas de crianças da Amazônia: um memorial para a literatura para a infância <i>Laura Alves e Armindo Mesquita</i> .....	167-175
La comparaison de <i>L'Âne</i> de Lucien et <i>L'Âne d'or</i> d'Apulée <i>Maria Natália Sousa Pinheiro Amarante</i> .....	177-185

La dimora, il caffè, il villaggio: luoghi chiusi e istanza centrifuga nella narrativa di Álvaro Guerra <i>Cesarina Donati</i> .....	187-203
Quando a História oficial se encontra com a Literatura: <i>O Segredo de D. Afonso Henriques</i> de Jorge Laiginhas <i>Henriqueta Maria Gonçalves</i> .....	205-219
Marão: Rota do Sagrado em Teixeira de Pascoaes <i>Maria Luísa de Castro Soares</i> .....	221-233

## CULTURA

Gestão da paisagem classificada do Alto Douro Vinhateiro: 2001-2010 <i>Natália Favrelle</i> .....	237-250
José Inês Louro e Mário Cláudio: devotos promotores da Língua e Cultura Portuguesas <i>Carla Sofia Gomes Xavier Luís e Alexandre António da Costa Luís</i> .....	251-263
Vertentes do Douro, Uma Voz do Douro, Um Olhar para o Douro <i>Américo Teixeira Moreira</i> .....	265-269
Douro, poema geométrico: vertente de sentido matemático <i>Maria Manuel da Silva Nascimento, Paula Catarino e Cecília Costa</i> .....	271-283
Caminhos-de-ferro em Trás-os-Montes no século XIX: das expectativas ao esquecimento <i>Hugo Silveira Pereira</i> .....	285-304
A Cultura Duriense na Poesia de António Cabral <i>Alina Maria Azevedo Sousa Vaz</i> .....	305-312
A História n' "A Inaudita Guerra" de Mário de Carvalho <i>Maria Cecília de Sousa Vieira</i> .....	313-329

## COMUNICAÇÃO

As Gazetas: o nascimento do jornalismo moderno e a expansão deste modelo informativo pela Europa <i>Susana Fontes</i> .....	333-345
O género e a cortesia: diferenças entre homens e mulheres em português europeu <i>Marlene Loureiro</i> .....	347-358

Cartas do meu rio, Douro, nas comemorações do centenário da República: malhas que, por cá, a Pátria tece...	
<i>José Esteves Rei</i> .....	359-379
A recepção do Douro no Jornal <i>O Panorama</i>	
<i>João Bartolomeu Rodrigues</i> .....	381-394

### **DIDÁTICA DAS LÍNGUAS**

Literacia e mediação leitora	
<i>Maria da Graça Sardinha e António Pais</i> .....	397-403
Escola e Leitura: transversalidade e interação	
<i>Maria da Graça Sardinha e João Machado</i> .....	405-412

### **VARIA**

Recensão: <i>Paraíso Revisitado – Roteiro Poético Alfacinha e Duriense</i> de José Eduardo Rodrigues	
<i>Henriqueta Maria Gonçalves</i> .....	415-421
Recensão: <i>Ruivo-Tomate</i> de Rita Pinho Matos	
<i>Henriqueta Maria Gonçalves</i> .....	423-432



**UNIVERSIDADE DE TRÁS-OS-MONTES E ALTO DOURO**  
**DEPARTAMENTO DE LETRAS**  
**CENTRO DE ESTUDOS EM LETRAS**

# *Revista de Letras*

Série II  
N.º 9

**Dezembro de 2010**  
**Vila Real**

## REVISTA DE LETRAS

### DIREÇÃO

Carlos Assunção e José Esteves Rei

### CONSELHO DE REDAÇÃO

Carlos Assunção, José Esteves Rei, Maria da Assunção Monteiro, Henriqueta Gonçalves, José Manuel Cardoso Belo, Olinda Santana, Rui Guimarães, Armindo Mesquita, Fernando Moreira, Laura Bulger, Luísa Soares, Isabel Alves, José Barbosa Machado, Gonçalo Fernandes, Anabela Branco de Oliveira, Helena Santos, Maria da Felicidade Morais, Orquídea Ribeiro, Teresa Moura, Álvaro Cairrão, Galvão Meirinhos, Rolf Kemmler, John Rex Gadzepko, Milton Azevedo, Maria do Céu Fonseca.

### CONSELHO CIENTÍFICO

Amadeu Torres, *Universidade Católica Portuguesa e Universidade do Minho*  
António Fidalgo, *Universidade da Beira Interior*  
Aurora Marco, *Universidad de Santiago de Compostela*  
Bernardo Díaz Nosty, *Universidad de Málaga*  
Carlos Assunção, *Universidade de Trás-os Montes e Alto Douro*  
Daniel-Henri Pageaux, *Sorbonne Nouvelle Paris III*  
Fátima Sequeira, *Universidade do Minho*  
Fernando Moreira, *Universidade de Trás-os Montes e Alto Douro*  
Gonçalo Fernandes, *Universidade de Trás-os Montes e Alto Douro*  
Henriqueta Gonçalves, *Universidade de Trás-os Montes e Alto Douro*  
Jorge Morais Barbosa, *Universidade de Coimbra*  
José Cardoso Belo, *Universidade de Trás-os Montes e Alto Douro*  
José Esteves Rei, *Universidade de Trás-os Montes e Alto Douro*  
Maria da Assunção Monteiro, *Universidade de Trás-os Montes e Alto Douro*  
María do Carmo Henríquez Salido, *Universidade de Vigo*  
Maria do Céu Fonseca, *Universidade de Évora*  
Mário Vilela, *Universidade do Porto*  
Milton Azevedo, *University of California, Berkeley*  
Nair Soares, *Universidade de Coimbra*  
Norberto Cunha, *Universidade do Minho*

### CAPA

José Barbosa Machado

### COMPOSIÇÃO E REVISÃO

Maria da Felicidade Morais

### EDITOR

Sector Editorial dos SDE

### IMPRESSÃO

Publito - Artes Gráficas

### REVISTA DE LETRAS

Revista de Letras / ed. Universidade de Trás-os-Montes e Alto Douro, Departamento de Letras; Centro de Estudos em Letras; dir. Carlos Assunção e José Esteves Rei; org. Isabel Fernandes Alves, José Eduardo Reis, Elisa Gomes da Torre, Marta Rente Correia; Comp. Anabela Branco de Oliveira e Maria da Felicidade Morais – Série II, n.º 9 (Dezembro de 2010) - - Vila Real: UTAD, 2010 - - Continuação de: Anais da UTAD.- Contém referências bibliográficas. – Anual.

ISSN: 0874-7962 Depósito Legal: 199202/03

I. Assunção, Carlos, dir. / II. Rei, José Esteves, dir. / III. Alves, Isabel Fernandes, org. / IV. Morais, Maria da Felicidade, org. / V. Universidade de Trás-os-Montes e Alto Douro. Departamento de Letras. Centro de Estudos em Letras, ed. Lit. / 1. Linguística - - [Periódicos] / 2. Literatura Portuguesa - - estudos críticos - - [Periódicos] / 3. Didática - - [Periódicos] / 4. Cultura Portuguesa - - [Periódicos] / Comunicação (Literária) - - Didática.

CDU: 81 (05) / 821.134.3.09 (05) / 37.02 (05) / 008 (469)(05) / 808.56 (05) / 37.02 (05)

## ÍNDICE

Nota Introdutória <i>Carlos Assunção e José Esteves Rei</i> .....	7-9
--	-----

### LINGUÍSTICA

<i>Yerbas i árboles de la Tierra de Miranda: nomes, mezinhas e outros usos</i> <i>António Bárbolo Alves, Margarida Telo Ramos e Ana Maria Carvalho</i> .....	13-35
Pedro José da Fonseca: contributos para a categorização do nome em <i>Rudimentos da Grammatica Portugueza</i> <i>Sónia Coelho</i> .....	37-48
Aspetos do culto ibérico ou celta da serpente em zonas do Alto Douro – Estudo etnolinguístico e simbólico <i>Rui Dias Guimarães</i> .....	49-61
O ideário linguístico em <i>O Novo Methodo de educar os meninos e meninas</i> (1815) do vila-realense Frei José da Virgem Maria <i>Rolf Kemmler</i> .....	63-92
Contributos para a análise da elipse lacunar ( <i>gapping</i> ) em <i>O Arquipélago da Insónia</i> e em <i>Sóbolos Rios Que Vão</i> , de António Lobo Antunes <i>Marina Rocha</i> .....	93-103
Dos dois lados do Atlântico: cartas de conterrâneos mirandeses <i>Maria Olinda Rodrigues Santana</i> .....	105-120
Os modos verbais nas gramáticas latino-portuguesas de Manuel Álvares (1572) e Bento Pereira (1672) <i>Barbara Schäfer-Prieß</i> .....	121-153

### LITERATURA

Clouds, streams and paths: from seeing nature as kin to seeing nature as self – an American journey <i>Isabel Maria Fernandes Alves</i> .....	157-166
Caleidoscópio de histórias de encantamentos e encantados em narrativas de crianças da Amazônia: um memorial para a literatura para a infância <i>Laura Alves e Armindo Mesquita</i> .....	167-175
La comparaison de <i>L'Âne</i> de Lucien et <i>L'Âne d'or</i> d'Apulée <i>Maria Natália Sousa Pinheiro Amarante</i> .....	177-185

La dimora, il caffè, il villaggio: luoghi chiusi e istanza centrifuga nella narrativa di Álvaro Guerra <i>Cesarina Donati</i> .....	187-203
Quando a História oficial se encontra com a Literatura: <i>O Segredo de D. Afonso Henriques</i> de Jorge Laiginhas <i>Henriqueta Maria Gonçalves</i> .....	205-219
Marão: Rota do Sagrado em Teixeira de Pascoaes <i>Maria Luísa de Castro Soares</i> .....	221-233

## CULTURA

Gestão da paisagem classificada do Alto Douro Vinhateiro: 2001-2010 <i>Natália Favrelle</i> .....	237-250
José Inês Louro e Mário Cláudio: devotos promotores da Língua e Cultura Portuguesas <i>Carla Sofia Gomes Xavier Luís e Alexandre António da Costa Luís</i> .....	251-263
Vertentes do Douro, Uma Voz do Douro, Um Olhar para o Douro <i>Américo Teixeira Moreira</i> .....	265-269
Douro, poema geométrico: vertente de sentido matemático <i>Maria Manuel da Silva Nascimento, Paula Catarino e Cecília Costa</i> .....	271-283
Caminhos-de-ferro em Trás-os-Montes no século XIX: das expectativas ao esquecimento <i>Hugo Silveira Pereira</i> .....	285-304
A Cultura Duriense na Poesia de António Cabral <i>Alina Maria Azevedo Sousa Vaz</i> .....	305-312
A História n' "A Inaudita Guerra" de Mário de Carvalho <i>Maria Cecília de Sousa Vieira</i> .....	313-329

## COMUNICAÇÃO

As Gazetas: o nascimento do jornalismo moderno e a expansão deste modelo informativo pela Europa <i>Susana Fontes</i> .....	333-345
O género e a cortesia: diferenças entre homens e mulheres em português europeu <i>Marlene Loureiro</i> .....	347-358

Cartas do meu rio, Douro, nas comemorações do centenário da República: malhas que, por cá, a Pátria tece...	
<i>José Esteves Rei</i> .....	359-379
A recepção do Douro no Jornal <i>O Panorama</i>	
<i>João Bartolomeu Rodrigues</i> .....	381-394

### **DIDÁTICA DAS LÍNGUAS**

Literacia e mediação leitora	
<i>Maria da Graça Sardinha e António Pais</i> .....	397-403
Escola e Leitura: transversalidade e interação	
<i>Maria da Graça Sardinha e João Machado</i> .....	405-412

### **VARIA**

Recensão: <i>Paraíso Revisitado – Roteiro Poético Alfacinha e Duriense</i> de José Eduardo Rodrigues	
<i>Henriqueta Maria Gonçalves</i> .....	415-421
Recensão: <i>Ruivo-Tomate</i> de Rita Pinho Matos	
<i>Henriqueta Maria Gonçalves</i> .....	423-432



**NOTA INTRODUTÓRIA**  
***A Revista de Letras, hoje e ontem (1997 – 2009)***

Carlos Assunção  
cassunca@utad.pt

José Esteves Rei  
jrei@utad.pt

O Departamento de Letras, cuja denominação passou a Departamento de Letras Artes e Comunicação (DLAC), está a comemorar vinte e cinco anos. As coisas medidas em quartos de século parecem adquirir nova dimensão, por exigirem aos olhos que veem a abrangência da constituição da unidade, que a sequência numérica não permite ver.

Esse olhar unitário é extensivo aos diferentes planos do DLAC, nomeadamente à *Revista de Letras*. É o que faremos depois de referirmos o conteúdo deste número 9 da II Série.

Encontramos aqui vinte e seis artigos, distribuídos pelas cinco áreas habituais de Linguística (7), Literatura (6), Cultura (7), Comunicação (4) e Didática das Línguas (2).

A relação entre a *Revista de Letras* e o anual Encontro Internacional de Reflexão e Investigação (EIRI), posteriormente integrado no CEL, foi umbilical desde a conceção de ambas, observável na “Nota Introdutória” do primeiro número, de Dezembro de 1997. Essa orientação está aqui, ainda, bem presente, com dezassete artigos a virem do XIV EIRI, realizado a 28 e 29 de Maio de 2010.

A temática escolhida pela Organização, mesmo se não cobre todas as participações, e com reflexos neste número foi “Douro: vertentes de sentido”. Uma oportuna reflexão pois, em tempos favoráveis ao investimento económico e social no território que ocupamos, é dever do DLAC e da UTAD corresponderem a esse movimento com aquilo que podem e sabem fazer bem, o investimento cultural e simbólico.

A observação dos artigos revela preocupações transversais dos seus autores, centradas em quatro núcleos temáticos.

A atenção à língua, ensino e uso, a partir de dois testemunhos locais, datados de 1815 e 1950: “O ideário linguístico no Novo methodo de educar os meninos e meninas (1815) do vila-realense Frei José da Virgem Maria”; “Dos dois lados do Atlântico: carta de um emigrante mirandês para o conterrâneo Padre Mourinho”

A reflexão sobre o homem e o transcendente, visado pelo culto, pelo sagrado ou pela simples superação de si próprio, recorrendo a vestígios vários: “Aspectos do culto ibérico ou celta da Serpente em zonas do Alto Douro. Um estudo Etnolinguístico”; “Marão: a rota do sagrado em Teixeira de Pascoaes”; “Yerbas i árboles de la Tierra de Miranda. Nomes, mezinhas e outros usos”.

O confronto com as marcas da História, do século XII ao século XIX, registadas pela literatura, pelas instituições ou serviços e pela imprensa: “Quando a História oficial se encontra com a Literatura: O Segredo de D. Afonso Henriques de Jorge Laiginhas”; “Cartas do meu rio, Douro, nas Comemorações do Centenário da República: malhas que, por cá, a Pátria tece...”; “Caminhos-de-ferro em Trás-os-Montes no século XIX: das expectativas ao esquecimento”; “A recepção do Douro no Jornal *O Panorama*”.

Por último, a transformação estética das componentes geofísica e humana do Douro – da paisagem ao trabalho, do som ao relevo, da água à terra, do frio ao calor, da noite ao dia: “A Cultura Duriense na poesia de António Cabral”; “Douro, Poema Geométrico: Vertente de Sentido Matemático”; “Arquitecturas da Paisagem Vinhateira – um projecto de inventário no Museu do Douro”; “As vertentes do Douro: uma voz do Douro/Um olhar para o Douro”.

E que espaço tem sido este da *Revista de Letras*, desde 1997? O da internacionalização e do intercâmbio nacional do DLAC, do CEL e dos docentes / investigadores que trabalham e publicam nas correspondentes áreas científicas.

É a análise do conteúdo divulgado pelos 14 números e 2 séries que destaca essa afirmação. Com efeito, a síntese de tal trabalho analítico permite registar que publicaram na *Revista de Letras*: i) estrangeiros – quarenta e um colegas / investigadores, oriundos de trinta e cinco universidades, situadas em treze países; ii) nacionais, de outras instituições – trinta e seis colegas / investigadores, oriundos de onze universidades e quatro institutos politécnicos.



*Países (13), Universidades (35) e Investigadores (41), presentes na REVISTA DE LETRAS (1997-2009, 14 números e 2 séries)*

<i>Área</i> <i>País</i>	Linguística		Literatura		Cultura		Didática		Comunicação		Totais
	Uní	Inv	Uní	Inv	Uní	Inv	Uní	Inv	Uní	Inv	
Espanha	5	7	2	3			1	1	1	1	<b>U - 9; I - 15</b>
EUA	2	2	3	3	2	2					<b>U - 7; I - 7</b>
França			2	2	1	1	1	1			<b>U - 4; I - 4</b>
Brasil			2	2					1	1	<b>U - 2; I - 2</b>
Inglaterra	1	1	1	1							<b>U - 2; I - 2</b>
Rússia	1	1	1	1							<b>U - 2; I - 2</b>
Japão	2	2									<b>U - 2; I - 2</b>
Hungria	1	1					1	1			<b>U - 2; I - 2</b>
Áustria	1	1									<b>U - 1; I - 1</b>
Costa do Marfim			1	1							<b>U - 1; I - 1</b>
Irlanda			1	1							<b>U - 1; I - 1</b>
Polónia					1	1					<b>U - 1; I - 1</b>
<b>TOTAIS</b>	<b>13</b>	<b>15</b>	<b>13</b>	<b>14</b>	<b>4</b>	<b>4</b>	<b>3</b>	<b>3</b>	<b>2</b>	<b>5</b>	<b>U - 35; I - 41</b>

*Universidades (11), Institutos Politécnicos Nacionais (4) e seus Investigadores (36), presentes na REVISTA DE LETRAS (1997-2009, 14 números e 2 Séries)*

<i>Área</i> <i>Instituição</i>	Linguística	Literatura	Cultura	Didática	Comunicação	Totais
U. Porto	2		3	1	1	<b>7</b>
U. Minho	1	2		2		<b>5</b>
U. F. Pessoa		3			1	<b>4</b>
U. Coimbra		2	1			<b>3</b>
U. Aveiro		1		2		<b>3</b>
U. Évora		1	1			<b>2</b>
U. B. Interior				1	1	<b>2</b>
U. Madeira		1				<b>1</b>
U. Lisboa		1				<b>1</b>
U. N. Lisboa		1				<b>1</b>
U. C. Portuguesa			1			<b>1</b>
I. P. Guarda			1		1	<b>2</b>
I. P. Porto		1	1			<b>2</b>
I. P. Bragança		1				<b>1</b>
I. P. Santarém				1		<b>1</b>
<b>TOTAIS</b>	<b>3</b>	<b>14</b>	<b>8</b>	<b>7</b>	<b>4</b>	<b>35</b>



# LINGÜÍSTICA



## ***Yerbas i árboles de la Tierra de Miranda:* nomes, mezinhas e outros usos**

*António Bárbolo Alves*

Centro de Estudos em Letras / UTAD  
abarbolo@gmail.com

*Margarida Telo Ramos*

Ecomuseu Terra Mater  
margaridatelo@gmail.com

*Ana Maria Carvalho*

Centro de Investigação de Montanha/ESA/IPB  
anacarv@ipb.pt

### **Résumé**

La région *Terra de Miranda* est connue à cause de la spécificité de quelques unes de ses manifestations culturelles, parmi lesquelles on doit évoquer, en tant que marque distinctive, la langue mirandaise. Un des défis qui se pose à toutes les langues c'est la façon comment elles sont capables de répondre au monde, en le nommant, en le disant, en le communiquant. Entre autres stratégies pour gagner ce défi on doit citer l'hypéronymie, comme un grand chapeau qui peut abriter d'autres catégories. Par exemple, le mot « arbre » peut désigner toute la forêt sans se rapporter à aucun arbre en particulier. Mais les langues ne se contentent pas de ce filet maille large. Chacune construit sa propre toile, à travers laquelle elles captent, séparent, ordonnent et filtrent le monde. C'est pour cela que l'univers change aussi avec chaque langue, puisque chacune structure et sépare d'une façon différente l'univers.

Les désignations traditionnelles, notamment les noms communs des plantes qui poussent et sont utilisées dans la *Terra de Miranda*, constituent justement un des bastions de la langue mirandaise. Dans cet article, à travers une approche pluridisciplinaire, nous chercherons à présenter ces désignations et l'importante qu'elles ont pour ces disciplines, en montrant aussi quelques savoirs, quelques usages et quelques coutumes en rapport avec ces plantes.

### **Resumo**

A Terra de Miranda é bem conhecida pela especificidade de algumas manifestações culturais ressaltando, como marca distintiva, a língua mirandesa. Um dos desafios que se coloca a todas as línguas é a forma como demonstram ser capazes de responder ao mundo, nomeando-o, dizendo-o, comunicando-o. Entre outras estratégias para vencer esse repto, destaca-se a hiperonímia, como um grande chapéu debaixo do qual cabem muitas categorias. Por exemplo, a palavra “árvore” pode albergar toda a floresta sem se referir a nenhuma árvore em concreto. Mas as línguas não se contentam com esta rede de malha larga. Cada uma constrói a sua própria teia, através da qual captam, separam,

ordenam e filtram o seu mundo. É por isso que o universo muda também com a língua, porquanto cada uma estrutura e separa de uma forma diferente o universo.

As designações tradicionais, nomeadamente os nomes comuns das plantas que crescem e são utilizadas na Terra de Miranda, constituem justamente um dos bastiões da língua mirandesa. Neste artigo, através de uma abordagem pluridisciplinar, procuraremos apresentar essas designações e a importância que elas têm para essas disciplinas, mostrando também alguns saberes, usos e costumes ligados a essas plantas.

### **1. As línguas e o mundo: os nomes e as coisas**

As línguas vivem entre duas forças naturais e de sentido contrário. A primeira é comparável à organização das espécies na biologia: lançar no mundo palavras novas para que nada fique sem nome e nenhuma coisa fique sem ser nomeada; a segunda, é o número limitado de meios de que dispõem perante a infinitude das coisas e do universo. Como é que as línguas resolvem esta dificuldade? Todas o fazem de modo semelhante, da forma mais habilidosa e, ao mesmo tempo, a mais simples e evidente: dos seus meios limitados extraem tudo o que são capazes. Das palavras simples formam palavras complexas, compostas e derivadas, demonstrando assim a sua capacidade criativa, tendencialmente infinita.

Mas as palavras não são simples etiquetas que se colam à realidade. São percepções e construções mentais sobre as quais colocamos as nossas etiquetas. Ora, cada falante tem a sua liberdade de escolha e cada palavra pode conter ou transportar experiências individuais imperceptíveis para o nosso interlocutor. Por isso, para comunicar, precisamos de nos abstrair dos sentidos particulares de cada palavra, utilizando significados genéricos para que a comunicação seja possível. Por exemplo, quando ouvimos a palavra “árvore”, não precisamos de saber se se trata de uma amendoeira ou de um carvalho. O seu sentido é suficientemente vasto para poder acolher os conhecimentos, as ideias, as experiências, os sentimentos que, individualmente, cada um de nós tem dessa realidade. Se assim não fosse precisaríamos de palavras diferentes segundo a nossa experiência pessoal, o nosso gosto, o nosso humor. Mas isso tornaria impossível a comunicação e a compreensão, que é sempre o menor denominador comum entre todos os que escutam e se compreendem.

Assim, quando nomeamos as “árvores” sob uma mesma etiqueta, construímos no nosso pensamento algo que não existe na realidade. É adequada para todas as árvores mas não serve para reconhecer nenhuma. Mas as línguas não se contentam com esta rede de malha. Cada língua constrói a sua própria trama através da qual capta, separa, ordena e filtra o seu mundo. É por isso que o universo muda também com a língua. Cada uma estrutura e separa de uma forma diferente o universo, tornando-se impossível – e a experiência da tradução

mostra-o bem – sobrepor as palavras de uma língua para outra. As línguas, tal como os mapas e enquanto expressão da diversidade de culturas, guiam-nos na descoberta do seu mundo.

É sobre alguns destes princípios que assenta este trabalho. Propomos uma abordagem pluridisciplinar da língua e da cultura mirandesas, com incursões pela filologia, pela etnobotânica, mas também pelos saberes tradicionais onde se incluem quer as designações quer os usos e costumes ligados às plantas. Procuraremos, nas denominações comuns, em mirandês, de algumas ervas e outras plantas da região, desvendar um pouco da urdidura com que a língua envolve essas realidades para melhor as explicar, as compreender e as comunicar.

## 2. A Terra de Miranda: usos e costumes

A Terra de Miranda corresponde a uma região que, hoje em dia, coincide com o chamado Planalto Mirandês, ocupando parte dos concelhos de Mogadouro, Vimioso e Miranda do Douro, no extremo Nordeste Português. A planura, com uma cota média a rondar os 700 metros de altitude, prolonga-se por terras de Castela, só cortada, abruptamente, pelas profundíssimas falésias do Douro. Aproveitando este corte natural, onde o rio, milenar e sereno, foi cavando as suas impressionantes arribas, aqui se estabeleceu a fronteira política com a Espanha. É nestes afloramentos rochosos que se estriba o Planalto, deixando que as suas fragas se estendam, sequiosas, para mergulhar afoitamente no rio. Na solidez granítica do arribado crescem os carrascos (*Quercus ilex*, subsp. *ballota*)<sup>1</sup>, os zimbros (*Juniperus oxycedrus*) e, à medida que vamos subindo pelas arribas, aparecem pequenos sobreirais (*Quercus suber*), ladeados por bandos de tomilhos (*Lavandula pedunculata*, *Lavandula stoechas*, *Thymus zygis* e *Thymus mastichina*), de giestas (*Cytisus multiflorus* e *Cytisus scoparius*), de piornos (*Genista hystrix* e *Echinopartum ibericum*) e chaugarços (*Halimium umbelatum* subsp. *viscosum* e *Halimium ocymoides*) e também alguns cardos, sem esquecer as muitas plantas como a roseira brava (*Rosa canina*), a madressilva (*Lonicera etrusca*), a flor da raposa (*Paeonia broteri*) ou as abelouras (*Digitalis purpurea*), que em cada ano nos dão conta da exuberância primaveril desta região.

Nas dobras das arribas, onde o regaço da terra se abre em dádiva, as oliveiras (*Olea europaea*), plantadas em socalcos seculares, exibem o seu verde suplicante as enormes e fartas folhas de figueira (*Ficus carica*). Também elas, à semelhança das populações, foram conquistando terreno, deixando as arribas e ganhando raízes nas terras planas. Mas sabem que não podem subir muito

---

<sup>1</sup> Nomenclatura científica de acordo com a *Flora Iberica* (1986-2010) e Carvalho (2010).

porque o Inverno é duro e elas serão sempre mediterrânicas. Neste caminho foram seguidas pela vinha que, se ontem se restringia aos terrenos mais quentes do sul ou ao aconchego das arribas, hoje se encontra em quase todo o Planalto.

Aqui, em alguns vales, perto de riachos sazonais ou de águas subterrâneas, os freixos (*Fraxinus angustifolia*) exibem o seu verde vivo, de uma alegria infinita e profunda. Até há bem poucos anos tinham a companhia dos negrilhos ou ulmeiros (*Ulmus minor*) que hoje, padecendo as suas maleitas, já não conseguem atingir a idade adulta.

Em terrenos menos cultivados ou abandonados, somos surpreendidos por alguns matagais onde as folhas delirantes do carvalho negral (*Quercus pyrenaica*) com a mais pequena brisa.

Mas, para além da diversidade florística, a região é bem conhecida pela riqueza da sua cultura, da sua etnografia, das suas raças autóctones e também da sua língua, o mirandês. Diz-se, neste idioma que “todas las yerbas ténen malzina”. Ou seja, todas as plantas servem para algo, nomeadamente para curar<sup>2</sup>. Pode não ser rigorosamente assim. Contudo, o ditado mostra-nos bem a importância que é atribuída às plantas que constituíram, durante séculos, a fonte medicinal por excelência.

A primeira prova desta importância é dada, aliás, pela forma mirandesa *malzina*, à qual corresponde o português *mezinhas*. Em mirandês ela tem, muito provavelmente, uma etimologia popular, formada a partir da palavra “mal”, porquanto se trata de remédios para combater os “males” ou “maleitas”. Embora se afaste da sua origem etimológica, *medicīnas*, mantém, porém, uma das características distintivas do mirandês, a conservação do [n] intervocálico, que sincopou em português no qual se incorporou, por epêntese, o som palatal homorgânico de [ĩ] para eliminar o hiato (< *mezĩ/as*). Vejamos então algumas dessas plantas cuja *malzina* é (re)conhecida.

### 3. Plantas medicinais

#### *Apuleios, apuleijos, Mentha pulegium*

Do latim *pulegium* e *puleium*, chegaram até ao mirandês as duas formas, *apuleijos* e *apuleios*, ambas com prótese de a-, fenómeno bastante comum em mirandês, que fica a dever-se à aglutinação da vogal final do artigo feminino, *la*<sup>3</sup>.

Os *apuleios*, em português “poejos” (< *pulegium*) e castelhano *poleo* (< *puleium*) são abundantes na Terra de Miranda, nascem e crescem junto aos cursos de água, servindo, em infusão, como remédio para as constipações.

<sup>2</sup> A fitoterapia é, sem dúvida, o mais antigo sistema de medicina do mundo e o mais utilizado por todos os povos, sem excepção.

<sup>3</sup> Veja-se, por exemplo, *apapoula* (port. papoila); *apeias* (port. peias); *apegar* (port. pegar).



***Azedas de la raposa, Umbilicus rupestris***

A Terra, como grande barriga que é, tem, obviamente, muitos umbigos, vestígios dos inumeráveis filhos que viu nascer. Na Terra de Miranda, no Outono/Inverno, ela usa estes *umbigos-de-Vénus*, plantas rasteiras da família *Crassulaceae* que, em mirandês, se conhecem como *azedas de la raposa*. As folhas, carnudas, apresentam uma depressão central no ponto onde estão ligadas ao caule que secam quando surgem as flores.

Outras das designações regionais são *azedões das paredes*, *bacielhos de las paredes* e também *bacelos*. As últimas formas estão muito próximas de algumas designações comuns em português *concelos* ou *coucelos*. A sua origem é provavelmente o latim *calicellus*, pequeno cálice ou pequeno copo, diminutivo do latim *calix*, *-icis*, o que nos reenvia directamente para a forma das suas folhas. Mas a alusão à raposa transporta-nos igualmente para a tradição oral na qual este animal, matreiro e manhoso, engana sistematicamente o lobo, mais forte e opressor. Para tal, não hesita em servir-se da mentira e do disfarce. Mas ela engana também os homens, é o terror dos galinheiros, finge-se morta para depois escapar ilesa e triunfante. Por isso, que melhor vingança para o ser humano do que enganar o enganador, dizendo-lhe que estas são as verdadeiras azedas, comestíveis e saborosas? Por outro lado, uma vez que as *azedas de la raposa* crescem em lugares solarengos, incluindo entre as pedras dos muros, elas podem igualmente ser associadas à raposa de quem se diz, na literatura oral e nas crenças populares, que está sistematicamente sentada ao sol, vigiando os humanos e à espera de dar o próximo golpe.

Quanto às propriedades medicinais, devido às suas características emolientes, sabemos que elas são utilizadas para amaciar e curar os calos. No entanto, é bem provável que também sirva para outros fins, nomeadamente para cicatrizar fissuras, feridas ou úlceras, tal como, aliás, o fazem lembrar algumas designações comuns, em castelhano: *hierba de bálsamo* e *hojas de curalotodo*.

***Fedigueira, Pistacia terebinthus***

A *cornalheira* ou *terebinto* é uma planta do género *Pistacia*, nativa da região mediterrânica. Na Terra de Miranda encontra-se sobretudo nas arribas do Douro, agarrada aos paredões ou crescendo do meio das fragas onde encontra um pouco de terra. Os frutos consistem em pequenas drupas globulares, de cor vermelha a negra quando maduros. Todas as partes da planta têm um forte odor resinoso e forma frequentemente “galhas” (uma espécie de tumores provocados por insectos) com a forma de “cornos”.

Os dicionários apontam a forma *fedigueira* como sendo um regionalismo transmontano, referindo igualmente que, etimologicamente, tem uma origem obscura. Contudo, parece-nos provável que a sua origem possa estar relacionada

com o seu cheiro forte e desagradável, provindo do latim *\*foeticosus*, a partir de *\*foeticus*, por *foetidus* (fétido).

Quanto ao seu uso, informaram-nos que também tem alguma *malzinha*. Contudo, também não pudemos apurar, com rigor, qual, nem para quê. Parece que em algumas zonas se extraía uma goma/resina da casca com propriedades anti-inflamatórias e que se aplicava para aliviar dores musculares e reumatismo.

**Fenolho**, *Foeniculum vulgare*

O nome dado em mirandês a esta espécie herbácea, também conhecida, em português, por *anis-doce*, *erva-doce*, *maratro*, *finóquio*, *fiolho*, *fionho* ou *funcho*, é *fenolho*.

Nesta região, as grandes consumidoras desta planta são as pessoas de etnia cigana. Por isso, muitos aldeões atribuem-lhe características curativas, milagrosas, não hesitando em afirmar que é o *fenolho* que ajuda a curar todos os males de que, supostamente, os ciganos não padecem.

Tal como o nome português, mais comum, *funcho*, deriva da forma latina *fenūcūlu-*, em vez de *fenīcūlu-*. Conserva, contudo, o -n- intervocálico, característico e distintivo na evolução do latim para o mirandês<sup>4</sup>.

**Gamon**, *Asphodelus ramosus*

O *gamon*, plural *gamones*, é uma planta vivaz, robusta com folhas basilares, flores brancas dispostas em cacho que cresce geralmente nos lameiros, meio dos carvalhais e nos terrenos incultos. Nos lameiros “encosta-se” aos muros por causa do maneio que se faz.

Alguns dos nomes comuns, em português, são *abrótea*, *abrótea-da-primavera* ou *abraço-da-primavera*, podendo também ocorrer a designação *gamão*, que alguns dicionários registam como um provincianismo alentejano.

Seja como for, na Terra de Miranda, ela é exclusivamente conhecida por *gamon*, com o plural característico do mirandês *gamones*.

Registe-se ainda a sua ocorrência no topónimo e colectivo *gamonal* (lugar de gamões).

Quanto aos usos medicinais, a sua seiva utiliza-se para a cicatrização das impinges. Outra utilização, não medicinal, é para fazer brinquedos de crianças, nomeadamente as *boladeiras*, cata-ventos tradicionais elaborados com estes gamões, picos de silva e um pedaço de papel.

Nalgumas localidades, as inflorescências depois de secas, e à semelhança das silvas, foram utilizados para acender a candeia e também para alumiar as casas, antes de chegar a energia eléctrica. Também se conta que nos tempos de fome se fazia farinha das raízes subterrâneas de reserva muito ricas em glícidos.

---

<sup>4</sup> As “atribuições” evolutivas que a forma sofreu em português estão também presentes na forma castelhana “hinojo”, que muito embora derive do latim *fenuculum*, foi buscar o “i” por confusão com o “i” de “hinojo” (*genuculum* > *yenojo* > *hinojo*).

Relativamente à sua origem etimológica, os dicionários portugueses, tal como o da *Real Academia Espanhola*, consideram-no de “origem incerta”. Contudo, Xosé Lluís García Árias propõe, para o asturiano, onde a forma ocorre com o mesmo significado que na Terra de Miranda, uma etimologia que nos parece também adequada para o mirandês, com origem na forma latina *calamus* (cana), com passagem pelas formas *cá(r)amu* > *\*gá(r)amu* > *gamu*, sendo a forma *gamon* um aumentativo<sup>5</sup> (García Árias 2008: 226).

**Malba**, *Malva sylvestris*

Esta é, sem dúvida, outra das plantas à qual são atribuídas mais capacidades curativas devido às suas características medicinais, humanas e veterinárias.

A forma mirandesa é fiel ao latim *malva*, embora, tal como em castelhano, se tenha perdido a diferença entre /b/ e /v/ pelo que se optou por escrever sempre /b/. Segundo as informações que obtivemos<sup>6</sup> o cozimento de “malba” serve para lavar as feridas e também para ajudar no funcionamento dos intestinos. Informam-nos igualmente que “ye la raiç que ten malzina” e não as folhas ou caules. Contudo, noutras regiões, só se utiliza a parte aérea, ou seja os caules com folhas e flores.

**Monhicreiro**, *Digitalis purpurea*

Outra das plantas com “malzina” é este *monhicreiro*, também conhecido por *yerba de ls lhagartos* ou *abelhouras* (nome que ouvimos em Freixenosa). Esta designação corresponde, aliás, ao português *abeloura*<sup>7</sup>, em que é também conhecida por *dedaleira*, *erva-dedal*, entre outras. Esta diversidade de designações mostra, sem dúvida, a importância que lhe é atribuída pelas diferentes culturas. E é neste sentido que devemos encarar a variedade de nomes que encontramos também em mirandês, alguns deles bens elucidativos da criatividade popular: *monhicreira* ou *monhecreira*, *paçparroteira*, *conelhos*, *yerba de l coixo*...

Por exemplo, o nome mais comum – *monhicreiro* – resulta, certamente, da associação imagética entre a flor desta planta e uma “monheca” ou “monhecra”, ou seja, uma boneca. Curiosamente, em castelhano, onde se regista também uma

---

<sup>5</sup> Outra curiosidade ligada a esta planta é o facto de em asturiano ser conhecida por *pitaciega* (*em castelhano gallina ciega*), nome que, segundo García Árias, está relacionada com um jogo infantil que consiste em vendar os olhos a uma criança, geralmente com um lenço branco, que deve depois tocar os outros que participam no jogo. Ora, em mirandês, o jogo recebe o mesmo nome, sem que, no entanto, a planta tenha essa designação. Neste sentido, tratar-se-á de uma antiga designação cuja motivação etimológica se perdeu, em mirandês. Contudo, ainda assim, ela continua a unir-nos ao velho domínio ástur.

<sup>6</sup> Recolhidas em Freixenosa (concelho de Miranda do Douro), junto da Sr.<sup>a</sup> Clementina Rosa Afonso.

<sup>7</sup> Cândido de Figueiredo (1913) interroga-se se a designação “abeloira” ou “abeloura” não será por confusão com “abelhoira” uma vez que na sua flor “as abelhas se demoram, deixando uma substância melífera, que os rapazes procuram e apreciam.”

enorme variedade de designações<sup>8</sup>, não encontramos nenhuma com esta raiz ou motivação etimológica.

Quanto às suas qualidades terapêuticas, e ao contrário da *malva*, dizem-nos que no *monhiceiro*, *ye la fuolha que ten malzina, cura las feridas, basta poné-la a la bulta i yá stá*.

**Ruda**, *Ruta montana*, *Ruta chalepensis* e *Ruta graveolens*

Ao contrário da forma portuguesa em que se acrescentou o a- inicial, resultante provavelmente da aglutinação do artigo, o mirandês conservou a forma latina *ruta*, apenas com a sonorização do consoante lábio-dental /p/<sup>9</sup>. Com efeito, nas palavras iniciadas pela consoante bilabial p-, na forma “arruda” encontramos o fenómeno contrário, ou seja, a aférese por supressão do a- inicial.

Quanto aos seus poderes curativos, a “arruda” é utilizada em termos medicinais humanos e veterinários. Nos animais, usa-se, por exemplo, como desparasitante, para matar os piolhos das galinhas. Mas o ditado popular é bem claro: *Gramma i ruda cúran sarna de burra*.

Nos humanos era tradicionalmente utilizada para sarar (radicalmente) a dor de dentes, para o que se serviam de um pano de linho ensopado em água fervida com a planta, colocavam-no na cara até fazer cair o dente.

#### 4. Plantas comestíveis

Os produtos da terra foram, durante muito tempo, a principal fonte de alimentação do homem mirandês. A carne e o peixe eram raros na maior parte dos lares e, como se diz, serviam apenas para “fazer saber”, ou seja, para dar sabor a outros alimentos. Mas, tradicionalmente, quando a escassez de alimentos era maior, havia uma grande variedade de plantas que ajudavam a superar ou mitigar essa penúria.

Por outro lado, quando se permanecia nos trabalhos do campo durante várias horas ou mesmo todo o dia, havia uma maior necessidade de recorrer a plantas selvagens como alimento. Delas se comiam os tubérculos, as vagens, os rebentos ou folhas, sendo que, muitas delas continham nos seus órgãos comestíveis elevados teores de açúcares/glicídicos (por exemplo amido) e, por isso, saciavam a fome.

Muito do conhecimento sobre essas ervas está, pensamos, irremediavelmente perdido, trocado, seja pelas transformações sociais, seja pelo desaparecimento das espécies, seja por desconhecimento. Vejamos alguns exemplos, começando por algumas que serviam de alimento sobretudo aos humanos.

<sup>8</sup> Vejam-se algumas: *dedalera*, *digital*, *cartucho*, *calzones de zorra*, *chupamieles*, *guante de Nuestra Señora*, *San Juan*, *guantelete* ou *viluria*.

<sup>9</sup> Cf. infra, *apuleios*

**Alçafran, *Carthamus tinctorius***

O *alçafran* é uma planta da família das *Compostas*, como o são também os cardos e o girassol, utilizada na culinária para dar cor amarela ao arroz, doces e foliar. Embora com o mesmo nome comum e com uso semelhante, não tem nada a ver com o açafraão (*Crocus sativus* das Iridáceas) também cultivado e muito usado nas regiões do sul da Península Ibérica. Contudo, do *alçafran* usam-se as inúmeras flores miniaturizadas que, quando secas, são filiformes e de cor amarela intensa. Do *alçafran* apenas se usam os três estiletos e estigmas (parte feminina da flor), também filiformes e amarelos, que surgem no interior de flores bastante maiores e vistosas, de cor azulada. Actualmente é uma planta quase em desuso. No entanto, antigamente era muito comum o seu cultivo e utilização na confecção de doçaria em banquetes, havendo um ditado que diz “*ye tan cierto como l'alçafran nas bodas*” (é tão certo como o açafraão nas bodas).

Quanto à origem, não há dúvida que ela provém do árabe *az-zaHafrán* cuja primeira documentação histórica já sob a forma *açafrã* data do século XIII.

Relativamente ao prefixo *al-*, a sua ocorrência explica-se, certamente, pelo facto de se tratar de uma forma de origem árabe.

**Algrilhon, *Rorippa nasturtium-aquaticum***

Para a forma portuguesa *agrião*<sup>10</sup>, com uma etimologia duvidosa, José Pedro Machado (Machado: 1990) propõe o grego *ágrion*, neutro de *ágrios*, “que vive nos campos, campestre”; António Geraldo da Cunha (Cunha: 1986) indica como origem provável o latim *agrĭon* ou o latim vulgar *acrio*, *-ōnis*; Corominas (1991-1997) prefere regressar ao adjectivo do latim vulgar *acer*, *acra*, *acrum* (clássico *acer*, *acris*, *acre*), que está na origem de muitas outras formas romances. Ora, segundo este lexicógrafo, se a forma antiga era *agro*, a generalização de *agrĭo*, em castelhano, deve ter sofrido a influência do verbo *agriar*, resultante, provavelmente do latim vulgar *\*acriare* (formada independentemente do adjectivo, a partir do qual se desenvolveram *ampliare*, *bassiare*, *altiare*, etc.). Com efeito, as formas *agrão*, *agrom*, *agrões* coexistiam em português clássico com a forma actual *agriões*. Contudo, em mirandês, a etimologia torna-se ainda mais transparente nas formas *algrilhon*, *algrilhones*.

A existência, no moçárabe, das palavras *aqriyûn*, *aqriyûl* ou *uquriôn*, documentadas por Corominas (1991-1997), não parece ajudar muito para explicar a diferença inicial da forma mirandesa. No entanto, podemos aceitar a mesma explicação proposta por este autor para o *-l-* do castelhano *almendra* (< latim

<sup>10</sup> Para um aprofundamento da etimologia de *agrião* e das suas relações com outras línguas românicas veja-se Barros e Alves (2010).

vulgar. \**amýndŭla* (latim clássico *amygdāla*), de origem grega, tal como em mirandês *almendra* mas em português *amêndoa*.

Na forma alrabaça (*Apium nodiflorum*), designando uma planta que cresce ao lado do *agrião*, nos pequenos regatos, vamos encontrar o mesmo -l- de *algrilhon* (cf. português *rabaça*). É assim que podemos ouvir as duas palavras neste ditado popular:

<i>Quando l cuco canta</i>	<i>Quando o cuco canta</i>
<i>I la boubielha pon</i>	<i>E a poupa põe</i>
<i>Amarga l'alrabaça</i>	<i>Amarga a rabaça</i>
<i>I queima l'algrilhon.</i>	<i>E queima o agrião.</i>

### **Bordelaga, *Portulaca oleracea***

A designação comum, em mirandês, tal como a castelhana *verdolaga*, leva-nos directamente ao moçárabe *berdiláqas̄*, e esta ao latim *portulāca*, por influência de *verde*<sup>11</sup>. Segundo José Pedro Machado, em presença do castelhano *verdolaga*, temos de admitir que o moçárabe *berdilaca* tomou, pelo menos, duas variantes regionais: \**berdoleca* (que explica a forma portuguesa *beldroega*) e \**berdolaca*, que explica a forma castelhana. Assim, também a forma mirandesa vem corroborar a existência dessas duas variantes, servindo a segunda como étimo para a referida designação.

Apesar de ser uma espécie muito comum em toda a região, não é usada, comumente, em todas as localidades. Contudo, em algumas, como a já citada Freixenosa, ela é bem conhecida e usada em salada.

### **Carniçuolo, *Astragalus cymbaearpos***

Semelhante na forma e homónimo do fungo (*Claviceps purpurea*) que se desenvolve na espiga de centeio e se designa também com este nome comum. Trata-se de uma vagem carnuda a que se dá o nome comum de *carniçuelos*, produzida por uma planta da família das leguminosas. Até há bem pouco tempo, era uma espécie de iguaria, muito procurada pelos mais pequenos.

O nome, aliás, mostra bem a sua importância alimentícia porquanto a sua etimologia, do latim *cornu-*, sofreu a clara influência da forma “carne”

### **Çapateta, *cuostelicas Astragalus pelecinus***

A designação *çapatetas* é atribuída às vagens de uma planta silvestre, da família das leguminosas que, tal como os *carniçuelos*, era muito apreciadas pelos mais pequenos.

<sup>11</sup> Segundo Corominas (1991-1997, I), no português *beldroega* há síncope. do -l- intervocálico e passagem de -a- a -e- pelo fenómeno fonético da imala, próprio de certos dialectos árabes. . ár.; f.hist. 1614 *beldroaga*, 1881 *beldroegas*.

A forma é comum ao português, grafada com s- inicial, *sapatetas*, onde é também conhecida por *senra*.

Em mirandês são igualmente conhecidas por *streilhas* e *cuostelicas*, sendo que ambos os nomes, mas também a designação *çapatetas*, estão claramente relacionados com a sua forma. O último em virtude da sua forma, semelhante a um “sapato raso”, os segundos devido à forma da vagem, cujas reentrâncias se podem assemelhar quer a uma estrela quer ao conjunto das costelas.

Mas é a sua forma fonética que levou ao nascimento do refrão infantil: *Nun comas çapatetas que te médran las tetas*.

**Lheitariêga boteira, *Hypochoeris radicata***

A parte comestível desta *lheitariêga boteira*, chamada *bota*, é uma espécie de inchaço que se desenvolve no caule de várias espécies herbáceas e que corresponde a uma proliferação celular e alteração histoquímica, tipo tumor de consistência também herbácea, eventualmente induzida como resposta a algum tipo de stress, como pode ser a picada de um insecto. É frequente em espécies do género *Hypochoeris* (também da família das compostas) conhecidas por *leitaregas*, *leitugas*, *erva-das-tetas*.

**Merujas, regagho, *Montia fontana***

As *merujas* encontram-se, na Primavera, em nascentes e ribeirinhos no campo. Nascem à sua superfície tal como nenúfares. Quando muito desenvolvidas começam a “espigar” ou seja, deitam flor indicando que já não estão no seu tempo de consumo. Estas pequenas plantas aquáticas, cujo paladar faz lembrar a terra, crescem em pequenos cursos de água e nascentes. Nascem espontaneamente, em toda a região.

A designação, com algumas variantes locais, *morujas*, *morugens*, entre outras, é comum em toda a região transmontana, e também nas regiões limítrofes, galegas e castelhano-leonesas, onde encontramos, entre outras, *boruja*, *coruja*, *pamplina*, *marusa*, *hierba de manantial*, *mariquita*, *orejillas*, *pamplina*...

Bem curiosa, e única, é a designação, em sendinês, para esta planta: *regagho*. A sua etimologia está certamente relacionada com *regajo* que, em castelhano, significa justamente um “charco que se forma num riacho”. É das pouquíssimas palavras mirandesas em que se pode ouvir este som fricativo velar surdo [X]<sup>12</sup>.

<sup>12</sup> Outros exemplos: *biegho* (nome e alcunha usado em Sendin); *manighero* (capataz de uma quadilha de trabalhadores); *miagha* (migalha; cf. Mirandês “forfalha”); *poteghjada* (de pote; sopa; sopialgo).

**Muolas, *Lathyrus sativus***

As *muolas*, em português, que não em Trás-os-Montes, *chicharos*, eram semeadas, tradicionalmente, com o grão-de-bico, sendo depois curadas e comidas em conjunto.

Devem o seu nome à semelhança imagética com as mós, dentes posteriores aos caninos, tal como acontece em castelhano em que, para além dos nomes comuns *almorta*, *chicharo*, *guija*, *tito* se regista também *muela*.

**Meligraneira, *Punica granatum***

A explicação etimológica popular pretende que a forma *meligraneira*, e o fruto *meligrana*, estão relacionados com o numeral mil, porquanto se trata de um fruto que, como se sabe, é constituído por muitíssimos grãos. Estamos, de facto, perante uma explicação que parece plausível mas que, em rigor, é uma falsa etimologia. Com efeito, tal como se conservou, por exemplo, no italiano actual, *melograno*, a palavra deriva directamente do latim e das formas *mela* (maçã) e *grano* (grão). Ou seja, etimologicamente, maçã com grãos.

**4.1 Plantas comestíveis para os homens e/ou animais**

Por certo que a máxima que se aplica às “*yerbas cun malzina*” se poderia também aplicar às plantas comestíveis. Mais do que qualquer outro alimento, as plantas silvestres constituíram, durante milénios, a base da alimentação das sociedades recolectoras. Muitas dessas plantas eram partilhadas, por assim dizer, pelos homens e pelos animais. Mas alguns desses hábitos e conhecimentos ancestrais chegaram também até nós e alguns continuam vivos. Vejamos, por isso, alguns exemplos:

**Barcego, *Stipa gigantea***

O *barcego* é uma gramínea que cresce espontaneamente nas arribas do Douro. Trata-se de uma planta que está verde durante o Inverno, altura em que a escassez de alimento verde faz com que, outrora, fosse muito procurada como alimento para os animais. Mas os rebentos que saem na Primavera são comestíveis, sendo conhecidos, na Terra de Miranda, por *pipotes*.

Cândido de Figueiredo regista a forma *barcéu* como um provincianismo transmontano, acrescentando que se trata de uma “erva rija e filiforme, de que se fazem esteiras e capachos”. O dicionário da Real Academia Espanhola regista também as formas *barceo* e *berceo*, como sinónimas de *albardin*, acrescentando apenas que se trata de uma palavra de origem pré-romana. José Leite de Vasconcelos (1900: 72), ao tratar do topónimo (Vila Chã da) Braciosa, refere também que o étimo não deve ser outro senão uma palavra correspondente



à espanhola *barceo* ou *berceo* (planta)<sup>13</sup>, sem no entanto acrescentar qualquer outra informação sobre a sua origem.

Registe-se igualmente que, em português se pode encontrar a designação *baracejo*, mas esta, provavelmente mais recente, resultante de *baraço* com o sufixo *-ejo*.

Corominas (1991-1997), por seu lado, refere que a forma é de origem desconhecida, provavelmente pré-romana. No entanto, menciona igualmente a hipótese de Menéndez Pidal (1941: 47b) que considera a possibilidade de a forma ser oriunda do baixo latim *\*vergegiu*, com evolução de *-rg-* > *-rz-*, através da forma *verzeo*, tal como se verifica no castelhano *arzilla* > *arcilla* (<latim *argilla*). Desta forma, não há dúvida que a existência, em mirandês, da forma *barcego*, vem reforçar e corroborar a possibilidade levantada por Menéndez Pidal e referida por Corominas com o *-g-* intervocálico.

#### **Gameta**, *Lens culinaris*

As *gametas*, em português *lentilhas*, ficaram famosas, na nossa civilização, desde que, nos Génesis (25, 29-34), Isaú vendeu ao irmão mais novo, Jacob, o direito de progenitura por um prato de *lentilhas*. Daí a expressão “vender(-se) por um prato de lentilhas”, significado de algo de pouco valor. Na Terra de Miranda, as *lentilhas* só se comem, mastigadas, quando estão verdes. Depois de secas, são guardadas, com o grão, para dar aos animais. Contudo, não há dúvida de que os grupos de trabalhadores sazonais que se deslocavam para Espanha, nomeadamente para ceifar, deviam comer muitas lentilhas. Talvez até as comessem em excesso, o que poderá ter motivado algum desprezo por elas. Por outro lado, tratando-se de um alimento tradicional para os animais, a progressiva mecanização da agricultura contribuiu também para o abandono da sua cultura. Refira-se, igualmente, que as lentilhas eram semeadas para “melhorar a qualidade das terras”, devido ao azoto que proporcionavam aos terrenos.

Em termos etimológicos, se a origem da palavra portuguesa é facilmente identificável como evolução do diminutivo latino *lentĭcula*, a fonte da forma mirandesa revela-se bastante mais difícil de encontrar. Registe-se, antes de mais, que alguns dicionários da Língua Portuguesa, apontam esta palavra como um “regionalismo transmontano”, como sinónimo de “lentilha”. Contudo, estamos em crer que é na região linguisticamente mirandesa que a palavra tem uma maior vitalidade, embora ela se estenda por uma zona muito mais vasta.

Uma vez que, como vimos, as “lentilhas” eram conhecidas, os mirandeses não adoptaram, como com muitas outras palavras, a forma castelhana “lenteja”. Em nosso entender isso fica a dever-se quer ao uso diferente que lhe é dado,

---

<sup>13</sup> O topónimo corresponde à localidade de Vila Chã da Braciosa.

quer à sua forma (em Espanha só as conheciam sob a forma de grão!), denunciando assim que a forma *gameta* tem uma origem pré-latina, talvez relacionada com a seu formato e a forma do latim vulgar *gamella*- (vaso para beber), oriunda do latim clássico *camella*. Mas esta não é, obviamente, mais do que uma possibilidade.

**Raba, remolacha, *Beta vulgaris***

Da forma latina *rave*, derivada de *rapa, ae*, variante de *rapum, i* significando nabo ou rábano, conservou-se em mirandês a palavra *raba*, ao contrário do português que incorporou, já no século XVII, a forma francesa *betterrave*, oriunda de *bette* (também com a variante *blette*) e derivada do latim *betta, ae*, acelga, e *rave* (< lat. *rapa, ae*).

Também aqui, a variante dialectal sendinesa do mirandês nos fornece um novo preciosismo lexicográfico incorporando e mantendo a forma *remolacha*, oriunda do castelhano, e esta, segundo o *Dicionário da Real Academia*, do latim *armoracium* que, por sua vez, deriva do gaulês *are more*, significando “perto do mar”.

As *rabas* são normalmente cultivadas nas hortas, aproveitando as bordas dos sulcos que levam a água para as leiras. As raízes tuberosas são utilizadas para alimentar o gado.

**Tomilho-burriqueiro, *Lavandula pedunculata* e *Lavandula stoechas***

O chamado *tomilho burriqueiro* (e também *tomilho burreinho*) é uma das plantas que, na época primaveril, mais cor confere às arribas do Douro embora, neste momento, ele se vá estendendo por outros terrenos onde outrora eram semeados cereais. Junto com as giestas, brancas ou amarelas, enchem de policromia os terrenos acabados de sair do Inverno.

Como o nome indica, estes tomilhos eram muito apreciados pelo gado asinino. Mas, tradicionalmente, tinha ainda um outro uso.

Eram cortados e picados, durante o Inverno, sendo espalhados nos caminhos, misturados com outras ervas, para serem transformadas em estrume e utilizadas para fertilizar as hortas e as vinhas.

Registe-se igualmente que a forma *tomilho* é utilizada, em mirandês, para designar outras espécies, às quais se acrescenta apenas uma sub-designação. É o caso do tomilho-senseiro (*Thymus zygis*, usado como condimento, ou o *tomilho-serrilho* (*Cistus salviifolius*).

**5. Outros usos agro-silvopastoris**

Dentro das muitas plantas e ervas com “outros usos” referir-nos-emos, apenas, às mais comuns da região com fins conhecidos e ainda em uso. São os casos da tecelagem, o fabrico de utensílios caseiros, agrícolas, musicais, entre outros. Veremos também alguns exemplos de “árvores” que, muito embora não

tenham uma utilidade conhecida, merecem um nome próprio o que significa, em nosso entender, que elas têm ou tiveram alguma utilidade específica.

**Ambude, *Oenanthe crocata***

O *ambude*, em português *embude* e também *ambudo*, é uma planta tipicamente ripícola, que cresce junto dos cursos de água. Esta forma tem, em português, significados diversos, designando, nomeadamente, um a) cadeado; b) uma criança doentia e c) a referida planta. José Pedro Machado coloca a questão se se tratará de uma forma convergente ou da evolução da mesma forma<sup>14</sup>. É uma planta tóxica, que não tem propriamente uma grande utilidade, embora as pessoas saibam que *faç mal a las crias* e que era utilizada para matar peixes. Com efeito, trata-se de uma espécie de cicuta (nome pelo qual, segundo José Pedro Machado, também é conhecida em português), que tem a particularidade de atordoar os peixes, de modo a apanhá-los depois à mão. O “veneno” encontra-se nas raízes, que lembram os dedos de uma mão, onde se concentram as substâncias tóxicas. Curiosamente até os animais herbívoros parecem “conhecer” essa toxicidade uma vez que a não comem.

Neste sentido, uma vez que os dicionários etimológicos consideram que a palavra é de origem obscura, talvez ela esteja relacionada uma das acepções semânticas que se conserva na forma castelhana *embudo*, engano, armadilha.

**Andrineira, *Prunus domestica***

As *andrineiras* (português *ameixeiras*, *abrunheiros*) tradicionais que se encontravam na Terra de Miranda, bordejando normalmente as vinhas ou as hortas são um fruto negro, quando maduro, de formato oval.

Segundo Corominas estamos perante uma velha palavra hispânica, derivada da forma latina *\*atrina* (ou *\*adrina*) e esta do latim vulgar [*pruna*] *atrīna* (do adjectivo *ater*, negro). A designação é comum ao castelhano, *andrina* e *endrina*. Quanto à forma portuguesa *ameixeira*, e uma vez que, nas localidades linguisticamente mirandesas podemos também ouvir *almeixeneira*, é formada a partir de *ameixa*+*-eira* e esta, por sua vez, provém do latim *\*damascīna-*, por *damascēna-* (ameixa de Damasco»). A presença do prefixo *al-*, tal como em *algrilhon* (agrião), *alrabaça* (rabaça), *almendreira* (amendoeira), *almendra* (amêndoa), deve-se, possivelmente, à imitação das palavras de origem árabe em *al-*, explicação que também é dada por Corominas para as formas castelhanas como *almeja* ou *almirante*.

<sup>14</sup> Para a forma *embude*, designando um funil o mesmo lexicógrafo aponta como origem o latim *\*imbutu* (de *embuere*), talvez pelo francês *embut*. O *Diccionario de la Lengua Española* (2001), da Real Academia, aponta, para o castelhano *embudo*, o latim [*traiectorium*] *imbūtum*, [canal] cheio de líquido.

**Anguelgue, *Acer monspessulanum***

O *anguelgue* é uma das árvores mais emblemáticas das arribas do Douro. A sua raridade e o seu verde exuberante, no meio das tonalidades pardas da outra vegetação, conferem-lhe uma beleza especial que se destaca no arribado. Para além disso, a dureza da sua madeira é especialmente apreciada para fazer as castanholas dos pauliteiros e também, quando cresce o suficiente, para os paus dos dançadores. Temos assim, de alguma forma, dois símbolos da cultura e da identidade mirandesas, presentes nos ramos desta árvore.

Os *Dicionários da Língua Portuguesa* registam, para esta espécie, a designação *zelha*. *Anguelgue* e *enguelgue* não constam em nenhum. Registe-se, contudo, que esta designação é comum ao outro lado da fronteira<sup>15</sup>, assim como em outras regiões limítrofes. Estaremos, por isso, perante uma palavra de origem pré-romana, que se conservou, como tantas outras na língua mirandesa.

**Apapoula, *Papaver rhoeas***

Para a etimologia da forma portuguesa papoila, é indicada como fonte provável, o moçárabe *habapáura*, derivado do latim *papāvĕrem*. José Pedro machado afirma que se na constituição da forma moçárabe interferiu a palavra árabe *habb* (grão de cereal, semente), na palavra portuguesa houve a influência de *papa*. Ora a forma mirandesa, com vogal inicial, *apapoula*, reenvia-nos directamente à origem moçárabe para a presença desta palavra fundadora, *habb*, partilhando ainda com o português a sequência *-pap-*.

Mas para além destas questões etimológicas e da beleza estética com que, nesta época, as *apapoulas*, brindam os nossos olhos, vale a pena ouvir esta adivinha, em mirandês:

Ye bormeilho, ten panteilho i un pericotico no meio.

E também esta história:

La apapoula cumo era guapa, dzie-le al trigo: Mira, cumo sou bien guapa, mil amigo. Berde i biçosa sou mais guapa qu'ua rosa. Mas nisto passala l labrador, l trigo anchie-lo d'afagos i a l'apapoula cortába-le la flor. Filhos, ye buono tener fermosura, mas ser baidosa nun tem bintura.

**Folharanço, albarino, choupo, *Populus alba***

O *folharanço*, *choupo* ou *albarino* é uma das árvores de maior porte que cresce junto a alguns cursos de água. Os três nomes ocorrem em mirandês embora, em rigor, possam, designar espécies diferentes. Antes de nos determos, ainda que brevemente, nestas designações, ouçamos uma pequena história:

<sup>15</sup> <http://caradurasweb.iespana.es/arribes.htm> (consultado a 14/05/2010).

L'auga, l'aire i la bargonha éran armanas. Un die, cada ua fú pu l mundo i dezírun cada ua assi. Diç l'auga: You se me pardi stou a la borda d'ua junqueira. L'aire diç: you se me pardi stou nun folharanço (a la punta de riba d'un albarino). I la bargonha diç: you se me pardi nunca mais me ancuntrais.

Segundo Machado (1990) a árvore recebe o nome choupo do latim \**popplu* por *populus*. O termo *albarino*, que consta aliás da sua designação científica, refere-se ao facto de a parte inferior das suas folhas ser branca, derivando por isso do termo *alba* (do latim, branco).

Quanto à designação *folharanço* parece-nos que ela está claramente relacionada com o facto, relatado na história acabada de contar, de as suas *folhas* estarem, ou aparentarem estar, sempre em movimento, sensíveis à mais pequena brisa.

Tradicionalmente a sua madeira era utilizada na construção, mas também, devido ao facto de ser macia e fácil de trabalhar, na elaboração de pequenos utensílios de cozinha, entre outros.

#### **Campaninas, *Narcissus bulbocodium***

A *campanina* é uma planta da família das Amarilidáceas, com flores amarelas em trombeta com o perianto por vezes tingido de verde. Espécie considerada como mensageira da Primavera, nasce nos lameiros e serve, a par do *romeiro* (*Rosmarinus officinalis*), para enfeitar os ramos do Domingo de Ramos.

Tem também um pequeno bolbo que, tal como os *pies de burro*, pode ser comido pelos humanos. Tal como a forma portuguesa provém (e é igual) à forma latina *campanina*, conservando os -n- intervocálicos

#### **Cemacre, cemaque, *Rhus coriaria***

Este arbusto, da família das Anacardiáceas, cuja casca e folha fornecem tanino, utilizava-se para *tenhir l pardo, cozido nua caldeira cun caparrosa* (tingir o pardo, cozido numa caldeira com caparrosa). Outrora poderá ter sido cultivado, mas hoje encontra-se geralmente no estado selvagem nas arribas do Douro. As suas folhas taníferas foram também outrora muito usadas, após secagem, no curtume de peles e de couro.

Na localidade de Sendim encontramos justamente o topónimo *Eiras del cemaque* local onde, outrora, se realizou esta actividade. A própria forma, *cemaque*, deve ser um castelhanismo (cf. castelhano *zumaque*).

#### **Faleito, *Osmunda regalis***

Os *faleitos* crescem junto dos cursos de águas, em pequenas depressões do terreno onde se acumula mais humidade e também à sombra de algumas árvores de maior porte. Tradicionalmente eram cortados e serviam para a “cama” dos animais, nomeadamente os porcos.

As formas mirandesa e portuguesa, tal como a forma castelhana *helecho*, provêm do latim tardio *filictum* que, segundo Machado (1990), parece ter substituído *filix*, de que é diminutivo.

**Lhino**, *Linum usitatissimum*

O linho foi uma cultura bastante difundida nesta região mas que hoje praticamente desapareceu. Tradicionalmente era cultivado em pequenos terrenos, alagadiços ou próximos de cursos de água, sendo depois utilizado para o fabrico de algumas peças de vestuário, nomeadamente camisas, e também de outros tecidos de uso doméstico, toalhas, lençóis, panos, entre outros. Para além disso, a linhaça, em mirandês *lhinaça*, era também utilizada para fins medicinais, nomeadamente para constipações e mesmo pneumonias.

Etimologicamente deriva do latim *linum*, verificando-se na forma mirandesa duas das características da sua evolução deste o latim: a palatalização de *l-* inicial e a conservação do *-n-* intervocálico.

**Nebro**, *Juniperus oxycedrus*

O *nebro* (também designado *niebro*), é uma das árvores mais emblemáticas das arribas do Douro. Crescem, solenes e solitários, em terrenos pedregosos, mas também junto aos muros de muitas propriedades pois os agricultores conhecem muito bem a sua utilidade.

A primeira, rara e quase já desaparecida, era para fazer *azeite de nebro*. Servia para curar as feridas. A segunda, era para alimentar os animais. No Inverno, quando a alimentação escasseava, cortavam-se os ramos de *nebro* que eram disponibilizados ao gado vacum para se alimentar. A terceira, devido à grande resistência da sua madeira, é para a construção, servindo para vigas, caibros e também para ombreira em muitas entradas.

Refira-se também que as bagas de *zimbro* são conhecidas, em mirandês, como *bulhacos de nebro*. Em algumas regiões portuguesas (Beira Alta) e outras do mediterrâneo, nomeadamente no sul da França, elas são muito apreciadas como condimento. Na Terra de Miranda desconhecemos esse uso comum. No entanto, quando maduras, no Inverno, elas são um óptimo alimento para algumas espécies de aves que passam pela região e, como muito bem me lembro, eram também comidas pelos humanos.

Etimologicamente a forma *nebro* provém do latim *junipĕrus*, tal como a forma castelhana *enebro*. Por sua vez a designação *bulhaca*, segundo Corominas (1991-1997, I, 539), é uma forma de origem incerta embora, possivelmente, do celta *\*bullaca*. O mesmo filólogo acrescenta que todos os testemunhos sobre esta forma se referem à zona leonesa.

**Ouriegano**, *Origanum vulgare*

Os orégãos crescem espontaneamente em alguns locais da Terra de Miranda, sendo utilizados como tempero para algumas comidas.

A forma mirandesa tem origem no latim *orīgānu*, com a ditongação de *o* inicial (tal como em *oupenion*, *oufender*, *ouriente*, *oucasion*, etc.) sendo que a ditongação de *ie* é fenómeno irregular, tal como o *é*, diga-se, o *e* em português e também em castelhano (*orégano*) (Vasconcelos: 1901: 206). Talvez por isso, se registem em mirandês, outras formas como *ourégano* e também *ourego*.

**Pies-de-burro**, *Romulea bulbocodium*

Os *pies de burro* são uma pequena planta, de flores violáceas, que nasce e cresce, no dealbar da Primavera, em lameiros, acompanhando geralmente a floração das *campaninas*.

Os nomes comuns em português são, entre outros, *nosilha* e *romúlea*. Embora, segundo nos informaram, os bolbos sejam comestíveis, não a colocámos nessa categoria porque, dizem-nos também, agora já se não comem.

Em castelhano encontramos igualmente uma grande variedade de designações comuns tais como *azafrán portugués montesino*, *calabacilla*, *cebollina*, *curcubillas*, *leza* e *lirio de las calabacillas*.

Portanto, nenhuma forma semelhante à mirandesa. Cremos, por isso, que a motivação para o nome poderá estar no facto de estas flores, rasteiras, crescerem nos lameiros ou terrenos de pasto como se nascessem nos locais onde os burros colocam as patas.

**Romeiro, rosmanino**, *Rosmarinus officinalis*

Do latim *rosmarinu-*, chegaram ao português algumas designações como *rosmanino*, *rosmarinho* e *rosmano*. Em mirandês, para além da foram *romeiro*, que nos parece ser a mais comum, podemos também ouvir *rosmanino*. Para além disso, esta planta da família das Labiadas, aplicado em medicina e perfumaria, recebe também outros nomes tais como *alecrim*, *alecrineiro* ou *alecrinzeiro*, formas que procedem do árabe *al-iklil*, mas também *arçã*, *arçanha*, de origem obscura.

Quanto à forma mirandesa, *romeiro*, que aqui nos interessa especialmente, ela está próxima do castelhano *romero*, procedendo, por isso, do latim *ros maris*, mas não sendo de excluir que o mirandês a tenha importado directamente do castelhano.

Relativamente ao seu uso tradicional, para além de seu valor ornamental, ela era usada como sinal de Primavera sendo colocada, como enfeite, nos ramos de oliveira levados no Domingo de Ramos.

**Spineiro, pilriteiro**, *Crataegus monogyna*

*Spineiro* e *pilriteiro* são duas das designações que podemos encontrar, em mirandês, para este arbusto cuja madeira é muito apreciada para fazer as tradicionais *punteiras* da gaita-de-foles mirandesa.

Enquanto a forma *pirliteiro*, comum ao português, está certamente relacionada com o castelhano *pirlitero*, com metátese de *pilriteiro*, a forma

*spineiro* facilmente se relaciona também com *spinus* (espinhos) que esta árvore tem ao longo dos seus ramos.

É a mesma metátese, de *pilrito* por *pirrito*, que encontramos na designação dos seus frutos, tal como se pode ouvir nesta cantilena:

Pilriteiro que dás pilritos  
Porquei nun dás cousa buona?  
Cada un dá l que ten  
Cunforme la sue persona.

#### **Xara, *Cistus ladanifer***

Estamos em presença de mais um arabismo que se conservou na região mirandesas. Para além da planta, registe-se a igualmente a ocorrência do topónimo *xaral*, que tanto pode designar um lugar coberto de *xaras* como uma terra cheia de vegetação, significado que provém igualmente do árabe e que está na origem da própria palavra *xara*.

A planta, depois de seca é muito utilizada para aquecimento, nomeadamente para acender as lareiras.

#### **Algumas conclusões**

- O homem mirandês viveu (e vive) de mãos dadas com a Natureza. Nomeou-a, descobriu-a, tratou-a como um todo. É este o sentido da verdadeira ecologia, ou seja, há harmonia entre a Terra e o Homem;
- As designações “mirandesas” abraçam a supraterritorialidade que lhe advém da sua situação histórico-geográfica, fazendo do mirandês uma língua mas que beneficia do contacto entre diferentes idiomas;
- Os nomes comuns em mirandês revelam-se de interesse para a história da língua, pois neles podemos identificar algumas cadeias etimológicas desaparecidas ou menos transparentes em outros idiomas. Por outro lado, neles se descobre também um pouco do génio criador da língua, ou seja, da malha com que se tece e ordena o seu mundo;
- É necessário prosseguir os estudos pluridisciplinares, nomeadamente no campo da etnobotânica e da etnolinguística, quer para a descoberta e valorização das identidades locais e regionais, quer para a investigação de outros usos que, de outra forma, seria mais difícil de encontrar.



### Referências bibliográficas

- Alves, António Bárbolo (2007): *Palavras de identidade da Terra de Miranda*. Porto: Pena Perfeita.
- Barros, Anabela Leal de e Alves, António Bárbolo (2010): “Le mirandais, langue du Portugal. Son rôle à l’égard du portugais et d’autres langues romaines”. In: Actas do Congresso Internacional *L’Europe des 27 et ses Langues*, Universidade de Paris VII, 2009 [no prelo].
- Carvalho, A. M. (2010): *Plantas y sabiduría popular del Parque Natural de Montesinho. Un estudio etnobotánico en Portugal*: Biblioteca de Ciencias nº 35. Madrid: Consejo Superior de Investigaciones Científicas.
- Castroviejo S. (coord) (1986-2010): *Flora Iberica. Plantas vasculares de la Península Ibérica e Islas Baleares*: Real Jardín Botánico, Madrid: Consejo Superior de Investigaciones Científicas.
- Corominas, J. e Pascoal, José Antonio (1991-1997): *Diccionario crítico etimológico castellano e hispánico*. Madrid: Editorial Gredos.
- Cunha, Antônio Geraldo da (1986): *Dicionário Etimológico Nova Fronteira da Língua Portuguesa*. Rio de Janeiro: Editora Nova Fronteira.
- Diccionario de la Lengua Española* (2001). Internet. Disponível em <http://buscon.rae.es/draeI/>
- Figueiredo, Cândido (1913): *Novo dicionário da língua portuguesa*. Internet. Disponível em <http://www.gutenberg.org/ebooks/31552.bibrec.html> (consultado a 25/10/2010).
- García Árias, Xosé Lluís (2008): *Propuestas etimológicas (3)*. Uviéu: Academia de la Llingua Asturiana.
- Machado, José Pedro (1990): *Dicionário etimológico da língua portuguesa*. Lisboa: Livros Horizonte.
- Menéndez Pidal, Ramón (1941): *Manual de Gramática Histórica Española*. Madrid: Espasa-Calpe.
- Migueléiz Rodríguez, Eugenio (1993): *Diccionario de las Hablas Leonesas*. Ediciones Monte Casino: León.
- Pires, Moisés (2004): *Pequeno vocabulário mirandês-português*. Miranda do Douro: Câmara Municipal.
- Vasconcelos, José Leite (1900): *Estudos de philologia mirandesa*. Imprensa Nacional: Lisboa.



Fig. 1. Arribas do Douro.

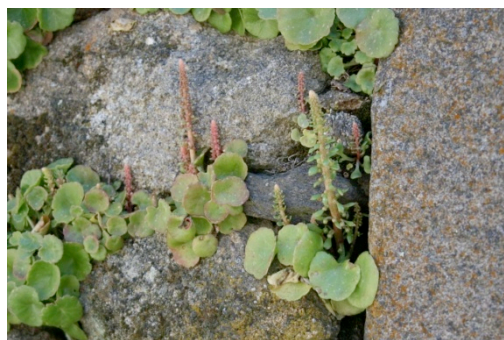


Fig. 2. **Azedas de la raposa**, *Umbilicus rupestres*.



Fig. 3. **Fenolho**, *Foeniculum vulgare*.



Fig. 4. **Gamon**, *Asphodelus ramosus*.

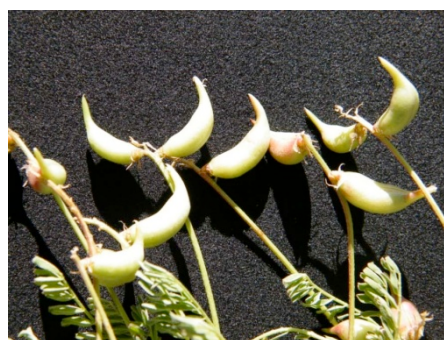


Fig. 6. **Carniçuolo**, *Astragalus cymbaearpos*.

Fig. 5. **Monhicreiro**, *Digitalis purpurea*.



Fig. 7. **Çapateta, cuostelicas**,  
*Astragalus pelecinu*.

Fig. 8. **Tomilho-burriqueiro**,  
*Lavandula pedunculata*.



Fig. 9. **Ambude**, *Oenanthe crocata*.

Fig. 10. **Campanina**, *Narcissus bulbocodium*.

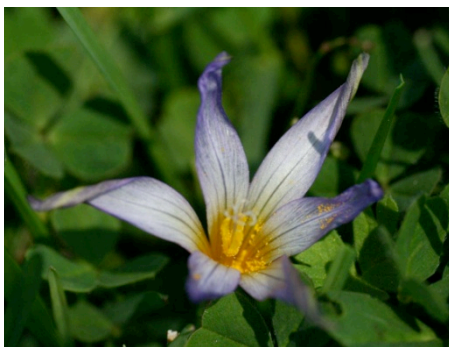


Fig. 11. **Pies-de-burro**,  
*Romulea bulbocodium*.

Fig. 12. **Xara**, *Cistus ladanifer*.



## Pedro José da Fonseca: contributos para a categorização do nome em *Rudimentos da Grammatica Portugueza*

Sónia Coelho

Universidade de Trás-os-Montes e Alto Douro  
ccoelho@utad.pt

### Resumo

Durante o século XVIII português, foram muitas as obras gramaticais que saíram do prelo e se converteram em importantes manuais de ensino da língua portuguesa. Do conjunto dessas obras, destacamos os *Rudimentos da Grammatica Portugueza, Cómmodos á instrucção da Mocidade, e confirmados com selectos exemplos de bons Autores*, de Pedro José da Fonseca. Com o presente artigo pretendemos analisar a concepção que este autor tem do nome, concentrando-nos na sua definição e categorização. Pontualmente, procuraremos estabelecer uma ponte com a actualidade, socorrendo-nos, para o efeito, de gramáticos contemporâneos de língua portuguesa.

### 1. Introdução

Pedro José da Fonseca nasceu em Lisboa, a 29 de Junho de 1736, e faleceu a 8 de Junho de 1816. Foi professor régio de Retórica e Poética, iniciando as suas funções docentes em 1759<sup>1</sup>. Alguns anos depois, foi transferido para o Real Colégio dos Nobres, onde desempenhou as funções de “Lente de Retórica, Poética e História” (Andrade 1966: 398) até cerca de 1804.

Foi sócio fundador da Academia Real das Ciências e Director da tipografia desta Academia e da comissão encarregada, a 28 de Junho de 1780, da elaboração do *Diccionario da Lingua Portugueza*<sup>2</sup>.

De facto, o professor Pedro José da Fonseca teve um importante papel no panorama cultural de setecentos e é considerável a obra que legou à

---

<sup>1</sup> Data de 1780 uma memória em que o gramático escreve: “Pedro José da Fonseca, professor de rhetorica em Lisboa, serve ha vinte annos completos a Sua Majestade no exercicio da sua cadeira, tomando d’ella posse em Outubro de mil septecentos e cincoenta e nove.” (Silva 1862: 420).

<sup>2</sup> Telmo Verdelho diz-nos que Pedro José da Fonseca “fora já o dicionarista encarregado de produzir os dicionários que deveriam substituir a *Prosodia*, suprimida pela reforma escolar pombalina” (Verdelho 2007: 25). Do *Diccionario* da Academia foi ele quem “escreveu os textos introdutórios, onde se explicita o «desenho, a ordem, contextura e materia do Diccionario», e foi também o principal coordenador da selecção e do tratamento do «corpus»” (Verdelho 2007: 25).

posterioridade, toda ela redigida “sem detrimento algum, ou falta no exercicio nunca interrupto da sua cadeira” (Silva 1862: 421).

Do conjunto das suas obras, destacamos os *Rudimentos da Grammatica Portugueza*, uma obra gramatical constituída por 353 páginas e dividida em duas partes: “A primeira trata de cada huma das palavras soltas, e desunidas humas das outras; e a segunda das palavras juntas, e ordenadas de modo, que exprimão algum conceito. Os Grammaticos chamão *Oração* ás palavras assim juntas, e a cada huma de per si *Parte da Oração*.” (Fonseca 1799: 2), não contemplando, como era habitual nos gramáticos seus coetâneos, a prosódia e a ortografia.

Quanto ao número das partes da oração, verifica-se que Pedro José da Fonseca enveredou pelo sistema classificatório tradicional, defendendo que “as *Partes da oração* na nossa lingoa se reduzem a nove, que pela ordem seguinte se denominão *Nome, Pronome, Artigo, Verbo, Participio, Adverbio, Preposição, Conjunção, Interjeição*.” (Fonseca 1799: 3).

Destas nove partes, concentrar-nos-emos no nome. Para tal, procuraremos analisar o ponto de vista linguístico do autor relativamente a esta classe de palavras, dissecando uma possível originalidade dos princípios expostos através de cotejos pontuais com autores contemporâneos ao gramático e com autores actuais.

## 2. O Nome

Pedro José da Fonseca inicia a abordagem das classes de palavras pelo estudo do nome e define-o como “huma voz, ou dicção, que se apropria a cada pessoa, ou cousa para a dar a conhecer, e differençar de outra.” (Fonseca 1799: 3), utilizando na sua enunciação um critério semântico, à semelhança dos seus coetâneos Reis Lobato, para quem “nome he uma voz, com que se nomeão as cousas, e suas qualidades, assim como *Esmeralda*, que significa huma cousa; e *Verde*, que desta cousa, ou de outra semelhante significa a qualidade de ter a côr verde.” (Lobato 2000: 151 [9]) e Pedro José de Figueiredo, que entende por nome “a palavra, com que significamos alguma cousa, ou a sua qualidade, como: *Homem, Prudente*.”<sup>3</sup> (Figueiredo 1804: 6).

Ainda que Fonseca siga os seus predecessores e aceite a tradição gramatical, este reorganiza as várias subclasses do nome, o que “podría ser síntoma de la preocupación por corregir las insatisfactorias clasificaciones anteriores y por elaborar una clasificación (en sentido actual) nueva, más adecuada, no una enumeración en la que el lugar ocupado por los elementos no es pertinente.” (Gómez Asencio 1985: 14).

---

<sup>3</sup> Para este trabalho, usámos a segunda edição da *Arte da Grammatica Portugueza*. A primeira data de 1799, saindo a lume, portanto, no mesmo ano que os *Rudimentos*.



### 2.1. Divisão do nome

Pedro José da Fonseca apresenta uma classificação do nome que se distingue da de Lobato e Figueiredo por ser mais pormenorizada e extensa, sendo identificadas várias subclasses do nome, o que denota que o gramático que temos em estudo se preocupou em aperfeiçoar as classificações existentes.

Além das já habituais subclasses Nome Substantivo e Nome Adjetivo, faz depender diretamente da classe geral – Nome – as subclasses Primitivos, Derivados, Colectivos, Verbais, Compostos e Numerais. Estas subclasses estão totalmente afastadas ou separadas do Nome Substantivo e do Nome Adjetivo. Pode dizer-se que um determinado vocábulo é um Nome Primitivo ou um Nome Verbal sem se saber se é um Nome Adjetivo ou Substantivo. Estas subclasses são, assim, concebidas sem que entre elas se estabeleça qualquer relação. (Assunção 2003: 278).

A título de exemplo, enquanto em Lobato o numeral era uma subclasse dos nomes adjectivos, em Fonseca passa a ser considerado uma subclasse directamente dependente do nome.

Relativamente ao nome substantivo, o autor apresenta uma definição com base em critérios semântico e sintáctico funcional<sup>4</sup>: “NOME SUBSTANTIVO he o que significa alguma substancia corporea, ou espiritual, e que por si só póde subsistir na oração sem dependencia de alguma outra palavra, que o qualifique.” (Fonseca 1799: 3). Sendo que as *substancias corporeas* são “as qualidades dos individuos [que] se conhecem pelos sentidos” (Fonseca 1799: 3) e as *substancias espirituas* são “as qualidades [que] por sua natureza não podem fazer impressão sobre os nossos órgãos, e só são conhecidos pelo entendimento” (Fonseca 1799: 4).

Estas noções de qualidades apreensíveis pelos sentidos ou pelo entendimento remetem-nos, na gramática actual, para as definições de nomes concretos e abstractos. Segundo Cunha e Cintra, os primeiros “designam os seres propriamente ditos” (Cunha e Cintra 2000: 177) e os segundos “designam noções, acções, estados e qualidades” (Cunha e Cintra 2000: 178).

Para Fonseca, o nome substantivo pode ainda ser *commum* ou *appellativo*, quando “convém a muitas pessoas, ou a muitas cousas.” (Fonseca 1799: 4) ou então *proprio*, quando “exprime huma idéa singular, e convém unicamente a huma só pessoa, ou cousa.” (Fonseca 1799: 4-5). Em ambas as definições, o autor utiliza critérios semânticos e exemplifica da seguinte forma: “*Reino* he substantivo commum, ou appellativo, por ser nome, que indistinctamente

---

<sup>4</sup> “Por regla general, los gramáticos que así entienden el substantivo [como subclase del nombre] lo definen desde un punto de vista estrictamente semántico y extraoracional” (Calero Vaquera 1986: 69).

pertence a todos os Reinos; porém *Portugal* he substantivo proprio em razão de só convir ao Reino assim chamado.” (Fonseca 1799: 5).

Quanto ao nome adjectivo, seguindo os critérios semântico e sintáctico colocacional<sup>5</sup>, o gramático entende que “he o que se ajunta ao substantivo para denotar a sua qualidade.” (Fonseca 1799: 5) e preocupa-se em indicar a etimologia, para explicar a função desta subclasse: “A palavra *adjectivo* vem do Latim *adjectus*, accrescentando; porque realmente o Adjectivo se accrescenta sempre ao Substantivo expresso, ou subentendido.” (Fonseca 1799: 5). Assim, “qualquer palavra, com que se qualifica o substantivo, e que fixando-lhe o significado, lhe estende, ou restringe o valor, e não offerece ao espirito mais que hum mesmo objecto, esta tal palavra he verdadeiro adjectivo.” (Fonseca 1799: 7).

Outro aspecto que se mantém na actualidade e que não encontramos em Lobato nem em Figueiredo é o adjectivo substantivado: “O adjectivo emprega-se muitas vezes em lugar do Substantivo, ou no mesmo sentido deste; com o qual uso se chama *adjectivo substantivado*.” (Fonseca 1799: 6) e Fonseca acrescenta ainda que “Isto se fez tão frequente que muitos destes adjectivos substantivados paixão já no commum uso por substantivos, como: o *frio*, o *sereno*, o *deserto*, o *povoado*, e varios outros.” (Fonseca 1799: 6-7).

De facto, ainda hoje “é muito estreita a relação entre o substantivo (termo determinado) e o adjectivo (termo determinante). Não raro, há uma única forma para as duas classes de palavras e, neste caso, a distinção só poderá ser feita na frase.” (Cunha e Cintra 2000: 248). Vejamos o exemplo apresentado por Fonseca: “dizendo-se: *hum Philosopho Rei*, o termo *Rei* neste sentido toma a natureza de adjectivo; mas se se disser: *hum Rei Philosopho*, a palavra *Philosopho* fica então sendo o adjectivo.” (Fonseca 1799: 7). Assim, o autor conclui que só será um verdadeiro adjectivo a palavra “com que se qualifica o substantivo, e que fixando-lhe o significado, lhe estende, ou restringe o valor, e não offerece ao espirito mais que hum mesmo objecto” (Fonseca 1799: 7).

Como podemos constatar, “a subdivisão dos nomes portugueses em substantivos e adjectivos obedece a um critério basicamente sintáctico, funcional.” (Cunha e Cintra 2000: 248) e, se as gramáticas hodiernas consideram nomes e adjectivos como classes de palavras independentes, esse facto deve-se a Manoel Dias de Souza que, em 1804, na sua *Grammatica portugueza ordenada segundo a doutrina dos mais celebres grammaticos conhecidos, assim*

---

<sup>5</sup> Para os autores que subdividem o nome em substantivo e adjectivo, como o faz Fonseca, “el critério básico caracterizador del adjetivo sigue siendo el semántico; el sintáctico colocacional parece un rasgo complementario y auxiliar, subordinado a aquél.” (Calero Vaquera 1986: 74).



*nacionaes como estrangeiros*, os apresenta como classes distintas<sup>6</sup>, após reconhecer-lhes diferenças significativas.

Como já referimos, contrariamente a Lobato e Figueiredo, Fonseca considera que directamente dependentes do nome, portanto em paralelo ao nome substantivo e ao nome adjectivo, se encontram ainda os *nomes primitivos, derivados, collectivos, verbaes, compostos e numeraes*. Advirta-se, no entanto, que estes nomes surgem num capítulo à parte denominado *Das varias differenças, ou especies de nomes*, como acontece nas gramáticas dos dois autores já mencionados.

Nesta subdivisão encontram-se muitas semelhanças com a subdivisão apresentada pela *Gramática de la Lengua Castellana* da Real Academia Espanhola de 1796. Em termos de critérios usados pelas duas gramáticas, encontramos o critério morfológico na definição dos *nomes primitivos, derivados, verbaes e compostos*; o critério semântico nos *nomes gentilicius, patronimicos, e numeraes*<sup>7</sup>; e ambos os critérios – o semântico e o morfológico – na definição de *collectivos, aumentativos e diminutivos*.

Atentemos, então, no quadro seguinte, que tem como finalidade ilustrar como a divisão e as definições apresentadas por Fonseca se aproximam bastante das da *Gramática de la Lengua Castellana*:

Quadro 1 – Divisão do nome

<i>Gramática de la Lengua Castellana</i> (1796) da Real Academia Espanhola	<i>Rudimentos da Grammatica Portugueza</i> (1799) de Pedro José da Fonseca
1. <i>Nombres primitivos</i> – “LOS NOMBRES que no nacen de otros de nuestra lengua” (33).	1. <i>Nomes primitivos</i> – “são os que na nossa lingoa não tem origem de outro algum desta mesma lingoa” (22).
2. <i>Nombres derivados</i> – “Los que nacen de los primitivos” (33). Inseridos nesta segunda espécie, ainda encontramos:	2. <i>Nomes derivados</i> – “são os que se formão dos <i>Primitivos</i> . A palavra <i>pedra</i> , por exemplo, he hum nome primitivo; porém as dicções <i>pedreiro, pedreira, pedraria, &amp;c.</i> são nomes derivados.” (22). Inseridos nesta segunda espécie, ainda encontramos:
2.1. <i>Gentilicios ó nacionales</i>	2.1. <i>Gentilicius ou Nacionaes</i>
2.2. <i>Patronimicos</i>	2.2. <i>Patronimicos</i>

<sup>6</sup> Manoel Dias de Souza, recorrendo ao critério semântico para definir as duas classes de palavras, diz que “chamão-se Nomes aquelas palavras comque se nomeão as coizas que existem, ou que se supõem existir, assim como: *Pedra, virtude, Ceo*.” (Souza 1804: 31) e adjectivos “aquelas palavras que exprimem qualidades indeterminadas, que podem competir a muitas coizas que existem, ou se supoem existir, assim como: *Verde, Branco, Azul, Duro, Amargo, Doce, Bom, Mao*, os quaes todos se podem aplicar a muitas coizas indiferentes.” (Souza 1804: 39).

<sup>7</sup> Em Fonseca, nos *nomes numeraes de repetição* encontramos também o critério sintáctico colocacional ou combinatório.

<p>2.3. <i>Aumentativos</i> 2.4. <i>Diminutivos</i></p> <p>3. <i>Nombres colectivos</i> – são “aquellos nombres que significan en el número singular muchedumbre de cosas ó personas” (37).</p> <p>4. <i>Nombres verbaes</i> – “son los que nacen de los verbos, y dependen de ellos, de suerte, que no puede haber verbal que no suponga verbo de su derivacion, que exista ó haya existido en nuestra lengua. Así se forman: de andar, <i>andador, andadura, andadero, andariego</i>” (39-40).</p> <p>5. <i>Nombres compuestos</i> – são “los nombres que se componen en dos ó mas palabras ya enteras, ya con alguna mutation” (41-42).</p> <p>6. <i>Nombres numerales</i> – “los nombres que significan número, y sirven para contar, se llaman <i>numerales</i>, y se dividen en <i>absolutos</i> ó <i>cardinales, ordinales, partitivos y colectivos</i>.” (49-50):</p> <p>6.1. <i>Adjectivos</i>:</p> <p>6.1.1. <i>Absolutos</i> ó <i>cardinales</i> 6.1.2. <i>Ordinales</i></p> <p>6.2. <i>Substantivos</i>:</p> <p>6.2.1. <i>Colectivos</i> 6.2.2. <i>Partitivos</i></p>	<p>2.3. <i>Aumentativos</i> 2.4. <i>Diminutivos</i><sup>8</sup></p> <p>3. <i>Nomes collectivos</i> – “se chamão aquelles nomes, que no singular offerecem ao espirito muitas pessoas, ou cousas da mesma especie, unidas humas com outras. Assim o nome <i>povo</i> significa muitos homens, <i>bosque</i> muitas arvores, e <i>cidade</i> muitas casas.” (26).</p> <p>3.1. <i>Collectivos geraes</i> 3.2. <i>Collectivos partitivos</i></p> <p>4. <i>Nomes verbaes</i> – “são os nomes, que nascem, ou se derivão dos verbos, como: de andar, <i>andada, andadeiro, andador, andadura, andança, andante, andareijo, andarengo, andarilho, andejo, &amp;c.</i>” (27).</p> <p>5. <i>Nomes compostos</i><sup>9</sup> – “são os nomes, que se compõe de duas palavras Portuguezas, inteiras, ou com alguma mudança.” (27).</p> <p>6. <i>Nomes numeraes</i> – “são nomes, que exprimem a quantidade, e ordem das cousas.” (36). Dividem-se em:</p> <p>6.1. <i>Adjectivos</i>:</p> <p>6.1.1. <i>Absolutos</i> ou <i>cardeaes</i> 6.1.2. <i>Ordinaes</i></p> <p>6.2. <i>Substantivos</i>:</p> <p>6.2.1. <i>Collectivos</i> 6.2.2. <i>Partitivos</i> ou <i>distributivos</i></p> <p>6.3. <i>Numeraes substantivos e adjectivos</i> 6.4. <i>Numeraes de repetição</i></p>
---	---

De facto, são evidentes as semelhanças entre as duas classificações, contudo, a análise das duas gramáticas permite-nos concluir que Fonseca, baseando-se na *Gramática de la Lengua Castellana*, foi capaz de a ultrapassar, enriquecendo-a, por exemplo, nos *nomes collectivos* e nos *nomes numeraes* e nos detalhes descritivos de cada uma das subclasses.

<sup>8</sup> Ainda que, como defende João de Barros, os diminutivos se possam formar com recurso a diversas terminações, formam-se “mais por vontade do povo, que por alguma regra de boa Grammatica” (Fonseca 1799: 25).

<sup>9</sup> Estes nomes podem ser compostos por dois substantivos, como *mestre-sala*; por dois adjectivos, como *todopoderoso*; por um substantivo e um adjectivo, como *lugar-tenente*; por um adjectivo e um substantivo, como *gentilhomem*; por um nome e um verbo, como *prolfaça*; por um verbo e um nome, como *beijamão*; por um verbo e um advérbio, como *passavante*; por uma preposição e um nome, como *antemanhã*; por dois verbos, como *mordefoge*; por dois advérbios, como *senão*; e “finalmente alguns nomes ha compostos de tres dicções” (Fonseca 1799: 28), como *embora* e *fidalgo*.

Relativamente aos gramáticos portugueses seus coetâneos, o professor de Retórica é o único a referir, na classificação do nome, os *nomes compostos*, o que lhe confere um carácter inovador.

É ainda de salientar o facto de o autor “desenvolver muito bem os sentidos correntes no uso dos Nomes Aumentativos e Diminutivos” (Assunção 2003: 278).

## 2.2. Género dos nomes

Após o tratamento das subdivisões do nome, Pedro José da Fonseca trata o género do nome, com base em critérios semântico e sintáctico colocacional: “GENERO he na sua origem a relação, e correspondencia das palavras com hum, ou outro sexo, e em geral com tudo, que he macho, ou femea.” (Fonseca 1799: 10).

Segundo o autor, os nomes podem assumir dois géneros: “O *Genero masculino* convém aos homens, e animaes machos; e o *feminino* ás mulheres, e animaes fêmeas.” (Fonseca 1799: 11). Em termos de identificação, “Os *generos dos nomes* geralmente se conhecem na nossa lingoa, ou pelos Articulos, que lhe precedem, ou pelos Adjectivos, que os modificão.” (Fonseca 1799: 11).

Se considerarmos a definição de género efectuada por Cunha e Cintra, verificamos os elementos de continuidade da teoria de Fonseca: “os substantivos que designam pessoas e animais costumam flexionar-se em género, isto é, têm geralmente uma forma para indicar os seres do sexo masculino e outra para indicar os do sexo feminino.” (Cunha e Cintra 2000: 191).

Ainda devemos salientar que para Fonseca “nem por isso ha entre nós nomes do género ambiguo, ou incerto, isto he, que se usão indistinctamente como masculinos, e femininos: pois que as sobreditas palavras ficão sendo neste caso tão sómente daquelle genero, que lhes determinão os articulos, ou adjectivos.” (Fonseca 1799: 14) e que “Tambem não temos *genero neutro*, porque todos os nossos substantivos o tem certo, e determinado. Pelo que até mesmo as dicções *isto, isso, aquilo, tudo*, são, como qualquer outra voz substantivada, do genero masculino” (Fonseca 1799: 14), como podemos constatar, por exemplo, em *isso mesmo*. Neste aspecto, Fonseca demarca-se bem da tradição greco-latina, pois não admite a possibilidade para o português do género neutro.

## 2.3. Número dos nomes

Na sequência do tratamento do género dos nomes, Fonseca estuda o número e define-o tendo em conta um critério semântico: “NUMERO he a propriedade, que as palavras tem para designar huma, ou muitas cousas.” (Fonseca 1799: 15).

Para a língua portuguesa, podemos encontrar dois números: o singular e o plural. “O *singular* dá-se quando a palavra significa huma só cousa, como: *A verdade he isenta, e secca, e a poucos bem assombrada*. O *plural* mostra que as palavras significão muitas cousas, como: *As mercês feitas a indignos, não honrão os homens, affrontão as honras*.” (Fonseca 1799: 15).

#### 2.4. Graus dos nomes adjectivos

Um dos grandes méritos dos *Rudimentos* de Pedro José da Fonseca encontra-se precisamente nos graus dos nomes adjectivos. Se Lobato subdivide os adjectivos em positivos, comparativos e superlativos, “Figueiredo retoma a classificação apresentada por Lobato e não lhe acrescenta [...] aspectos inovadores” (Fontes 2006: 123). Já Fonseca dota esta divisão de aspectos novos, particularmente na distinção de subclasses que faz dentro do comparativo e do superlativo.

Neste sentido, o autor considera que “os adjectivos exprimem as qualidades das cousas, com mais, ou menos extensão, pois se póde dizer por exemplo, tratando-se de hum livro: *He bom, he melhor que outro, he optimo, ou o melhor de todos os livros*” (Fonseca 1799: 29) e, mantendo o critério semântico, acrescenta: “Estes tres diferentes modos de exprimir as ditas qualidades chamão-se grãos de significação, ou de comparação, e formão tres especies de adjectivos, que vem a ser Positivo, Comparativo, e Superlativo.” (Fonseca 1799: 29).

Esta mesma classificação é adoptada actualmente por Bechara, que refere que existem “três tipos de gradação na qualidade expressa pelo adjectivo: *positivo, comparativo e superlativo*” (Bechara 2005: 148).

Para melhor verificarmos as semelhanças entre estas duas classificações, atentemos na tabela que se segue:

Quadro 2 – Graus dos adjectivos

<i>Rudimentos da Grammatica Portugueza (1799) de Pedro José da Fonseca</i>	<i>Moderna Gramática Portuguesa (2005) de Evanildo Bechara</i>
1. <i>Positivo</i> – “he o que exprime simplesmente a qualidade sem nenhuma comparação” (29). “Ainda que o <i>Positivo</i> não he propriamente grão de significação, ou de comparação, com tudo conta-se pelo primeiros destes grãos em razão de ser como fundamento, e origem dos outros dous.” (29-30). Ex.: <i>Hum grande merecimento sobre huma grande ingratição, fica muito mais subido.</i> ”	1. <i>Positivo</i> – “O POSITIVO, que não se constitui a rigor numa gradação, enuncia simplesmente a qualidade” (148)
2. <i>Comparativo</i> – “he o que além da qualidade exprime comparação” (30). O	2. <i>Comparativo</i> – “O COMPARATIVO compara qualidade entre dois ou mais seres” (148). O

<p>comparativo pode ser de:</p> <p>2.1. <i>Superioridade</i> Ex.: <i>Quem na severidade do castigo não dá falhas de fraqueza humana, dá licença que o tenham por mais insolente que justo.</i></p> <p>2.2. <i>Inferioridade</i> Ex.: <i>Se do Rei he propria a justiça, com que castiga delictos, não lhe he menos propria a clemencia, com que perdoa.</i></p> <p>2.3. <i>Igualdade</i> Ex.: <i>A fazenda, a vida, as victorias, e todas as felicidades do Mundo, são tão falsas, e vãs como o mesmo Mundo, com o qual todas acabão.</i></p> <p>3. <i>Superlativo</i> – “he o que exprime a qualidade no seu gráo supremo. Divide-se em <i>absoluto</i>, e <i>relativo</i>.” (32-33):</p> <p>3.1. <i>Absoluto</i> – “he o que exprime alguma qualidade no seu supremo gráo; mas sem relação a nenhuma cousa.” (33). Ex.: <i>A esmóla he huma grangearia certissima para bens temporaes, e eternos.</i> Ex.: <i>Sendo muito poucos no mundo os homens, que podem luzir; aquelles diante doa quaes se possa luzir, ainda são muito menos.</i></p> <p>3.2. <i>Relativo</i> – “he o que exprime a qualidade no seu gráo supremo, porém com relação a alguma outra cousa” (33). Ex.: <i>A melhor, e a peor cousa, que ha no mundo, he o conselho. Se he bom, he o maior bem, se he máo, he o peor mal.</i></p>	<p>comparativo pode ser de:</p> <p>2.1. <i>Superioridade</i> Ex.: <i>O rapaz é mais cuidadoso que (ou do que) os outros.</i></p> <p>2.2. <i>Inferioridade</i> Ex.: <i>O rapaz é menos cuidadoso que (ou do que) os outros.</i></p> <p>2.3. <i>Igualdade</i> Ex.: <i>O rapaz é tão cuidadoso quanto (ou como) os outros.</i></p> <p>3. <i>Superlativo</i> – pode ser:</p> <p>3.1. <i>Absoluto</i> – indica “que a qualidade do ser ultrapassa a noção comum que temos dessa mesma qualidade” e “a superioridade é ressaltada sem nenhuma relação com outros seres.” (148) Que se subdivide em:</p> <p>3.1.1. <i>Sintético</i> Ex.: <i>O rapaz é cuidadosíssimo.</i></p> <p>3.1.2. <i>Analítico</i> Ex.: <i>O rapaz é muito cuidadoso.</i></p> <p>3.2. <i>Relativo</i> – indica, “com vantagem ou desvantagem, a qualidade do ser em relação a outros seres” (148) e pode ser de:</p> <p>3.2.1. <i>Superioridade</i> Ex.: <i>O rapaz é o mais cuidadoso dos (ou dentre os) pretendentes ao emprego.</i></p> <p>3.2.2. <i>Inferioridade</i> Ex.: <i>O rapaz é o menos cuidadoso dos pretendentes.</i></p>
--	--

Assim, concluímos que, relativamente à formação destes graus, o comparativo de superioridade forma-se antepondo ao adjectivo o advérbio *mais*, o comparativo de inferioridade antepondo o advérbio *menos* e o comparativo de igualdade antepondo o advérbio *tão*, tal como acontece actualmente. Os dois termos<sup>10</sup> de comparação “se ajuntão nas duas primeiras especies de comparativos pela conjunção *que*, e na terceira pela conjunção *como*.” (Fonseca 1799: 32).

Quanto ao superlativo absoluto, este forma-se com recurso ao advérbio *mui* ou *muito*, ou equivalente, e o superlativo relativo com “o artigo *o*, ou *a* antes de *maior*, *menor*, *melhor*, *peor*, *mais*, *menos*.” (Fonseca 1799: 33-34) e com “as

<sup>10</sup> Fonseca refere que “toda a comparação tem dous termos. Hum delles he a cousa, que se compara, e o outro he a cousa, que serve de comparação.” (Fonseca 1799: 32).

proposições *de*, ou *entre*” (Fonseca 1799: 33), expressas ou subentendidas, a introduzir o termo da comparação.

Ainda que Fonseca não designe directamente os superlativos terminados em *-issimo* de absolutos, entendemos que assim os considerava, uma vez que integra o seguinte exemplo nos absolutos, como vimos na tabela anterior: “*A esmóla he huma grangearia certissima para bens temporaes, e eternos.*” (Fonseca 1799: 33).

De facto, Fonseca cria novas divisões para os graus dos adjectivos, demarcando-se dos gramáticos seus contemporâneos e legando-nos uma descrição bem detalhada das “tres especies de adjectivos” (Fonseca 1799: 29), que em muito se aproxima das descrições actuais.

### 3. Conclusão

Em conclusão ao estudo do nome, podemos afirmar que o professor de Retórica, ainda que siga a tradição, soube libertar-se das suas amarras, dando contributos inovadores. Isto verifica-se, por exemplo, na subdivisão do nome pelo facto de inserir na classe geral nome, juntamente com o *nome substantivo* e o *nome adjectivo*, os *nomes primitivos*, *derivados*, *collectivos*, *verbaes*, *compostos* e *numeraes*. Além do mais, os *nomes compostos* surgem agora pela primeira vez numa gramática portuguesa.

Outro aspecto a salientar tem a ver com a declinação dos nomes. Quer Lobato, quer Figueiredo entendem que os nomes são declináveis. Fonseca demarca-se da tradição greco-latina ao não considerar declinações para o português, o que denota que esta gramática é fruto de uma reflexão da e para a língua portuguesa.

Relativamente aos critérios usados, verificamos que o autor recorre a “diferentes critérios dentro da mesma classificação, o que revela independentismo relativamente aos gramáticos antecessores.” (Assunção 2003: 278).

Em síntese, numa perspectiva diacrónica, parece legítimo afirmar que a “classe do nome, apesar de acusar ligeiras oscilações, não apresenta diferenças acentuadas, ou seja, as características distintivas desta categoria resistiram ao desgaste cronológico.” (Assunção 2003: 294).

### Referências Bibliográficas

- Andrade, António Alberto de (1966): *Vernei e a Cultura do seu Tempo*. Coimbra: Imprensa de Coimbra.
- Assunção, Carlos (2000): *A Arte da Grammatica da Lingua Portugueza de António José dos Reis Lobato. Estudo, edição crítica, manuscritos e textos subsidiários*. Lisboa: Academia das Ciências de Lisboa.
- (2003): “Vicissitudes Gramatológicas do Nome como Categoria Privilegiada no Quadro das Classes de Palavras”. In: *Confluência, Revista do Instituto de Língua Portuguesa*, separata n.ºs 25 e 26. Rio de Janeiro.
- Bechara, Evanildo (2005): *Moderna Gramática Portuguesa*. 37ª edição revista e ampliada. Rio de Janeiro: Editora Lucerna.
- Calero Vaquera, Maria Luísa (1986): *História de la Gramática Española (1847-1920) de A. Bello a R. Lenz*. Madrid: Biblioteca Románica Hispánica, Editorial Gredos.
- Coelho, Sónia (2009): «Classes e Subclasses de palavras em *Rudimentos da Grammatica Portugueza* de Pedro José da Fonseca. Dissertação de Mestrado não publicada. Vila Real: Universidade de Trás-os-Montes e Alto Douro.
- Cunha, Celso, e Cintra, Lindley (2000): *Nova Gramática do Português Contemporâneo*. Lisboa: Edições João Sá da Costa.
- Figueiredo, Pedro José de (1804): *A Arte da Grammatica Portugueza, Ordenada em Methodo Breve, Fácil, e Claro*. Lisboa: Imprensa Regia.
- Fonseca, Pedro José da (1799): *Rudimentos da Grammatica Portugueza, Cómmodos à instrução da Mocidade, e confirmados com selectos exemplos de bons Autores*. Lisboa: Officina de Simão Thaddeo Ferreira.
- Fontes, Susana de Fátima Póvoa Alves (2006): «Pedro José de Figueiredo: ideias linguísticas no quadro cultural setecentista.» Dissertação de Mestrado não publicada. Vila Real: UTAD.
- Gómez Asencio, José J. (1985): *Subclasse de palabras en la tradición española (1771-1847)*. Salamanca: Ediciones Universidad de Salamanca.
- Lobato, António José dos Reis (2000): *A Arte da Grammatica da Lingua Portugueza de António José dos Reis Lobato. Estudos, Edição Crítica, Manuscritos e Textos Subsidiários*. Lisboa: Academia das Ciências de Lisboa.
- Moura, Teresa Maria Teixeira de (2008): *As Ideias Linguísticas Portuguesas no Século XVIII*. Tese de doutoramento não publicada. Vila Real: Universidade de Trás-os-Montes e Alto Douro.
- Real Academia Española (1796): *Gramática de la Lengua Castellana*. Quarta edición corregida y aumentada. Madrid: Impresora de la Real Academia.

- Schäfer-Prieß, Barbara (no prelo): *A Gramaticografia Portuguesa de 1540 até 1822: Condições da sua génese e critérios de categorização, no âmbito da tradição latina, espanhola e francesa*. Tradução de Jaime Ferreira da Silva, revista e actualizada pela autora.
- Silva, Inocêncio Francisco da (1860): *Diccionario Bibliographico Portuguez*. Lisboa: Imprensa Nacional.
- Souza, Manoel Dias (1804): *Grammatica portugueza ordenada segundo a doutrina dos mais celebres grammaticos conhecidos, assim nacionaes como estrangeiros*. Coimbra: Imprensa da Universidade.
- Verdelho, Telmo, e Silvestre, João Paulo (org) (2007): *Dicionarística Portuguesa. Inventariação e estudo do património lexicográfico*. Aveiro: Universidade de Aveiro.



**Aspetos do culto ibérico ou celta da serpente  
em zonas do Alto Douro  
- Estudo etnolinguístico e simbólico -**

*Rui Dias Guimarães*

Universidade de Trás-os-Montes e Alto Douro  
rguima@utad.pt

**Abstract**

Some aspects of the cultural imagination of the Upper Douro Region, which relate language and culture as part of the immaterial or intangible cultural heritage contain cultural expressions and traditions, including the legend of Dona Mirra. Viewed from a ethno-linguistic perspective, in the manner of Bernard Pottier, i.e., considering the linguistic message in a context of cultural communication, combined with a variational and also ethno-linguistic point of view, as indicated by Eugenio Coseriu, we can establish a relationship with cultural heritage edifices, especially the message of the serpent symbol in ‘Castro’ settlements and rocks, perhaps even dating back to the Iberian or Celtic cult of the snake, in addition to the obvious Arab influence, or even of Mithras, as there remains a legacy of the cult of Serapis documented in the Panóias sanctuary. However, the fragmentation of the legend of Dona Mirra into variants, some with a strong moralizing character, and the division of its nuclear symbol, i.e., the serpent with or without a woman’s braid, and vocabulary, make evident the evolution and development of aspects of human consciousness as well as the linguistic elements of the communication of culture.

**Keywords:** ethno-linguistic, imagery, vocabulary, symbol, language and consciousness, Iberian or Celtic cult of the serpent.

**Resumo**

Alguns aspetos do imaginário cultural do Alto Douro, em que se relacionam língua e cultura, como parte do património cultural imaterial ou intangível, ao englobar expressões culturais e tradições, incluem a lenda Dona Mirra. Perspetivado pela etnolinguística, na aceção de Bernard Pottier; ou seja, considerando a mensagem linguística em situação de comunicação cultural, articulada com o ponto de vista variacional e também etnolinguístico, como assinalado por Eugenio Coseriu, pode-se estabelecer uma relação com o património cultural edificado, sobretudo as inscrições do símbolo da serpente em castros e rochas, ou até mesmo considerar o remonto culto ibérico ou celta da serpente, para além da notória influência árabe, ou mesmo de Mítras, já que existe um legado do culto a Serápis, em Panoias. Contudo, a fragmentação da lenda de Dona Mirra em variantes, algumas de carácter fortemente moralizador, e a divisão do seu símbolo nuclear; ou seja, a serpente, com ou sem trança de mulher, e o léxico, vêm pôr em evidência a evolução e desenvolvimento de aspetos da consciência humana, e os elementos linguísticos da mensagem da comunicação da cultura.

**Palavras-chave:** Etnolinguística, imaginário, léxico, símbolo, língua e consciência, culto ibérico ou celta da serpente.

### **Introdução**

A natureza do problema que pretendemos tratar prende-se com o património cultural imaterial ou intangível, que engloba aspetos da tradição da memória oral e da sua expressão linguística, diversos legados transmitidos de geração em geração, e a sua hipotética relação com o património cultural edificado existente.

Assemelha-se a uma espécie de palimpsesto onde se raspa para se gravarem novos legados. Um elemento cultural do imaginário popular que nos parece apresentar essas características é a lenda da Dona Mirra que inclui a figura simbólica da serpente com trança de mulher, recolhida na região do Alto Douro. Engloba também o maravilhoso de contornos árabes e populares, sem o símbolo da serpente. Registam-se, contudo, diversas variantes da lenda que poderão radicar em culturas mais remotas. Casos em que a figura central é o símbolo da serpente. Nestas variantes pode-se distinguir ainda dois tipos do símbolo: um em que a enorme serpente é adornada com uma trança de mulher pendente da cabeça, e outro sem a trança. A existência de diversas variantes, o maravilhoso e alguns aspetos éticos ou moralizadores, abrem a possibilidade de refletirem diferentes momentos do desenvolvimento da sensibilidade e da consciência humanas, na transmissão hereditária da cultura, em que a própria lenda sofre alterações.

No património cultural, confluem o aspeto hereditário e a participação dos membros da comunidade que vão assimilando e interiorizando uma apropriação coletiva que vai conferindo contornos de identidade.

Representam, por vezes, legados culturais ou civilizacionais diferentes, num caldeamento de onde poderão brotar novas expressões através da comunidade, como transmissão hereditária da cultura, com relevo, no nosso caso, para a mensagem linguística da comunicação no âmbito etnolinguístico.

O trabalho prévio consistiu na orientação direta da recolha desta lenda, acrescido de recolhas de outros investigadores, oito variantes com orientação nossa, incluindo mais nove, na totalidade de dezassete recolhas, envolvendo as localidades de Galafura, Poiares, Guiães e Abaças, todas perto do rio Douro, constituindo o corpus do presente estudo.

É nosso propósito analisar a mensagem linguística como comunicação de língua e cultura, eventualmente arraigada em registos civilizacionais remotos, transmissores de legados linguísticos simbólicos e culturais, desde os próprios iberos, aos celtas, os celtiberos, os romanos, os godos, os suevos ou mesmo orientais, ou ser uma influência direta árabe, levando em atenção estudos de investigadores (Parente 2003 e Vasconcelos 1913).

### **1. Algumas considerações etnolinguísticas**

Importa tecer algumas considerações sobre as relações entre as línguas e as culturas, a própria língua e cultura, a língua e a antropologia ou a linguística antropológica, assim como as abordagens da etnolinguística.

Sem termos a pretensão de elaborar um estudo teórico sobre esta matéria, importa referir que a etnolinguística conheceu já diversos estudos pioneiros como os norte-americanos (Dell Hymes 1966) que aplica alternadamente a designação etnolinguística e sociolinguística quanto à relação da linguagem na cultura e na sociedade, ou mesmo anteriormente diversos estudos alemães, já em meados do séc. XIX (Humboldt 1836) que concebe a linguagem como um sistema de regras com uma relação cultural e visão do mundo.

Pretendemos travejar um estudo alicerçado em dois conceitos principais. Em sentido lato, concebemos a etnolinguística como a relação entre a língua e a cultura e os fatores envolventes ou extra-linguísticos da comunicação, “L’ etnolinguistique sera l’étude du message linguistique en liaison avec l’ensemble des circonstances de la communication” (Pottier 1970: 3).

Contudo as circunstâncias da comunicação, mesmo quando envolvem a língua e a cultura, conhecem variação. Separando nitidamente etnolinguística de sociolinguística, a etnolinguística realiza o “estúdio de la variedad y variación del lenguaje en relación com la civilización y la cultura” (Coseriu 1981: 10).

Por outro lado, “a transmissão hereditária da cultura, quer ao cristalizar-se em tradição quer ao renovar-se relativamente às situações do momento, concebe-se como um problema preciso da dinâmica cultural” (Bernardi 1974: 64).

Os estudos sobre a língua falada vão ganhando cada vez mais interesse, levando teóricos em dialetologia a criar uma designação própria, a investigação femológica (Salvador 1987: 9).

### **2. Localização geolinguística e dialetal**

Observando o “Mapa dos Dialectos de Portugal Continental e da Galiza”, (Cintra e Rei 1992) publicado no *Atlas da Língua Portuguesa na História e no Mundo* (1992), as localidades de recolha da lenda Dona Mirra e suas diversas variantes foram Galafura e Poiares, na margem direita do rio Douro, concelho do Peso da Régua; Guiães e Abaças, perto de Galafura mas um pouco mais afastadas do rio Douro, já no concelho de Vila Real, ambas na província de Trás-os-Montes e Alto Douro.

A sua localização geolinguística e dialetal situa-se no extremo sul da “área dos dialetos transmontanos e alto-minhotos”, junto ao rio Douro.

Mapa dos Dialectos de Portugal Continental e da Galiza (Cintra, L. e F. Rei 1992)

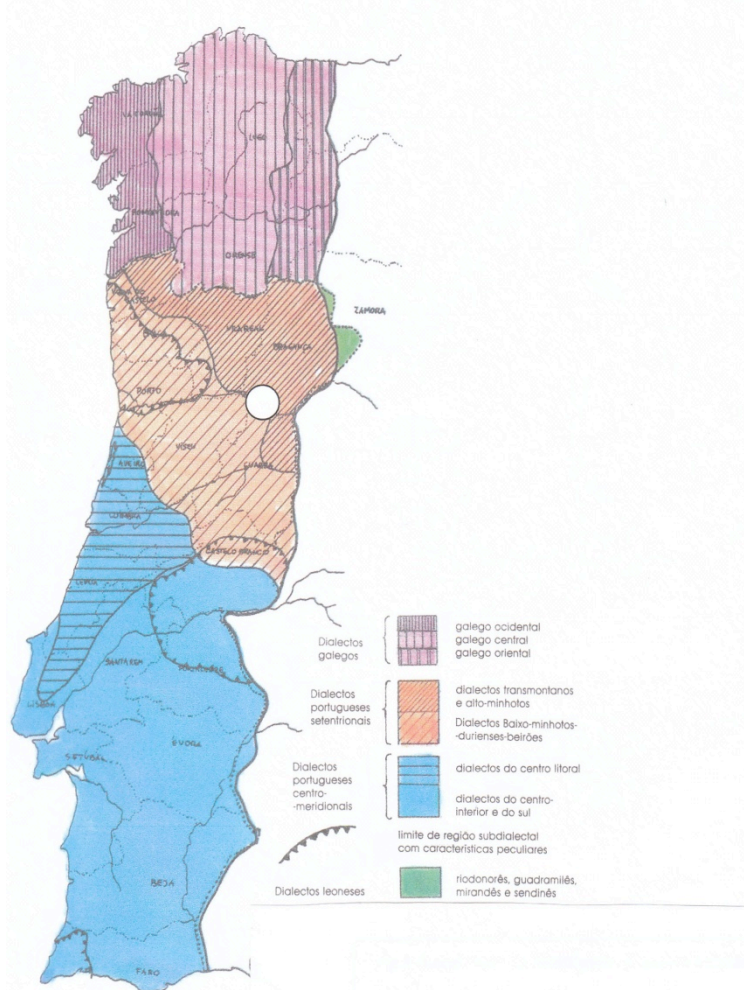


Fig. 1 - O - Localização geolinguística e dialetal da zona em estudo.

Na zona focada das recolhas da lenda da *Dona Mirra*, as primeiras investigações geolinguísticas e dialetais que assinalam especificidades quanto à língua e cultura remontam já à *Carta Dialectológica do Continente Português* (Vasconcelos 1893) pormenorizado pelo *Inquérito Linguístico* (Boléo 1942<sup>b</sup>) com a demarcação do designado “sub-dialecto alto-duriense entre Corgo e Tua”, e posteriormente a 2<sup>a</sup> edição do *Mapa Dialectológico do Continente Português* (Vasconcelos 1929) pormenorizado pelo *Inquérito Linguístico* (Boléo 1942<sup>b</sup>) onde se inscrevem as variedades “Peso da Régua” e “Alijó”, cujo estudo não foi ainda aprofundado.

### 3. Mito e lenda - Dona Mirra

Considerando a relação mito e lenda (Burkert 1991: 17) afirma:

Os mitos são – e isto é fundamental – narrativas tradicionais. Nessa medida, a mitologia é um domínio particular da investigação geral sobre a narrativa. Só é difícil delimitar os mitos no seu «verdadeiro» sentido da multiplicidade de tipos narrativos existentes. Um mito pode ser contado como um conto (*Märchen*), mas, no entanto, diferencia-se dele pelo facto de, normalmente, não ser contado por si mesmo e já o não ser nada, sobretudo, para crianças; mito é narrativa popular, e contudo acessível a uma formulação inicial, e até, em grego, receptáculo da poesia clássica do mais alto nível; o mito coincide, em grande parte, com a lenda (*Sagen*) e contudo é duvidoso se é possível extrair nele um «núcleo histórico».

As narrativas da tradição oral, quando fermentadas pelo maravilhoso popular, criam no imaginário poderosas imagens e símbolos, em que “a unidade do pensamento e das suas expressões simbólicas se apresenta como uma constante correção, como uma perpétua afinação” (Durand 2000: 30). Os símbolos tornam-se arquétipos da imaginação humana, onde ganham relevo figuras e imagens.

O *corpus* da análise da mito-lenda Dona Mirra é constituído, como já referimos, por 17 recolhas, com variantes e diversidade simbólica, facto que nos despertou a atenção. As realizadas por uma aluna de mestrado (Machado 2006), segundo a nossa orientação, incluem 8 variantes, acrescidas de mais 8 recolhas (Parafita 2005) e uma por Aida Matos, inserida no *site* da Junta da freguesia de Galafura.

A propósito da ligação entre mito e símbolo, este já no imaginário profundo pode germinar a iniciação e o sagrado (Eliade 1954: 145):

Os monstros do abismo reencontram-se em numerosas tradições: os heróis, os iniciados, descem ao fundo do abismo a fim de afrontarem os monstros marinhos; é uma prova tipicamente iniciática. Certo, na história das religiões abundam as variantes: por vezes os dragões montam a guarda em volta de um «tesouro», imagem sensível do sagrado, da realidade absoluta: a vitória ritual (= iniciática) contra o monstro guardião equivale à conquista da imortalidade. O baptismo é, para o cristão, um sacramento, porque foi instituído pelo Cristo. Mas não retoma menos o ritual iniciático da prova (= o nascimento do homem novo).

Existe diversidade simbólica e temática de maravilhoso. Das 8 recolhas que acompanhamos, 5 focam aspetos variados do maravilhoso árabe e popular de moiras encantadas e 3 incluem o símbolo da serpente. Dos registos de outros autores, da totalidade de 9, 3 incluem também o símbolo da serpente e 6 focam aspetos variados de maravilhoso árabe e popular de moiras encantadas que vivem numa gruta. Na globalidade do *corpus* das 17 recolhas, 11 não incluem o símbolo da serpente, só o maravilhoso árabe e popular e 6 incluem.

Nas recolhas e variantes, podemos fazer uma distinção geral entre as que incluem ou não o símbolo da serpente. De entre estas, as que projetam a imagem simbólica da serpente adornada com uma trança de mulher.

O mito-lenda Dona Mirra, em que não entra o símbolo da serpente mas o maravilhoso árabe e popular, apresenta como elemento recorrente uma moira encantada, encarcerada por um feitiço, no monte S. Leonardo, mesmo sobranceiro ao rio Douro, e guarda um grande tesouro. Pode ser quebrado o encanto ou feitiço através de palavras mágicas importantes mas que foram esquecidas, por uma menina a quem Dona Mirra pedira ajuda e ficaram ambas condenadas eternamente a atar e desatar giestas, ou uma vez mais por uma menina a quem Dona Mirra rogara para ir a casa e trazer uma bola de quatro cantos mas a menina comera um deles e Dona Mirra pergunta-lhe “como poderá cavalgar um cavalo de três pés?”, ou ainda a uma menina a quem dissera para ir a casa e pedir à mãe para fazer uma bola, em segredo, mas a menina quebrou o segredo; ou em que Dona Mirra passeia invisível de dia no monte S. Leonardo e à noite recolhe a uma gruta guardada por dois dragões. Será quebrado o feitiço ou encanto pelo jovem que, à meia-noite do dia primeiro de Janeiro, enfrentar e matar os dragões.

Das 17 recolhas e variantes, 6 incluem o símbolo da serpente, 3 foram por nós orientadas. De entre estas, uma figura simbólica é uma serpente com uma trança de mulher. Duas foram recolhidas em Galafura e uma em Guiães. O espaço descrito é composto por umas veigas ou “bajancas”. Das outras 3 recolhas com o símbolo da serpente, uma foi registada em Abaças e duas em Poiães. O espaço descrito é uma mina ou uma gruta onde vive a moira encantada. A serpente chega a enlear-se ou enroscar-se na pessoa. Esta não deve ter medo. Se tiver, quebra o encanto e perde o tesouro.

Nos seus traços gerais, registamos o símbolo da serpente adornada com uma trança, ou sem trança. Estas narrativas orais recolhidas associam este símbolo à coragem de quem vence o monstro mas com temeridade. Poderão representar aspetos iniciáticos. As do grupo de variantes que incluem o maravilhoso árabe e popular sem o símbolo da serpente veiculam sobretudo valores morais, a manutenção do segredo pedido, não ser guloso e cumprir a promessa, a confiança absoluta sem quebrar regras, a conservação na memória de algo importante.

#### **4. Informação lexical e simbólica**

A palavra serpente tem origem no étimo latino *serpens*. Como símbolo, incorpora o imaginário de civilizações diversas, orientais e ocidentais, incluindo o próprio cristianismo.

O “réptil” integra o paradigma dos arquétipos dos regimes diurnos das estruturas “esquizomórficas ou heroicas” das imagens (Durand 2000: 443). Está associado ao lado heroico.

Os mitos, os símbolos, revelam visões filosóficas e sentimentos religiosos através de designações e narrativas alegóricas (Eliade 1954: 11):

Segundo os estoicos, os mitos revelam visões filosóficas sobre a natureza profunda das coisas ou contêm lições de moral. Os múltiplos nomes dos deuses designam uma só divindade, e todas as religiões exprimem a mesma verdade fundamental: só varia a terminologia. O alegorismo estoico permite a tradução, numa linguagem universal e facilmente compreensível, de qualquer tradição antiga ou exótica. O seu sucesso foi considerável, e o método alegórico frequentemente utilizado até então.

As expressões de ideias na forma figurada ou alegorias no mito-lenda Dona Mirra, nos contextos em que aparece a serpente, no espaço caracterizado sempre perto de uma mina, veiga ou gruta, podemos registar algumas palavras ou lexemas de étimo celta. A palavra *mina* tem o seu étimo no celta *min* (Myer-Lübke 1911: 186) e (Machado 1952) *veiga*, palavra pré-romana que sobreviveu no português, no castelhano e no sardo. Menéndes Pidal faz derivá-la de *baika* terreno inundado, e de *ibai* que ainda hoje em vasco significa *rio* (Machado 1952), apresentando algumas semelhanças com o topónimo *barjanka(s)*, pelo menos parece conter dois morfemas iguais; *gruta* deriva do napolitano antigo ou siciliano *grutta* que radica no latim vulgar *crupta* e este do grego *cripta* (DRAE) e (Machado 1952).

Entre outras palavras, certamente de étimo latino, a mensagem linguística da comunicação da relação entre língua e cultura assenta em alguns étimos pré-romanos, assim como o símbolo da serpente tem registos em civilizações anteriores, muitas vezes, linguagem e símbolo, revestidos de um maravilhoso que lhe confere contornos árabes, ou mesmo acrescidos do próprio imaginário popular.

### **5. O mistério do culto ibérico ou celta da serpente**

Os vestígios da presença humana em Trás-os-Montes e Alto Douro são remotos. A norte do rio Douro incluindo a Galiza, detetam os especialistas uma grande densidade de castros, vestígios de uma civilização castreja celta ou ibera ou celtibera.

O Castro de S. Bento, no concelho de Vila Real, foi considerado “a residência das autoridades máximas dos Lapiteias, povo pertencente aos Sefes e, neles, à grande família celta que entre o século VI e o século I a. C. tinha

como sua esta região” (Parente 2003: 357) zona delimitada hipoteticamente a norte por Vila Pouca de Aguiar, a nascente pelos rios Tinhela ou Tua, a poente, pelo Marão e a sul pelo rio Douro.

Sensivelmente dentro desta região, registaram-se 344 inscrições serpentiformes (Parente 2003: 344), algumas com diversas ondulações, incluindo a do tipo espiralado, em penedos, castros, rochas. Haverá alguma relação entre estas inscrições na pedra e as da memória cultural imaterial?

Afirma o autor que os Lapiteias, “sendo um grande povo dos Sefes, adoravam as serpentes, que gravavam nas rochas” (Parente 2003: 357) considerando o castro de S. Bento, junto a Vila Real, “o mais importante santuário ofiolátrico de toda a região e era necessário pedir às divinas serpentes a protecção para os rebanhos”.

A propósito da mitologia ibérica, existe ainda um grande mistério e várias hipóteses (Lamas 1991: 174, 176):

os deuses ibéricos permanecem entidades misteriosas, entre as quais tem especial relevo um deus cujo poder se manifestava em vários santuários montanhosos. Este deus parece ter desempenhado um papel muito importante nas regiões meridionais, antes da conquista romana. Mas nunca foi possível identificá-lo. Embora existam, nos referidos santuários, nascentes ou fontes, parece pouco admissível a hipótese de se tratar de um génio das águas [...]

No Norte da Península e na Galiza verifica-se a existência de um culto da serpente, que desempenhou um papel importante nos mitos dos povos dos castros de Portugal Setentrional e da Galiza.

Considerando os Lusitanos e as religiões proto-históricas, assinala-se a existência de vestígios de inscrições em caracteres ibéricos ou turdetânicos em sepulturas do sul de Portugal (Vasconcelos 1913: 3).

Por outro lado, das relações militares e comerciais dos romanos, estabeleceram-se contatos com povos da Ásia e de África que introduziram diversos cultos na Lusitânia. Importa referir o culto a Serapis, de origem egípcia, que tem um templo em Panóias, Vila Real, e o culto a Mythras, de origem pérsica.

A propósito do culto de Mythras, “quanto a julgar da sua importância geral, este culto, devesse estar bastante propagado na Lusitânia, deixou aí poucos documentos, embora importantes; e são eles da Lusitânia espanhola” (Vasconcelos 1913: 335, 339).

O culto desta divindade da luz, protetora dos exércitos, e que “patenteava às almas dos homens *post mortem* as regiões da glória eterna” (Vasconcelos 1913:



334) tinha “os seus templos ou mithraea, alguns muito notáveis, edificados debaixo de terra, ou em desvios de montanhas” (Vasconcelos 1913: 335).

A cidade de Mérida, com o nome de Emerita Augusta, capital autónoma da Estremadura espanhola, nas margens do rio Guadiana, fundada em 25 a.C., foi uma das mais importantes cidades da Península Ibérica e capital da Lusitânia.

As estátuas a Mythras aí encontradas representam o corpo de um homem. Estão decapitadas e provavelmente teriam uma cabeça de leão. Enrosca-as uma serpente e a personagem está metida numa gruta de um rochedo. No culto de Mythras é vulgar a figura com o corpo “apertado por uma serpente que faz três, cinco, sete giros (é fatídico o número ímpar), e cuja cabeça pousa na do personagem, ou lhe entra na goela” (Vasconcelos 1913: 330, 340). O leão e a serpente fazem parte dos mistérios de Mythras que têm um caráter guerreiro ou militar.

Na localidade de Guiães, onde se procedeu à recolha de duas variantes do mito-lenda Dona Mirra, foi descoberto um tesouro celta composto por uma taça e uma bracelete de prata e ouro. A taça é de ouro e prata, esférica, com 0,12 cm de diâmetro, uma cinta trabalhada na parte superior, lisa no interior, de cor branca e amarelada. Pesa 210 gramas. A bracelete (“viriae”), constituída por uma verga de prata, com uma folha lanceolada de prata e ouro trabalhada, pesa igualmente 210 gramas. Este pequeno tesouro celta encontra-se exposto, desde 1980, no Museu Nacional de Arqueologia, em Lisboa.

## 6. Conclusões

Considerando a mensagem linguística da comunicação da língua e cultura, no âmbito etnolinguístico, incluindo léxico e símbolos, do mito-lenda Dona Mirra começamos por assinalar dois grupos nas 17 de variantes recolhidas: o grupo do maravilhoso árabe e popular sem o símbolo da serpente (11) e o grupo das que contêm o símbolo da serpente (6). Observa-se, portanto, a variação simbólica.

A propósito do culto ibérico ou celta da serpente existem poucas certezas. São relevantes as 344 inscrições serpentinais em rochas e castros registadas por João Parente, entre Vila Pouca de Aguiar e o Douro por ele atribuídas aos celtas. Em Guiães, um dos locais de recolha da lenda da Dona Mirra, perto do rio Douro e de Vila Real, foi descoberto um pequeno tesouro celta.

Leite de Vasconcelos também assinala o culto ibérico da serpente mais associado à introdução de divindades orientais pelos soldados romanos. Refere nomeadamente as estátuas descobertas em Mérida, junto ao rio Guadiana, capital da Lusitânia, estátuas do culto ao deus Mythras, divindade da luz, protetora dos exércitos, e que patenteava às almas dos guerreiros valorosos a glória e vida eternas. No culto de Mythras é vulgar a figura humana com o corpo apertado por

uma serpente que faz três, cinco ou sete voltas. A divindade Mythras é de origem persa. Serápis, de origem egípcia, tem um santuário em Panóias, Vila Real.

O grupo das variantes cuja mensagem linguística inclui o símbolo da serpente, que aliás também pode ter uma origem árabe, configura os parâmetros da prova tipicamente iniciática dos heróis que enfrentam monstros. O tesouro é uma imagem sensível do sagrado. A vitória ritual ou iniciática contra o monstro representa a conquista da imortalidade.

O grupo das variantes cuja mensagem linguística na narrativa mítica não inclui o símbolo da serpente incorpora léxico e símbolos em que assentam aspetos do maravilhoso de contornos árabes e populares, encerra sobretudo lições de moral.

É esta bivalência que detetamos no mito-lenda Dona Mirra e a mistura de símbolos à qual certamente não é alheio o carácter hereditário da cultura. Diferentes legados culturais e linguísticos, aculturações diversas, eventualmente diferentes origens, numa intertemporalidade cultural com mais peso, quase o dobro, para o grupo das variantes com lição de moral. A mensagem linguística como comunicação cultural, o seu carácter hereditário e evolutivo, a lição de moral humanista, considerando a relação entre cultura e consciência, pode ler-se no poema “Cântico à Humanidade” (Torga: 1948):

Hinos aos deuses, não.  
Os homens é que merecem  
Que lhes cante a virtude.  
Bichos que lavram no chão,  
Actuam como parecem,  
Sem um disfarce que os mude.

Apenas se os deuses querem  
Ser homens, nós os cantemos.  
E à soga do mesmo carro,  
Com os agulhões que nos ferem,  
Nós também lhes demonstramos  
Que são mortais e de barro.

### Referências Bibliográficas

- Atlas da Língua Portuguesa na História e no Mundo* (1992): Lisboa: Imprensa Nacional-Casa da Moeda/Comissão Nacional para as Comemorações dos Descobrimentos Portugueses/União Latina.
- Bernardi, Bernardo (1974): *Introdução aos Estudos Etno-Antropológicos*. Lisboa: Edições 70.
- Burkert, Walter (1991): *Mito e Mitologia*. Lisboa: Edições 70.
- Boléo, M. Paiva (1942<sup>a</sup>): *O Estudo dos Dialectos e Falares Portugueses (um inquérito linguístico)*. Coimbra: Universidade.
- (1942<sup>b</sup>): *Inquérito Linguístico*. Coimbra: Universidade de Coimbra [Ficou conhecido como *Inquérito Linguístico Boléo – ILB*].
- Cintra, L. e F. Rei (1992): “Mapa dos Dialectos de Portugal Continental e da Galiza” inserido por Manuela Barros Ferreira “Dialectologia da Área Galego-Portuguesa” in: *Atlas da Língua Portuguesa na História e no Mundo*. Lisboa: Imprensa Nacional-Casa da Moeda/Comissão Nacional para as Comemorações dos Descobrimentos Portugueses/União Latina, 1992, p. 31 [O mapa inclui o trabalho de Lindley Cintra (Portugal) e Fernandez Rei (Galiza)].
- Coseriu, Eugenio (1981): “La sócio-y la Etnolingüística: Sus fundamentos y sus tareas” in: *Anuario de Letras*. Mexico. Vol. XIX, pp. 5-29.
- Durand, Gilbert (2002): *As Estruturas Antropológicas do Imaginário. Introdução à Arquetipologia Geral*. São Paulo: Martins Fontes, 3<sup>a</sup> ed. [Esta obra foi publicada originalmente em francês com o título *Les Structures Anthropologiques de L’Imaginaire* por Dunod, Paris, em 1992].
- Eliade, Mircea (1949): *Le Mythe de l’Éternel Retour*. Paris.
- (1954): *Das Heilige und das Profane*. [O Sagrado e o Profano. Lisboa: Ed. Livros do Brasil.]
- Gumont, Franz (1899): *Textes et monuments figurés relatifs aux mystères de Mithra*. Bruxelas: Pellami et Centerick.
- Hymes, Dell (ed.) (1966): *Language in culture and society (A reader in Linguistics and Anthropology)*. New York: Harper international.
- Humboldt, Wilhelm (1836): *The Heterogeneity of Language and its Influence on the Intellectual Development of Mankind* (orig. *Über die Verschiedenheit des menschlichen Sprachbaus und ihren Einfluss auf die geistige Entwicklung des Menschengeschlechts*). 1836. Nova edição: *On Language. On the Diversity of Human Language Construction and Its*

- Influence on the Mental Development of the Human Species*. Cambridge: Cambridge University Press, 2<sup>nd</sup> rev. 1999.
- Lamas, Maria (1991): *Mitologia Geral. O Mundo dos Deuses e dos Heróis*, vol. II: Lisboa: Editorial Estampa.
- Meyer-Lübke, W. (1911): *Romanisches Etymologisches Wörterbuch*. Heidelberg: Carl Winter's Universitätsbuchhandlung.
- Machado, José Pedro (1952): *Dicionário Etimológico da Língua Portuguesa*. Lisboa: Livros Horizonte.
- Machado, Maria Luísa M. (2006): *Manifestações do Sagrado na Religiosidade Popular do Alto Douro*. Vila Real: Universidade de Trás-os-Montes e Alto Douro [Dissertação de mestrado em ensino da língua e literatura portuguesas].
- Parente, João (2003): *O Castro de S. Bento (concelho de Vila Real) e o seu Ambiente Arqueológico*. Vila Real: Tipografia Minerva Transmontana.
- Parafita, Alexandre (2005): *Mouros Míticos em Trás-os-Montes. Contributos para um estudo dos mouros no imaginário rural a partir de textos da literatura popular de tradição oral*. Vol. I e II. Vila Real: Universidade de Trás-os-Montes e Alto Douro [Tese de doutoramento em cultura portuguesa].
- (1999): *A Comunicação e a Literatura Popular. Um estudo preliminar sobre literatura popular de tradição oral em Trás-os-Montes e Alto Douro*. Lisboa: Plátano Editora.
- (2000): *O Maravilhoso Popular. Lendas, Contos, Mitos*. Lisboa: Plátano Editora.
- Pottier, Bernard (1970): “Le Domaine de L’Ethnolinguistique”. In: *Langages* 18, Paris: Armand Collin, p. 3-11.
- Torga, Miguel (1948): “Cântico à Humanidade” In: *Antologia Poética*, 2001, 6.<sup>a</sup> ed., Lisboa: Publicações Dom Quixote.
- Vasconcelos, J. Leite de (1893): *Carta Dialectológica do Continente Português*. Lisboa: Universidade de Lisboa.
- (1893-1895): “Dialectos Transmontanos”. In: *Revista Lusitana*. Lisboa: Universidade, p. 57-74. [Sep. Porto: 1893, 24 pgs.].
- (1897, 1929): Mapa *Dialectológico do Continente Português*. Lisboa: Universidade. [Sep. Publicado em F. Deusado, *Choriografia de Portugal*. Lisboa: 1893 e posteriormente por P. Boléo em *Inquérito Linguístico*, 1949].
- (1901): *Esquisse d’une Dialectologie Portugaise*. Paris: Sorbonne. [Tese de doutoramento publicada posteriormente em Lisboa: INIC, 1987].
- (1913): *Religiões da Lusitânia*, vol. III. Lisboa: Imprensa Nacional.

- (1929): *Mapa Dialectológico do Continente Português*, 2.<sup>a</sup> ed. Lisboa: Universidade de Lisboa.
- (1985): *Opúsculos*. Vol. VI. *Dialectologia*.. Lisboa: Imprensa Nacional-Casa da Moeda.
- Velarde, M. Casado (1988): *Lenguaje y Cultura. La Etnolingüística*. Madrid: Editorial Síntesis.
- Salvador, Gregório (1987): *Estudios Dialectológicos*. Madrid: Paraninfo.
- Torga, Miguel (1948): “Cântico à Humanidade”. In: Miguel Torga (2001): *Antologia Poética*, 6.<sup>a</sup> ed. Lisboa: Dom Quixote, p.108.
- <http://www.freguesiadegalafura.com/> Indicação da recolha de lenda de *Dona Mirra*. Fonte: *Lendas mouras do monte S. Leonardo*, compiladas por Aida Coimbra Aires de Matos, s/d.
- DRAE – *Diccionario de la lengua española de la Real Academia Española* (dicionário on line).



## O ideário linguístico no *Novo methodo de educar os meninos e meninas* (1815) do vila-realense Frei José da Virgem Maria

Rolf Kemmler

Universidade de Trás-os-Montes e Alto Douro

kemmler@utad.pt

### Abstract

This article studies the essence of linguistic ideas in the collection of didactic works united in the *Novo Methodo de educar os meninos e meninas* (printed 1815, published 1816) by the Vila-Real based Franciscan Frei José da Virgem Maria. In the 112 pages dedicated to Portuguese grammar, the subject is being treated in a mix of a dialogistic method and more extensive explicative notes. The analysis of some essential texts permits the identification of a massive influence of French general grammar by Nicolas Beauzée (1767) and corresponding entries in the *Encyclopédie méthodique*.

**Keywords:** Historiography of Linguistics, Grammar, Education, Didactic manuals, Beauzée, french general grammar, Encyclopédie méthodique.

### Resumo

Este artigo estuda a essência das ideias linguísticas presentes no conjunto didático constituído pelo *Novo Methodo de educar os meninos e meninas* (impresso em 1815, publicado em 1816) do franciscano vila-realense Frei José da Virgem Maria. Nas 112 páginas dedicadas à gramática portuguesa a matéria é abordada numa mistura entre o método dialogístico e notas explicativas extensas. A análise de alguns trechos chave permite a identificação de uma influência maciça da gramática geral francesa de Nicolas Beauzée (1767) e das entradas correspondentes na *Encyclopédie méthodique*.

**Palavras-chave:** Historiografia linguística, gramática, educação, manual didático, Beauzée, grammaire générale francesa, Encyclopédie méthodique.

### 1. Introdução

No âmbito de outro artigo (Kemmler 2010a), tivemos ocasião de lembrar a existência de um conjunto de dois tomos de conteúdo didático que testemunha a atividade educativa do franciscano vila-realense Frei José da Virgem Maria, que exerceu o magistério primário no Convento de São Francisco de Vila Real desde 1810 até inícios da década de 1820. Apesar de mencionar o ano de publicação de 1815, consta que o *Novo methodo de educar os meninos e meninas* somente chegou a ser publicado no ano de 1816, tendo sido impresso pela Impressão Régia em Lisboa.

Do ponto de vista da disciplina da historiografia linguística, é de especial importância a referência explícita ao filólogo setecentista francês Nicolas

Beauzée (1717-1789), de cuja obra *Grammaire générale, ou exposition raisonnée des éléments nécessaires du langage* (1767), o gramático português Virgem Maria testemunha conhecimento direto. Assim, a leitura do ‘prologo exhortatorio’ do primeiro tomo permitiu a constatação que este não somente conhecia a obra do gramático francês a que se referiu explicitamente, mas que inclusive chegou a aproveitar a obra dele para a tradução de trechos escolhidos (cf. Kemmler 2010a: 48, 52-54).

Em complemento do referido artigo, pretendemos a seguir dedicar-nos ao ideário linguístico na obra de Virgem Maria, com especial ênfase na exposição temática constituída pelo paratexto dedicado exclusivamente à gramática, bem como nas principais definições fornecidas em relação com a gramática e com as partes da oração.

## 2. A «Introdução a' Grammatica Portugueza»

O texto introdutório intitulado «Introdução a' Grammatica Portugueza» ou, como mais detalhadamente informa o índice em Virgem Maria (1865, I: 131), «*Introdução á Grammatica Portugueza, sua necessidade, e utilidades que della resultão*», ocupa as páginas XV até XX:

### INTRODUÇÃO A' GRAMMATICA PORTUGUEZA

A *Grammatica* tem huma ligação immediata com a exposição das nossas idéas: consequentemente ella ensina a devida ordem de as expressarmos, eis o 1.º *Motivo* que a faz necessaria. Ella dá meios convenientes para os progressos nas Grammaticas das outras Lingoas, pela facilidade que subministra na intelligencia dos seus preceitos, eis o 2.º *Motivo*.

Com effeito, ainda que a *Grammatica Materna* pareça a muitos sujeitos huma cousa de pouco momento, hum objecto só da infancia, da ociosidade, ou pedantismo; ao contrario, ella he importantissima a certos respeitos, e muito digna da attenção dos espiritos mais delicados, e mais sólidos. Todas as Nações illustradas assás conhecem esta verdade: por isso se tem occupado homens doutissimos, e de grande talento em comporem Grammaticas da sua propria Lingoa.

E na verdade, por duas Razões se faz indispensavelmente necessaria a noticia da *Grammatica Materna*: 1.ª Para se fallar e escrever sem erros, conhecendo suas Leis: 2.ª Para facilitar a intelligencia das Grammaticas das Lingoas estrangeiras.

A 1.ª Razão por si mesma se manifesta. Em quanto á 2.ª, ninguem ignora que o conhecimento da *Lingoa Materna* deve contribuir muito para quando os Meninos passarem ao Estudo das Grammaticas estrangeiras, por saberem já o que he *Nome*, o que he *Verbo*, a natureza e propriedade de todas as *Partes da Oração*, e o modo com que ellas alli se arranjam.

De todas estas vantagens se privão aquelles Meninos a quem se não ensina a *Grammatica Materna*: elles ficão ignorando as Regras da sua propria Lingua, incapazes por isso de a fallarem nem escreverem com intelligencia, e reduzidos á triste situação de entrarem para o Estudo de outra qualquer Lingoa com os olhos puramente ás cegas.

Para prevenir tantos damnos em seus Vassallos, ordenou o nosso Sapientissimo Monarcha o *Senhor D. José I*, pela sua Lei de 6 de Maio de 1772, que os Mestres de Primeiras Letras ensinassem a *Grammatica Portugueza* a seus Discipulos.

Penetrado destes motivos, e não achando para os Meninos da minha Aula huma Arte de *Grammatica Portugueza* que me satisfizesse; depois de consultar varios AA. que me vierão á



mão, determinei fazer *esta Obra*, na qual gastei alguns annos, apoyando-a no voto de muitos sujeitos que approvárão o meu designio; e eu offereço tãobem ás Aulas em beneficio do Público, qual novo prato aos convidados d'huma Meza: bem se vê que supposto alli hajão muitos, huns gostão destes, outros daquelles: o que eu agora publico he do meu genio, poderá tão bem ser análogo a outros muitos.

Sei que o systema dos Compendios deve ser resumido; mas a verdade he que = *o pouco nunca explica muito* =, e a clareza nas cousas he tão essencial, que justamente dizem os AA. se deve preferir este Methodo a qualquer outro que assim não for. Eis-aqui hum dos motivos, que me obrigarão a individuar mais alguns Pontos, com proporção tãobem ás pessoas de maior idade, as quaes tendo sahido das Escolas sem estes conhecimentos, quizerem utilizar-se delles como lhes parecer justo: persuado-me que cedendo tudo isto em beneficio público, deverá compensar alguma impropriedade do fim primario.

Sigo nesta *Grammatica* o Methodo Dialogistico, por me parecer mais proprio para Meninos, como mais simples; pois que *huma Pergunta*, e *huma Resposta* breve, comprehende-a melhor hum Menino do que hum Discurso extenso. Esta a razão, se me não engano, porque as Doutrinas nos Cathecismos ordinariamente são postas em *Dialogo*.

*Esta Obra* leva *Notas frequentes*, e *mui extensas*, tanto no 1.º Tomo, como no 2.º; porque os Meninos não podem decorar senão pequeninas Regras, que são as do alto das paginas, cingidas tão somente ás proprias Definições em Perguntas e Respostas. As *Notas* são só para lhes illustrarem as Materias, sem que seja preciso senão ponderarem-nas com reflexão. Deste modo lhes fica pois dividido o que he para entregarem á memoria, do que unicamente he para lerem por divertimento, e instrucção mais ligeira.

As razões da *Pontuação* que eu aqui sigo, pôde vêlas o Leitor curioso no *Tratado da Orthographia* adiante exposto.

De resto, como esta *Obra* he principalmente dirigida para Meninos, aqui mesmo lhes advirto o seguinte.

Tenho ouvido lamentarem-se alguns homens doutos, e alguns Escritores haverem igualmente declamado contra a affectação de certas pessoas em se servirem de expressões novas que o bom uso não authoriza, introduzindo sem necessidade na nossa Lingoa vocabulos estranhos, palavras inuteis.

Hum sujeito que conhece os direitos e as decisões do *Uso*, não se serve senão de palavras recebidas; ou não recorre a introduzi-las de novo, senão quando a isto se vê obrigado por huma penuria, e huma necessidade indispensavel: simples, e sem affectação em suas maneiras, elle se serve das expressões que se adaptão ao seu sujeito, porém não as busca, nem se deixa illudir pelo falso brilhante de certos Termos mais esquisitos do que solidos, n'uma palavra, elle conhece a maxima e Horacio, quando diz que = *O saber, he o principio e a origem de bem fallar: Scribendi recté sapere est principium et fons*. [Art. poet. 309]

E na verdade, por 3 motivos não he justo desprezar as palavras da propria Lingoa, e servir-se sem necessidade das de alguma estrangeira.

#### 1.º Motivo.

Ninguem gosta da mendicidade, pois que ella deprime a grandeza de que nós queremos gloriar-nos. Ora sendo a nossa Lingua tão magestosa, e tendo tanta abundancia de Termos que, na opinião de graves AA., ella pôde apostar fartura com outras muitas Lingoas, a que vem mendigarem-se sem necessidade palavras que não são nossas? não he isto deprimir o caracter do nosso Idioma, e esquecermo-nos da sua nobreza?

#### 2.º Motivo.

O uso das palavras estrangeiras faz com que não se indagão nem estudão as da nossa Lingoa. Com este desuso e inapplicação se vai a mesma Lingoa insensivelmente amortizando, e nós ficamos ignorando os seus vocabulos.

#### 3.º Motivo.

Não está o bom dos Termos em serem novos ou esquisitos, mas em serem proprios, claros e adequados ao que por elles queremos significar: he esta huma verdade que todos conhecem ou devem conhecer. Que Termos mais proprios á nossa expressão do que os nossos mesmos? Vejão-se esses Papeis que dimanão nos Tribunaes: alli falla unicamente a Lingoagem

Portugueza: que pureza de Estilo! que magestosos Termos! que expressões tão próprias, e tão naturaes do Assumpto!

Com effeito, para cada Nação, as suas palavras nacionaes são as melhores, porque respondem á idéa e ao conceito de quem usa dellas com propriedade: em fim, a abundancia de palavras não faz a riqueza da Lingoa senão em quanto ella tem por origem a diversidade e a abundancia das idéas.

Tão pobre, como o forão todas as outras nos seus principios, era antigamente a nossa Lingoa Portugueza; mas agora, com as Obras de muitos Authores, se acha tão preciosamente ornada e enriquecida, que não tem emulação ás mais elegantes Lingoas da Europa: em abono della escreveo o seguinte certo Author Portuguez, tão discreto como veridico: »Não tenho a nossa Lingoa por grosseira, nem por bons os argumentos com que alguns querem provar o contrario; antes ella he branda para expressar, grave para encarecer, eficaz para mover, doce para pronunciar, breve para resolver, e accomodada ás materias mais importantes da conversação e da escrita.

»Para fallar, he engraçada com hum modo sensivel; para cantar, he suave com hum certo sentimento que favorece a Musica; para prégar, he substanciosa, com huma gravidade que authoriza as razões e as sentenças; para escrever Cartas, nem tem infinita cópia que mortifique, nem brevidade esteril que a limite; para a Historia, nem he tão florída que se derrame, nem tão secca que busque o favor das alheias.

»Sua pronúncia não obriga a ferir o paladar com aspereza, nem arrancar as palavras com vehemencia: escreve-se quasi do mesmo modo que se lê, e assim se falla: tem de todas as Lingoas o melhor, a pronunciação da Latina, a familiaridade da Castelhana, a brandura da Franceza, e a elegancia da Italiana: tem mais Adagios e Sentenças do que todas as Vulgares, em razão de sua antiguidade; e se á Lingoa Hebraica, pela honestidade das palavras, chamarão Santa, eu não sei outra que tanto fuja de palavras claras em materia de pudôr como a nossa: finalmente, a Lingoa Portugueza tem todas as partes de huma Linguagem perfeita, e algumas com eminencia d'outras Lingoas«. [*Bluteau*, no Prologo do seu Vocabulario, Tomo I] (Virgem Maria 1815, I: XV-XX).

Na senda da ligação racionalista entre a linguagem e o pensamento que já estabelecera a *Grammaire générale et raisonnée*,<sup>1</sup> o autor relaciona desde logo a gramática com as ideias, pelo que é coerente o papel didático-normativo que deriva para ela como primeiro motivo. Não surpreende que o segundo motivo, ocupar-se com a gramática, seja a facilidade na aprendizagem de qualquer outra língua após a percepção das noções gramaticais mais elementares.

No entendimento do gramático, isto estende-se especialmente à gramática da língua portuguesa como língua materna por caber-lhe grande importância para além da limitação anterior ao uso no ensino primário. Numa época em que se tornara obrigatório tanto o ensino da gramática portuguesa pelo espaço de seis meses,<sup>2</sup> seguindo-se logo, entre outros assuntos, a obrigatoriedade do ensino da

<sup>1</sup> Arnault e Lancelot (1966: 5): «LA GRAMMAIRE est l'art de parler. Parler, est expliquer ses pensées par des signes, que les hommes ont inventez à ce dessein». Com base nas obras dos gramáticos portugueses da época, Schäfer-Prieß (2000: 111-112) demonstra de maneira convincente que a noção de a língua ser uma expressão dos pensamentos se terá tornado num 'Gemeinplatz', ou seja, num lugar comum desde as obras de Pedro José de Figueiredo (1799) e Pedro José da Fonseca (1799).

<sup>2</sup> Veja-se a reprodução do Alvará de 30 de setembro de 1770 em Kemmler (2007: 522): «Sou servido ordenar que os Mestres da lingua Latina, quando receberem em suas Classes os Discipulos para lha ensinarem, os instruaõ previamente por tempo de seis mezes, se tantos forem necessarios para a instruaõ dos Alumnos, na Grammatica Portugueza, composta por Antonio José dos Reis

ortografia e da sintaxe portuguesas,<sup>3</sup> a insistência de Virgem Maria na importância da língua materna para a aquisição de conhecimentos linguísticos em geral, como de línguas estrangeiras em especial, parece ser um lugar comum desnecessário.

Achamos, porém, que não o é, pois testemunha antes as dificuldades reais que enfrentavam os potenciais docentes de conteúdos linguísticos portugueses na época. Apesar da regulamentação do acesso ao magistério primário e secundário, não havia, na Universidade de Coimbra, nenhum curso explicitamente dedicado à formação de professores de primeiras letras, latim ou mesmo de outras disciplinas, devendo os concorrentes para qualquer uma das vagas do sistema de ensino público e privado concorrer com base nos conhecimentos adquiridos no âmbito dos seus estudos propedêuticos (como no Colégio das Artes da Universidade de Coimbra), universitários ou particulares.<sup>4</sup>

No tocante à crítica das gramáticas existentes na altura, a perspectiva do autor pode ser encarada como pertinente, se considerarmos as exigências da lei de 6 de novembro de 1772. Com a exceção de obras como a *Nova escola de meninos na qual se propõem um methodo facil para ensinar a ler, escrever e contar* (1784) de Manuel Dias de Sousa (1753-1827), ou a *Eschola popular* (1796) de Jerónimo Soares Barbosa (1737-1816), que nas suas quatro partes reúne a ortoépia, o catecismo, a orthografia / caligrafia e a aritmética (Kemmler 2010b) não parece ter havido tentativas consideráveis de uma elaboração de manuais didáticos equivalentes às exigências daqueles diplomas. Se bem que a *Eschola Popular* pareça constituir um manual completo face às exigências da lei de 6 de novembro de 1772, não se trata de um conjunto didático completo, uma vez que a *Arte da grammatica la lingua portugueza* (1770) de António José dos Reis Lobato servia de gramática oficial.<sup>5</sup> Havendo ao lado desta gramática outras obras metalinguísticas de divulgação, entende-se, no entanto, a falta de

---

Lobato, e por Mim approvada para o uso das ditas Classes, pelo methodo, clareza, e boa ordem, com que he feita».

<sup>3</sup> Contrário ao que afirma Virgem Maria (1815, I: XVI), não houve efetivamente nenhuma lei de 6 de maio de 1772. O ensino da gramática portuguesa foi estabelecido pelo referido alvará de 30 de setembro de 1770, seguido pela lei de 6 de novembro de 1772. Veja-se o trecho seguinte na reprodução integral do original manuscrito desta lei em Kemmler (2007: 524): «5 Item: Ordeno, que os Mestres de Ler, e Escrever, e Contar, sejam obrigados a ensinar; não somente a boa forma de Caracteres; mas também as Regras Geraes da Orthographia Portugueza, eo que for necessario da Sintaxis della; para que os seus respectivos Discipulos possam escrever correctae, e ordenadamente: Ensinando-lhes pelo menos; as quatro especies de Arithmetica simples; o Catecismo, e Regras da Civilidade em hum breve Compendio [...]».

<sup>4</sup> Tais como os conhecimentos na matéria linguística e ortográfica adquiridos no seio da *Academia Orthográfica Portugueza*, fundada em 1772 para fins de formação profissional por João Pinheiro Freire da Cunha (cf. Kemmler 2007: 62-63).

<sup>5</sup> Para mais informações sobre esta gramática importante e a sua longa tradição editorial cf. o estudo introdutório e a edição crítica da obra de Lobato feito por Carlos da Costa Assunção (2000). Cf. também Kemmler (2006).

satisfação do autor face às gramáticas contemporâneas, uma vez que a maioria delas não estava adequada para ser utilizada num contexto de iniciação linguística do ensino primário.

De modo semelhante ao que, antes dele, fizeram outros gramáticos como Jerónimo Contador de Argote (1676-1749) nas *Regras da lingua portugueza, espelho da lingua latina* (<sup>1</sup>1721, <sup>2</sup>1725) ou João Pinheiro Freire da Cunha (1738-1811) na sua gramática híbrida *Breve tratado da orthografia* (<sup>1</sup>1769-<sup>9</sup>1815; cf. Kemmler 2007: 118-120), José da Virgem Maria advoga o chamado ‘Methodo Dialogistico’ segundo o sistema pergunta – resposta, pois seria mais acessível para os alunos, pelo que é coerente que também os catecismos escolares tenham sido redigidos segundo este método.<sup>6</sup> Se bem que o método dialogístico como tal não seja nada invulgar na redação de livros didáticos da época, é um dado raro que o autor se pronuncie sobre o método como tal e o seu relacionamento didático com os catecismos.

Parece algo eufemístico quando o autor fala de ‘notas frequentes’ que apresenta nos dois tomos da obra. Onde as notas ocupam, no segundo tomo, 83,75% de todo o conteúdo (cf. Kemmler 2010a: 51), elas chegam a ocupar um total de cerca de 102,75 páginas ou 77,26% de todas as páginas do primeiro tomo.<sup>7</sup> Nota-se, portanto, que as notas ocupam a esmagadora maioria de toda a obra gramatical.<sup>8</sup> Este facto evidencia a distinção didática pretendida através das notas: as definições mais essenciais da matéria linguística encontram-se ‘no alto das páginas’ e servem para serem decoradas pelos alunos, servindo as notas para esclarecimento adicional e facultativo das matérias definidas.

Por dirigir-se sobretudo aos alunos para que se escreveu a obra, Virgem Maria dedica-se a seguir detidamente à questão da admissibilidade de estrangeirismos na língua portuguesa, que rejeita com base em três motivos que são: a) a ‘mendicidade’ do empréstimo linguístico; b) o abandono do estudo de palavras propriamente portuguesas que a introdução destes traria consigo; e c) a riqueza e nobreza lexical da língua portuguesa como língua plurissecular de cultura. Em abono da sua opinião, o gramático ‘retoma’ uma citação do

---

<sup>6</sup> Convém recordar que o primeiro livro de leitura de língua portuguesa foi a tradução portuguesa do ‘pequeno catecismo de Montpellier’, uma obra dialogada de dimensões modestas que adquiriu este estatuto com o referido alvará de 3 de setembro de 1770.

<sup>7</sup> De entre as 133 páginas do primeiro tomo, as notas ocupam nada menos do que 92 páginas na sua inteireza (págs. 3, 6-9, 12-14, 16-31, 34-36, 41-42, 44-46, 48-55, 57-60, 63-76, 79-112). Noutras nove páginas as notas ocupam mais de três quartos da página (págs. 5, 10, 11, 15, 40, 47, 61, 62, 77) e em oito páginas ocupam mais de metade (págs. 4, 32, 33, 37, 38, 39, 43, 78). As páginas 113-116 («Elementos da Escrita») 117-130 («Elementos da Arithmetica») e 131-133 («Indice das materias que se contém neste primeiro tomo») não apresentam qualquer nota, o que corresponde a 15,79% do tomo.

<sup>8</sup> Em relação a toda a gramática, as notas ocupam 102,75 de 112 páginas, o que corresponde a 91,74%! As restantes páginas apresentam notas no valor inferior a metade da página, pelo que não foram consideradas para o cálculo destas percentagens.

«Prologo ao Leitor Estrangeiro» do primeiro volume do *Vocabulario portuguez e latino* (1712) de Rafael Bluteau (1638-1734):

*Naõ tenho a nossa lingoa, por grosseira, nem por bons os argumentos, com que alguns querem provar, que he esta. Antes he branda para declarar; grave para encarecer; efficaz para mover, doce para pronunciar; breve para resolver; & accommodada ás materias mais importantes da practica, & escriptura. Para fallar he engraçada com hum modo senhoril; para cantar he suave, cõ hum certo sentimento, que favorece a Musica; para prègar he sustanciosa com huma gravidade, que autoriza as razoens, & as sentenças, para escrever cartas nem tem infinita copia, que dane, nem brevidade esteril, que a limite; para Historias nem he tam florida, que se derrame; nem tam seca, que busque o favor das alheas. A pronunciaçam não obriga a ferir o ceo da boca, com aspereza; nem a arrancar as palavras com vehemencia do gargalo. Escrevese da maneira, que se lê, & assim se falla. Tem de todas as lingoas o melhor, a pronunciaçãõ da Latina, a origem da Grega, a familiaridade da Castelhana: a brandura da Franceza; a elegancia da Italiana. Tem mais adagios, & sentenças, que todas as vulgares em fé de sua antiguidade. E se â lingoa Hebraea pela honestidade das palavras chamaram Santa, certo, que não sei eu outra, que tanto fuja de palavras claras em materia decomposta, quanto a nossa (Bluteau 1712, I: [XL-XLI]).*

Se bem que não chegue a identificar o verdadeiro autor deste louvor da língua portuguesa, torna-se desde logo evidente que o próprio Bluteau retoma com bastante fidelidade<sup>9</sup> um trecho que se encontra no primeiro diálogo da *Corte na aldeia* (<sup>1</sup>1619) de Francisco Rodrigues Lobo (1579-1621), sem, aliás, identificar o autor que cita em letras itálicas.<sup>10</sup>

A proximidade dos dois textos (face à divergência em relação ao texto original de Lobo) permite concluir que José da Virgem Maria se tenha baseado

<sup>9</sup> Deixando de lado quaisquer considerações relativas à ortografia ou à pontuação, conseguimos identificar três divergências essenciais que a citação de Bluteau apresenta face ao texto de Lobo (negritos nossos): ‘Naõ tenho’ em vez de ‘E verdadeiramente que não tenho’ (falta ‘**E verdadeiramente que**’; ‘que he esta’ em vez de ‘que é essa’; ‘branda para **declarar**’ em vez de ‘branda para deleitar’.

<sup>10</sup> Veja-se, numa ortografia decerto modernizada em relação ao original renascentista, o trecho em Lobo (1890: 20): «E verdadeiramente que não tenho a nossa lingua por grosseira, nem por bons os argumentos com que alguns querem provar que é essa; antes é branda para deleitar, grave para engrandecer, eficaz para mover, dôce para pronunciar, breve para resolver e accomodada ás materias mais importantes da pratica e escriptura. Para falar é engraçada com um modo senhoril, para cantar é suave com um certo sentimento que favorece a musica; para pregar é substanciosa, com uma gravidade que auctoriza as razões e as sentenças; para escrever cartas nem tem infinita copia que dane, nem brevidade esteril que a limite; para historias nem é tão florida que se derrame, nem tão secca que busque o favor das alheias. A pronunciação não obriga a ferir o céu da bôcca com aspereza, nem a arrancar as palavras com vehemencia do gargalo. Escreve-se da maneira que se lê, e assim se fala. Tem de todas as linguas o melhor: a pronunciação da latina; a origem da grega; a familiaridade da castelhana; a brandura da franceza; a elegancia da Italiana. Tem mais adagios e sentenças que todas as vulgares, em fé da sua antiguidade. E se á lingua Hebraea pela honestidade das palavras chamaram santa, certo que não sei eu outra que tanto fuja de palavras claras em materia decomposta quanto a nossa».

no texto publicado por Bluteau, como o próprio gramático faz questão de mencionar. Observa-se, no entanto, que a citação oitocentista obviamente visa estabelecer uma modernização da versão setecentista do texto original, pois chega a reproduzi-lo com uma quantidade considerável de alterações, que, aliás, correspondem na sua maioria a diferentes escolhas de palavras.<sup>11</sup> Para além disso, a última frase da citação reproduz parte do último parágrafo do dito prólogo do lexicógrafo setecentista:

No segundo dos seus discursos Manoel de Faria Severim mostra que **a lingoa Portugueza tem todas as partes de huma lingoagem perfeita, & algumas com eminencia deoutras lingoas**, nas razoens deste Autor acharam os Estrangeiros cabal satisfaçam ás duvidas, que lhe pode propor a affeçam que todos naturalmente tem ao paterno idioma (Bluteau 1712, I: [XLI]; negritos nossos).

Tendo sido aproveitado por Virgem Maria no trecho marcado em negritos, este parágrafo de Bluteau serve para informar sobre o segundo discurso de Manuel Severim de Faria (1583-1655)<sup>12</sup> que tem por título «DISCVRSO II. DAS PARTES QVE HA DE hauer na lingoagem para ser perfeita, & como a Portuguesa as tem todas, & algũas com eminencia de outras lingoas» (Faria 1624: fls. 62 r – 86 v). Para além disso, o assunto da perfeição da língua portuguesa não se encontra abordado mais por Virgem Maria (1815).

### 3. As definições na *Grammatica Portugueza*

A seguir, dedicar-nos-emos às definições fornecidas para a gramática portuguesa, às suas partes, bem como às partes da oração. Conforme já indicado, estas definições constituem o corpo da gramática propriamente dita no

<sup>11</sup> Desconsiderando variações quanto à ortografia ou à pontuação, identificámos as seguintes divergências essenciais que a citação de Virgem Maria apresenta face ao texto de Bluteau (negritos nossos): ‘querem provar **o contrario**; antes **ella** he branda’ em vez de ‘querem provar, que he esta. Antes he branda’; ‘para **expressar**’ em vez de ‘para declarar’; ‘materias mais importantes da **conversaõ e da escrita**’ em vez de ‘materias mais importantes da practica, & escritura’; ‘hum modo **sensivel**’ em vez de ‘hum modo senhoril’; ‘infinita cópia que **mortifique**’ em vez de ‘infinita copia, que dane’; ‘**Sua pronúncia**’ em vez de ‘A pronunciaçam’; ‘ferir o **paladar** com aspereza’ em vez de ‘ferir o ceo da boca, com aspereza’; ‘**nem arrancar**’ em vez de ‘nem a arrancar’; ‘com vehemencia: escreve-se **quasi do mesmo modo** que se lê, e assim se falla:’ em vez de ‘com vehemencia do gargalo. Escrevese da maneira, que se lê, & assim se falla’ (falta ‘**do gargalo**’); ‘a pronunciação da Latina, a familiaridade da Castelhana’ em vez de ‘a pronunciação da Latina, a origem da Grega, a familiaridade da Castelhana:’ (falta ‘**a origem da Grega,**’); ‘em **razão** de sua antiguidade’ em vez de ‘que todas as vulgares em fé de sua antiguidade’; ‘chamarão Santa, **eu** não sei outra’ em vez de ‘chamaram Santa, certo, que não sei eu outra’; ‘palavras claras em materia **de pudôr como** a nossa’ em vez de ‘palavras claras em materia decomposta, quanto a nossa’. Nestas alterações destaca-se a omissão da referência à suposta origem grega da língua portuguesa que parece ter suscitado dúvidas suficientes neste gramático que prova estar bem informado na linguística contemporânea para justificar a sua eliminação.

<sup>12</sup> Não deixa de ser curiosa a troca dos elementos onomásticos ‘Faria Severim’ em vez de ‘Severim Faria’ feita por Bluteau (1712, I: [XLI]).

entendimento do nosso autor, sendo o texto completo reproduzido em anexo no fim do presente artigo.

### 3.1. A gramática e as suas partes

Como boa parte das gramáticas contemporâneas, a obra principia pela definição do conceito da gramática e das partes em que se divide:

*Elementos da Grammatica geral, applicados á Grammatica Portugueza.*

Perg. QUe cousa he *Grammatica*?<sup>13</sup>  
 R. He a Sciencia da Palavra pronunciada ou escrita.  
 P. Em quantas partes se divide?  
 R. Geralmente em duas, que são, *Orthologia*, e *Orthographia*.  
 P. Que cousa he *Orthologia*?  
 R. He a Sciencia da Palavra pronunciada.  
 P. Que cousa he *Orthographia*?  
 R. He a Sciencia da Palavra escrita (Virgem Maria 1815, I: 1).

Tendo o nosso autor já demonstrado conhecimento direto da gramática de Nicolas Beauzée (cf. Kemmler 2010a: 48), não admira que a definição se aproxime da afirmação «La GRAMMAIRE GÉNÉRALE est donc la science raisonnée des principes immuables & généraux du Langage prononcé ou écrit dans quelque langue que ce soit» (Beauzée 1767, I: X),<sup>14</sup> que estabelece que a gramática seria a ciência da palavra nas suas vertentes falada e escrita. Vejamos a entrada correspondente do mesmo gramático no segundo tomo *Grammaire et Littérature* da *Encyclopédie méthodique*:

GRAMMAIRE, s. f. *Terme abstrait*, R. Γράμμα, *littera*. Les latins l'appelèrent quelquefois *Litteratura*. C'est la Science de la Parole prononcée ou écrite. La Parole est une sorte de tableau dont la pensée est l'original; elle doit en être une fidèle imitation, autant que cette fidélité peut se trouver dans la représentation sensible d'une chose purement spirituelle. La Logique, par le secours de l'abstraction, vient à bout d'analyser en quelque sorte la pensée, toute indivisible qu'elle est, en considérant séparément les idées différentes qui en sont l'objet, & la relation que l'esprit aperçoit entre elles. C'est cette analyse qui est l'objet immédiat de la Parole; & c'est pour cela que l'art d'analyser la pensée est le premier fondement de l'art de parler, ou, en d'autres termes, qu'une saine Logique est le fondement de la *Grammaire* (EMGL 1784, 2: 189).

<sup>13</sup> Na nota de rodapé correspondente, Virgem Maria (1815, I: 1) afirma «*Grammatica* em Grego significa *Letra*». Parece óbvio que se trate de um engano por ser manifesto que o equivalente grego de letra era γράμμα. O termo grego γραμματική (τέχνη) (ou seja gramática) significa 'arte de ler e escrever'.

<sup>14</sup> Esta definição encontra-se ligeiramente variada em EMGL (1784, 2: 190): «La *Grammaire générale* est donc la science raisonnée des principes immuables & généraux de la Parole prononcé ou écrite dans toutes les langues».

Observa-se, portanto, que a definição do gramático português é uma tradução literal da definição «C'est la Science de la Parole prononcée ou écrite» fornecida por Beauzée na *Encyclopédie méthodique*. Tal como antes dele fizera Manuel Dias de Sousa na sua *Grammatica Portugueza* (1804: 2), também Virgem Maria considera a distinção da gramática nas duas partes 'orthologia' (que diz respeito a tudo que tem a ver com a língua falada) e 'orthographia'.<sup>15</sup> Mesmo que neste aspeto não seja possível identificar correspondências literais, julgamos que também aqui o gramático vila-realense terá buscado a terminologia a Beauzée:

La *Grammaire* considère la Parole dans deux états, ou comme prononcée, ou comme écrite; la Parole écrite est l'image de la Parole prononcée: & celle-ci est l'image de la Pensée. Ces deux points de vûe peuvent donc être comme les deux principaux points de réunion, auxquels on raporte toutes les observations grammaticales; & toute la *Grammaire* le divise ainsi en deux parties générales, dont la première, qui traite de la Parole, peut être appelée *Orthologie*; & la seconde, qui traite de l'Écriture, se nomme *Orthographe*. La nécessité de caractériser avec précision les points saillants de notre système grammatical, & la liberté que l'usage de notre langue paraît avoir laissée sur la formation des termes techniques, nous ont déterminés à en risquer plusieurs, que l'on trouvera dans le tableau que nous allons présenter de la distribution de la *Grammaire*. Nous ferons en sorte qu'ils soient dans l'analogie des termes didactiques usités, & qu'ils expriment exactement toute l'étendue de l'objet que nous prétendons leur faire désigner: à mesure qu'ils se présenteront, nous les expliquerons par leurs racines. Ainsi, le mot *Orthologie* a pour racines, ὀρθός *rectus*, & λόγος, *sermo*; ce qui signifie *maniere de bien parler* (EMGL 1784, 2: 191-192).<sup>16</sup>

O relacionamento entre as duas vertentes da palavra e o pensamento no referido trecho «[...] la Parole écrite est l'image de la Parole prononcée: & celle-ci est l'image de la Pensée» encontra o seu reflexo nas seguintes definições quase literais relativas à palavra:

Da *Palavra*.

P. QUe cousa he *Palavra*?

R. He o sinal de huma idéa total.

<sup>15</sup> Ao identificar a influência de Beauzée sobre Sousa, Schäfer-Prieß (2000: 95) chama a este procedimento uma 'Grobeinteilung', ou seja, uma 'distinção *grosso modo*'.

<sup>16</sup> Boa parte deste parágrafo foi quase literalmente traduzido por Sousa (1804: 2): «A Gramatica ou seja Universal ou Particular, considera a palavra em dois estados; ou como *pronunciada*; ou como *escrita*: a palavra *escrita* he imágem da palavra *pronunciada*, e esta he imagem do pensamento. A estes dois pontos se referem todas as observações Gramaticaes; e assim toda a Gramatica se divide em duas partes geraes; a primeira das quaes que trata da palavra *pronunciada* pode chamar-se *Ortologia*, palavra de origem Grega que significa *modo de bem falar*; e a segunda que trata da palavra *escrita*, chama-se *Ortografia* que significa *modo de bem escrever*». Dado que este gramático não aproveitou todos os trechos retomados por Virgem Maria, não consideramos forçoso que este se tenha baseado na obra portuguesa contemporânea, parecendo mais provável que ambos terão partilhado a mesma fonte.



- P. De quantos modos he a *Palavra*?
- R. De dous, *Palavra pronunciada*, e *Palavra escrita*.
- P. Que cousa he *Palavra pronunciada*?
- R. He a imagem do pensamento manifestada pela voz.
- P. Que cousa he *Palavra escrita*?
- R. He a imagem da palavra pronunciada.
- P. Em quantas partes se divide a *Palavra*?
- R. Em duas, que são, *Lexicologia*, e *Syntaxe*.
- P. Que cousa he *Lexicologia*?
- R. He a Sciencia do conhecimento das Palavras.
- P. Que cousa he *Syntaxe*?
- R. He a Sciencia da collocação das palavras (Virgem Maria 1815, I: 2).

De forma coerente, a subdivisão da palavra em ‘lexicologia’ e ‘syntaxe’ encontra-se igualmente retomada da do gramático francês, que considera «[...] ce qui partage naturellement le traité de la Parole en deux parties, qui sont la *Lexicologie* & la *Syntaxe*» (EMGL 1784, 2: 192). Para estas duas partes, Beauzée apresenta as seguintes definições:

I. L’office de la *Lexicologie* est donc d’expliquer tout ce qui concerne la connoissance des mots; & pour y procéder avec méthode, elle en considère le *matériel*, la *valeur*, & l’*étymologie* (EMGL 1784, 2: 192).

II. L’office de la *Syntaxe* est d’expliquer tout ce qui concerne le concours des mots réunis pour exprimer une pensée. Quand on veut transmettre sa pensée par le secours de la Parole, la totalité des mots que l’on réunit pour cette fin, fait une proposition: la *Syntaxe* en examine la *matière* & la *forme* (EMGL 1784, 2: 193).

Observa-se desde logo que Virgem Maria usa o termo de ‘sciencia’ quando fala das duas partes da palavra que foram apresentadas por Beauzée que, em contrapartida, fala de ‘l’office’. Para além disso, pode-se constatar que o gramático vila-realense somente aproveitou parcialmente as definições de ‘lexicologie’ (‘Sciencia do conhecimento das Palavras’ para ‘tout ce qui concerne la connoissance des mots’) e de ‘syntaxe’ (‘Sciencia da collocação das palavras’ para ‘tout ce qui concerne le concours des mots réunis pour exprimer une pensée’).

### 3.2. As partes da oração

No que toca à enumeração das partes de que se compõe a oração, Virgem Maria apresenta um sistema quase convencional:

- P. QUantos são os Elementos da oração Grammatical?
- R. São dez, *Artigo*, *Nome*, *Pronome*, *Verbo*, *Participio*, *Preposição*, *Adverbio*, *Conjunção*, *Interjeição*, e *Particulas* (Virgem Maria 1815, I: 4).

Observa-se que parece mesmo reproduzir a essência da enumeração feita por Lobato (1770: 7):<sup>17</sup>

Na lingua Portugueza ha nove especies de palavras, de que como partes póde constar a oração Portugueza, a saber: *Artigo, Nome, Pronome, Verbo, Participio, Preposição, Adverbio, Conjunção, Interjeição*. Destas as primeiras cinco são declinaveis, por variarem a terminação, isto he, a ultima syllaba com mudança, ou accrescentamento de letras; e as outras são indeclinaveis, por conservarem sempre a mesma terminação. De todas trataremos por sua ordem.

Onde se verifica que o gramático franciscano até reproduz a ordem das primeiras nove partes da oração como as encontramos em Lobato, a única divergência encontra-se na inclusão da nova categoria ‘*particulas grammaticaes*’ que veremos a seguir (cf. 3.2.10).

### 3.2.1. O artigo

A definição do artigo, aparentemente sucinta e simples, destaca-se pela negação do valor semântico do artigo, considerado como parte da oração independente, valor este que somente adquiriria em contexto com um substantivo:

P. Que cousa he *Artigo*?

R. He huma voz que não tem significação propria; mas identificada com os Nomes, lhes dá huma accepção particular (Virgem Maria 1815, I: 4).

De forma semelhante a Lobato,<sup>18</sup> que mistura os critérios semântico-ontológico, paradigmático e lexical na definição do artigo,<sup>19</sup> Virgem Maria conjuga as características 1-s-ont (‘não tem significação propria’) e 2-s-sin (‘mas identificada com os Nomes, lhes dá huma accepção particular’).<sup>20</sup> Parece,

<sup>17</sup> Sem tomar em consideração a inclusão do artigo como traço próprio do português (face ao latim), é pertinente que Schäfer-Prieß (2000: 144) conte Lobato entre os representantes do ‘sistema clássico’ de oito partes da oração.

<sup>18</sup> Cf. Lobato (1770: 8): «ARTigo he huma palavrinha, que por si só não significa cousa alguma completamente; mas posta na oração antes do nome Appellativo, ou Commum, lhe restringe, e determina a sua significação geral, fazendo-a pertencer a huma só pessoa, ou cousa».

<sup>19</sup> Cf. a este respeito Schäfer-Prieß (2000: 180): «Eine solche Definition nach mehreren Kriterien (hier 1-s-ont: ‘hat allein keine vollständige Bedeutung’; 2-pos: ‘steht vor dem Appellativum’; 2-s-syn: ‘verändert die Bedeutung des Substantivs’) ist typisch für den Artikel als eine Wortart ohne Definitionsvorbilder aus der lateinischen Grammatik». Cf. também Schäfer-Prieß (no prelo: cap. 4.5.3.5.1): «Uma definição destas, de acordo com vários critérios (aqui 1-s-ont: ‘por si só não significa cousa alguma completamente’; 2-pos: ‘[palavra] posta antes do nome Appellativo’; 2-s-sin: ‘modifica o significado do substantivo’), é típica do artigo como parte do discurso que não tem modelos definitórios nas gramáticas latinas».

<sup>20</sup> A listagem dos critérios gramaticais e extragramaticais em Schäfer-Prieß (2000: 125-126) baseia-se no artigo do investigador francês Sylvain Auroux (1988), tendo os critérios sido

contudo, que a definição se assemelha ainda mais à entrada respetiva que encontramos na *Encyclopédie méthodique*, nomeadamente as noções de ‘ne signifient rien de physique’ e ‘les font prendre dans une acception particulière’:<sup>21</sup>

Les grammairiens ont appelé *Article* certains petits mots qui ne signifient rien de physique, qui sont identifiés avec ceux devant lesquels on les place, & les font prendre dans une acception particulière [...] (*EMGL* 1784, 1: 229).

### 3.2.2. O nome

A definição do nome parece permitir identificar o critério psicológico-semântico no sentido de Schäfer-Prieß (no prelo: cap. 4.5.1)<sup>22</sup> «manifesta a ideia de uma coisa»:

P. Que cousa he Nome?  
R. He huma palavra que designa o sujeito pela idéa da sua natureza (Virgem Maria 1815, I: 5).

O mesmo relacionamento entre a ideia e a coisa expressa pelo nome encontra-se na definição fornecida pelo gramático francês:<sup>23</sup>

DES que l'on veut communiquer ses pensées, on se trouve dans l'obligation de faire connoître les êtres qui en font les objets: on le fait par le moyen des Noms imposés à chaque chose; le Nom les rend reconnoissables, en rappelant à l'esprit l'idée de leur nature: *NOMEN dictum quasi NOTAMEN, quod nobis vocabulo suo Notas efficiat; nisi enim NOMEN scieris, cognitio rerum perit*. On peut donc dire que les Noms sont des mots qui expriment déterminément les êtres, en les désignant par l'idée de leur nature (Beauzée 1767, I: 235).

Na definição do nome, observa-se, portanto, alguma proximidade com os esforços definitórios de Beauzée. Ao passo que a definição na gramática do

---

ampliados e adaptados pela investigadora alemã de modo a melhor corresponder às exigências da gramaticografia histórica portuguesa.

<sup>21</sup> Dado que a entrada ‘article’ da autoria de César Chesneau Dumarsais (1676-1756) já se encontrava na *Encyclopédie* de Didérot et d’Alembert desde 1751, a autoria desta entrada deveria ser atribuída a este autor. Sabe-se, no entanto, que os artigos linguísticos de Dumarsais foram retocados por Beauzée na *Encyclopédie méthodique*, onde receberam a redação final.

<sup>22</sup> Cf. Schäfer-Prieß (2000: 125): «drückt die Idee einer Sache aus».

<sup>23</sup> Na verdade, *EMGL* (1784, 2: 659) não se afasta muito da definição fornecida na gramática de Beauzée: «NOM, s. m. *Métaph. Gramm.* Ce mot nous vient, sans contredit, du latin *nomen*; & celui-ci, réduit à sa juste valeur, conformément aux principes établis à l'article FORMATION, veut dire, *men quod notat*, signe qui fait connoître, ou *notans men*, & par syncope *notamen*; puis *nomen*, S. Isidore de Séville indique assez clairement cette étymologie dans ses *Origines*, & en donne tout à la fois une excellente raison, *NOMEN dictum quasi notamen, quod nobis vocabulo suo notas efficiat; nisi enim NOMEN scieris, cognitio rerum perit* (*Lib. I, cap. vj.*). Cette définition du mot est d'autant plus recevable, qu'elle est plus rapprochée de celle de la chose: car les *Noms* sont des mots qui présentent à l'esprit des êtres déterminés par l'idée précise de leur nature; ce qui est effectivement donner la connoissance des êtres».

autor francês pareça mais próxima da definição portuguesa do que a respetiva entrada no termo ‘nom’ dentro da *Encyclopédie méthodique*, julgamos que o nosso gramático se terá baseado na definição do termo ‘pronom’ pelo mesmo autor francês: «Les noms, je le répète, expriment des sujets déterminés par l’idée de leur nature [...]» (EMGL 1786, 3: 230), o que aliás, veremos confirmado no fim do capítulo seguinte.

### 3.2.3. O pronome

O pronome é definido com base no critério paradigmático de substituir o nome ou coisa a que refere (Schäfer-Prieß 2000: 125, 172):

P. Que cousa he *Pronome*?  
R. He aquella que traz á memoria o nome ou cousa a quem se refere, como *Eu, tu, Elle*, etc. (Virgem Maria 1815, I: 10).

Dentro desta definição, merece especial destaque a referência explícita de o pronome trazer à memória a palavra a que se refere. Como pertinentemente constata Schäfer-Prieß (2000: 172), o gramático posterior Manuel Borges Carneiro (1820: 25) chega a tratar com mais precisão a definição paradigmática típica de autores anteriores que afirmavam que este se encontrava em vez do nome:

I O *pronome* representa e traz á memoria algum nome, como, *eu, tu, elle, se, lhe, o qual, aquella, o mesmo, etc.* Tem-se distinguido muitas especies de pronomes; o que é inutil, ou melhor se aprende pelo uso que por preceitos. P. Que cousa he *Pronome*?<sup>24</sup>

Onde a definição do pronome parece bastante tradicional por enquadrar-se nas definições fornecidas na tradição gramatical portuguesa (desconsiderando, portanto, as ponderações dos gramáticos gerais franceses), o início da nota de rodapé volta a retomar considerações mais complexas:

A differença dos Nomes aos Pronomes consiste em que, os primeiros determinaõ o Sujeito pela idéa da sus natureza; e os segundos pela idéa da cousa subentendida: no mais, os *Pronomes* tem os mesmos Accidentes dos *Nomes* (Virgem Maria 1815, I: 10-11, nota a).

Torna-se óbvio que este breve trecho é uma retoma algo livre do esforço definitório que encontramos na palavra ‘pronom’ da *Encyclopédie méthodique*:

<sup>24</sup> A não ser que exista uma fonte comum a que não tivemos acesso até agora, esta coincidência única leva a crer que Carneiro terá aproveitado parcialmente a definição de Virgem Maria.

Les noms, je le répète, expriment des sujets déterminés par l'idée de leur nature; & les Pronoms, des sujets déterminés par l'idée précise d'une relation personnelle à l'acte de la parole (*EMGL* 1786, 3: 230).

### 3.2.4. O verbo

Como os demais gramáticos contemporâneos, José da Virgem Maria conjuga vários critérios na definição do verbo:

P. Que cousa he *Verbo*?

R. He huma palavra que designa a acção do Sujeito em tempo definido ou indefinido: ou, He toda a palavra a que se podem ajuntar os Pronomes *Eu, Tu, Elle*, ou *Ella: Nós, Vós, Elles*, ou *Ellas* (Virgem Maria 1815, I: 11).

Verifica-se que o gramático franciscano considera o critério morfológico-flexional (a existência dos tempos e pessoas, representadas pelos pronomes pessoais), bem como o critério semântico (expressão de uma ação). Se o estudo da tradição gramatical portuguesa de 1540 até 1822 de Schäfer-Prieß (no prelo: cap. 4.5.3.6) permite concluir que «[...] nas gramáticas aqui estudadas, existe a tendência para definições segundo apenas um critério»,<sup>25</sup> a definição que encontramos na gramática vila-realense parece, curiosamente, demonstrar alguma proximidade com a definição morfológico-flexional e semântica que João de Barros (1971: fol. 18 r) fornecera em 1540:<sup>26</sup>

VERbo (segundo difinçám de todos gramáticos) é hũa uóz ou palaura que demóstra obrár algũa cousa: o quáil nam se declina como o nome e prónimo per casos, mas coniugase per módos e tempos, como ueremos per suas coniugações.

### 3.2.5. O participio

Na sua definição de natureza semântica, Virgem Maria faz questão de mencionar que julga o participio ser um 'modo', sem, no entanto, questionar a pertinência do participio no número das partes da oração:

P. Que cousa he *Participio*?

R. He hum *Modo* que exprime o *Attributo* d'hum sугeito indeterminado, como, *Louvando, Louvado, Louvada* (Virgem Maria 1815, I: 32).

<sup>25</sup> Cf. Schäfer-Prieß (2000: 193): «[...]daß bei den untersuchten Grammatiken eine Tendenz zu Definitionen nach nur einem Kriterium besteht».

<sup>26</sup> Cremos, no entanto, que não é forçoso concluir que a gramática de Barros tenha sido uma fonte direta de Virgem Maria. Note-se, porém, que todo o conjunto didático de Barros chegou a ser reeditado numa compilação setecentista de várias obras do autor (Barros 1785), pelo que o nosso autor pelo menos teoricamente poderia ter tido acesso à obra.

Fica desde logo manifesto que a definição do franciscano vila-realense não seja outra coisa senão uma retoma algo simplificada de parte da segunda frase da definição do ‘participe’ na *Encyclopédie méthodique*:

*Le Participe est un mode du verbe qui présente à l’esprit un être indéterminé désigné seulement par une idée précise de l’existence sous un attribut, laquelle idée est alors envisagée comme l’idée d’un accident particulier communicable à plusieurs natures (EMGL 1786, 3: 3).*

### 3.2.6. A preposição

Sem assentar nos critérios mais usuais da colocação sintática ou da indeclinabilidade, Virgem Maria apresenta uma definição abstrata do significado da preposição (cf. Schäfer-Prieß 2000: 125), que não nos parece ficar inteiramente clara:

P. Que cousa he *Preposição*?  
R. He huma voz que designa huma relação indeterminada, como *a, em, de, com, para, &c.* (Virgem Maria 1815, I: 32).

Numa consulta de Beauzée,<sup>27</sup> que constitui a fonte mais provável para as considerações do gramático, encontramos o esclarecimento da definição:

*Les Prépositions* sont des mots qui désignent des rapports généraux, avec indétermination de tout terme antécédent & conséquent (EMGL 1786, 3: 200).

Segundo o gramático francês, as preposições são aquelas palavras que indicam as relações gerais na frase, não sendo determinadas por outras partes da oração.<sup>28</sup>

### 3.2.7. O advérbio

Sem fazer questão de referir as partes da oração com as quais o advérbio se costuma relacionar, Virgem Maria refere apenas o carácter modificador do advérbio, sendo este o único traço que partilha com os demais gramáticos portugueses.<sup>29</sup>

<sup>27</sup> Na verdade, o texto da gramática de Beauzée (1767, I: 515) é igual: «*Les Prépositions* sont des mots qui désignent des rapports généraux, avec indétermination de tout terme antécédent & conséquent». A única divergência que se observa é a grafia de ‘rapports’ com <pp> em vez de <p>. Devido à proximidade que as definições de Virgem Maria costumam apresentar em relação à *Encyclopédie méthodique*, achamos poder basear-nos nesse texto.

<sup>28</sup> Sobre a preposição em Beauzée, veja-se também Le Guern (2009: 54-62).

<sup>29</sup> Veja-se o respetivo capítulo em Schäfer-Prieß (2000: 211-217) e Schäfer-Prieß (2000, cap. 4.5.3.8) bem como exemplo algo típico de Fonseca (1799: 187): «ADVERBIO he huma palavra, que se ajunta ao verbo para lhe modificar, e determinar a significação com alguma circunstancia».

P. Que cousa he *Adverbio*?

R. He huma voz que modifica as palavras (Virgem Maria 1815, I: 32).

Na nota de rodapé (c), porém, o gramático vila-realense volta a orientar-se pela sua fonte *par excellence*:

O *Adverbio* tem o valor d'huma *Preposição* com o seu Complemento: por consequencia, he huma palavra que abbrevia, como, *Sabiamente, Galantemente*: o mesmo que *Com sabedoria, Com galanteria* (Virgem Maria 1815, I: 32).

Este trecho parece retomado da segunda frase do terceiro parágrafo da entrada 'adverbe' na *Encyclopédie méthodique*:

En faisant l'énumération des différentes sortes de mots qui entrent dans le discours, je place l'*Adverbe* après la préposition, parce qu'il me paroît que ce qui distingue l'*Adverbe* des autres espèces de mots, c'est que l'*Adverbe* vaut autant qu'une préposition & un nom; il a la valeur d'une préposition avec son complément; c'est un mot qui abrège; par exemple, *sagement* vaut autant que *avec sagesse*. (M. DU MARSAIS.) (EMGL 1782, 1: 91).

Tal como o identifica Beauzée na sua postura de fiel investigador da linguística contemporânea, o trecho pode ser atribuído a Dumarsais, uma vez que o texto original se encontrava na *Encyclopédie* de Diderot e d'Alembert.<sup>30</sup>

### 3.2.8. A conjunção

Na definição da conjunção, o nosso gramático parece orientar-se meramente pelo critério sintático da ligação entre dois elementos:

P. Que cousa he *Conjunção*?

R. He huma voz que exprime a ligação entre as palavras, ou entre as phrases: taes são as *Conjunções e, ou, nem, mas, como, nem, &c.* (Virgem Maria 1815, I: 33).

Neste trecho fica evidente que Virgem Maria terá pretendido fornecer uma definição simples, fazendo, porém, questão de constatar que a conjunção pode ligar tanto palavras como frases. Algo invulgar na época,<sup>31</sup> a essência desta definição não fica muito longe da definição na gramática moderna de Cunha /

<sup>30</sup> A entrada 'adverbe' é reproduzida na coletânea póstuma Dumarsais (1797: 112-121), encontrando-se o trecho em questão na página 113.

<sup>31</sup> Como Schäfer-Prieß (2000: 218-221) ilumina de maneira pertinente, os gramáticos da tradição latina e portuguesa anteriores ao nosso autor consideravam a conjunção «[...]» como uma palavra que liga ou palavras ou frases [...]» (Schäfer-Prieß no prelo: cap. 4.5.3.9). Com data de publicação posterior à obra do nosso autor, Melo (1818: 61) é, aliás, o único autor estudado pela investigadora alemã que define a conjunção como o elemento que liga tanto palavras como frases.

Cintra (2001: 579), que igualmente considera que a conjunção relaciona tanto a palavra como a frase:

Conjunções são os vocábulos gramaticais que servem para relacionar duas orações ou dois termos semelhantes da mesma oração.

### 3.2.9. A interjeição

Sem fazer questão do critério flexional (isto é, da caracterização como ‘indeclinável’) que, segundo Schäfer-Prieß (2000: 228-229), era o critério adicional preponderante nas definições desde Lobato (1770: 174) até Figueiredo (<sup>1</sup>1799, <sup>3</sup>1811: 97), Virgem Maria apresenta uma definição bastante simples:

P. Que cousa he *Interjeição*?

R. He huma voz que exprime os sentimentos d’alma (Virgem Maria 1815, I: 33).

Na verdade, o esforço definitório do nosso autor movimenta-se dentro daquilo que se pode chamar de um ‘padrão’ nas definições desta parte da oração.<sup>32</sup> Com efeito, as suas investigações levam Schäfer-Prieß (2000: 229; no prelo: cap. 4.5.3.11) a fazer a seguinte conclusão sobre o tratamento da interjeição na tradição gramatical portuguesa:

Em comparação com todas as outras partes do discurso as definições da interjeição caracterizam-se por uma grande uniformidade o que, sem dúvida, se prende com a falta de variação nos textos que servem de fontes.

### 3.2.10. As ‘*particulas grammaticae*’

A consideração das ‘*particulas grammaticae*’ como parte da oração independente constitui, aparentemente, um dado novo na história da gramaticografia portuguesa:

P. Que cousa são *Particulas Grammaticae*?

R. São humas pequenas partes elementares, que entrão na composição de certas palavras para lhes ajuntarem huma idéa accessoria (Virgem Maria 1815, I: 5).

A definição permite entender que as ‘*particulas grammaticae*’ são elementos morfológicos que alteram o sentido à palavra a que se juntam. O conceito encontra-se mais explicitado na nota de rodapé:

<sup>32</sup> Mesmo que seja possível isolar na definição contemporânea de Sousa (1804: 143) as ‘palavras-chave’ ‘sentimentos’ e ‘alma’, cremos que este facto não nos pode levar a fazer conclusões sobre o parentesco: «PEla palavra Interjeições se entendem estes sôs exclamativos que exprimem os diversos sentimentos da nossa alma».



(c) *Particula*, he o mesmo que *parte* da palavra considerada como *hum Todo*, ou *partesinha* unida á palavra, como, *Inacção*, *Contravir*. As vozes *In*, e *Con*, estão aqui como *Particulas*, as quaes se não podem separar das palavras sem lhes alterar sua significação particular

Humas *Particulas* são *Prepositivas*, outras *Pospositivas*. Eis-aqui, pela ordem Alfabética, nossas principaes *Particulas Prepositivas*, que alguns costumão tãoobem chamar *Preposições* (Virgem Maria 1815, I: 33-34).

Para exemplificar a natureza prepositiva das ‘particulas grammaticaes’ na composição verbal e nominal, Virgem Maria (1815: 34-36) apresenta os seguintes prefixos formadores dentro daquilo que denomina ‘Particulas prepositivas’: *A*, *Ad* (*Addição*, *Affirmar*), *Ab*, *Abs* (*aborrecer*, *abster*), *Anti* (*Anticipação*; mas também de *Co*, *Col*, *Com*, *Con*, *Cor*, *Contra*: *Coadjutor*, *Correlativo*, *Contrafazer*), *De*, *Des*, *Di*, *Dis* (*Deshonrar*, *Difficultar*), *E*, *Ex* (*Emissão*, *Existir*), *In* (*Inundar*, *Innovar*), *Per*, *Por* (*Perfeito*, *Porisso*), *Re* (*Reassumir*, *Reformar*), etc.

É a seguir às considerações sobre os pronomes enclíticos, que designa como ‘Particulas Pospositivas’, que o nosso autor volta a pronunciar-se sobre a escolha classificatória:

As *Particulas Pospositivas* são aquellas que servem de complemento ás palavras, e que nós costumamos ligar com este sinal ( - ) Taes são as vozes que, se, lhe, como, *Falla-se*, *Diz-se*; *Falla-lhe*, *Dize-lhe*. Porém a *Particula que*, não costuma ter divisão, v. gr. *Aindaque Postoque*, *Porque*.

Em fim as *Particulas* são aquellas vozes que na locução nem são *Nomes*, nem *Pronomes*, nem *Preposições*, nem *Conjunções*, nem *Interjeições*; mas tão sómente humas *partesinhas* que se ligão ás palavras, ou no fim, ou no principio.

Nem faça dúvida o dizer-se acima que as *Particulas* se costumão tãoobem chamar *Preposições*; pois que as *Preposições* em tanto o são, em quanto, para ultimarem o seu fim, necessitão de hum *Complemento*, e se escrevem desligadas das palavras que lhes fórmão o mesmo *Complemento*, como se vê no seguinte exemplo.

*Pedro, filho de Paulo, foi para Roma*. Aqui, as vozes *de*, e *para*, são *Preposições*, porque necessitão do seu *Complemento respectivo*, e se achão desligadas das palavras subsequentes (Virgem Maria 1815, I: 36).

Fica, portanto, evidente que no raciocínio de Virgem Maria as ‘Particulas Grammaticaes’ se dividem em ‘Particulas Prepositivas’ e ‘Particulas Pospositivas’. Ao passo que as primeiras, no entendimento moderno, são prefixos formadores de palavras derivadas de origem greco-latina, derivados das respectivas preposições com adaptações fonéticas (podendo apresentar obviamente um grau diferente de lexicalização); as segundas correspondem aos pronomes enclíticos ligados com hífen ao elemento anterior (*Diz-se*, *Falla-lhe*,

etc.) bem como a conjunção *que* nos nexos que formam as conjunções subordinativas como *Aindaque*, *Postoque* e *Porque*.<sup>33</sup>

#### 4. Conclusão

Enquadrado, ainda, no rescaldo das reformas pombalinas do ensino primário e secundário realizadas em Portugal e nas suas colónias desde 1759, o *Novo Methodo de educar os meninos e meninas* tenta constituir um livro único para o ensino primário, tendo, obviamente, sido elaborado no âmbito de e para o ensino dentro do Convento de São Francisco de Vila Real. Principalmente motivado pela falta de manuais adequados ao ensino primário da época, o autor tentou estabelecer um manual que fosse de fácil acesso aos principiantes, fornecendo, no entanto, as respostas para todas as questões de detalhe que surgissem. Surgiu assim a curiosa mistura entre o método dialogístico da exposição das definições metagramaticais mais essenciais e as extensas notas de rodapé (que na parte gramatical ocupam 91,74% das páginas).

Um breve estudo das principais definições do conceito da gramática e das partes da oração permite a constatação de que o autor se terá deixado motivar provavelmente pelas definições dentro dos três volumes *Grammaire et littérature* da *Encyclopédie méthodique* (1782-1786), cujas entradas eram da responsabilidade de César Chesneau Dumarsais, mas sobretudo de Nicolas Beauzée. Apesar de serem bastante sucintas, as definições fornecidas na gramática propriamente dita de Virgem Maria (1815) evidenciam uma influência maciça da obra enciclopédica francesa.

No que respeita ao relacionamento entre o gramático vila-realense e a gramatografia contemporânea, observam-se indícios de que o franciscano poderá ter conhecido a obra de Lobato, cuja longa tradição editorial, como se sabe, teve o seu início em 1770. Já quanto às gramáticas de Sousa (1804) ou de Barros (1540, 1785), tal influência não se pode constatar sem estudos mais aprofundados.

No atinente às definições metagramaticais fornecidas por Virgem Maria, observa-se que foi feita uma escolha consciente daqueles conteúdos que o gramático considerou indispensáveis para a compreensão das noções linguísticas mais elementares por parte dos alunos. Julgamos que terá sido esta mesma preocupação pragmática que levou Virgem Maria a considerar uma parte da oração que, na tradição gramatical portuguesa, não parece ter antecedentes: as ‘*particulas grammaticaes*’. Ora, mesmo que modernamente os gramáticos tradicionais não considerem os prefixos preposicionais, os pronomes enclíticos

---

<sup>33</sup> Como traço típico do século XVIII, as conjunções subordinativas com ‘que’ costumavam ser escritas juntas, sem hífen e formando aparentemente uma palavra única. Hoje escreve-se ‘ainda que’, ‘posto que’ mas ‘porque’.

bem como a conjunção *que* nas conjunções subordinativas como uma ou várias partes da oração independentes, este passo definitório do gramático vila-realense parece-nos testemunhar, antes de mais nada, não só alguma incerteza na subsunção destes fenómenos linguísticos dentro das partes da oração da tradição gramatical latino-portuguesa, mas também a ponderação crítica sobre a realidade linguística do português e a otimização da sua descrição na gramática escolar.

Com as características apresentadas ao longo do presente artigo, fica manifesto que a gramática de José da Virgem Maria – um autor indevidamente desconhecido dentro dos estudos da historiografia linguística portuguesa – é um digno representante da gramaticografia portuguesa de inícios do século XIX que, mais ainda do que os autores da segunda metade do século XVIII, se mostrou aberto para as inovações que as várias vertentes da gramaticografia francesa do Século das Luzes francês traziam, vindo a enriquecer desta forma a própria tradição gramatical portuguesa.

### Referências Bibliográficas

- Arnauld, Antoine / Lancelot, Claude (1966): *Grammaire générale et raisonnée ou La Grammaire de Port-Royal*. Edition critique présentée par Herbert E. Brekle, Nouvelle impression en facsimilé de la troisième édition de 1676, Stuttgart-Bad Cannstatt: Friedrich Frommann Verlag (Günter Holzboog).
- Assunção, Carlos (2000): *A Arte da Grammatica da Lingua Portuguesa de António José dos Reis Lobato: Estudo, edição crítica, manuscritos e textos subsidiários*. Lisboa: Academia das Ciências de Lisboa.
- Auroux, Sylvain (1988): «Les critères de définition des parties du discours». In: *Langages* 98: 109-112.
- Barros, João de (1785): *COMPILAÇÃO / DE / VARIAS OBRAS / DO INSIGNE PORTUGUEZ / JOAM DE BARROS, / DIRIGIDAS PELO MESMO AUTOR / AO MUITO ALTO, E EXCELLENTE / PRINCIPE D. FELIPE. / Impressas em lisboa em caza de Luiz Ro- / driguez Livreiro d'Elrey, pelos an- / nos de 1539, e 1540. / E agora reimpressas em beneficio público / pelos Monges da Real Cartucha de / N. S. da Escada do Ceo. // Lisboa: / Na Officina de Jozé da Silva Nazareth. / ANNO M.DCC.L XXXV. / Com licença da Real Meza Censoria*.
- Barros, João de (1971): *Gramática da Língua Portuguesa: Cartinha, Gramática, Diálogo em Louvor da nossa Linguagem e Diálogo da Viciosa Vergonha*. reprodução facsimilada, leitura, introdução e notas por Maria Leonor

Carvalho Buescu, Lisboa: Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa.<sup>34</sup>

- Beauzée, Nicolas (1767): *GRAMMAIRE / GÉNÉRALE, / OU / EXPOSITION RAISONNÉE / DES ÉLÉMENTS NÉCESSAIRES / DU LANGAGE, / Pour servir de fondement à l'étude de toutes les langues. / Par M. BEAUZEE de la Société royale des sciences / et arts de Metz, des Sociétés littéraires d'Arras / et d'Auxerre, professeur de Grammaire à l'Ecole / royale militaire / TOME PREMIER // A PARIS, / De l'imprimerie de J. BARBOU, rue & vis-à-vis / la grille des Mathurins. / M DCC LXVII. [TOME SECOND com as mesmas referências bibliográficas]*
- Bluteau, Rafael (1712): *VOCABULARIO / PORTUGUEZ / E / LATINO, / AULICO, ANATOMICO, ARCHITECTONICO, BELLICO, BOTANICO, / Brasilico, Comico, Critico, Chimico, Dogmatico, Dialectico, Dendrologico, Ecclesiastico, / Etymologico, Economico, Florifero, Forense, Fructifero, Geographico, Geometrico, / Gnomonico, Hydrographico, Homonymico, Hierologico, Ichtuologico, Indico, / Isagogico, Laconico, Liturgico, Lithologico, Medico, Musico, Meteorologico, / Nautico, Numerico, Neoterico, Ortographico, Optico, Ornithologico, Po- / etico, Philologico, Pharmaceutico, Quidditativo, Qualitativo, Quan- / titativo, Rhetorico, Rustico, Romano; Symbolico, Synonimi- / co, Syllabico, Theologico, Terapeutico, Technologico, / Uranologico, Xenophonico, Zoologico, / AUTORIZADO COM EXEMPLOS / DOS MELHORES ESCRITORES PORTUGUEZES, E LATINOS, / E OFFERECIDO / A ELREY DE PORTUGUAL, / D. JOAÕ V. / PELO PADRE / D. RAPHAEL BLUTEAU / CLERIGO REGULAR, DOUTOR NA SAGRADA / Theologia, Prégador da Rainha de Inglaterra Henriqueta / Maria de França, e Calificador no sagrado Tribunal / da Inquisição de Lisboa. // COIMBRA / No Collegio das Artes da Companhia de JESU Anno de 1712. / Com todas as licenças necessarias.*
- Cardoso, Simão (1994): *Historiografia gramatical (1500-1920): língua portuguesa - autores portugueses*. Porto: Faculdade de Letras do Porto (Revista da Faculdade de Letras, Série Línguas e Literaturas; Anexo 7).
- Carneiro, Manuel Borges (1820): *GRAMMATICA, / ORTHOGRAFIA, / E / ARITHMETICA PORTUGUEZA, / OU / ARTE DE FALAR, / ESCREVER, E CONTAR. / COMPOSTA E DEDICADA / AO ILL.MO E EX.MO SENHOR / JOAÕ ANTONIO SALTER / DE MENDONÇA, / Visconde de Azurara,*

<sup>34</sup> Dado que a parte fac-similada e os textos elaborados por Maria Leonor Carvalho Buescu se encontram num único volume, nas referências ao fac-símile será indicada a paginação original [por exemplo Barros (1971: fol. 1 r)] enquanto indicações relativas ao texto não fac-similado são citadas da seguinte forma: Buescu in Barros (1971: 1), etc.

- Secretario do Governo / dos Negocios do Reino e da Fazenda. / POR / MANUEL BORGES CARNEIRO, / Secretario da Junta do Codigo / Penal Militar // LISBOA: NA IMPRESSÃO REGIA. / 1820. / *Com Licença*.
- Cunha, Celso [Ferreira da] / Cintra, [Luís Filipe] Lindley (<sup>3</sup>2001): *Nova Gramática do português contemporâneo*. Rio de Janeiro: Editora Nova Fronteira.
- Dumarsais, [César Chesneau] (1797): *OEUVRES / DE / DU MARSAIS. / TOME QUATRIÈME. / [MÉLANGES / DE GRAMMAIRE, / DE PHILOSOPHIE, etc. / Tirés de l'ENCYCLOPÉDIE] // A PARIS, / DE L'IMPRIMERIE DE POUGIN. / 1797, AN V.*
- EMGL (1782) = *ENCYCLOPÉDIE / MÉTHODIQUE. / GRAMMAIRE / ET / LITTÉRATURE. / DÉDIÉE ET PRÉSENTÉE / A MONSIEUR LE CAMUS DE NÉVILLE, / MAITRE DES REQUÊTES, DIRECTEUR GENERAL DE LA LIBRAIRIE. / TOME PREMIER. // A PARIS, / Chez PANCKOUCKE, Libraire, hôtel de Thou, rue des Poitevins; / A LIEGE, / Chez PLOMTEUX, Imprimeur des États. / M. DCC. LXXXII. / AVEC APPROBATION & PRIVILEGE DU ROI.*
- EMGL (1784) = *ENCYCLOPÉDIE / MÉTHODIQUE. / GRAMMAIRE / ET / LITTÉRATURE. / DÉDIÉE ET PRÉSENTÉE / A MONSIEUR LE CAMUS DE NÉVILLE, / MAITRE DES REQUÊTES, DIRECTEUR GENERAL DE LA LIBRAIRIE. / TOME SECOND. // A PARIS, / Chez PANCKOUCKE, Libraire, hôtel de Thou, rue des Poitevins; / A LIEGE, / Chez PLOMTEUX, Imprimeur des États. / M. DCC. LXXXIV. / AVEC APPROBATION & PRIVILEGE DU ROI.*
- EMGL (1786) = *ENCYCLOPÉDIE / MÉTHODIQUE. / GRAMMAIRE / ET / LITTÉRATURE. / DÉDIÉE ET PRÉSENTÉE / A MONSIEUR LE CAMUS DE NÉVILLE, / MAITRE DES REQUÊTES, DIRECTEUR GENERAL DE LA LIBRAIRIE. / TOME TROISIÈME. // A PARIS, / Chez PANCKOUCKE, Libraire, hôtel de Thou, rue des Poitevins; / A LIEGE, / Chez PLOMTEUX, Imprimeur des États. / M. DCC. LXXXVI. / AVEC APPROBATION & PRIVILEGE DU ROI.*
- Faria, Manuel Severim de (1624): *DISCURSOS / VARIOS / POLITICOS / POR MANOEL SEVERIM DE FARIA / Chantre, & Conego na Santa Sê de Euora. // Com as licenças necessarias. / EM EVORA Impressos por Manoel Carvalho / Impressor da Vniversidade. Anno 1624.*
- [Figueiredo, Pedro José de] (<sup>3</sup>1811): *ARTE / DA / GRAMMATICA PORTUGUEZA, / ORDENADA / EM METHODO BREVE, FACIL, E CLARO, / OFFERERECIDA / A / SUA ALTEZA REAL / O SERENISSIMO SENHOR / DOM ANTONIO, / PRINCIPE DA BEIRA. / Terceira Edicção para uso do Collegio Real de Nobres / e do Seminario do Patriarchado. // LISBOA, / NA IMPRESSÃO REGIA. / ANNO M. DCCC. XI. / Com licença.*

- [Fonseca, Pedro José da] (<sup>1</sup>1799): *RUDIMENTOS / DA / GRAMMATICA / PORTUGUEZA, / Cómmodos á instrucção da Mocidade, e / confirmados com selectos exemplos de / bons Autores. / Do que se antigamente mais prezárão / Todos os que escrevêrão / A propria lingoa, e nisso trabalharão / O DOUTOR ANTONIO FERREIRA. / Poem. Lusit. liv. I cart. 3. // LISBOA. M. DCC. LXXXIX. / NA OFF. DE SIMÃO THADDÊO FERREIRA. / Com Licença da Meza do Desembargo do Paço. / Vende-se na loja de José Antonio da Silva, / Livreiro na Praça da Figueira.*
- Le Guern, Michel (2009): *Nicolas Beauzée: grammairien philosophe*. Paris: Éditions Honoré Champion (Les Dix-Huitiemes Siecles; 131).
- Kemmler, Rolf (2006): «António José dos Reis: Grammatiker des Marquês de Pombal». In: Endruschat, Annette / Kemmler, Rolf / Schäfer-Prieß, Barbara (Hrsg.) (2006): *Grammatische Strukturen des europäischen Portugiesisch*. Tübingen: Calepinus Verlag (1. Reihe: Lusitanistische Sprachwissenschaft, Band 1): 95-120.
- Kemmler, Rolf (2007): *A Academia Orthográfica Portuguesa na Lisboa do Século das Luzes: vida, obras e actividades de João Pinheiro Freire da Cunha (1738-1811)*. Frankfurt am Main: Domus Editoria Europaea (Beihefte zu *Lusorama*. 1. Reihe. 12. Band).
- Kemmler, Rolf (2010a): «Um manual didático oitocentista esquecido: O *Novo methodo de educar os meninos e meninas* (1815) do vila-realense Frei José da Virgem Maria». In: *Revista de Letras; II.ª Série* 8 (2009) ISSN 0874-7962: 37-65.
- Kemmler, Rolf (2010b): «Die *Eschola Popular das Primeiras Letras* von Jerónimo Soares Barbosa (1796)». In: *Beiträge zur Geschichte der Sprachwissenschaft* 20 (2010) ISSN 0939-2815: 203-226.
- Lobato, António José dos Reis (<sup>1</sup>1770): *ARTE / DA GRAMMATICA / DA LINGUA / PORTUGUEZA. / COMPOSTA, E OFFERECIDA / AO ILL.MO E EXC.MO SENHOR / SEBASTIÃO JOSÉ / DE CARVALHO E MELLO, / Ministro, e Secretario de Estado da Sua Magestade Fidelissima da / Repartição dos Negocios do Reino, Alcáide Mór da Cidade de / Lamego, e Senhor Donatario das Villas de Oeyras, Pombal, / Carvalho, e Cercosa, e dos Reguengos, e Direitos Reaes da / de Oeyras, e de Apar de Oeyras, Commendador das Com- / mendas de Santa Marinha de Mata de Lobos, e de S. / Miguel das tres Minas na Ordem de Christo, &c. / PELO BACHAREL / ANTONIO JOSE' DOS REIS / LOBATO. // LISBOA. / Na REGIA OFFICINA TYPOGRAFICA / Anno MDCCLXX. / Com licença da Real Meza Censoria.*

- Lobo, Francisco Rodrigues (1890): *Corte na aldeia e noites de inverno: volume I*. Lisboa: Companhia Nacional Editora (Biblioteca Universal Antiga e Moderna).
- Melo, João Crisóstomo de Couto e (1818): *GRAMÁTICA FILOSÓFICA / DA / LINGUAGEM PORTUGUÊZA / COMPOSTA E OFERECIDA / A EL REI NOSSO SENHÔR / POR / JOÃO CRISÓSTOMO DE COUTO E MELO. / Floreça, fale, cante, ouça-se e viva / A Portuguêsa Lingua. / Ferreira. Liv. 1.º Cart. 3.ª / LISBÔA: / NA IMPRESSÃO RÉGIA. / ANNO 1818. / Com Licença*.
- Schäfer-Prieß, Barbara (2000): *Die portugiesische Grammatikschreibung von 1540 bis 1822: Entstehungsbedingungen und Kategorisierungsverfahren vor dem Hintergrund der lateinischen, spanischen und französischen Tradition*. Tübingen: Max Niemeyer Verlag (Beihefte zur Zeitschrift für Romanische Philologie; Band 300).
- Schäfer-Prieß, Barbara (no prelo): *A Gramaticografia portuguesa de 1540 até 1822: condições da sua génese e critérios de categorização, no âmbito da tradição latina, espanhola e francesa*. Tradução de Jaime Ferreira da Silva, revista e atualizada pela autora.
- Silva, Inocêncio Francisco da (1858-1958): *Diccionario bibliographico portuguez: estudos de Innocencio Francisco da Silva applicaveis a Portugal e ao Brasil; [a partir do vol. IX: continuado e ampliado por Brito Aranha]*. 23 vols., Lisboa: Na Imprensa Nacional. Obra reeditada em reprodução fac-similada, Lisboa: Imprensa Nacional-Casa da Moeda, s.d.
- Sousa, Manuel Dias de (1784): *NOVA ESCOLA / DE / MENINOS / Na qual se propõem hum methodo facil para en- / sinar a lêr, escrever e contar, com huma / breve direcção para a educação dos Meninos / ORDENADA / Para descanço dos Mestres, e utilidade dos Disci- / pulos, / E DEDICADA / A / MARIA / SANTISSIMA / Com o Soberano, e devotissimo titulo / DA / CONCEIÇÃO / POR / MANOEL DIAS DE SOUZA, / Presbitero Secular, Bacharel formado em Canones, natu- / ral do Arcebispado de Braga, e Beneficiado na C[trecho ilegível] Coimbra. / COIMBRA: / NA REAL OFFICINA DA UNIVERSIDADE. / M.DCC.LXXIV. / Com licença da Real Mesa Censoria*.
- Sousa, Manuel Dias de (1804): *GRAMATICA / PORTUGUEZA / ORDENADA / Segundo a doutrina dos mais celebres Gramaticos co- / nhecidos, assim nacionaes como estrangeiros, / PARA / Facilitar á mocidade Portugueseza o estudo de lêr e / escrevêr a sua propria Lingua, e a inteligencia / das outras em que se quizer instruir / POR / MANOEL DIAS DE SOUZA, / Presbitero Secular, formado em Canones, e Prior / na Paroquial Igreja de Vilanova*

de Monsarros, / do Bispado de Coimbra. // COIMBRA: / NA REAL IMPRENSA DA UNIVERSIDADE, / ANNO DE 1804. / *Com licença da Meza do Desembargo do Paço.* / Vende-se na Loja de Antonio Barneoud Administrador da Officina.

Virgem Maria, José da (1815a): *NOVO METHODO / DE EDUCAR / OS / MENINOS E MENINAS, / PRINCIPALMENTE NAS VILLAS, E CIDADES: / DIVIDIDO EM DOUS TOMOS. / TOMO I. / Este Tomo trata da Grammatica e da Lingoa Portugueza, / desde os primeiros Elementos da Palavra pronunciada, / até aos ultimos Preceitos da Palavra escrita. / O Segundo Tomo trata dos Elementos da Astronomia, / dos da Geographia, e dos da Ethica: tudo com / suas Estampas, e Mapas illuminados. / OFFERECIDO / AO ILLUSTRISSIMO E EXCELLENTISSIMO SENHOR / FRANCISCO DA SILVEIRA / PINTO DA FONSECA. / Fidalgo da Caza de S. A. R; Nono Senhor das Honras de / Nogueira de S. Cipriano; Commendador da Nova Ordem / da Torre e Espada, e da de Christo; Tenente Gene- / ral, e Governador das Armas da Provincia de Tras / dos Montes, e Conde d'Amarante. / POR / Fr. JOSE' DA VIRGEM MARIA, / Professor Regio no Convento de S. Francisco de Vila Real. // LISBOA: / NA IMPRESSÃO REGIA ANNO 1815. / Com Licença.<sup>35</sup>*

Virgem Maria, José da (1815b): *NOVO METHODO / DE EDUCAR / OS / MENINOS E MENINAS, / PRINCIPALMENTE NAS VILLAS, E CIDADES: / DIVIDIDO EM DOUS TOMOS. / TOMO II. / Este Tomo trata dos Elementos da Astronomia, dos da / Geographia, e dos da Ethica: tudo com Estam / pas, e Mapas illuminados. / OFFERECIDO / AO ILLUSTRISSIMO E EXCELLENTISSIMO SENHOR / FRANCISCO DA SILVEIRA / PINTO DA FONSECA. / Fidalgo da Caza de S. A. R; Nono Senhor das Honras de / Nogueira de S. Cipriano; Commendador da Nova Ordem / da Torre e Espada, e da de Christo; Tenente Gene- / ral, e Governador das Armas da Provincia de Tras / dos Montes, e Conde d'Amarante. / POR / Fr. JOSE' DA VIRGEM MARIA, / Professor Regio no Convento de S. Francisco de Vila Real. // LISBOA: / NA IMPRESSÃO REGIA ANNO 1815. / Com Licença.*

<sup>35</sup> Trata-se do exemplar pertencente a José Vicente Gomes de Moura que hoje se conserva na Biblioteca Geral da Universidade de Coimbra (cota Abraceia 9-(1)-6-2-73).



**Anexo: a *Grammatica Portugueza em Virgem Maria* (1815)<sup>36</sup>**

## GRAMMATICA PORTUGUEZA.

## CAPITULO I.

*Elementos da Grammatica geral, applicados á Grammatica Portugueza.*

Perg. QUe cousa he *Grammatica*?

R. He a Sciencia da Palavra pronunciada ou escrita.

P. Em quantas partes se divide?

R. Geralmente em duas, que são, *Orthologia*, e *Orthographia*.

P. Que cousa he *Orthologia*?

R. He a Sciencia da Palavra pronunciada.

P. Que cousa he *Orthographia*?

R. He a Sciencia da Palavra escrita.

## [2] CAPITULO II.

Da *Palavra*.

P. QUe cousa he *Palavra*?

R. He o sinal de huma idéa total.

P. De quantos modos he a *Palavra*?

R. De dous, *Palavra pronunciada*, e *Palavra escrita*.

P. Que cousa he *Palavra pronunciada*?

R. He a imagem do pensamento manifestada pela voz.

P. Que cousa he *Palavra escrita*?

R. He a imagem da palavra pronunciada.

P. Em quantas partes se divide a *Palavra*?

R. Em duas, que são, *Lexicologia*, e *Syntaxe*.

P. Que cousa he *Lexicologia*?

R. He a Sciencia do conhecimento das Palavras.

P. Que cousa he *Syntaxe*?

R. He a Sciencia da collocação das palavras.

## [4] CAPITULO III.

*Elementos da Oração Grammatical.*

P. QUantos são os Elementos da oração Grammatical?

R. São dez, *Artigo*, *Nome*, *Pronome*, *Verbo*, *Participio*, *Preposição*, *Adverbio*, *Conjunção*, *Interjeição*, e *Particulas*.

P. Que cousa he *Artigo*?

---

<sup>36</sup> Os parênteses retos indicam o número da página em que se encontra o respetivo trecho.

R. He huma voz que não tem significação propria; mas identificada com os Nomes, lhes dá huma accepção particular.

[5] P. Que cousa he Nome?

R. He huma palavra que designa o sujeito pela idéa da sua natureza.

[10] P. Que cousa he *Pronome*?

R. He aquelle que traz á memoria o nome ou cousa a quem se refere, como *Eu, tu, Elle*, etc.

[11] VERBO.

P. Que cousa he *Verbo*?

R. He huma palavra que designa a acção do Sujeito em tempo definido ou indefinido: ou, He toda a palavra a que se podem ajuntar os Pronomes *Eu, Tu, Elle*, ou *Ella: Nós, Vós, Elles*, ou *Ellas*.

[15] *Conjugações dos Verbos*.

P. Que cousa he *Conjugação*?

R. He o arrançamento seguido de todos os accidentes do Verbo.

P. Quantas são as *Conjugações dos nossos Verbos Regulares*?

R. São 3: 1.<sup>a</sup> Dos que no Infinito acabão em *ar*, como *Louvar*: 2.<sup>a</sup> Dos que acabão em *er*, como *Entender*: 3.<sup>a</sup> Dos que acabão em *ir*, como *Partir*.

[32] P. Que cousa he *Participio*?

R. He hum *Modo* que exprime o *Attributo* d'hum sugeito indeterminado, como, *Louvando, Louvado, Louvada*.

P. Que cousa he *Preposição*?

R. He huma voz que designa huma relação indeterminada, como *a, em, de, com, para, &c.*

P. Que cousa he *Adverbio*?

R. He huma voz que modifica as palavras.

[33] P. Que cousa he *Conjunção*?

R. He huma voz que exprime a ligação entre as palavras, ou entre as phrases: taes são as *Conjunções e, ou, nem, mas, como, nem, &c.*

P. Que cousa he *Interjeição*?

R. He huma voz que exprime os sentimentos d'alma.

P. Que cousa são *Particulas Grammaticaes*?

R. São humas pequenas partes elementares, que entrão na composição de certas palavras para lhes ajuntarem huma idéa accessoria.

[37] CAPITULO IV.

*Da Syntaxe.*

P. Que cousa he *Syntaxe*?

R. He a *sciencia de bem collocar as palavras no Discurso*.

P. De quantos modos he a *Syntaxe*?

R. De dous: 1.º *Syntaxe simples*: 2.º *Syntaxe figurada*.

P. Que cousa he *Syntaxe simples*?

R. He aquella que segue as Leis prescritas.

P. Quaes são estas Leis?

R. São de duas maneiras: 1.º *Leis da Concordancia*: 2.º *Leis do Regime*.

[38] P. Qual he o critério destas duas especies de Leis no arranjo de hum Pensamento, ou Proposição?

R. He aquillo a que chamamos *Construcção*.

P. Que cousa he *Construcção*?

R. He a *análise ou exame das palavras na Proposição*.

P. Quantas especies ha de *Construcção*?

R. Duas: *Construcção analytica*, e *Construcção usual*.

### [39] CAPITULO V.

#### *Da Proposição, entendida grammaticalmente.*

P. Que cousa he *Proposição*?

R. He a expressão total de hum juizo, como: *Deos he justo*.

P. De quantas partes consta a *Proposição*?

R. Essencialmente de duas, que são, *Sujeito*, e *Attributo*.

P. Que cousa he *Sujeito*?

R. He aquillo de quem se affirma ou nega alguma cousa, como no exemplo referido a palavra *Deos*.

[40] P. Que cousa he *Attributo*?

R. He tudo aquillo que se affirma ou nega do *Sujeito*, como no mesmo exemplo as palavras *he justo*.

### [43] CAPITULO VI.

#### *Da Syntaxe figurada.*

P. Que cousa he *Syntaxe figurada*?

R. He aquella que não segue a ordem grammatical.

P. Como se chama este modo irregular de nos expressarmos?

R. Chama-se *Fallar por figuras*.

P. Que cousa he *Figura*?

R. He a mudança das Palavras.

### [47] CAPITULO VII.

#### *Da Prosodia.*

P. Que cousa he *Prosodia*?

R. He aquella parte da orthologia, que ensina o tom da *Palavra*.

## [61] CAPITULO VIII.

*Da Orthographia.*

P. QUe cousa he *Orthographia*?

R. He a sciencia da *Palavra escrita*.

P. Em quantas partes se divide?

R. Em duas, que são, *Lexicographia*, e *Locographia: da Palavra*, e *Orthographia do Discurso*.

[62] P. Que cousa he *Lexicographia*?

R. He a que ensina a escrever correctamente a *Palavra*.

P. Que cousa he *Locographia*?

R. He a que ensina a escrever correctamente o *Discurso*.

## [77] CAPITULO IX.

*Da Pontuação.*

P. QUe cousa he *Pontuação*?

R. He a Arte de indicar na Escrita, por signaes recebidos, a proporção das pausas que se devem fazer, fallando.

[78] P. Quaes são os *caracteres*, ou *siguaes* [sic!] da *Pontuação*?

R. São: 1.º *A Virgula*: 2.º *O Ponto e Virgula*: 3.º *Os Dous Pontos*: 4.º *O Ponto final*.

P. Que denotão estes signaes da *Pontuação*?

R. 1.º *A Virgula* ( , ) denota a menor de todas as pausas, ou huma pausa quasi insensivel: 2.º *O Ponto e Virgula* ( : ) denota huma pausa algum tanto maior: 3.º *Os Dous Pontos* ( ; ) denotão huma pausa ainda mais consideravel: 4.º *O Ponto final* ( . ) denota a maior de todas as pausas.

**Contributos para a análise da elipse lacunar (*gapping*)  
em *O Arquipélago da Insónia* e em *Sóbolos Rios Que Vão*,  
de António Lobo Antunes**

*Marina Alexandra Carvalho da Rocha*  
Universidade de Trás-os-Montes e Alto Douro  
mcrocha@utad.pt

**Abstract**

The main aim of the present paper is to study some of the most characteristic patterns in the writing of António Lobo Antunes, namely in “O Arquipélago da Insónia” and “Sóbolos Rios Que Vão”, based on a dual linguistic / literary viewpoint, involving discourse and syntactic analysis of these two novels. Recognizing a fragmented discourse, I focus my attention on one strategy of a high-level reading that questions the possibility of *fragmentation*: VP ellipses, specifically *Gapping* (Matos: 1992/2003). In conclusion, I will try to present a view of the stability of a macro-text as a system that is upheld via a continuity of occurrences and ellipses, which illustrate the trade-off between compactness and clarity in the novel.

**Keywords / Palavras-chave:** fragmentation (fragmentaridade) / Gapping (Elipse Lacunar) / macro-text (macrotexto) / micro-text (microtexto).

**1. Introdução**

António Lobo Antunes continua a ser um dos escritores mais populares actualmente. Porém (e de entre aqueles que verdadeiramente o lêem) mantém-se a ideia generalizada de que a sua escrita revela um nível de opacidade e de aparente desconexão. Aparte questões temáticas como a ruralidade salazarista, o papel do homem, o da mulher, o da morte e o da religião, partamos para um outro nível: o da análise linguística, de pendor sintáctico-discursivo. Assim, também agora procuraremos mostrar como o autor vem consolidando estratégias linguísticas e uma arquitectura textual onde proliferam vários enunciadores e muitos discursos entrosados recheados de omissões, pressupostos e frases inacabadas ou elípticas, quer ao nível micro, quer ao nível macrotextual.

Para contrariar a ideia de desconexão, centrar-nos-emos na utilização que Lobo Antunes faz da elipse lacunar (no que à omissão do predicador verbal diz respeito) e vejamos os seus efeitos, não sem antes apresentarmos sucintamente algumas questões narratológicas.

## 2. Questões narratológicas

*O Arquipélago da Insônia* retoma (desde “Explicação dos Pássaros”) vários mecanismos erradamente tidos como veículos de desconexão. A saber:

- é um romance em que cada capítulo apresenta uma personagem que assume a responsabilidade da narração, sendo que essas personagens normalmente não têm nome próprio – para além do discurso na primeira pessoa – ‘eu’ –, lemos sempre ‘meu irmão’, ‘o meu avô’, ‘o feitor’, ‘o ajudante do feitor’, ‘a minha avó’, ‘o tractorista’, ‘a minha mãe’, ‘a das tranças’, entre outros, o que obriga o leitor a tricotar árvores genealógicas;
- é uma narrativa que gira em torno das personagens que, à vez ou sobrepostas, se encontram num contexto buhleriano de *ego / hic / nunc*, mas, através da sua memória discursiva, entrosam nas suas narrações na primeira pessoa discursos de outras personagens e de outros tempos sem marcas gráficas de preparação do leitor para outra voz. A diferença em relação aos seus outros romances é a de que praticamente todas essas outras personagens são defuntas porque ‘os mortos voltam à vida’, regressando à herdade, espaço central deste romance, construído a partir de pontos centrífugos como um poço, um celeiro onde patrão e o feitor da herdade violam criadas em simultâneo ou à vez e ainda a macieira, curiosamente três elementos rodeados de mortos que se suicidaram ou foram assassinados.

Assim sendo, e à semelhança do que já William Faulkner havia feito na sua obra-prima, *O Som e a Fúria*, Lobo Antunes (que se diz seu discípulo) escolhe um adolescente autista, protagonista deste arquipélago de personagens que vivem uma vida depois da morte nessa espécie de latência que se assemelha a uma insônia infundável.

Por outro lado, em “Sôbolos Rios Que Vão”, o escritor abandona a utilização de personagens como enunciadores múltiplos e polifônicos (em cujos discursos ecoam os de outrem), seleccionando para responsável enunciativo praticamente único deste seu romance a personagem António Antunes, com ressonância autobiográfica clarividente. A sobreposição de planos enunciativos surge, então, não de vários narradores, mas de um só que, heteronimicamente, se divide em dois: um “eu”, que é Antoninho, portanto criança, e um segundo “eu” adulto, o senhor Antunes, médico, com cancro nos intestinos e consequências a nível do fígado e rins, que morrerá, no final, na cama de um hospital. À semelhança do que acontecia em “O Arquipélago da Insônia”, também em “Sôbolos Rios Que Vão” é a memória discursiva de António Antunes que lhe permite recuperar constantemente cenários e personagens do passado, o qual tem como local uma vila na serra, perto do rio Mondego, onde morou na infância, e aonde voltará, como aconteceu com os outros defuntos, para aí tentar encontrar o seu espaço eterno, como podemos ler em “é esquisito que se permaneça tanto

tempo defunto, hão-de desistir de estar quietos e regressarem com o mesmo espanto que eu ao lugar que habitaram e no qual se perdem também” (2010: 176).

Em suma, o título remete para a reflexão (como a contracção da preposição com o artigo definido, utilizada no seu formato medieval – “sôbolos”) sobre a ideia central do curso da vida, pela selecção do nome “rios”, até à morte, pois estes “rios” “vão” no sentido do mar, por inerência libertação da vida angustiante e da doença de António Antunes. Repare-se que, e com inequívocas ressonâncias bíblicas ao caminhar de Cristo pelas águas, fazendo parar a tempestade e trazendo peixe às barcas dos seus futuros apóstolos, lê-se “e estava óptimo já, descia sobre os rios a abandonar a serra e as aldeias (...) a caminho da foz (...) vou com os rios mãe (...) sobre os rios a caminho do mar (...) deslizando sobre os rios a fazer parte das ondas.” (2010: 81-84).

Vejam, então, as estratégias linguísticas que dão forma e vida a estes dois textos narrativos, concentrando-nos, para o caso, na frase e sua construção a partir da omissão de sintagmas ou constituintes, designadamente no âmbito da elipse.

### **3. A Elipse Lacunar, segundo Francisco Sanchez de Las Brozas (século XVI) e Gabriela Matos (século XX)**

#### **3.1 Elipse de verbos**

Na sua obra, «Minerva – De causis linguae latinae», Francisco Sanches de las Brozas, conhecido também como El Brocense, dedica todo o seu Livro IV ao que apelida de “De figuris constructionis” (“Sobre as figuras de construção”). Da leitura detalhada do conteúdo deste livro se percebe que estas figuras respeitam quer à frase, quer ao discurso / texto e, numa primeira abordagem, são tidas como “anomalia ou desigualdade das partes”. Tal desigualdade implica uma transformação da ordem linear de surgimento de constituintes / sequências de frase ou discurso.

Por razões de ordem espaço-temporal e de interesse para o nosso “corpus”, apresentamos a proposta de El Brocense apenas no que respeita à elipse (primeira figura), pelo que nos escusaremos a tratar pormenorizadamente as restantes.

Assim, e por definição, Brozas apresenta a elipse como “a falta de uma ou várias palavras para as quais exista uma frase construída segundo a norma”, sendo que esta lhe corresponda em outros momentos da frase ou do discurso. Ou ainda “é a reticência ou corte de frase” (Brozas 1587: 441).

E porquê a necessidade da elipse?

El Brocense refuta as teorias dos que apelida de “desconhedores da língua latina”, pois estes defendem que devem verbalizar-se efectivamente todas as

palavras que compõem uma sequência discursiva ou textual. Pelo contrário, Brozas acredita que, por meio da omissão do que é mais evidente, se está a conferir “sentido comum” e fidelidade à realidade do que se diz ou escreve.

Quanto à elipse de verbos propriamente dita, El Brocense apresenta exemplos de formas verbais (acrescidas das conjunções / locuções, quando tal é necessário) susceptíveis de serem omitidas na expressão / frase e, posteriormente, oferece exemplos práticos em que tal elipse é usada. Seguiremos nós também tal organização na análise que a seguir fazemos.

- i. *Est / esse* (É / ser):
  - (1) *Malum tibi [est].*  
(O mal [está] contigo.)
- ii. *Decet* (Convém / É necessário, seguido de Infinitivo; verbo impessoal):
  - (1) *[Decet] Mene incepto desistere uictam?*  
([É necessário] entregar a vida a Mene, desde muito cedo?)
- iii. *Oro / praecor* (Rogar ou orar / suplicar):
  - (1) *Dii meliora ferant, [oro ut] nec sint insonia tanti.*  
(Dias melhores virão e [rogo que] não sejam plenos de insónia.)
- iv. *Audio / narro* (ouço / narro ou conto):
  - (1) *[Narro / Audio] Miserum?*  
([Digo / Ouço] “Triste”? – como se fosse um pedido de confirmação por retoma e repetição literal de algo ouvido previamente.);
  - (2) *[Narras] Iocularem audaciam?*  
([Narras / Contas] a audácia das piadas “picantes”?)
- v. *Imploro / obsecro* (implorar / suplicar):
  - (1) *[Imploro] Deum atque hominum fidem.*  
([Imploro] a protecção de Deus e do Homem.);
  - (2) *Pro Deii immortales, [obsecro] uestram fidem.*  
(Ó deuses imortais, [imploro] a vossa protecção.)
- vi. *Paro* (igualar / comparar):
  - (1) *Unde mihi lapidem [parauit]?*  
(E de alguma forma [igualei] a minha estátua?)
- vii. *aspicio / venit* (olho ou examino / vem):
  - (1) *En quattuor aras [uideo] ecce hominem.*  
(Em quatro altares eis que [vejo] um homem. O nome “homo, hominis” pode apresentar-se em forma de acusativo ou nominativo, consoante for Complemento Directo ou Sujeito. Veja-se o exemplo deste segundo caso: *En quattuor aras, ecce homo [uenit].*)



### 3.2 Gabriela Matos (Matos 2003)

Lobo Antunes utiliza incessantemente a estratégia linguística de ilusão de fragmentação que vem praticando desde, pelo menos, *A Ordem Natural das Coisas* – a supracitada elipse lacunar, isto é, aquela que, segundo Gabriela Matos, “afecta o verbo principal flexionado da frase ou a sequência de verbos auxiliares e principal, deixando obrigatoriamente realizados dois constituintes, usualmente argumentos do predicador verbal [ou] outros [e também] adjuntos” (Matos 2003: 901).

E apresenta **exemplos canónicos**, que reproduzo parcialmente a seguir.

(1) Ana lê romances aos filhos em casa e a Maria [-] poemas aos alunos nas aulas.

[-] = lê (verbo)

(2) A Ana lê romances aos filhos e a Maria [-] aos alunos.

[-] = lê romances (verbo + objecto directo)

(3) À Sexta-feira a Ana vai à discoteca e ao Sábado [-] ao concerto.

[-] = a Ana vai (sujeito + verbo).<sup>1</sup>

Face ao acima exposto, a autora acrescenta que a elipse lacunar ocorre tipicamente no interior de frases coordenadas ou comparativas e nunca em frases subordinadas. Neste sentido, apresenta também exemplos agramaticais de possíveis casos de *gapping* em subordinação, que cito a seguir.

(4) \* Ele só via defeitos onde ela [-] virtudes.

[-] = via (verbo)

(5) \* Eu compro-lhe um frigorífico se ela [-] uma casa.

[-] = me comprar (objecto indirecto + verbo)

(6) \* Nós partiremos para o Brasil quando eles [-] para os Pirenéus.

[-] = partirem (verbo)

Nesta perspectiva, seguindo pressupostos teóricos de Brucart (1999: 2813, citado por Matos 2003: 902), a autora mostra que em espanhol é gramatical a ocorrência deste tipo de elipse em frases completivas, relativas e adverbiais e dá um exemplo do tipo:

(7) Yo encontraba problemas allí donde Pedro facilidades.

---

<sup>1</sup> Exemplos de Matos (2003: 902). A numeração destes exemplos é da minha responsabilidade.

Ora, o que António Lobo Antunes faz é precisamente explorar em português uma estrutura elíptica frequente na sintaxe do Espanhol, ou seja, omite o verbo, núcleo do constituinte SV, em dois tipos de contextos sintáticos:

- i. em frases simples, como acontece nos exemplos (10), (11) e (16), transcritos mais abaixo, em que os restantes constituintes da frase não são relevantes para o caso ;
- ii. em estruturas de subordinação como as que vemos (maioritariamente) nos exemplos restantes.

#### 4. A Elipse Lacunar no *corpus* antuniano

Vejam os *corpus* antuniano, que apresento, desde logo, acrescido da reconstituição dos predicadores omissos (e que reproduzo agora a negrito entre parênteses rectos). Este *corpus* será dividido em duas partes porque de dois romances estamos a tratar: a primeira relativa aos exemplos de *O Arquipélago da Insónia* e a segunda relativa a *Sóbolos Rios Que Vão*.

##### *O Arquipélago da Insónia*

- (1) na terceira (cesta) meio escondida num grupo de Carnaval porque **[havia]** narizes postiços. (171)
- (2) convencido de uma eternidade que não alcançaria nunca visto que hoje **[há / existem]** andaimes ao acaso e tijolos quebrados. (205)
- (3) e depois das casas aguicei o polegar visto que o meu polegar **[era]** de madeira, não osso (209)
- (4) na extrema da herdade onde o milho fica mais fraco porque **[havia]** tocas de raposa e silvas (230)
- (5) coisas de que esta casa era feita e eu a cruzar a cevada onde nunca **[houve]** cevada, terra porosa (26)
- (6) o coreto onde dantes **[havia]** uma espécie de vida em que **[havia]** pardais apenas (26)
- (7) o meu avô encontrou-o em pequeno no cemitério rodando nas veredazinhas em que dantes **[havia]** malmequeres a pasmar para os pássaros (48)
- (8) na extrema da herdade onde **[havia]** brasas mortijas (127)
- (9) – Tenha paciência, leve-me isso daqui onde provavelmente **[há]** dúzias de cestas (171)
- (10) Em que travessa da vila te escondes, Maria Adelaide, sem pedir nada, te queixares de nada, a boca **[parecia]** duas rendas que tremiam (36)
- (11) A morte **[é]** uma parente a quem se tornava necessário ajudar a vestir-se derivado ao reumático (39)
- (12) A pensar que a chuvita de ditongos **[era / parecia]** a tua voz, Maria Adelaide (52)
- (13) – Senhor – não para chamá-lo ou para que reparasse em mim, para saber que eu **[estava]** ali no meio dos trastes (60)
- (14) Se a mulher **[estivesse]** com ele nesse momento não a recusava (81)

- (15) Basta-me saber-te nesta sala para que eu [**fique**] tranquilo (85)  
 (16) Cada lágrima [**era / parecia**] um olho que lhe desce as bochechas (88)  
 (17) Se o casal de indianos [**estivesse**] por ali, o pequeno mostrava-me ao grande e enfiava-me no cabaz (139)

**“Sóbolos Rios Que Vão”:**

- (18) A harpa da dona Irene [**era / parecia**] um arrepio a ganhar espessura transformando-se num jorro de gotas que desciam sobre ele (19)  
 (19) E de facto as cegonhas desgrenhavam a cobertura do chalé com um menino de barro incapaz de fazer chichi para o lago onde [**havia**] papéis e ramos secos (21)  
 (20) Apeteceu-lhe que (...) lhe entregassem um saxofone para um pasodoble enquanto a família [**batia**] palmas a compasso (22)  
 (21) Voltou-se na direcção da parede onde [**viu**] um mosquito achatado que nunca notou (87)  
 (22) A diminuir o oxigénio porque um ponteiro vermelho [**recuou**] do trinta para o vinte (104)  
 (23) No último sábado que lá fui (...) o lameiro substituído por milho, a vereda das amoras [**era agora**] uma rua de emigrantes com leões de faiança (126)  
 (24) E então compreendi que o Mondego [**era / parecia**] uma melancolia custosa a lutar por exprimir-se, chamam àquilo rio e sobre ele vamos na esperança que [**seja**] na direcção do mar quando [**não há**] mar algum (162)  
 (25) A minha mãe afiança que eu [**sou**] de chumbo (188)  
 (26) – não imaginava que de perto as andorinhas [**eram**] horríveis (192)

## 5. Análise do *corpus* antuniano

### 5.1 Começamos por *O Arquipélago da Insónia*.

Optámos por dividir este breve *corpus* em três grupos.

Quanto ao primeiro, que corresponde aos quatro primeiros exemplos, mostra casos de elipse lacunar em contexto de oração subordinada causal, introduzida pela conjunção ‘porque’ ou então pela locução ‘visto que’.

O segundo, que corresponde aos exemplos (5) a (9), oferece-nos contextos em que se afigura possível a reconstituição sempre do mesmo tipo de verbo, de um lugar, do tipo de ‘haver’, em contexto de subordinada adverbial relativa, encetada por ‘onde’ ou ‘em que’.

O terceiro, que integra os exemplos (10) a (17), apresenta casos de elipse lacunar do que parecem ser verbos copulativos, quer em contextos de frase simples (exemplos 10, 11 e 16), quer de frase complexa por subordinação (os restantes). Vejamo-los com algum detalhe.

Quanto ao primeiro grupo, concentremo-nos apenas nas subordinadas causais, e ignoremos as orações matrizes que servem por ora para contextualização). Repare-se que os SN’s lexicalmente realizados como ‘narizes postiços’, ‘andaimas’ e ‘tocas de raposa’ tornam possível, pelas suas qualidades temáticas, a reconstituição das formas de ‘haver’, verbo de um lugar, pois eles

parecem ter a relação gramatical de objecto directo, relação essa que o teste de identificação por substituição pela forma acusativa do pronome pessoal permite confirmar.

Quanto ao segundo, consideramos que estamos em presença de casos de omissão do mesmo predicador, dada a sua natureza argumental, mas, desta vez, em contexto de ocorrência de orações subordinadas relativas adverbiais.

Repare-se na especificidade de (5) e (6).

Em (5), para além das propriedades temáticas do argumento realizado ‘cevada’, repare-se como a construção sintáctica específica da negação em Português Europeu (e, de novo, segundo Matos 2003) é outra forma de legitimação e reconstituição do predicador, pois o marcador de negação surge a preceder o verbo omitido.

(6) é sintomático a outro nível, pois o autor consegue a proeza de fazer suceder duas orações subordinadas adverbiais relativas que registam um igual caso de eclipse lacunar do mesmo predicador, fazendo-as iniciar-se por adverbiais equivalentes do tipo, ‘onde’ e ‘em que’, numa sucessão que valeria a pena representar em árvore, se o tempo o permitisse.

O terceiro grupo de exemplos é um pouco mais heterogéneo por registar contextos sintácticos diferentes: temos uma completiva de verbo (12), subordinadas finais (13) e (15), subordinadas condicionais (14) e (17) e ainda o que tomaremos como frases simples (10), (11) e (16). Se são construções sintácticas diferentes, porquê agrupá-los como terceira parte do *corpus*? Precisamente porque o verbo omitido parece ser copulativo (*ser, estar, parecer e ficar*), o que, por sua vez, é corroborado pelo facto de, na maioria das vezes, estarmos perante descrições de situações estativas.

Note-se que, na sua maioria, os constituintes à esquerda (portanto argumentos externos) são SN’s plenos (‘a boca’, ‘a morte’, ‘a chuvita de ditongos’, ‘a mulher’, ‘cada lágrima’ e ‘o casal de indivíduos’. No que diz respeito aos constituintes à direita, ‘duas rendas’, ‘uma parente’, ‘a tua voz’ ‘tranquilo’, ‘um olho’, igualmente SN’s que assumem a relação gramatical de Predicativos do Sujeito, que surtem efeitos claramente metafóricos e de explicitação de qualidades que o ‘eu’ associa à personagem que desencadeou estas associações.

Finalmente, note-se a peculiaridade de (13), (14) e (17) em que os constituintes lexicalmente realizados são SAdverbiais (cujo papel temático é o de Locativo), ‘ali’ e SPreposicionais ‘com ele’ e ‘por ali’.

Resta apenas acrescentar que, e porque, entretanto, já outro romance foi publicado – *Que Cavalos São Aqueles que Fazem Sombra no Mar?* –, estas construções sintácticas se mantêm, como se pode verificar em (i) e (ii), abaixo:

- (i) a boca sem palavras visto que [**mostrava / exhibia**] um brilho de saliva
- (ii) exuberante de mantilhas e hoje [**não tinha**] mantilha nenhuma

## 5.2 Vejamos agora “**Sôbolos Rios Que Vão**”

No seguimento da análise dos exemplos do romance anterior, também estes podem ser agrupados por partilharem características similares. Assim, os exemplos (18), (23), parte do (24), (25) e (26) exibem casos de elipse de verbos predicativos, do tipo de “ser”, sendo que nas respectivas frases encontramos lexicalmente realizados o argumento externo (“a harpa da dona Irene” em (18), “a vereda das amoras” em (23), “o Mondego” em (24)), “eu” em (25) e “as andorinhas” em (26), seguidas dos consequentes predicativos do sujeito (“um arpepio” em (18), “uma rua de imigrantes” em (23), “uma melancolia custosa”, em (24), “chumbo” em (25) e “horríveis” em (26)).

Note-se, a propósito de (24), a sequência das três orações: “chamam àquilo rio” “e sobre ele vamos na esperança “que [seja] na direcção do mar”. Se, no caso das duas primeiras, se trata de uma relação de coordenação copulativa por meio da conjunção “e”, a construção elíptica só surge na terceira e é seleccionada pelo nome abstracto “esperança”, o que resulta na configuração de uma subordinada completiva ou integrante introduzida pela conjunção integrante correspondente, “que”. Tal contexto repete-se em frases como as presentes em (25) e (26), sendo nestes casos as subordinadas integrantes não de nome, mas de verbo: “imaginava” e “afiança” respectivamente.

Quanto ao segundo grupo de exemplos, consideremos (19) e a última oração de (24), em que o verbo elidido é o impessoal “haver”, o qual é legitimado pela presença dos SN’s plenos realizados como seus argumentos internos: “papéis e ramos secos” (19) e “mar algum” em (24). Repare-se que os contextos que potenciam estes casos de elipse lacunar são diferentes dos anteriores. A saber: (19) mostra elipse lacunar integrada numa subordinada adverbial relativa encetada por “onde” e (24) mostra uma subordinada temporal. (24) é sintomática a outro nível. Por outras palavras, a recuperação do verbo “haver” é possível também graças à presença da negação consubstanciada pela selecção de uma sequência de negação, ela própria alvo de elipse: “quando mar algum” exhibe um determinante indefinido que, de um modo geral, reforça a presença de uma construção do tipo não + haver + nome (com a relação de objecto directo) + algum, realizada como “não havia mar algum”. Posto isto, e para além da omissão do verbo supracitado, este é um caso em que detectamos igualmente a omissão de um advérbio de negação, ficando lexicalmente realizado apenas “algum”, o qual funciona não como reforço, mas como “pista” de recuperação do que foi elidido.

Finalmente, e no que diz respeito ao último grupo de exemplos, vejam-se (20), (21) e (22), em que encontramos casos de elipse lacunar de verbos declarativos, tais como “batia” em contexto de subordinada temporal, “viu” numa subordinada adverbial relativa e “recuou” em subordinada causal.

Tal como nas situações descritas para os anteriores exemplos deste *corpus*, também agora a legitimação da elipse lacunar resulta da presença de SN’s realizados com a relação de sujeito, como acontece com “família” em (20), “ele” em (21), subentendido na forma verbal expressa “viu”, e “o ponteiro vermelho” em (22). Para além destes, eis os SN’s realizados que ocupam a posição de objecto directo: “palmas” em (20) e “um mosquito achatado” em (21).

(22) apresenta como legitimadores dois SPreposicionais, de localização espacial dentro de um aparelho (certamente o electrocardiógrafo que o enunciador cita frequentemente) – “do trinta” e “para o vinte”.

## 6. Conclusão

Em suma, por tudo o que atrás fica dito, procurámos mostrar a fidelidade de António Lobo Antunes ao estilo sintáctico que ele próprio criou, o que confere aos seus romances a mesma ilusão de que se trata de capítulos e frases ‘empilhadas’ e desconexas, mas que, em profundidade, se revelam coesas e lógicas.

Para além destas estratégias, outras há, do ponto de vista discursivo e narratológico, que poderíamos ter abordado para testemunhar a mestria com que o autor maneja a sua língua materna e a técnica romanesca. Todavia, pensemos nesta abordagem sucinta como uma das possíveis chaves de leitura e subsequente entendimento do não-escrito, isto é, do que foi propositadamente elidido. E do entendimento da frase depende a descodificação dos micro-textos e, por conseguinte, a compreensão da arquitectura macrotectual. Está prefigurado um caminho que justificará, com certeza, a seguinte tricotomia: os leitores que o comprem, os que o lêem (ou tentam ler) e aqueles que realmente o compreendem.

## Referências Bibliográficas

- Antunes, A.L. (2008): *O Arquipélago da Insónia*. Lisboa: Publicações Dom Quixote.  
— (2009): *Que Cavalos São Aqueles Que Fazem Sombra No Mar?*. Lisboa: Publicações Dom Quixote.  
— (2010): *Sóbolos Rios Que Vão*. Lisboa: Publicações Dom Quixote.

- Brito, Ana Maria (2003): “Estrutura da frase simples e tipos de frases”. In: Mateus *et al.*: *Gramática da Língua Portuguesa*. Lisboa: Caminho: 435-506.
- Brito, Ana Maria; Duarte, Inês; Matos, Gabriela (2003): “Tipologia e distribuição das expressões nominais”. In: Mateus *et al.*: *Gramática da Língua Portuguesa*. Lisboa: Caminho: 797-867.
- Brozas, Francisco Sanchez de las (1587 / 1995): *Minerva O De Causis Linguae Latinae*. Salamanca: Caceres / ICEB – Universidad de Extremadura.
- Brucart, J. M. (1999): “La elipsis”. In: Bosque Muñoz, I.; Demonte Barreton, V. (eds.): *Gramática Descriptiva de la lengua española*. Madrid: Espasa Calpe: 2787-2867.
- Duarte, Inês; Brito, Ana Maria (2003): “Predicação e classes de predicadores verbais”. In: Mateus *et al.*: *Gramática da Língua Portuguesa*. Lisboa: Caminho: 181-203.
- Duarte, Inês, (2003): “Relações gramaticais, esquemas relacionais e ordem de palavras”. In: Mateus *et al.*: *Gramática da Língua Portuguesa*. Lisboa: Caminho: 509-548.
- Ducrot, O. *et al.* (1980): *Les mots du discours*. Paris: Les Editions de Minuit.
- Figueiredo, Olívia (2004): “Restos de Frases, Ecos de Gente ou a Reformulação Discursiva em ‘Que Farei Quando Tudo Arde?’”. In: Oliveira, Fátima; Duarte, I. M. (orgs.): *Da Língua e do Discurso*: Porto: Campo das Letras.
- Fonseca, J. (1992): *Linguística e Texto / Discurso. Teoria, Descrição e Aplicação*. Lisboa: ICALP.
- (1994): “Heterogeneidade na língua e no discurso”. In: Fonseca, J.: *Pragmática Linguística – Introdução, Teoria e Descrição do português*. Porto: Porto Editora.
- Kleiber, G.; Tyvaert, J.-E. (1990): (org.), *L’Anaphore et ses Domaines*, Paris: Université de Metz-Faculté des Lettres et Sciences Humaines.
- Lobeck, Anne (1995) *Ellipsis – Functional Heads, Licensing & Identification*. New York: Oxford University Press.
- Mateus, Maria Helena Mira *et al.* (2003): *Gramática da Língua Portuguesa*. Lisboa: Caminho.
- Matos, Gabriela (1992): *Construções de elipse do predicado em português: SV Nulo e Despojamento*. Tese de doutoramento, Universidade de Lisboa.
- Matos, Gabriela (2003): “Construções elípticas”. In: Mateus *et al.*: *Gramática da Língua Portuguesa*. Lisboa: Caminho: 871-913.
- Seixo, M. A. (2005): “O esplendor da obra”. In: *Jornal de Letras* 952: 6-7.
- Terres, José M. Hernandez (1983) *La Elipsis en la Teoria Gramatical*. Múrcia: Publicaciones Del Departamento de Linguística General y Crítica Literária – Universidad de Múrcia.





## **Dos dois lados do Atlântico: cartas de conterrâneos mirandeses**

*Maria Olinda Rodrigues Santana*

Universidade de Trás-os-Montes e Alto Douro  
osantana@utad.pt

### **Abstract**

In this paper, I present the edition of two unpublished letters from the Personal Archives of António Maria Mourinho, in Miranda do Douro. The first was issued by a Mirandese emigrant, in S. Paulo, Brazil, Eliseu Augusto Atanázio, dated August 3<sup>rd</sup>, 1950. The second is the response from the priest of Duas Igrejas, in Miranda do Douro, António Maria Mourinho, dated November 20th of that same year.

In the first letter, we can read about the most frequent subjects of emigration (the departure; the economic and social success, the demonstration of success in foreign lands through cash donations to the native village, close family in the native village, the will to be back). The second letter, the response of Father António Mourinho, is no less interesting than the first one; in it he writes about his own cultural and professional successes: he builds his image as a "local scholar" (García Lorenzana 2001: 196) of Miranda.

### **Resumo**

Neste texto, apresento a edição e a leitura de duas cartas inéditas custodiadas no Arquivo Pessoal de António Maria Mourinho, em Miranda do Douro. A primeira foi emitida por um emigrante mirandês, em S. Paulo, no Brasil, Eliseu Augusto Atanázio, está datada de 3 de Agosto de 1950. A segunda é a resposta do pároco de Duas Igrejas, em Miranda do Douro, António Maria Mourinho, está datada de 20 de Novembro do mesmo ano.

Na primeira missiva, aparecem os temas mais frequentes da emigração (a partida; o sucesso económico e social; a exibição do êxito obtido em terras longínquas através de dádivas pecuniárias à aldeia natal; a família chegada no torrão natalício; a vontade de retorno). A segunda carta, a resposta do Padre António Mourinho, não é menos interessante do que primeira, nela o escrevente tece um autoelogio aos seus sucessos profissionais e culturais: constrói a sua imagem de "erudito local" (García Lorenzana 2001: 196) da Terra de Miranda.

O Arquivo Pessoal de António Maria Mourinho<sup>1</sup>, pertencente ao Município de Miranda do Douro<sup>2</sup>, está a ser inventariado, tratado e estudado por uma

---

<sup>1</sup> O Arquivo Pessoal de Mourinho foi construído por ele próprio com a finalidade de deixar para as gerações vindouras um legado patrimonial simultaneamente pessoal e coletivo representativo da Terra de Miranda. Consulte-se o meu artigo "Um legado memorável: o Supersistema de Informação Pessoal António Maria Mourinho" na obra (2010): *De boca em boca sons e palavras de Miranda: António Maria Mourinho*. Miranda do Douro: Centro de Estudos António Maria

equipa da Universidade de Trás-os-Montes e Alto Douro, sendo eu própria a coordenadora científica do projeto em causa. Trata-se de um arquivo de um erudito local (1917-1996), que foi, nada mais, nada menos do que um dos maiores obreiros da oficialização da língua mirandesa<sup>3</sup>, a segunda língua oficial existente no território português. António Maria Mourinho foi pároco na freguesia de Duas Igrejas no concelho de Miranda do Douro de 1942 a 1982, ou seja, até ao momento em que foi nomeado Diretor do *Museu da Terra de Miranda*, do qual foi fundador. Durante os 40 anos de sacerdócio na freguesia de Duas Igrejas, António Maria Mourinho recebeu inúmera correspondência de conterrâneos e paroquianos mirandeses emigrados nos quatro cantos do mundo (Estados Unidos, Canadá, Argentina, Brasil, França, Espanha, entre outros).

No seu Arquivo, encontramos um conjunto significativo de cartas inéditas de emigrantes mirandeses, no Brasil, destacando-se do corpus um conjunto de cartas de emigrantes em S. Paulo, que para aí se deslocaram nos finais da década de 40 do século XX. Do corpus da correspondência remetida de S. Paulo, decidi extrair uma carta ilustrativa da vida de um emigrante mirandês no Brasil, na década de 50 do século XX, e a respetiva resposta do Padre António Mourinho a essa carta, que, por seu turno, transmite uma imagem do seu percurso profissional e cultural.

### 1. Edição das duas cartas

A carta é uma “escrita de comunicação à distância” (Grassi 2005: 5). As duas cartas analisadas a seguir são, na verdade, comunicações escritas de dois amigos separados por um oceano: o Atlântico. Eliseu Augusto Atanázio, o primeiro destinador de uma missiva, encontrava-se, em 1950, em S. Paulo, no Brasil, e o Padre António Maria Mourinho, o destinatário e segundo destinador, vivia em Duas Igrejas no concelho de Miranda do Douro, em Portugal. As duas cartas são documentos inéditos pertencentes ao Arquivo Pessoal de António Maria Mourinho. A carta de Eliseu Augusto Atanázio é uma carta manuscrita, autêntica e inédita. A carta de Mourinho é um dactiloscrito, um rascunho da carta remetida a Eliseu, igualmente inédito. Fiz uma edição paleográfica dos dois testemunhos autógrafos (manuscrito e dactiloscrito), por se tratar de documentação inédita. A ortografia, a pontuação e a mancha gráfica originais

---

Mourinho, *Sons da Terra*, Centro de Música Tradicional: 7-33, onde forneço uma descrição detalhada do referido Arquivo.

<sup>2</sup> Numa sessão pública em sua homenagem promovida a 10 de Julho de 1991, pela Câmara Municipal de Miranda do Douro, Mourinho ofereceu a essa Instituição “toda a sua biblioteca, medalhas, condecorações e fotografias”, conforme consta na escritura pública, Livro 33, folha 60 reto. Cartório Notarial Privativo da Câmara Municipal de Miranda do Douro.

<sup>3</sup> Reconhecida em 1999, pela Lei 7/99 de 29.1, Diário da República de 24 de Janeiro de 1999, I série-A, p. 574.

foram respeitadas, mesmo que estas não sigam, por vezes, as normas atuais. As convenções editoriais mais abrangentes foram, essencialmente, duas: a transcrição do documento em linha contínua e a utilização de caracteres atuais. A numeração do fôlio é fornecida em parêntesis retos. Para uma transliteração dos textos adotei ainda as seguintes convenções:

- <del>texto</del> texto legível anulado ou rasurado.
- [...] texto ilegível devido a impossibilidade de leitura causada por acidente no suporte material (com quantidade de letras ilegíveis indeterminada);
- < > espaço em branco entre palavras deixado pelo escrevente;
- /texto/ (letras, palavras, ou sequência de palavras) interpolado na entrelinha superior;
- \texto\ interpolado na entrelinha inferior;
- <texto> linha interpolada;
- ?texto? texto de leitura duvidosa;
- (texto) expansão de abreviatura sistemática, ou seja, desdobramento das abreviaturas colocando em parêntesis curvos os caracteres desdobrados;
- [texto] restituição de letras omitidas;
- texto\_ palavra não separada da seguinte no manuscrito;
- tex+to partes de uma mesma palavra separadas no manuscrito;
- \* letra ilegível
- L linha numerada.

Faculto a seguir a edição das duas missivas.

### 1.1 Carta de Eliseu Augusto Atanázio

[F. 1r]

“L1 São Paulo, 3/8/ 50

L2 Exmo. Sr. Padre Antonio Mourinho

L3 A continuação da sua saúde é quanto lhe desejo na companhia  
 L4 dos seus eu e a minha família ficamos bem graças a deus.  
 L5 Talves<sup>4</sup> o meu amigo istranhe o eu escrever-lhe esta carta mas  
 L6 o assunto é simples. Tendo eu conversado com pessoas que  
 L7 recente teem chegado ao Brasil e todos falam da sua pessoa que  
 L8 incluzive o meu irmão José que foi um dos primeiros a  
 L9 falarme<sup>5</sup> de si porem falam que V.V. S.S. era a pessoa de  
 L10 mais destaque e mais arrojada que no momento atual avia  
 L11 no concelho e no distrito de Bragança que é admirado por  
 L12 todos e todos o louvam pelos seus bons feitos e pelas suas  
 L13 boas obras que pratica. Pois eu só tenho a orgulharme com isso  
 L14 uma vez que V.V. S.S. sendo da minha terra natal e lembrasse<sup>6</sup> que

<sup>4</sup> Mantive a grafia do escrevente com todos os seus erros ortográficos, morfológicos, sintáticos, pois estes evidenciam a pouca formação escolar do escrevente e fornecem informes importantes sobre o seu percurso de vida.

<sup>5</sup> O escrevente não separa os clíticos.

<sup>6</sup> Erro do escrevente.

L15 os dois andamos [n]a iscola e fizemos ixame juntos. Eu não  
 L16 isqueço essas velhas tradições e os velhos contemporaneos amigos  
 L17 de outrora<sup>7</sup> agora vamos á /parte/ segunda essas pessoas que  
 L18 acima lhe citei me falaram que V.V. S.S. tem progetada uma  
 L19 viagem aqui ao Brasil junto de uma cumitiva de homens e  
 L20 mulheres das nossas terras para se ixibirem em trages e  
 L21 bailados á moda antiga mirandeza. Pois eu penso que fará  
 L22 grande sucesso perante a grande colónia portuguesa radicada  
 L23 em São Paulo e ao mesmo tempo conte com a minha pessoa  
 L24 que todo o meu tempo disponível ficarei á sua disposição. Vou a  
 L25 dizer-lhe que já falei com o presidente do clube Português do  
 L26 qual eu sou sócio para que me cedessem o Salão e o mesmo me  
 L27 disse que quando precisasse istava ás minhas ordens e penso que  
 L28 que averá facilidade de conseguir outros salões de Teatros para  
 L29 fazer diversas ixibições.

[F. 1v]

L30 Caro<sup>8</sup>  
 L31 amigo Padre  
 L32 Antonio não sei  
 L33 como narrar-lhe minha  
 L34 satisfação de termos em  
 L35 Sendim uma pessoa de tanto  
 L36 prestígio nos meios sociais e intelectuais  
 L37 Portugueses que a sua pessoa conquistou  
 L38 em tão pouco tempo de atividades sacerdo-  
 L39 tais! Pois segundo me consta V.V. S.S. é um  
 L40 grande amigo de meu pai e de minha família não  
 L41 sei como retribuir-lhe tão grande amabilidade pois quem  
 L42 é amigo de minha família também é meu. Agora quero falar-  
 L43 lhe do parque infantil que mandei construir na nossa saudosa  
 L44 inesquecível terra natal onde nasci e que a 24 de Setembro de 1940<sup>9</sup> dela  
 L45 parti com destino a esta abençoada terra brasileira e que a 10 de Outubro  
 L46 do mesmo ano aqui cheguei e comecei a minha luta da vida até a data presente.  
 L47 Sempre no anseio de voltar á minha pátria querida e de rever a minha aldeia  
 L48 torrão natal que já+mais isquecerei e tudo farei pelo seu progresso<sup>10</sup>. Peço ao meu  
 L49 amigo que auxilie não na parte financeira mas sim administrativa essa pequena  
 L50 obra que marcará o ponto inicial de progresso e de educação para os filhos que ora  
 L51 necessitam. E que mais tarde possam seguir o mesmo dilema e pensar do mesmo  
 L52 modo que eu penso. Todo o meu isforço que faço para concluir o parque ainda  
 L53 penso que é pouco pois eu sei avaliar a falta que temos de iducar as crianças  
 L54 de uma cultura cívica e igualarnos a outros povos de que tenho tido  
 L55 oportunidade de conhecer. Possu-lhe assegurar ao meu amigo que o imigrante

<sup>7</sup> A leitura e a interpretação da carta de Eliseu pelo destinatário, António Mourinho, estão evidenciadas nos sublinhados a crayon vermelho gravados pela mão do próprio Mourinho, sublinhados esses que se estendem desde “da minha terra natal” até “outrora”.

<sup>8</sup> Fólio escrito na diagonal.

<sup>9</sup> A data também foi sublinhada a crayon vermelho por Mourinho.

<sup>10</sup> O fragmento “farei pelo seu progresso” está, igualmente, sublinhado a crayon vermelho por Mourinho.

L56 português é o mais trabalhador e onesto mas sim o mais ignorante e  
 L57 isso nós podemos agradecer á falta de instrução na infancia<sup>11</sup>.  
 L58 Peço-lhe que me iscreva e me conte algo de novidade de nossas terras e ainda  
 L59 quero pedir-lhe outra coisa. Como V.V. S.S. deve istar ao par que meu pai se  
 L60 encontra um tanto impertinente devido a isgotamento nervoso pedia-lhe que  
 L61 o animasse e que não se incomode com a vida falando-lhe em mim que  
 L62 em breve penso ir vesitalos. Com isto termino enviando cumprimentos  
 L63 para sua família e o meu bom amigo aceite um cordial abraço  
 L64 deste que a vida lhe deseja por longos anos.  
 L65 Eliseu Augusto Atanazio

### 1.2 Resposta de António Mourinho ao “Amigo Eliseu”

[F. 1r]

“L1 Duas igrejas, 20 de Novembro de 1950  
 L2 Meu prezado e querido Amigo Eliseu

L3 São Paulo

L4 Em primeiro lugar tenho de pedir-te imensa desculpa, de ter tar-  
 L5 dado tanto em responder à tua prezada carta, que eu não esperava e  
 L6 que sinceramente veio alegrar o meu coração amigo e recordar velhos  
 L7 tempos nossos de escola e de sincera amisade.  
 L8 Se de facto há momentos que tragam à gente saudade sincera,  
 L9 simples e verdadeira é a dos bancos da escola, e esta é a nossa.  
 L10 Muito obrigado pois, meu caro Eliseu, pela tua carta. Desejo  
 L11 imenso a tua saúde, a da tua família a vossa felicidade, nessas terras  
 L12 brasileiras.  
 L13 A tua carta alegrou-me ainda mais, por isto: Fomos quatro  
 L14 rapazes, naquele ano de 1928 [a] fazer exame, todos fostoes [sic] para o estran-  
 L15 geiro, o Claudio dorme já o sono da morte no deserto africano, tu e  
 L16 o António Xavier fugistes para o Brasil, só eu estou dado a Portugal.  
 L17 Graças a Deus, nenhum de nós creio bem está arrependido da sua  
 L18 sorte, pois folgo imenso quando sei que na luta pela vida, a sorte te  
 L19 tem corrido bem em S. Paulo de tal maneira que podes auxiliar a nos-  
 L20 sa Terra natal com o desafogo da tua situação económica.  
 L21 O meu caminho, de verdade foi um pouco diferente, estou satis-  
 L22 feito, pois embora a custo de muitos trabalhos e canseiras, tem-me sido  
 L23 dado \*\*\* conhecer o mundo e ver o fruto do meu trabalho recompensado  
 L24 e reconhecido.  
 L25 Em 1948, depois de termos feito em Duas Igrejas, um Auto, que  
 L26 foi a coisa mais sensacional no género que se fez em Portugal, juntá-  
 L27 mos para cima de 25.000 pessoas em Duas Igrejas, na presença de todas  
 L28 as autoridades civis e militares e representantes do Governo, fui ime-  
 L29 diatamente chamado pelo Governo Geral de Angola a ir abrilhantar as  
 L30 festas centenárias da restauração da nossa maior província Ultrama-

<sup>11</sup> Mourinho grifou ainda a crayon vermelho “Possu-lhe assegurar ao meu amigo que o imigrante L56 português é o mais trabalhador e onesto mas sim o mais ignorante e L57 isso nós podemos agradecer á falta de instrução na infância”.

L31 rina que um dia será o novo Brasil. Percorri toda a Angola<sup>12</sup> durante  
 L32 tres meses, de cidade em cidade, através dos sertões africanos, de bar-  
 L33 co, de avião, de comboio e de automovel.  
 L34 No ano seguinte<sup>13</sup>, fui em missão oficial a Madrid, a um concurso,  
 L35 de canções e danças populares, à frente do meu Grupo<sup>14</sup>, \* e conquistei  
 L36 lá tres prémios, um primeiro, um terceiro e um <quinto> quinto, contra  
 L37 mais de 250 grupos de 17 nações.  
 L38 Em Portugal não têm conta as exhibições que temos dado, em Lis  
 L39 Lisboa, no Porto, Coimbra, Braga, etc.  
 L40 Há 15 dias que regressei numa viagem oficial à Galiza, por  
 L41 onde andei durante 12 dias, em missão cultural, com 250 intelectuais  
 L42 portugueses, espanhóis e franceses.  
 L43 Actualmente tenho uma biblioteca de mais de 2.000 volumes<sup>15</sup>, on-  
 L44 de gasto o que me sobra do tempo empregado nas lides paroquiais.  
 L45 Este ano já dispendi, por conta da paróquia, para cima de <em>  
 L46 cento e cinquenta contos, na restauração de tres igrejas e uma capela  
 L47 e depois disto não sei o que mais farei, se Deus me deixar.  
 L48 Como vês, trago uma vida atarefada e por isso, só agora che-  
 L49 gou a vez de pedir desculpa da minha demora em responder à tua ama-  
 L50 vel carta e de veres que nem sempre eu tenho culpa de ser mal educado  
 L51 com os meus amigos.

[F. 1v]

2

L52 Outro assunto: A nossa ida ao Brasil, esteve muito próxima no ano  
 L53 que passou, faz por agora um ano, em que tive contrato assinado, com  
 L54 um empresário de Vimioso, que vive no Rio de Janeiro, mas não chegámos  
 L55 a concluir negociações, porque o Grupo é do Estado<sup>16</sup> e apareceram cer-  
 L56 tos inconvenientes. De momento, parece-me que enquanto a situação in-  
 L57 ternacional não se aclarar, não haverá probabilidades de lá ir, depois  
 L58 sim, depois creio que levaremos uma embaixada de grupos folclóricos  
 L59 portugueses que atingirá o número de 400 elementos, de todas as pro-  
 L60 vincias do País, com a colaboração dos dois governos, português e bra-  
 L61 sileiro.  
 L62 Se assim for, contarás com um bom abraço meu em S. Paulo.  
 L63 Devo ainda dar-te os parabens, e agradecer-te pela parte que  
 L64 me toca, a tua bela lembrança do parque infantil para a escola da  
 L65 nossa Terra, de momento, parece que ainda não está concluído, pois fal-  
 L66 ta o reboco a grade da frente e a nova Junta que agora vai tomar  
 L67 posse em Janeiro, parece que será capaz de dar por concluída a obra  
 L68 que já pouco falta.  
 L69 Da tua família de Sendim, nem te falo, pois estás recebendo no-

<sup>12</sup> 1948.

<sup>13</sup> 1949.

<sup>14</sup> Pauliteiros de Duas Igrejas.

<sup>15</sup> No Acervo deixado à autarquia mirandesa estão mais de 4000 volumes.

<sup>16</sup> Os Grupos Folclóricos, na época, estavam ligados às Casas do Povo, portanto pertenciam ao Estado.

L70 tícias quase todos os dias. Vejo todas as semanas o teu irmão Antó-  
L71 nio com o qual me dou muito bem e teu pai, sempre que vou a Sendim o  
L72 cumprimento. Não me esqueço de lhe recomendar a calma necessária ao  
L73 nervosos [sic] e convence-lo de que a sua hora de trabalho já passou, que  
L74 trabalhem os novos, pois ele cumpriu bem a sua missão quando criou  
L75 seis filhos, que estão agora na flor da idade do trabalho. No en-  
L76 tanto, não penses que está caduco, nem acabado, está muito animado e  
L77 muito melhor, pois não há um mês que ferrou o meu cavalo a fogo.  
L78 Por Sendim é a gente a mesma coisa que dantes, mais progres-  
L79 siva e tem atingido um nível de vida bastante superior ao que era  
L80 há dez anos.

L81 Toda a gente está com ânsia de fugir para o estrangeiro, na  
L82 mira de enriquecer, mas o tempo é de trabalho em toda a parte, como  
L83 eu tenho comprovado, e tu poderás confirmar.

L84 E por hoje, vou dar ponto final nesta minha carta que já vai  
L85 longa. Peço-te que dês um grande abraço ao teu Abílio e outro ao teu  
L86 Zé, os meus respeitos à tua esposa e beijos para os teus meninos, cum-  
L87 primentos \*\*\*\* do teu António que ainda estive com ele no dia 15 des-  
L88 te na feira de Duas Igrejas, e me disse que tu estavas zangado, por  
L89 falta de notícias minhas, eu digo pela minha falta de educação e é  
L90 verdade, mas mais ainda pela minha falta de tempo.

L91 E tu digna-te receber um grande abraço deste sempre Amigo, que  
L92 aqui fica ao teu dispôr.

L93 E antes de assinar, vou-te pedir um favor: Se voltas a escre-  
L94 ver-me no que tenho grande prazer, o tratamento que me darás é mesmo  
L95 com que nos tratava-mos [sic] na escola ou seja um tu, nu e redondo.  
L96 P.S. Não sei se sabes que o José Diogo se deitou fora da Guarda  
L97 Fiscal, o ano passado. Actualmente não sei por onde pára. Procurei  
L98 pegar nele quanto pude, arranjei-lhe um grande amigo no Ministério da  
L99 Guerra, um Ten. Coronel, comprometeu-nos a ambos e acabou, não se bem  
L100 se por ser expulso se por se dimitir ele. Hoje creio que é um desem-  
L101 pregado.

L102 Teu amigo.

## **2. Contextualização da carta de um emigrante mirandês por Terras de Vera Cruz**

Um dos pontos altos da emigração portuguesa para o Brasil aconteceu, na década de 50, entre 1955 e 1956. Eliseu Augusto Atanázio refere, inclusive, na sua carta a chegada “recente” de conterrâneos seus ao Brasil, mas ele fez parte de um grupo de mirandeses que saiu de Miranda do Douro, na década de 40, mais precisamente a “24 de Setembro”. Após dez anos de emigração por Terras de Vera Cruz, de 1940 a 1950, Eliseu atingiu um patamar social que lhe permite escrever, dirigir-se ao seu conterrâneo mais famoso: “a pessoa de mais destaque e mais arrojada que no momento atual avia no concelho [de Miranda do Douro] e no distrito de Bragança”: o “Padre Mourinho”. Escreve-lhe para o felicitar pelos seus sucessos profissionais e culturais e, simultaneamente, para lhe dar

conta do seu próprio êxito em terras brasileiras. Dez anos após a sua partida de Sendim para S. Paulo, mais precisamente, no momento da escrita da carta (“3 de Agosto de 1950”), Eliseu era já um comerciante bem estabelecido na vida. Deduz-se a sua situação financeira pelo simples facto do destinador da carta ter usado como suporte do seu escrito uma folha de papel timbrado da sua empresa. A empresa comercial chamava-se “Atanzio, Moscal & Cia.”. A empresa vendia em grandes quantidades “armarinho<sup>17</sup>, bijouterias, perfumarias e meias em Geral, Instrumentos Musicais, Cordas, etc. VENDAS POR ATACADO”. Estava sediada na “Rua 25 de Março, 992, tel. 3-3974 São Paulo”. O facto de ter uma empresa de vendas “por atacado” e não “a retalho” faz supor que seria um grande comerciante e por isso poderia dirigir-se a um conterrâneo e colega de escola renomado como era, em “Terras de Miranda”, o “Padre Mourinho”, ou seja, Eliseu já tinha atingido um estatuto social comparável ao do amigo Mourinho.

### 3. Leitura das duas cartas

Nas duas cartas trocadas entre os dois amigos de escola, procedi ao levantamento da relação binária “eu-tu”, isto é, da coordenada enunciativa da pessoa, bem como da coordenada espacial e temporal. Como menciona Manuela Parreira da Silva, a carta instaura uma “relação binária”, dialética entre um destinador e um destinatário.

Quem escreve uma carta destina-a sempre e espera quase sempre que o destinatário, transformando-se, de seguida, em destinador, o faça, por sua vez, destinatário. Ao transmitir a sua mensagem, está a exigir, de certa forma, que o destinatário leia, reaja, se mova e, consequentemente, responda (Silva 1999: 127).

Num primeiro momento, Eliseu Augusto Atanázio, o “eu” destinador da primeira carta, datada de “3 de Agosto de 1950” e redigida em “S. Paulo”, dirige-se a um destinatário preciso: “Padre António Mourinho”, conterrâneo de Sendim e colega da escola primária. No cabeçalho da missiva, o destinador, Eliseu, na fórmula de endereçamento emprega três deícticos sociais: “Exmo. Sr. Padre”, para se dirigir ao seu destinatário, mostrando preocupação em manter uma certa deferência e em marcar um distanciamento social existente entre os dois enunciadores, pois Mourinho já tinha atingido um reconhecimento público pela sua obra em prol da cultura mirandesa.

---

<sup>17</sup> Nome usado no português do Brasil para designar loja de miudezas, onde se vendem tecidos, material de costura, no português de Portugal corresponde a “retrosaria”.



A carta de Eliseu obedece à estrutura clássica da construção de um texto (introdução, desenvolvimento e conclusão). Nota-se que o escrevente, o “eu” enunciador do discurso, planificou o seu texto antes de o passar ao papel. Dividiu-o em vários assuntos ou núcleos informativos. O primeiro assunto tratado foi o motivo da escrita, isto é, as felicitações a transmitir ao conterrâneo e colega de escola “Padre Mourinho” pelos sucessos profissionais e culturais alcançados por todo o “distrito de Bragança”. Di-lo da seguinte forma na sua carta:

L5 Talves o meu amigo istranhe o eu escrever-lhe esta carta mas L6 o assunto é simples. Tendo eu conversado com pessoas que L7 recente teem chegado ao Brasil e todos falam da sua pessoa (...) que é admirado por L12 todos e todos o louvam pelos seus bons feitos e pelas suas L13 boas obras que pratica. Pois eu só tenho a orgulhar-me com isso.

Continua o seu texto com um segundo assunto, inserido ainda na primeira parte do texto: a rememoração dos tempos de escola, tendo por finalidade apelar à proximidade existente entre os dois interlocutores: “L14 uma vez que V.V. S.S. sendo da minha terra natal e lembrasse que L15 os dois andamos [n]a iscola e fizemos ixame juntos. Eu não L16 isqueço essas velhas tradições e os velhos contemporaneos amigos L17 de outrora”.

Neste ponto da missiva, o escrevente introduz a segunda parte da carta, com um terceiro assunto: a notícia dada pelos mirandeses acabados de chegar a S. Paulo de que o Padre Mourinho tinha projetada uma viagem com o seu *Grupo Folclórico Mirandês de Duas Igrejas* ao Brasil (linhas 18 a 21). Eliseu coloca-se à disposição do seu amigo, mostrando-lhe ser um homem de conhecimentos e influência, para o ajudar a encontrar espaços para as exposições (linhas 22 a 29). No fôlio reto, volta ao assunto inicial: o elogio aos sucessos de Mourinho conseguidos nos “meios sociais e intelectuais Portugueses” (linhas 36-9). Seguidamente, introduz um novo assunto, o quarto, a amizade do amigo “Padre Mourinho” com a família chegada, designadamente com o seu pai (linhas 39 a 42). A partir da linha 42, enuncia um quinto assunto: a dádiva de um parque infantil para a escola primária que ambos (destinador e destinatário) frequentaram. Esse donativo serviria para mostrar o sucesso económico e social de Eliseu em terras brasileiras e também para melhorar as condições educativas das crianças de Duas Igrejas. Para levar a cabo a sua iniciativa, pede ao amigo influente na terra que o ajude a tratar dessa benfeitoria: “Peço ao meu L49 amigo que auxilie não na parte financeira mas sim administrativa essa pequena L50 obra que marcará o ponto inicial de progresso e de educação para os filhos que ora L51 necessitam”. Neste ponto, Eliseu introduz uma crítica directa ao regime educativo Salazarista: “Todo o meu isforço que faço para concluir o parque

ainda L53 penso que é pouco pois eu sei avaliar a falta que temos de iducar as crianças L54 de uma cultura cívica e igualarnos a outros povos de que tenho tido L55 oportunidade de conhecer”. Ao comentar uma falha do sistema educativo Salazarista, toca ainda noutro tema omnipresente no seu discurso e relacionado com a falta de instrução dos portugueses, declarando que os emigrantes portugueses são os mais “trabalhadores e honestos”, mas os mais “ignorantes”, por falta de “instrução na infância”. Na verdade, tanto os mirandeses, como outros portugueses, nas décadas de 40, 50, 60, tiveram de emigrar para o Brasil à procura de uma vida melhor, umas vezes encontrada, outras não. Mourinho, por seu turno, na leitura da carta do amigo, sublinhou a crayon vermelho as frases subsequentes: “Possu-lhe assegurar ao meu amigo que o imigrante L56 português é o mais trabalhador e onesto mas sim o mais ignorante e L57 isso nós podemos agradecer á falta de instrução na infância”. Fê-lo com o objetivo de na sua resposta não se esquecer de defender a política educativa do regime, como veremos adiante.

No fecho da carta, antes de se despedir, solicita uma resposta do amigo e pede-lhe que sossegue o seu pai falando-lhe do seu sucesso no Brasil.

António Mourinho responderá à carta de Eliseu três meses após a receção da mesma, mais precisamente a “20 de Novembro de 1950”.

A carta de Mourinho, tal como a de Eliseu, obedece à estrutura tradicional de uma missiva familiar. Assim, inicia-se com a referência ao lugar da escrita “Duas Igrejas” e à data “20 de Novembro de 1950”, seguida da fórmula de endereço, com os habituais deícticos sociais: “Meu prezado e querido Amigo Eliseu”. Inicia o seu discurso com um pedido de desculpas pela demora na resposta: “ (...) tenho de pedir-te imensa desculpa, de ter tardado tanto em responder à tua prezada carta (...) que sinceramente veio alegrar o meu coração”, (linhas 4 a 6). Rememora os tempos de infância: “saudade sincera, simples e verdadeira é a dos bancos da escola”, usando as fórmulas habituais de agradecimento da correspondência: “Muito obrigado pois, meu caro Eliseu, pela tua carta”, formulando votos de “saúde”, e “felicidade” para o amigo e família (linhas 5 e 6).

Refere que a carta do amigo o “alegrou”, pois permitiu-lhe a evocação do passado, do percurso de quatro amigos de infância: “Fomos quatro rapazes, naquele ano de 1928 [a] fazer exame, todos fostoes [sic] para o estrangeiro, o Claudio dorme já o sono da morte no deserto africano, tu e o António Xavier fugistes para o Brasil, só eu estou dado a Portugal” (linhas 14 a 16), utilizando a 1.<sup>a</sup> pessoa do plural “nós”. Faz um agradecimento a Deus e emite uma opinião pessoal sobre a vida dos quatro amigos “Graças a Deus, nenhum de nós creio bem está arrependido da sua sorte, (...)”. Felicita o amigo Eliseu pela prosperidade conseguida no Brasil: “pois folgo imenso quando sei que na luta

pela vida, a sorte te tem corrido bem em S. Paulo de tal maneira que podes auxiliar a nossa Terra natal com o desafogo da tua situação económica”, (linhas 19 e 20).

A partir da linha 21, inicia a exposição da sua autobiografia num tom elogioso. Cita os sucessos alcançados enquanto animador cultural, intelectual e pároco. Quanto ao seu percurso de animador cultural, faz alusão à representação do *Auto da Mui Dolorosa Paixão de Nosso Senhor Jesus Cristo* de Francisco Vaz de Guimarães, em 1948, para mais de “25.000 pessoas em Duas Igrejas” (linha 27), e ao conseqüente convite do “Governo Geral de Angola” para “ir abrilhantar as festas centenárias da restauração da nossa maior província Ultramarina que um dia será o novo Brasil” (linha 31). Nesta expressão “o novo Brasil” ecoa a famosa máxima do Cardeal Patriarca de Lisboa, D. Manuel Gonçalves Cerejeira, que em Setembro de 1943, ao despedir-se no cais de Luanda, declarou: “Eu visiono já, a levantar-se nas brumas do futuro, por obra do Missionário, da Administração e do colono, este Brasil do século XXI”. Este extrato foi publicado no Jornal de Benguela “O Intransigente”, a 27 de Agosto de 1948, na primeira página.

Mourinho refere a seguir que, no ano seguinte (1949), foi “em missão oficial a Madrid, a um concurso de danças populares, à frente do meu Grupo” onde conquistou “três prémios” (linhas 34-37). Menciona que, em Portugal, realizou inúmeras atuações com o *Grupo Folclórico de Duas Igrejas* nas cidades de Lisboa, Porto, Coimbra, Braga, entre outras (linhas 38-39). Como intelectual, relata o facto de ter estado numa visita oficial à Galiza: “há 15 dias que regresssei dum viagem oficial à Galiza, por onde andei durante 12 dias, em missão cultural, com 250 intelectuais portugueses, espanhóis, franceses” (linhas 40-42). Para ilustrar a sua dedicação à investigação e aos estudos conta que possuía, à data, isto é, em 1950, “uma biblioteca de mais de 2.000 volumes, onde gasto o que me sobra do tempo empregado nas lides paroquiais” (linhas 43-44). Alude, por fim, às suas tarefas paroquiais: “Este ano já dispendi, por conta da paróquia, para cima de cento e cinquenta contos, na restauração de três igrejas e uma capela” (linhas 45-47). Imputa à multiplicidade de tarefas culturais, intelectuais, paroquiais a “culpa” de demorar a responder à carta do amigo (linhas 48-51).

Na segunda folha da carta, narra um episódio relacionado com o adiamento de uma ida do Grupo ao Brasil (linhas 52-56). Faz uma menção à difícil situação internacional advinda do pós-guerra. Como é sabido, a segunda guerra mundial durou até 1949, portanto, em 50, ainda se viviam tempos muito difíceis. Agradece a “bela lembrança” do amigo para o “parque infantil da escola” da “Terra” (linhas 63-65). Relembra a família de Sendim do amigo Eliseu (irmão António e o pai) (linhas 69-77). De seguida, emite um juízo de valor contraditório sobre os seus conterrâneos sendinenses, declarando que “Por

Sendim é a gente a mesma coisa que dantes, mais progressiva e tem atingido um nível de vida bastante superior ao que era há dez anos” (linhas 78-80). Parece-me que com esta afirmação Mourinho queria dizer ao amigo que o regime vigente em Portugal não era tão mau como se dizia, porque, em Sendim, no mais recôndito Nordeste de Portugal, as pessoas tinham conseguido atingir um “nível de vida bastante superior ao que era há dez anos”, ou seja, Mourinho queria fazer passar a ideia de que, em 1950, se vivia melhor do que, em 1940, aquando da saída de Eliseu da sua terra natal. Com esta asserção está a tentar dar uma resposta à crítica que Eliseu traçou ao sistema educativo português. Na opinião de Mourinho, as pessoas, em Sendim, estavam mais “progressivas” do que há dez anos atrás. No entanto, esta opinião não apresenta sustentação, pelo contrário, está envolta numa contradição, pois na continuação do discurso o autor não consegue estribar essa ideia “dourada” sobre Miranda. Por um lado, verbaliza que o nível de vida era melhor do que há dez anos, e, por outro, afirma que “Toda a gente está com ânsia de fugir para o estrangeiro, na mira de enriquecer, mas o tempo é de trabalho em toda a parte, como eu tenho comprovado, e tu poderás confirmar”, (linhas 81-83). Estas palavras atestam que os mirandeses não tinham conseguido melhores condições de vida, caso contrário não teriam vontade de emigrar, de abandonar o seu país.

Despede-se com as fórmulas habituais de um fecho de uma carta: “E tu digna-te receber um grande abraço deste sempre Amigo”, e envia saudações a toda a família “Peço-te que dês um grande abraço ao teu Abílio e outro ao teu Zé, os meus respetos à tua esposa e beijos para os teus meninos” (linhas 84-86).

Faz um reparo ao amigo sobre a forma de tratamento, exigindo que o trate por “tu”, pois o amigo na sua carta tratou-o por “Exm.º Sr. Padre” e por “você”, tratamentos cerimoniosos para amigos de infância.

Termina a carta contando um episódio desagradável sobre um amigo comum “José Diogo”, para mostrar, mais uma vez, ao amigo Eliseu a sua influência social e política nos meios portugueses. Declara que, depois de lhe ter arranjado emprego, tinha procurado ajudá-lo o mais possível: “Procurei pegar nele quanto pude, arranjei-lhe um grande amigo no Ministério da Guerra, um Ten. Coronel”, (linhas 96-101). As pessoas bem relacionadas no regime salazarista conseguiam por meio das “cunhas” colocar os amigos em bons empregos. No fundo, Mourinho queria provar ao amigo que era uma pessoa influente, no regime político vigente em Portugal, e que se servia disso para ajudar os amigos socialmente mais desamparados. Quer passar ou construir uma imagem de altruísmo e de simplicidade, pois, apesar de ser uma pessoa muito importante e reconhecida no país e estrangeiro, impõe ao amigo o tratamento por “tu”, mostrando-se uma pessoa acessível, humilde, apesar da sua celebridade.

António Mourinho, nesta carta como na maior parte dos seus escritos, procura construir uma imagem, uma face positiva de si para legar essa imagem às gerações vindouras.

### **Em jeito de conclusão**

A primeira carta, de Eliseu Augusto Atanázio, é uma carta de um emigrante português no Brasil, na década de 50. É um discurso exemplar da correspondência emigrante, porque dele emergem os temas mais frequentes deste tipo de textos: a partida do país de origem; a chegada e a adaptação a um país estrangeiro; o trabalho árduo; o sucesso económico; a ascensão social; a exibição do êxito obtido em terras longínquas; os donativos pecuniários à aldeia natal; a saudade da família deixada no torrão natalício e a vontade de retorno.

A carta de António Mourinho é, igualmente, uma carta lapidar de um “erudito local” (García Lorenzana 2001: 196), de um intelectual reconhecido pelo seu percurso cultural na sua terra, Miranda do Douro, no país e, já um pouco, no estrangeiro. A preocupação do referido autor em investigar a literatura, a cultura, a história, a coreografia e a língua mirandesas levou-o a sentir necessidade de arquivar todos os seus documentos, ou seja, conduziu-o ao inevitável “arquivamento do eu” (Artières 1998: 3). Mourinho arquivou cartas originais e cópias de textos enviados (dactiloscritos), muitas vezes essas cópias foram passadas através de papel químico. Custodiou missivas de outros e as suas próprias respostas, como justamente observa Manuela Parreira da Silva: “A cópia que se guarda é também uma maneira de formalizar a auto-destinação. Nela, o seu autor pode, mais tarde, rever-se, contemplar-se...” (Silva 1998: 131), porque, em dados momentos, o autor poderia observar-se, e, sobretudo, poderia legar aos outros a imagem de si próprio que ia construindo a seu gosto.

O discurso de uma carta pode, como acontece com as cartas analisadas, narrar as etapas cronológicas de uma existência, pode também dar conta da forma de viver de um escrevente, pode representar um momento histórico preciso, ou, usando as palavras de Armando Malheiro da Silva pode “trazer factos (a imagem do acontecido) de ontem para a superfície do hoje, do agora...” (Silva 2004: 244), ou dito de outra forma, as correspondências permitem leituras e releituras constantes dos textos que os seus produtores nos quiseram legar e confiar.

### Referências Bibliográficas

- Artières, Philippe (1998): “Arquivar a Própria Vida”. In: *Estudos Históricos*, Revista História Contemporânea Brasil. Rio de Janeiro: Instituto de Estudos Brasileiros – IEB / USP, 21: 1-30.
- Barthes, Roland (1997): “Escritores e Escreventes”. In: *Ensaio Críticos*. Lisboa: Edições 70: 205-215.
- Benveniste, Émile (1974): *Problèmes de Linguistique Générale II*. Paris: Gallimard.
- Charaudeau, Patrick (1983): *Langage et discours*. Paris: Hachette Université.
- Emiliano, António (2002): *Critérios e normas para transcrição e transliteração de textos medievais – V.1.0*. Lisboa: Centro de Linguística da Universidade Nova de Lisboa.
- (2002): *Critérios Para a Realização de Edições Interpretativas de Fontes Medievais Para a História da Língua Portuguesa (v.2.0)*. Lisboa: Centro de Linguística da Universidade Nova de Lisboa/Linha de Investigação 4 – Linguística Histórica.
- Fonseca, Joaquim (1994): *Pragmática Linguística: introdução, teoria e descrição do Português*. Porto: Porto Editora.
- Foucault, Michel (1969): *Archéologie du savoir*. Paris: Gallimard.
- Kerbrat-Orecchioni, Catherine (1980): *L'énonciation de la subjectivité dans le langage*. Paris: Armand Colin.
- García Lorenzana, Francisco (2001): “Conjurar el olvido: Archivos de la Memoria Popular”. In: Castillo Gómez (ed.): *Cultura escrita y clases subalternas: una mirada española*. Gipuzkoa: Senda: 191-206.
- Grassi, Marie-Claire (2005): *Lire l'épistolaire*. Paris: Armand Colin.
- Riesco Terrero, Ángel (ed.) (1999): *Introducción a la paleografía y a la diplomática general*. Madrid: Editorial Síntesis.
- Santana, Olinda; Morais, Domingos; Correia, Mário (2010): *De boca em bocas sons e palavras de Miranda: António Maria Mourinho*. Miranda do Douro: CEAMM, Centro de Estudos António Maria Mourinho; SONS DA TERRA, Centro de Música Tradicional. A obra contém um disco compacto com mais de três centenas de composições do Arquivo Sonoro de António Maria Mourinho.
- Silva, Armando Malheiro da (2004): “Arquivos e bibliotecas da vinha e do vinho no Douro: aplicação teórico-prática de um modelo científico e sistémico”, *Douro Estudos & Documentos*. [S.l.], GEHVID: Instituto dos Vinhos do Douro e Porto, Universidade do Porto, Universidade de Trás-os-Montes e Alto Douro, Volume I, (17), (Ano 9): 239-271.

Silva, Manuela Parreira da (1998): “Para uma teoria da prática epistolar pessoal”, *Correspondências: o género epistolar*. Lisboa: Edições Colibri / D.L.L.R. da F.C.S.H. da U.N.L.: 127-147.

Anexo 1

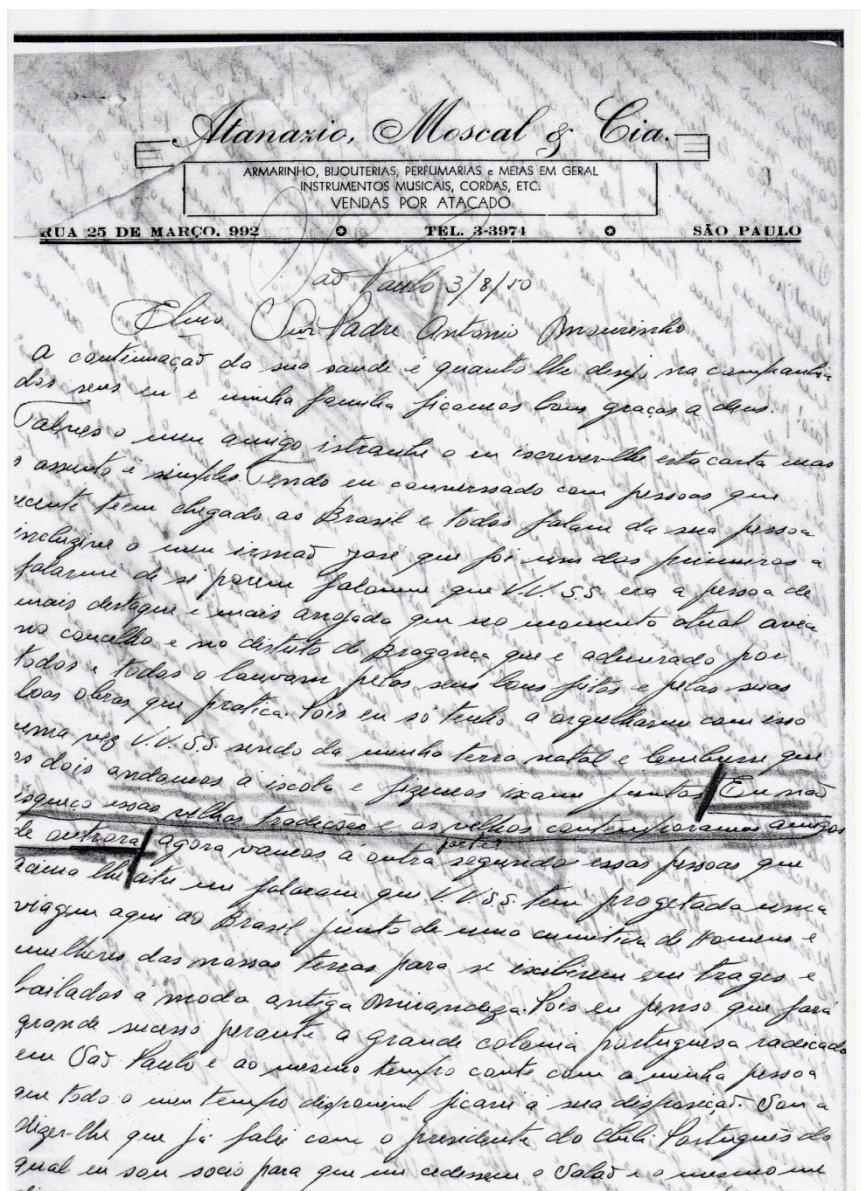


Figura 1: [F. 1r] carta manuscrita de Eliseu Augusto Atanázio – créditos fotográficos CEAMM/Município de Miranda do Douro



## Anexo 2

Duas Igrejas, 20 de Novembro de 1960

Meu Prezado e querido Amigo Eliseu

SÃO PAULO

Em primeiro lugar tenho a pedir-te imensa desculpa, de ter tardado tanto em responder à tua prezada carta, que eu não esperava e que sinceramente veio alegrar o meu coração amigo e recordar velhos tempos nossos de escola e de sincera amizade.

Se de facto há momentos que tragam à gente saudade sincera, simples e verdadeira é a dos bancos da escola, e esta é a nossa.

Muito obrigado pois, meu caro Eliseu, pela tua carta. Desejo imenso a tua saúde, a de tua família a vossa felicidade, nessas terras brasileiras.

A tua carta alegrou-me ainda mais, por isto: fomos quatro rapazes, naquele ano de 1928 fazer exame, todos postões para o estrangeiro, o Claudino dorme já o sono da morte no deserto africano, tu e o António Xavier fugistes para o Brasil, só eu estou dado a Portugal.

Graças a Deus, nenhum de nós creio bem está arrependido da sua sorte, pois folgo imenso quando sei que na luta pela vida, a sorte te tem corrido bem em S. Paulo de tal maneira que podes auxiliar a nossa Terra natal com o desafogo da tua situação económica.

O meu caminho, de verdade foi um pouco diferente, estou satisfeito, pois embora a custo de muitos trabalhos e canseiras, tem-me sido dado ~~me~~ conhecer o mundo e ver o fruto do meu trabalho recompensado e reconhecido.

Em 1948, depois de termos feito em Duas Igrejas, um Auto, que foi a coisa mais sensacional no género que se fez em Portugal, juntámos para cima de 25.000 pessoas em Duas Igrejas, na presença de todas as autoridades civis e militares e representantes do Governo, fui imediatamente chamado pelo Governo Geral de Angola a ir abrilhantar as festas centenárias da restauração da nossa maior província Ultramarina que um dia será o novo Brasil. Percorri toda a Angola durante ~~três meses~~ de cidade em cidade, através dos sertões africanos, de barco, de avião, de comboio e de automóvel.

No ano seguinte, fui em missão oficial a Madrid, a um concurso, de canções e danças populares, a frente do meu Grupo, e conquistei lá tres prémios, um primeiro, um terceiro e um ~~quinto~~ quinto, contra mais de 250 grupos de 17 nações.

Em Portugal não têm conta as exibições que temos dado, em Lisboa, no Porto, Coimbra, Braga, etc.

Há 15 dias que regresssei duma viagem oficial à Galiza, por onde andei durante 12 dias, em missão cultural, com 250 intelectuais portugueses, espanhóis e franceses.

Actualmente tenho uma biblioteca de mais de 2.000 volumes, on de gasto o que me sobra do tempo empregado nas lides paroquiais.

Este ano já dispendi, por conta da paróquia, para cima de ~~cin~~ cento e cinquenta contos, na restauração de tres igrejas e uma capela e depois disto não sei o que mais farei, se Deus me deixar.

Como vês, trago uma vida atarefada e por isso, só agora che gou a vez de pedir desculpa da minha demora em responder à tua amavel carta e de veres que nem sempre eu tenho culpa de ser mal educad com os meus amigos.

Figura 2: [F. 1r] da carta datilografada de António Maria Mourinho – créditos fotográficos CEAMM/Município de Miranda do Douro.



## Os modos verbais nas gramáticas latino-portuguesas de Manuel Álvares (1572) e Bento Pereira (1672)<sup>1</sup>

Barbara Schäfer-Prieß

Ludwig-Maximilians Universität, München / CEL

bascha@arcor.de

### Abstract

This article deals with the grammars of two Portuguese authors, the *De institutione grammatica libri tres* (1572) by Manuel Álvares (1526-1583), and the Portuguese grammar *Ars grammaticæ pro lingua Lusitana addiscenda* (1672), published exactly 100 years later in Latin by Bento Pereira (1605-1681). Although Álvares' work, which was widely used all over Europe as a textbook for Jesuit grammar schools, was a monolingual grammar, and as such widely criticized in Portugal since the 17<sup>th</sup> century, its first edition contains numerous commentaries on Portuguese, in particular in the chapter on verbal morphology, where Álvares postulates seven moods, assigning Portuguese equivalences to each one of them. Bento Pereira, whose *Ars* seems in the first place to have been designed for the use of foreign missionaries and merchants, and secondly as a normative grammar for native speakers of Portuguese, takes over the bulk of Álvares' argument, except that now the Latin forms serve as an equivalent of the Portuguese ones. The article investigates the origins of Álvares' categories of mood, their definitions as well as their assignments to Latin and especially the Portuguese forms.

**Keywords:** History of Linguistics, Grammar, Portuguese, Latin, Manuel Álvares, Bento Pereira, Jesuit grammar.

### Resumo

Este artigo trata das gramáticas de dois autores portugueses, *De institutione grammatica libri tres* (1572) de Manuel Álvares (1526-1583), e a gramática portuguesa *Ars grammaticæ pro lingua Lusitana addiscenda* (1672), publicada exatamente cem anos depois em latim por Bento Pereira (1605-1681). Se bem que a obra de Álvares, que foi amplamente utilizada em toda a Europa como livro didático para as escolas de gramática dos jesuítas, tenha sido uma gramática monolíngue, tendo, como tal, sido amplamente criticada em Portugal desde o século XVII, a sua primeira edição contém um número considerável de comentários em Português, em especial no capítulo sobre a morfologia verbal, onde Álvares postula sete modos, atribuindo equivalências portuguesas para cada um deles. Bento Pereira, cuja *Ars* parece, em primeiro lugar, ter sido projetada para o uso de missionários de origem estrangeira e comerciantes e, em segundo lugar, como uma gramática normativa para os falantes nativos do português, adota a maior parte do argumento de Álvares, exceto que agora as formas latinas

---

<sup>1</sup> Uma versão anterior do presente artigo em língua alemã foi publicada como Schäfer (1993). Com base na tradução que foi elaborada por Rolf Kemmler, o artigo foi revisto e consideravelmente aumentado.

servem como o equivalente às portuguesas. O artigo investiga as origens das categorias modais alvaresianas, suas definições, bem como suas atribuições para o Latim e, especialmente, as formas portuguesas.

**Palavras-chave:** História da Linguística, gramática, português, latim, Manuel Álvares, Bento Pereira, gramáticas jesuítas.

## 1. As gramáticas de Manuel Álvares e Bento Pereira

### 1.1. A gramática de Manuel Álvares (1572)

No ano de 1572, a obra intitulada *De institutione grammatica libri tres* do jesuíta Manuel Álvares (1526-1583) saiu pela primeira vez do prelo lisboeta de João da Barreira.<sup>2</sup> Poucos anos depois, a *Ratio atque Institutio Studiorum Societatis Jesu* (na sua redação final que data de 1599) declarou a gramática do jesuíta português como livro único do ensino do latim para o ensino primário, os ‘studia inferiora’. Devido a este vínculo institucional à Companhia de Jesus, a obra teve, até finais do século XIX, no mínimo 530 edições em nada menos de 22 países dentro e fora da Europa (cf. Springhetti 1960 / 61: 304).

Não foi em todos os países que a gramática de Álvares logrou o sucesso desejado pelos redatores da *Ratio Studiorum*. Assim, eram preponderantes as gramáticas de Despautério em França ou de Nebrija em Espanha (cf. Springhetti 1960 / 61: 296-302). Também em Portugal a obra não era nada incontroversa, especialmente porque advogava o ensino monolíngue do latim que era praticado pelos jesuítas, tendo este método já sido criticado insistentemente em 1619 no *Methodo grammatical para todas as linguas* de Amaro de Roboredo.<sup>3</sup> No século XVIII, as obras inovadoras *Verdadeiro método de estudar* (1746) do estrangeirado Luís António Verney (1713-1792) e o *Novo Methodo da Grammatica Latina* (1752 / 1753) do oratoriano António Pereira de Figueiredo (1725-1797), que visaram mudanças no sistema de ensino e a substituição da gramática jesuítica de Álvares, desencadearam polémicas acérrimas em Portugal (cf. Freire 1964; Dias 1952: 346). Estas polémicas só tiveram fim quando a obra foi proibida no âmbito da reforma do sistema de ensino na sequência do desterro dos jesuítas de Portugal e das suas colónias pelo Marquês de Pombal em 1759. Através do *Alvará* real de 30 de junho de 1759, a gramática de Álvares e qualquer comentário vernáculo da obra foram proibidos sob ameaça de penas severas para qualquer infração:

---

<sup>2</sup> Como afirma Carvalho (1986: 335), Álvares foi «[...] mestre de línguas latina, grega e hebraica, primeiro professor de Gramática no Colégio de Santo Antão de Lisboa, e professor, dos da primeira hora, do colégio das Artes [...]», isto é, do Colégio das Artes da Universidade que os jesuítas mantinham em Évora.

<sup>3</sup> Veja-se o *Prologo* Fol. b3 v, isto é, Roboredo (2007: [22]), onde se encontra uma referência explícita a Manuel Álvares. Cf. também Schäfer (1990: 56-57).

7 Nem nas ditas Classes, nem em outras algumas destes Reinos, que estejam estabelecidas, ou se estabelecerem daqui em diante, se ensinará por outro Methodo, que não seja o Novo Methodo da Grammatica Latina, reduzido a Compendio para uso das Escolas da Congregação do Oratorio, composto por Antonio Pereira da mesma Congregação: Ou a Arte da Grammatica Latina reformada por Antonio Felis Mendes, Professor em Lisboa. Hey por prohibida para o ensino das Escolas a Arte de Manoel Alvares, como aquella, que contribuiu mais para fazer difficultozo o estudo da Latinidade nestes Reinos. E todo aquelle, que usar na sua Escola da dita Arte, ou de qualquer outra, que não sejaõ as duas assima referidas, sem preceder especial, e immediata licença minha, será logo prezo para ser castigado ao meu Real arbitrio, e não poderá mais abrir Classe nestes Reinos, e seus Dominios.

8 Desta mesma sorte prohibo que nas ditas Classes de Latim se use dos Commentadores de Manoel Alvares, como Antonio Franco; Joaõ Nunes Freire; José Soares; e em especial de Madureira mais extenso, e mais inutil; e de todos, e cada hum dos Cartapacios, de que até agora se usou para o ensino da Grammatica (Alvará 1759: 5-6).<sup>4</sup>

Também desde o ponto de vista moderno, a *Institutio* é avaliada de maneira divergente. Chevalier (1968: 342) atesta-lhe boa vontade no que respeita à simplificação da descrição, mas acaba por a considerar ‘très indigeste’. Percival (1975: 242) qualifica a gramática de Álvares como mais tradicional (em comparação com a *Minerva* do Brocense de 1587), mas também constata que o autor terá sido ‘methodical and unusually perspicuous’. O veredicto de Padley (1976: 28) é menos favorável, pois mal se ocupa de Manuel Álvares dentro do seu estudo da gramática latina no oeste da Europa desde o século XVI, contando-o entre os ‘minor grammarians’ e considerando-o para além disso como sendo de nacionalidade italiana!

Do ponto de vista da historiografia gramatical, Manuel Álvares deverá ser contado entre os partidários da tendência antirracional (cf. Percival 1975: 259), encontrando-se, assim, em oposição a autores como o Brocense. Este antagonismo já se encontra evidenciado por Roboredo (2007: [22]), que prefere o método explicativo do Brocense.

A gramática de Manuel Álvares, na sua função como manual de ensino da língua latina dos jesuítas, foi criticada especialmente porque a língua materna ficava de fora do processo de aprendizagem do latim. Os alunos decoravam, segundo as censuras mais frequentes, as regras latinas, sem sequer entenderem o seu significado. Esta crítica chegou a ser levantada já na primeira metade do século quando Roboredo faz, em 1619, o seguinte comentário sobre os autores de gramáticas em latim para falantes não maternos:

---

<sup>4</sup> No presente artigo, serão mantidas as características originais dos textos reproduzidos, sendo mantida a grafia original e a pontuação. Com a exceção do til em grafemas vocálicos que será mantido (como em *nõ* para *no[n]*), as abreviaturas serão desdobradas mediante o uso de parênteses retos para indicar as letras adicionadas, como, por exemplo em *q[ue]* para *<q>*. O sinal tironiano *<&>* mantém-se mesmo nas combinações usuais do tipo *<&c>* para *etcetera*.

Finalmente screverom de balde: porque os que não sabem Latim, não entendem suas artes; & os que as entendem, bẽ as escusão; porq[ue] entendem qualquer livro Latino, de que colhem a lingua, & não dessas artes: nem o entendimento as quer ver, quando com artes, & materias superiores se pode melhorar (Roboredo 2007: [13]).

Também o reformador iluminado Luís António Verney (1713-1792) critica a gramática de Álvares como ‘puramente latina’, pelo que a considera como inadequada para o ensino de latim. Em finais do século XIX, Teófilo Braga (1895: 384) escreve o seguinte sobre o ensino da língua latina com a *Institutio*:

Decorava-se a volumosa Grammatica escripta em latim, sem se saber o que as regras significavam, e só depois de três annos é que por laboriosas inferências começava o alumno a perceber alguma cousa.

Parece, porém, que a ideia didática de Manuel Álvares não se baseava no uso monolingue coerente da língua latina, uma vez que este, como constata Verney (1949: 139), realça a necessidade de explicações na língua materna. Na verdade, o texto latino da primeira edição contém um número considerável de glosas e comentários em língua portuguesa que aparentemente foram omitidos em edições posteriores – possivelmente por causa da divulgação internacional da obra, como se pode ver, por exemplo, no prefácio da edição de Dillingen (Álvares 1574).<sup>5</sup> Comentários em vernáculo e traduções não são raros em gramáticas latinas medievais e renascentistas (cf. Percival 1975: 235; Padley 1988: 235; Scaglione 1970: 113). Em Portugal, na época anterior a Álvares, estes são usados, por exemplo, por André de Resende (ca. 1500-1573).<sup>6</sup>

É especialmente no que respeita à morfologia verbal que Álvares chega a fazer recurso frequente à língua portuguesa. Assim, todas as formas verbais latinas têm o seu correspondente português, como, por exemplo, no «Modi indicatiuì tempus præsens»:

SVM		<i>Eu sou, ou estou.</i>
Es,		<i>Tu es.</i>
Est,		<i>Elle he.</i>
	<i>Plurali numero.</i>	
Sumus,		<i>Nos somos.</i>
Estis,		<i>Vos sois.</i>
Sunt,		<i>Elles sam (Álvares 1974: fol. 12r)</i>

Segue a explicação ao lado do paradigma verbal:

<sup>5</sup> Veja-se também o comentário de Salgado Júnior sobre Verney (1949: 139).

<sup>6</sup> Cf. Verdelho (1995: 110).

Latinis personis totidem Lusitanæ respondent, quò altius firmissusque memoriæ tyronum infigantur (Álvares 1974: fol. 12r).

Na introdução do capítulo «De Verborum Coniugatione» (fols. 11 r – 38 r.), Álvares explica:

*Ad cuius tamen declinatione priusquam aggredior pauca de Lusitana interpretatione videntur dicenda: nō quod existimem posse me bene loquendi præcepta Lusitanis tradere: sed vt admoneã Latinæ linguæ rudes, ne dum alienum peregrinumque sermonem assequi student, natiuū atque domesticum amittant: id quod sæpe audiui viros doctos, nec Lusitanæ linguæ imperitos, conquerentes. Huius, nisi fallor, detrimenti culpam sustinent, qui primum à Bætico in Lusitanum verborum declinationes conuerterunt: siquidem eas totidem fere verbis interpretati, vtranque linguam permistam atque confusam ediscendā pueris proposuerunt: ad cuius regulā dum præceptores (quid enim aliud agant?) themata in Latinum conuertenda dictare compelluntur, autores enarrare atque ex iisdem locutiones depromere, fit, vt tyrones, antequam Latinam linguā degustare incipiāt, Lusitanam amittant (Álvares 1974: fol. 11 v).*

As glosas portuguesas foram, portanto, anexas para evitar interferências com o espanhol e tiveram, segundo o gramático, a sua origem na receção de glosas espanholas. Álvares vê-se incomodado pelas formas perifrásticas ‘alheias’ ao português e oferece alternativas genuinamente portuguesas, nomeadamente as formas verbais sintéticas, por um lado, e as formas analíticas com o verbo auxiliar *ter*, por outro lado:

*Facile est remedium: Pro vocibus Ey, ouue, ouuera, auerei, aja, ouuesse, auer aut vt ere verbis, vnde fiūt participia, quæ cum eis iunguntur: aut in earum locum, substitue has Tenho, tiue, tiuera, terei, tinha, tiuesse, ter: exempli gratia, Ei estado, ido, andado, tornado, escrito, visto, nō dicuntur benè Lusitanè: vt ere verbis participiorum sic, Estiue em Roma, fui a Roma, andey por Roma, torney de Roma, escreui muytas cartas, vi muytas cidades. Aut vt ere participijs cum verbis Tenho, tiue, tiuera, & c. sic, Tenho ido muytas vezes a Roma. Tenhouos escrito muitas cartas, visto muitas cidades. Sed hïc etiam labèris nisi eum, qui omnium magistrorum præcepta superat (vsum dico), diligenter consulas. Non enim aut cum omnibus participijs, aut semper licet verba Tenho, tiue & cæt. copulare. Cæterum si in alterutro peccandum sit, malim hoc, quam illud cum participijs coniungere: illud enim nunquam locum habet, hoc frequentissime (Álvares 1974: fol. 11 v).<sup>7</sup>*

Para uma gramática latina monolíngue, as informações fornecidas sobre o português tanto aqui como ao longo do resto do texto são surpreendentemente aprofundadas e precisas (cf. Verdelho 1995: 110).

<sup>7</sup> Para mais pormenores, cf. as páginas 137-138.

### 1.2 A *Ars grammaticæ* de Bento Pereira (1672)

Entre a primeira edição da *Institutio* de Manuel Álvares e a gramática da língua portuguesa do confrade jesuíta Bento (Benedictus) Pereira (1605-1681)<sup>8</sup>, decorreram exatamente cem anos.<sup>9</sup> Como outras gramáticas vernaculares dos séculos XVI e XVII (cf. Padley 1988: 191-192, 260, 332), a *Ars grammaticæ pro lingua Lusitana addiscenda*<sup>10</sup> foi redigida em língua latina.

A par do já referido *Methodo grammatical para todas as linguas* (1619) de Amaro de Roboredo (cf. Schäfer 1990), que, na realidade, era uma gramática universal, com base no latim e com considerações sobre a língua portuguesa, a gramática de Pereira é a única gramática da língua portuguesa do século XVII. A seguir às duas gramáticas renascentistas de Fernão de Oliveira (ca. 1507 - ca. 1580) e João de Barros (ca. 1496 - ca. 1571), que, publicadas em 1536 e 1540, visavam uma valorização e a normalização da língua portuguesa (cf. Buescu 1984), o interesse no vernáculo tinha diminuído: tanto Roboredo como o primeiro gramático do século XVIII, Jerónimo Contador de Argote (1676 - 1749), autor das *Regras da lingua portugueza, espelho da latina* (<sup>1</sup>1721, <sup>2</sup>1725), encaram a língua portuguesa principalmente como um meio para facilitar o ensino do latim (uma situação semelhante verificava-se na mesma época, por exemplo, no concernente ao papel do inglês na Inglaterra, cf. Padley 1988: 230). No caso de Bento Pereira, observa-se uma motivação diferente da dos autores mencionados: como ilumina o prefácio «Ad lectorem», a sua *Ars grammaticæ* publicada em Lyon (França) visava, por um lado, servir como manual de português para estrangeiros, por outro lado, como gramática normativa para falantes nativos do português:

EN Candide Lector, qui olim juvenis nondum attinens trigesimum ætatis annum concinnavi Prosodiam, modò senex tribus iam annis excedens sexagesimum Lusitanæ linguæ Grammaticam, quam tibi, si exter fueris, addiscendam, si domesticus, corrigendam offero (Pereira 1672: [IX])

O facto de a *Ars* fazer questão de ser uma gramática da língua portuguesa, mesmo que tenha sido redigida em latim, foi contestado quase um século depois no prefácio de António José dos Reis Lobato à sua *Arte da grammatica da lingua portugueza* (<sup>1</sup>1770):

<sup>8</sup> Veja-se Silva (1858, I: 352): «Jesuita, Doutor em Theologia, graduado na Universidade d'Evora, Qualificador de livros em Roma, e depois Reitor do collegio dos Irlandezes em Lisboa».

<sup>9</sup> Note-se, porém, que a gramática já deve ter sido concluída três anos antes, uma vez que a censura do Provincial da Sociedade de Jesus, Antão Gonçalves (em latim 'Antanus Gondisalvvs'), data de 5 de julho de 1669 (Pereira 1672: [XIII])

<sup>10</sup> Uma segunda edição póstuma (Pereira <sup>2</sup>1806) foi publicada em 1806 em Lisboa. Por ser uma obra rara, não consta que até agora tenha havido qualquer estudo comparativo das duas edições da gramática do borbense.

Da Arte do Padre BENTO PEREIRA, impressa em Londres [sic!] no anno de 1672, podia deixar de fallar por duas razões. 1.<sup>a</sup> Por ser escrita na lingua Latina, por cuja razão só póde servir para aquelles, que tiverem sciencia da dita lingua. 2.<sup>a</sup> Por se achar este Autor reprovado por Sua Magestade Fidelissima; porém como poderão dizer, que a reprovação só cahe sobre a Prosodia latina do mesmo Autor, e não sobre a dita Arte, se me faz preciso mostrar-lhes, que se esta não está reprovada, o estão algumas das suas doutrinas, por serem as mesmas, que seguio, o Padre MANOEL ALVARES na sua Grammatica Latina, de que Sua Magestade Fidelissima prohibio o uso nas escolas (Lobato 1770: XXV).

No seu prefácio «Ad lectorem», Pereira apresenta-se como patriota português. Já a *Prosodia in Vocabularium trilingue*, que publicara como homem novo em 1634, isto é, durante a chamada ‘União Ibérica’ com Espanha, teria sido uma expressão do amor à pátria: pretendia o autor que a nação portuguesa (*natio Lusitana*) recebesse dele um dicionário como as outras nações europeias já possuíam. Também a redação de uma gramática portuguesa para estrangeiros é justificada com motivos patrióticos duas décadas após a restauração da independência, no período da regência de D. Pedro II (1648-1706), que reinou desde 1668 e viria a ser rei em 1683:

Cùm verò in me patriæ amor, frigescente ætate non frigeat, sed magis ac magis exardescat, hoc potissimum tempore, quo video Lusitaniam, postquam feliciter pugnavit, pace, quam libens concessit, quiescere haberéque commercium cum omni natione, quæ sub cælo est, & Christiano nomine gloriatur, vehementer dolui carere Lusitanos arte, qua suam linguam exteris addiscendam proponant.

Est enim perspicuum in spiritualibus, & temporalibus sperari maximum emolumentum ex facilitate addiscendæ nostræ linguæ, ut exteri, sive mercatores suis opibus nos ditent, & nostris ditentur, sive concionatores pervadant usque ad fines orbis, seu Lusitani imperij, ubi nationes barbaras veris Evangelij divitiis locupletent (Pereira 1672: [X]).

Para além da profissão à monarquia portuguesa – só se encontra uma ligeira alegação sobre a separação do reino espanhol – encontramos aqui a caracterização do público-alvo: mercadores (*mercatores*) e pregadores (*concionatores*).<sup>11</sup> Esta sequência provavelmente encontra-se usada para poder fazer a transição temática das riquezas literais do mundo secular para as ‘verdadeiras riquezas do Evangelho’. Como fica esclarecido também noutra âmbito, o termo *concionatores* refere-se aos missionários de origem não-portuguesa, prioritariamente aos padres jesuítas que pretendiam adquirir conhecimentos da língua portuguesa para fins de comunicação com a população autóctone. Como

---

<sup>11</sup> A forma ‘concionatores’ em latim contemporâneo contrasta com a forma clássica ‘contionatores’, grafada com <-t->.

comprovou Silva Neto (1986: 513-515), a língua portuguesa era de facto uma língua muito divulgada, por exemplo, nas costas africanas, desde o século XVI, de maneira que mesmo jesuítas falantes de outras línguas tinham razão de aprender esta língua (também a dedicatória anterior «Ad Mariam semper virginem dei matrem» reza a este respeito: «[...] *ut quicumque velint Lusitanam linguam addiscere, possint in omni vastissima Lusitanorum ditone inter barbaras & incultas nationes Christianæ fidei esse propagatores*»).

No atinente à comparação com outras línguas, antigas como modernas, Pereira (1672: 10) considera entre outros assuntos que o português teria a vantagem de ser a mais simples de todas:

Ex hac ratione, & aliis in progressu occurrentibus patebit linguam Lusitanam esse longè faciliorem vt addiscatur, quàm Latinam, & Græcam; in quibus reperitur magna varietas declinationum, ingens diversitas casuum in vtroque numero: & (quod pejus est) multitudo dictionum irregularium, quæ omnia reddunt linguarum disciplinam valdè difficilem. In reliquis vulgaribus, Castellana, Itala, Gallica, Anglica & similibus, quamuis militet eadem facilitatis ratio, tamen nonnullæ ex illis sunt longè difficiliore Lusitana, ex aliis principiis.

Sobre o destino da *Ars grammaticæ* em Portugal ou em outros países somente há informações escassas. Na sua volumosa *História da Companhia de Jesus na Assistência de Portugal*, Rodrigues (1931-1950, III: 94) apenas menciona a obra de forma muito breve numa nota de rodapé. Na panorâmica sobre a história da linguística portuguesa de Vasconcelos (1929: 867), só se encontra um único comentário breve sobre a gramática de Pereira:

Reis Lobato (1721) [sic!] foi em gramática um instrumento do Marquês de Pombal nas obras de reforma contra o ensino jesuítico; discípulo das doutrinas de Sanches, Perizonio, Vossio, Sciopio e Lancello, combate duramente a *Grammatica* do P.<sup>o</sup> Bento Pereira, só porque êste seguiu o método de Alvarez, reprovado por el-rei D. José.

Também Verdelho (1982: 14-23), cujo artigo se concentra sobretudo nas obras lexicográficas, apenas menciona a crítica de Lobato no que respeita à *Ars grammaticæ*, que, como vimos atrás, tinha atacado a obra do borbense com alguma intensidade no âmbito do prefácio à sua gramática, por um lado porque a obra estava redigida em latim, por outro lado por a *Prosódia*, o compêndio lexicográfico do mesmo autor, ter sido expressamente proibida no âmbito da primeira reforma do sistema educativo em 1759, tendo-se Pereira, para além disso, orientado pelos ensinamentos do igualmente proibido Manuel Álvares. A última objeção será certamente lícita como observação, se bem que não pareça pertinente sem mais como repreensão: a função da *Institutio* como modelo da *Ars grammaticæ* não pode ser ignorada.



Para a receção das ideias alvarísticas, nenhuma área da gramática se oferecia tanto como a da morfologia verbal, na qual Álvares já tinha feito bastantes trabalhos preparatórios, pelo que Lobato (1770: XXX) critica o procedimento de Bento Pereira:

No tratado dos Verbos seguio inteiramente ao Padre ÁLVARES, pois ao mesmo modo Conjunctivo dá também as mesmas linguagens, ou vozes do Indicativo, sem advertir que os modos entre si se distinguem pelas diferentes vozes, e terminações.

O capítulo seguinte pretende, por isso, analisar e comparar as representações do sistema verbal nas primeiras edições das duas obras de Manuel Álvares e de Bento Pereira.

## 2. A comparação da representação do sistema verbal

Desde as gramáticas antigas tem sido usual representar as formas verbais dentro de um sistema pluridimensional. Uma dada forma verbal pertence simultaneamente a várias categorias distintivas (pessoa, número, modo, tempo, diátese; cf. Coseriu 1976: 72), podendo ser definida inequivocamente através destas características. Nas gramáticas latinas escolares modernas, a distinção das formas verbais finitas costuma ser feita segundo um esquema em que se distinguem ativo e passivo, indicativo, conjuntivo e imperativo, raiz do presente e do perfeito (veja-se sobre isso Scaglione 1970: 53), simultaneidade, anterioridade e posterioridade, bem como primeira, segunda e terceira pessoa do singular e do plural (cf., por exemplo, Bornemann e Adami 1970: 46-47).

Ao passo que as categorias ‘diátese’, ‘pessoa’ e ‘número’ quase não deixam espaço de interpretação na gramaticografia do latim como ainda das línguas modernas, tanto os tempos como especialmente os modos admitem formas de contemplação diferentes. Na distinção dos modos existem essencialmente duas abordagens:

- a) Uma abordagem *formal* segundo a qual se distinguem formas do mesmo tempo que não se distinguem por um dos outros critérios (como, por exemplo, lat. *amo* e *amem* que ambas são da primeira pessoa do singular do presente ativo), mas pela categoria ‘modo’. Aos modos (indicativo, conjuntivo, etc.) são atribuídos valores semântico-pragmáticos. Assim, o indicativo serve para exprimir uma realidade, o conjuntivo uma não-realidade, o imperativo uma ordem, o optativo um desejo, etc.
- b) Estes conteúdos formam a base para uma categorização com um ponto de partida *semântico*. Nesta abordagem onomasiológica, a existência de formas distintivas em línguas individuais não tem importância. Coloca-se

a pergunta como certas modalidades podem ser representadas do ponto de vista formal.

A seguir, veremos quais são os modos verbais empregados por Manuel Álvares, de que forma se encontram preenchidos por formas e como são adotados por Bento Pereira.

### 2.1 Os modos verbais na gramática de Manuel Álvares

Álvares encara os modos sob um ponto de vista onomasiológico: são, para ele, uma expressão de ‘*voluntas, vel animi affectio*’ (fol. 15 r),<sup>12</sup> e não importa nesta medida se determinada língua dispõe de uma clara correspondência formal. Com esta opinião, Álvares encontra-se em oposição às classificações que modernamente estão em uso e que partem em geral do repertório das formas de uma língua.

Ao lado do indicativo, do imperativo e do conjuntivo – que correspondem aos três modos distintivos nas gramáticas latinas modernas (cf. Bornemann e Adami 1970: 185) –, Manuel Álvares considera ainda um optativo, um potencial, um permissivo e o infinitivo (*modus infinitus*). Os cinco tempos que reconhece são presente, imperfeito, perfeito e mais-que-perfeito, bem como um único futuro. Os tempos são idênticos aos de Donato (Schönberger 2008: 68; cf. Scaglione 1970: 55),<sup>13</sup> sendo o número dos modos aumentado por Álvares com o potencial e o permissivo.

Uma vez que as formas distintas do latim não bastam para preencher a matriz de sete modos e cinco tempos, observam-se numerosas lacunas e duplicações. As formas dos tempos passados de optativo, conjuntivo, potencial e permissivo são, por exemplo, completamente idênticas, se deixarmos de lado o facto de o optativo ser precedido pela partícula *utinam* e o conjuntivo pela partícula *cum*:

Utinam / Cum            amarem / amaverim / amavissem

A par do conjuntivo, que tem uma definição de natureza sintática («*MOdum hunc grammatici, tum Coniunctiuum, tum Adiunctiuũ, tum Subiunctiuum vocãt, propterea quòd sententiam perfectam minimè efficiat, nisi sibi alterũ verbum coniugat [...]*», Álvares 1974: fol. 24 v), e do infinitivo, que apresenta uma definição morfológica («*Infinitus quidem sive infinitiuus dicitur, quod neque*

<sup>12</sup> Segundo Padley (1976: 48), a fonte presumível seria o gramático inglês Thomas Linacre.

<sup>13</sup> Aelio Donato foi um gramático latino do século IV d.C., autor de uma *Ars Grammatica* que costuma ser tradida numa *Ars minor* (Schönberger 2008) mais elementar em forma dialogística e uma *Ars maior* (Schönberger 2009) em prosa corrente.

personas, neque numeros definiat», Álvares 1974: fol. 32 r), o gramático atribui características semânticas aos modos individuais:

**Indicativo:** «*CVM hoc modo indicemus, rogemus, respondeamus, fateamur, pronuntiemus, definiamus meritò a grammaticis Indicatiuus [...]*» (Álvares 1974: fol. 16 r) - modalidade: afirmação.

**Imperativo:** «*QVanuis hoc modo iubeamus, imperemus, prohibeamus, madata legesque demus, deprecemur, hortemur, auxilium denique & misericordiã imploremus, grãmaticis tamen visum est, vt ab imperando potiβimum diceretur*» (Álvares 1974: fol. 17 r) - modalidade: ordem.

**Optativo:** «*Modus optatiuus, vt nomen ipsum indicat, ab optando nomen accepit, vnde optandi aduerbia ei præponimus O, si, Osi, ò vtinam, Vt, Quam, & siqua eiusdẽ generis sunt*» (Álvares 1974: fol. 22 r) - modalidade: desejo.

**Potencial:** «*Iste igitur modus, vt breuiter eius vim colligam, apud Latinos est quando dubitationem, quando comprobationem, quando poiibilitatem significat*» (Álvares 1974: fol. 26 v) - modalidade: possibilidade, dúvida.

**Permissivo:** «*PERmiβiuius sive conceβiuius modus permiβionem, siue conceiionem adsignificat, [...]*» (Álvares 1974: fol. 30 v) - modalidade: permissão, concessão.

Este repertório de modalidades não justificado pelas formas existentes explica-se da maneira seguinte: os modos indicativo, imperativo, conjuntivo, optativo e infinitivo já tinham sido distinguidos por Donato (Schönberger 2008: 70-101), o optativo terá obviamente sido adotado da gramática grega, na qual existem formas próprias para este modo (cf. Bußmann 2002: 487). O potencial baseia-se provavelmente na obra do inglês Thomas Linacre (1460-1524) (cf. Padley 1976: 48-49, bem como Lobato 1770: XXX) que afirma o seguinte sobre este modo:

*Nos primi potentiale vocauimus. Alias significationem indicatiui, sed altero verbo subiuncti exhibet, sicq[ue] subiunctiuus recte, dicitur Priuatim hic tertius in prima multitudinis persona submittere se quemquam cum alijs ad aliquid gerendum significat, vt: eamus. Vocaturq[ue] hic Græco nomine Hypotheticos, vel Authypotactos (Linacre 1591: 42).*

Padley (1976: 49) constata o seguinte sobre o tratamento dos modos na obra de Linacre:

Linacre overlooks the fact that it does not represent an economy for Latin, and that its institution on the grounds that it represents a separate *affectio animi* leaves the way open, since it is accompanied by no formal difference, to a flood of modes limited only by the number of *affectiones* that can be invented.

De maneira semelhante a Verney (1949: 155-56) e Lobato (1770: XXX) nas suas críticas às obras de Álvares e Pereira, Padley demonstra pouca compreensão para a abordagem onomasiológica, cujo ponto de partida é a modalidade. Curiosamente, esta abordagem não está muito longe daquilo que encontramos hoje em dia na *Gramática da língua portuguesa* de Mateus *et alii* (2004: 245-254) debaixo da palavra-chave ‘Modalidade’: nesta obra são apresentadas as diferentes possibilidades formais de exprimir as ‘atitudes e opiniões do falante’ (Mateus *et alii* 2004: 245).

Segundo informa o próprio Manuel Álvares (1974: fol. 31 v), o permissivo, que surpreendentemente não se encontra criticado por Lobato, terá sido usado por Diomedes Gramático na segunda parte do século IV d.C.<sup>14</sup> Por ser manifesta a integração de Álvares na tradição novilatina contemporânea (cf. Verdelho 1995: 123), parece que a fonte direta terá sido a obra *De verborum coniugatione commentarius* (1540), do português André de Resende (ca. 1500-1573), que principia o capítulo «De Permissiuo Modo» com as seguintes palavras introdutórias:

*Permissiuum, etiam Concessiuum nominant. Similis is fere Imperatiuo est, temporibus, uoce, & significatione, nisi quod primam in singulari personam admittit, qua Imperatiuus, uti praedictum est, priuatur. Eo tunc utimur, quum nos súsq[ue], dêq[ue] laturos, si quidpiam fiat, ostendere uolentes, quasi imperamus. Vt si admonenti ne in aperta pericula me conjiciam, futurum enim ut peream, respondero ego, Peream* (Resende 1540: fol. 14 v).

Mais do que nas formas latinas, o procedimento de Álvares, que pode ser caracterizado como ‘da modalidade para a forma’, fica visível quando olhamos para as traduções portuguesas: onde no latim quase sempre se encontra uma única forma com ou sem partículas que a acompanham, para o português muitas vezes é indicada uma série de formas e perífrases. Assim, encontramos as seguintes formas com as considerações atinentes ao «Potentialis modi tempus praesens» (Álvares 1974: fol. 27 r):

¶Amem, *Ame eu: ey, deuo, posso amar: aja, deua, possa eu amar: amarey.*

Os modos verbais de Manuel Álvares constituem o fim de uma evolução que pode ser caracterizada da seguinte maneira:

- a) do repertório das formas do grego são isolados determinados modos (para as formas definitivas indicativo, imperativo, conjuntivo, optativo) aos quais são atribuídas características semânticas;

<sup>14</sup> Segundo Álvares (1974: fol. 31 v), Diomedes Gramático terá utilizado o termo ‘concessivo’: «*Diomedes hoc genus loquēdi Conceßiuam speciem vocat*».

- b) na gramática latina, conserva-se o optativo, mesmo que este não possua quaisquer formas distintas. Donato marca o conjuntivo com *cum* e o optativo com *utinam*;
- c) por ter deixado de existir uma correspondência integral entre categoria e forma, o caminho fica livre para a introdução de novos modos, que são agora motivados semanticamente (do ponto de vista moderno seriam, portanto, modalidades), tais como o potencial e o permissivo;
- d) enquanto no latim estavam, em geral, preenchidas com uma forma única, as categorias no português têm uma multiplicidade de formas de expressão que pode inclusive ultrapassar o repertório do paradigma verbal (gramaticalizado) propriamente dito.

Da observação das formas portuguesas das categorias individuais de modo e tempo de Manuel Álvares resulta a seguinte panorâmica.

### 2.1.1. Indicativo

Como Álvares explica noutro lugar, as glosas portuguesas das formas latinas devem servir para evitar interferências com o espanhol. Vimos atrás que o gramático (Álvares 1974: fol. 11 v) se refere neste contexto às formas analíticas com o verbo auxiliar *haver*, que considera ‘alheias’ à língua portuguesa.

Em coerência com este raciocínio, Álvares considera no pretérito perfeito simples e no pretérito mais-que-perfeito, para além do tipo sintético (do tipo *amei*), as formas analíticas (do tipo *tenho amado*). A correspondência de *amei*, *tenho amado* para a forma latina *amavi* encontra-se comentada da maneira seguinte:

*Posteriore locutione vtuntur Lusitani certis locis. Semper praeceptorẽ meum plurimum amavi, ac parentis loco habui hĩc sempre amei rectè dicitur: at, tenho amado locum nõ habet. Saepe ad te literas dedi, Muitas vezes vos escreui, vel, Muitas vezes vos tenho escrito: Hĩc utrumq[ue] recte dicitur* (Álvares 1974: fol. 16 v).

Os exemplos permitem a conclusão, por um lado, que o perfeito analítico é o elemento marcado da oposição ‘perfeito analítico vs. sintético’<sup>15</sup> e, por outro lado, que o perfeito analítico somente ou preferentemente se encontra em contextos iterativos. Isto corresponderia às definições modernas (como, por exemplo, Hundertmark-Santos Martins 1998: 120) mas não à hipótese formulada por Friedrich Irmen (1966: 223):

---

<sup>15</sup> Cf. Coseriu (1988: 215): ‘analytisches vs. synthetisches Perfekt’.

[...] que, até bem entrado o século XVII, tanto na forma composta com *Ter* como na formada com *Haver*, teve predominância absoluta o carácter de perfeito autêntico, e não o aspecto durativo e iterativo exclusivo do uso moderno.

Também é interessante a afirmação de Álvares (e também, como veremos, de Pereira) que as formas do perfeito com *haver* seriam ‘alheias’, quando Boléo (1936: 24) afirma que este verbo nas suas aceções de verbo pleno e de verbo auxiliar teria sido «[...] de tão largo uso no português arcaico [...]». Em ambos os casos as informações metalinguísticas deverão ser investigadas mais pormenorizadamente.<sup>16</sup>

Tal como Donato, Álvares somente considera um único futuro para o indicativo. Ao pretender-se acrescentar um ‘*Futurum perfectum*’ do tipo *amauero*, o gramático constata que a tradução portuguesa deveria ser *Iá eu entã terei amado* (Álvares 1974: fol. 16 v).

### 2.1.2. Imperativo

De entre os modos, o imperativo constitui uma exceção no sentido de o latim apresentar duas formas e o português somente uma (Álvares 1974: fol 19 r):

#### *Imperatiui modi tempus praesens.*

AMa, vel amato,	<i>Ama tu.</i>	<i>Amas, s, abla-</i>
Amet,	<i>Ame elle.</i>	<i>ta sit ama: eodẽ</i>
Pl. Amemus	<i>Amemos nos.</i>	<i>modo Doce, Au-</i>
Amate, vel amatote,	<i>Amay vos.</i>	<i>di.</i> <sup>17</sup>
Ament,	<i>Amem elles.</i>	

#### *Futurum, vel potius modus Mandatiuus, siue legi*

*timus, hoc est, quo praecipuẽ mandata, praepcepta, legesq[ue] dãtur.*

¶ Amato tu, vel amabis [sic!],	<i>Amaras tu.</i>	<i>Amat, addita</i>
Amato ille, vel amabit,	<i>Amara elle.</i>	<i>o, fit amato: sic</i>
Pl. Amatote, vel amabitis,	<i>Amareis vos.</i>	<i>in caeteris con=</i>
Amanto, vel amabunt,	<i>Amarem elles.</i>	<i>iugationibus</i>

Para as formas denominadas como futuro do imperativo, Álvares propõe as designações alternativas de ‘mandativus’ ou ‘legitimus’: «hoc est, quo praecipuẽ mandata, praepcepta, legesq[ue] dãtur» (Álvares 1974: fol.19 r).»

<sup>16</sup> Recentemente, o tema foi investigado no âmbito da tese de doutoramento elaborada por Wigger (2008). Veja-se também Schäfer-Prieß (2006).

<sup>17</sup> Nesta terceira coluna, o gramático fornece informações adicionais sobre a morfologia verbal.

### 2.1.3. Optativo

De forma semelhante à que se verifica em Donato (Schönberger 2008: 74-77), o optativo segundo Álvares (1974: fol. 22 r) possui formas idênticas no presente e no imperfeito, isto é:

	<i>Optatiui tempus praesens &amp; imperfectum.</i>	
¶ Vtinam amarem,	<i>Oxala amara eu, ou amasse.</i>	<i>Ama, addita rē:</i>
Amares,	<i>Amaras tu, ou amasses.</i>	<i>ab eadem perso-</i>
Amaret,	<i>Amara elle, ou amasse.</i>	<i>na imperatiui fi-</i>
Plu. Vtinam amaremus,	<i>Oxala amaremos nos, ou amassemos.</i>	<i>unt Docerem,</i>
Amaretis,	<i>Amareis vos, ou amasseis.</i>	<i>Legerem, Audi-</i>
Amarent,	<i>Amarem elles, ou amassem.</i>	<i>rem.</i>

As formas terminadas em *-sse* e *-ra* (no português moderno, a primeira destas duas formas é claramente atribuída ao imperfeito do conjuntivo, a segunda ao mais-que-perfeito do indicativo; cf. Dietrich 1987) seriam, como afirma Álvares (1974: fol. 23 r), difíceis de distinguir: «Vni Latinæ duas voces Lusitanas reddidimus, quæ ita permistè præsentis & imperfecto seruiunt, vt difficile tempus alterum ab altero secerni possit».

O perfeito do optativo no português é representado por Álvares (1974: fol. 23 r) em primeiro lugar com formas analíticas:

	<i>Præteritum perfectum.</i>	
¶ Vtinam amauerim,	<i>Queyra Deos que tenha eu amado, ou oxala</i>	<i>Amaui, i, in</i>
Amaueris,	<i>Que tenha tu amado.</i>	<i>(amasse eu. e, &amp; addita</i>
Amauerit,	<i>Que tenha elle amado.</i>	<i>rim: sic in cæ-</i>
Plu. Vtinam amauerimus,	<i>Queira Deos que tenhamos nos amado.</i>	<i>teris.</i>
Amaueritis,	<i>Que tenhaís vos amado.</i>	
Amauerint,	<i>Que tenham elles amado.</i>	

No entanto, Álvares (1974: fol. 23 v) reproduz o mais-que-perfeito em primeiro lugar com formas sintéticas:

	<i>Præteritum plusquam perfectum.</i>	
<i>Amaui ad=</i>	¶ Vtinã amauissem,	<i>Prouera a Deos que q[ue] amara eu, ou tiuera amado.</i>
<i>dita, s, &amp;</i>	Amauisises,	<i>Que amaras tu.</i>
<i>sem: sic in</i>	Amauisset,	<i>Que amara elle.</i>
<i>cæteris.</i>	Pl. Vtinam amauissemus,	<i>Prouera a Deos que que amaramos nos.</i>
	Amauissetis,	<i>Que amareis vos.</i>
	Amauissent,	<i>Que amaram elles.</i>

Também aqui se faz uma atribuição clara das formas em *-ra* à anterioridade. Não deixa de ser interessante neste contexto que Álvares não se tenha deixado influenciar pela similaridade formal entre o latim e o português (*amavissem* - *amasse*).

### 2.1.4. Conjuntivo

Como se pode ver atrás, o conjuntivo é o único modo definido sob o ponto de vista sintático (modo da frase dependente). Tal como Donato (Schönberger 2008: 78-81), Álvares (1974: fol. 24 v) conjuga as formas com a conjunção *cum*, mas refere também as conjunções *quamvis*, *si* e *nisi*. Ao passo que as traduções portuguesas destas três conjunções exigem um presente ou futuro do conjuntivo (*Posto q[ue] eu ame*, *Se eu amar*, *Se eu nam amar*), o equivalente português *como* de latim *cum* é construído com o indicativo:<sup>18</sup>

<i>Coniunctiui modi tempus praesens.</i>		
<i>Quauis amem,</i>	¶ Cum amem,	<i>Como eu amo, ou amando eu.</i>
<i>Posto q[ue] eu ame.</i>	Ames,	<i>Como tu amas.</i>
<i>Si amem, Se eu amar.</i>	Amet,	<i>Como elle amas.</i>
<i>Nisi amem, Se eu nam amar.</i>	Pl. Cum amemus,	<i>Prouuera a Deos que que amaramos nos.</i>
	Ametis,	<i>Que amareis vos.</i>
	Ament,	<i>Que amaram elles.</i>

Somente o futuro em ligação com a partícula *como* apresenta umas formas que ainda hoje costumam ser denominadas ‘futuro do conjuntivo’:<sup>19</sup>

FVTVRVM.		
<i>Amaui, i, in, e,</i>	¶ Cum amauro,	<i>Como eu amar, ou tiuer amado.</i>
<i>&amp; addita ro: eodem modo in caeteris</i>	Amaueris,	<i>Tu amares.</i>
	Amauerit,	<i>Elle amar.</i>
	Pl. Cum amauerimus,	<i>Como eu amaremos.</i>
	Amaueritis,	<i>Vos amardes.</i>
	Amauerint,	<i>Elles amarem (Álvares 1974: fol. 25 v).</i>

O facto de o conjuntivo português – com a exceção do futuro – ter formas indicativas na gramática de Álvares deve-se, portanto, ao caso de, por um lado, Donato ter conjugado o optativo com *cum* (isto é, o *cum causale*) e, por outro lado, a forma correspondente portuguesa *como* exigir o indicativo.

Fica evidente que Álvares não consegue manter-se fiel à definição formal do conjuntivo como ‘modo da sentença subordinada’. Na verdade, o conjuntivo para ele parece ser antes o modo da frase causal e concessiva (o que constitui a essência dos contextos para construções de *cum* + conjuntivo no latim, cf. Bornemann e Adami 1970: 232-235). No português, o significado causal encontra-se representado por *como*; para o significado concessivo, o gramático

<sup>18</sup> Como se pode observar no exemplo da primeira pessoa do correspondente paradigma em Álvares (1974: fol. 24 v), o mesmo pode afirmar-se sobre o ‘Präteritum imperfectum’, ou seja, o conjuntivo imperfeito: «Cum amarem, *Como eu amaua, ou amando eu*».

<sup>19</sup> O estatuto modal daquilo que costuma ser denominado ‘futuro do conjuntivo’ não deixa de ser objeto de discussão nos tempos modernos, como se vê, por exemplo, em Perini (1978) e Comrie e Holmback (1984).



junta o gerúndio (*amando eu / tendo eu amado*), o que comenta da seguinte maneira:

*Qui Lusitanæ linguæ sunt periti, negant speciem coniungēdi præposita particula, Cū, bene in Lusitanū cōverti hoc modo, Como eu ame, como eu amasse, como eu aja amado. Como eu ouuera & ouesse amado, sed vtendum esse temporibus indicatiui, qua de re supra in coniunctiuo verbi substantiui satis dictum est. Dixerit fortasse aliquis, quo nam igitur pacto coniunctiuus ab indicatiuo separabitur? Hunc eundem ego rogarim, quo nam modo Optatiuus, Permissiuus, & Potentialis à subiunctiuo discernantur. Itidem qua ratione Hebræi Optatiuū ac subiunctiuum ab indicatiuo disiungant, nam cum uterq[ue] modus apud ipsos proprijs vocibus careat, additis particulis Optandi atq[ue] coniungendi ex indicatiuo suppletur. Gerundijs etiam vt supra diximus non minus eleganter vtuntur Lusitani, quam verbis ipsis (Álvares 1974: fol. 24 v – 25 r).*

Para exemplificar o uso do gerúndio na língua portuguesa, Álvares (1974: fol. 25 r) fornece, entre outros exemplos, as seguintes traduções de frases latinas:

*Patrem tuum fugis, cum te vnice amet?* Foges de teu pay amandote elle &c.

*Nihil me adiuuit, cū poßet.* Em nada me ajudou podêdo.

*Cū iam hanc epistolā cōplicarē, tabellarij à vobis venerūt.* Estão ja cerrãdo esta carta &c.

E no mesmo raciocínio, Álvares (1974: fol. 25 r) prossegue:

*Curēt præceptores, vt pueri inter declināda verba, cū ad hūc locū peruenerint, non solum, Cum, sed etiam particulas alias præponant, vt Quauis, Si, Nisi, ita enim fiet, vt propriè ac bene Lusitanè Latinas voces reddant. [...] Illud pueri admonendi sunt, cum particulae Si, Nisi præponūtur præsentis Coniunctiuui, ferè in futurum à Lusitanis conuertit.*

Álvares realça, portanto, que as frases condicionais latinas com presente do conjuntivo (potencial) devem ser traduzidas para o português com futuro do conjuntivo.

Para a totalidade dos contextos com ‘conjuntivo’ latino, a língua portuguesa apresenta as seguintes correspondências, segundo o gramático renascentista:

- |  |                                  |
|--|----------------------------------|
| 1. <sup>a</sup> <i>Cum</i> + conjuntivo (causal)               | <i>como</i> + indicativo         |
| 2. <sup>a</sup> <i>Cum</i> + conjuntivo (concessivo)           | gerúndio                         |
| 3. <sup>a</sup> <i>Quamvis</i> + conjuntivo                    | <i>posto que</i> + conjuntivo    |
| 4. <sup>a</sup> <i>Si, nisi</i> + conjuntivo (exceto presente) | <i>se (não)</i> + conjuntivo     |
| 5. <sup>a</sup> <i>Si</i> + presente do conjuntivo             | <i>se</i> + futuro do conjuntivo |

Como futuro do conjuntivo é indicada a forma *cum amavero* (Álvares 1974: fol. 25 v), oferecendo-se como correspondências portuguesas *como eu amar, ou tiver amado*. A classificação das formas portuguesas como futuro do conjuntivo, já assim realizada por João de Barros em 1540, parece ser a solução óbvia, considerando que na época – ao contrário do uso gramatical de hoje – uma categoria semelhante costumava ser considerada também para o latim, sendo, para além disso, possível o estabelecimento de um relacionamento com *como*, a forma correspondente de *cum*.

### 2.1.5. Potencial

No potencial, a variedade das traduções portuguesas atinge o grau máximo. As modalidades ‘insegurança’, ‘obrigação’ e ‘possibilidade’ (veja-se atrás) para além do conjuntivo são expressas através do futuro modal ou condicional, bem como perífrases modais (em vários tempos e modos):

Potentialis modi tempus praesens.

¶ Amem, *Ame eu: ey, deuo, posso amar: aja, deua, possa eu amar: amarey.*  
(Álvares 1974: fol. 27 r)

Imperfectum Potentialis.

¶ Amarem, *Amaria, ou amara eu: poderia, podera eu amar: podia, deuia, auia eu de amar.*  
(Álvares 1974: fol. 27 v)

Nas formas como *deva eu amar* e *poderia eu amar* a modalização é realizada de forma dupla, tanto de forma lexical como morfológica, através do verbo modal e o modo (conjuntivo, condicional), respetivamente.

As formas do condicional português encontram-se no imperfeito (*amaria, ou amara eu*) e no futuro (*amaria eu*).<sup>20</sup> O imperfeito aparece em exemplos como:

*Ferreus eßem, nisi te amarẽ.* Seria eu logo de ferro &c. (Álvares 1974: fol. 27 v),

isto é, como no português moderno, dentro da oração principal do irreal. Um significado modal observa-se no futuro do condicional no seguinte exemplo:

*Syrtim patrimonij, scopulum libentius dixerim: charybdim, voraginem potius.* Antes diria, de milhormente diria eu (Álvares 1974: fol. 29 r).

<sup>20</sup> Álvares considera como futuro latino do potencial a forma *amaverim*, que em frases condicionais do potencial carece de significado pretérito; cf. Bornemann e Adami (1970: 237).

### 2.1.6. Permissivo

O *modus permissivus, seu Concebiuus* (Álvares 1974: fols. 30 v - 32 r) possui no latim as mesmas formas que o potencial e não tem, de modo semelhante, nenhuma partícula introdutória. O gramático indica como formas correspondentes portuguesas as conjuntivas com as introduções *mas que* e *doulhe*:

Amem. *Ame: mas que ame, doulhe que ame.*  
Amarem. *Amara: mas que amara, doulhe que amara* (Álvares 1974: fol. 30 v).

Em complemento do futuro *amavero* (traduzido por «*Ora doulhe que venha eu, ou chegue a amar*»), Álvares (1974: fol. 31 r) ainda introduz um tempo, que denomina ‘Futurum aliter’, com as seguintes formas:

Amaueris. *Iá que aþi he, ama embora, faze tua vontade* (Álvares 1974: fol. 31 r).

### 2.1.7. Infinitivo

Para o infinitivo, Álvares (1974: fols. 32 r - 32 v) indica as formas *amare* para o presente e o imperfeito, *amauisse* para o perfeito e mais-que-perfeito e *amaturum, am, um esse* para o futuro. É de notar que o ‘*Modus infinitus*’ ainda inclui os gerúndios (‘*GERVNDIA*’, com as formas *amandi, amando* e *amandum*) e os supinos (‘*SVPINA*’, com as formas *amatum* e *amatu*).

Evidencia-se, porém, desde logo que Álvares não consegue manter-se fiel à definição do modo sem pessoa e número dentro das traduções portuguesas:

Infiniti modi tempus praesens.

¶ Amare, *Amar, ou Que amo, amas, ama, amamos, amais, amam.*  
Præteritum imperfectum,  
Amare, *Amar, ou Que amaua, amauas, amaua, amauamos, amauais, amauam.*  
Præteritum perfectum,  
Amauisse, *Ter amado, ou Que amey, amastes, amou, amamos, amastes, amarã*  
Plusquam perfectum.  
Amauisse, *Ter amado, ou Que amara, amaras, amara, amaramos, amareis, amaram*  
(Álvares 1974: fol. 32 r).

#### FVTVRVM.

Amaturum, am, um esse *Que ey de amar, has, ha, auemos, aueys, ham de amar. ou que amarey, amaras, amara, &c.* (Álvares 1974: fol. 32 v).

A categoria do ‘infinitivo’, que originalmente tinha sido definida segundo o critério morfológico, passa a ser reinterpretada para o português em conformidade com a sua função sintática no latim, como ‘modo da oração subordinada a seguir a determinados verbos’ que no latim costumam trazer consigo construções infinitivas:

*Lusitani cum verbis Possum, debeo, cupio, opto, volo, nolo, malo & alijs eiusdem significationis subiiciunt infinitum propriū temporis præsentis et imperfecti. Cic. ad Att. Videre te cupio. Desejo de vos ver. præsens est Cupiebã te videre. Desejava devos ver, imperfectum est. Alias ferè circuitione infinitum Latinum reddunt, vtuntur enim verbis indicatiui aut participijs præposita particula, Que, Idem Terentia. 14. Omnes labores se excipere video, timeo vt sustineas. Vejo que tomais todos os trabalhos, &c. (Álvares 1974: fols. 32 r - v)*

Algumas das demais frases exemplárias são as seguintes (Álvares 1974: fol. 32 v):

*Certi sumus perisse omnia.* Sabemos de certeza q[ue] tudo he perdido.

*Videor tibi aliquando amaturus esse literas?*

Pareceus que ey em algũ tempo de amar as letras.

Pareceus que amarey algũa hora as letras?

Álvares não manifesta ter-se apercebido do elemento especificamente português que é o infinitivo flexionado. Ao ignorar o infinitivo flexionado, o gramático jesuíta parece integrar-se na tradição latino-portuguesa contemporânea que o terá incorporado antes no âmbito da relatinização da língua portuguesa: «o uso do modo infinitivo seria considerado menos vernacular pelos tradicionalistas daquele tempo» (Verdelho 1995: 111). A natureza desta forma verbal já tinha sido constatada por Resende (1540: fol. 29 r):<sup>21</sup>

*Infinitiuus, aut omnino uerbo principali hæret, & à supposito ipsius determinatur, quasi una oratio, ut, Volo legere, Volumus ire. Aut determinatur quidẽ à priori uerbo, sed eius actio refertur ad aliud suppositum, quod in adcusatiuo ante ipsum ponitur, quasi duæ sint orationes. Volo ego, te legere, id est, uolo ut legas. Hoc secundo modo, Infinitiuus Lusitana lingua numeros & personas habere potest.*

Tanto o gerúndio como o gerundivo se encontram representados por formas infinitas no português: *De amar / Em amar, de amar, amando, & sendo amado / A amar, para amar, a ser, & para ser amado* (Álvares 1974: fol. 33 r); o mesmo vale para o supino (*A amar, pera amar / De ser amado, para se amar*; Álvares 1974: fol. 33 v).

### 2.1.8. Resumo

Manuel Álvares considera a existência de sete modos que, à exceção do imperativo, são representados no latim por uma forma única por tempo, pessoa e

<sup>21</sup> Este trecho, transcrito com base no texto original de 1540, encontra-se igualmente em Verdelho (1995: 111).

número. A multiplicidade das correspondências portuguesas explica-se pelas diferentes possibilidades de tradução das formas nos vários contextos.

Para além do conjuntivo e do infinitivo, os modos são definidos com base no critério semântico. É possível que este procedimento de listar realizações de uma modalidade de uma determinada língua como ‘desejo’, ‘possibilidade’, etc., seja, como Padley (1976: 49) constata de maneira pertinente, pouco económico e não muito eficaz do ponto de vista didático, mas não deixa de ser lícito do ponto de vista metodológico.

O conjuntivo é mais problemático. Se bem que seja possível deduzir as modalidades ‘causalidade’, ‘concessividade’ e ‘potencialidade’, Álvares fá-lo apenas implicitamente através das conjunções. Uma definição semântica do infinitivo parece até ter passado a ser de todo impossível. A definição morfológica de Manuel Álvares, contudo, não se aplica igualmente às traduções portuguesas. Os exemplos portugueses seriam mais bem representados se o ‘infinitivo’ fosse definido como ‘modo da oração subordinada a seguir a determinados verbos introdutórios’.

Tal como se verifica em muitas outras gramáticas até aos nossos dias, as incoerências indicadas resultam do facto de as bases onomasiológica e semasiológica não serem estritamente distintas. A dialética entre forma e conteúdo na evolução presumida das categorias modais presumivelmente também contribui para isso. Caso Álvares tivesse pretendido estabelecer uma representação onomasiológica coerente do sistema verbal, deveria ter-se afastado das categorias com base essencialmente formal para evitar contradições, como no infinitivo.

## 2.2. Os modos verbais na gramática de Bento Pereira

A afirmação de Lobato (1770: XXX) concluindo que Bento Pereira «no tratado dos Verbos seguiu inteiramente ao Padre ALVARES [...]» deve ser mesmo tomada literalmente, o que, na verdade, é pouco surpreendente se partirmos do pressuposto de que a *Institutio* deveria, sem dúvida, constituir para um jesuíta português do século XVII a principal autoridade em matéria gramatical, tendo, simultaneamente antecipado a organização do sistema verbal português através das glosas à gramática. Muitas das numerosas explicações de Álvares encontram-se retomadas por Pereira. Por exemplo, o borbense também chama a atenção para os perfeitos compostos com *aver*, que igualmente julga que devem ser evitados:

Alij denique in omnibus modis utuntur hac voce *sida* quæ Castellana & non Lusitana est, juncta cum verbo *Ey*, *as*, *ha*, v. g. *Ey sido*, *avia sido*, *ouve sido*, *ouvera sido*, *averey sido*, *ouvesse sido*, *aja sido*, *aver sido*, sunt modi elegantes in lingua Castellana, improprij tamen in Lusitana, proindeque à studiosis nostræ linguæ vitari debent. Dixi

(iuncta cum verbo *Ey, as, ha*), Quia iuncta cum verbo *Tenho, tems, tem*, Lusitana est. Rectè enim dicimus *Tenho sido bom estudante: Tens sido bom soldado*. Fui bonus scholasticus. Fuisti bonus miles (Pereira 1672: 53-54).

De maneira diferente, como cem anos antes dele contemplara Manuel Álvares, os perfeitos compostos não parecem ter nenhum significado restrito em relação ao perfeito sintético. Bento Pereira omite a indicação de que o perfeito analítico não poderia ser utilizado em todos os contextos. Nada indica, contudo, que as formas *tenho / tem sido* nos dois exemplos tenham um significado diferente do que têm no português moderno (durativo com referência ao presente, cf. Vázquez Cuesta e Luz 1980: 525-526)

Em primeiro lugar, Pereira (1672: 35) distingue apenas os cinco modos de Donato e esclarece: «Hæc diversitas modorum in singulis verbis nascitur ex diversitate modorum, qui reperiuntur in confabulatione humana». As suas definições para os modos individuais são as seguintes:

**Indicativo:** «Quòd Lusitanum idioma loquatur de modo Indicativo, patebit ex quadam eloquij simplicitate, v.g. quando verbum ante se non habet aliquam particulam, vt quando dicimus. *Amo, amava, amey, amara, amarey*: excipitur futurum perfectum. *Ia entam eu terey amado*, quo tempore ponitur particula *ja entam*» (Pereira 1672: 35).

**Imperativo:** «Imperativus modus dignoscitur ex imperio, quo aliquid fieri iubemus, v.g. *Ama tu, Amaràs tu* (Pereira 1672: 35).

**Optativo:** «Optativus innotescit ex desiderio explicato per particulas *Oxala, Gueyra* [sic!] *Deos, Praza a Deos, Prouvera a Deos*, Vtinam: *Oxala amara eu, ou amasse*: utinam amarem, aut amassem: *Prouvera a Deos que amara eu*: Placuerit Deo, quòd ego amavissem. *Praza a Deos que ame eu*. Placeat Deo quòd ego amem» (Pereira 1672: 35-36).

**Conjuntivo:** «Conjunctivus patet ex particula *como*. v. g. *como eu amo, Como eu amava*: cum amem, cum amarem» (Pereira 1672: 36).

**Infinitivo:** «Infinitivus apparet ex particula *que*, v. g. *que amo, que amey*. Amare, amavisse. Aliquando innotescit ex sola conjunctione duorum verborum, v.g. *desejo amar, ou desejo ser amado*. Cupio amare, vel cupio amari» (Pereira 1672: 36).

Os restantes modos, o potencial e o permissivo, são tratados separadamente como «[...] duos alios minùs vulgares, sed valde elegantes, quorum idiomata linguæ tum Lusitanæ, tum Latinæ magnum leporem conferunt, ac energiam» (Pereira 1672: 58):

**Potencial:** «Prior vocatur potentialis, quo utimur, quando volumus significare [sic!] aliquid, quod esse aut evenire potest, sive per interrogationem in præsenti, sive absque illa in aliis temporibus» (Pereira 1672: 58).

**Permissivo:** «Posterior appellatur permissivus aut concessivus, & eo utimur quando rem aliquam permittimus aut concedimus» (Pereira 1672: 58).

Ainda mais do que Álvares, Pereira passa a definir os modos através das partículas que os acompanham, com a exceção do potencial e do permissivo, que apresentam definições meramente semânticas.

Os paradigmas da conjugação verbal na obra de Pereira são transposições exatas dos paradigmas de Álvares: primeiro vem a forma portuguesa ou as formas, depois a tradução latina.<sup>22</sup>

Como se depreende do exposto, a comparação entre Pereira e Álvares quanto às formas apresentadas nas várias categorias modais não fornece muitas diferenças.

### 2.2.1. Indicativo

A única diferença em relação a Álvares é o facto de as formas do ‘*Futurum perfectum*’ (do tipo *amavero*), que na obra de Álvares merecem somente um tratamento marginal, serem apresentadas na íntegra ao lado das formas do futuro simples, isto é, na forma de *Ià eu entam terey amado* (Pereira 1672: 78).

### 2.2.2. Imperativo

Tal como Álvares, Pereira distingue um presente do imperativo (*ama tu*) e um futuro do imperativo (*amarás tu*). Faltam informações adicionais.

### 2.2.3. Optativo

As formas do optativo são igualmente idênticas às de Álvares. Pereira (1672: 54) alerta tanto para a coincidência das formas dentro do paradigma do optativo (presente e imperfeito) como para a comparação com o conjuntivo:

Dignum animadversione est sæpe multis particulis eidem orationi conjunctis significari idem, v. g. *Oxala, Queira Deos, Prouvera a Deos que fosse eu virtuoso*. Nec improbari hoc debet in Lusitana lingua, siquidem in Latina serviunt eadem voces diuersis temporibus, ut cernitur in præsenti & imperfecto modi optatiui: & idem tempus servit diversis modis, sicut perfectum optatiui, quod est idem atque perfectum conjunctivi, & futurum Optatiui est idem quod præsens conjunctivi, &c.

<sup>22</sup> Para além disso, Pereira acrescenta uma tradução do paradigma verbal para o italiano, que não nos é possível considerar para o presente estudo. Não pode ser excluída a possibilidade de a inclusão do italiano nesta gramática jesuítica se dever à intenção de atender ao número considerável de padres jesuítas oriundos da Itália.

#### 2.2.4. Conjuntivo

Também no que respeita ao conjuntivo, Pereira (1672: 54) segue inteiramente o modelo de Álvares ao utilizar essencialmente as formas ‘*cum* + indicativo’:

Modus coniunctivus in lingua Lusitana est idematque modus indicativus addita particula *Como* ante verbum, ut cernitur in conjunctivo dicti verbi *Sou*, & cernetur postea in reliquis verbis apponendis.

Em referência a António Velez (1545-1609), um dos principais comentadores da gramática de Manuel Álvares, Pereira (1672: 54-55) apresenta exemplos com *cum* em todos os tempos:<sup>23</sup>

In præsenti: *Como soys bom, parecevos que ninguem he mau*. Cum bonus sis, neminem malum esse judicas.

In imperfecto: *Como eu era innocente, de ninguem me temia*. Cum essem innocens, a nemine cavebam.

In præf. perf. *Como fostes muyto tempo doente, nam me espanto estardes ainda fraco*. Cum diu ægrotaveris, non miror, quòd adhuc debilis sis.

In præf. plusqu. *Como dantes fora soldado, sofria bem os trabalhos do mar*. Cum antea miles fuisset, æquo animo sustinebam labores maris.

In futuro: *Como for soldado, nam temerey a morte*. Cum fuero miles, non timebo mortem.

Trata-se de frases causais em todos os exemplos, com verbos que, para além do futuro, têm todos o indicativo no português.

Tal como Álvares, Pereira chama a atenção para o gerúndio como uma possibilidade de expressão portuguesa do ‘conjuntivo’. Todos os exemplos apresentados são traduções de construções com *cum* causal e concessivo. Para além disso, indica as partículas conjuntivas adicionais *poys* e *despoys*, que se usam igualmente com o indicativo.

A seguir, Pereira (1672: 56) mantém-se fiel ao seu modelo ao mencionar as construções com *postoque* + conjuntivo como tradução portuguesa de frases concessivas latinas. Deixando de lado as formas do futuro, os únicos conjuntivos formais que se encontram no paradigma conjuntivo do borbense são denominados ‘idiomata quædam Lusitanæ linguæ valde peculiaria’ (Pereira 1672: 56). Nas tabelas da conjugação verbal, as formas com *postoque* aparecem a seguir às formas com *cum*, sob o título ‘*CONIVNTIVI propriæ voces Lusitanæ*’

---

<sup>23</sup> Os exemplos são apresentados em texto corrente, um a seguir ao outro. Para melhor evidenciar as formas diferentes, optámos por dedicar um parágrafo a cada uma das formas.



(Pereira 1672: 83-85). Tal como Álvares, o gramático também informa sobre o uso do futuro do conjuntivo a seguir às conjunções *se* e *senam*.<sup>24</sup>

### 2.2.5. Potencial

No potencial, Pereira abrevia os paradigmas alvaresianos em algumas formas, de maneira que dos verbos modais resta apenas *poder*. Além disso, comete um erro na categorização daquilo que Álvares (1974: fol. 31 r) tinha denominado ‘futurum aliter’. Ao chamá-las ‘Futurum alio modo’, Pereira (1672: 59) considera estas formas como parte do modo potencial:

Futur. alio modo: Ia que assim he, se embora, faze o que quizeres. *Siquidem ita res habet, esto bonu avibus, fac quod volueris.*

Observa-se, de resto, que faltam exemplos mais elaborados no potencial.

### 2.2.6. Permissivo

Deixando de lado a falta do ‘futurum aliter’ que, como acabámos de ver em 2.2.5., se encontra junto ao potencial ‘futurum alio modo’, as formas de Pereira são idênticas às de Manuel Álvares.

### 2.2.7. Infinitivo

Também as formas do infinitivo são retomadas sem alterações da gramática de Álvares. Pereira (1672: 57) define o contexto da seguinte maneira:

Frequentissimè modus infinitivus fert ante se aliquod verbum, & sæpe ipsum verbum *Sou*, v. g. *Desejo ser virtuoso: He grande cousa ser virtuoso: Cupio virtute pollere. Est quid magnum virtute pollere. Aliquando verbum ipsum ponitur post, v. g. ser virtuoso he grande bem. virtute pollere est grande bonum.*

Mesmo que refira as construções do tipo ‘*que* + verbo finito’ na categoria do ‘infinitivo’, tal como Álvares (como se vê acima, até constituem a base da sua definição), Pereira (1672: 57) estabelece uma clara distinção entre os infinitivos formais que se encontram a seguir a determinados verbos introdutórios ou construções impessoais e as frases com *que*, as quais prefere encarar como substituição:

Semper utimur præsentis, & imperfecto infinitivi proprij post verba significantia desiderium & timorem: item post verba, *posso, devo, gosto, começo, determino, costume, quero, mays quero, nam quero*, & similia: at post alia verba suppletur tum

<sup>24</sup> Cf. Pereira (1672: 56): «In eodem modo habet futurum præcedentibus his particulis *se*; vel *senam*: v. g. *se eu for, se tu fores*, &c. *Senam for, senam fores* &c. quæ particulæ junguntur reliquis temporibus, v. g. *se fosse, senam fosse: se fora, senam fora: se fuy, senam fuy*».

praesens, tum praeteritum verbo indicativi addita particula *que*: v. g. *Sey que sou ignorante: Sabia que era ignorante: Sey que fuy ignorante: Sabia que fora ignorante.* Scio me esse ignorantem. sciebam me esse ignorantem. Scio me fuisse ignorantem. Sciebam me fuisse ignorantem. Item praeteritum plusquam perfectum verbo in imperfecto: v. g. *Sabia que fora ignorante.*

No contexto frásico, estas perífrases encontram-se a seguir a outro grupo de verbos introdutórios que no latim costumam ser construídos com ‘accusativus cum infinitivo’. Por outro lado, verifica-se nos exemplos que o autor contempla também infinitivos puramente portugueses a que correspondem formas finitas no latim:

*Por ser virtuoso me perseguem os maos, vel Por ser virtuoso me persequiam, ou persequiram os maos.* Quia sum virtuosus me persequuntur mali; vel quia sum virtuosus me persequebantur, vel persecuti sunt mali (Pereira 1672: 57).

Tal como Álvares, Pereira não consegue fazer jus ao infinitivo flexionado do português.

### 2.2.8. Resumo

É quase sem alterações que Bento Pereira adota a divisão das formas verbais em modos e tempos, bem como as glosas portuguesas das formas latinas. Chega a acrescentar poucos elementos próprios e, em parte, não atinge os comentários de Álvares quando, por exemplo, prescinde da descrição dos dois perfeitos. Os modos não são, geralmente, definidos onomasiologicamente, mas através das partículas que os acompanham. O tratamento do infinitivo indica que o aspeto formal parece jogar um papel mais importante para Pereira do que na gramática de Álvares, que simplesmente passa a equiparar as frases portuguesas com *que* aos infinitivos latinos, quando Pereira faz uma análise diferenciada.

Lobato (1770: XXX-XXXIV) critica na gramática de Pereira – ou na de Álvares<sup>25</sup> – os modos potencial e optativo, que seriam iguais ao conjuntivo no que respeita às formas, e a representação do infinitivo, dos verbos auxiliares (que no presente artigo não puderam ser estudados) e do futuro do imperativo. É surpreendente que o permissivo, que constitui um modo bastante mais exótico, não tenha sido alvo de crítica pelo gramático pombalino.

<sup>25</sup> Parece mesmo que o alvo da crítica tenha sido na realidade a gramática de Álvares, uma vez que as formas indicativas ‘conjuntivas’ de Pereira não chegam a entrar em jogo.

### 3. Conclusão

Para todos os gramáticos das línguas vernáculas dos primeiros tempos, era de grande importância o exemplo da gramática latina, quer segundo o modelo das gramáticas clássicas ou contemporâneas, quer ainda em forma de descrições das línguas vernáculas inspiradas em gramáticas influenciadas pela tradição latina (cf. Padley 1985: 1-5). A *Ars grammaticæ pro lingua Lusitana addiscenda* (1671) do jesuíta Bento Pereira constitui um caso especial de uma influência entre duas obras gramaticais: nela, as glosas portuguesas ao sistema verbal na *De institutione grammatica* de Manuel Álvares (1572), que tinham sido intencionadas como ajuda didática para os alunos, servem como base para partes inteiras do tratamento que o borbense faz, por exemplo, na morfologia verbal.

A transposição das categorias modais latinas para o português coloca poucos problemas a Álvares porque parte de uma base onomasiológica à qual atribui formas das duas línguas. Observam-se incoerências quando Álvares se afasta da base semântica para, em vez disso, usar critérios morfossintáticos (conjuntivo e infinitivo). Como acontece em muitos outros aspetos, Pereira adota as categorias modais alvarenses, mas não as define explicitamente do ponto de vista semântico, caracterizando-as antes através das partículas que as acompanham e relegando os modos potencial e permissivo, tão característicos da obra de Álvares, para um lugar secundário. O gramático procura remediar as incoerências que resultam para o português no conjuntivo e no infinitivo, sem, aliás, chegar a questionar o seu modelo.

A gramática de Bento Pereira caiu no esquecimento, à semelhança das demais gramáticas das tradições gramaticais latino-portuguesa e mesmo portuguesa dos séculos XVII e XVIII. No entanto, as censuras feitas contra a *Ars grammaticæ*, por exemplo, por António José dos Reis Lobato, só em parte podem ser sustentadas. Assim, tanto o uso do latim como a estreita aproximação à gramática de Álvares podem ser justificados pelo facto de o público-alvo da obra ter sido, em primeiro lugar, os missionários jesuítas, que desta forma podiam igualmente tirar proveito do facto de não somente lhes ser conhecida a metalíngua da gramática mas também a disposição do conteúdo. A crítica de aspetos individuais da representação traduz-se em forma semelhante às gramáticas contemporâneas e parece que os comentários maliciosos, que parecem ter sido dirigidos mais contra os jesuítas do que contra as suas publicações, tiveram o efeito de marcar a imagem da *Ars grammaticæ* mais do que o conteúdo da própria gramática.

É marcadamente incontestável a falta de originalidade na obra de Bento Pereira. O modelo, a *Institutio* de Manuel Álvares, é uma obra didática divulgadíssima tanto em Portugal como na Europa. Apesar de ter sido criticada em Portugal como manual monolíngue do ensino jesuítico do latim já desde a

primeira metade do século XVII, pelo menos a primeira edição da gramática contém na verdade um grande número de comentários relevantes sobre o português da segunda metade do século XVI.

Manuel Álvares distancia-se claramente de qualquer pretensão de uma contribuição para a gramática portuguesa normativa, mas considera as informações vernáculas como auxiliares às noções básicas da língua latina.

No entanto, o gramático jesuíta fornece em muitos casos informações metalinguísticas como não encontramos no seu precursor João de Barros nem na gramática latino-portuguesa posterior de Amaro de Roboredo.

### Referências Bibliográficas

- Alvará (1759) = Alvará Real de Junho 28 de 1759.<sup>26</sup>
- Álvares, Manuel (1974): *Gramática latina: fac-símile da edição de 1572*. Com introdução do Dr. J[osé] Pereira da Costa, Funchal: Junta Geral do Distrito Autónomo do Funchal.
- Álvares, Manuel (1574): *Emmanuelis Alvari è Societate Iesu de Institutione Grammatica liber primus*. Dilingae: Sebaldus Mayer.
- Andrade, António Alberto [Banha] de (1964): «a Polémica Verneiana». In: Anselmo, Artur (dir.) (1964): 279-331.
- Anselmo, Artur (direcção literária) (1964): *As Grandes Polémicas Portuguesas: Vol. I*. Lisboa: Editorial Verbo.
- Argote, Jerónimo Contador de (<sup>2</sup>1725): *REGRAS / DA LINGUA / PORTUGUEZA, / ESPELHO DA LINGUA / LATINA / Com disposição para facilitar o ensino da lingua Latina pelas / regras da Portugueza, / DEDICADA / AO PRINCIPE / DE PORTUGAL / Nosso Senhor, / PELO PADRE / DOM JERONYMO / Contador de Argote, Clerigo Regular, e Academico / da Academia Real da Historia Portugueza. / Muyto accrescentada, e correctá. / Segunda impressão. / / LISBOA OCCIDENTAL, / NA OFFICINA DA MUSICA / M. DCC. XXV. / Com todas as licenças necessarias*.
- Boléo, Manuel de Paiva (1936): *O Perfeito e o Pretérito em português em confronto com as outras línguas românicas (Estudo de carácter sintático-estilístico)*. Coimbra: Biblioteca da Universidade (Cursos e Conferências de Extensão Universitária; VI).
- Bornemann, Eduard e Adami, Friedrich (<sup>8</sup>1970): *Lateinische Sprachlehre*. Frankfurt am Main: Hirschgraben-Verlag.

<sup>26</sup> Foi consultado o Alvará na versão original, que constitui um folheto de dez páginas. O texto manuscrito do documento original, conservado no Arquivo Nacional da Torre do Tombo, foi reproduzido por Kemmler (2007: 504-508).

- Bossong, Georg (1990): *Sprachwissenschaft und Sprachphilosophie in der Romania: Von den Anfängen bis August Wilhelm Schlegel*. Tübingen: Gunter Narr Verlag.
- Braga, Teófilo (1895): *Historia da Universidade de Coimbra nas suas relações com a instrução publica portugueza: Tomo II, 1555 a 1770*. Lisboa: Por ordem e na Typographia da Academia Real das Sciencias.
- Buescu, Maria Leonor Carvalhão (1984): *Historiografia da Língua Portuguesa: Século XVI*. Lisboa: Livraria Sá da Costa Editora (Coleção 'Nova Universidade', Linguística; 11).
- Bußmann, Hadumod (Orgs.) (<sup>3</sup>2002): *Lexikon der Sprachwissenschaft*. Stuttgart: Alfred Kröner Verlag.
- Carvalho, Rómulo de (<sup>1</sup>1986): *História do Ensino em Portugal: Desde a fundação da Nacionalidade até o fim do regime de Salazar-Caetano*. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian.
- Chevalier, Jean-Claude (1968): *Histoire de la syntaxe: Naissance de la notion de complément dans la grammaire française (1530-1750)*. Genève: Droz.
- Comrie, Bernard e Holmback, Heather (1984): «The future subjunctive in Portuguese: a problem in semantic theory». In: *Lingua* 63: 213–253.
- Coseriu, Eugenio (1976): *Das romanische Verbalsystem*. Herausgegeben und bearbeitet von Hansbert Bertsch. Tübingen: Gunter Narr Verlag (Tübinger beiträge zur Linguistik; 66).
- (1988): *Einführung in die allgemeine Sprachwissenschaft*. Tübingen: Francke (UTB; 1372).
- Dias, José Sebastião da Silva (1952): «Portugal e a Cultura Europeia (secs. XVI a XVIII)». In: *Biblos* 28: 203-498.
- Dietrich, Wolf (1987): «Die funktionelle Entwicklung des Typs *cantaveram* in den romanischen Sprachen». In: Dahmen, Wolfgang / Holtus, Gunter / Kramer, Johannes / Metzeltin, Michael (Hrsg.) (1987): *Latein und Romanisch: Romanistisches Kolloquium*, Tübingen: Narr Francke Attempto: 126-143.
- Fernandes, Gonçalo (2009): «A primeira gramática do português como língua estrangeira (Lugduni 1672)». In: Bastardín Candón, Teresa / Rivas Zancarrón, Manuel (eds.) (2009): *Estudios de historiografía lingüística*, Cádiz: Servicio de Publicaciones de la Universidad de Cádiz, 205-220.
- Freire, António (1964): «a 'Gramática Latina' do padre Manuel Álvares e os seus impugnadores». In: Anselmo, Artur (dir.) (1964): 333-389.
- Irmen, Friedrich (1966): «O pretérito composto em português». In: *Revista de Portugal: Série A, Língua Portuguesa* 31: 222-238.
- Kemmler, Rolf (2007): *A Academia Orthográfica Portugueza na Lisboa do Século das Luzes: Vida, obras e actividades de João Pinheiro Freire da*

- Cunha (1738-1811)*. Frankfurt am Main: Domus Editoria Europaea (Beihefte zu Lusorama; 1. Reihe, 12. Band).
- Lima, Ebion de (1981): «Os Oratorianos e a polémica da gramática latina no século XVIII». In: *Boletim da Biblioteca da Universidade de Coimbra* 36: 57-72.
- Linacre, Thomas (1591): *THOMÆ / LINACRI BRI- / TANNI DE EMENDATA / STRVCTVRA LATINI SERMO- / nis libri VI. cum indicatione locorum / vnde exempla ab autore ad- / RECOGNITI A' / Ioachimo Camerario / Papebergensi. / Vna cum Indice diligentissimo. / ACCESSIT LIBELLVS / eiusdem Camerarij de arte Gramma- / tica, & figuris dictionum. / CVM PRIVILEGIO, CVIVS / exemplum epistolæ proximæ sub- / iectum est. // LIPSIAE, / ANNO / M. D. XCI.*
- Lobato, António José dos Reis (<sup>1</sup>1770): *ARTE / DA GRAMMATICA / DA LINGUA / PORTUGUEZA. / COMPOSTA, E OFFERECIDA / AO ILL.<sup>MO</sup> E EXC.<sup>MO</sup> SENHOR / SEBASTIÃO JOSÉ / DE CARVALHO E MELLO, / Ministro, e Secretario de Estado da Sua Magestade Fidelissima da / Repartição dos Negocios do Reino, Alcáide Mór da Cidade de / Lamego, e Senhor Donatario das Villas de Oeyras, Pombal, / Carvalho, e Cercosa, e dos Reguengos, e Direitos Reaes da / de Oeyras, e de Apar de Oeyras, Commendador das Com- / mendas de Santa Marinha de Mata de Lobos, e de S. / Miguel das tres Minas na Ordem de Christo, &c. / PELO BACHAREL / ANTONIO JOSE' DOS REIS / LOBATO. // LISBOA. / Na REGIA OFFICINA TYPOGRAFICA / Anno MDCCLXX. / Com licença da Real Meza Censoria.*
- Martins, Maria Teresa Hundertmark-Santos (<sup>2</sup>1998): *Portugiesische Grammatik*. Tübingen: Max Niemeyer Verlag.
- Mateus *et alii* (2004) = Mateus, Maria Helena Mira / Brito, Ana Maria / Duarte, Inês / Faria, Isabel Hub / Frota, Sónia / Matos, Gabriela / Oliveira, Fátima / Vigário, Marina / Villalva, Alina (<sup>6</sup>2004): *Gramática da Língua Portuguesa*. Lisboa: Editorial Caminho (Colecção Universitária / Série LINGUÍSTICA).
- Oliveira, Fernão de (<sup>9</sup>2007): *Gramática da linguagem portuguesa (1536)*. Edição crítica, semidiplomática e anastática por Amadeu Torres e Carlos Assunção, com um estudo introdutório do Prof. Eugenio Coseriu, Vila Real: Universidade de Trás-os-Montes e Alto Douro, Centro de Estudos em Letras.
- Padley, G[eorge] A[rthur]. (1976): *Grammatical Theory in Western Europe 1500-1700: The Latin Tradition*. Cambridge; London; New York; Melbourne: Cambridge University Press.

- (1985): *Grammatical Theory in Western Europe 1500-1700: Trends in Vernacular Grammar I*. Cambridge; London; New York; Melbourne: Cambridge University Press.
- (1988): *Grammatical Theory in Western Europe 1500-1700. Trends in Vernacular Grammar II*. Cambridge; London; New York; Melbourne: Cambridge University Press.
- Percival, W. Keith (1975): «The Grammatical Tradition and the Rise of the Vernaculars». In: Sebeok, Thomas A[lbert] (ed.) (1975): *Current Trends in Linguistics 13: Historiography of Linguistics*. Den Haag; Paris: Mouton: 231-275.
- Pereira, Bento (<sup>1</sup>1672): *ARS / GRAMMATICÆ / PRO LINGVA / LVSITANA / ADDISCENDA LATINO / Idiomate proponitur, / In hoc libello, velut in quædam academiola diuisa in / quinque classes, instructas subselliis, recto ordine / dispersitis, vt ab omnibus tum domesticis, / tum exteris frequentari possint. / Ad finem ponitur Orthographia, ars rectè scribendi, / vt sicut prior docet rectè loqui, ita posterior / doceat rectè scribere linguam Lusitanam. / In gratiam Italorum coniugationibus Lusitanu Italæ / correspondent. / Authore P. Doct. BENEDICTO PEREIRA, Societ. / IESV, Portugallensi Borbano, in Supremo Lusitaniæ / S. Inquisitionis Tribunali Censorio Qualificatore, / & modò Romæ pro assistencia Lusitana / Revisore. / / LVGDVNI, / Sumptibus LAVRENTII ANISSON. / M. DC. LXXII. / SUPERIORUM PERMISSV.*
- (<sup>2</sup>1806): *GRAMMATICA / LVSITANA / LATINO IDIOMATE PROPOSITA, ET IN QVINQVE / CLASSES, INSTRVCTAS SVBSELLIIS RECTO OR- / DINE DISTRIBVTIS, DIVISA, VT AB OMNI- / BUS, TVM DOMESTICIS, TVM EXTERIS / FREQVENTARI POSSINT. / In gratiam Italorum coniugationibus Lusitanu / Italæ correspondent. / Ad finem ponitur Orthographia, vt sicut Gram- / matica docet recte loqui, ita hæc doceat / rectè scribere Linguam Lusitanam. / AUTHORE / BENEDICTO PEREIRA, / Portucallensi Borbano, / EDITIO PRIMA OLISIPONENSIS / Juxta eam, quæ Lugduni anno M. DC. LXX. II. / prodiit, exarata, ipsaque Lugduniensi / correctior. / / OLISIPONE: / EX REGIA TYPOGRAPHIA / ANNO M. DCCC. VI. / Superiore Permissu.*
- Perini, Mário A. (1978): «Sintaxe e semântica do futuro do subjuntivo». *Ensaio de lingüística I: Cadernos de lingüística e teoria da literatura*, Belo Horizonte: Faculdade de Letras: 20-43.
- Ponce de León Romeo, Rogelio (2004): «Aproximación a la obra de Manuel Álvares: edición crítica de sus *De institutione grammatica libri tres*». Tesis PhD, Madrid: Universidad Complutense. Internet. Disponível em: [http://eprints.ucm.es/view/people/Ponce\\_de\\_Le=F3n\\_Romeo,\\_Rogelio.html](http://eprints.ucm.es/view/people/Ponce_de_Le=F3n_Romeo,_Rogelio.html) (última consulta: 6 de julho de 2011).

- Ponce de León Romeo (2006): «Un capítulo de la historia de las ideas sintácticas en Portugal: en torno a la teoría sintáctica del *Ars grammatica pro lingua lusitana addiscenda* (Lyon, 1672) de Bento Pereira (S. I.)». *Forma y Función* 19, 11-30.
- Ponce de León Romeo (2010): «Gramática e defesa da língua: o Castelhana na *Ars grammaticæ pro lingua lusitana addiscenda* (1672) de Bento Pereira (S. I.). Endruschat, Annette e Kemmler, Rolf (Orgs.) (2010): *Portugiesische Sprachwissenschaft: traditionell, modern, innovativ*. Tübingen: Calepinus Verlag, 189-199.
- Resende, André de (1540): *L. ANDREAE / RESENDII / De verborū coniu- / gatione commen- / tarius. // OLISIPONE / Apud Lodouicū / Rhotorigium ty- / pographum*.
- Roboredo, Amaro de (<sup>3</sup>2007): *Methodo grammatical para todas as linguas: edição facsimilada*. Com prefácio e estudio introdutório de Carlos Assunção e Gonçalo Fernandes, Vila Real: Universidade de Trás-Os-Montes e Alto Douro; Centro de Estudos em Letras (Coleção Linguística; 1).
- Rodrigues, Francisco (1931-1950): *História da Companhia de Jesus na Assistência de Portugal*. 7 volumes, Porto: Livraria Apostolado da Imprensa.
- Scaglione, Aldo D. (1970): *Ars grammatica. A Bibliographic Survey, two Essays on the Grammar of the Latin and Italian Subjunctive, and a Note on the Ablative Absolute*. Den Haag; Paris: Mouton.
- Schäfer, Barbara (1990): «Amaro de Roboredos *Methodo grammatical para todas as linguas* (1619)». In: Schönberger, Axel e Scotti-Rosin, Michael (Orgs.) (1990): *Zur Wissenschaftsgeschichte der deutschsprachigen Lusitanistik: Akten des 1. gemeinsamen Kolloquiums der deutschsprachigen Lusitanistik und Katalanistik*. Frankfurt am Main: TFM (Beihefte zu Lusorama; 3): 55-74.
- (1993): «Die Verbalmodi in den Grammatiken von Manuel Alvares (1572) und Bento Pereira (1672)». In: *Historiographia Linguistica* 20/2-3: 283-308.
- Schäfer-Prieß, Barbara (2000): *Die portugiesische Grammatikschreibung von 1540 bis 1822: Entstehungsbedingungen und Kategorisierungsverfahren vor dem Hintergrund der lateinischen, spanischen und französischen Tradition*. Tübingen: Max Niemeyer Verlag (Beihefte zur Zeitschrift für Romanische Philologie; Band 300).
- (2006) : «Das *pretérito perfeito composto* bei Jerónimo Soares Barbosa und Francisco de São Luís». In: Endruschat, Annette / Kemmler, Rolf /



- Schäfer-Prieß, Barbara (eds.): *Grammatische Strukturen des europäischen Portugiesisch*. Tübingen: Calepinus Verlag: 247-262.
- Schönberger, Axel (2008): *Die Ars minor des Aelius Donatus: Lateinischer Text und kommentierte deutsche Übersetzung einer antiken Elementargrammatik aus dem 4. Jahrhundert*. Frankfurt am Main: Valentia (Biblioteca Romanica et Latina; 6).
- Schönberger, Axel (2009): *Die Ars maior des Aelius Donatus: Lateinischer Text und kommentierte deutsche Übersetzung einer antiken Lateingrammatik des 4. Jahrhunderts für den fortgeschrittenen Anfängerunterricht*. Frankfurt am Main: Valentia (Biblioteca Romanica et Latina; 7).
- Silva, Inocêncio Francisco da (1858, I): *Dicionário Bibliographico Portuguez: Estudos de Innocencio Francisco da Silva applicaveis a Portugal e ao Brasil, Tomo I*. Lisboa: Na Imprensa Nacional, 1858. Obra reeditada em reprodução fac-similada, Lisboa: Imprensa Nacional-Casa da Moeda, 1987.
- Silva Neto, Serafim da (<sup>4</sup>1986): *História da Língua Portuguesa*. Rio de Janeiro: Presença (Coleção Linguagem; 11).
- Springhetti, Emilio (1961-1962): «Storia e fortuna della Gramatica di Emmanuele Alvares, S. J.». In: *Humanitas* 13-14: 283-304.
- Vasconcelos, José Leite de (1929): *Opúsculos: Volume IV, Filologia (Parte II)*. Coimbra: Imprensa da Universidade.
- Vázquez Cuesta, Pilar / Luz, Maria Albertina Mendes da (1980): *Gramática da língua portuguesa*. Lisboa: Edições 70.
- Verdelho, Telmo (1982): «Historiografia linguística e reforma do ensino: A propósito de três centenários: Manuel Álvares, Bento Pereira e Marquês de Pombal». In: *Brigantia: Revista de Cultura* 2 / 4: 347-383.
- (1986): Recensão de Carvalho, José G. Herculano de / Schmidt-Radefeldt, Jürgen (eds.) (1986): *Estudos de linguística portuguesa* (Coimbra: Coimbra Editora, 1984). In: *Romanistisches Jahrbuch* 37: 319-322.
- (1995): *As Origens da Gramaticografia e da Lexicografia Latino-Portuguesas*. Aveiro: Instituto Nacional de Investigação Científica (Linguística; 18).
- Verney, Luís António (<sup>4</sup>1949): *Verdadeiro método de estudar: volume i, estudos linguísticos*. Edição organizada pelo Prof. António Salgado Júnior, Lisboa: Livraria Sá da Costa – Editora (Coleção de Clássicos Sá da Costa).
- Wigger, Lars-Georg (2008): *Das Pretérito Perfeito Composto im Portugiesischen: Die Entwicklungsgeschichte eines romanischen Tempus*, Saarbrücken: VDM Verlag.



## **LITERATURA**



## **Clouds, streams and paths: from seeing nature as kin to seeing nature as self – an American journey**

*Isabel Maria Fernandes Alves*

Universidade de Trás-os-Montes e Alto Douro

ifalves@utad.pt

‘Geography is the key, the crucial accident of birth’ Annie Dillard says (1988: 128). This is the starting point of a paper which aims to suggest how the dialogue between self and landscapes operates under the dictates of interconnectedness: if human nature inscribes itself in the physical world, whenever the landscape is observed, felt and contemplated, it is the self which is written. In this way, landscape is no more an exterior entity but an individual process of continuous renewal and rewriting.

The dialogue between self and landscape has been made more relevant in the last decades under Ecocriticism, a theoretical field which in its broadest definition is the study of the relationship of the human and the non-human, an earth-centered approach to literary studies (Buell 1996: 7). In an ecocritical approach the nonhuman environment in a text is not merely a framing device but a presence suggesting that human history is implicated in natural history.<sup>1</sup> It is accepted that literary writing about place is local in the sense that its aims are to accurately represent the characteristics of a particular place, of people firmly grounded on the terrain they inhabit. Conversely, writings about place are a form of environmental writing because they characterize an interest in depicting natural surroundings and in the relationship between places and those who inhabit them. Ecocriticism, an academic version of environmentalism, holds a particular interest in the way people interact with the community of the land, recognizing the relationship between environmental and place-bound writing.

Throughout my academic career I have been working mainly on authors who manifestly show empathy towards the idea of place: its geological, topographical, botanical and meteorological elements. Geographers of the self,

---

<sup>1</sup> In order to read a literary text according to ecocriticism, Buell points out four criteria: i) the nonhuman environment is present not merely as a framing device but as a presence that begins to suggest that human history is implicated in natural history; ii) the human interest is not understood to be the only legitimate interest; iii) human accountability to the environment is part of the text’s ethical orientation; iv) some sense of the environment as a process rather than as a constant or a given is at least implicit in the text (Buell 1996: 7-8).

these authors demonstrate keenness towards the reading of the earth and the particulars of the American landscape. Like the explorers and scientists of the nineteenth-century, these American authors also read the significant forms and movements of the land, an attitude which is consilient with the quintessential American experience of discovering, exploring and mapping. In the nineteenth-century America was a country being made into landscape, so, side by side, scientists and artists dissected, described, and classified the rocks and animals, plants, and the changing meteorological phenomena. From the beginning of the European colonization, American geography has been at the center of American thought and art. It is at the center of American paradoxes as well.

Though politics and advertising project an American national geography which is broadly misleading and imprecise, parallel to the false images, and as Barry Lopez exposes in “American Geographies”, strives a more intimate knowledge of local geography, that is, of geology, hydrology, biology, and weather (2004: 90). In this sense, geography is the knowledge that identifies something in the land we recognize and respond to. It gives us a sense of place and a sense of community, both of which are indispensable to an individual’s and a country’s state of well-being (2004: 96). Though the relationship between landscape and the American self may have been paradoxical, there is a prominent current in American literary tradition which has been inseparable from a process Lorraine Anderson designates as “a movement from seeing nature as kin to seeing nature as self” (Anderson 2002: 9). Henceforth clouds, streams and paths are presented in this paper as configurations which tell of the relationship between American geography and the American self, or between physical American geography and geographies of mind. The chosen authors aim at attributing a meaning to the multiplicity of places, and therefore to the construction of a metaphysical landscape capable of expressing their characters’ spiritual yearnings. This cultural and literary American journey was greatly influenced by Alexander Humboldt, the German geographer, who was the first scientist to be interested not only in the visible phenomena – the physiognomy of a place –, its geological and botanical characteristics, but who has pointed out a singular way for studying nature: to merge exploration and observation with flashes of transcendence (Novak 1995: 67). Therefore, and from the outset, Humboldt, who influenced Emerson and Edwin Church, reinforced the relationship between mind and perception, attributing an ontological expressiveness to the landscape which requires understanding and interpretation.

In addition, the singular voice of nature in America is closely related to the idea of movement, which the American Romantics and Transcendentalists were to praise intensely. In *Making the American Self*, as Daniel Howe illustrates, the practice of self-construction and the belief that life is a process of self-realization

are common principles among New England intellectuals. As Howe postulates, in their boundless optimism, American Transcendentalists propagated the idea that through Nature people could transcend the material world and be in communion with the divine. In their cultivation of the self, Transcendentalists cultivated emotion and moral feelings even when they were regarding Nature, which they saw as a system of analogy: the cosmos taught moral and spiritual principles in the guise of spiritual ones. According to Emerson, for instance, individuals have the power to redefine themselves and one of the paths to self-improvement lies in the self's receptivity to the impulses of nature. Moreover, Emerson, but also Thoreau and the other New England transcendentalists, were to provide a cultural atmosphere in which Nature was the path to supreme knowledge (Kazin 1988: 48).

In America, and during the nineteenth-century, clouds, watercourses and paths were conceived as elements in the landscape meant to combine not only the description and dissection of landscape attuned to the scientific atmosphere of the time, but also imbued with the idea of spirit. If a close attention to the characteristics of places is a function of the desire to know and to dominate, then the presence of the elemental is also to translate the fondness of Americans for transcendental feeling. Moreover, to get close to the elemental is intimately related to the quintessential American experience of discovering, exploring and mapping, relating also to the idea that the artists who explored the new lands of America "were rehearsing and reliving Genesis through the landscape" and that together, scientists, explorers and artists were "archaeologists of the Creation, uncovering beginnings with all the proprieties of their sacred mission" (Novak 1995: 152).

So, throughout this paper the terms 'geography', 'nature' and 'landscape' appear interchangeably to refer to the physicality and materiality of American terrain, that part of America that because of its underdevelopment, wildness and vastness has made a great impression on the mind of Europeans. Moreover a great passion characterizes the relationship between Americans and nature, so that nature has been invested with metaphysical meaning, something Leo Marx sees as highly significant for it lends American nature its peculiar efficacy as a repository of timeless value and meaning and as an object of worship (1964: 41).

Though briefly, to consider the literary representations of clouds, streams and paths as they are used by authors such as Thoreau, Cather, Steinbeck and Oliver is to consider them as the result of the attention to the natural world derived from the scientific curiosity which imbued American beginnings, and also as symbols of the desire for movement and fluidity, aspects consilient with the American mind and thought.

Thoreau epitomizes the combination of scientific interest with a fierce imagination. Moreover, his attention to the physical details would turn science into art, summarizing the nineteenth century cultural atmosphere in America: from reading the landscape extensively, the American writer and artist has imbued it with metaphysical value. In a time of great concern towards economy and industry, Thoreau made use of cosmic interrelatedness: that day, the seasons were seen as part of a great circle, always changing, and always coming back to the beginning. As Lawrence Buell states, Thoreau's pursuit of nature became a purposeful self-education in reading landscape and pondering what he found there: a process of continuously mapping the world and locating the self thereby (1996: 116). The understanding of the elemental landscapes enables Thoreau to work on his own interior landscape, his writings responding to the way the mind is affected by the land, showing, consequently, the transition from seeing nature as kin to nature as self. The self is shaped by all it is connected to, and in Thoreau's case, his self is connected to the waterways surrounding his physical environment which came to populate his own imagination as well. Water, because of its inherent proprieties – transparency, fluidity, formlessness – emblemizes, namely, the possibility of change and movement<sup>2</sup>, and Thoreau knew the Merrimack and Concord Rivers, and the lakes around Walden well: “This is my lake country. These, with Concord River, are my water privileges; and night and day, year in year out, they grind me such grist as I carry to them” (Thoreau 1950: 252). However, he is most known for his attachment to Walden Pond. Though the pond has fixed boundaries, and a tamer form than a river, it stands for Thoreau's self and imagination. The reader perceives the pond the way Thoreau perceives it; at times, he cannot distinguish himself from it: “I am its stony shore/ and its deepest resort/ lies high in my thought (1950: 249). Being the earth's eye, the beholder measures the depth of his own nature. An emblematic moment occurs in “Spring”, the season connected with the breaking up of the rivers and ponds, when he describes the lively flux of the pond and the sandbank minutely and sensitively: “the material is sand of every degree of fineness and of various rich colors, commonly mixed with a little clay. When the frost comes out in the spring, and even in a thawing day in winter, the sand begins to flow down the slopes like lava, sometimes bursting out through the snow and overflowing it where no sand was to be seen before” (1950: 329). This passage describes not only Thoreau's merging with the watery landscape but reflects also his search for form, structure and harmony, his own way of understanding the world.

---

<sup>2</sup> According to Buell, Thoreau was the first naturalist to study a body of water systematically (1996: 475).



Mary Oliver, a twentieth century poet, maintains a deep connectedness to Thoreau's vision of nature, evincing in her poetry and poetic prose a sensibility towards not only the physical elements that constitute landscape but the relationships between them. This relationship is beautifully summoned by her when she says that whenever she searches for her deepest thoughts and feelings she looks for the relationship of her mind to landscape, particularly to that part of the world which she came to know more intimately (Oliver 2004: 89). She continues by stating that the constancy of the physical world draw her toward a better, richer self. There, she claims, she ascends a little, reaching a new understanding of the world. Though recognizing that the woods and the ponds she knows are no more than a blue comma on the map of the world, she states, however, that they are the emblem of everything. It is from those places that she gets to know the world.

Oliver, just like Thoreau, bears an explorer's curiosity and her poetic vision is an illustration of the attention given to the particulars of places. Hers is also a vision that celebrates the inheritance of transcendentalism and the praise for movement and fluidity. Her world is consequently a world of natural phenomena imbued with spirit; in her own words: "When I write about nature directly, or refer to it, I mean landscapes in which we are reinforced in our sense of the world as a mystery a mystery that entails other privileges besides our own" (Oliver 1999: 101). It is the natural world that has always offered her the bright side of life: animals, flowers, sunrises, birds or wind are a feast of opportunities. Not only does she share with Thoreau the desire to speak on behalf of nature, but she also feels the appeal of walking along the woodland paths: "Through these woods I have walked thousands of times" (1999: 96); "Every day my early morning walk along the water grants me a second waking" (Oliver 2004: 3). Walking is therefore a form of flowing through the landscape and being part of the changing patterns of nature. But walking allows her other experiences: "Stepping out onto the path was always a kind of relief. I was not escaping anything. I was returning to the arena of delight. I was stepping across some border. I don't mean just that the world changed the other side of the border, but that I did too" (Oliver 1999: 96). This statement illustrates her own self responding to the landscape in an irrevocable way: "Eventually I began to appreciate that the great black oaks knew me. (...) that they recognized and responded to my presence, and to my mood. They began to offer, or I began to feel them offer, their serene greeting. It was like a quick change of temperature (...)" (1996: 96).

Oliver walks in order to get close to experience itself, an attitude that, as I have already said, is congenial to American authors because experience is charged with immanent aesthetic value. On the other hand, in *The Walk: Notes*

on a Romantic Image, Jeffrey Robinson expands on the fluid transactions the walk brings forth: “I offer myself to unpredictable occurrences and impingements. The world flows past my body (...)” (1989: 4). Here one sees the succession of phenomena serving as an associative stimuli and the external world offering itself to the walker’s open mind, this way the walk forcing the mind to change continually in accordance to the shifting landscape. Therefore, and as stated by the critic John Elder, walking is an activity which integrates inner and outer world:

Just as the wasteland and the wilderness are reconciled through earth’s circuit of soil-building decay, the landscape and imagination may be united through the process of walking. The mind’s flicker of attention from the earth to its own associations seems on one level to have an inescapable binary quality. But mental sunlight and clouds are also borne out under a larger sky in the meandering circuit of the poet’s walk. Walking becomes an emblem of wholeness, comprehending both the person’s conscious steps and pauses and the path beneath his rising and falling feet (Elder 1985: 93).

As Thoreau and Oliver’s writing testifies, the path is an image which evokes the knowledge of place as well: the particulars of time, weather and landscape continually inform the walker’s consciousness. The same image and symbolism take place in Willa Cather’s *Death Comes for the Archbishop* (1927), whose action describes the nineteenth-century missionary Bishop Latour travelling along old Southwestern paths. The reader faces a character whose experience comes from a close relationship to the landscape, and in opposition to European views, acknowledges the native’s understanding of the land; when travelling with Eusabio, a native with whom he is travelling to Santa Fé, he comments that it is like travelling with the landscape made human. Eusabio accepts chance and weather as the country did, with a sort of grave enjoyment (Cather 1990: 419). Paths which connect both to other places and other people reinforce the idea of movement, of changing attitudes, and evolving views, all of them vital elements in the definition both of Southwestern geography – by then, ‘the country was still waiting to be made into a landscape’ (Cather 1990: 334), and Latour himself. In his ramblings he was always looking for movement, even in the sky: “Coming along the Santa Fé trail, in the vast plain of Kansas, Father Latour had found the sky more a desert than the land; a hard, empty blue, very monotonous to the eyes of a Frenchman. But west of the Pecos all that changed; here there was always activity overhead, clouds forming and moving all day long” (*ibidem*). The atmospheric qualities making more visible and intense Latour’s own search for transcendence: “whether they were dark and full of violence, or soft and white with luxurious idleness, they powerfully affected the world

beneath them. The desert, the mountains and mesas were continually re-formed and re-coloured by cloud shadows. The whole country seems fluid to the eye under this constant change of accent, this ever-varying distribution of light” (Cather 1990: 340). Parallel to what Frederick Church was doing in painting, Cather joins American artists for whom the sky is pictured as the vessel of the spirit (Novak 1995: 98)<sup>3</sup>. Her character’s depiction results from an awareness of the height and breadth of the sky and the force of the wind, for she, like American painters of the time, was particularly interested in the mutation of clouds for in it she saw the possibility of grasping the ephemeral, a process much in the vein of Emerson and his own idea of the necessity to stop the changing moment, to make of it a single moment of ‘concentrated eternity’ (Novak 1995: 93). It happens, of course, that Impressionism has moved the meaning of light well beyond old frontiers: impressionism brought a new perception of atmosphere and space; light on adobe walls, to use a Cather expression, reveals a fragment of space in detail, highlighting the meaning either of common objects or natural particulars. According to Cather, observations of nature are inseparable from observations of human lives, bringing forth the intimacy of the geography of earth to the geography of mind, proving that to write about nature is not simply to observe nature, but also to know to situate the self within and outside the environs of the natural world.

John Steinbeck is also one of the authors I have considered to highlight here. He, in the vein of Thoreau, also compels his reader to look attentively at the natural world. Steinbeck also wants the reader to question the values that society stands for, and is therefore concerned with the biological and the spiritual fate of the communities he describes. In *The Grapes of Wrath* (1939), for instance, he creates characters whose knowledge of the land is precise, and geography a shaping force throughout the novel. To walk becomes a destiny and because California is no Paradise, the Joad family has to keep walking, always on the move like the turtle Tom finds at the beginning of the novel. There is no place to call home, but travelling either on foot or by car has given the characters the possibility of changing their own selves; as Tom says at the end: “I know now a fella ain’t no good alone” (Steinbeck 1987: 462). In this novel nature is devastated, the dry landscape an analogy of the individual self that has been ruling the American economy. Furthermore water, either in the form of rain or the Colorado river, is to represent the reaching of a more solipsistic self. After some troubles, the Joads arrive at the river setting up their tent, the place that

---

<sup>3</sup> According to Novak’s view, America is a country which belongs to a tradition singularly devoted to the concept of light as spirit, and therefore, the sky is pictured as the vessel of spirit (1995: 98).

will mark a physical and psychological frontier, for here, they realize, they are going to find no garden of Eden, but profit-based absentee ownership of the land, an attitude radically different from the one they knew based on their intimacy with and knowledge of the land. Here in this scene, Noah, the youngest Joad refuses to leave the river “I ain’t a-gonna leave this here water. I’m a-gonna walk on down this river” (1987: 228), acting individually, incapable of transforming himself. When their dreams seem destroyed and pa Joad says: “life’s over an’ done” Ma joad replies: No, it ain’t. Man, he lives in jerks, baby born an’ a man dies, an’ that’s a jerk- gets a farm an’ loses his farm an’ that’s a jerk. Woman, it’s all one flow, little streams, little eddies, little waterfalls, but the river, it goes right on” (1987: 467). Later in the novel the presence of rain will represent a change in Californian society, and better conditions for families and communities, and a place where people “eat the stuff they raise an’ live in the houses they build” (1987: 419). Therefore, the tragedy of the Joads – the loss of family members, the disillusionment, the dislocation – culminates in their ability to harvest a new vision of life and a renovated self.

To Steinbeck there exists an intimate relation between travel and knowledge, between journey and discovery; he wants, like Thoreau to front “the essential facts of life”, “to live deep and suck all the marrow of life”, to “know by experience and be able to give a true account of it” and therefore he regretted that America had isolated itself spiritually and physically from nature. With Tom Joad (but also with Casy) Steinbeck dramatizes the need to get back to humanist path, to a more selfless attitude, a spiritual place he reaches after a geographical journey from Oklahoma to California.

Reading American nature is a journey that enables one to more fully apprehend the American self. In this case, selves which find a way of enlarging life by moving metaphorically towards the web of life, just like the spider in one of Whitman’s poems, a noiseless spider that in order “to explore the vacant, vast surrounding, /It launch’d forth filament, filament, filament, out of itself; /” (Whitman 1983: 358). A movement, a journey, which predicts the artists’ intricate relationship to American nature: in the quest to understand it, he has to be it.

Moreover, like a geographer searching for a specific topography, the author, discovering nature as self, uncovers essentials about his own identity. On the other hand, the reader, facing the motifs of clouds, streams and paths, does hopefully build a more acute consciousness of the world around him, not only the physical world of natural elements but above all of the relationships between human experience and the nonhuman world. As literary images, clouds, streams and paths carry the idea of movement, vitality and dynamism, and are, therefore, an invitation to human imagination. In this sense, many of the natural forms

studied by geographers, if used by artists – as in the above examples –, turn out as images which track the human search for transcendence and totality; from external and geographic, these elements become realms of imagination, reflecting human spiritual movement in search of the self.

### Works Cited

- Anderson, Lorraine (2002): "Introduction: The Great Chorus of Woman and Nature". In Lorraine Anderson and Thomas Edwards. *At Home on This Earth: Two Centuries of U.S. Women's nature Writing*. Hanover and London: UP of New England: 1-9.
- Bachelard, Gaston. (1943): *L'Air et les Songes: Essai sur l'imagination du mouvement*. Paris: Librairie José Corti.
- Buell, Lawrence (1996): *The Environmental Imagination: Thoreau, Nature Writing and the Formation of American Culture*. Cambridge/London: The Belknap Press of Harvard University Press.
- Cather, Willa (1990): *Death Comes for the Archbishop. Later Novels: A Lost Lady, The Professor's House, Death Comes for the Archbishop, Shadows on the Rock, Lucy Gayheart, Sapphira and the Slave Girl*. New York: The Library of America [1927]: 273-459.
- Dillard, Annie (1988): *Pilgrim at Tinker Creek*. New York: Harper Perennial.
- Elder, John (1985): *Imagining the Earth: Poetry and the Vision of Nature*, Urbana and Chicago.
- Howe, Daniel (2009): *Making the American Self: Jonathan Edwards to Abraham Lincoln*. New York: Oxford University Press.
- Johnson, Rochelle (2009): *Passions for Nature: Nineteenth-Century America's Aesthetics of Alienation*. Athens and London: The University of Georgia Press.
- Kazin, Alfred (1988): *A Writer's America. Landscape in Literature*. New York: Alfred Knopf.
- Lopez, Barry (2004): "The American Geographies". *Vintage Lopez*. New York: Vintage Books: 81-97.
- Marx, Leo (1964): *The Machine in the Garden: Technology and the Pastoral Ideal in America*. New York: Oxford University Press.
- Novak, Barbara (1995): *Nature and Culture: Landscape Painting 1825-1875*. New York/Oxford: Oxford University Press.

- Oliver, Mary (1991): *Blue Pastures*. New York and London: A Harvest Original.  
[BP]
- (1999): *Winter Hours: prose, prose poems, and poems*. Boston and New York: Houghton Mifflin Company. [WH]
- (2004): *Long Life*. Cambridge, MA: Da Capo Press. [LL]
- (1994): *A Poetry Handbook*. New York and London: A Harvest Original.
- (1992): *New and Selected Poems*. Volume One. Boston: Beacon Press.
- Robinson, Jeffrey (1989): *The Walk: Notes on a Romantic Image*, Norman and London, University of Oklahoma Press.
- Steinbeck, John (1987): *The Grapes of Wrath*. Harmondsworth: Penguin Books [1939].
- Thoreau, Henry David (1950): *Walden and Other Writings by Henry David Thoreau*. Brooks Atkinson (ed). New York: The Modern Library.
- Whitman, Walt (1983): *Leaves of Grass* New York: Bantam Books [1855].

**Caleidoscópio de histórias de encantamentos e encantados  
em narrativas de crianças da Amazônia:  
um memorial para a literatura para a infância**

*Laura Alves*

Universidade Federal do Pará (Brasil)  
laura\_alves@uol.com.br

*Armando Mesquita*

Universidade de Trás-os-Montes e Alto Douro / CEL  
Presidente do OBLIJ – Observatório da Literatura Infanto-Juvenil  
armesqui@utad.pt

**A cultura do caboclo amazônico**

A Amazônica é reconhecida mundialmente através de pesquisas de encantaria, que nada mais é senão a projeção cultural do caboclo amazônico que acredita no poder do encanto que diviniza os elementos da natureza: chuva, sol, águas doces e salgadas, flora e fauna, enfim, a grande mãe Terra. É graças a isto que herdamos uma mitologia tão rica e interessante. A tradição oral paraense é colorida pelas mais variadas matrizes culturais e nitidamente marcada por uma forte articulação com os saberes oralizados. Sobre os seres encantados Tocantins (1999: 240) diz que:

(...) os encantados são vistos como seres humanos que morreram, mas passaram para um outro plano, o do encanto. São seres que vivem na mata, no fundo dos rios, nos manguezais e nas praias. Os encantados da mata, menos claramente humanos, são a Curupira e a Anhangá. Os encantados-do-fundo desempenham, porém um papel fundamental, numa área onde a pesca é a atividade econômica por excelência. Eles são conhecidos como bichos do fundo, por se manifestarem sob a forma de diferentes animais aquáticos, como Botos, peixes, cobras, jacarés etc.

Mesmo sob o impacto de outros valores culturais que hoje se manifestam na cidade, consequência da aproximação no espaço geográfico e no tempo social com povos e instituições, contato efetuado pelos meios de comunicação (rádio, televisão e jornal), ainda persistem as histórias sobrenaturais na mente do povo amazônico. Era muito comum ouvir à *boca da noite* alguém contar intermináveis histórias existentes nas cidades interiores amazônicas. Em muitos bairros de

Belém, era costume em noites de lua cheia as famílias se reunirem à frente das casas sob a luz de candeeiros ou do luar, temperados com café e bolinhos de mandioca, a contar intermináveis histórias de visagens e assombrações que causavam em seus ouvintes ora arrepios, ora risos. A criançada adorava esse momento lúdico.

Mesmo com progresso tecnológico e de uma parafernália eletrónica que circunda hoje as grandes cidades brasileiras, felizmente, na Amazónia ainda é possível encontrar lugares na imensa floresta que preservam suas raízes culturais praticamente intactas, quase inalteradas através dos séculos. Portanto, há na Amazónia regiões onde mal se ouve um rádio, onde milhares de moradores não têm acesso a um aparelho de televisão.

É possível lá, dentro das matas, à beira dos inúmeros lagos, rio, igarapés, furos, etc., existir aqueles que acreditam nos deuses e demónios, nas histórias que falam de estranhas e incríveis metamorfoses de gente em bicho ou vice-versa, histórias que falam, sobretudo de pessoas que possuem o poder de invocar os “caruanas” (entidades protetoras e auxiliadoras dos pajés e feiticeiros amazónicos). Enfim, há, nesses recantos esquecidos pelo consumismo, aqueles que acreditam no sobrenatural e naquilo que a imaginação pode criar.

Diante de uma natureza magnífica, de proporções monumentais, o caboclo na Amazónia, além de criar e desenvolver processos altamente criativos e eficazes, de relação com ela constituiu um sistema cultural singular. Uma cultura viva, integrada e formadora de identidade. Rica de magia, a natureza amazónica se revela através da mata, dos rios, das aves, dos peixes, dos animais e principalmente do imaginário do homem simples que faz dessa maravilha a sua forma de vida, de linguagem, de saber.

Vale a pena lembrar o pensamento de Loureiro (1995: 104) que retrata muito bem a cultura singular amazónica:

Na vida amazónica a mitologia reaparece como a linguagem própria da fábula que flui como produto de uma faculdade natural, levada pelos sentidos, pela imaginação e pela descoberta das coisas. Nesse procedimento de uma verdadeira **metafísica poética** o impossível torna-se possível, o incrível apresenta-se crível. O sobrenatural resulta em natural. Quer dizer, um estado poético que evolua do devaneio, da livre expansão do imaginário. Um estado envolvente, espécie de devaneio cósmico (...). Sob esse estado é que o homem da Amazónia vai criando e habitando seu mundo, construindo uma realidade condizente com seu desejo, como se vivesse no processo de uma poética em ação. Uma poética operada pelo sentido imaginal, que confere à cultura uma leveza (...).

Referindo-se ao imaginário do amazónica, Loureiro (1995: 63) diz também que a cultura amazónica talvez represente neste século uma das mais raras



permanências dessa atmosfera espiritual em que o estético, resultante de uma singular relação entre o homem e a natureza, reflete e ilumina a cultura. E diz mais:

Há no mundo amazônico, a produção de uma verdadeira teogonia cotidiana. Revelando uma afetividade cósmica, o homem promove a conversão estetizante da realidade em signos, através dos labores do dia-a-dia, do diálogo com as marés, do companheirismo com as estrelas, da solidariedade dos ventos que impulsionam as velas, da paciente amizade dos rios. É como se aquele mundo fosse uma só cosmogonia, uma imensa e verde cosmo-alegoria. Um mundo único real-imaginário. Foi-se constituindo nele uma poética do imaginário, cujo alcance intervém na complexidade das relações sociais. Veja-se dois exemplos ilustrativos: o da mãe solteira e o da mulher casada que têm um filho sem o concurso do marido. São situações que a moral reguladora logo reprime, exige punição ou vingança. No entanto, se num caso ou noutro, for aceita a explicação de ser um “filho de Boto”, o interdito desaparece, e o anormal repõe a normalidade.

A cultura amazônica vem incorporada na sua subjetividade, e fundamentalmente, do coletivo do povo da região. A formação étnica amazônica, como no resto do Brasil, fez-se pela miscigenação de brancos portugueses, negros africanos e indígenas nativos<sup>1</sup>. Nesse contexto multicultural, percebe-se uma verdadeira teia, entrecruzando-se histórias encantadas, lendas e mitos amazônicos de origem europeia trazidos pelo colono português, das crenças africanas trazidas pelos negros-escravos e, por fim, das lendas encantatórias cultuadas pelos indígenas, de modo que a cultura do amazônida paraense é uma cultura multifacetada, decalcada nos três grupos étnicos. Hoje, é possível, na Amazônia ouvir histórias de príncipes e princesas que vivem numa ilha que dormem em redes à beira do rio, demonstrando que a paisagem amazônica é forte e determinante para o imaginário de seu povo, conjugando o homem à natureza.

No que se refere à transmissão oral cultural, entende-se que a cultura é, nesse sentido, definida como um património de conhecimentos e de competências, valores e símbolos constituídos ao longo de gerações e característicos de uma comunidade humana particular. Em todos os países existe uma grande tradição oral. Trata-se de povos, na sua maioria, acostumados a

---

<sup>1</sup> O negro foi trazido para a Amazônia como escravo de procedência da Guiné, de Cabo Verde e de Angola. O índio nativo compõe o maior contingente da nossa formação étnica. A população indígena foi a mais numerosa e caracteriza a feição humana da região nos usos, nos costumes, na linguagem, na alimentação, nos mais variados aspectos da manifestação cultural, espalha-se por todos os cantos da Bacia Amazônica. Embora com extinção de algumas tribos indígenas nestes últimos anos, ainda há nos confins da Amazônia populações indígenas vivendo harmoniosamente com a natureza exuberante.

ouvir e a contar histórias, como em toda as regiões rurais do mundo em que a cultura oral predomina sobre a escrita.

Sabe-se que o homem é o resultado do meio cultural em que foi socializado. Ele é um herdeiro de um longo processo acumulado de conhecimentos e experiências adquiridas pelas gerações que o antecederam. Assim, a manipulação adequada e criativa desse património cultural fez com que, ao longo da história do povo amazónico, os seres encantados fossem se constituindo numa espécie de porta para o irreal, ou seja, um vetor mitológico que se destaca esteticamente e que brota no universo imaginário do amazónida, algo que ao mesmo tempo encobre e explica a realidade. As lendas e mitos do estado do Pará dão a ideia perfeita do caleidoscópio de magia e de histórias de encantamentos e de encantados na narrativa das crianças paraenses: é a força vibrante das raízes culturais do homem da região.

### **A criança e a poética do imaginário da Amazônia**

O imaginário da criança é um mundo repleto de fantasias, invenções, ideias e devaneios. Nele está a capacidade de produzir percepção não só de conteúdos sensíveis de seu meio social como também de conteúdos imagináveis. Isso significa que as relações que a criança desenvolve com o meio social são, muitas vezes, internalizadas através do discurso narrativo. Além disso, por meio do discurso narrativo, a criança mergulha no seu imaginário, no vaivém entre mundo real e mundo imaginado.

Ao falar sobre a especificidade da infância quanto ao domínio da imaginação, Lobato (*apud* Lopes 1999: 21) diz que a criança é um ser especialíssimo “(...) em conseqüência, o seu alimento moral há de ser algo especial. Na criança a imaginação predomina em absoluto. Ela vive num mundinho irreal e dele só sai para ir penetrando nas duras e cruas realidades, quando o natural desenvolvimento do cérebro, a intensidade imaginativa vai-se apagando”.

As crianças da Amazônia vivem em um meio social carregado de significações, ideologias, histórias e cultura muito singular. Elas têm um repertório narrativo constituído de elementos típicos do imaginário mitopoético do amazónida. No espaço amazónico, a cultura busca a segurança na natureza, numa floresta de símbolos a serem decifrados. Como diz Loureiro (1995: 103), sobre o homem amazónida constata-se a existência de uma evanescência lógica poética, de um povo ainda guiado pela memória, pela palavra oralizada, pelo maravilhamento diante da realidade quotidiana (...). A vida social ainda permanece impregnada do espírito da infância, no sentido de encontrar-se com a explicação poetizada e alegórica das coisas.

Viajando pelas histórias das crianças-narradores da Amazônia encontram-se figuras lendárias da cultura amazônica. São histórias de encantamentos / encantados que circulam pelo imaginário do povo desta região. Na crença dos moradores da Amazônia, o mundo sobrenatural é povoado por entidades que moram na mata (encantados das matas) ou nas águas dos rios e igarapés (encantados das águas).

Estas entidades protegem os animais da floresta e das águas e também os homens, misturando a crença do caboclo e do indígena. Aos encantados no mundo amazônico, foi reservado um “locus” muito particular: os encantados cultuados pelas regiões populares são entidades do mundo sobrenatural da religiosidade popular amazônica, que habitam a floresta e fundo dos rios e que protegem, não somente os homens, como também as comunidades em que os mesmos vivem. As encantarias, para os indígenas, é o lugar onde moram os encantados, estariam localizadas acima das nuvens e abaixo do céu, como também nas florestas e nos fundos dos rios.

O escritor paraense Larêdo (1998), no livro *Ouvindo Histórias do Imaginário Amazônico*, comenta que na sua infância, no interior do Estado do Pará, ouvia à boca da noite muitas histórias de reis e rainhas, de fadas, contadas por sua mãe e seu pai. Ouvia ainda de toda parte e até mesmo na escola com a professora Maria, as histórias sobre as estripulias do Boto, as lendas do Uirapuru, as diabruras da Cobra-Grande, enfim, tudo sobre o imaginário da região amazônica. Seu avó, recorda ele, extasiava a todos, narrando caçadas e as interferências do dono da floresta, dos sacis, mãe d'água, Curupiras, onças, anhangás, lobisomens e tantos outros. E diz mais (1998: 31-34): “mamãe contava muitas histórias. Creio mesmo que ela as inventava, porque pareciam sem fim, intermináveis. (...) A matintaperera nos assustava e muitas vezes senti que ela estava próxima na forma de cada mulher de idade (...) Colegas e amigos de brincadeiras comentavam o que ouviam em suas casas: visagens, odisséia de caçadores, sumiços, assombrações”.

Assim como Larêdo (1998: 38), muitas crianças interioranas eram enfeitadas à boca da noite com histórias que misturavam os elementos visíveis e os invisíveis do mundo amazônico. Constata-se pelas palavras desse escritor o cenário que ficou guardado em sua memória:

(...) as noites surgiam agradabilíssimas. As famílias se reuniam à frente das casas sob a luz de candeeiros ou do luar tecido de pratas e sons de músicas de cantigas de roda em que todos nós, crianças, jovens e adultos participávamos, entremeando versões de fábulas e estórias que se esticavam em casos nos serões temperados com café e farinha de tapioca, entre águas, risos, chocolates caseiros, e cremes de ovos, delícias ansiadas. Nessas tertúlias, verdadeiro jornal oral era montado (...).

Sobre a prática de contar histórias na região amazônica, Tocantins (1963), referindo-se a cidade de Belém do Pará, diz que não há menino que deixe de ouvir histórias fantásticas, transmitidas pelas amas, empregadas domésticas, geralmente pessoas vindas do interior do Estado, onde sobrevive, intensa, a tradição oral dessas lendas<sup>2</sup>.

Lembramo-nos dos dias passados por entre as mangueiras e as chuvas que constantemente caíam (e ainda caem) aos arredores da Baía de Guajará (grande baía que circunda a parte histórica da cidade de Belém do Pará). Fui uma criança de quintal. Brincava com minhas irmãs e outras crianças, mas o que mais gostava era de brincar de “ouvir histórias”. Ficávamos horas e horas ouvindo mirabolantes histórias típicas do contexto cultural amazônico. Não eram histórias de fadas madrinhas, de príncipes encantados, de bruxas malvadas, mas sim histórias de Curupiras, de cobras, de Botos, de sacis, de matintas e muitas outras histórias que rodeiam o universo imaginário do homem da Amazônia.

Ainda na infância, tivemos oportunidade de incorporar melhor o universo imaginário do povo amazônico por meio de uma grande figura de nossa infância: Dona Maria. Senhora de traço acaboclado, nascida no interior do Estado do Pará, que cuidava de nós, era nossa grande narradora. Embora não sabendo ler, nem escrever, Vó Maria, como lhe chamávamos, era de extrema sabedoria, sendo portadora de uma valiosa memória oral. Escutámos dela muitas histórias lendárias de encantamentos e de seres encantados lá dos confins da floresta Amazônia que seduzem o povo ribeirinho. Com ela, pudemos ouvir que os rios, os igarapés e as ilhas, que circundam a floresta Amazônia, têm seus encantamentos e estão repletas de seres com poder de encantar.

Ficaram registadas em nossa memória duas histórias que Vó Maria contava. Dizia que nas vilas ribeirinhas da Amazônia, em noites de lua cheia, o Boto<sup>3</sup> sai das águas e transforma-se em um belo e atraente rapaz. Trajando um paletó branco e usando um chapéu para encobrir o orifício que tem sobre a cabeça, ele se introduz furtivamente nas festas dos lugares para seduzir as jovens caboclas. Após possuí-las, as moças, ainda encantadas, lamentam sua ausência afogando com lágrimas o próprio ventre, já dilatado pela presença de um ser que está sendo gerado. E a linda moça acreditava estar gerando o filho do Boto.

---

<sup>2</sup> O autor refere-se à vinda para cidade de Belém de interioranos para se empregar, para estudar ou como é costumeiro até hoje na cidade se adotar mocinhas do interior que se tornam “crias” da casa. E como assumem o papel de amas, transmitem às crianças que cuidam as crenças de seus lugares de origem.

<sup>3</sup> O Boto, segundo a lenda, habita os rios da Amazônia, tem poderes sobrenaturais, podendo transformar-se em homem. Tem o poder de seduzir virgens ou mulheres casadas. Tal é as forças sedutoras do Boto, que até hoje nas feiras de Belém, são vendidas para fabricação artesanal de perfumes partes dos órgãos genitais do animal. Além disso, todas as partes de seu corpo são aproveitadas para amuletos, defumações, perfumes com fins mágicos.

Outra lenda fantástica contada pela Vó Maria que marcou significativamente a nossa infância era do(a) Curupira. Dizia ela que as populações interioranas na Amazônia acreditam que um ser estranho habita a floresta<sup>4</sup>. É um ser com jeito de gente, mas tendo ambos os pés com os calcanhares virados para frente. Sua cara nunca alguém chegou a vê-la. Também nunca se ouviu sua voz. Contava a nossa narradora que o(a) Curupira não quer matar as suas presas. Seu desejo é apenas o de deixá-las perdidas no mato, pois o(a) Curupira considera-se um defensor da mata e dos animais. Assim é que o caboclo ribeirinho da Amazônia pode caçar livremente a semana inteira, mas o(a) Curupira se reserva o direito de não deixá-lo às sextas-feiras. Quem desafia o poder do(a) Curupira, saindo à procura de alguma presa numa sexta-feira, arrisca-se a ficar perdido. Este ser, que protege a mata, gosta é de brincar de jujú<sup>5</sup> e, não tendo com quem, trata de esconder os que vão caçar. Ele tem poder mesmo à distância. Basta que ele concentre sua atenção na vítima, para que esta fique perturbada, com o pensamento embaralhado, sem saber o que está fazendo. É por isso que não pode acertar com o caminho tantas vezes percorrido.

Só mais tarde, fomos perceber nessa conversa com nossas lembranças que as histórias ouvidas na infância fizeram (e ainda hoje fazem) parte da memória de infância de muitas crianças da região Amazônica. Podemos dizer que a nossa narradora não era a famosa Scherazade de *As Mil e uma Noites*, que com a palavra mágica tece a rede de suas histórias, mas assim como essa jovem que, por meio de suas narrativas, mantém o príncipe preso ao fio de suas palavras, Vó Maria contava-nos histórias que, por meio da labiríntica trama de suas narrativas, nos seduziam lentamente. O nosso imaginário se construiu nas várias viagens que fizemos pelo mar de histórias contadas por essa envolvente narradora. Com esta aprendemos ainda o poder das plantas da Amazônia para curar “mau-olhado” e para “amansar” criança traquina e malcriada: um simples banho de cravo de defunto, às sextas-feiras, era “tiro e queda”. Vó Maria era verdadeiramente a representação típica da singularidade do caboclo Amazônico repleto de superstições, costumes, crenças e simpatias. Assim como nós, certamente, muitas crianças da região tiveram (e ainda hoje têm) o privilégio de contar com uma Scherazade que acalante no seu imaginário o espaço amazônico.

No caso das crianças da Amazônia, é possível dizer que no seu discurso narrativo há a presença de todo o universo cultural da sua região, porque está cercada de narradores que transmitem toda a poética imaginária da Amazônia.

---

<sup>4</sup> O *Curupira* ou a *Curupira*, segundo a lenda, é conhecido como a “Mãe do Mato”, embora se apresente na forma masculina, feminina ou ainda assexuada. É considerado protetor da selva e da caça. Os Curupiras habitam muito dentro da mata, porque não gostam de locais muito habitados.

<sup>5</sup> *Juju* é uma brincadeira muito apreciada pelas crianças da região amazônica. Também conhecida como *esconde-esconde*.

É possível observar também que estas crianças estabelecem relações definidas segundo seu contexto de origem, interagindo com uma pluralidade de linguagens fazendo uso das relações sociais e culturais, como bem ressalta Bakhtin. Além disso, também estabelecem a relação entre sentido e significado, formando sistemas simbólicos que constituem o seu discurso narrativo.

A criança da Amazônia, em contato com o contexto cultural da região, desenvolve uma teia de significações simbólicas de sua cultura, e, ao se apropriar desse universo cultural, elabora um imaginário imbuído de representações míticas que determina a poética da narrativa. Parafraseando Bakhtin, o narrador se identifica com a voz de toda sociedade (a voz do social). Além disso, a narrativa nasce ao longo do encontro de vozes diferenciadas que se somam, se contradizem, se homologam e se afirmam uma com as outras. Como tantas outras peculiaridades da região, os mitos e as lendas, que compõem a mitologia amazônica e povoam o imaginário do caboclo, ainda não foram suficientemente pesquisados e estudados, principalmente quanto à sua pertença no discurso narrativo da criança.

#### **À guisa de conclusão**

Como nos diz Bakhtin, a intertextualidade é o processo em que se incorporam percursos temáticos e/ou figurativos, além de temas e/ou figuras de um discurso em outro, de um texto em outro, ou seja, a intersecção dos dois textos – *a voz do texto base (escrito ou oralizado) na voz do texto narrado*. Os textos narrados pelas crianças da Amazônia paraense se constroem como um mosaico de citação e é absorção e transformação dum outro texto cristalizado pela memória de seu autor-criador, pois, no texto narrado, há diversos discursos, diversas vozes do texto escrito e/ou oralizado; sob um determinado texto ressoa o diálogo de outro texto ou outros discursos sob voz de um enunciador (narrador), isto é, há outro texto ou outra voz.

Aos olhos de Bakhtin, percebe-se que as crianças-narradores da Amazônia paraense penetram na cultura pela linguagem, internalizando um universo de significações. É através da cultura que elas criam ideias e consciências ao produzir e reproduzir a realidade social. Assim, o dialogismo se refere às possibilidades abertas e infinitas geradas por todas as práticas discursivas de uma cultura, toda a matriz de enunciados comunicativos. Sabe-se é que na Amazônia paraense a sobrenaturalidade é naturalidade, pois a cultura ancora-se na natureza exuberante que fazem as histórias, sobretudo as lendas, a não desaparecerem porque nunca deixaram de existir.

O espaço amazônico nos oferece uma floresta de símbolos que evoca elementos que dão expressões à comunidade. A cultura para as crianças da Amazônia representa a memória comum de seu povo e se constitui num

processo de acumulação contínua, porém ela se revela na existência dos acontecimentos da vida cotidiana. Para essas crianças a cultura nasce da percepção entre duas vozes, duas consciências, dois discursos existentes dentro e fora das pessoas de uma mesma coletividade.

### Referências Bibliográficas

- Bakhtin, Mikhail (1992a): *Marxismo e Filosofia da Linguagem*. São Paulo: Hucitec
- (1992b): *Estética da Criação Verbal*. São Paulo: Hucitec
- (1996): *A Cultura Popular na Idade Média e no Renascimento: o contexto de François Rabelais*. São Paulo: Hucitec.
- Barthes, Roland (1976): *Análise Estrutural da Narrativa*. Rio de Janeiro: Vozes.
- Benjamin, Walter (1994): «O narrador: considerações sobre a obra de Nikolai Leskov». In: *Magia e Técnica: ensaios sobre literatura e história da cultura*. São Paulo: Brasiliense.
- Calvino, Ítalo (1992): *Sobre Contos de Fadas*. Lisboa: Teorema.
- Cascudo, Luis da Câmara (1984): *Literatura Oral no Brasil*. São Paulo: Ediouro.
- (2000): *Contos Tradicionais do Brasil*. São Paulo: Global.
- Coelho, Adolfo (1999): *Contos Populares Portugueses*. Lisboa. Publicações Dom Quixote.
- Corrêa, Viriato (1960): *Cazuza*. Rio de Janeiro: Ed. Civilização Brasileira.
- Fares, Josebel Akel (1997): *Imagens da Mitopoética Amazônica: um memorial das Matintas pereras*. Dissertação de Mestrado em Letras. Programa de Pós-Graduação em Teoria Literária. Universidade Federal do Pará, Belém.
- Freyre, Gilberto (1950): *Casa Grande & Senzala*. Rio de Janeiro: Livraria José Olympio Editora.
- Loureiro, João de Jesus Paes (1995): *Cultura Amazônica: uma poética do imaginário*. Belém-Pará: Cejup.
- Mesquita, Armindo (Coord.) (2006): *Mitologia, Tradição e Inovação – (Re)leituras para uma nova literatura infantil*. Vila Nova de Gaia: Gailivro.
- Monteiro, Walcyr (2000): *Visagens e Assombrações de Belém*. Belém: Banco da Amazônia S.A. Basa.
- Pedroso, Consiglieri (2000): *Contos Populares Portugueses*. Lisboa: Ulmeiro.





## La comparaison de *L'Âne* de Lucien et *L'Âne d'or* d'Apulée

Maria Natália Sousa Pinheiro Amarante  
Universidade de Trás-os-Montes e Alto Douro  
namarant@utad.pt

Cet *Ane d'or*, que les experts font dater de 161(?) se présente comme l'adaptation latine d'un petit roman grec (Bory 1975).

C'est bien de la littérature grecque qu'Apulée a puisé la trame de son roman. On parle d'un manuscrit intitulé *Les Métamorphoses* (Μεταμορφώσεις) d'un certain Lucius de Patras mais cela n'est pas sûr car l'ouvrage ne nous est pas parvenu. *Lucius ou l'Ane* de Lucien aurait été un abrégé de ce livre qui aurait également servi de source à Apulée.

Apulée connaissait-il *l'Ane* de Lucien? Rien ne permet de le certifier, cependant la similitude de certains épisodes et l'approfondissement de certains traits, chez Apulée, nous font croire qu'il l'avait lu et qu'il s'en est servi pour mieux s'en démarquer et faire ressortir son originalité.

Il serait intéressant de comparer les deux textes et de se faire une idée aussi bien de ce qu'Apulée doit à coup sûr, à Lucien, que de ce qui constitue son apport personnel.

Car sa matière ainsi trouvée, il peut encore suffisamment exercer son propre génie.

### 1. Les Différences et les Similitudes

Si nous considérons donc *l'Ane* de Lucien, qui a le mérite, lui de nous rester, et *Les Métamorphoses* d'Apulée, nous nous apercevons que le cadre narratif est le même.

Il comporte trois parties:

1° Trois livres nous mènent à la métamorphose de Lucius.

2° Sept livres nous content les aventures de l'âne-Lucius.

3° Un livre nous fait assister, chez Apulée à la conversion de Lucius à Isis, chez Lucien au retour de Lucius à sa condition humaine.

Cependant, si certains épisodes sont directement et fidèlement traduits, il en est d'autres qui y sont ajoutés pour donner plus d'ampleur, d'extravagance et de fantaisie à l'œuvre.

C'est ce que nous allons voir en comparant ces deux ouvrages.

La première constatation, qui s'impose, est que le roman grec est plus court et plus sobre. Apulée, lui, possède là un canevas, fort intéressant. Il va le réinventer en y insérant des histoires qui ne se rapportent pas strictement aux aventures de l'âne mais contribuent au déroulement de l'histoire principale ainsi qu'au dénouement.

Apulée y mettra, on s'en doute, un tout autre goût, un tout autre ton.

On peut, d'ores et déjà, remarquer qu'Apulée présente son œuvre comme faisant partie des proses milésiennes et par conséquent, il insère un préambule pour orienter le lecteur. Alors que Lucien commence directement son histoire.

Si certains épisodes sont directement et fidèlement traduits par exemple, *l'épisode avec la jeune servante* [Apulée, 1975, II. 15 à 18], *l'épisode avec les brigands* [Apulée, 1975, III. 28 à VI. 32], celui de *l'âne chez le palefrenier* [Apulée, 1975, VII. 15 à 28], ou celui *des prêtres syriens* [Apulée, 1975, VIII. 23 à IX. 10]. Nous pouvons dire qu'Apulée utilise assez librement de sa source rajoutant à plaisir les histoires nées de folklores divers, comme *le conte d'Amour et Psyché* [Apulée, 1975, IV. 28 à VI. 24], ou si l'on se rappelle le début du roman, *les histoires d'Aristomène* [Apulée, 1975, I. 5 à 19], *de Socrate* [Apulée, 1975, I. 5 à 19], *de Téléphron* [Apulée, 1975, II. 21 à 30], *la Fête du Rire* [Apulée, 1975, III. 1 à 12], puis tout au long du roman, *l'histoire de Charité* [Apulée, 1975, VIII. 1 à 14], *l'histoire du vieillard et du dragon* [Apulée, 1975, VIII. 21], *l'histoire de l'esclave puni* [Apulée, 1975, VIII. 22].

Les histoires d'adultères comme *l'histoire de la jarre* [Apulée, 1975, XI. 5 à 7], celle de *la femme du boulanger* [Apulée, 1975, IX. 15], celle *des sandales de philésithère* [Apulée, 1975, IX. 17 à 21], du *Foulon trompé* [Apulée, 1975, IX. 24 à 25]. Et enfin d'autres histoires comme celle du *meurtre des trois frères* [Apulée, 1975, IX. 35 à 38], *de la belle-mère amoureuse* [Apulée, 1975, X. 2 à 12] et finalement *l'intervention d'Isis* [Apulée, 1975, Livre XI] qui provoquera le dénouement.

C'est donc une œuvre enrichie en épisodes qu'Apulée nous présente. Mais il a sans doute voulu faire de son livre autre chose qu'un simple roman basé sur le merveilleux.

Voici un plan afin de voir ces différences et similitudes.

<u>Lucius ou L'âne</u>	<u>Les Métamorphoses</u>
--	• Préambule I. 1
--	• Histoire d'Aristomène I. 5 à 19
• Arrivée à Hypate (p.80) chez Hipparque	• Arrivée à Hypata I. 21 Chez MILON
--	• Scène sur le marché d'Hypata I. 24 à 25
• Rencontre avec Abréa (p. 82-83)	• Rencontre avec Byrrhène II. 2
• Passe-temps amoureux avec Palestra	• Idylle de Photis et Lucius II. 15 à 18

<p>(p. 84 à 90)</p> <p>--</p> <p>--</p> <p>--</p> <p>--</p> <ul style="list-style-type: none"> <li>• Métamorphose de la femme d'Hipparque (p. 91 à 92)</li> <li>• Métamorphose de Lucius (p.93)</li> <li>• Révélation du remède (p. 94)</li> <li>• Malgré l'apparence d'un âne toujours esprit d'un homme. (p. 95)</li> <li>• Pillage de la maison de Milon par des brigands (p. 96)</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Soirée chez Byrrhène II. 18 à 30</li> <li>• Histoire de Téléphron II. 21 à 30</li> <li>• Combat avec les outres II. 32</li> <li>• La Fête du Rire III. 1 à 12</li> <li>• Métamorphose de Pamphile III. 22</li> <li>• Révélation du remède III. 23</li> <li>• Métamorphose de Lucius III. 24</li> <li>• Malgré son physique (âne) il reste mentalement un homme. III. 26</li> <li>• Arrivée des brigands chez Milon. III. 28</li> </ul>
---	---

<p><u>Lucius ou L'âne</u></p> <ul style="list-style-type: none"> <li>• Lucius voit des soi-disant roses mais finalement mange des légumes (p.98)</li> <li>• Le propriétaire corrige l'âne-Lucius (p. 99)</li> <li>• A la caverne des brigands arrivée de nouveaux compagnons (p. 102 103)</li> <li>• Capture d'une jeune fille (p.104)</li> <li>--</li> <li>• Fuite de l'âne (p. 106.107)</li> <li>• Echec (p. 108)</li> <li>• Délibération du sort de l'âne et la jeune fille. (p. 109 à 110)</li> <li>--</li> <li>• Egards de la jeune fille envers l'âne. (p. 111)</li> <li>• L'âne chez le palefrenier (p.113)</li> <li>• L'âne et les animaux (p. 113 à 114)</li> <li>• L'âne et le jeune ânier (p. 114 à 119)</li> </ul>	<p><u>Les Métamorphoses</u></p> <ul style="list-style-type: none"> <li>• Escapade de Lucius pour manger des roses. IV. 1 à 2</li> <li>• Lucius dévaste un potager puis lutte du propriétaire avec l'âne IV. 3 à 5</li> <li>• Récit des trois brigands IV. 8 à 21</li> <li>• Enlèvement d'une jeune fille IV. 23</li> <li>• Conte d'Amour et Psyché IV. 28 à VI. 24</li> <li>• Fuite de l'âne VI. 27</li> <li>• Echec VI. 29 à 30</li> <li>• Délibération du sort de l'âne et de la jeune fille. VI. 31 à 32</li> <li>• Arrivée du Faux-Hémus VII.5 à 9</li> <li>• Ane sauveur de la jeune fille VII. 14</li> <li>• L'âne chez le palefrenier VII. 15</li> <li>• L'âne et les animaux VII. 17</li> <li>• L'âne et le jeune esclave VII. 18 à 22</li> </ul>
--	---

<p><u>Lucius ou L'âne</u></p> <ul style="list-style-type: none"> <li>• Annonce de la mort de la jeune captive (p.121)</li> <li>• Mort par noyade (p. 121)</li> <li>• Fuite des esclaves (p. 121)</li> <li>--</li> <li>--</li> <li>• L'âne chez les prêtres (p. 122 à 130)</li> <li>--</li> </ul>	<p><u>Les Métamorphoses</u></p> <ul style="list-style-type: none"> <li>• Annonce de la mort de Charité VIII. 1</li> <li>• Histoire de Charité VIII. 1 à 14</li> <li>• Mort par vengeance VIII. 14</li> <li>• Fuite des paysans VIII. 15 à 22</li> <li>• Histoire du Vieillard et du dragon. VIII. 21</li> <li>• Histoire de l'esclave puni VIII. 22</li> <li>• L'âne chez les prêtres VIII. 23 à IX. 10</li> </ul>
--	--

-- • Vol d'une canthare (p. 129)  • L'âne chez le boulanger (p. 130 à 131) -- --	• L'âne et la cuisse de cerf VIII. 31 à IX. 2 • Histoire de la Jarre IX. 5 à 7 • Vol d'une canthare par les prêtres IX. 8 à 10 • L'âne chez le meunier IX. 11 à 31 • Histoire de Philésithère IX. 17 à 21 • Histoire du Foulon trompé IX. 24 à 25
---	--

<u>Lucius ou L'âne</u> -- • L'âne chez le jardinier (p. 131 à 135) • L'âne et le soldat (p. 132 à 133) • L'âne à la fenêtre (p. 134 à 135) -- -- -- -- • L'âne savant (p. 135 à 141) • Histoire d'amour avec une noble dame (p. 141 à 145) • L'âne est sur scène avec une femme condamnée. (p. 145 à 146) -- • Métamorphose de l'âne en homme. (p. 146 à 147)	<u>Les Métamorphoses</u>  • Histoire de la femme du meunier • L'âne chez le jardinier IX. 32 à 42 • L'âne et le soldat IX. 41 à 42 • L'âne à la fenêtre IX. 42 • Histoire du meurtre des trois frères. IX. 35 à 38 • Histoire de la belle-mère amoureuse. X. 2 à 12 • L'âne savant X. 13 à 36 • Histoire d'amour avec une noble dame X. 19 à 22 • Histoire de la femme condamnée aux bêtes. X. 23 à 28 • Fuite de Lucius-âne X. 35 • Intervention d'ISIS livre XI.
--	--

### Dénouement des différentes histoires

Ces aventures de l'âne-Lucius ne font en rien progresser ou reculer le destin de l'homme Lucius. Certes, les malheurs de l'âne sont ceux d'un âne assez particulier, d'un âne qui fut et redeviendra un homme. C'est là, l'histoire racontée aussi bien chez Apulée que chez Lucien. Or, le héros des histoires contenues dans l'œuvre de Lucien, quoique son nom soit aussi Lucius, est quelque peu différent du héros de l'ouvrage d'Apulée. En particulier, si le Lucius de *l'Ane* est aussi curieux et crédule que le Lucius des *Métamorphoses*, il est certainement moins mystique.

La différence entre les deux ouvrages, grec et latin, ne porte d'ailleurs pas uniquement sur le héros mais aussi sur le sujet de l'histoire racontée.

En effet, *Les Métamorphoses* ont pour sujet, selon nous, le destin de Lucius tandis que *l'Ane* est consacré essentiellement au récit des aventures de l'âne.

On peut remarquer que l'âne chez Lucien a une vision des choses et des êtres moins humaine mais plus animale.

Le but recherché par Apulée apparaît donc comme très différent, dans l'ensemble de son roman, de celui qui est poursuivi dans l'œuvre originale.

Cependant, si l'auteur latin a considérablement modifié le sens de l'œuvre, dont il s'inspirait, ce n'est pas par un changement apporté à l'ensemble des aventures de l'âne, mais par les additions qu'il semble avoir faites à l'histoire de l'homme-Lucius, c'est à dire par les récits insérés dans le début de l'histoire et surtout par le livre XI. En effet, l'ensemble des aventures de Lucius, une fois qu'il est devenu âne, se déroule d'une manière très comparable à celle qui commande le déroulement des mésaventures de l'âne-Lucius, dans *L'Âne*.

Dans l'œuvre grecque comme dans le roman latin, l'âne devient la propriété de brigands, d'une jeune fille et de son palefrenier, d'une bande de paysans, de prêtres de la déesse Syrienne, d'un meunier, d'un jardinier, d'un soldat, d'un riche seigneur. De la manière aussi, dans les deux œuvres, l'âne nous rappelle tout au long de ses aventures qu'il fut un homme et que, comme tel, il jouit de certaines facultés particulières, en particulier de l'intelligence et de la mémoire.

Ainsi, après la fatale erreur de Photis-Palestra, l'âne, dans les deux œuvres, constate que, bien que devenu âne pour l'apparence extérieure, il est toujours homme en ce qui concerne l'esprit :

... bien que je fusse devenu un âne en tout et, de Lucius une bête de somme, je conservais pourtant une intelligence humaine. [Apulée 1975: III, 26]

J'avais donc bien toute l'encolure d'un âne ; mais, quant à l'esprit, j'étais encore homme, le même Lucius, à la voix près. [Lucien de Samosate 1946 : 95]

C'est poussée par la même inspiration aussi que les deux héros essaient d'invoquer le nom de César pour alerter les voisins après le pillage de la maison de Milon :

... parmi des groupes de Grecs, j'essayais d'invoquer, en pure langue latine, le nom auguste de César, et, à la vérité, je fis entendre un "O" fort clair et sonore, mais le reste, le nom de César, impossible de le prononcer. [Apulée 1975 : III, 29]

Souvent je voulus m'écrier : "O César !" mais je ne faisais que braire ; il sortait bien de ma bouche un "O" grand et sonore, mais "César" ne suivait pas ; ce qui m'attirait chaque fois de nouveaux coups, parce que mon braire les trahissaient. [Lucien de Samosate 1946 : 97]

Ils tombent aussi tous les deux amoureux de la jeune captive avec laquelle ils s'enfuient [Apulée, 1975, IV. 24 à VI. 28] ; [Lucien de Samosate 1946: 104 et 107] et, de la même façon, leurs facultés humaines leur permettent à même façon, leurs facultés humaines leur permettent à tous les deux de devenir très

rapidement des ânes savants [Apulée, 1975, (X. 17) ; [Lucien de Samosate 1946: 109] et d'enrichir leurs maîtres.

Certes, il existe dans *Les Métamorphoses* plus d'allusions à la personnalité de Lucius que dans *L'Âne*, mais ces allusions, qui ne se trouvent pas dans l'ouvrage grec, sont destinées à justifier les nombreuses histoires dont l'âne latin a eu connaissance. Or, *L'Âne* ne s'écarte jamais de l'histoire dont Lucius, qu'il soit ou non un homme, est le héros, à la différence des *Métamorphoses* qui nous présentent de nombreux récits ayant pour protagonistes des personnages totalement étrangers à celle-ci.

En ce qui concerne le comique, nous pouvons remarquer que celui-ci est présent dans les deux œuvres mais il est plus marquant chez Lucien que chez Apulée.

Lucien fait de son ouvrage le récit des différentes péripéties d'un âne tout en raillant son héros mais d'une manière moins âpre et plus drolatique. Alors qu'Apulée a délibérément augmenté et accentué les éléments de violence, dramatisé certains épisodes, en représentant dans son roman un monde assez sombre. Le comique y a néanmoins sa place pour que le lecteur puisse prendre du plaisir à le lire.

Dès le début du roman, il annonce son œuvre comme étant un divertissement, mais celui-ci présente, à la fois, des scènes comiques et des scènes tragiques.

Toutes ces remarques sur les deux textes présentant l'histoire de Lucius nous permettent de considérer, pour notre part, que, dans *Les Métamorphoses* latines, les aventures de l'âne-Lucius consistent en un ensemble de récits encadrés dans l'histoire plus vaste qu'Apulée a entrepris de traiter : le destin de Lucius. Nous pouvons dire que, d'une part, ces aventures de l'âne sont les mêmes dans l'un et l'autre texte et que, d'autre part, la différence de signification entre les deux œuvres ne provient pas d'une modification effectuée par l'auteur latin sur ces aventures elles-mêmes, mais de l'aspect qu'elles peuvent avoir. Le comique étant chez Apulée plus dramatique alors que chez Lucien, il est plus amusant. Bref, Apulée a transformé l'œuvre plus comique de Lucien pour peut-être en faire une recherche sur la sagesse.

## 2. Apport d'Apulée

Apulée utilise donc un sujet qui l'a frappé, et dont il a vu tout le parti qu'il en pouvait tirer, à condition de l'enrichir. Plutôt que ce qu'il doit à sa source, ce qui nous intéresse, c'est de voir ce qu'il ajoute puisque nous avons vu dans la première partie comment il la transforme.

L'apport qu'Apulée nous ait, tout d'abord, donné est *le conte d'Amour et Psyché* qui, il faut bien le reconnaître, est remarquable.

*Le conte d'Amour et Psyché* est, dans le roman, une longue et charmante digression, il ne figure pas dans la source grecque. Ce conte ne serait pas, œuvre d'Apulée, mais bien un conte faisant partie du folklore, mais peu nous importe au fond la source si le récit à la vigueur de traits qui en font une œuvre originale.

De ce thème folklorique, Apulée a fait un symbole.

Fallait-il y trouver un sens ? Il est certain qu'Apulée, tout en l'écrivant, s'est amusé, il est certain aussi que son jeu cache quelque chose de plus profond.

*Le conte d'Amour et Psyché* est avant tout un conte charmant, une histoire qui doit amuser et charmer et non un traité philosophique. Ce contenu philosophique c'est nous qui devons le découvrir.

L'héroïne serait l'âme humaine. Psyché deviendra autonome lorsqu'elle connaîtra l'Amour. Transportée par les vents, (qui étaient considérés comme des démons de la mort qui entraînaient vers le paradis) Psyché s'endort. Son sommeil est le symbole de la mort. Elle est morte au monde, elle se détache de ce qu'elle connaît. C'est la révélation du sort de son âme qui, par l'Amour, atteint l'extase, le bien-être et la quiétude.

Mais en quoi réside le comique d'Apulée dans ce conte ?

Apulée, tout d'abord feint de ne pas prendre au sérieux son récit ; il est le premier à en rire.

La façon dont il nous le présente en est la preuve.

Les brigands ramènent avec eux une jeune fille qu'ils comptent rendre aux siens contre rançon. Pour calmer la douleur de celle-ci et pour la distraire, la vieille ménagère des brigands lui raconte *l'histoire d'Amour et Psyché*.

Ainsi, ce conte, si plein de charme, si chargé de sens, nous est raconté par une vieille femme radoteuse à moitié ivre.

Il semblerait illogique d'attacher toute son attention à des propos d'ivrogne. N'est-ce pas là le comble de la ruse ?

Voilà décidément le grand art d'Apulée. Le comble de cette liberté qu'il utilise consiste à jouer à un jeu, à vouloir une chose et à pouvoir faire le contraire.

Les personnages qui nous sont décrits dans le conte sont des hommes et des dieux de l'Olympe. Les dieux sont ramenés au rang des humains. Chez Apulée, cette attitude définit, bien entendu, un plan religieux. Il se moque de ces dieux parce qu'ils ne sont pas les vrais dieux, parce qu'il ne croit pas en eux.

D'autre part, le livre XI est en opposition avec le reste de l'œuvre. Tout ce livre XI est entièrement consacré à Lucius. Ainsi l'analyse de la structure du roman invite à détacher deux morceaux, le conte et le livre XI.

Le conte nous venons d'en voir la signification, voyons maintenant celle du livre XI.

Si l'on considère l'histoire de Lucius, on s'aperçoit que d'une certaine manière, celle-ci est interrompue après sa métamorphose. Celle-ci restant tout de même significative pour l'intrigue principale qui aurait pu être de courte durée mais l'âne que notre héros est devenu est enlevé par des brigands et alors commence pour lui une succession de mésaventures. C'est dans le livre XI seulement que nous trouvons la réponse à la question posée au début des *Métamorphoses* : Quel va être le destin de Lucius ? Il faut remarquer le changement de signification qu'Apulée a fait subir à l'ouvrage original, si nous considérons du moins que *Lucius ou l'âne* en est un résumé fidèle, en développant la première et la dernière partie de l'œuvre. Le livre XI constitue donc le dénouement de l'histoire principale, telle qu'Apulée la réécrit.

A la différence du conte d'Amour et Psyché qui est une satire des dieux, dans le livre XI, c'est la révélation par excellence de la vérité, du bien-être du culte d'Isis.

Ainsi, le dénouement de Lucius débouche-t-il sur la réalisation d'un étrange destin : celui d'un serviteur du culte d'Isis que les bienfaits divins ne cesseront de combler.

On peut, par conséquent mettre en parallèle le livre XI avec le reste de l'œuvre. Considérant que du livre I à X, l'œuvre n'est faite que de malheurs, de dérisions, de comédie alors que le livre XI est pour notre héros, une rédemption. Il est, désormais, sauvé et sa vie ne peut plus faire à partir de cet instant l'objet d'un récit, démontrant ainsi que lorsque les gens sont heureux, ils n'ont pas d'histoires.

Ainsi, Apulée a utilisé *Lucius ou l'âne* de Lucien à des fins personnelles : son prédécesseur lui fournissait un thème commode, simple fil conducteur auquel il pouvait ajouter ce qui lui tenait à cœur, modifiant ainsi le sens de toute l'histoire.

Apulée est sincère dans cet épilogue et l'accent de ferveur y est personnel. Là, il cesse d'être un amuseur pour redevenir le philosophe mystique.



### Notes bibliographiques

- Bory, Jean-Louis (1975) : Préface de *L'âne d'or ou les Métamorphoses* d'Apulée. Paris : Coll. Folio.
- Apulée (1975) : *L'âne d'or ou les Métamorphoses*, traduction et notes de Pierre Grimal. Paris : Coll. Folio : Gallimard.
- Lucien de Samosate (1946) : *Lucius ou l'Ane*, traduction par E. Talbot. Paris : Édition « Les Phares».
- Bergson, Henri (1963) : *Le rire, essai, sur la signification comique*. Paris : PUF.
- Monceaux, P. (1889) : *Apulée, Roman et Magie*. Maison Quantin.
- Martin, René (1970) : «Le sens de l'expression *Asinus Aureus* et la signification du roman Apulien», *Revue des Etudes Latines* n°48.
- Scobie, A. (1969) : *Aspects of the Ancient Romance and its Heritage*. Essays on Apuleius. Petronius and the Greek Romance: Heisenheim am Glan: Verlag Anton Hain.



## La dimora, il caffè, il villaggio: luoghi chiusi e istanza centrifuga nella narrativa di Álvaro Guerra

Cesarina Donati

Università degli Studi Roma Tre, Itàlia

donati@uniroma3.it

### Resumo

A análise da chamada “trilogia dos cafês” de Álvaro Guerra é baseada no estudo das imagens relacionadas com o espaço. Mais especificamente, são examinados a vila, os lugares fechados e a sua transformação. Esses espaços apresentam-se como refúgio contra o Tempo e as suas insídias, mas lentamente tornam-se prisão. Evidencia-se, por conseguinte, o surgir de uma instância centrífuga que leva as personagens a privilegiar o movimento, o qual se revela, no entanto, como outra modalidade de contrastar o inexorável fluir do Tempo.

### Abstract

This analysis of Álvaro Guerra’s so-called “coffee trilogy” is based on the study of spatial images. Specifically, the village, closed spaces and their transformation will be examined. These places may be seen as a shelter against Time and its troubles, but they slowly turn into a prison. Consequently, a centrifugal tendency emerges and pushes the characters to privilege the movement, which reveals itself as another modality to contrast the inexorable flowing of devouring Time.

Ha indubbiamente ragione Eduardo Lourenço nell’affermare che nei due anni successivi alla Rivoluzione del 1974 si verificò nella produzione narrativa portoghese una sorta di “espaço de esterilidade criadora” (Lourenço 1984: 8). Ma è altrettanto vero che ciò nulla toglie al valore di quanto fu scritto in seguito, tanto più da autori che si erano già significativamente manifestati in termini criptici o allegorici su argomenti ovviamente impossibili da trattare apertamente, come Namora, Cardoso Pires, Saramago o Álvaro Guerra, finalmente partecipi, sia pure a distanza di alcuni anni, di una *ficção* libera di operare la restituzione e la denuncia del vissuto (*ibidem*: 16). In questa ottica si pone di fatto la cosiddetta “trilogia dos cafês” di Guerra, artista che, in quello che è stato definito un “corpo a corpo” con la realtà del suo Paese, riesce progressivamente nelle sue opere a penetrare nella “crosta” di una quotidianità immobile, fino a rivelare la silenziosa vitalità da essa occultata. Con la sua abilità nel fondere memoria e *ficção*, lo scrittore – come nota Nelly Novaes Coelho, “entrega-se a uma

verdadeira «peregrinação» por um [...] espaço-tempo” (Novaes Coelho 1974: 52) in grado di far luce su aspetti inediti di paesaggi noti ma sui quali c’è ancora molto da scoprire. La trilogia rappresenta di fatto un lungo viaggio attraverso la memoria – dall’inizio del secolo (1914), fino ai primi anni Ottanta – che mette in scena non solo eventi della vita portoghese, ma anche di portata mondiale, ricreando l’atmosfera e la mentalità di un’epoca e divenendo supporto efficace “dos conflitos das famílias, dos seus membros e dos labirintos que escolheram para viver”, in un mondo che mutava vertiginosamente e dolorosamente (Mendonça 1988: 90).

Inevitabile che in un simile percorso acquistino un valore particolarmente significativo le immagini spaziali, suscettibili, come molto spesso accade, di indicare anche quanto l’artista non rivela apertamente. Già a cominciare da *Café República*, in effetti, sono rintracciabili elementi dotati di grande valenza simbolica e fortemente legati, come vedremo, alla dimensione temporale, la cui importanza nella narrativa portoghese contemporanea è stata ampiamente messa in luce da studiosi di indubbio rilievo (Seixo 1986: 21). Giacché il sottotitolo di *Café República*<sup>1</sup> (Guerra: 1982), recita “folhetim do mundo vivido em Vila Velha”, non sorprenderà certo che il primo «luogo» da prendere in esame sia proprio il villaggio, che Liberto Cruz ritiene, per le sue caratteristiche socioculturali e per la sua collocazione, una sorta di “vila-padrão” portoghese (Cruz 1985: 95), con condizioni di vita e di lavoro comuni a innumerevoli villaggi dell’epoca (Piselli 1996: 67-83). Da subito la *vila* è presentata come un luogo protetto e isolato, un vero microcosmo al riparo dal mondo esterno in cui gli eventi sono avvertiti come “débil brisa” (CR, 13), e nel quale le notizie arrivano in ritardo, cosicché essa appare soltanto sfiorata dalla Storia. Tale condizione di isolamento non viene peraltro vissuta con disagio dagli abitanti: al contrario, essi si mostrano semmai diffidenti nei confronti della stampa straniera, e perfino la notizia dell’invasione dell’Austria viene accolta con un certo distacco (“Vila Velha constatou com satisfação que a Áustria era muito longe. Nas suas casinhas portuguesas, houve poquíssimas insónias”, CR, 155). La lontananza chiaramente aiuta a minimizzare gli eventi negativi: le notizie d’altronde arrivano soprattutto in un altro microcosmo protetto che si colloca all’interno del villaggio, il *Café República*. Qui si discutono gli avvenimenti, si conversa, e ciascuno manifesta le proprie opinioni su quanto accade «fuori», ma sempre con la protezione creata dalla lontananza. È anche vero che talvolta tanto isolamento sembra rivelarsi non del tutto positivo: le notizie degli attacchi della polizia, delle bombe, dei sabotaggi e delle manifestazioni a Lisbona, Braga, Coimbra – e dunque più vicine alla propria realtà – suscitano una sensazione di

---

<sup>1</sup> D’ora in poi indicato nel testo con la sigla CR, seguita dal numero della pagina.

esclusione, di un'esistenza condotta forse eccessivamente ai margini della vita reale. Ma il timore dei cambiamenti e l'impressione di poter essere sommersi dagli eventi rimane molto forte, e il tentativo di chiusura, di "delimitazione di una porzione di spazio che metta al riparo dal tempo che passa", (Burgos 1992: 4) divenendo vero e proprio rifugio, rappresenta un comportamento rilevante. Grande importanza, fra le modalità con cui tale isolamento viene realizzato, ha la *rotina*, la quotidianità; qualsiasi evento è ignorato e perfino la guerra e le sue crudeltà, appena sussurrate, sono minimizzate e vissute come fatti tutt'altro che straordinari. D'altra parte gli accadimenti confermano spesso la pericolosità di ogni evento "extra-ordinario": perfino la notizia di un grave scandalo riguardante i traffici illeciti di un noto banchiere provoca una forte reazione negativa nei vila-velhensi, per i quali "o resto das certezas e confianças foi abalado até aos alicerces (CR, 52), così come l'arrivo di Aníbal, personaggio rilevante nel romanzo, rappresenta un evento che "perturbava o quotidiano, como se provocasse um súbito desfoque da realidade e, através da personalização da decadência, arrastasse consigo um pressagio capaz de abalar todas as certezas adquiridas" (CR, 41). E quando scoppia la bomba del Patto germanico-sovietico, Rodrigo Veloso Nunes nell'apprendere la notizia dai giornali ha una "vertigem" (CR, 171), immagine inibitrice di ogni ascesa e, soprattutto, richiamo brutale all'umana e presente condizione terrestre (Durand 1972: 106); per non parlare del "ciclone terrível" (CR, 198) che colpisce il paese nell'inverno del 1941, considerato addirittura più grave della guerra. Va certamente tenuto presente che questa forte istanza centripeta è rafforzata dal momento di grande incertezza sul piano politico complessivo. Non va sottovalutato in effetti l'impatto che la seconda Guerra Mondiale ebbe sulla vita economica e sociale del Portogallo. I problemi dell'economia internazionale non potevano non ripercuotersi sullo sviluppo economico dell'intero Paese, tanto più che l'atteggiamento di Salazar riguardo al blocco economico anglo-americano ebbe gravi ripercussioni in Portogallo (Rosas 1990), cosicché il timore del tempo manifestato da Vila Velha può ben configurarsi come metafora di un'angoscia concreta difficile da ignorare. In questa ottica si giustifica il tentativo di sottrarsi allo scorrere del tempo mediante l'isolamento dal «fuori» sconosciuto e minaccioso, e la conseguente chiusura entro i propri confini per proteggersi dai pericoli del mondo esterno.

È pur vero d'altronde, come rileva Jean Burgos, che di fronte all'angoscia suscitata dal tempo una delle possibili reazioni dell'essere consiste nella ricerca della perennità al di fuori del tempo stesso, in un certo senso "negandolo" attraverso la creazione di spazi chiusi e protettivi:

le refus du temps qui passe trouve ici réponse à l'angoisse dans la construction et l'aménagement de refuges, la quête de lieux clos, la délimitation progressive d'espaces dans l'espace, et de nouveaux espaces à l'intérieur de ceux-ci, comme si l'edificazione et le renforcement d'espaces privilégiés, de plus en plus réduits, devaient permettre enfin de se mettre à l'abri du temps dégradant des horloges. La perennité, [...]est cherchée cette fois non plus dans le temps mais hors du temps chronologique, [...]. (Burgos 1982: 127).

Così gli abitanti di Vila Velha delimitano, all'interno del villaggio, lo spazio chiuso del *Café República* che respinge il tempo fuori del suo "espace heureuse" (Burgos 1992: nota 9), nonché quello dell'antica dimora di una delle famiglie più in vista del paese, "um casarão de vinte quartos, cave, sótão e jardim" (CR, 8), presentato fin dalle prime pagine del romanzo: circondata dal giardino, che la isola dall'esterno, e dal patio, ulteriore schermo fra il «fuori» e il «dentro», la Casa Grande si rivela un microcosmo autosufficiente oltre il limite del quale tutto è pericolo. Luogo di riparo e di intimità protettiva, è l'ideale perché in essa si realizzi il progressivo ripiegamento dei suoi abitanti, sia pure con diverse modalità. Judite, protagonista femminile del romanzo, non solo vive sempre in casa, ma per di più rinchiusa nella sua stanza, osservando "as constelações no canto do céu que conseguia ver do seu quarto" (CR, 47). Tuttavia qualcosa di molto importante sta per accadere nella sua vita, l'incontro con Pedro Neves. Questi, colpito da gravi dolori, cerca di vincere la sofferenza lottando per un mondo più giusto, e inizia la vita da clandestino durante la quale chiede aiuto a Judite affinché gli procuri un posto dove stare al sicuro. La giovane lo nasconde all'insaputa di tutti nella cantina della Casa Grande, ulteriore rifugio all'interno del microcosmo costituito dalla dimora. Al buio, avvolti dal silenzio della casa, scendono nel sotterraneo tenendosi per mano, e lì vivono la loro imprevedibile storia d'amore. Si tratta però di un amore impossibile poiché le loro vite sono troppo diverse, e dopo la fuga di Pedro dalla Casa Grande, Judite, addolorata, restringe ancor di più il suo spazio vitale, ritirandosi quasi esclusivamente nel guscio protettivo della sua stanza, dove può sognare ancora ricordando l'intimità della cantina, in un moto di ripiegamento e di contrazione reso particolarmente evidente dall'immagine inequivocabile del tunnel (CR, 74).

L'unica apertura, allorché si incontrano nei corridoi della grande casa, è rappresentata dalla zio Aníbal, a sua volta ripiegato sui suoi ricordi, ma ancora capace di vedere l'orizzonte, benché all'interno del suo "quarto azul" (CR, 111). L'orizzonte di Aníbal ha peraltro in sé una doppia valenza: è sì spazio aperto, ma coincide ad un tempo con lo spazio chiuso della stanza, che è per di più azzurra, come il cielo. Una doppia valenza dovuta forse all'innata capacità dello zio Aníbal di vivere spazi liberi e aperti dentro di sé. Ritornato nell'antica dimora

dopo la morte della moglie amata, egli cerca di attuare una rottura della continuità cronologica e spaziale in grado di ricostruire il passato addirittura ripristinandolo come presente attraverso la ricerca, in soffitta e in cantina, di oggetti che gli ricordino i suoi lunghi viaggi, come se affrontare la temporalità e la morte rendesse possibile esorcizzarle.

Nonostante tutto, però, il tempo passa, le trasformazioni – sia pure lente e sotterranee – avvengono. Le notizie, per quanto attutite, arrivano fino al *casarão*, e tutto sembra improvvisamente cominciare a invecchiare. I silenzi si fanno più lunghi e profondi, Judite inizia a notare come mai era accaduto prima i ritratti degli antenati, i vecchi merletti creati da mani ormai scomparse, antichi oggetti impolverati dimenticati sul fondo di una cassapanca. L'eccessiva concentrazione della casa, che doveva rappresentare uno strumento di difesa e il mezzo più efficace per la sua conservazione, presenta a mano a mano dei risvolti negativi. La dimora comincia a manifestare una inattesa precarietà, rivelandosi inadeguata a esorcizzare le devastazioni operate dal tempo. È così che i suoi abitanti iniziano a percepire forse anche inconsciamente che il rifugio si è ribaltato in prigione, incapace ormai di creare l'illusione della sopravvivenza del proprio personale microcosmo. Le mura domestiche appaiono ora un limite che impedisce ogni pulsione vitale, come peraltro già potevano lasciar presagire alcune immagini come le “*subterrâneas noites de amor*” – vissute da Judite e Pedro in quello che in quel preciso momento si prospettava comunque come rifugio – o la luce fioca del lume a petrolio (CR, 85). Ne consegue che i personaggi del romanzo, a loro modo, cercano di sottrarsi a questa pericolosa trasformazione e al rischio dell'immobilità totale, coincidente con l'esaurirsi della vita: o con un'eccessiva adesione al richiamo della memoria nel tentativo, come vedremo, di padroneggiare il tempo, oppure con la ricerca del movimento, il quale tuttavia a sua volta si rivelerà fittizio in quanto fine a se stesso e puramente illusorio. Judite effettua innumerevoli spostamenti all'interno della dimora, sia attraversando corridoi e sale che scendendo ripetutamente in cantina, anche se di fatto continua a non uscire dalla Casa Grande e soprattutto non approda mai in nessun luogo. Pedro, clandestino, reagisce a ciò che lo opprime fuggendo da luoghi diversi, e l'erranza diviene per lui uno stile di vita in cui non sono certo gli spazi chiusi a esercitare un richiamo irresistibile, ma piuttosto lo spazio sensoriale, efficacemente studiato da Georges Matoré (Matoré 1976), rappresentato dai suoni e dagli odori del porto e del fiume, simboli evidenti di un «altrove» da ricercare con tutte le proprie forze, capaci di guidare i suoi passi perfino nell'oscurità del villaggio addormentato (“*vagueou clandestinamente pela noite vila-velhense. Foi até ao cais, matar saudades do cheiro do alcatrão nos cascos dos botes, do marulhar do rio, das candeias dos batéis avieiros [...]. Uma peregrinação.*”, CR, 68). I protagonisti dunque non tentano più di rifiutare

il tempo, ma cercano di vincerlo guadagnando l'infinito mediante quella che Jean Burgos definisce l'accettazione "camuffata" (Burgos 1982: 127), ovvero assecondandone e riproducendone il ritmo incessante. È per questa ragione che i personaggi hanno bisogno di movimento e non di limitazioni. La partenza, ad esempio, apre dinanzi all'essere tutte le promesse del possibile, provocando un entusiasmo incontenibile dopo una lunga reclusione. In *Café República* in effetti ricorre spesso il tema della partenza, seguita non di rado dal ritorno e quindi da una nuova partenza: si manifesta dunque una forte istanza centrifuga, una fuga dallo spazio determinato che permetta la proiezione fuori di sé. Anche Aníbal, constatata l'inutilità della permanenza nella Casa Grande per lenire il dolore di una vita senza la moglie amata, comprende che è giunto il momento di riprendere il cammino.

Il movimento all'interno del romanzo si realizza peraltro non solo attraverso i viaggi ma anche con una serie di microspostamenti. Abbiamo visto Judite muoversi di frequente all'interno della dimora, lungo i corridoi della Casa Grande; allo stesso modo Aníbal trascorre ora il tempo "vagueando pela casa sem objectivo aparente" (CR, 111). Altra importante modalità di rispondere all'impulso cinetico è la memoria. Gli spostamenti della giovane nell'ambito della casa sono incessantemente scanditi dalla sua abitudine a "desenterrar memórias" (CR, 83), un atteggiamento in cui il desiderio di vita è involontariamente rivelato proprio da quel *desenterrar* – termine che ricorre con grande frequenza nei tre romanzi – che, lungi dall'essere macabro, mostra al contrario la volontà di riportare alla luce, e dunque alla vita, qualcosa che ha certamente meritato di essere vissuto. Aníbal, a sua volta, «desenterra», potremmo dire, una quantità incredibile di oggetti riportandoli in casa dalla cantina e dalla soffitta in cui giacevano inutilizzati, probabilmente mosso dallo stesso impulso. Ancora più lontano si spinge Josué, padre di Judite, quando, recuperato il diario del figlio morto, lo mette al sicuro in un cassetto ove spera che qualcuno un giorno lo trovi, affidando il passato al futuro nel disperato tentativo di un padre di consegnare il figlio a una sorta di immortalità.

L'obiettivo sembra dunque quello di viaggiare nel tempo, precisamente per poterne accompagnare la valenza cinetica quasi divenendo parte del suo andamento ciclico, il solo in grado di assicurare all'essere almeno l'illusione – se non proprio la speranza – di una forma, sebbene precaria, di continuità.

Lo sgretolarsi del rifugio, e la conseguente irruzione del nuovo che accompagna il fluire del tempo, si delineano con sempre maggiore chiarezza in *Café Central*<sup>2</sup> (Guerra: 1988). Inizialmente in verità si manifesta lo stesso atteggiamento di Vila Velha nei confronti degli eventi storici che sembrano

---

<sup>2</sup> D'ora in poi indicato con la sigla CC, seguita dal numero della pagina cui si fa riferimento.



lontani: la Guerra Mondiale è finita, ma quanto accade nel mondo continua a essere vissuto con indifferenza e le dispute internazionali vengono letteralmente “assorbite” dal villaggio come “uma duna engole um aguaceiro de Verão” (CC, 36). Un’immagine che rende in maniera eccellente, mediante la metafora dell’inghiottimento dell’elemento liquido da parte della sabbia, la rapidità con cui l’essere umano si affretta a cancellare ciò che non è in grado di sopportare. Il villaggio ha bisogno di rientrare al più presto, dopo quanto ha comunque sconvolto il mondo, nella sua rassicurante quotidianità. Ma i cambiamenti, un tempo lenti e sotterranei, iniziano a farsi sentire in misura assai più incisiva: l’asse ferroviario Vila Velha/Lisbona, ora potenziato, è fonte di incessante informazione e il treno è di fatto, che piaccia o no, “o cordão umbilical” che lega il villaggio al mondo reale (CC, 27). Come se non bastasse, viene inaugurato il ponte che collega il Nord al Sud e si ipotizza addirittura la costruzione di un’autostrada. Non stupisce allora che gli abitanti comincino ad apprezzare il cinema, “o poder da lanterna mágica qual janela aberta sobre o mundo” (CC, 110) e a subire eccessivamente il fascino della televisione. È chiaro che il tentativo del villaggio di rimanere al riparo dal resto del mondo chiudendosi entro i propri confini è servito a ben poco. Il tempo continua il suo percorso inarrestabile: sorgono nuovi edifici; volti sconosciuti giungono in treno e invadono Vila Velha, ormai è tutto un flusso continuo di funzionari, impiegati, studenti che arrivano quotidianamente a turbare la quiete che aveva regnato.

Giacché dunque l’avvento del nuovo è in qualche modo inevitabile, a mano a mano che Vila cresce, alcuni dei suoi abitanti avvertono la necessità di affrontare a viso aperto il tanto temuto progresso: António Maria, attuale proprietario del *Café Central*, l’antico *Café República*, dopo la nascita del *Café Atómico*, con il quale si sente in competizione, osserva le vecchie pareti del suo locale ormai annerite dal fumo e dal tempo e decide di ridipingerle di verde, in quanto “sabia-se predestinado a ganhar o seu combate com o tempo” (CC, 6); allo stesso modo Tainha Rico realizza il proprio progetto di trasformare in supermercato la merceria Santos, caposaldo di un passato solo apparentemente intramontabile, calpestando per i suoi scopi la memoria e la volontà del padre, che tanto di sé aveva profuso in quello che per il figlio sembra essere invece soltanto un “affare” come un altro:

Era a segunda morte do pai António Santos que, desta vez, sucumbia ao progresso demolidor, poderoso, avançando sobre as referências da memória. (CC, 226)

Ad ogni modo, benché sia forte la necessità di affermarsi per non soccombere alla forza distruttrice del progresso, le trasformazioni vengono

generalmente vissute con molta diffidenza, e gli abitanti di Vila Velha continuano ad accettare malvolentieri il tempo che trascina nella sua voragine uomini e idee. La speranza ormai sembra riservata solo ai giovani che, in quanto tali, non conoscono ancora l'arezza della disillusione:

Juventude e desespero são coisas altamente compatíveis com a  
esperança, esse sentimento fluido, vaporoso e forte que a História  
gulosamente devora. (CC, 290)

Questa immagine del tempo divoratore – più volte evocata – dimostra nuovamente il terrore, l'angoscia davanti al mutamento e alla morte che solo il rifiuto della temporalità può, se non far svanire, almeno attenuare. In realtà, il tentativo di immobilizzare il tempo per neutralizzare l'angoscia suscitata dal fluire travolgente dell'esistenza, come abbiamo visto altre volte, fallisce. Vila Velha si avvia a raggiungere la consapevolezza non solo di non poter contrastare la forza demolitrice del progresso che avanza, ma anche di essere impotente dinanzi alla Storia che incalza. Ciò nonostante, alcuni vogliono ancora illudersi che la Storia sia addirittura tanto immobile da essere pietrificata ("Nesse momento a História parecia a alguns petrificada num imobilismo irredutível e definitivo" (CC, 402). Ma poiché il tempo e lo spazio rappresentano una così forte minaccia che deve essere esorcizzata, paradossalmente è proprio l'illusione dell'immobilità nella quale viene vista la Storia a far sì che l'effettiva mobilità venga accettata senza per questo esserne travolti, come se tale illusione, attenuando la reazione emotiva di fronte al movimento, fosse in grado di proteggere dai possibili effetti negativi del moto esterno.

La ricerca del movimento è d'altronde, come abbiamo visto, una delle possibili reazioni dinanzi al pericolo dell'immobilità: ciò che cambia, qui, è solo il grado di coscienza, ma non l'effetto prodotto da tale reazione. Aníbal, ad esempio, sempre più spesso lascia il mondo chiuso della stanza azzurra per recarsi nel giardino della Casa Grande, nel quale effettua spedizioni che gli permettono di vivere delle storie fantastiche. Del resto la passeggiata riduce l'arco dell'oscillazione, permettendo di godere dei vantaggi del movimento e dell'esterno senza scontrarne i risvolti allarmanti. Ne risulta così un tentativo di viaggio che può condurre a dimensioni misteriose. Ancora una volta, anche la memoria conferma l'impulso alla mobilità. Il passato riaffiora nella mente di Aníbal e i suoi racconti di ippopotami e cannibali incontrati durante i lunghi viaggi eccitano l'immaginazione già fervida del nipote David che, fra le storie dello zio e l'album dei ricordi della zia Judite, trascorre serenamente il tempo nel *casarão*.

A rappresentare un duro colpo per Aníbal, sopraggiunge la morte del fratello Josué, che egli vive come la fine di un'epoca della quale la presenza fisica del fratello aveva contribuito a prolungare il fragile equilibrio; una presenza la cui forza e la capacità di rappresentare un elemento di proiezione nel futuro e di stabilità sono rese con grande efficacia dall'immagine dell'albero, con cui Josué viene identificato ("Quando tomba uma árvore grande a floresta trema", CC, 121). In questo quadro si impone pian piano la figura del giovane David, sul quale la personalità dello zio esercita una forte attrazione. Durante le sue passeggiate in giardino, egli osserva con tenerezza Aníbal, certo che la sua immagine lo seguirà per tutta la vita,

como a ânsia de perenidade impossível, angústia exorbitante num espírito enclausurado cedo de mais num mundo pequeno e mesquinho. Decidia calado, sacudindo as páginas de uma velha Bíblia, herdar do tio as voltas que ele não acabara de dar ao mundo e à vida. A morte, que não lhe trouxera ainda nenhum sinal ou testemunho, anunciava-se com aqueles avisos fantasmagóricos, as suas mãos desenterrando o Apocalipse. (CC, 74-75)

Appare chiaro il tentativo di David di rifiutare il tempo soprattutto dominandolo attraverso la conoscenza degli avvenimenti finali. D'altra parte l'Apocalisse è espressione di ogni rappresentazione dell'annientamento del mondo. Questo suo desiderio oltre i limiti dell'essere trova conferma perfino durante la sua prima esperienza amorosa:

[...] perdeu a virgindade no breve momento de dois suspiros, seguidos de um lânguido torpor e de uma urgência de se sumir nas zonas mais recônditas e desconhecidas do espaço e do tempo. (CC, 68)

Nel frattempo, egli continua a tormentarsi per problemi di cuore, in un permanente naufragio. Le sue due vite separate dal percorso del treno fra Vila Velha e Entrecampos si mantengono divise, impenetrabili. La necessità che egli avverte di vivere in luoghi differenti e di trasferirsi a Parigi riflette la ricerca del movimento che, come per gli altri personaggi, è fondamentale per assecondare e riprodurre il ritmo del tempo. Tuttavia, anche David, come Judite, non nasconde la sofferenza quando viene decisa la vendita della Quinta di Zambujal; tutti i suoi sogni ruotavano attorno a quel luogo, come pure il ciclo delle stagioni e il ritmo naturale delle cose. Il disgusto che lo pervade lo costringe a prendere una decisione. Vuole vivere fra due fuochi: l'amore per il passato e quello per il futuro. Ancora una volta David decide di partire e in uno dei suoi ritorni alla Casa Grande si tuffa nel passato frugando in soffitta fra vecchie carte dove trova il diario dello zio Samuel nascosto dal padre in un cofanetto molti anni prima.

Profondamente angosciato, David annega i ricordi recenti di guerra e di morte cercando di ricreare il passato, ma nello stesso istante incontra di nuovo il mondo condannato al disfaccimento della Casa Grande con la nostalgia della fine assoluta che lo attende (“Perante tal certeza, que remédio senão inventar uma luz no fundo do túnel, para regressar à vida e às suas ilusões”, CC, 230). Ma ormai è troppo tardi per tornare alla vita e alle sue illusioni. Troppe volte David ha avvertito la rottura brutale con la vita e con il mondo, ancor più dopo la perdita dei genitori. Neppure l’amore è riuscito a dargli l’illusione della felicità, anzi, proprio quando decide di lasciarsi andare prova una forte delusione che lo fa ritornare sui suoi passi. Tê Lencastre, una giovane di cui è innamorato da tempo, si rivela una presenza fugace e inafferrabile. Madre di un bambino di cui non si conosce il padre, Tê vive, in attesa di trasferirsi a Parigi, nella casa dei genitori, la “Quinta das Toupeiras”. Un giorno in cui David decide di andare a farle visita, la giovane lo conduce nella stanza in cui dorme il bambino. Attraversano il corridoio immenso, dove ombre di ritratti di antenati li osservano, sotto la luce delle lanterne. Si scambiano un bacio in quel silenzio intimo e oscuro. Ma un istante dopo David deve prendere atto di essere per Tê soltanto un buon amico. Ferito nell’orgoglio, dopo quell’unico bacio “envenenado” (CC, 161), il giovane Castro inizia a vagare fra stradine tortuose, inciampando nelle pietre di un sentiero senza luce. Deluso dalla vita, egli trascorre il suo tempo *enterrado* in una poltrona, desiderando soltanto assaporare la grande solitudine che lo avvolge.

La situazione di Judite non appare a un primo approccio migliore di quella del giovane nipote. Lei, dal canto suo, è rimasta sempre nel *casarão*, a condividere il mondo fantastico di Aníbal e la tenerezza che il cuore solitario dello zio sapeva trasmettere. Ora però comincia a sentire il peso degli anni in modo quasi insopportabile. L’immensità della Casa Grande è ormai abitata dalla vecchiaia: il padre anziano e malato non esce più di casa e trascorre il tempo triste e silenzioso seduto sulla sua poltrona. Soltanto la presenza di David e dei suoi amici porta una ventata di freschezza, le loro voci sono per la zia un ritorno alla vita, qualcosa che le permette di trovare la forza di continuare a vivere in quella dimora dove adesso regna la solitudine: decisa a non lasciarsi seppellire ancora in vita, è testimone impotente dei tempi che cambiano. Malgrado la distanza, la marginalità e il cerchio rigoroso che ha tracciato intorno a sé, Vila Velha è sopraffatta dalle trasformazioni. Intanto viene venduta la Quinta do Zambujal, e la donna prova amarezza e perfino disgusto dinanzi all’inafferrabilità del tempo. Lo spazio sensoriale rappresentato dagli odori che una volta avvolgevano la *Quinta* sono simboli evidenti di un passato da non dimenticare e che tuttavia si allontana, inghiottito dalla “voragem do tempo”

(CC, 55). Perduta nelle ombre della Casa, preferisce non scendere più neppure in cantina, per evitare il fantasma di Pedro e del loro amore sfumato.

La situazione è quanto mai dolorosa per i Castro, i quali, tuttavia, sopravvivono. David vive fra Lisbona e Vila Velha; Aníbal celebra i suoi novantatré anni in compagnia di una giovane donna e Judite, senza abbandonare ancora la speranza, continua a vigilare su quanto accade per le strade del mondo e i «sentieri» della Vila. Quando Aníbal muore, però, il segno in David come in Judite, è indelebile. Difficile vivere senza la sicurezza dei misteri della stanza azzurra. L'incantesimo si è rotto. La Casa Grande non è più la stessa: David osserva le vestigia di un tempo vedendo soltanto un cumulo di cose vecchie, senza senso, dalle quali vuole ad ogni costo allontanarsi. Judite, al contrario, si rifiuta di abbandonare il *casarão* nel quale in passato temeva di rimanere sepolta. Finalmente ne ha compreso il significato più profondo ("É a minha vida", CC, 393). Non solo: rimanere in quel luogo, sia pure in disfacimento, significa far rivivere attraverso se stessi anche l'ombra degli antenati, fra pareti che rimangono animate da una vita segreta che non può essere distrutta definitivamente (Onimus 1991). Sola, nel silenzio e nell'oscurità che avvolgono l'intero villaggio, la donna aspetta con ansia il momento fatidico in cui la Storia busserà anche alla porta di chi non ha voluto o saputo comprendere:

Vila Velha dormia, muito sossegada. 4,20 horas. Noite branca. Como os fantasmas que saíam do passado a visitar as grandes solidões que o futuro ainda não desertara... Judite atenta, acreditando – como sempre – naquela madrugada. (CC, 427)

È il 25 Aprile del 1974. Scoppia la "revolução dos cravos". Judite sorride con gli occhi colmi di lacrime. Almeno uno dei suoi sogni, finalmente, è divenuto realtà.

Ma anche ora non tutto sarà semplice. Nell'ultimo romanzo della trilogia, vedremo il tempo divoratore reclamare i suoi diritti, anche se i protagonisti continueranno ad attuare le strategie difensive che abbiamo conosciuto nei primi due romanzi. Nelle prime pagine di *Café 25 de Abril*<sup>3</sup> (Guerra: 1998), David immagina la zia, nella tanto attesa mattina in cui ha inizio la rivoluzione, mentre un brivido la percorre e la scuote ("O frio ou a asa da morte?", CA, 11). Dalla finestra del *casarão* – la prima ad aprirsi a Vila Velha, la donna assiste alla sfilata del passato, aspettando con ansia che la gente si riversi in strada, per trovare conforto alla sua solitudine. Dopo tanta sofferenza questo giorno straordinario è finalmente arrivato. Una lacrima le scivola sul viso, "sciogliendo" davanti ai suoi occhi la parete dall'altra parte della via. Allo stesso

---

<sup>3</sup> Citato in seguito con l'abbreviazione CA, eventualmente seguita dal numero della pagina.

modo la sua immagine sembra perdere consistenza. Del resto molte cose del tempo passato non esistono più, così come la maggior parte delle persone care sono scomparse, e Judite sembra svanire con loro. Nulla è però riuscito a distruggere quella sua forza interiore, quel suo desiderio di giustizia che l'ha animata per anni e che adesso le fa ripetere la parola «libertà» a bassa voce, come se non volesse svegliare “os habitantes do passado com que já não pode partilhar a alegria” (CA, 11). Al di là della finestra della Casa Grande, frattanto, il villaggio, a mano a mano che cresce e si integra nel mondo “como tentáculo da grande capital” (CA, 9), perde progressivamente la propria anima. L'invasione di forestieri senza passato ne consuma le radici, spersonalizzandolo. David ricorda con nostalgia il *Café* che per molti è stato a lungo una seconda casa, un autentico rifugio (“era um abrigo aberto ao conforto íntimo das palavras mais banais, dos odores mais constantes, [...]”, CA, 13). Ma ora il popolo ha infranto “o casulo”, scoprendo le “asas do ciclo milenário das metamorfoses” (CA, 22). L'immagine del bozzolo, fortemente rappresentativa, rende perfettamente l'idea dell'involucro protettivo che era stato meticolosamente costruito come rifugio, protezione e schermo fra sé e il «fuori». Dopo il mutamento provocato dalla rivoluzione, invece, tutti si sentono disorientati, come davanti a un grande spazio aperto che suscita una sensazione di vuoto e di pienezza al tempo stesso, come d'altronde accade con ogni forte emozione. Ed è un'emozione profonda quella provata dal popolo in quei giorni felici di aprile, che lo scrittore rappresenta utilizzando metafore liquide quanto mai significative (“Vagas de povo confluíam para o mar livre onde cada um vislumbrava a ilha verde das suas ilusões” (CA, 23). Il desiderio di ritrovare le proprie illusioni per affrontare il futuro è sottolineato dalla presenza simbolica del mare capace di esorcizzare i timori dell'essere. A Vila Velha, specchio fosco di passioni, David e gli altri sono come un mare vastissimo che cerca di superare il passato, mentre altri cercano di distruggere questa illusione. David, che vede scagliare pietre sul suo specchio incantato, si consola allora scrivendo infiammate prose finalmente libere dalla censura.

Intanto il *Café*, rifugio della memoria, continua a essere l'istituzione vilavelhense più solida nonostante abbia più volte cambiato nome. Ma la sua quiete sembra scomparsa. I clienti di António Maria smettono di indugiare nel *Café 25 de Abril* e si limitano a una frettolosa consumazione:

Numa pressa nervosa, sempre a caminho de qualquer destino que raramente era claro, como se estarem juntos fosse uma prática carregada de perigos, pelo que pareciam estar sempre em fuga como um bando de borboletas nocturnas lutando contra o vidro de uma janela iluminada. (CA, 191)

È evidente che la ricerca del movimento non si è mai arrestata, ma l'inutilità di questo tentativo di fuga dal tempo si manifesta nella qualità del movimento stesso, che appare caotico e vano, come quello cieco e disperato delle falene contro una finestra chiusa. D'altronde lo stesso *Café*, rimasto in vita per molti anni, è ora condannato dalla malattia incurabile rappresentata dal tempo. Di quelle pareti, già una volta restaurate, non rimane che il ricordo del colore offuscato dal fumo delle sigarette e dal vapore del caffè. Mentre il tempo e dunque la Storia procedono inarrestabili, i loro protagonisti sembrano aver perduto la memoria di quanto accaduto fino a poco prima. Il popolo, dopo una prima reazione di paura ma anche di curiosità rispetto al «fuori», acquista la forza e la certezza necessarie per affrontare il mondo esterno, rispettando quella che Gaston Bachelard definisce la dialettica del nascosto e del manifesto (Bachelard 1975: 134-136). Del resto l'essere umano rimasto a lungo nell'immobilità del suo guscio prepara di certo una «uscita» esplosiva, ed è evidente che tale si può considerare la rivoluzione, anche se qualche timore persiste. Tuttavia David, sebbene preoccupato per il futuro del Portogallo messo a dura prova, crede fortemente nella natura umana, benché questa sia nascosta nell'assoluto delle tenebre che la inghiottono.

In realtà è proprio l'oscurità, l'abisso, che tenta l'essere, giacché l'ascensione, come rileva Gilbert Durand, riposa sul contrappunto negativo della caduta (Durand 1991: 125):

Eis aberta diante de nós a grande porta das trevas [...]. Qualquer coisa como a tentação do abismo, ou muito mais do que isso, porque nessa escuridão aberta diante de nós se admite o sonho, o encontro redentor, a purificação, a convicção de que toda a escuridão atrai a luz [...]. Porém, se a longa vigília à porta das trevas não lhes debilita a esperança, confronta-os perigosamente com as certezas. O tempo está contra eles. Tão depressa se sentem senhores do futuro como escravos do destino. (CA, 287)

Quello che David vorrebbe afferrare è il tempo che tutto uccide, pietrificandolo con la sua voce. Ma egli sa di essere impotente, di non avere la capacità di impedirne l'avanzare. Sempre più i ricordi del passato riaffiorano prepotenti nella mente del giovane Castro, a cominciare dalla famiglia della donna che ha inutilmente amato. La famiglia Lencastre era rimasta nella dimora di sempre, a disprezzare il mondo, sotterrati come *bichos*, come le *toupeiras* che davano il nome alla Quinta, metafora del Portogallo stesso, immerso nelle tenebre come le talpe e sommerso da un mare malevolo che lo rigetta come un relitto senza valore:

Para eles, o general Spínola não era nenhum D. Sebastião, muito menos um Salazar, e Portugal parecia condenado às trevas, país de Toupeiras, despojo de naufrágio que o mar devolvia. (CA,75)

Nel cuore dell'erede dei Castro è però rimasta Tê, la donna che avrà per sempre un posto nel suo cuore. Si incontrano di nuovo molti anni dopo il breve periodo di reciproca tenerezza e cenano insieme sulla terrazza di un ristorante fra Cascais e Guincho, dove si abbandonano alla nostalgia e ai ricordi. L'immagine della terrazza che si prolunga fino alle rocce a picco sul mare appare di per sé una forma, sia pure embrionale, di istanza centrifuga, che ci riporta al frequente bisogno di dinamismo già individuato nei romanzi precedenti. La terrazza proietta l'essere verso l'esterno, permettendo di godere delle gioie del movimento senza strapparlo al suo guscio protettivo. Una leggera angoscia invade peraltro i loro cuori; entrambi in silenzio seguono con lo sguardo "uma traineira a regressar à barra e um veleiro a demandar o largo" (CA, 183). Ancora una volta la presenza del movimento, dunque, questo andare e tornare che sottolinea il moto e in qualche modo riproduce il moto del tempo. David le chiede notizie del figlio, ma il volto di lei si chiude nell'ombra del gesto di accendere una sigaretta. António è per Tê una fonte di rimorso. Il ragazzo è introverso e taciturno; la madre lo vede di rado – la *Quinta*, del resto, è lontana – e ha paura del futuro. Il figlio si isola continuamente chiudendosi nella sua stanza, nel torrione dell'ala nord, che diventa progressivamente per lui una vera prigione. Non parla quasi mai. Solo le visite della madre rompono, ma senza risultati, il silenzio nel quale si rifugia per difesa o per protesta. L'assenza del padre, di cui António non ha mai conosciuto neppure il nome, genera in lui un grande vuoto che Tê – rifiutandosi di raccontargli la verità – non aiuta a colmare. Il ragazzo nutre pertanto nei confronti della madre un sentimento pieno di contraddizioni, di "grandes hiatos no espaço e no tempo" (CA, 212), un mistero da scoprire. A sua volta, Tê ha sofferto molto cercando sempre di nascondere tutto, e ogni volta che il figlio le pone delle domande sul padre esita a rispondere. Subito dopo si sente assalita da ricordi tanto più vivi quanto più cerca di rimuoverli, sentendosi come se fosse stata sola per tutta la vita.

Anche David tuttavia non è turbato soltanto dal ricordo di Tê. La Casa Grande è quasi in rovina. Vila Velha lo ferisce profondamente, per non essere più quella che era ma anche per non essere ancora del tutto diversa. Nonostante i mutamenti tanto desiderati, il passato è lì. Il rapporto con ciò che ama è fatto di contraddizioni dense di angoscia.

Come David, anche Judite, rifugiata nella dimora, sorride fra i ricordi dell'amore perduto, "num abraço de amor e de morte" (CA, 101). Entrambi conoscono ormai l'arezza della disillusione. David aveva creduto, sia pure



per poco, di essere finalmente sulla via della solitudine, al margine delle passioni del mondo, così da sopportare meglio la sofferenza, ma deve prendere definitivamente atto che la sua è una lotta contro una forza – quella del tempo – indistruttibile e superiore alle sue capacità di resistenza, come esprimono chiaramente le immagini delle ali bruciate da una luce accecante, in una sorta di sacrificio totale reso appena più sopportabile dal sapore salato di sudore e di mare che gli riporta il piacere della vita:

estou para aqui qual falena atacando a lâmpada do candeeiro, na cegueira da luz que não conhece, queimando as asas e a vida por força da sua natureza. Conheço-me melhor morrendo pouco a pouco. Mas redescubro o gosto português da vida, que é salgado, como o suor e o mar. (CA, 173)

Forse per esorcizzare questa forza implacabile, David parla sempre di se stesso, della sua vita e del suo destino. Sembra che questo egoismo gli permetta di plasmare il futuro con mani sicuramente ispirate ma al contempo estremamente fragili. I gesti che fa per scolpire il futuro sembra possano da un momento all'altro frantumare le sue mani. D'altro canto, non è necessaria la rivoluzione a far comprendere a David i tradimenti del tempo. Ma è ancora nel passato che cerca la sua forza o almeno ciò che di essa ancora conserva. Solo Judite sembra riesca a non lasciarsi travolgere dal tempo che tutto divora, benché nulla possa fermare la decadenza della Casa Grande:

Mas, se o tempo praticava os seus inevitáveis estragos e ditava a sua lei à mansão e a Judite Castro, a sua última habitante, também a forma como então decorria parecia suspender o inexorável destino das coisas e das pessoas. Lá fora havia uma revolução e o seu eco abafava a erosão, como se se vivesse numa pausa em que os dias, iguais à força da sua novidade, não se somassem aos prazos marcados para todos os finais. (CA, 225)

Là fuori c'era una rivoluzione che sembrava in grado di sospendere il tempo: ma dopo più di un anno il mondo rientra nella normalità. David e Judite celebrano il loro ultimo Natale nella magione ormai ridotta a una fortezza sull'orlo della disfatta, immagine resa ancora più forte da quella successiva del galeone, di per sé dimora sull'acqua, e dunque potenzialmente alla deriva, addirittura già naufragata dopo la battaglia:

Foi o último Natal. Nós éramos os únicos sobreviventes da Casa Grande que se erguia sobre o nosso passado, como uma fortaleza à beira da rendição, como um galeão a naufragar depois de uma batalha. (CA, 301)

Nella dimora agonizzante, entrambi siedono in un angolo della sala grande. Sotto il ritratto del nonno Josué Castro, David osserva i ritratti allineati dei familiari scomparsi, in una atmosfera satura di morte che sembra assediarli, mentre il futuro coincide ormai addirittura con il passato, tessendo una tela di ragnò che li avvolge, simile a una prigionia, destinata anch'essa peraltro a svanire nel fumo di un fuoco definitivamente distruttore. Judite, che un tempo affrontava la luce del giorno appoggiata al davanzale della finestra del *casarão*, adesso preferisce rimanere nell'oscurità ad occhi bassi per non concedere alla notte neppure il minimo luccichio del suo sguardo. Sia lei che il nipote sanno che tutti i sogni giungono alla fine. David osserva le mani della zia Judite, vuote, scarnie, piene solo di una vita fuggitiva e ansiosa che neppure le pareti della vecchia casa sono riusciti veramente a imprigionare. E lei con voce serena e ferma gli chiede come pensi di sopravvivere alla fine di questa avventura. Ancora una volta, il desiderio di una continua fuga manifestato dal giovane conferma il tentativo di affrontare il tempo con le sue stesse armi assecondandone il movimento, e dunque continuando la ricerca delle illusioni e delle certezze che, come per lo zio Aníbal, anche per lui sono le uniche ragioni per le quali valga la pena di vivere. Ma niente può più proteggerli: la notte scende sulla vecchia casa che abitano per l'ultima volta. Sono, ora, "sombras no escuro, mas sim, noite dentro da noite" (CA, 303). Il passato si allontana rapidamente e avvolge nella sua ombra anche Judite, che muore appena un mese dopo Pedro Neves, il suo grande amore segreto.

Vila Velha è diventata una città, il *Café 25 de Abril* è scomparso. Il tempo non ha risparmiato nulla e si appresta a travolgere anche i passanti, ignari dell'esistenza stessa del *Café*, prossime vittime della sua furia devastatrice:

os passantes nostálgicos completam de memória o nome do Café porque o letreiro já só ostenta o que o abandono lá deixou. CA 5 DE ABR. A fachada, de onde se separam placas de antiga pintura que deixam à vista tijolos descoloridos, é como um corpo velho mutilado e, nas portas fechadas, as grades de ferro são serpentes de ferrugem enroladas no vazio. O Café é uma ruína e o passante que impinge a quem o olha está já condenado pelo tempo e pelo camartelo arrasador. (CA, 308)

David, unico sopravvissuto della famiglia, vede così chiudersi il cerchio della sua solitudine. L'espressione è ormai rigida e assente, il viso scavato, la barba bianca, i capelli scompigliati. I suoi ultimi viaggi a Vila Velha, negli anni successivi, sono limitati al "tempo de vender a casa grande, liquidar o passado" (CA, 316). L'intenzione di David sembra sia quella di non lasciarsi nulla alle spalle. I ricordi non lo hanno mai abbandonato: la cantina e la soffitta in cui da ragazzo si divertiva a frugare, le passeggiate nel giardino della Casa Grande, la

figura autoritaria del padre, i racconti della zia Judite pieni di speranza nel futuro, si affollano insieme alle storie fantastiche dello zio Aníbal e all'immagine di Tê, la donna che ha amato senza riuscire ad arrivare realmente a lei. Tutto è svanito. La memoria, deposito del passato, è un limite alla sua libertà. La decisione di vendere la dimora di famiglia è probabilmente il tentativo ultimo di riprendersi la vita: cancellare il passato permetterà forse di conquistare, finalmente, il futuro.

### Referências Bibliográficas

- Bachelard, Gaston (1989): *La poetica dello spazio*. Bari: Dedalo (3ª ed.).
- Burgos, Jean (1992): "Cet espace heureuse". In: *Circé 3. Le Refuge 2*, p. 3-7.
- (1982): *Pour une poétique de l'Imaginaire*. Paris VI: Editions du Seuil.
- Cruz, Liberto (1985): "Álvaro Guerra. Café Central". In *Colóquio/Letras 87*, p. 94-95.
- Durand, Gilbert (1991): *Le strutture antropologiche dell'immaginario*. Bari: Dedalo.
- Guerra, Álvaro (1982): *Café República*. Lisboa: O Jornal.
- (1988): *Café Central*. Lisboa: O Jornal (3ª ed.).
- (1998): *Café 25 de Abril*. Lisboa: Publicações D. Quixote (3ª ed.).
- Lourenço, Eduardo (1984): "Literatura e Revolução". In: *Colóquio/Letras 78*, p. 7-16.
- Matoré, Georges (1976): *L'Espace humain*. Paris: Nizet.
- Mendonça, Fernando (1988): "Café 25 de Abril". In: *Colóquio/Letras 103*, p. 89-90.
- Novaes Coelho, Nelly (1974): "«O Capitão Nemo e Eu» de Álvaro Guerra ou a aventura duma escrita". In: *Colóquio/Letras 22*, p. 51-58.
- Onimus, Jean (1991): *La maison corps et âme: essai sur la poésie domestique*. Paris: Presses Universitaires de France.
- Piselli, Fortunata (1996): "Villaggi portoghesi prima e dopo il 25 Aprile". In: *Caravela*, p. 67-83.
- Rosas, Fernando (1990): *Portugal entre a paz e a guerra*. Lisboa: Editorial Estampa.
- Seixo, Maria Alzira (1986): *Para um Estudo da Expressão do Tempo no Romance Português Contemporâneo*. Lisboa: IN/CM.



## **Quando a História oficial se encontra com a Literatura: *O Segredo de D. Afonso Henriques* de Jorge Laiginhas**

*Henriqueta Maria Gonçalves*

Universidade de Trás-os-Montes e Alto Douro

hgoncalv@utad.pt

*O Segredo de D. Afonso Henriques* de Jorge Laiginhas<sup>1</sup> é apresentado como romance numa altura em que os paradigmas genológicos sofrem uma questionação que, de forma sistemática, tem sido já apontada pela crítica.

Neste caso, de uma forma imediatamente visível, Jorge Laiginhas cruza com o romance a tese académica: poderíamos mesmo falar no romancear de uma tese defendida, de facto, pelo Autor do romance, em *História Medieval Portuguesa*. Desta feita, o romance, e o seu estatuto de ficcionalidade inerente ao género literário que representa, recebe de uma tese académica, que de todo não possui matéria ficcional, um contributo que parece querer negar ao romance a ficcionalidade que lhe é inerente para, mais facilmente, em nosso entender, conquistar junto do leitor uma adesão que permita corrigir matérias já pertencentes ao senso comum, impondo uma lógica persuasiva de maior alcance. Por outro lado, parece também querer pôr em causa uma certa convivência entre a instituição universitária e o poder político, na medida em que se torna muito difícil reposicionar a verdade histórica, sobretudo quando esse reposicionamento vem questionar a identidade nacional.

De uma forma bastante abreviada, a narrativa põe em causa a ascendência real do primeiro rei português: D. Afonso Henriques não seria filho do conde D. Henrique e de D. Teresa, mas de Egas Moniz e de sua legítima esposa. O seu verdadeiro nome era Lourenço Viegas. D. Afonso Henriques, filho de D. Teresa e de D. Egas Moniz, terá nascido com uma deformidade física que nunca terá desaparecido. Foi por esse facto que D. Egas Moniz trocou as duas crianças,

---

<sup>1</sup> Jorge Laiginhas nasceu em Safres, uma povoação da freguesia de São Mamede de Ribatua, concelho de Alijó, em 1961; licenciou-se em História e doutorou-se em História Medieval Portuguesa; actualmente desempenha as funções de Director da Biblioteca Municipal de Alijó. É autor, entre outras, das seguintes obras: *Ressaca em Ribatua. Romance*, Lisboa, Editorial Escritor, Ld<sup>a</sup>, 2001; *Monárquica paixão. Romance*, Lisboa, Editorial Escritor, Ld<sup>a</sup>, 2002; *No poisar do silêncio. Romance*, Lisboa: Editorial Escritor, Ld<sup>a</sup>, 2003; *O segredo de D. Afonso Henriques. Romance*, Cascais, Flamingo, 2007.

nascidas sensivelmente na mesma altura, e faz de D. Lourenço Viegas D. Afonso Henriques que se viria a tornar primeiro rei de Portugal: nisto consiste o Segredo que dá título ao livro.

O Romance inicia-se, à semelhança de uma tese académica, com uma introdução, a que se seguem argumentos que vão sendo apresentados e que vão fazendo prova da tese que se pretende defender. Na parte final, o Autor inclui um índice e uma bibliografia de apoio que pretende enraizar cientificamente os argumentos utilizados: as obras que dela fazem parte são algumas fontes a que recorreu o Autor e onde se apoiou para defender a sua tese; esta estratégia visa conferir maior credibilidade aos argumentos expostos. No decorrer do romance, o Autor deixa mesmo verbalizada essa aproximação: “como já dei conta no início desta tese” (Laiginhas 2007: 50).

Mas o interessante desta aproximação é que a tese académica partiu, ela própria, segundo nos diz o autor dentro do universo romanesco, de uma lenda, ou pseudo-lenda, que tem também, como se sabe, um estatuto de ficcionalidade enquanto objecto que é da Literatura. Situamo-nos, então, numa espécie de encruzilhada em que romance e lenda se encontram, tendo como objecto de partida e de chegada o trabalho académico. Mas terá sido mesmo assim? Terá o trabalho académico partido da lenda, da estória? O leitor não tem acesso a esse facto por outra via que não a da ficção inerente ao estatuto romanesco.

O Autor esclarece na introdução como tudo surgiu: defendeu uma dissertação de Mestrado que punha já em causa a identidade do primeiro rei de Portugal e, posteriormente, defendeu uma tese de doutoramento onde provou esse facto. E é curioso como a instituição universitária parece ser solidária com a História oficial dado que Jorge Laiginhas terá sido convidado pelo Presidente do júri das suas provas de Mestrado, que o chamou em privado ao gabinete, acto não habitual, para remeter para os anexos o facto, colocando logo uma reserva ao estatuto da lenda: “A lenda do Cachão das Lajas Más não passa disso, uma lenda. Uma lenda que tem como protagonista, um tal D. Lourenço Viegas. Não releva para a ciência histórica” (Laiginhas 2007: 11).

A forma com o facto é registado por Jorge Laiginhas permite, efectivamente, perceber uma crítica ao conservadorismo da instituição universitária: “O Presidente do júri que avaliou a minha tese de mestrado chamou-me ao seu gabinete e, como se fosse um pai a debitar um bom conselho a um filho, aconselhou-me a remeter o assunto para os anexos sob o título Estória *versus* História” (Laiginhas 2007: 10).

A pouca abertura do Professor universitário à revisitação da História para a pôr em causa levanta o véu para, depois de investigações mais aprofundadas, o autor pôr mesmo em causa, provadamente, a História oficial. Do ponto de vista genológico, é neste ponto que o romance nos parece interessantíssimo. Parte-se

de uma lenda (estória), ou da invenção de uma lenda, desmonta-se a lenda ou encontra-se a verdade matricial da lenda através de uma tese científica para se voltar de novo à estória a que o romance dá voz: parte-se da Literatura tradicional (de tradição oral) para se chegar à Literatura canónica. A Literatura é o ponto de partida para a tese académica e a tese académica, por sua vez, a ponte para a Literatura. O romance vem mostrar-nos que a História registou um discurso forjado, conveniente, propondo-se contar uma nova versão da História, a versão de Jorge Laiginhas.

Não será a História oficial também feita de ficção? Estória *versus* História vai ser, de facto, o filão do romance de Jorge Laiginhas que se constitui como uma sátira jocosa e grotesca com vista a provocar o desmoronamento da versão da História oficial.

O romance apresenta-se como um verdadeiro exercício paródico, alicerçado numa teia de citações e de pseudo-citações através da qual deliberadamente ocorre a “fusão” da História com a ficção. Discurso científico e pseudo-científico é glosado para se mostrar como se constrói a ficção da História, revelando-nos uma história da ficção.

Analisemos, então, em primeiro lugar, as conexões entre a lenda, o discurso científico e o romanesco, para passarmos, depois, à análise da paródia que ocorre no romance.

Carlos Reis e Ana Cristina Macário Lopes, no *Dicionário de Narratologia*, apresentam uma noção de lenda que nos convém tornar presente:

No campo da literatura tradicional de transmissão oral, lenda designa uma narrativa em que o facto histórico aparece transfigurado pela imaginação popular: não se trata, pois, de uma reconstituição objectiva e «documental» de um facto ocorrido num passado remoto, mas sim de uma narrativa de carácter ficcional, que foi sendo transmitida de geração em geração. (Reis e Lopes 1990: 216).

Jorge Laiginhas esclarece na sua Introdução que desde a época da elaboração da sua tese de mestrado que “algo me diz haver um fundo de verdade na lenda do Cachão das Lajas Más, na margem direita do rio Tua, a cerca de uma légua da foz do rio Douro” (Laiginhas 2007: 10)<sup>2</sup>.

---

<sup>2</sup> A lenda desvendada por Jorge Laiginhas no decorrer do romance consiste no seguinte: D. Lourenço Viegas, meio-irmão de D. Afonso Henriques, primeiro rei de Portugal, ter-se-á refugiado no Cachão das Lajas Más, pretendendo escapar à justiça d’el-rei D. Sancho I; D. Lourenço Viegas ameaçava tornar público um segredo que, se chegasse aos ouvidos do «imperador das Espanhas», seria o fim da, ainda mal enraizada, independência do reino de Portugal. Diz ainda a lenda que quem se aventurar a descer a enorme fraga que leva ao dito cachão desaparecerá para todo o sempre.

Se cruzarmos o texto de Carlos Reis e de Ana Cristina Macário Lopes com o de Jorge Laiginhas, verificamos um interessante movimento do discurso científico, neste caso o histórico, no sentido de verificar o que a lenda terá transfigurado do facto histórico, com o propósito de este ser apurado; é esse “fundo de verdade” que vai, de facto, desencadear uma investigação que provará a verdadeira identidade do primeiro rei português bem como o facto histórico que deu origem à lenda.

Mas o que torna verdadeiramente interessante esta relação intertextual entre o romance e a lenda é o facto de, a partir de determinada altura, sermos conduzidos através de uma busca pela veracidade da lenda que é pura ficção: gera-se, pois, um exercício de ficção sobre a ficção que faz desencadear o romance e constitui o seu desenlace, qual fio de Ariadne:

Três semanas depois viajei da cidade do Porto, onde estudo e trabalho, até à aldeia de S. Mamede de Ribatua, minha terra natal. [...] Era o mês de Maio. Um mês em que os montes estão efusivamente floridos e cheirosos, mas quase impenetráveis. [...] E não há qualquer carreiro por onde seja possível ir da aldeia de S. Mamede de Ribatua até ao Cachão das Lajas Más! (Laiginhas 2007: 10)

Com a ajuda de uma grua dos Bombeiros Voluntários desci ao fundo de uma gruta que existe bem no meio da enorme fraga lisa a que chamam Lajas Más – as tais “lagenas malas” que o senhor arcebispo D. Martinho Geraldês, bisneto de D. Afonso Henriques, contou para si, evitando que alguém aí buscasse os restos mortais de D. Lourenço Viegas – e, sob o pó do fundo da gruta, encontrei um fio de ouro com uma grande medalha onde se lê:

“Ego Alfonsus Rex” (Laiginhas 2007: 140)

Jorge Laiginhas re-ficcionaliza, desta forma, a própria lenda que, por sua vez, lhe tinha permitido desencadear uma pesquisa científica que o levou a pôr em causa a voz da História oficial: entra dentro da história para dar continuidade à história que construiu, de uma forma jocosa – aí o vemos, numa grua dos bombeiros a descer ao fundo da dita gruta e a encontrar o fio com a medalha que o feito rei por Egas Moniz, seu filho legítimo, oferece ao verdadeiro rei por direito, seu meio-irmão, D. Lourenço Viegas, porque, de facto, Lourenço Viegas era Afonso Henriques e Afonso Henriques era Lourenço Viegas.

Com este discurso ficcional sobre o discurso ficcional não pretende Jorge Laiginhas questionar e problematizar a verdade histórica? A questão aqui considerada foi equacionada em *Diálogos com José Saramago* de Carlos Reis. Carlos Reis coloca a seguinte questão a Saramago: “Até que ponto tem a ficção legitimidade para dar essa nova versão dos factos [históricos]?” (Reis 1999: 86). Ao que Saramago responde



Acho que tem toda a legitimidade, porque se se está a dar uma nova versão dos factos, é porque se está a falar de factos de que temos conhecimento por uma certa versão deles. Evidentemente que aquilo que nos chega não são verdades absolutas, são versões de acontecimentos mais ou menos autoritárias, mais ou menos respaldadas pelo consenso social ou pelo consenso ideológico ou até por um poder ditatorial que dissesse «há que acreditar nisto, o que aconteceu foi isto e portanto vamos meter isto na cabeça». O que nos estão a dar, repito, é uma versão. E creio que, dizendo nós a toda a hora que a única verdade absoluta é que toda ela é relativa, não sei porque é que, chegando o momento em que determinado escritor passando por um certo facto ou episódio, deveria aceitar como lei inamovível uma versão dada, quando sabemos que a História não só é parcial como é parcelar. Noutros termos: porque é que a literatura não há-de ter também a sua própria versão da História?» (Reis 1999: 86-87)

Mas o diálogo continua para ser invocado o exemplo de Eça de Queirós:

Por exemplo: a Palestina d'A Relíquia do seu Eça é uma versão. O Eça leu o que se tinha escrito sobre a Palestina, mas com certeza que meteu lá coisas da sua lavra; e inventou uma Palestina.

CR – Ele disse numa carta que «a História será sempre uma grande Fantasia».

JS – Pois! Estamos nós aqui com toda esta conversa e o Eça de Queirós já tinha dito tudo... (Reis 1999: 87)

Ora, Jorge Laiginhas, de facto, mostra-nos também que «a História será sempre uma grande Fantasia»; mostrou-o na sua tese de doutoramento, provou ao Presidente de Júri das suas provas de mestrado que a História foi parcial e parcelar, que, de alguma forma, a História será sempre uma grande Fantasia, e, por isso, é semelhante à lenda; provou-o também no seu exercício de escrita romanesca que construiu um mundo possível em que nos faz acreditar, utilizando muitas vezes o discurso, outras o pseudo-discurso de fontes autorizadas, mostrando, efectivamente, o que pode a Fantasia. Desta forma leva-nos a relativizar, a questionar a verdade dos factos. Ao proceder desta forma, revela verdadeiramente o seu espírito científico na medida em que, sendo a verdade absoluta inalcançável, nada é permanente, tudo está sujeito a reformulação.

Não sabemos, ao certo, se a lenda invocada corre na tradição popular. Não sabemos se terá sido forjada pelo Autor. Até ao momento, não encontramos qualquer registo da dita lenda. Se tal pressuposição tiver algum fundamento, maior sustentabilidade encontramos nas palavras que acabámos de escrever. O Autor criou uma lenda para ilustrar a ideia do carácter relativo da verdade. De certa maneira, Jorge Laiginhas está a mostrar-nos aquilo que Saramago

afirma quando, no texto citado, diz: “aquilo que nos chega não são verdades absolutas, são versões de acontecimentos mais ou menos autoritárias, mais ou menos respaldadas pelo consenso social ou pelo consenso ideológico ou até por um poder ditatorial que dissesse «há que acreditar nisto, o que aconteceu foi isto e portanto vamos meter isto na cabeça»”.

O romance *O Segredo de D. Afonso Henriques* de Jorge Laiginhas está estruturado em capítulos, alguns dos quais apresentam secções, que, à semelhança da tese académica, têm um título, que indica ao leitor a matéria versada.

A utilização da citação percebe-se desde o primeiro período do romance, o que induz, em termos literários, uma prática discursiva de natureza intertextual que interessa, naturalmente, problematizar.

Desde logo, se tivermos em conta o que deixámos dito atrás, a utilização desse texto invocado (pelo itálico, pelas aspas, pela referência à fonte) é também prática corrente na tese académica. Se considerarmos grande parte do teor dos fragmentos, percebemos que eles são forjados pelo autor textual, havendo um propósito paródico de índole satírico-jocosa que procura atingir dois alvos: pretende pôr em causa a seriedade das fontes utilizadas nos trabalhos académicos, ou pelo menos a falibilidade dessas fontes, e, em última análise, por essa via, mostrar como a História é feita com muita fantasia. O autor do texto, construindo um texto sobre o texto, vai mostrando como o discurso oficial se constrói.

J. Cândido Martins considera a paródia como imitação ou deformação cômica, marginal e parasitária de um texto ou obras conhecidos (Martins 1999: 1418).

Carlos Ceia caracteriza a paródia como uma “deformação criativa de um texto tido historicamente por modelar” (Ceia 1998: 59). Por tal facto, segundo o mesmo autor, o texto parodiado deve ser colocado em situação de cômico (Ceia 1998: 59). Embora nem sempre assim aconteça, como reconhece Ana Paula Arnaut (cf. 2002: 266-267), interessa-nos reter a faceta da paródia que se associa a um pendor cômico-satírico que reflecte sobre a relação rica e complexa do discurso parodístico com as técnicas textuais da citação, do plágio, da alusão, referência e reescrita e com géneros do cômico literário como a ironia, a sátira, o burlesco, o pastiche, técnicas que têm em vista a desconstrução de textos ou códigos que se pretendem pôr em causa (cf. Hutcheon 1991: 169).

A técnica da paródia assume neste romance um propósito cômico-satírico que procuraremos demonstrar pelo acompanhamento do texto.

Vejam, então, alguns exemplos de como a citação ou pseudo-citação ocorre:

Na crónica deste rei pode ler-se:

Foi o Conde D. Henrique ao ultramar, à Casa Santa de Jerusalém, e quando de lá veio trouxe muitas relíquias de santos, entre as quais: um braço de S. Lucas Evangelista que lhe foi dado em Constantinopla e um saco cheio de areias fabricadas com uma pedra extraída do santo Sepulcro. (Laiginhas 2007: 18)

Ora, a narrativa localiza a fonte (Crónica de D. Afonso VI), enuncia uma citação, mas não a sua situação na crónica. O conjunto das referências permite-nos corroborar um certo discurso oficial alusivo à mentalidade medieval, mas não deixa de levantar dúvidas ao leitor sobre a sua autenticidade (“um braço de S. Lucas Evangelista que lhe foi dado em Constantinopla”).

Quando é referido o contrato nupcial do primeiro casamento de Egas Moniz com a senhora D. Sancha Maior (no romance), o narrador refere de forma irónica:

A “escritura de cedência mútua” escarrapachava no pergaminho:

“D. Egas Moniz haverá de cumprir, por quarenta e cinco dias, livres de abstinência, com as suas obrigações de marido cumpridor, e cumprir sempre, seja noite ou seja dia, em conformidade com as necessidades de cumprimento da esposa, D. Sancha Maior, que, por sua vez, fica constrangida, em troca de tão escrupuloso cumprimento, a escriturar, *ad honores*, quarenta e cinco dias gastos após o início do cumprimento, todos os seus bens em nome do mencionado marido” (Laiginhas 2007: 28)<sup>3</sup>

Repare-se na utilização da forma verbal “escarrapachava” e na referência ao facto, pouco verosímil e jocoso, como “escritura de cedência mútua”, que depois vai ter continuidade na história do romance.

A citação utiliza mesmo, em alguns casos, o sinal de corte no texto, o que o aproxima ainda mais da prática da citação no discurso científico:

Viajaram, desde a cidade de Guimarães até à cidade de Coimbra, a corte e a cúria régia. Um cronista de então escreveu a propósito desta viagem:

“(…) Dois caminhavam adiante, o terceiro levava o chapéu, o quarto segurava o capote, o quinto arrastava a cavalgadura pela rédea, o sexto carregava a cabaça da água-de-medronho, o sétimo lia os textos sagrados para que el-rei dormisse o sono dos anjos (...)”. (Laiginhas 2007: 54)

---

<sup>3</sup> No discurso oficial, Egas Moniz teve dois casamentos, o primeiro com D. Dórdia Pais de Azevedo de quem teve os seguintes descendentes: D. Lourenço Viegas, D. Afonso Viegas, D. Mem Viegas, D. Rodrigo Viegas e D. Hermígio Viegas; o segundo casamento efectuou-se com D. Teresa Afonso, como o romance também regista, e dele teve a seguinte descendência: D. Dórdia Viegas, D. Soeiro Viegas, D. Elvira Viegas e D. Urraca Viegas.

O Narrador forja composições líricas de pendor erótico, erotismo que se constitui como sub-linha do romance:

O príncipe é sabedor  
De todo o bem; e põe todo o amor  
Para ensinar a mulher,  
Ensinando-lhe um grande mester  
Que é antes bem, e não é um grande mal  
Foder com seu senhor. (Laiginhas 2007: 51)

Ou:

Punha tão gostosa diligência no seu ofício de professora que, muitas vezes, versejava enquanto oficiava:  
“Ca vos aconselho eu o melhor que sei  
De espetardes vosso cu no pau d’el rei”  
Em uma aula, a rainha D. Mafalda, vendo os corpos – tratava-se do corpo do senhor rei D. Afonso Henriques e do corpo da senhora professora Engrácia – ardendo em lume bravo, toda se despiu e espirrou:  
“Vós pagastes por mim tantos reis  
eu vos venho perguntar:  
e porque no cu não mo meteis  
até que eu o não possa mais achar” (Laiginhas 2007: 101)

As figuras reais são desta forma destronadas pelo autor textual, retirando à matéria narrada qualquer credibilidade.

Interessante é também a forma como a narrativa incorpora textos integrais de cartas de foral em latim: “Cedo anunciou a inauguração de um costume que havia já sido inaugurado noutros tempos: o costume de dar aos povos palavras desenhadas no pergaminho. Chamou a essas palavras Carta de Foral.” (Laiginhas 2007: 54).

As expressões “dar aos povos palavras desenhadas no pergaminho” e “essas palavras” denunciam uma atitude irónica por parte do sujeito que as enuncia, desde logo pelo afastamento que revelam relativamente ao objecto que a seguir se transcreve.

Outros aspectos em que incide a narrativa são os relacionados com os momentos de miraculação pressupostamente ocorridos e que depois terão dado origem às respectivas lendas, o primeiro ligado a Santa Maria de Cárquere, que deu origem à lenda hagiográfica, e o segundo ao milagre de Ourique. O leitor é confrontado com a comprovação da não miraculação dos fenómenos, sendo-lhe oferecida uma explicação racional e pertinente, debaixo de um halo de ironia corrosiva e aparentemente apenas lúdico-jocosa.

No primeiro caso, a paródia ao hipotético milagre ocorre da seguinte forma:

A rainha D. Teresa entrou em casa de D. Egas Moniz e logo saiu enjoada.

– O príncipe continua tão aleijado como quando nasceu – cuspiu a rainha, mirando D. Afonso Henriques com esgares de nojo.

– Ficaré escorreito e será rei – asseverou-lhe D. Egas Moniz, com um piscar de olho mui cenhoso.

No dia seguinte à partida de D. Teresa para a Galiza, D. Afonso Henriques foi “*miraculado*”. A “*graça divina*” aconteceu do modo que relatam os cronistas de então:

D. Egas Moniz dormia a sesta no palheiro onde era costume aquele nobre dormir a sesta. A porta do palheiro abriu-se e entrou uma senhora que tinha cara de santa.

Disse, docemente, a senhora com cara de santa:

- Acorda, Egas Moniz.

O nobre acordou e, já de espada em riste, investiu:

- Quem sois vós?

Ela, já não só com cara de santa, e cabelos de santa, e manto de santa, e voz de santa, ciciou:

- Eu sou a Virgem Maria.

Ao dizer destas palavras, D. Egas Moniz ajoelhou e a Senhora ciciou o que lhe faltava ciciar:

- Vim do céu cá em baixo para te dar mando que vás a um lugar onde estiveste em pecado por três vezes e faças aí cavar o chão até encontrares o raizame duma igreja que, nos tempos dos teus avós, aí foi começada em meu nome. Dá ordens, dá dinheiro, para que seja recomeçada a construção da dita igreja e, depois de acabada, contrata um santeiro que talhe a minha imagem tal como ta estou a mostrar. Quando a minha imagem já estiver sobre o altar mandarás rezar uma missa nessa igreja. Nessa missa inaugural, pões o menino aleijado, aquele que dá pelo nome Afonso Henriques, escondido sob os panos que hão-de cobrir a mesa do altar, e eu o curarei, e farei dele um intrépido matador de inféis.

E a Senhora Virgem Maria, dizendo o que disse, foi-se do palheiro com auxílio das mesmas pernas com que havia entrado.

D. Egas Moniz recolheu-se a casa, e não contou à esposa o sucedido, e a esposa, D. Teresa Afonso, não lhe perguntou a razão porque tinha ele, D. Egas Moniz e seu marido, os olhos bugalhudos, e também não lhe perguntou porque tinha a tez cor de cera. É bem provável que não lhe tenha perguntado o que não lhe perguntou por ser ela, D. Teresa Afonso, cega.

D. Egas Moniz mandou chamar um dos seus criados, levou-o até ao lugar onde havia pecado por três vezes, e dispôs:

- Enraíze-se neste lugar uma igreja. As despesas correm por minha conta.

Estando a igreja em pé por inteiro, D. Egas Moniz mandou aí rezar missa num dia que era santificado – uma missa matinal. Escondeu o jovem Afonso Henriques sob os panos do altar sem que alguém fosse sabedor porque o rapaz era travesso, amarrou-o, de pés e mãos, com cordas e, não fosse o príncipe ganir como costumam ganir os cães quando estão presos, deu-lhe a beber água-de-medronho. E deu-lhe a beber tanta água-de-medronho que o petiz desfaleceu.

Quando o senhor abade deu a missa por dita – Egas Moniz havia ajustado com o abade o rezar de uma missa curta, e muita curta -, deu voz de mando para que todos saíssem, dizendo:

– Quero encomendar-me à Virgem e, se esta igreja é minha, quero encomendar-me em particular.

Ainda na tarde do mesmo dia o nobre mandou que se rezasse uma missa longa:

– Nesta tarde e nesta igreja seja rezada a maior de todas as missas desde que foi inventado o missal – recomendou ao abade.

E, logo pelo benzer da primeira oração, subiu ao altar e anunciou:

- Nossa Senhora fez um milagre na pessoa de D. Afonso Henriques, aquele que era aleijado e é agora um príncipe e quase rei, sem nenhum aleijão. (Laiginhas 2007: 40-42)

Consideremos alguns apontamentos do exercício lúdico da paródia. O espaço em que ocorre a intervenção do sobrenatural configura-se de forma desprestigiante, dessacralizada, pouco digna para as personagens que intervêm na acção, a Virgem e Egas Moniz: trata-se de um palheiro onde, segundo o narrador, ocorrem as sestras da personagem. A Virgem entra em cena pela porta de entrada do palheiro, e tem “cara de santa [...] e cabelos de santa, e manto de santa, e voz de santa”; quando sai, é “com o auxílio das mesmas pernas com que tinha entrado”. A fala da Virgem contém elementos que fazem esboçar o sorriso do leitor; Ela afirma “Vim do céu cá em baixo” como se os dois espaços estivessem colocados em paralelo, apenas necessitando de uma viagem para transitar de um para o outro. A promessa da Virgem é também risível; as palavras colocadas na Sua boca são destituídas de santidade: “farei dele um intrépido matador de infiéis”. O ritual de colocação do futuro rei sob os panos do altar, a utilização da água-de-medronho, que vai estar sempre presente nos trajectos futuros de Afonso Henriques, são alguns ingredientes que explicitam a utilização das aspas e do itálico nas palavras “miraculado” e “graça divina”.

A paródia ocorre também no conjunto das referências feitas ao Milagre de Ourique que, aliás, dá lugar a um capítulo com o título “De como se prova que a reinação tem origem divina”. Não consideraremos a ambiguidade do vocábulo seleccionado – “reinação” que vai ter continuidade no texto. Centrar-nos-emos apenas em alguns pormenores. O autor textual vai forjar um texto pressupostamente oriundo de um pergaminho e escrito em primeira pessoa, pela voz de Afonso Henriques, o que desde logo permite perceber o carácter subjectivo do que é enunciado. E o que é enunciado tem um sabor jocoso que diverte o leitor e fá-lo subverter os códigos do saber adquirido. Acompanhemos o texto:

Sigamos o pergaminho – já bastante coçado, pois todos os grandes historiadores desde Fernão Lopes a Damião Peres o manusearam e o leram –, com selo da chancelaria de el-rei D. Afonso Henriques:

*“Eu, Afonso, rei de Portugal, filho do conde Henrique e neto do grande rei D. Afonso, diante de vós, bispo de Braga e bispo de Coimbra e Teotónio, e de todos os mais vassallos de meu reino, juro diante desta Cruz de metal, e neste livro dos santos Evangelhos, em que ponho minhas mãos, que eu miserável pecador vi com estes olhos indignos a Nosso Senhor Jesus Cristo estendido na Cruz, no modo seguinte:”* (Laiginhas 2007: 78)

Mais à frente lê-se:

*“Consentindo nisto, o Senhor disse:*

*‘Não se apartará deles nem de ti nunca a minha misericórdia, porque por sua via tenho aparelhadas grandes searas, e a eles escolhidos por meus segadores em terras muito remotas.’*

*Ditas estas palavras, desapareceu e, eu, cheio de confiança e suavidade me tornei para a realidade.*

*E, portanto, mando meus descendentes que para sempre sucederem, que em honra da Cruz e das cinco Chagas de Jesus Cristo tragam em seu escudo cinco escudos partidos em Cruz, e em cada um deles os trinta dinheiros, e por timbre a serpente de Moisés, por ser figura de Cristo, e este seja o troféu da nossa geração. E se alguém intentar o contrário, seja maldito do Senhor e atormentado no inferno com Judas, o traidor.*

*Foi feita a presente carta em Coimbra aos vinte e nove de Outubro, era de 1152.”* (Laiginhas 2007: 81)

Depois da ‘citação’ do documento, e ganhando uma feição de tese académica, o discurso de Jorge Laiginhas problematiza: “Não pondo em causa a autenticidade do documento, tampouco a chancelaria e o tabelião que o elaboraram, parece-me razoável levantar algumas questões.” (Laiginhas 2007: 82). Neste caso, o leitor é chamado à atenção pela voz do Autor para a própria atitude paródica do texto citado.

Em alguns momentos textuais, é o discurso anedótico que põe em causa a dignidade oficial das figuras históricas. Assim acontece com D. Afonso VI e com D. Diogo, futuro bispo de S. Tiago de Compostela e pai do primeiro filho de D. Teresa, D. Rodrigo.

D. Afonso VI, tendo tido conhecimento de que D. Diogo era bom cantador, e ele próprio também gostar de o ser, manda chamar D. Diogo:

O padre acorreu ao palácio real com o propósito de alfabetizar el-rei nas artes do canto. Das crónicas depreende-se que o jovem padre saiu quase mudo dos aposentos particulares de D. Afonso VI. Ainda segundo as fontes escritas da época, o padre Diogo não mais cantou em público pelo tempo de nove luas!

Na cidade de Leão onde tudo aconteceu, conta-se que el-rei arrastou o padre para o seu quarto de dormir, se, dele, d'el-rei, e exigiu-lhe, sob ameaça de excomunhão encomendada, que o beijasse na boca e, em simultâneo, lhe cantasse nas profundezas da garganta. D. Afonso VI acreditava que, se o padre assim fizesse, ele, rei, tornar-se-ia cantor por contágio.

O caso é que o padre cheirava mal da boca!

D. Afonso VI deu mando ao padre que botasse a língua de fora e, agarrando-lha com uma das mãos, com a outra, esfregou-lha com uma escova com que era hábito el-rei esfregar os seus cabelos. Por mor do esfolamento que el-rei fez na língua de Diogo, este passou a usar de uma linguagem grosseira e a praticar actos cruéis. Incarnou o lobo do rebanho que pastoreava!

Certa vez agarrou uma moça no meio duma praça quando ela, a moça, carregava um caneco com água. Agarrou-a e apalpou-lhe as carnes desde o rabo até aos seios! Não contente com tanto apalpar, ainda arrastou a rapariga para dentro da igreja e serviu-se da dita diante do Santíssimo! (Laiginhas 2007: 38)

Na primeira parte do relato dos factos, o discurso ainda tem um certo grau de neutralidade. Mas na segunda e terceira partes, o discurso atinge um elevado grau de corrosão satírico-jocosa relativamente a ambas as figuras.

Um outro momento muito similar ocorre quando nos é relatado o que D. Afonso Henriques fez aos “mouros alentejanos”:

uma sentinela veio, correndo como corre uma lebre chumbada pela banda das ancas, botar uma novidade nos ouvidos de D. Afonso Henriques:

– Um enxame de mouros, daqueles que são alentejanos, dorme no chão dos chaparros a duas léguas ligeiras daqui.

– E como sabes que são mouros alentejanos? – inquiriu D. Afonso Henriques.

– Porque dormem pelas horas em que há estrelas no céu, e dormem pelas horas em que não há estrelas no céu, e dormem pelas horas em que o sol acende as searas – explicou o soldado.

D. Afonso Henriques subiu a um monte e mirou o longe.

Viu campos de cevada – campos de cevada madura.

Viu uma dúzia de chaparros – doze chaparros em pé, no meio daqueles campos de cevada.

Viu mouros alentejanos ressonando à sombra de chaparros. [...] alembrou-se, como somente é dado a um rei alembra-se, duma táctica de guerrear mouros alentejanos. Uma táctica de combate de sua imaginosa indústria:

Deu ordens a cinquenta soldados do seu exército – dos que são inferiores por apenas terem préstimo nas fileiras da peonagem serviçal – que se besuntassem, e besuntassem as roupas que cobriam os seus corpos, com todo o azeite que havia naquele acampamento.

Os soldados tudo fizeram como industriou o comandante daquele exército. Assemelhavam-se a torcidas de candeia. Torcidas encharcadas de



untura. [...] E os soldados acesos correram para dentro dos campos de cevada madura. [...] O tempo de uma oração depois... uma vozeria alevantava-se das profundezas dos infernos...uma vozeria sonolenta...

Aqueles mouros alentejanos assaram. Assaram tal e qual como assam as bolotas dos chaparros quando o lume as lambe. (Laiginhas 2007: 66-67)

Se, por um lado, o discurso joga com a anedota adaptada do alentejano “sonolento”, por outro lado, a continuidade do texto parodia, de forma já não jocosa, a noção da violência na época medieval como época cruel, não deixando, subrepticamente, de encontrar actualidade no tempo histórico do Autor, particularmente na seguinte passagem:

E, vendo-os, como viu, acesos, ribombou:  
– Correi para dentro dos campos de cevada, servos de Deus.  
E os soldados acesos correram para dentro dos campos de cevada madura. (Laiginhas 2007: 66-67).

A ridicularização das figuras históricas é uma constante em *O Segredo de D. Afonso Henriques*, desde logo centrada na figura do conde D. Henrique:

Henrique andava pelos treze anos de idade quando lhe sobreveio um febrão endemoninhado, seguido de paralisia das carnes e do pensamento, que o obrigou, a ele conde D. Henrique, a ser submetido a uma cura por unguentos e benzeduras. [...] Poucas semanas depois de o conde D. Henrique haver nomeado o goliardo Flávio para seu camareiro, convidou-o “*para afagos, artes, e induzimentos próprios duma mulher puta*” (Laiginhas 2007: 14 e 15)

Observemos agora uma das “movimentações cénicas” de D. Teresa para vermos como a figura é destronizada:

Era Verão.  
A rainha D. Teresa, querendo esquecer o incidente que tivera com D. Egas Moniz, viajou desde os Paços de Guimarães até à cidade de Coimbra onde hordas de Mouros haviam invadido a margem sul do rio Mondego [...] encontrou a cidade prenhe de gente apavorada. [...] D. Teresa desceu da torre da cidadela, correu até ao rio, despiu as suas vestes e mergulhou nas águas do Mondego. Apareceu, tão despida como havia nascido, na margem sul daquele rio.  
Os mouros, vendo, como viram, uma rainha despida, prontamente se afundaram nas águas do rio Mondego, e, assim afundados, aí se deixaram ficar, mui quietos, até se saberem mortos, tão mortos que não mais pudessem assomar à superfície das águas!  
E, quando a rainha D. Teresa houve por livre de cuidados o sossego da cidade de Coimbra e seus termos, regressou ao castelo de Guimarães.

Depressa aquela virago triunfante adormeceu e, muito amolecida, entregou-se, como fêmea saída do cativo, às carícias do galego Fernão Peres de Trava. [...] D. Teresa era uma mulher “dulcíssima” mas fibrosa, capaz de ofertar as mamas a uma boa peleja! (Laiginhas 2007: 45-46 e 47)

Como se pode ver, a situação em que é colocada D. Teresa e os comentários da voz que narra a história, onde se incluem vocábulos pouco próprios de um discurso sério, ridicularizam a personagem, a situação e fazem com que o leitor leve pouco a sério a “verdade” histórica.

Como Eça de Queirós afirma e Saramago reafirma no texto a que fizemos apelo no início deste estudo do romance de Jorge Laiginhas, «a História será sempre uma grande Fantasia».

Jorge Laiginhas é um autor de vários textos neste romance: o fio narrativo pelo qual nos dá a conhecer a sua versão da História, e outros fios narrativos provindos de uma multiplicidade de fontes, todos por si fabricados ou rearranjados: pergaminhos (33), cartas de Privilégios (33), cartas de couto (35) manuscritos da época, alguns tidos como apócrifos (48), a reputadíssima História dos Godos (52), um pergaminho do cartório do Mosteiro de Alcobaça sobre a tomada de Santarém (91), a crónica de D. Afonso Henriques escrita por Frei Brandão, a Descrição de Lisboa de Damião de Góis, o relato da Tomada de Lisboa aos Mouros redigido pelo cruzado Randulfus (107), entre outros, alguns dos quais constam de uma bibliografia que acompanha o romance. Para além do recurso a esta multiplicidade de fontes, na sua versão da História engasta também uma pluralidade de vozes, discursos por si fabricados numa linguagem com um certo sabor medieval cruzado com um nível popular actual, em alguns casos: a voz de D. Afonso VI, de D. Teresa, do conde D. Henrique, de Egas Moniz, de Lourenço Viegas, de D. Diogo, de D. Rodrigo, de D. Afonso Henriques, entre outras. O leitor assiste também à recriação de algumas lendas como acontece com a lenda associada a S. Vicente (114-116).

O romance de Jorge Laiginhas parece questionar o próprio estatuto do universo romanesco para além do questionamento da verdade histórica, utilizando a estratégia da paródia, transmitindo ao leitor a noção de que a vida é toda ela uma grande ficção. De que modo este romance se relaciona com a defesa de um certo iberismo que o Autor parece querer defender? Se, de facto, o segredo que Lourenço Viegas levou para o fundo do Cachão das Lajas Más punha em causa a legitimidade do Reino de Portugal, então o vocábulo “reinação” utilizado no romance pode ler-se, numa lógica da ambiguidade, como paródia à própria identidade nacional e defesa de uma unidade ibérica. A questão permanece em aberto e a estupefacção do leitor fica também registada na

pequena imagem gráfica que acompanha o romance – a boca da torre traduz a entrada perplexa do leitor neste universo de um romance em aberto.

O debate sobre a unidade ibérica foi reacendido no século XIX, por altura da vacatura do trono espanhol; essa unidade foi defendida, por exemplo, por Antero de Quental que, no ano da queda de Isabel II, em 1868, escreve o panfleto «Portugal perante a revolução de Espanha» de forte intenção iberista. No século XX e na actualidade o debate continua. Depois de ter escrito *A Jangada de Pedra*, em 1986, José Saramago esclarece a sua posição perante a problemática em 1990: “¿El iberismo está muerto? Sí. ¿Podremos vivir sin un iberismo? No lo creo.” (parágrafo conclusivo, no prólogo a Molina 1990).

*O Segredo de D. Afonso Henriques* de Jorge Laiginhas insere-se, quanto a nós, nesse debate, levando, pela paródia ao discurso oficial, o leitor a participar activamente nele.

### Referências Bibliográficas

- Arnaut, Ana Paula (2002): *Post-Modernismo no Romance Português Contemporâneo. Fios de Ariadne. Máscaras de Protéu*. Coimbra: Livraria Almedina.
- Ceia, Carlos (1998): *O que é afinal o Pós-Modernismo?*. Lisboa: Ed. Século XXI.
- Hutcheon, Linda (1991): *Poética do Pós-Modernismo*. Rio de Janeiro: Imago.
- Laiginhas, Jorge (2007): *O Segredo de D. Afonso Henriques*. Cascais: Flamingo.
- Martins, J. Cândido (1999): “Paródia”. In: *Biblos – Enciclopédia das Literaturas de Língua Portuguesa*. Vol. III. Lisboa/S. Paulo: Editorial Verbo: 1418-1422.
- Molina, César Antonio (1990): *Sobre el iberismo y otros escritos de literatura portuguesa*. Madrid: Ediciones Akal.
- Reis, Carlos e Lopes, Ana Cristina Macário (1990): *Dicionário de narratologia*, 2.<sup>a</sup> edição. Coimbra: Almedina.
- Reis, Carlos (1999): *Diálogos com José Saramago*. Lisboa: Ed. Caminho.



## Marão: Rota do Sagrado em Teixeira de Pascoaes

Maria Luísa de Castro Soares  
Universidade de Trás-os-Montes e Alto Douro  
Isoares@utad.pt

*A Saudade [é] profundamente nossa (...) é aquela que o povo cantou (...) e a de Camões (...). É a Saudade do Céu, divina sede de perfeição e Redenção, o eterno Sebastianismo da alma portuguesa e a sua transcendente e poética atitude perante o Mistério infinito!*

(Pascoaes 1913: 104-9, in Gomes 1988: 105)<sup>1</sup>

*Ei-la a Virgem da Pátria lusitana,  
minha adorada e nova Divindade*  
(Pascoaes 1990: 68)

O Poeta da Saudade, sentida como Deus, subdivide-a nos reinos que a compõem – o do Mar e o da Montanha:

O Mar, no perpétuo movimento das suas ondas, é o reino do *Desejo*. Aqui, a extática lembrança espiritual quer ser, em corpo vivo, a própria cousa lembrada ou evocada. No mar, o espírito materializa-se para a Luta (Pascoaes, in Gomes 1988: 166)<sup>2</sup>.

A este reino do Mar ou do *desejo* sobrepõe-se e articula-se o reino da Montanha, ou da *lembrança*, cantada por Pascoaes:

A Montanha é o reino da *Lembrança*. O silêncio das suas altitudes, negras do fogo astral, acorda no espírito do homem o que ele foi, internando-o na noite do Passado até àquele ponto em que ela parece amanhecer... (Idem, ibidem)

---

<sup>1</sup> Pascoaes, Teixeira de (1913): “Os meus comentários às duas cartas de António Sérgio”. In: *A Águia*, vol. V, 2.<sup>a</sup> série, n.º 22: 104-9. Citamos este e outros artigos de *A Águia*, bem como algumas conferências de Teixeira de Pascoaes a partir da edição de Gomes (1988).

<sup>2</sup> A viagem marítima dos Descobrimentos é, no dizer de António Quadros, uma “redenção através da experiência e da aventura marítima” (Quadros 1983: 130).

Enfim, ganham dimensão sagrada o Mar e a Montanha, as “ondas de Camões” (Pascoaes 1986: 72) e *Marânus* de Teixeira de Pascoaes. O Mar e a Montanha são duas formas que se harmonizam e dissolvem num panteísmo a que o Poeta chamou

saudosista, por ele traduzir o estado emotivo e sentimental da alma pátria, que teve a sua origem na paisagem e no cruzamento das tendências hereditárias de natureza sensual e espiritual (Pascoaes 1991: 118).

A fim de transformar a turba desorganizada estrangeirada e positivista numa nação orgânica, Pascoaes tinha de insuflar nos Portugueses uma alma viva. Tinha de dar-lhes um novo código moral e um novo corpo de leis: a Saudade redentora. É esse o estribilho das suas alegorias em torno do Marão físico e mítico. Assim, a viagem da personagem Marânus pela montanha tem de ser vista como cumprimento de um percurso da Saudade e o coroar da primeira viagem quinhentista:

*A Saudade procurou-se no período quinhentista, sebastianizou-se no período da decadência, e encontrou-se no período actual* (Pascoaes, in Gomes 1988: 49)<sup>3</sup>

Da *procura* ao *encontro*: eis o percurso proposto por Pascoaes, em torno do sentimento saudoso nacional. No seu Saudosismo de dimensão lusitanista, Pascoaes vai mais longe, sendo verdadeiro anunciador messiânico de um novo ciclo gnosiológico, antropológico e histórico da humanidade. É este o sentido do percurso do homem luso em *Mâranus*:

E, no Infinito onde subiu, a *Aventura*, feita *Messianismo*, penetrou-se de vigor celeste; e rasgando o nevoeiro da manhã sebastianista, reaparece na terra de Portugal, vestida espiritualmente em luz de sol – e é a nova Saudade pela nitidez viçosa do seu perfil, em cujos lábios a tristeza ri: a tristeza, lembrança do Passado, iluminada de esperança, prometendo a nova Era Lusitana... (Pascoaes, in Gomes 1988: 74)

Este trecho do opúsculo pascoalino *O génio português na sua expressão filosófica, poética e religiosa* parece resumir, em prosa, a obra poética e alegórica *Marânus*, em que a paisagem do Marão se transfigura, dando lugar ao messianismo:

---

<sup>3</sup> Conferência *O espírito lusitano ou o saudosismo*, (1ª edição da Renascença Portuguesa. Porto, 1912, p. 11). Reproduzido em Gomes 1988: 49 (citamos desta edição).

Eu creio que um novo Messias há-de baixar, saudoso e quixotesco do céu da Ibéria (Pascoaes 1987: 174).

Mas é claro que o conceito messiânico de ressurreição só é passível de ser forjado num contexto sócio-cultural de decadência. Daí o propósito redentor pascoalino de que “deve competir ao povo português” converter “a ideia da Renascença, (...) génio colectivo” (Pascoaes 1991: 113), “em concreta realidade social ou nova civilização” (Idem, *ibidem*).

Na verdade, a aventura colectiva da Renascença dada por Camões e além dele, a visão desse mundo aberto oferecida ao (e pelo) homem português, de dimensão transnatural e trans-humana será recriada por Pascoaes, de acordo com a visão mística da pátria, da poesia e da espiritualidade portuguesas, em *Marânus*.

A *Os Lusíadas*, os “Evangelhos do Mar” (na acepção de Pascoaes) seguem-se os Evangelhos da Montanha. Estes estarão em relação àqueles como continente englobante de um conteúdo: o espírito (Saudade como *reino da lembrança*) gera-se no corpo (Saudade como *reino do desejo*).

Num percurso a dois momentos de “vida” da Saudade: o do Mar e o da Montanha, o homem luso dirige-se – através dos *génios* da raça – para um novo tempo: o da *Era Lusíada* anunciada por Pascoaes. Trata-se da sublimação do povo luso<sup>4</sup>, elevado a uma “supra-humanidade espiritual”.

À demanda messiânica de um império telúrico que se anuncia em Camões, sobrepõe-se com Pascoaes a descoberta auroral de um novo mundo, no reconhecimento da identidade saudosa portuguesa, ou antes, a demanda messiânica de um mundo transcendente do espírito. É na lógica deste contexto que António Cândido Franco afirma que “o *maronesco* substituiu o *marítimo*” (Franco 1992: 59) e que “o livro que se segue a *Os Lusíadas* de Luís de Camões não é a *Mensagem* de Fernando Pessoa, mas sim o *Marânus* de Teixeira de Pascoaes” (Idem, 61). Nesta obra, a aventura de Marânus na “alta e santa montanha omnipotente” (Pascoaes 1990: 36) só tomada na sua dimensão transpessoal revelará, nessa personagem, o português de sempre “o eterno peregrino / das solidões da terra e do infinito” (Idem, 86).

A missão transoceânica dos Descobrimentos cantada n’*Os Lusíadas* e representada pelo Gama não é alheia ao caminho iniciático do “luso peregrino da Aventura”, personagem central de *Marânus*. Consideramos ser a sua condição: a descoberta do mar imenso abre campo à descoberta da montanha sagrada, em

---

<sup>4</sup> Esta sublimação do povo luso anunciada por Pascoaes na *Era Lusíada* poderá encontrar equivalente semântico-simbólico na “Ilha dos Amores” camoniana (Camões 1972: IX, 18 – X, 143. Cf. Ramalho 1980; Saraiva s/d; Silva 1994).

que a regeneração nacional e humana toma as proporções de uma Redenção (Teixeira 1993: 69; Cunha 1998: 83-95; Gama 1998: 305-315).

É nesta perspectiva que Pascoaes sobrepuja à realidade vigente um modelo ideal, quimérico ou utópico: a “Revelação Final”.

Num tempo em que a explosão da cultura se cifra pelas ciências humanas positivas e pelo materialismo, Pascoaes envereda por essa linha tradicional de ascetismo. Iluminado pela inspiração, procura activamente Deus, como o asceta; outras vezes, na linha dos místicos e por um certo panteísmo, encontra-O na natureza ou em si próprio (Figueiredo 1966: 177), em arroubos de êxtase:

Ó êxtase divino! Embriaguez  
divina! Ó vida etérea! Ah, como eu sinto  
o luar, a pureza, a esplendidez  
que este corpo misérrimo contém!  
(Pascoaes 1990: 32)

A visão do mundo de Pascoaes adere indubitavelmente a uma perspectiva religiosa. Questões como a manifestação do sagrado, a fé, a revelação, a existência ou inexistência de Deus ocupam a sua obra, porque estão no panorama das suas preocupações. É claro que todos estes conceitos filosóficos são integrados e culminam na sua Saudade redentora. Esta – a um tempo “génio”, “espírito” e “alma portuguesa” (Pascoaes, *in* Gomes 1988: 39) – crê o poeta ter revelado em “verdadeira interpretação” (Idem, 70), na sua obra *Marânus*.

Num ritmo retrospectivo de memória, de recuperação, no esplêndido isolamento sibilino do Marão (montanha, a um tempo, real e mítica), Marânus procura captar todas as cintilações do Ser português, na sua verdade originária.

Em concentração meditativa e profunda, que se abre em diálogo com várias entidades, o “luso peregrino da Aventura” (Pascoaes 1990: 18), no fluxo vário da vida, caminha em busca da “sublime e final revelação” (Idem, 25), a sua Verdade.

Não é a verdade científica da verificabilidade ou verificação, mas aquela Verdade inverificável, que o corpo vela e desvela: a sua alma – via que, por último, vai dar à inenarrável Transcendência e Liberdade.

Numa linha semelhante de ascensional progressão, que é nítida opção do Eterno, Pascoaes conclui em *Marânus*:

Pois tudo, tudo há-de passar, enfim  
o homem, o próprio mundo passará,  
mas a Saudade é irmã da eternidade  
(Idem, 153)



Finda o poema *Marânus* com uma abertura à Esperança redentora, porque, afinal, “tudo o que existe de animado / (...) pode alcançar a vida eterna” (Idem, 152).

No místico português encarnado em Marânus, na aventura espiritual dessa personagem, conglomeram-se todos os tópicos do descobridor e daquele que, pela memória, persegue o Amor – essa realidade semi-divina e ausente, que obsidia a mente do poeta e o conduz ao encontro da morte como revelação.

Marânus é ainda o peregrino caminhante, para além das sombras da caverna, ao encontro da Transcendência e da sua alma, personificada por Pascoaes em Eleonor.

Este encontro ou reunião do poeta com a sua alma exprime-se nesse “desejo que excede o espaço e o tempo” (Idem, 39) e é vontade de “ser a verdade e a eternidade! / (desejo de) voar, subir àquela altura / de onde (o) ser tombou, qual fio de água” (Idem, 40).

Além do desejo, é a Saudade o impulso e o guia que “acende branca estrela matinal / no coração das trevas infinitas” (Idem, 65).

Nessa aventura de Marânus na serra do Marão, “qual dormente Atlântico sombrio/ de pétreas águas” (Idem, *ibidem*), descortinamos o itinerário espiritual do sujeito em busca da sua identidade, num percurso de sentido transindividual.

Marânus é o retrato do Português de corpo inteiro, que lentamente transcende a condição humana. É o representante do “povo nascido na montanha / e perdido no mar tempestuoso” (Idem), povo que, partindo do estatuto da condição comum, adquire o estatuto de uma vocação exemplar.

Em *Marânus*, o nacionalismo impregna-se de messianismo redentor. É que só ao “Luso (...) da aventura”, a Saudade, sua “deusa e criatura / e virginal esposa/[se] deu a conhecer” (Idem, 102) e se entregou, dizendo:

Só tu me compreendeste e desvendaste  
meu seio oculto e virgem. Só tu viste  
o que era, em mim, vedado e proibido  
(Idem, *ibidem*)

E da união desta deusa [“Vénus e a Virgem Maria numa só Mulher” (Pascoaes, *in* Guimarães 1988: 70<sup>5</sup>) com Marânus que a ela se entrega

---

<sup>5</sup> Excerto de Teixeira de Pascoaes do artigo “Renascença (O Espírito da Nossa Raça)”. In: *A Águia*, 2.<sup>a</sup> Série, n.º 2, 1912. Reproduzido em Guimarães (1988), obra de onde citamos este e outros artigos de *A Águia*.

espiritualmente, em dádiva amorosa,<sup>6</sup> nascerá um Messias português. No “Santificado corpo” da Saudade “germina”, diz-nos Marânus:

A glória do meu Povo e o seu futuro,  
uma nova esperança, que é divina  
(Pascoaes 1990: 93)

Estamos diante de um novo Cristo que deve salvar um povo. Ouçamos o poeta-profeta, nessa invocação tradutora do êxtase lusíada:

Ó Saudade, ó Saudade, ó Virgem Mãe,  
que sobre a terra santa portuguesa  
conceberás, isenta de pecado,  
o Cristo da esperança e da beleza!  
(Idem, 59)<sup>7</sup>

É o próprio drama da redenção que transita livremente no tempo e no espaço e se aplica à causa nacional. Inversamente a uma nação degenerada pelas influências estranhas, onde vigora “o figurino francês de mistura com a asneira nacional” (Coimbra 1911: s/p), uma nação devorada pelo materialismo, pelo progresso tecnológico, Marânus, na sua caminhada a isso oposta, é o Português em busca da sua identidade espiritual. Ainda desta vez a salvação se alimenta do passado reabilitado, dessa situação – tensão que, sobre o desespero (aliás omitido), se abre à esperança:

E entre as velhas lembranças, a sorrir,  
Percebia-se o vulto da esperança.  
Vede a imagem das cousas que hão-de vir,  
a sagrada lembrança do Futuro  
(Idem, 145)

No universo pascoalino, o passado não é apenas o que ficou para trás, pois que, se assim fosse, pretender revivê-lo seria um verdadeiro anacronismo. É todo o movimento da memória, não só como recordação (concreta ou abstracta, positiva ou imaginária), mas como memória rática, vestigial; o *inconsciente colectivo* de Jung,<sup>8</sup> que se abre em “suprema e final revelação” (Idem, 147).

<sup>6</sup> A entrega de Marânus à Saudade é indubitavelmente espiritual: “ver” (a menos física das sensações) é “pertencer”, na óptica de Pascoaes: “Ó minha amada esposa, eu te pertenco / desde a amorosa tarde em que te vi / desde a mulher que foste à Deusa etérea” (Pascoaes 1990: 102).

<sup>7</sup> O poeta é claro nessa identificação da Saudade à Virgem e do Novo Deus lusitano a Cristo: um “novo Deus menino rezado pela nova Profecia” (Pascoaes 1990: 59).

<sup>8</sup> O místico de *Regresso ao paraíso* chega a associar ao seu saudosismo a ideia de memória adâmica ou edénica. É ela o impulso para o “novo Paraíso” (Pascoaes 1986).

Todo o percurso de Marânus é uma caminhada<sup>9</sup> espiritual para uma nova era gnosiológica e humana. Eis o visionarismo da futura “civilização lusitana” (Pascoaes, *in* Guimarães 1988: 71) – inverso da sociedade vigente ou seu contraponto utópico – que se enuncia em *Marânus*.

Vai ficando claro que, para Pascoaes, o *Mar* e a *Montanha* são os pólos entre os quais se revela a verdade portuguesa. Em artigo d’ *A Águia* explicita, claramente e em prosa, o que poeticamente se não cansa de sugerir:

Escusado é dizer que, quando falo do nosso Povo, refiro-me às populações marítimas e serranas, porque o resto pertence a todas as nacionalidades menos à portuguesa (Pascoaes, *in* Guimarães 1988: 89).

Não nos restam dúvidas de que o Mar e os Descobrimentos portugueses moldaram e condicionaram a *psique* nacional; mas não apenas – como o quer Pascoaes – pela criação de prolongadas ausências do espaço pátrio geográfico e afectivo, ou melhor, pelo desenvolvimento do sentimento saudoso. É, porém, como espaço de Saudade que Pascoaes vê esse Mar e, nesta perspectiva, a personagem de *Marânus* assimila e amplia o Gama da epopeia camonianiana:

E Marânus, sentindo a voz do vento,  
com tristeza evocava o mar longínquo  
que surgia em seu vago pensamento,  
tempestuoso, intérmino e profundo.  
era o mar dos Lusíadas, brumoso  
(Pascoaes 1990: 80)

No nome falante de Marânus está desperta a sua própria Esfinge, qual Jano capaz de contemplar o Passado e o Futuro, ou de ser “em futuro o tempo que passou” (Pascoaes 1997: 104).

Era o ser de olhar duplo, contemplando  
O reino a que pertence o seu etéreo  
Desdobramento anímico; e, por isso,  
Olhava as duas faces do Mistério!  
(Pascoaes 1990: 80)

Em seu nome falante se combinam essas “duas faces do Mistério”<sup>10</sup>: a do Mar e a do Marão:

---

<sup>9</sup> A noção de percurso é acentuada no texto por processos como a reiteração constante de verbos como *caminhar*, *andar*...

<sup>10</sup> As duas faces do homem português, marítimo e arreigado à terra é já notória n’*Os Lusíadas* de Camões, nas duas personagens polares que são Vasco da Gama e o Velho do Restelo.

Seu coração, marítimo e serrano,  
 era o mar e a montanha. Dentro dele  
 tomavam por milagre aspecto humano  
 águas revoltas, nuvens e saudades...  
 (Idem, *ibidem*)

*Mar* e *Montanha* são, porém, mais míticos que reais: têm uma função simbólica. São os dois pressupostos em que assenta e se processa a revelação da Verdade portuguesa. O *Mar* e a *Montanha*, na perspectiva do Saudosismo – entendido como “uma espécie de filosofia nacional messiânica” (Nemésio s/d: 229) – são afirmação da “*alma portuguesa*”, que o poeta deseja implantar “na terra portuguesa, para que Portugal exista como Pátria” (Pascoaes, *in* Guimarães 1988: 71)<sup>11</sup>.

*Mar* e *Montanha* são verdades de uma Fé voluntarista, concebida pelo seu profeta. São dados da memória (Pascoaes 1997<sup>a</sup>: 234)<sup>12</sup> e da revelação. Como tal, estão além do referente real. Não sendo anti-referenciais, são supra-referenciais e polarizam o percurso iniciático do herói.

Num primeiro tempo, esse itinerário de Marânus é marcado pela dispersão e a solidão, expressas pelo diálogo com entidades dele distintas, que são, ainda assim, mais complementares do que adversativas (cf. caps. “Marânus e Eleonor”; “Marânus e a Pastora”; “Marânus, Eleonor e a Pastora”; “Marânus e a Paisagem”; “Marânus e a Sombra do Marão”; “Marânus e a Saudade”; “Marânus e o Outono”; “Marânus e os Deuses”, etc.)<sup>13</sup>.

Num segundo tempo, aquele estado de ausência, de falta, de perda ou de diminuição de si, tende ao estado de coesão, de reunião, de autonomia, de reconhecimento da identidade. No capítulo “Marânus, a Saudade e D. Quixote”, o “lusó peregrino” é já “esposo” da Saudade. E é nessa condição que ambos acolhem o estrangeiro, “o heróico e triste Cavaleiro” (Pascoaes 1990: 93), que caiu no erro de uma existência apenas em espírito (Idem, 89).

É na posse da sua Saudade que Marânus reconhece a Alteridade:

Sois estrangeiro e cavaleiro. Andais  
 errático e perdido  
 (Idem, 88)

<sup>11</sup> No dizer de Mário Garcia, “no auge da campanha saudosista [Pascoaes] não deixa de explorar simbolicamente as coordenadas do êxtase e da energia, que a Montanha e o Mar representam, para a definição completa da saudade” (Garcia 1989: 64).

<sup>12</sup> Memória, mais uma vez, não se confunde com recordação vivida no passado. É aquela memória vestigial e rática, “dum tempo anterior à nossa vida”, como o refere Pascoaes em “A minha História” (Pascoaes 1997<sup>a</sup>: 234).

<sup>13</sup> Capítulos I, II, III, IV, VI, VII, VIII, IX, etc. (Itálicos nossos.)

É em estado de autonomia “em que, por assim dizer, a *alma portuguesa* abre, pela primeira vez, os olhos sobre si própria” (Pascoaes, *in* Guimarães 1988: 71)<sup>14</sup>, ou seja, é em estado de consciência de si que Marânus reconhece a *Falta* alheia e aconselha D. Quixote ao equilíbrio entre matéria e espírito:

Sê homem e animal, o que é também  
uma grande alegria da Natura!

[...]

Vem para a *terra mater* e fecunda,  
criadora das árvores e do pão.

Trabalha, reza e vive, à luz do dia,  
a verdadeira vida que resulta  
do perfeito equilíbrio, da harmonia  
entre a alma mortal e o corpo eterno  
(Pascoaes 1990: 88-89)

Além do paradoxo romântico “a *alma mortal* e o *corpo eterno*”, onde se aproximam posições contraditórias, espécie de “revolta” relativamente a padrões éticos pré-estabelecidos pelo senso comum, ressalta a nossos olhos o lusitanismo intuitivo, o amor – também algo romântico (Pereira 1983: 845) – das raízes, desse paraíso primeiro, onde é possível o retorno à unidade primordial.

A conformidade do poeta místico com a terra portuguesa faz dela uma espécie de “lugar santo”, entendido este “como a reprodução terrestre de um modelo transcendente” (Eliade s/d: 71). A essa sacralidade do chão étnico alia-se a sua centralidade. A terra portuguesa na sua identidade, mas não enclausurada, seria uma reprodução do Universo à escala microcós mica ou, no dizer de Mircea Eliade, uma “*imago mundi*” (Idem, 55)<sup>15</sup>. Sendo o Centro, é ainda um espaço aberto polarizado pelo *mar* e pela *montanha* iniciática. Esta seria, assim, uma espécie de “Templo”<sup>16</sup> ou centro do centro e ligação por excelência entre a Terra e o Céu, o corpo e o espírito, o mundo da acção do marinheiro descobridor da terra e o mundo da alma: as regiões superiores e transcendentais do espírito.

---

<sup>14</sup> Neste texto d’ *A Águia*, Pascoaes procura explicar o “espírito da nossa raça”, o que já poeticamente fizera em *Marânus* e quase ninguém percebera: “No meu livro *Marânus* e em alguns artigos publicados na primeira série de *A Águia*, apresentei, creio eu, a verdadeira interpretação da *Saudade*, isto é, a verdadeira interpretação do *génio*, do *espírito*, da *alma portuguesa*. É certo, porém, que tal coisa passou despercebida, o que revela tristemente a ignorância em que os Portugueses vivem de si próprios” (Pascoaes, *in* Guimarães 1988: 20).

<sup>15</sup> Veja-se ainda todo o capítulo sobre o espaço envolvente para o homem religioso. “O *nosso mundo* situa-se sempre no Centro” (Eliade s/d: 55-60).

<sup>16</sup> O Templo pode ser visto como espaço graças ao qual “o Mundo é re-santificado” (Idem, 71-78).

A altura relativa da montanha, transfigurada pela visão do poeta, revela a altura infinita da Transcendência<sup>17</sup>.

No dizer de M. Eliade “o muito alto” torna-se espontaneamente um atributo da divindade” (Idem, 128). E, na verdade, é no *alto* do Olimpo a morada dos Deuses como é o *Alto* a meta de plenitude perfeita da consciência.

Em *Marânus* – e porque para Pascoaes não é possível um mundo sem verticalidade, amorfo ou dessacralizado – é assim pela montanha, “Paisagem sagrada, entre as paisagens” (Pascoaes 1990: 98), que se chega à “suprema e final revelação” identitária (Idem, 141; 147).

Pela montanha cósmica e em “voo” mágico até à “fronteira indefinida / onde seu corpo *material* tocava / o fim *espiritual* da sua vida” (Idem, 79), o homem português processa a sua autognose. E realiza a sua última aspiração: o regresso à *Fonte*<sup>18</sup>, a Deus.

Quero voar, subir àquela altura  
de onde meu ser tombou, qual fio de água,  
que baixa, duma névoa, à terra dura,  
mas preso à linda névoa maternal  
(Pascoaes 1990: 40)

Nesse caminhar ascensional e aventureiro entre a realidade de facto e a realidade psíquica, a Eternidade é a realização final e suprema da grande Aventura humana.

E, em *Marânus* de Pascoaes, o último tempo do percurso do “luso peregrino” é marcado pela alegria algo messiânica da chegada do Redentor.

Na linha da *Bíblia* (em capítulos como “Anunciação”, “Os Pastores”, “A Boa Nova”, “O nascimento”), o Filho da Virgem, que é a Saudade<sup>19</sup>, vai nascer. E, na vinda desse Messias, está a redenção dos Portugueses.

Por fim, o percurso de *Marânus* culmina com o acesso à “Revelação Final”, com a descoberta da unidade ou regresso do luso peregrino a si mesmo, à sua

<sup>17</sup> Atente-se na semelhança entre o simbolismo celeste da Montanha (lugar alto e “comunicante com o céu” – Idem, 44) que sustenta e infunde ritos de escalada, de voo e de ascensão, em Pascoaes.

<sup>18</sup> A mesma imagética está expressa em *S. Jerónimo e a trovoada*: “Para mim o Mal resulta duma fatalidade da Criação, que tinha de ser inferior ao Criador. (...). O Mal é a própria Criação distanciada do Criador em qualidade. Sem esta distância para baixo, o Autor não se distinguiria da sua Obra. *A água mana sempre num sentido oposto ao lugar da fonte: nascendo, cai*” (Pascoaes 1992: 23-24). Itálicos nossos.

<sup>19</sup> Afonso Botelho, a partir da leitura de *Marânus*, afirma acerca de Pascoaes, na sua obra, o seguinte: “No meu entender, Pascoaes é sobretudo cristão, se o pudéssemos dizer, excessivamente cristão. Excessivamente cristão quando actualiza no tempo e no espaço, o Cristianismo – trazendo Belém para o Marão e fazendo nascer de novo Cristo no Seio Imaculado da Virgem Maria. A Virgem é mesmo a Virgem Santa Maria, só que Rainha da Saudade, significando a visão do Cristianismo evoluído do Calvário para o Paraíso (Terrestre e Celeste)” (Botelho 1960: 7-17).

verdade ontológica. Esta revelação realiza-se – na libertação do tempo e do espaço – pela morte ou integração de Marânus na sua face espiritual<sup>20</sup>. Só ela, personificada em Eleonor, restaura plenamente no luso peregrino a sua imagem, repondo-o em harmonia consigo próprio e com a Saudade.

A obra pascoalina encerra com “A Saudade e a Sombra de Marânus”, onde se defende a consubstanciação da Saudade na *alma* do homem luso<sup>21</sup>. Este, desmaterializado, tornado “sombra”<sup>22</sup>, essencializado, será cheio de toda a plenitude da Deusa e co-eterno com Ela:

Na verdade, me pertences!  
Agora, serás meu, por todo o sempre!  
(Pascoaes 1990: 153)

Em face da morte, a Saudade oferece a Marânus a descoberta simultânea da sua situação no Cosmos, da incomensurabilidade divina e da sua Identidade. Na total tomada de consciência de si próprio, enquanto homem e português, Marânus em “seu mundo interior com *serra e mar*” (Idem, 69) vem, por sua vez, oferecer uma Pátria ao Infinito Saudosista, porque

a Saudade é irmã da Eternidade  
(Pascoaes 1990: 153).

### Referências Bibliográficas

- Botelho, Afonso (1960): *Do Saudosismo como movimento*. Braga: s/e  
Camões, Luís de (1972): *Os Lusíadas* (1ª ed. 1572). (Com leitura, prefácio e notas de Álvaro Júlio da Costa Pimpão e apresentação de Aníbal Pinto de Castro). Lisboa: Atlântida.

---

<sup>20</sup> A morte material do sujeito herói de *Marânus* é exigida para se operar a sua integração na Divindade. É na linha temporal do homem que se inscreve o atemporal da Pátria Celeste. A situação limite da Morte, limitando a ordem empírica do ser é limitada por algo além dela. Da sua imanência irrompe a Transcendência.

<sup>21</sup> Em artigo d’*A Águia* (2.ª Série, n.º 2, 1912), Pascoaes apresenta “a verdadeira interpretação da *Saudade*, isto é, a verdadeira interpretação do *génio*, do *espírito*, da *alma portuguesa*”. E, mais adiante, acrescenta: “*A Saudade é a personalidade eterna da nossa Raça*” (Pascoaes, in Guimarães 1988: 70 e 71, respectivamente)

<sup>22</sup> O vocábulo “sombra” é nitidamente pascoalino e susceptível de criar algum equívoco. A *sombra* (que para Platão, na “Alegoria da Caverna”, e para neoplatónicos era a aparência, a matéria, o fenómeno) é em Pascoaes a essência, o númeno, o espírito.

- Coimbra, Leonardo (1911): “A Reforma do Ensino Secundário”. In: *A Montanha*. Diário Republicano da Tarde. Porto, Ano I, nº 66 de 17.5.1911: s/p.
- Cunha, Jorge Teixeira (1998): “Criação, Graça e Redenção nos poemas de *Marânus* e *Retorno ao paraíso*”. In: *Nova Renascença*, 64-66, vol. XVII: 83-95.
- Eliade, Mircea (s/d): *O sagrado e o profano: a essência das religiões*. Lisboa: Livros do Brasil.
- Ferreira, José Gomes (s/d): “Quando Teixeira de Pascoaes vinha a Lisboa”. In: *Obras completas. Teixeira de Pascoaes*, Vol. VI (Introdução e aparato crítico por Jacinto do Prado Coelho). Lisboa: Bertrand: 272-279.
- Figueiredo, Fidelino de (1966): *História literária de Portugal*. São Paulo: Companhia Editora Nacional.
- Franco, António Cândido (1992): *Eleonor na serra de Pascoaes*. Lisboa: Átrio.
- Gama, Manuel (1998): “Criação e Redenção em Teixeira de Pascoaes”. In: *Nova Renascença*, 64-66, vol. XVII: 305-315.
- Garcia, Mário (1989): “Pascoaes, nome de Terra”. In *Brotéria* 129: 93-97.
- Gomes, Pinharanda (1988): *A Saudade e o Saudosismo – Dispersos e Opúsculos* (compilação, introdução, fixação do texto e notas de Pinharanda Gomes). Lisboa: Assírio & Alvim.
- Guimarães, Fernando (1988): *Poética do Saudosismo*. Lisboa: Editorial Presença.
- Nemésio, Vitorino (s/d): *Outros poetas falam de Pascoaes*. In: *Obras completas. Teixeira de Pascoaes*. Amadora: Bertrand.
- Pascoaes, Teixeira de (1912): “Renascença (O Espírito da Nossa Raça)”. In: *A Águia*, vol. I, 2ª série, nº 2: 33-34. [In: Gomes 1988: 39-70].
- (1913): *O Génio Português na sua Expressão Filosófica, Poética e Religiosa* (prosa, conferência) [1ª ed.]. Porto, “Renascença Portuguesa”, 1913; 2ª ed. [In: Gomes 1988: 67-95].
- (1986): *Retorno ao Paraíso* (poesia) [1ª ed. 1912]. 5ª ed. Lisboa: Assírio & Alvim.
- (1987): *Os Poetas Lusíadas* [1ª ed., 1919]. Reflexões sobre Teixeira de Pascoaes por Joaquim de Carvalho reflectidas por Mário Cesariny. Lisboa: Assírio & Alvim.
- (1988): *O Espírito Lusitano ou o Saudosismo* (prosa, conferência) [1ª ed.]. Porto, “Renascença Portuguesa”, 1912; 2ª ed. [In: Gomes 1988: 43-58].
- (1990): *Marânus*. (prefaciado por Lourenço, Eduardo). Lisboa: Assírio & Alvim.
- (1991): *Arte de ser português* (prosa didáctica) [1ª ed. 1915]. Lisboa: Assírio & Alvim.



- (1992): *São Jerónimo e a Trovoada* (prosa biográfica) [1936, 1ª ed. Porto. Lello & Irmão Editores]. Lisboa, Assírio & Alvim.
- (1997<sup>a</sup>): *Terra proibida*. Lisboa: Assírio & Alvim
- (1997<sup>b</sup>): *Sempre* (Intr. de A. Cândido Franco). Lisboa: Assírio & Alvim.
- (s/d [1970]): *Versos Pobres* (Poesia) [1ª ed. 1949], Porto, Liv. Civilização. In: *Obras Completas* (JPC). Vol. VI. Lisboa: Bertrand.
- Pereira, José Carlos Seabra (1983): “Tempo Neo-Romântico”. In: *Análise Social*, 3.ª Série, vol. XIX, n.ºs 77-78-79: 845 e sqq.
- Quadros, António (1983): *Poesia e Filosofia do Mito Sebastianista. O Sebastianismo em Portugal e no Brasil*. Vol. II. Lisboa: Guimarães & Cª Editores.
- Ramalho, Costa (1980): *Estudos camonianos*. Coimbra, INIC, 1975; 2ª edição. Lisboa: INIC: 35-44.
- Saraiva, António José (s/d): *Luís de Camões. Estudo e antologia*. Lisboa: Bertrand.
- Silva, Vítor Manuel de Aguiar e (1994): *Camões: Labirintos e Fascínios*. Lisboa: ed. Cotovia.
- Teixeira, António Braz (1993): *Deus, o Mal e a Saudade. Estudos sobre o pensamento português e luso-brasileiro contemporâneo*. Lisboa: Fundação Lusíada.



# **CULTURA**



## **Gestão da paisagem classificada do Alto Douro Vinhateiro: 2001-2010**

*Natália Fauvrelle*

Museu do Douro, Investigadora do CITCEM  
natalia.fauvrelle@museudodouro.pt

### **Abstract**

This paper focus on the management of the Alto Douro Vinhateiro, since the classification as World Heritage, in 2001, until the present days, analysing the role of the different actors and the management guidelines developed during this period. Looking at the developed activities of this period some priority measures to the management of this world heritage territory are suggested.

### **Resumo**

Este trabalho centra-se na gestão do Alto Douro Vinhateiro desde a sua classificação como património mundial, em 2001, até à actualidade, analisando a actuação das diferentes entidades intervenientes e os instrumentos de gestão desenvolvidos. Tendo em conta as actividades e os constrangimentos identificados, sugerem-se algumas medidas prioritárias na gestão deste território Património Mundial.

Desde a classificação pela UNESCO do Alto Douro Vinhateiro (ADV) como património mundial, na categoria de paisagem cultural evolutiva e viva, a 14 de Dezembro de 2001, que muitas são as questões que se levantam sobre a administração deste território. Apesar dos vários instrumentos e diplomas de gestão, nove anos passados, continuam as interrogações e há ainda um longo caminho a percorrer na implementação de uma política de gestão e de salvaguarda eficaz.

A análise do contexto político-institucional deste período permite elencar alguns constrangimentos resultantes da falta de políticas concertadas, assim como apresentar algumas das acções implementadas ao longo destes nove anos. Partindo deste panorama, sugerem-se várias medidas prioritárias para a gestão do ADV, pretendendo-se com estas reflexões contribuir para a discussão de um importante tema para a região do Douro.

### **1. Principais agentes e instrumentos de gestão (2001-2010)**

A apresentação da candidatura do ADV a Património Mundial, em 2000, por iniciativa da Fundação Rei Afonso Henriques, foi bem acolhida pela UNESCO, sendo a aprovação da mesma candidatura condicionada à apresentação de um documento estratégico de gestão e salvaguarda do bem a classificar. O dossier entregue à UNESCO previa já um programa de gestão do ADV, não só apoiado no documento a elaborar (Plano Intermunicipal de Ordenamento de Território – PIOT), mas igualmente num “Gabinete do Alto Douro Vinhateiro” (GADV) que actuaria em cooperação com as autarquias.

Entre os objectivos do programa de gestão da paisagem referidos na candidatura evidencia-se a vontade de “valorizar a paisagem e os seus diversos elementos patrimoniais, minimizar as intrusões, melhorar a qualidade ambiental e de vida na área (...) bem como induzir a processos de promoção e divulgação dos valores paisagísticos do Alto Douro” (Bianchi, 2000). De modo a concretizar estes objectivos foram propostas uma série de acções no terreno, nomeadamente de valorização de elementos da paisagem, correcção de intrusões paisagísticas, levantamento de elementos patrimoniais, requalificação e dinamização dos povoados, acolhimento, promoção e animação e investigação e desenvolvimento.

O Gabinete proposto para implementar estas acções funcionaria em cooperação directa com as autarquias, principais responsáveis pela gestão do território e pela gestão e salvaguarda dos bens. A par desta estrutura mais operativa e técnica, seria criada uma “Associação Promotora do Alto Douro Vinhateiro”, organismo composto pelos proprietários e viticultores do Douro e as várias entidades ligadas à vinha e ao vinho, ao ambiente, ao património e às actividades económicas do território duriense. Deste modo, todos os parceiros interessados teriam uma palavra a dizer na gestão do território classificado.

A implementação da missão do Gabinete, de salvaguarda e promoção da paisagem cultural do Alto Douro, caberia a uma equipa multidisciplinar de cerca de dez elementos das mais diversas áreas, como agronomia, viticultura, arquitectura paisagística, arquitectura, biologia, sociologia e conservação do património.

A gestão do território classificado foi detalhada no PIOT, onde se contemplavam todas as questões de estratégia para a salvaguarda e gestão da paisagem cultural não desenvolvidas no documento de candidatura. A opção por este tipo de disposição regulamentar, ao tempo inovadora, prendeu-se com a sua eficácia na gestão de uma área tão extensa, composta por treze municípios (Alijó, Armamar, Carrazeda de Ansiães, Lamego, Mesão Frio, Peso da Régua, Sabrosa, Santa Marta de Penaguião, São João da Pesqueira, Tabuaço, Torre de Moncorvo, Vila Nova de Foz Côa e Vila Real), pertencentes a quatro distritos

(Bragança, Guarda, Vila Real e Viseu). O documento final é constituído por um relatório, onde se apresenta o diagnóstico da situação e as orientações estratégicas, uma adenda, com o registo do património classificado, património em vias de classificação e dos sítios arqueológicos na área geográfica em causa, e por elementos anexos como o protocolo de compromissos e peças gráficas ilustrativas das orientações substantivas (análise dos planos directores municipais, carta de uso do solo, etc.). Além de uma protecção directa do património, o documento revela preocupações associadas à construção do próprio território, analisando diferentes aspectos das dinâmicas demográficas, económicas, sociais e ambientais.

Aprovado através da Resolução do Conselho de Ministros n.º 150/2003, de 22 Setembro, o PIOT concretizava o compromisso assumido pelo Estado Português de proteger eficazmente o património do ADV e de preservar as características que lhe conferem um valor universal excepcional. Pretendia-se que fosse um instrumento de gestão da paisagem cultural evolutiva e viva da região, de articulação das estratégias de desenvolvimento territorial e de coordenação das iniciativas intermunicipais em termos de valorização do património natural e cultural e de ordenamento do território. Estas orientações, para se tornarem efectivas, deviam ser vertidas para os Planos Directores Municipais (PDM's) dos concelhos que compõem o ADV, sendo por isso fundamental a sua revisão.

Além da articulação com os PDM's, são também acautelados outros planos e programas de interesse local, regional e nacional vigentes na área de intervenção do PIOT, designadamente o Plano Regional de Ordenamento do Território da Zona Envolvente do Douro (PROZED) e o Plano de Ordenamento das Albufeiras da Régua e do Carrapatelo (POARC). Nesse sentido, o PIOT garante a concretização das políticas de desenvolvimento económico, social e de ambiente preconizadas no PROZED e adapta-se aos regimes de salvaguarda de recursos e valores naturais preconizados no POARC.

Contudo, a revisão dos PDM's é um processo moroso e as mudanças na paisagem duriense impunham uma actuação rápida. Apesar de grande parte do ADV se encontrar dentro da Reserva Ecológica Nacional (REN), o que pressupõe uma grande restrição a alterações no coberto vegetal – quer ao nível da área cultivada, quer ao nível do edificado – as transformações na paisagem duriense não abrandaram, colocando em risco a sua preservação. Aliás, fora exactamente este um dos argumentos para a apresentação da candidatura do ADV à UNESCO.

Dada a situação de risco, o XV Governo decidiu criar um mecanismo que permitisse regulamentar as plantações e replantações de vinha, a principal causa de mudança da paisagem classificada, mas também a sua razão de ser.

Produziu-se então o Despacho n.º 473/2004, de 2 de Julho, assinado conjuntamente pelo Ministério da Agricultura, Desenvolvimento Rural e Pescas e pelo Ministério das Cidades, Ordenamento do Território e Ambiente. Este documento reconhece o interesse público das movimentações de terra e destruição do coberto vegetal na medida do estritamente necessário à prática de actividades agrícolas tradicionais da região em área classificada como REN, desde que garanta a manutenção dos valores e recursos naturais que o PIOT salvaguarda. Do próprio despacho constam uma série de regras a seguir no que diz respeito ao plantio da vinha, em que se ponderam factores físicos e históricos da viticultura. O seu cumprimento fica dependente de parecer favorável da Direcção Regional de Agricultura de Trás-os-Montes (DRATM) e da Comissão de Coordenação e Desenvolvimento Regional do Norte (CCDR-Norte), modelo de gestão partilhada que pressupõe uma colaboração estreita entre as duas instituições.

Paralelamente às questões de ordenamento de território e da agricultura, a classificação do ADV como Património Mundial teve também implicações ao nível da gestão do património cultural. Os bens culturais imóveis incluídos na lista do património mundial integram, para todos os efeitos e na respectiva categoria, a lista dos bens classificados como de interesse nacional, de acordo com o estabelecido no n.º 7 do artigo 15º da Lei n.º 107/2001 (Lei de Bases do Património Cultural). Assim sendo, todo e qualquer acto sobre este território está sujeito à lei do património cultural, o que obriga a que todos os planos, programas, obras e projectos, tanto públicos como privados, que possam implicar risco de destruição ou deterioração de bens culturais, ou que de algum modo os possam desvalorizar, devam ser comunicados aos órgãos competentes da administração do património cultural (n.º 1, art. 40º).

Ainda que a maioria das transformações no ADV se processe ao nível dos cobertos vegetais, dado ser uma zona agrícola, há também a considerar um imenso património vernacular construído quer nos povoados, quer resultante da própria actividade agrícola, como sejam as quintas e as suas diferentes estruturas de apoio dispersas na paisagem.

A classificação de um monumento obriga os municípios, em parceria com a administração central ou regional, a estabelecer um plano de pormenor de salvaguarda da área a proteger. Neste caso tal plano é o PIOT, cuja entrada em vigor depende da revisão do PDM. A par do plano de pormenor, funcionam os habituais mecanismos de salvaguarda que obrigam a inclusão de um parecer por parte da entidade competente do Ministério da Cultura, neste caso a Direcção Regional de Cultura do Norte, para a atribuição do licenciamento de qualquer obra por parte dos municípios. Apesar de neste caso não ter sido criado qualquer mecanismo que permitisse uma actuação mais ágil por parte do Ministério da



Cultura no território classificado, a acção deste ministério acaba por surtir efeito na maioria das alterações ao nível do edificado, uma vez que os municípios fazem cumprir a Lei de Bases do Património Cultural.

Além destes documentos de gestão específicos, outros planos e estruturas incluíram nas suas estratégias de actuação sobre o território matérias associadas à gestão do ADV, como é o caso do Plano de Desenvolvimento Turístico do Vale do Douro (PDTVD), elaborado na sequência da Resolução do Conselho de Ministros n.º 139/2003, de 29 de Agosto. Nesta proposta é reconhecida a atractividade da região Património Mundial como potencial destino turístico, sendo patentes as preocupações com “algumas intrusões visuais, ligadas sobretudo à deposição clandestina de resíduos sólidos de natureza diversificada, ao abandono de veículos e embarcações e à implantação de construções dissonantes e em locais desapropriados” que obrigam a imposição de “medidas de contenção desses processos a par da recuperação das áreas já degradadas”. Dentro dos projectos prioritários elencados neste Plano refiram-se todos os projectos de preservação dos valores ambientais e culturais do ADV, a realização do “Inventário do Património Natural, Vernacular e Construído do Alto Douro Vinhateiro” e a sinalização rodoviária do ADV, a elaborar pelo Gabinete.

No caso das estruturas criadas na região sobressai a Estrutura de Missão para a Região Demarcada do Douro (EMD), instituída através da Resolução do Conselho de Ministros n.º 116/2006 de 20 de Setembro com a “missão de dinamizar acções para o desenvolvimento integrado da Região do Douro e promover a articulação entre as entidades da administração central e local com competências na região, bem como estimular a participação e a iniciativa da sociedade civil”. Nas competências deste organismo incluem-se a de “Acompanhar e zelar pelo cumprimento das exigências decorrentes do Plano Intermunicipal de Ordenamento do Território do Alto Douro Vinhateiro (PIOT-ADV) e da classificação da paisagem cultural, evolutiva e viva do Alto Douro Vinhateiro como património mundial, numa perspectiva de salvaguarda dos valores paisagísticos, ambientais e culturais em presença;”. Refira-se que esta estrutura se extingue a 31 de Dezembro de 2013.

Um outro organismo que tem contribuído para a gestão da paisagem do ADV é a Estrutura Local de Apoio do Douro Vinhateiro (ELADV), criada na sequência da portaria 232-A/2008 de 11 de Março, onde se estabelecem as regras gerais do apoio ao desenvolvimento rural sustentável, neste caso particular a que diz respeito à Intervenção Territorial Integrada Douro Vinhateiro. Constituída pela Direcção Regional de Agricultura e Pescas do Norte, Direcção Regional de Agricultura e Pescas do Centro, Comissão de Coordenação e Desenvolvimento Regional do Norte / Estrutura de Missão do

Douro, Casa do Douro e UNIDOURO, esta estrutura tem como objectivo principal a promoção de uma gestão dos sistemas agrícolas e florestais de acordo com a conservação de valores de biodiversidade e de manutenção da paisagem da Região Demarcada do Douro, havendo particular interesse na manutenção dos socalcos tradicionais dentro da área classificada do ADV. Nesse sentido, a sua actuação tem-se centrado no esclarecimento aos agricultores em aspectos como apoios existentes para reconstrução e manutenção da paisagem tradicional, em avaliar os projectos de recuperação/requalificação do património agrícola edificado (muros, casebres, pombais, etc.), entre outros aspectos associados a intervenções na paisagem classificada.

## **2. Constrangimentos**

Apesar de toda a legislação e preocupações em torno da área Património Mundial ao longo destes nove anos, não há neste momento nenhum organismo público ou privado que administre e/ou faça a gestão directa do Alto Douro Vinhateiro, sendo a gestão repartida por um grande número de tutelas/organismos.

A criação do Gabinete previsto na candidatura, apesar de célere, padeceu de algumas fragilidades que ditaram a sua inoperacionalidade e consequente extinção, o que não permitiu que se efectivasse qualquer política de gestão transversal no território. Além de dispor de uma equipa muito pequena, o que impossibilitava a cobertura de todas as áreas de saber necessárias e de um território tão vasto, não detinha poderes e recursos efectivos de gestão que lhe permitissem realizar um programa.

Por outro lado, era evidente a falta de articulação com todos os organismos gestores do território. Além da gestão dos diferentes programas de incentivo para o território já referenciados, o documento de candidatura é omissivo sobre o papel do Gabinete na gestão efectiva da área classificada, isto é, na aplicação da legislação preexistente e do PIOT. Todos estes documentos continuaram a ser administrados pelas autarquias ou pelos organismos competentes da Agricultura, do Ordenamento do Território e da Cultura.

O PIOT, apesar de formulado desde 2001 e aprovado em Conselho de Ministros desde 2003, não é ainda efectivamente cumprido uma vez que os PDM's da região se encontram em revisão. Há ainda a considerar todas as questões do âmbito da gestão agrícola, que não dependem directamente do poder municipal, ao qual o PIOT está sujeito.

O Ministério da Agricultura e o Ministério do Ordenamento do Território, através do Despacho Conjunto n.º 473/2007, têm monitorizado as movimentações de terras mas verifica-se, por vezes, um desfasamento entre o que é aprovado e o que é desejável que seja executado. Tal está associado ao

tipo de procedimentos de licenciamento de plantação. Os agricultores, salvo se beneficiarem do financiamento do programa de apoio à plantação VITIS, apenas comunicam à Direcção Regional de Agricultura (Centro de Estudos Vitivinícolas do Douro) a nova plantação, não havendo qualquer verificação prévia dos trabalhos a realizar. Os serviços limitam-se, *a posteriori*, a inspecionar o trabalho efectuado ao nível da instalação da vinha, não havendo controlo sobre o que foi alterado. No entanto, de acordo com o n.º 4 do Despacho 473/2004, é obrigatório um parecer da DRATM para a alteração de valores patrimoniais vernáculos, bem como de núcleos de vegetação arbórea. Como o licenciamento é apresentado depois da execução da replantação, não há espaço para que os técnicos possam dar o parecer de acordo com o legislado e evitar alterações dissonantes na paisagem. Paralelamente, os técnicos, com uma óbvia preparação na área da agricultura, não possuem formação adequada no âmbito do património, nem dispõem de instrumentos auxiliares que possam colmatar essa lacuna, nomeadamente de um inventário valorativo das manchas de paisagem em socolco, aliás um dos projectos prioritários do PDTVD.

O mesmo despacho prevê a intervenção por parte do Ministério do Ordenamento do Território, aqui representado pela CCDRN através da Estrutura Sub-Regional de Vila Real. A avaliação dos seus técnicos pode ser vista como complementar ao parecer da Agricultura, o que em teoria nos parece correcto, pois possibilita a avaliação dos impactes relativamente ao equilíbrio da paisagem (cobertos vegetais, condução de águas, etc.) e das possíveis dissonâncias, de acordo com o estabelecido pelo PIOT. Contudo, o tempo que decorre entre a análise por parte da Agricultura e o envio do processo para a CCDRN para avaliação é por vezes insustentável para o agricultor, ainda que a legislação obrigue a uma comunicação quinzenal por parte dos serviços da DRATM à CCDRN. Este sistema revela-se muito burocrático e moroso. Relativamente aos processos não financiados, a ESRVR apenas tem conhecimento através de denúncias ou de visitas de campo que, como é óbvio, necessitam de equipas mais alargadas, pois nem sempre os viticultores fazem chegar a esta instituição um pedido de parecer.

O outro ministério interveniente é o da Cultura, através da Direcção Regional da Cultura do Norte, sediada em Vila Real. É de referir que o Ministério da Cultura é o único ministério com servidão administrativa neste território, uma vez que a classificação como Património Mundial equivale à classificação como Interesse Nacional, devendo, por isso, todas as alterações no território obrigar a um parecer desta tutela.

Contudo, a este organismo chegam muitas vezes apenas os pedidos de parecer relativos a processos de construção/reconstrução que carecem de aprovação municipal. Ainda que em teoria todo o património edificado esteja

sujeito a esta aprovação, há uma parte significativa do património edificado da região classificada que não passa pelo seu crivo, em particular todas as estruturas vernaculares inseridas em meios agrícolas. Trata-se de construções mais singelas, mas que contribuem decisivamente para a diversidade da paisagem duriense, como os casebres de apoio, os muros apiários e de laranjais, arquitecturas de água, muros de suporte de culturas, etc. Como na sua maioria estão inseridas na mancha agrícola, onde as questões monitorizadas se prendem mais com o plantio da vinha, acabam, por vezes, por ser negligenciadas. É igualmente de assinalar que os planos implementados pelo Ministério da Agricultura para a reconstrução de muros não obrigam a qualquer parecer do Ministério da Cultura, que deveria controlar este tipo de alterações no património paisagístico.

Um outro aspecto que não tem sido acautelado da melhor forma é a gestão da Zona Especial de Protecção (ZEP) do ADV, que foi definida como a própria RDD, neste caso os 250.000ha que abrangem 21 concelhos, desde Barqueiros até Barca d'Alva. A sua publicação está ainda em curso por parte do Ministério da Cultura. O facto de não haver até ao momento esta figura, tem contribuído para que fora da área do ADV desapareçam importantes manchas de vinha sustentada por muros sem que nenhum instrumento legal possa ser accionado. Por outro lado, a dimensão excessiva da ZEP irá futuramente levantar grandes constrangimentos na gestão do território. Será necessário incluir na política de gestão do ADV mecanismos que agilizem e equilibrem a administração deste património sem cercear o seu desenvolvimento.

Por último, é de referir que a criação da Estrutura de Missão também teve subjacente a questão da gestão do ADV. Muito embora entre as suas funções tenha de zelar pelo cumprimento do PIOT, também não tem poderes efectivos de fiscalização, não estando dotada de uma equipa técnica específica para o efeito. A actividade que desenvolve tem-se centrado por isso mais na divulgação, procurando consciencializar a população e as instituições para o valor e importância do ADV. Estas acções, por não terem um carácter de proximidade com grande parte da população, acabam por não surtir o impacto desejado junto dos maiores interessados, os produtores de paisagem. Além disso, a actividade desta estrutura está condicionada temporalmente, extinguindo-se a 31 de Dezembro de 2013, o que abrirá um vazio institucional neste domínio.

Sente-se, assim, a falta de uma estratégia global para a gestão da área classificada, que vai muito além das meras considerações práticas da conservação do património comum. Estamos perante um património vivo e em evolução, onde vivem e trabalham pessoas, cuja actividade tem uma acção directa na paisagem, portanto, no bem classificado. Pensamos que há um risco

efectivo de perda da classificação, atribuída pela UNESCO, face à falta de capacidade de implementar uma política de gestão e manutenção do bem.

A par da falta de estratégia, está a ausência de uma entidade gestora que concilie os diferentes interesses e planos existentes para o território, o que tem produzido efeitos negativos na paisagem, entre os quais podemos apontar:

- alteração dos cobertos vegetais para plantio de vinha em zonas pouco adequadas, verificando-se não só um impacto paisagístico muito negativo como também algumas alterações do próprio comportamento dos solos com erosões elevadas e derrocadas com forte capacidade destruidora, devido à má condução de águas e plantação em declives acentuados;
- destruição de manchas de muros históricos, de arquitecturas vernaculares de apoio, das arquitecturas de condução de águas, das bordaduras de oliveiras e manchas de fruteiras e hortícolas cuja reposição é impraticável, contribuindo para o empobrecimento da paisagem quer pela perda de valores históricos, quer pela perda de diversidade;
- a excessiva monocultura da vinha, e consequente perda de diversidade, é também um factor de empobrecimento dos solos e um potenciador da erosão;
- plantio de vinhas e de outras culturas em declives acentuados recorrendo a formas de sistematização de terreno pouco adequadas, com consequências na alteração da riqueza do mosaico paisagístico, mas igualmente no equilíbrio e estabilidade dos solos;
- alteração da paisagem pela construção de grandes obras, como é o caso da barragem de Foz-Tua, cujo plano foi aprovado apesar de se encontrar no limite do ADV e, portanto, dentro da sua ZEP. Além do desaparecimento de uma linha histórica, única no mundo, esta obra significa igualmente a perda de um trecho de paisagem natural excepcional no vale do Douro de elevado valor patrimonial e turístico;
- construção de edifícios (habitação, hotelaria, adegas) em dissonância com a paisagem envolvente, sobretudo pelos volumes excessivos, uma vez que se tem verificado algum cuidado na utilização de materiais que se adaptam ao meio.

### **3. Acções no território**

Ainda que não haja uma entidade a gerir directamente o ADV, algumas das medidas apontadas quer na candidatura, quer nos planos subsequentes foram levadas a cabo pelas diferentes entidades intervenientes no território, nomeadamente na remoção de depósitos de resíduos (lixeiros, sucatas e outros elementos dissonantes na paisagem) contribuindo para a recuperação

paisagística das áreas afectadas. Foi igualmente levado a cabo um plano ambiental para a recuperação paisagística de explorações de massas minerais, ainda que esteja por resolver a questão da pedreira de S. Domingos de Queimada, exploração de dimensão avultada junto ao limite do ADV.

Durante este período têm vigorado programas de apoio à reconstrução de muros, sendo de destacar mais recentemente o esforço realizado pela ELADV, quer gerindo os programas de apoio, quer promovendo acções junto das populações e entidades interessadas, com sessões de esclarecimento e distribuição de folhetos informativos sobre os cuidados a ter na plantação ou replantação de vinhas e outras culturas permanentes no ADV, alertando para as vantagens da manutenção dos sistemas tradicionais de armação do terreno.

Foi também realizada a sinalização do ADV nos principais acessos à região, bem como assinalado o seu limite no terreno em diferentes pontos do território, não pelo Gabinete, como previsto, mas pela CCRN. As placas adoptam as normas estéticas impostas para este tipo de sinalização, contudo, carecem de alguma informação complementar, o que aumentaria a sua eficácia. Referimo-nos particularmente à marcação nas estradas da Região Demarcada, onde, com a placa habitual, podia ser colocado um pequeno texto informativo, juntamente com uma infografia que elucidasse o viajante sobre a sua posição na área classificada.

Também com o apoio financeiro da CCRN, o Museu do Douro realizou, em 2007, uma proposta de inventário para as manchas de vinha murada na Região Demarcada do Douro. Este pré-inventário, que pretendeu ser um ponto de partida para a elaboração de uma carta da paisagem, colheu o apoio da CCRN e da Estrutura de Missão, que aprovaram uma candidatura que garantirá a sua continuidade a partir de 2010. Se a primeira fase foi demonstrativa, a segunda incidirá unicamente sobre o ADV.

Embora não associados directamente à gestão do ADV, foram realizados vários investimentos na rede viária, quer ao nível dos acessos à região e quer na estrutura interna. São também significativos os investimentos no sector do turismo, sendo relevante a criação de uma região de turismo exclusiva do Douro. Este tipo de investimento pretende valorizar a região interna e externamente, promovendo o aumento dos visitantes, numa zona já de si bastante atractiva em termos turísticos. O acréscimo de turistas poderá funcionar como um elemento de pressão junto dos vicultores e das instituições intervenientes na manutenção das características exemplares da paisagem do ADV, motivo da classificação pela UNESCO e motor deste fluxo turístico.

#### **4. Prioridades de gestão**

A prioridade essencial nesta matéria é a constituição de um organismo específico e multisectorial que fique encarregue da gestão do ADV – um Centro de Gestão do ADV onde estejam reunidos todos os organismos que interferem na manutenção do território, directamente dependente do poder central. A sede desta estrutura deve obrigatoriamente localizar-se dentro da região classificada, num ponto com boa acessibilidade. Pela sua dimensão, a cidade de Peso da Régua parece ser o local mais adequado, havendo algumas instalações/edifícios com dimensão para albergar o Centro.

A formação de uma entidade gestora do ADV terá necessariamente de partir de um entendimento entre os ministérios da Agricultura, da Cultura e do Ambiente e Ordenamento do Território. Visto a classificação como património mundial assumir na legislação portuguesa um valor equivalente a interesse nacional, poderá a tutela ser entregue ao MC ou, em alternativa, haver uma gestão conjunta interministerial com rotatividade da nomeação do director do referido Centro. Recomenda-se que este organismo seja apoiado por um conselho consultivo que integre as autarquias, instituições com papel activo na região e agentes privados que contribuam activamente para o desenvolvimento do Douro. Cada instituição, na sua área, poderá dar um contributo para a gestão do território.

Com este modelo de gestão qualquer cidadão que pretenda realizar uma alteração na área do ADV, seja no espaço agrícola ou no urbano, poderá dirigir-se, unicamente, ao Centro para obter as respectivas autorizações associadas ao ADV, isto é, pareceres que corroborem que a alteração está em conformidade com a legislação, no que diz respeito às questões patrimoniais, agrícolas e de ordenamento do território do ADV, estabelecidas no PIOT e em outra legislação produzida. Deste modo, todo o processo pode ser tratado num único local, transitando internamente para que cada departamento o aprove. Além de uma maior celeridade e de possibilitar o controlo do processo do princípio ao fim, este procedimento facilitaria igualmente a discussão entre os técnicos, enriquecendo a resposta dada ao cidadão e diminuindo as probabilidades de erro.

Como a ZEP estabelecida se estende a toda a Região Demarcada, por aqui passariam também a apreciação dos processos desta área, o que significa um grande volume de trabalho e, conseqüentemente, a necessidade de aqui concentrar um grande número de pessoas/equipas de trabalho especializadas. Estes recursos humanos poderão ser recrutados nos serviços já existentes em diferentes zonas da região e fora dela. A deslocação de colaboradores já afectos aos ministérios referidos, bem como a criação de novos postos de trabalho, são certamente um contributo expressivo para a revitalização de uma região em desertificação e com falta de quadros superiores.

O modelo de funcionamento proposto não obsta a que os municípios mantenham a administração do seu território nos mesmos moldes mas, em vez de solicitarem pareceres a diferentes entidades, canalizariam todos os pedidos para uma única instituição. O papel das autarquias na gestão do território ficaria ainda assegurado através do já mencionado conselho consultivo do Centro.

Além da gestão corrente do território classificado, a este Centro caberia igualmente a promoção e dinamização do ADV, em paralelo com outras instituições de cultura e turismo da região. Deste programa devem constar diferentes eventos que possam contribuir para o conhecimento da região, interna e externamente, concorrendo também para a participação da comunidade na gestão e divulgação do seu território. Como é sabido, estas funções são, actualmente, assumidas pela Estrutura de Missão, que se extingue em 2013, pelo que o Centro pode assumir este papel com o seu desaparecimento.

Será ainda recomendável a inclusão das populações na gestão do bem classificado, comprometendo-as através da sua actuação no dia-a-dia. Esta atitude inclusiva, aconselhada na Convenção Europeia da Paisagem, fará dos próprios habitantes e agricultores os primeiros gestores do bem em paralelo com o Centro. A paisagem do ADV é um bem de todos e criado por todos, devendo igualmente ser uma responsabilidade partilhada. Esta metodologia de distribuição dos deveres perante o património comum poderá ter como principal obstáculo a baixa formação dos principais participantes, cuja actuação se baseia na experiência, acumulada ao longo da vida, e no saber empírico, transmitido geracionalmente.

Nesse sentido, é essencial apostar na formação em áreas como o património e o ambiente, procurando incluir nesta acção todos os sectores, sejam eles directamente intervenientes ou não. A par da formação das novas gerações, através de actividades ao nível escolar, devem ser planeadas acções atractivas e eficazes junto do público adulto, que necessita de reforçar a auto-estima relativamente à região e ao trabalho que desenvolve. Podem ser produzidas brochuras abordando temas como a preservação da paisagem, a agricultura e o ambiente, ou a importância do património para a economia local; editar pequenos guias / “manuais do construtor da paisagem” ao jeito das antigas bibliotecas do agricultor; e organizar sessões de formação e informação, a realizar em locais próximos dos habitantes, em que estes se sintam confortáveis e à vontade, como a junta de freguesia, o salão paroquial, a adega local ou até mesmo o café da aldeia, criando alguma informalidade que permita a inclusão de todos. Importa ter consciência que actuar sobre este património exige uma reflexão conjunta e é a partir de pequenas experiências que podemos fazer balanços e daí lançar novas propostas.



Um outro projecto fundamental, e cuja execução é urgente, é a realização de um inventário do património do ADV. Este deve ser o mais completo possível, cruzando dados de relevância patrimonial com os dados já recolhidos no cadastro vitivinícola gerido pelas diferentes entidades do Ministério da Agricultura (Centro de Estudos, IVDP). A sua execução requer por isso equipas multidisciplinares que abranjam áreas tão diversas como o património histórico, paisagístico, arquitectónico e ambiental até à vitivinicultura. Há a considerar um imenso património ampelográfico, que sempre caracterizou as vinhas durienses, e que se encontra em recuo, dada a preferência de gosto e produtividade de certo tipo de castas, sendo por isso importante realizar o seu levantamento no território.

O inventário em si não pode ser encarado como um fim; este instrumento de trabalho é um caminho para a gestão, devendo ser permanentemente actualizado através da monitorização/evolução das manchas de paisagem, cabendo esta tarefa ao referido Centro. Só o acompanhamento e conhecimento da evolução da paisagem permitem a sua gestão efectiva e acertada, nomeadamente no que se refere ao acompanhamento das novas paisagens, cuja execução inadequada tem por vezes consequências graves para a população (corte de estradas, risco para os trabalhadores, etc.).

Um ponto de partida poderá ser o inventário em preparação pelo Museu do Douro, que deve ser complementado com toda a informação de cadastro vitivinícola. Como este abrange essencialmente áreas muradas (mortórios, vinhas pré e pós filoxera), deve igualmente ser acrescentada toda a informação relativa às novas formas de armação do terreno, cuja monitorização, como referimos é igualmente importante.

Em face dos constrangimentos encontrados é fundamental uma atitude pragmática na procura de uma solução de gestão a muito curto prazo, sob pena de se perderem irremediavelmente valores paisagísticos únicos, como tem vindo a suceder desde que o ADV foi classificado pela UNESCO. Actuar sobre este património exige reflexão e cautela, não existindo uma “receita pronta” para a sua gestão, devendo cada experiência ser um ponto de partida para a implementação de novas práticas e de novos objectivos.

O Douro possui uma série de planos e legislação que administram o território. Contrariamente ao que se tem dito relativamente à Região e ao ADV, não há falta de qualquer plano de diagnóstico ou de gestão. Eles estão feitos e poderão servir, desde que sejam aplicados. Como é óbvio, o tempo ditará os necessários ajustes para que as questões se tornem mais operacionais e fluidas, facilitando os processos e a vida dos cidadãos. Embora esteja ainda em falta o inventário, elemento base para a gestão corrente do bem, podemos partir dos cadastros existentes e construir uma sólida base de dados da região. É, pois,

fundamental integrar a gestão da paisagem no planeamento das políticas regionais e nas estratégias culturais, ambientais, turísticas e sociais assegurando assim a manutenção da identidade e da memória da Região Demarcada do Douro.

### Referências Bibliográficas

- AAVV (2001): Plano Intermunicipal de Ordenamento do Território do Alto Douro Vinhateiro. Vila Real: UTAD.
- AAVV (2009): Espaço Alto Douro Vinhateiro desde 1756. Trabalho elaborado e apresentado no Âmbito do CADAP PORTO I (policopiado).
- Aguiar, Fernando Bianchi de (cord.) (2000): Candidatura do Alto Douro Vinhateiro a Património Mundial. Porto: Fundação Rei Afonso Henriques.
- Portugal (2001): Lei n.º 107/2001, Estabelece as bases da política e do regime de protecção e valorização do património cultural. Diário da República n.º 209, série I-A.
- (2003): Resolução do Conselho de Ministros n.º 139/2003, de 29 de Agosto de 2003. Diário da República n.º 199, série I-B.
- (2003): Resolução do Conselho de Ministros n.º 150/2003, de 22 de Setembro de 2003. Diário da República n.º 219, série I.
- (2004): Despacho conjunto dos Ministérios da Agricultura, Desenvolvimento Rural e Pescas e das Cidades, Ordenamento do Território e Ambiente n.º 473/2004, de 2 de Julho. Diário da República n.º 178, série II.
- (2006): Resolução do Conselho de Ministros n.º 116/2006, de 20 de Setembro de 2006. Diário da República n.º 182, série I.

## **José Inês Louro e Mário Cláudio: devotos promotores da Língua e Cultura Portuguesas**

*Carla Sofia Gomes Xavier Luís*  
Universidade da Beira Interior  
cxavier@ubi.pt

*Alexandre António da Costa Luís*  
Universidade da Beira Interior e CHSC da Univ. de Coimbra  
aluis@ubi.pt

### **Resumo**

O presente artigo pretende, no essencial, destacar o labor realizado por dois agentes/vultos culturais, um filólogo, José Inês Louro (1905-1969), e um escritor, Mário Cláudio (1941, Porto), na abordagem e conseqüente salvaguarda de alguns valores e marcos identitários do povo português; o primeiro, dedicando-se ao estudo científico da língua, o segundo, manuseando, criativamente, a palavra num expedito jogo linguístico-literário.

O nome de Mário Cláudio, pseudónimo literário de Rui Manuel Pinto Barbot Costa, constitui, na actualidade, uma incontornável referência no âmbito das letras portuguesas, objecto de diversos estudos, nomeadamente dissertações de doutoramento e mestrado, livros, artigos, recensões, ao passo que o nome de José Inês Louro, apesar de insigne “historiador da palavra e operário da língua portuguesa” (Silva s.d.), esteve votado ao esquecimento durante um largo período de tempo<sup>1</sup>. Parte do presente trabalho enquadra-se precisamente numa tendência, que tem vindo a ganhar crescente vigor nos últimos anos, de correcção deste lamentável lapso que empobrecia o conhecimento da substância e grandeza do legado produzido, no âmbito da filologia portuguesa, por este enérgico investigador, que assumiu, ao longo da sua vida, uma atitude de modéstia pessoal. De facto, não fora a investigação, refira-se de natureza

---

<sup>1</sup> Veja-se, logo à partida, a estranha ausência do nome José Inês Louro no conhecido *Dicionário de Escritores do Distrito da Guarda*, publicado em 1969, por Pinharanda Gomes, que, segundo José Manuel Azevedo e Silva, constitui um “indício de um inexplicável processo de sepultura da memória do nosso filólogo” (Silva 2010: 13).

sistemática, feita pelo historiador José Manuel Azevedo e Silva<sup>2</sup>, que, estimulado pela contagiante persistência do Professor Filipe Ferreira de Almeida Mendes<sup>3</sup>, reúne e recupera a espartilhada memória deste laborioso filólogo, a marca de José Inês Louro permaneceria, nos dias de hoje, consideravelmente no olvido ou anonimato. Na verdade, o próprio biógrafo Azevedo e Silva confessa a sua surpresa quando se apercebe de que havia estudado “grego pela sua *Gramática Grega* e latim pelos seus *Elementos de Gramática Latina e sua Aplicação ao Estudo do Português*” (Silva 2010: 36-37)<sup>4</sup>.

Para se tornar uma meritória referência no âmbito do conhecimento da língua portuguesa, Inês Louro teve, à partida, de contrariar uma série de dificuldades decorrentes da sua baixa condição social e do peso da interioridade. Após o contacto com enriquecedoras experiências na sua terra natal, Arcozelo da Serra (Gouveia), desempenhando distintas actividades como sapateiro, pastor, agricultor, passando por músico e sacristão (Silva 2010: 15), mudou-se para a cidade do Porto, investindo na sua formação académica. Viu-se obrigado, a fim de sobreviver e pagar os estudos, a dar explicações, aulas particulares, e a leccionar no Colégio Moderno, do Dr. Osório, numa antiga casa situada na Rua das Oliveiras. Quando o dinheiro não supria, tinha, inclusivamente, de recorrer aos seus amigos, empréstimos esses que se apressava a liquidar (Silva 2010: 17). Não obstante, apesar das inúmeras vicissitudes, acabou por triunfar o dinamismo deste arcozelense, uma vez que, em onze anos, entre 1923 e 1934, dos 18 aos 29 anos, portanto, completa o Curso dos Liceus e conclui a Licenciatura em Medicina na Universidade do Porto (Silva 2010: 15-16), tendo sido, pelos seus elevados resultados académicos, agraciado com o *Prémio Idalina de Almeida* (Silva 2010: 16). Possui, igualmente, o Curso de Medicina Sanitária, também pela mesma instituição. É de salientar a sua versatilidade e capacidade de trabalho, bem como o inconformismo intelectual, posto que, enquanto cursava Medicina, frequentava, paralelamente, algumas disciplinas de outros cursos, de Ciências e de Letras, ministradas em diferentes Faculdades da Universidade do Porto, aprimorando-se, em particular, no âmbito do estudo aprofundado do Grego e do Latim. Como realça Azevedo e Silva, “serão precisamente estas duas

---

<sup>2</sup> José Manuel Azevedo e Silva é Professor Jubilado da Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra, investigador do Centro de História da Sociedade e da Cultura e vencedor, numa obra conjunta com o Prof. Doutor João Marinho dos Santos e o Mestre Mohammed Nadir, do *Prémio Calouste Gulbenkian* “História da Presença de Portugal no Mundo”, atribuído pela Academia Portuguesa de História, em 2 de Julho de 2008.

<sup>3</sup> Professor Aposentado do Ensino Primário e amigo pessoal de José Inês Louro.

<sup>4</sup> O próprio biógrafo de José Inês Louro afirma que

há nomes importantes da ciência e da cultura portuguesas que tendem a cair no esquecimento [...]. É o caso do nosso homenageado. Nós próprios só nos demos conta disso depois que o Senhor Professor Filipe Mendes começou a publicar os seus artigos no *Notícias de Gouveia*, o que nos levou a redescobrir o nosso filólogo. (Silva 2010: 36)

disciplinas, aparentemente laterais no seu percurso académico, que virão a tornar-se centrais e basilares no seu labor de filólogo” (Silva 2010: 16). Adite-se que a colaboração, por exemplo, com o *Jornal do Médico*, o *Boletim do Centro de Estudos Humanísticos*, o *Studium Generale do Centro de Estudos Filológicos* e certos jornais regionais, publicando variados artigos, cedo se iniciou.

Depois de exercer a sua profissão em Arcozelo da Serra, não raras vezes gratuitamente, regressa ao Porto, “onde, a par da Medicina, se entrega à sua paixão pelos estudos filológicos, servidos por um sólido conhecimento do Grego e do Latim e traduzidos na publicação de artigos em revistas da especialidade” (Silva 2010: 18). Com efeito, a qualidade do labor científico produzido foi a grande responsável pela sua admissão, em 1942, como bolsheiro do Instituto de Alta Cultura, a fim de se ocupar do estudo da linguagem científica e técnica. O gosto que nutre pela investigação acaba por levá-lo a firmar, corria o ano de 1946, residência na capital, Lisboa, onde integrará o Centro de Estudos Filológicos, tornando-se inclusive seu vice-secretário. Na década de 50, é nomeado membro da subcomissão técnica encarregada de elaborar o *Dicionário da Academia das Ciências*. Em 1967, é eleito sócio correspondente da Secção de Ciências Filológicas da Academia das Ciências de Lisboa (Silva 2010: 18-19).

Apesar da singularidade do percurso que trilhou, manteve-se, como já foi referido, por demasiado tempo, pouco publicitado o contributo que José Inês Louro sabiamente emprestou à língua e cultura lusíadas. Como facilmente se percebe, a base bibliográfica em torno deste ilustre arcozelense não é muito extensa. Além de alguns textos como os que constam da *Grande Enciclopédia Portuguesa e Brasileira* (513-514) e do *Dicionário de História de Portugal* (Pontes 1979: 15-18) ou de curtas referências ao seu nome inseridas em *Filólogos Portugueses entre 1868 e 1943. Catálogo da Exposição Organizada para o XI Encontro Nacional da Associação Portuguesa de Linguística (Faculdade de Letras de Lisboa, 1995)* (Prista e Albino 1996: XI, 78 e 81)<sup>5</sup>, é, principalmente, de louvar a persistência de Filipe Mendes que assumiu “como

---

<sup>5</sup> Independentemente das alusões ao seu nome, é de sublinhar que José Inês Louro não integra a galeria dos vultos homenageados:

Para tornar operacional *geração de filólogos*, considerámos os autores que publicaram maioritariamente depois de 1868, ou que ainda publicaram significativamente depois dessa data, e seguimo-los até 1930-40 (quando morreram os mais longevos dos mais antigos), tendo depois excluído os linguistas nascidos já no século XX, mesmo se alguns começaram a assinar trabalhos ainda nos anos trinta. Significa que não figuram nesta *geração alargada* Armando de Lacerda (nascido em 1902), Carlos Eugénio Correia da Silva (1904), Manuel de Paiva Boléo (1904), José Inês Louro (1905), Francisco Rebelo Gonçalves (1907); ao contrário, são raros os casos de autores nascidos ainda no XIX que se tivessem estreado tarde na linguística (é um pouco o que aconteceu com Raul Machado ou Joaquim Figanier). (Prista e Albino 1996: XI)

missão resgatar a memória desse grande gramático, dicionarista, cultor das línguas clássicas (grego e latim) e da língua portuguesa” (Silva 2010: 13), publicando, entre outras realizações, durante alguns anos, no jornal *Notícias de Gouveia*, vários artigos com o título genérico “Colóquio vai homenagear o filólogo José Inês Louro” (Silva 2010: 18-19). Também merece um rasgado elogio Azevedo e Silva, uma vez que, mergulhado neste espírito inconformado, nos dá, com o devido pormenor, a conhecer, no trabalho biográfico que apelidou de *José Inês Louro: a Vida, a Obra e a Memória do Médico-Filólogo*<sup>6</sup>, quer o valioso legado deste filólogo para a perenidade da língua de Camões quer o apaixonante e perseverante ser humano. De facto, este livro segue uma forma original de biografar, na medida em que “o biografado, o herói, é visto como produto e produtor da sociedade em que viveu. [...] Os heróis são imortais e, como tal, continuam a ser actores da História, mesmo depois da sua morte” (Silva 2006: 7-8). Efectivamente, o tipo de biografia de natureza “sistémica e globalizante”, que pouco tem a ver com os moldes tradicionais, é aquele que melhor se adequa a este árduo empreendimento. Posto isto, em termos práticos, para além dos aspectos vivenciais e da lista de títulos dos estudos elaborados pelo filólogo em apreço, Azevedo e Silva convida-nos igualmente a conhecer o homem através da sua obra e, impreterivelmente, a proceder ao desvendamento dos ecos do herói que ressoam nas gerações subsequentes. Todos estes aspectos encontram-se sustentados por via da minuciosa abordagem resultante do levantamento e consulta de 83 trabalhos (o n.º 84 permaneceu inédito), distribuídos por 5 livros, 72 artigos e 6 resenhas e perfazendo um total de 1899 páginas redigidas por José Inês Louro (Silva 2010: 38, 84 e 125). Para além do apurado labor de análise e síntese cultivado por Azevedo e Silva, podemos ainda beneficiar, no mencionado estudo, de oportunas ilustrações (ver caderno fotográfico) e de testemunhos de várias personalidades que tiveram o privilégio de privar com José Inês Louro.

Apresentado, em linhas gerais, o percurso palmilhado rumo ao encontro do profundo conhecimento da palavra, dedicamos a nossa atenção, ainda que de forma nitidamente sumária, a certos aspectos marcantes do seu espólio. Apesar de ter falecido aos 63 anos de idade, o especialista em causa deixou-nos uma avultada herança científico-cultural, bem visível nos variados títulos que publicou, alguns dos quais, diga-se, sob os pseudónimos José Fonseca, Jil (representa as iniciais do seu nome) e Jil Fonseca. Eis alguns dos seus principais

---

<sup>6</sup> Este texto de José Manuel Azevedo e Silva tem por base a comunicação que apresentou no Salão da Junta de Freguesia de Arcozelo da Serra, concelho de Gouveia, em 30 de Julho de 2005, na sessão comemorativa do *I Centenário do Nascimento de José Inês Louro*, da qual resultou um primeiro trabalho intitulado *José Inês Louro: o Filólogo, o Historiador da Palavra e o Operário da Língua Portuguesa*. Foram ainda oradores nesta cerimónia o Dr. Alípio de Melo, o Professor Filipe Mendes e o Prof. Doutor João Malaca Casteleiro.

trabalhos: *O Grego Aplicado à Linguagem Científica*, composto por três livros: I – *Elementos de Gramática Grega* (1. Fonologia, 2. Morfologia), II – *Importação e Formação de Palavras do Grego* (1. Importação de Palavras Gregas, 2. Composição com Elementos Gregos, 3. Derivação com Sufixos Gregos), III – *Vocabulários Técnicos* (1. Grego-Português, 2. Português-Grego); *Questões de Linguagem Técnica e Geral: com Observações ao Vocabulário da Academia, aos Dicionários, etc.*; *Linguagem Médica Luso-Brasileira. Uma Questão Morfo-Semântica*; *Problemas de Linguagem Anatômica*; *Regras de Notação e Nomenclatura Químicas*; *Elementos de Gramática Latina e sua Aplicação ao Estudo do Português* (com o pseudónimo de José Fonseca); *Estudo e Classificação das Vogais* (Silva s.d.: 25-26; Silva 2010: 127-138). Pelos títulos expostos, torna-se evidente que a dívida de gratidão para com este guardião da língua lusa decorre, apreciavelmente, do trabalho que desenvolveu como gramático e fonólogo. De igual modo, devemos ainda salientar a sua dimensão de dicionarista, cujo contributo para a língua portuguesa mais facilmente apreendido pelo comum dos leitores deriva da sua participação no *Dicionário da Língua Portuguesa*, da Porto Editora. Com efeito, o nome de José Inês Louro, na qualidade de filólogo, figura na lista dos principais colaboradores deste “omnipresente” dicionário.

Sem surpresa, Inês Louro concentrou largo quinhão da sua actividade filológica em dois grandes terrenos linguísticos: a linguagem técnica e científica (designadamente a médica) e o linguajar da sua terra berço. E são vários os exemplos de palavras às quais dedicou a sua atenção, clarificando dúvidas relativas à origem, evolução, significado e, em alguns casos, até à pronúncia. Azevedo e Silva apresenta uma colecção de vocábulos frequentemente usados na região da Serra da Estrela, tais como *agrião*, *alavão*, *alfeire*, *alvéloa*, *canga*, *cipreste*, *malata*, *milheirice*, *merugem* ou *morugem*, *percevejo*, *sargaço* (Silva 2010: 50), que foram estudados por Inês Louro. Como bom filho da terra que era, reservou ainda algum do seu precioso tempo a indagar a etimologia e o significado do topónimo *Gouveia* (Louro 1958: 358-361). Acerca da linguagem rural, na obra *Problemas de Linguagem Anatômica*, mostrando-se a favor da aplicação de uma análise comparativa e histórica da linguagem médica erudita e da correspondente linguagem de medicina popular, explica que é aos médicos, mormente aos médicos rurais, “que cabe colher e definir, tão justamente quanto possível, este importante domínio do nosso património linguístico popular, ainda tão escassamente explorado” (Louro 1944: 5-11).

Na realidade, o modelo de labor que incrementou, empregando a metodologia histórica, consultando fontes, glossários, ortografias, vocabulários e léxicos, trabalhando os autores clássicos da Antiguidade e os clássicos portugueses, pesquisando, reunindo, seleccionando e hierarquizando o fundo

informativo em redor de cada palavra, traçando o trajecto evolutivo das unidades lexicais, entre outras concretizações, ajudam a justificar o tríptico “o filólogo, o historiador da palavra e o operário da língua portuguesa” atribuído por Azevedo e Silva ao ilustre arcozelense (Silva 2010: 44). E, “na sua cruzada em prol da língua portuguesa em geral e da linguagem técnica e científica em particular, as suas ideias e posições tiveram uma aceitação favorável e muitas vezes até encomiástica” (Silva 2010: 61). Adite-se, ao que acabámos de enunciar, não só a argúcia psicológica e solidariedade profissional no âmbito da descoberta/auxílio prestado a novos valores científicos do campo das Letras, bem como o reconhecimento, pelos seus estudiosos<sup>7</sup>, das qualidades da frontalidade, geradora, não obstante, de algumas polémicas, e da honestidade intelectual. Todos estes ingredientes fazem de Inês Louro, para além de um insigne filólogo e acérrimo defensor da língua e cultura portuguesas, um ser humano interessante de perscrutar.

Felizmente, apesar do adormecimento da memória deste cultor das línguas clássicas e lusa, nem tudo se perdeu, pois “é, sem dúvida, na sua obra que reside o grande reservatório da sua memória” (Silva 2010: 84). No fundo, esta personagem, num tempo onde vinga a tirania da cultura do belo, do efémero, da fama e, principalmente, do facilitismo, constitui um nobre exemplo, para as gerações presentes e vindouras, de luta e de coragem em prol do genuíno amor à ciência e ao seu país. Por tudo quanto foi dito, é perfeitamente compreensível a dedicatória inscrita na separata que Azevedo e Silva gentilmente nos ofertou e que reza o seguinte: “grato pela leitura e pela divulgação a bem da nossa linguagem” (Silva s.d.: contracapa).

Quanto a Mário Cláudio, consagrado escritor contemporâneo, alberga uma produção textual, por sinal de apreciável extensão, contemplando os mais distintos géneros, como a poesia, o romance, o teatro, o conto, a crónica, a novela, a literatura infantil, o ensaio, a biografia, considerada por Carlos Reis “uma das mais consistentes, continuadas e coerentes obras ficcionais que nos últimos 20 anos entre nós se manifestou” (Reis 2005: 24). O citado romancista conta já na sua galeria pessoal, fruto do valioso contributo para a língua e cultura portuguesas, com a relevante condecoração da *Ordem de Santiago de Espada* e com uma vasta panóplia de prémios, de entre os quais destacamos o *Prémio APE de Romance e Novela* em 1984, o *Grande Prémio da Associação Portuguesa de Escritores* (1985), o *Prémio Eça de Queirós*, o *Prémio de Crónica da Associação Portuguesa de Escritores* (2001), o *Prémio Pessoa* de 2004, o *Prémio Vergílio Ferreira* 2008, o *Prémio Literário Fernando Namora* de 2009.

---

<sup>7</sup> São várias as situações que atestam a sua honestidade intelectual e frontalidade. Azevedo e Silva expõe alguns exemplos sugestivos (Silva 2010: 60-66).



Também Jorge Letria opina que “o seu olhar sobre Portugal é dos mais singulares e originais que a ficção portuguesa contemporânea acolhe em si. É a partir do Norte e de algumas das suas personagens referenciais que tem tentado compreender a nossa identidade colectiva e dar-nos a ver a nossa dimensão real” (Letria 1995: 51; Letria 1999: 33). As inúmeras traduções para diversas línguas, como inglês, francês, castelhano, italiano, húngaro, checo e servo-croata têm, de igual modo, contribuído para uma confortável e merecida projecção além-fronteiras, bem como para a consolidação do seu nome.

A multifacetada formação intelectual, resultante, em larga medida, da aprovação em diversos cursos, tais como Direito, Bibliotecário-Arquivista, Biblioteconomia e Ciências Documentais, é sobejamente conhecida (Machado 1996: 129-130). O seu currículo soma ainda múltiplas actividades como o exercício da docência universitária e o desempenho dos cargos de Técnico Superior do Museu Nacional de Literatura e da direcção da Biblioteca Pública Municipal de Vila Nova de Gaia. Leitor compulsivo e exímio conhecedor das técnicas de pesquisa e análise de documentos, além da obra poética e romanesca, que, dado o grau de consagração, dispensa comentários, produziu variados textos de opinião e conferências, mas também peças de teatro e séries documentais destinadas à televisão. Fez ainda algumas traduções, de entre as quais se destaca a do conhecido livro, da autoria de Virginia Woolf, *To the Lighthouse, Rumo ao Farol*, na versão portuguesa. Organizou antologias e comunidades de leitores, prefaciou novos talentos e colaborou em múltiplos jornais e revistas, de origem nacional e estrangeira. Os aspectos do seu trajecto já mencionados, bem como a ligação que manteve à Delegação Norte da Secretaria de Estado da Cultura e à Associação de Jornalistas e Homens de Letras do Porto, para além do dinamismo e participação activa na agenda cultural lusíada, expressam um comprometimento com assuntos de elevado interesse e relevância para a saúde memorial do país. Digno de destaque é ainda o quadro de influências mário-claudianas traçado por Maria Theresa Alves, no domínio da tradição literária portuguesa, que o filia

a Vieira pelo cultismo e conceptismo, a Almeida Garrett pelo estilo digressivo que imbrica muitas histórias dentro da principal, a Camilo Castelo Branco pela temática amorosa associada a interesses classicistas, a Eça de Queirós pela adjectivação imprevista, pela plasticidade descritiva e pela ironia, a Júlio Dinis pela fina reconstituição de ambientes e atmosferas, situando-se na trilha de outros romances portugueses que elegeram a temática da casa, tais como *A Ilustre Casa de Ramires*, de Eça, *A Velha Casa*, de Régio, *A Casa Grande de Romarigães*, de Aquilino. (Alves 1999: 367-368)

E, como é compreensível, os factos e marcos biográficos anteriormente relatados têm irreversivelmente consequências na produção literária de Mário Cláudio; constituem, por isso, preciosas ferramentas ao serviço de uma melhor compreensão do trabalho cultural produzido. Seguindo esta ordem de ideias, as raízes misturadas do escritor acabam, naturalmente, por ter uma implicação prática na sua obra. Mário Cláudio afirma, a dada altura, que pertence

a uma família que teve sempre um problema de identidade nacional. A minha família era muito ‘misturada’, mesmo a que me estava mais próxima: castelhano, irlandês e francês... A minha avó era filha de um castelhano e de uma francesa que, por sua vez, era filha de um castelhano e de uma descendente de um francês e de uma irlandesa. E a minha avó casou com um português. Foi com esta minha avó que fui educado, e isso deu-me, durante muito tempo, um problema de identidade. (Entrevista a Mário Cláudio 2003: 30-31)

Talvez este facto justifique, para além do estilo dicotómico que cultivava (Luís 2010: 214-263), o carinho que tem dedicado à temática da Portugalidade (Luís 2010: 295-310). No que concerne a esta questão, explica que

Portugal tem sido um país em busca da identidade, pelo menos nos tempos mais recentes, a partir do fim do século XVI [...]. Portugal é um país com uma crise de identidade, inegavelmente. E isso justifica que se pense no assunto. Quanto mais pessoas houver a pensar essa identidade, melhor é para a identidade do país. (Entrevista a Mário Cláudio 2003: 30-31)

Por tudo quanto se disse, é perceptível que Mário Cláudio vai moldando os seus textos reflectindo sobre a História, a Pátria, a Cultura, a Identidade Nacional e Pessoal, servindo-se, para o efeito, de relevantes figuras ou motivos do nosso universo cultural. De facto, basta pensarmos em antropónimos como Álvaro Velho, Luís Vaz de Camões, Padre António Vieira, Camilo Castelo Branco, Eça de Queirós, Fernando Pessoa, entre muitos outros, para percebermos o forte elo de ligação que mantém com relevantes nomes do passado. Na realidade, continua a acalentar, na sua essência, o filão clássico<sup>8</sup>. Não obstante, em jeito de desarrumação pós-modernista, é apologista da fluidez genológica (dificuldade em catalogar as suas obras, como é o caso de *A Quinta das Virtudes*); do discurso polifónico (incorporação de diversos discursos, estratégia visível na relação estabelecida com as artes, como em *Amadeo*); da fragmentação narrativa (falta de linearidade que conduz ao estilo

<sup>8</sup> Acerca desta tensão entre modernidade/clássico, cf. Magalhães 2004: 175-185 e Luís 2010: 235-249. No que diz respeito às características pós-modernas, cf., obrigatoriamente, Arnaut 2002: 17.

zigzagueante, perceptível em várias obras, como é o caso de *Ursamaior* ou de *Boa Noite, Senhor Soares*) e, como não podia deixar de ser, da metaficção (apresentação de uma nova versão dos factos históricos, como acontece a propósito de *Peregrinação de Barnabé das Índias*). Esta fidelidade que mantém para com os grandes vultos do património cultural lusíada, trazendo-os, a cada passo, à nossa memória, para além de alimentar a perpetuação do seu valor, evitando que caiam no esquecimento, reabilita o seu potencial e relevância. Por isso mesmo, traça uma dura crítica, por vezes até mordaz, quer à falta de apoio do poder político à causa cultural, como, por exemplo, ao teatro, quer à falta de interesse generalizada por parte da população. A respeito do rumo que o nosso país tem vindo a seguir afirma:

Talvez ande um pouco cego, mas julgo que, se há palavra que define o Portugal de hoje, essa será ‘boçalidade’. Ao utilizar este vocábulo, pretendo referir-me àquela ausência de auto-estima que leva a que estejamos nas tintas para o retrato que os outros fazem de nós, e para aquele que nós próprios nos tiramos. Basta um passeio pelos centros urbanos que temos para se perceber quão baixo caímos, e para que nos apeteça cantar a dignidade das aldeias desertificadas. (Vasconcelos, entrevista a Mário Cláudio, 2006: 10)

Com efeito, se, por um lado, o vemos comprometido com a incessante busca e manutenção da Portugalidade, recuperando, como já foi referido, certos mestres clássicos que marcam inevitavelmente a nossa língua e cultura, por outro, numa vertente mais moderna, encontramos Mário Cláudio cometido com a necessidade intrínseca de expressão de certas singularidades linguísticas. Isto é, contribuindo, efectivamente, para a renovação da língua portuguesa, populariza, em jeito de neologismos estilísticos, através dos processos morfológicos de derivação e composição, uma série de termos. A este respeito, Jorge Colaço afiança que

é neste plano da expressão que se torna ainda mais patente a singularidade deliberada de Mário Cláudio. Nele se observa uma fuga intencional e premeditada da estreiteza lexical e semântica da língua comum, hoje dominante até na literatura, da sua vulgaridade correntia, não pela quebra de nexos lógicos ou outras tropelias sintácticas, mas através da vitalidade linguística, de uma energia verbal do mesmo passo exploratória e inventiva, onde arcaísmo e modernidade se abraçam em infinitas modulações. (Colaço 2006: página 1 da Web)

De facto, para além da renovação vocabular que empresta à língua portuguesa contemporânea, critica acerrimamente a leviandade com que esta, por vezes, é empregue:

Para se ser um bom criador literário é fundamental ser-se um bom intérprete da língua. [...] A nossa literatura é que está cheia de arrivistas, que escrevem com os pés ou com o nariz, de qualquer maneira. Estão a marimbar-se para a língua. Escrever, para mim, é um acto doloroso. Escrevo lentamente. É um alívio depois de uma página escrita. Depois deste romance [*A Quinta das Virtudes*], sinto-me descompensado, vazio, sem nada para dizer. (In: Luís 1990: 93)

Perante o cenário traçado, não admira a posição sustentada por Gabriel Magalhães, segundo a qual o mencionado escritor apresenta, na sua obra, “uma enciclopédia do essencial da portugalidade – *Os Lusíadas* de uma epopeia portuguesa estritamente literária e artística” (Magalhães s.d.: 6). No fundo, Mário Cláudio escreve, assiduamente, textos que são poesia, história e biografia. Em jeito polifónico, há inquestionavelmente um movimento expansivo, onde o género do romance vai absorvendo outros elementos, como, por exemplo, a pintura, a música, a arquitectura. A poesia abre espaço à narrativa, esta, por sua vez, contamina-se de História de Portugal e das famílias portuguesas e mistura-se ainda com a arte. Apesar dos pontos de contacto que mantém com autores contemporâneos, como José Saramago, Mário de Carvalho ou Agustina Bessa Luís, Mário Cláudio revela um perfil singular na literatura portuguesa contemporânea. De facto, este escritor consegue, a cada passo, agrilhoar os nossos sentidos não só pelo apurado manuseamento da língua e literatura portuguesas, que sabiamente cultiva, mas também pela cirúrgica capacidade de reaproveitamento dos valores culturais lusitanos, conferindo-lhes um cunho verdadeiramente multifacetado e, por conseguinte, aberto a diferentes leituras, no sentido derridiano do termo.

Em síntese, as curiosas biografias destes dois mentores e defensores da língua e cultura lusíadas, José Inês Louro e Mário Cláudio, revelam-nos que, apesar de provirem de classes sociais bem dissemelhantes, podemos mesmo dizer opostas, o primeiro nasceu num ambiente familiar discreto e humilde, ao passo que Mário Cláudio contactou, desde tenra idade, com um cenário familiar estimulante e favorável à desenvoltura do seu potencial, posto que descende de uma família da média-alta burguesia portuense, não deixam, no entanto, de registar alguns aspectos que os aproximam irreversivelmente, como a ligação à Cidade Invicta e a paixão pelo mundo das palavras. A realidade é que ambos, naturalmente com as devidas especificidades, ocupam um papel de relevo na valorização e salvaguarda de alguns valores e marcos identitários do povo português. Com efeito, as gerações de hoje e as futuras não podem ficar indiferentes a estes dois exemplos de acérrimos promotores da nossa língua e cultura, peças incontornáveis e garantes da conservação da identidade colectiva

lusa e respectiva soberania nacional<sup>9</sup>, num contexto sócio-cultural e económico inevitavelmente pautado pelos ventos dos novos desafios trazidos pela controversa globalização.

### Referências Bibliográficas

- Alves, Maria Theresa Abelha (1999): “A Quinta das Virtudes ‘...Fora tudo, Sempre, uma Estranha Casa’”. In: Silveira, Jorge Fernandes da (org.): *Escrever a Casa Portuguesa*. Brasil: Editora UFMG: 367-381.
- Arnaut, Ana Paula (2002): *Post-Modernismo no Romance Português Contemporâneo. Fios de Ariadne. Máscaras de Proteu*. Coimbra: Almedina.
- Círculo de Leitores online (CLonline): “‘Oríon’ Escolha da Luz, Escolha da Sombra”. Entrevista a Mário Cláudio. Internet. Disponível em [http://www.circuloleitores.pt/cl/artigofree.asp?cod\\_artigo=11957](http://www.circuloleitores.pt/cl/artigofree.asp?cod_artigo=11957). [acedido a 21-11-2008]
- Cláudio, Mário (1986): *Amadeo*. 3.<sup>a</sup> ed. Lisboa: Imprensa Nacional-Casa da Moeda.
- (1991): *A Quinta das Virtudes*. 2.<sup>a</sup> ed.. Lisboa: Quetzal Editores.
- (1992): *Tocata para Dois Clarins*. Lisboa: Publicações Dom Quixote.
- (1998): *Peregrinação de Barnabé das Índias*. Lisboa: Publicações Dom Quixote.
- (2000): *Ursamaior*. Lisboa: Publicações Dom Quixote.
- (2008<sup>a</sup>): *Boa Noite, Senhor Soares*. Lisboa: Publicações Dom Quixote.
- (2008<sup>b</sup>): *Medeia*. Lisboa: Publicações Dom Quixote.

---

<sup>9</sup> Conforme destacam Alexandre Luís e Sofia Luís, ao operar como factor essencial de visibilidade, entendimento e potenciação da nossa singularidade colectiva, o património cultural acaba por singrar, inevitavelmente, como um poderoso sustentáculo da soberania lusitana. Seguindo esta linha de raciocínio, torna-se incontestável que, dentro do leque de bens capitais que integram o nosso universo patrimonial, a língua merece a máxima distinção. Com efeito, a sua prosperidade fez dela uma peça basilar da independência nacional, até porque reforçou e abrilhantou como nenhum outro elemento a influência portuguesa no Mundo, em larga medida fruto da sua difusão através dos Descobrimientos e da Expansão Ultramarina, fenómenos que elevaram Portugal a país pioneiro da globalização. A língua de Camões, auxiliando a feitura e consolidação de uma verdadeira comunidade internacional, contribuiu profundamente para o significativo aumento das relações entre diferentes povos, culturas e civilizações do orbe terráqueo, papel que ainda hoje conserva, na qualidade de uma das poucas línguas mundiais existentes. (Luís e Luís 2010: 211)

- Colaço, Jorge (2006): “Mário Cláudio: uma Deliberada Singularidade”. In: *Foro das Letras*, 13/14, Julho. Internet. Disponível em <http://annualia-verbo.blogs.sapo.pt/27928.html>. [acedido a 21-11-2008]
- Entrevista a Mário Cláudio (2003). In: *Revista Ler*. Verão: 16-33.
- Grande Enciclopédia Portuguesa e Brasileira* (s.d.), Vol. XV. Lisboa, Rio de Janeiro: Editorial Enciclopédia, Limitada: 513-514.
- Letria, José Jorge (1995): “Mário Cláudio”. In: *Conversas com Letras*, (entrevistas com escritores), Janeiro: 51-58.
- (1999). In: *Mário Cláudio: 30 Anos de Trabalho Literário (1969-1999)*, coordenação e recolha de textos de Laura Castro. Porto, Fundação Eng.º António de Almeida: Livraria Modo de Ler: 33.
- Louro, José Inês (1958): “Nota Toponímica. Etimologia de *Gouveia*”. In: *Boletim de Filologia*, Tomo XVII. Lisboa: Centro de Estudos Filológicos: 358-361.
- (1944): *Problemas de Linguagem Anatómica*. Porto: Jornal do Médico.
- Luís, Alexandre António da Costa, Luís, Carla Sofia Gomes Xavier (2010): “Património Cultural, Língua Portuguesa e Relações Internacionais”. In: *Praça Velha. Revista Cultural da Cidade da Guarda*, 28. Guarda: Núcleo de Animação Cultural/Câmara Municipal da Guarda: 209-224.
- Luís, Carla Sofia Gomes Xavier (2010): *Tempo e Eternidade: Um Estudo do Estilo da Obra Narrativa de Mário Cláudio*. Dissertação de doutoramento em Letras apresentada à Faculdade de Artes e Letras da Universidade da Beira Interior: 416 pp.
- Luís, Fernando (1990): “História de uma Casa”. In: *Revista Ler* 12, Outono: 91-93.
- Machado, Álvaro Manuel (1996): “Cláudio, Mário”. In: Machado, Álvaro Manuel (org. e dir.): *Dicionário de Literatura Portuguesa*. Lisboa: Editorial Presença: 129-131.
- (2004): “De Raul Brandão a Agustina e Mário Cláudio: dos ‘Gritos’ aos ‘Sussurros’”. In: *Actas do Colóquio Internacional Literatura e Memória*. Porto: Faculdade de Letras da Universidade do Porto: 340-342.
- Magalhães, Gabriel (2004): “Mário Cláudio o la Aventura de la Belleza”. In: *Revista ...à Beira*, 4. Covilhã: Departamento de Letras da Universidade da Beira Interior: 175-185.
- (s.d.): “O Romance como Utopia. Notas de um Percorso Claudiano” (artigo facultado pelo próprio autor, encontrando-se em vias de publicação): 1-10.
- Mendes, Filipe Ferreira de Almeida (d.l. 2007): *José Inês Louro: “Pegureiro, Médico e Filólogo”*. [Gouveia]: Centro Filológico José Inês Louro.

- Pontes, Maria de Lourdes Belchior (1979): “Filologia e Filólogos”. In: Serrão, Joel (dir.): *Dicionário de História de Portugal*. Vol. III. Porto: Livraria Figueirinhas: 15-18.
- Prista, Luís, Albino, Cristina (1996): *Filólogos Portugueses entre 1868 e 1943. Catálogo da Exposição Organizada para o XI Encontro Nacional da Associação Portuguesa de Linguística (Faculdade de Letras de Lisboa, 1995)*. Lisboa: Colibri/Associação Portuguesa de Linguística.
- Reis, Carlos (2005): “Páginas Goyescas”. In: *Jornal de Letras*, 22 de Dezembro a 4 de Janeiro: 24-25.
- Silva, José Manuel Azevedo e (s.d.): *José Inês Louro: Historiador da Palavra e Operário da Língua Portuguesa*. Gouveia: Centro Filológico José Inês Louro, dirigido por Filipe Ferreira de Almeida Mendes, com a colaboração da Câmara Municipal de Gouveia: 1-26.
- (2010): *José Inês Louro: a Vida, a Obra e a Memória do Médico-Filólogo*. Gouveia: Câmara Municipal de Gouveia.
- (2006): “Prefácio” ao livro de Ana Margarida Santos Pereira. In: *A Inquisição no Brasil. Aspectos da sua Actuação nas Capitánias do Sul (de Meados do Século XVI ao Início do Século XVIII)*. Coimbra: Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra.
- Vasconcelos, José Carlos de (2006): “Portugal Visto Através dos Brocas”. In: *Jornal de Letras, Artes e Ideias*, director José Carlos de Vasconcelos, n.º 928 de 26 de Abril a 9 de Maio: 10-11.





# Vertentes do Douro, Uma Voz do Douro, Um Olhar para o Douro

*Américo Teixeira Moreira*  
Escola Secundária D. Afonso Henriques, Vila das Aves  
Amtemo@portugalmail.pt

## Abstract

“This Kingdom, part of a region that has lived the drama of isolation in distances, but also the one of emigration, in family, social and economical, investigational and political dimensions, whose effects in population and society has left leaks in the history of Douro’s people, starts nowadays changing, in space, in time, and in the way it looks and people see it, when the tourism is gaining relevance.”

## Resumo

A minha intervenção dividir-se-á em duas vertentes: O olhar crítico e austero, de quem segue, mesmo que à distância, a imensidade de um abismo que, a não ser invertido, matará a galinha dos ovos de ouro, que são as vertentes paisagísticas e a sua preservação, em contraste com a desenfreada procura da obtenção, a qualquer custo, dos lucros imediatos, massificando a autenticidade e identidade deste território de rara beleza; E a memória fantasista, nostalgicamente poética, a percorrer vertiginosamente pelas veredas, falésias e gargantas, por onde corre torrencial o Douro.

## Um Reino Maravilhoso

*(...) vou falar-vos de um Reino Maravilhoso. Embora haja muita gente que diz que não, sempre houve e haverá reinos maravilhosos neste mundo. O que é preciso, para os ver, é que os olhos não percam a virgindade original diante da realidade, e o coração, depois, não hesite. O que agora vou descrever, meu e de todos os que queiram merecê-lo, não só existe, como é dos mais belos que um ser humano pode imaginar. Senão reparem: Fica ele no alto de Portugal, como os ninhos ficam no alto das árvores para que a distância os torne mais impossíveis e apetecidos. Quem o namora cá de baixo, se realmente é rapaz e gosta de ninhos, depois de trepar e atingir a crista do sonho contempla a própria bem-aventurança (...)*

Miguel Torga (2000: 29)

## Parte I

Este Reino, parte integrante de uma região que viveu o drama do isolamento de todas as distâncias, mas também o da emigração, na dimensão familiar, económica, sócio-económica, investigativa e política, cujos efeitos na população

e sociedade deixaram brechas no registo da história das gentes do Douro, começa, actualmente, a mudar, no espaço, no tempo, e na vertente de olhar, de cá e de lá, ganhando relevância acrescida, a vertente turística.

Numa expressão feliz, a Dra. Hercília Agarez, numa intervenção, a propósito da apresentação de um livro, afirmou que *“o Douro nunca sacia as pessoas que estão sedentas”*, naturalmente, referia-se à beleza rebelde que emana das vertentes do Douro mais profundo, das raízes intactas do “reino maravilhoso” de que fala Torga e que a todos fecunda com a sua paisagem de beleza impressionante.

Mas, se o Douro nunca sacia de beleza as pessoas que o visitam, mais ou menos ao longo de 130 km, para nos situarmos apenas nas nossas fronteiras, zigzagueante no fundo de vertentes escarpadas e falésias rasgadas no sossego, quase selvagem, dos fragedos, ou nas encostas trabalhadas na trágica labutação de homens e mulheres do passado, plantando as vinhas, as oliveiras, as amendoeiras, mas também os bosques de azinheiras, sobreiros, choupos, zimbros, zambujeiros que fartam de excesso os olhos e esmagam as almas mais tristes e pedrenidas, suavizando-as com idílicos xistais das arribas e ou vales recortados por imponentes verticalidades e que são, afinal, a memória desta região em metamorfose porque permanente emprenhada por um telúrico sentimento criador de vida, não é menos verdade que um longo e profundo esquecimento povoou estas mesmas paisagens com gentes que sofreram, de forma injusta e desleixada, a solidão da interioridade. Talvez, por isso, neste reino, reine ainda a voz genesiaca e sedenta de beleza, embora não aconchegue nem melhor, só por si, o estômago e qualidade de vida das pessoas reais, concretas, que aqui vivem.

Torga, esse filho grande, na proporção da originalidade e humildade destas terras, encheu de cânticos cada miradouro, cada cascata faminto de ternura, para que os vazios litológicos acompanhassem a erosão do sofrimento provocado pelo abandono e esquecimento a que este reino foi votado.

Tento seguir, sem pedir licença à Musa, num silêncio leve e livre, o murmúrio do rio, na espera do tempo que aqui não passa, ou que aqui ainda se demora, sem preocupações mundanidades, irmanado na cosmologia e na paisagem, consciente de que serei aceite pelos evolucionistas mercantilistas, Quero, na escutação dos insectos desfalecidos, na bruma turva do Marão, nas entranhas abertas deste Douro, ora rebelde e violento, ora submisso e dócil, ser um pós-modernista encantado, por esta cosmologia, que se deixa guiar pela magia deste ambiente ainda protegido dos excessos mercantilistas.

Quer isto dizer que apoio o progresso, o desenvolvimento sustentado, a valorização de estratégias, com enfoque na vertente do turismo, na organização do território e preservação do património natural, numa acção concertada de

parcerias, capaz de mobilizar as populações, informando, sensibilizando, formando e incentivando à cooperação e promoção dos seus produtos, no respeito pelas suas ancestrais vivências, culturas gastronómicas, tradições arquitectónicas, espaços sociais, agrícolas e recuperando o património histórico.

O Douro necessita de construtores do futuro, a preservação destas vertentes ou áreas, devem ser um rio de renovação de ideias e projectos que leve à criação de postos de trabalho e ajude a fixar as populações indígenas, que mais sentem as raízes e a voz da terra, como herança dos seus antepassados.

A dinamização económica e a qualidade de vida, individual e social não é incompatível com as especificidades do clima, da paisagem, dos recursos naturais, pelo contrário, é na manutenção das paisagens humanizadas, onde se situam as aldeias, as encostas e a identidade que se deve apostar, recuperando as casas em propreenho e granito, reconstruindo a traça original, gerindo os espaços colectivos, apostando nas infra-estruturas, desenvolvendo uma rede de serviços de saúde, ensino, formação, rede viária, que facilite o escoamento dos produtos tradicionais, melhorando a difusão comunicativa entre as pequenas empresas da região e o mercado internacional, através das novas tecnologias.

Estamos convencidos de que, neste mundo globalizado, a manutenção das especificidades locais, melhorando-as, desenvolvendo o turismo sustentado e equilibrado, paisagisticamente enquadrado na região, será uma mais-valia que trará novos investidores que ajudarão a fixar as populações, trazendo outros, renovando, deste modo, a demografia, e por outro lado, ajudando a estancar o êxodo.

Oxalá não acrescentemos à história trágica dos homens e mulheres que trabalharam e preservaram esta paisagem, uma maior tragédia, porque destruidora de um património cultural, identificativo das especificidades do património natural, na medida em que não têm preocupações geréaticas, isto é, não se preocupa com regras estratégicas para legar, às gerações vindouras, uma herança que os antepassados nos deixaram. O Douro é a natureza, o vinho, “é um reino”, uma plurissignificação de sentidos, do domínio do intangível, mas do vislumbre, de coisas e de ideias, mas também de afectos e de pessoas, sendo o rio o elo de ligação.

## **Parte II - Vozes do Douro, Vozes para o Douro**

Como gostaria de te saber cantar, erguer um hino até à eterna solidão das montanhas ajardinadas, voando por sobre os socacos e recuperar todas as vozes presas na interioridade austera das pedras.

Mesmo correndo o risco de te devassar, ser a tua voz sem desespero, para afirmar a certeza musculada, a tenaz persistência, a violência do sol, o dique desfeito, a fúria implacável de seguir de rocha em desfiladeiro, da memória que

trabalhou o futuro sereno, agora condenado pelos “crocodilos” e assim devolver-te o sorriso, o afagar da esperança, suavizando o teu olhar futuro.

Nasci Duriense, conheci a harmoniosa paisagem, o eco dos compromissos, a leveza das pedras, o chão que sufocava na lava sequiosa das enxadas ou dos tractores, o medo e o refúgio silencioso dos homens inquebrantáveis na teimosia embatendo contra os que ousam violar as suas convicções e honradez de quem fez do chão austero, a subsistência da sua vida. Mas também a moção das festividades, os ciclos imutáveis da nossa idiossincrasia, os ternurentos caminhos escavados pelas chuvas, as lágrimas escorrendo em pranto dorido, um cântico feito catadupa de lágrimas e sal, e sede e raiva suada, por não entender a amargura dos rostos bíblicos, sempre à espera que um novo dia volte mais sereno, absurdamente feliz na evidência da vida renascido, aos seus pés. Há mãos calejadas, rostos fundos, olhares esvaindo-se nas fronteiras do infinito do sonho persistentemente procurado, na violência da luz, nas pregas das vinhas a perder de vista no vale rasgado, como por milagre, na pertinácia de toda a imensidade deste reino maravilhoso.

Atravesso os inóspitos e profundos abismos, nas contravoltas do rio. Viajo com incontida vontade de um isolado, porque só ele comunica na sua incessante busca de um novo horizonte, por entre enormes e colossais escarpas de um universo em crise, na cartografia de um vindimador, na esperança de que estejamos todos vivos no mistério dos tempos. Do alto da Serra onde se acoitam os vários níveis do tempo, muitas vezes em sentido contrário, degustamos a vida numa comovida contemplação a largueza sem limites a paixão infinita que dali se perde e ganha, o que brilha e se ergue às alturas pedregosas, ou dos vales que sustentam jardins suspensos e assim fica preso às folhas submissas, à vontade da alma Duriense, como sulco da voz dos novos tempos. Gostava de ser uma espécie de criador do Universo, um semeador de vida para reerguer este reino maravilhoso, onde fosse sempre cedo para morrer. Sentir-me uma pluma, um presságio voador que suflado pela aragem doce do rio, a fadiga fosse sempre a eterna loucura da resistência. E ficar a pairar sobre o labirinto dos serões felicíssimos da terra, o êxtase de um Chão Trágico, a devolução de um destino, temporariamente roubado, uma lanterna que se transporta, não às costas mas à frente, como uma lírica, o repique de um sino, quando, atordoado, o corpo nos esmaga a consciência de uma certeza absoluta, a trágica impossibilidade de voltar para trás, sempre que a primavera assobia na seiva sonhadora.

Sigo até ao fim, não desisto a cantar o sol do meio-dia, o luar de Agosto, a viva pulsação de cada festa que, com saudades, num plano aberto, da janela avisto e recrio, uma verdade que importa reacender do magma adormecido que termina na perdição de um abismo.

E ficar poeta no azul do céu, contemplando com estranha afectividade, com grande e fragoroso o enlevo da felicidade de um nascimento aqui, sem pretexto ou enfado.

Vou parar. O horizonte está vazio. As searas abrem-se já e os gamões são uma promessa vinda das profundas raízes xistosas como um apelo doce de uma paz regressada da história, das cinzas da Fénix. No entanto o meu corpo não se engana. Estou pronto para abraçar o sono. Irei pendurar-me nas nuvens do sonho, no regaço da esperança de que este Douro votado ao abandono pelas más consciências, pela ignorância ou ambição de lucros fáceis, volte ao seu leito, ao seu destino, e assim seja novamente a estrada de Oriente para um Oriente inesgotável.

### **Referência Bibliográfica**

Torga, Miguel (2000): *Portugal*. Lisboa. Planeta de Agostini, S.A.



## Douro, poema geométrico: vertente de sentido matemático

*Maria Manuel da Silva Nascimento*

Universidade de Trás-os-Montes e Alto Douro  
Departamento de Matemática; CM – UTAD  
mmsn@utad.pt

*Paula Catarino*

Universidade de Trás-os-Montes e Alto Douro  
Departamento de Matemática; CIDMA – UA  
pcatarin@utad.pt

*Cecília Costa*

Universidade de Trás-os-Montes e Alto Douro  
Departamento de Matemática; CIDMA – UA  
mcosta@utad.pt

### Abstract

Inspired in Miguel Torga, we decide the title of our work: “Douro, geometric poem”. With it, we intend to present the results of one component of a project<sup>1</sup> implemented in the School E.B. 2,3/S Miguel Torga (Sabrosa), in 2006/2007 academic year, with students in the 5<sup>th</sup> year of basic school. Those students come from the village of Provesende, a village of the region of Douro and in class of Study Accompanied with the teachers of mathematics and Portuguese. The students have investigated some of the coats of Provesende, deepening the knowledge they had of them since, though often pass through these shields, have not yet had observed and studied with care. The study consisted of knowing the meaning of the coat and its components, as well as its decorative elements and, finally, the identification of geometric elements. After this initial phase, the students were keen to know the arms corresponding to the names of their families, inventing them if they do not exist. With this work, we managed to establish a bridge for the connection of mathematics with reality and, simultaneously, strengthen their cultural identity through one of the historic beauty of their land: the heraldry.

**Keywords:** Ethnomathematics, coats of arms, math classes, Mathematical Education.

---

<sup>1</sup> Projecto Ciência Viva VI, “E se a Matemática transformasse a minha terra na ‘Capital do Universo?’”, Projecto n.º 771.

### Resumo

Inspirando-nos em Miguel Torga, intitulámos este trabalho como “Douro, poema geométrico”. Com ele, pretendemos apresentar os resultados de uma das vertentes de um Projecto de Ciência Viva<sup>2</sup> implementado na Escola E.B. 2,3/S de Miguel Torga (Sabrosa), no ano lectivo 2006/2007, com os alunos do 5º ano da aldeia de Provesende. Nas aulas de Estudo Acompanhado, com as professoras de Matemática e de Língua Portuguesa, os alunos investigaram alguns dos brasões de Provesende, aprofundando o conhecimento que tinham deles já que, apesar de passarem frequentemente por esses brasões, ainda não os tinham observado e estudado com cuidado. O estudo efectuado consistiu em conhecer o significado do brasão e das suas componentes, bem como dos seus elementos decorativos e, finalmente, na identificação de elementos geométricos. Após esta fase inicial, os alunos mostraram vontade de conhecer os brasões correspondentes aos nomes das suas famílias, inventando-os, caso não existissem. Com os alunos de Provesende, conseguiu-se estabelecer uma ponte para a ligação da matemática com a realidade e, em simultâneo, reforçar a sua identidade cultural através de uma das belezas históricas da sua terra: a heráldica.

**Palavras-chave:** Etnomatemática, Brasões, Práticas Lectivas, Educação em Matemática.

### 1. Este título porquê?

Foi com Miguel Torga e a com a sua obra que nos inspirámos na escolha do título a dar a esta comunicação aliada também ao tema principal do XIV Encontro Internacional de Reflexão e Investigação e no qual esta comunicação foi submetida. Recordemos um excerto de um dos *Diários* de Miguel Torga (Torga 1986: 176 e 177), onde podemos ler:

O Doiro sublimado. O prodígio de uma paisagem de deixa de o ser à força de se desmedir. Não é um panorama que os olhos contemplam: é um excesso da natureza. Socalcos que são passadas de homens titânicos a subir as encostas, volumes, cores e modulações que nenhum escultor, pintor ou músico podem traduzir, horizontes dilatados para além dos limiares plausíveis da visão. Um universo virginal, como se tivesse acabado de nascer, e já eterno pela harmonia, pela serenidade, pelo silêncio que nem o rio se atreve a quebrar, ora a sumir-se furtivo por detrás dos montes, ora pasmado lá no fundo a reflectir o seu próprio assombro. Um poema geológico. A beleza absoluta.

Ninguém melhor do que Miguel Torga para descrever esta região que tanto o inspirou na sua obra literária. Também nós partilhamos da opinião de que a região do Douro é das mais imponentes de Portugal, com características próprias, únicas no país e também no mundo. Esta região possui todos os ingredientes para ser eleita uma das regiões mais belas do mundo, não só pelas

---

<sup>2</sup> Projecto Ciência Viva VI, “E se a Matemática transformasse a minha terra na ‘Capital do Universo’?”, Projecto n.º 771.



paisagens naturais que nos oferece, como por toda a riqueza humana, patrimonial e cultural que à sua volta gravita.

O nosso título “Douro, poema geométrico: vertente de sentido matemático” tem a palavra “Douro” pelo trabalho que aqui vamos apresentar ter sido concebido na região do Douro, as palavras “poema geométrico”, por inspiração da citação de Miguel Torga quando lhe chamou “poema geológico” e por fim as palavras “vertente de sentido matemático” aparecem pelo facto de este trabalho estar inserido na área de matemática.

## 2. O Projecto

O projecto de Ciência Viva número 771 que vamos descrever, de uma forma sucinta, teve a sua génese numa singela homenagem a um professor da Faculdade de Ciências da Universidade do Porto que um dos autores teve a ideia de concretizar. O professor a que nos referimos é o professor José Morgado Júnior, natural de Pegarinhos, Alijó, que em muitas das suas práticas lectivas se referia à sua região como sendo “a capital do universo” (Almeida *et al.* 2004). Tal referência levou a que o nome do projecto fosse o de “E se a Matemática transformasse a minha terra na ‘capital do universo?’” para, de alguma forma se fazer uma singela homenagem a esse professor muito querido dos alunos. Tal como é referido em Costa *et al.* (2008: 9 e 10), “Ao delinear o projecto que aqui apresentamos tínhamos como grandes finalidades contribuir para desenvolver nos alunos da região de Trás-os-Montes e Alto Douro o gosto pela matemática e a identidade cultural”.

A experiência concreta vivida em algumas escolas portuguesas permitiu-nos perceber que, além das dificuldades na aprendizagem da Matemática idênticas às reconhecidas a nível nacional, na Região do Alto Douro (localizada no interior nordeste de Portugal), existem outras dificuldades resultantes da localização geográfica e das características socioculturais. Identificámos elementos comuns nestes alunos, nomeadamente a participação activa, intensa e (muitas vezes) dura destes jovens nos trabalhos domésticos e nos trabalhos rurais. Esta realidade levou-nos a criar e a adaptar estratégias específicas, que tiveram em consideração estes alunos e que permitem a fixação desta população jovem na sua região. Esperamos que deste modo possamos seguir o espírito que encontramos nas palavras de D’Ambrósio (2006): “Education must enhance cultural dignity. To reaffirm and in some cases to restore cultural dignity of children is an important component of mathematics education”. Assim e com este propósito decidimos implementar este projecto que teve como propósito, nesta região de Portugal, aproximar, através da Matemática, duas grandes realidades – a Escola e a Comunidade. Especificamente, as fases que constituíram este projecto foram as seguintes:

- (i) Identificação de processos matemáticos usados em actividades artísticas, culturais, desportivas, de lazer e actividades profissionais da região onde a escola se insere e, por alguma razão, ligada aos alunos;
- (ii) Explicitação, interpretação e registo dos mesmos enquadrados nas competências matemáticas nos diferentes níveis de escolaridade;
- (iii) Construção de recursos didácticos que ilustrem esses conhecimentos e possibilitem a sua divulgação e replicação sob a forma de material manipulável e audiovisual.

No que diz respeito ao ensino e aprendizagem da Matemática destacamos como objectivos gerais deste projecto: promover a aplicação de novas metodologias e realizar actividades experimentais na sala de aula.

No final, compilámos em livro todo a informação pertinente relativa a este projecto, com o objectivo de constituir memória futura do trabalho desenvolvido no âmbito deste projecto e cuja capa inicial aqui deixamos registada (figura 1).



Figura 1. Capa do livro relativo ao projecto Ciência Viva n.º 771 da UTAD

Por fim importa dizer que neste projecto, para além da UTAD (com a participação dos autores), participaram ainda algumas escolas desta região integradas em agrupamentos de escolas e também um Centro de Formação, a saber: Agrupamento Vertical de Escolas de Valpaços; Agrupamento Vertical de Escolas de Carrzedo de Montenegro; Esc. Sec./3 de Camilo Castelo Branco, Vila Real; Agrupamento Vertical de Escolas Diogo Cão, Vila Real; Agrupamento de Escolas de Monsenhor Jerónimo Amaral, Vila Real; Agrupamento Vertical de Escolas de Sabrosa e o Centro de Formação Fernão de Magalhães, em Sabrosa. A localização geográfica destas entidades parceiras do projecto pode ser visualizada na figura 2:



Figura 2. Localização geográfica das entidades parceiras do projecto Ciência Viva n.º 771 da UTAD

As fases de implementação do projecto consistiram em duas grandes momentos: numa primeira fase tivemos trabalho entre professores, que se realizou em diferentes épocas tanto na UTAD como nas Escolas; numa segunda fase, demos mais ênfase ao trabalho com os alunos nas Escolas. Os trabalhos entre professores versaram essencialmente o enquadramento temático através de palestras de especialistas convidados, nas áreas de etnomatemática, património cultural e natural, visitas ao concelho para efectuar o levantamento de situações que envolviam os temas: “A Matemática e o património artístico”, “A Matemática e o património natural” e “A Matemática e uma actividade profissional da região” e ainda participação em sessões de formação para identificação de conteúdos e competências matemáticas relacionadas com o material recolhido e preparação das actividades a propor aos alunos.

Quanto ao trabalho com alunos, este voltou-se mais para procedimentos experimentais (observar, efectuar medições, efectuar registos, colocar questões pertinentes, descobrir regularidades e padrões, descobrir relações e modelos matemáticos, formular e testar conjecturas, nomeadamente com o apoio de *software* de geometria dinâmica, folha de cálculo e calculadora, demonstrar algumas conjecturas) construção de protótipos.

### 3. O caso dos Brasões de Provesende

Tal como escrevemos (Costa *et al.* 2008):

Provesende é uma das freguesias mais antigas do concelho de Sabrosa, sendo inclusivamente das povoações mais antigas de Portugal. Foi Vila e Sede de Concelho até 1835. Possui um património arquitectónico e arqueológico de valor. São várias as casas senhoriais existentes ostentando ainda os brasões das famílias a quem pertenceram.



Figura 3. Algumas das casas de Provesende com brasões

Foi ao contactarmos com esta realidade patrimonial e artística que pensamos em trabalhar conteúdos geométricos existentes nos diversos brasões que encontramos em casas de Provesende. Como já foi referido anteriormente isto só foi possível concretizar-se em virtude da Escola E.B. 2,3/S Miguel Torga em Sabrosa ser uma das entidades parceiras deste projecto. Assim, com os alunos do 5º ano e 6º ano de escolaridade da aldeia de Provesende, os brasões foram trabalhados em diversos tópicos geométricos inseridos nos conteúdos programáticos. Neste trabalho conseguiu-se estabelecer uma ponte para a ligação da matemática com a realidade e, em simultâneo, reforçar a identidade cultural através de uma das belezas históricas da sua terra: a heráldica.

Este estudo foi tornado realidade graças às Professoras de Matemática, Língua Portuguesa e História que connosco decidiram colaborar e são também de realçar dois outros importantes factores: grande parte dos alunos das duas turmas residia em Provesende e um dos alunos possuía brasão de família.

Estava, portanto, encontrado o mote!

Este estudo foi concretizado nas aulas de Estudo Acompanhado e com as professoras de Matemática e Língua Portuguesa, professora Anabela Folgada e professora Laurite Meirinhos, respectivamente.

Num primeiro contacto foi feito um enquadramento temático e numa fase posterior foram efectuadas visitas a esta localidade a fim de se efectuar um levantamento dos dados necessários para a concretização deste estudo. Foram identificados os conteúdos e competências matemáticas relacionados com o material recolhido e propostas actividades aos alunos de acordo com os conteúdos e competências a adquirir nos níveis de ensino dos alunos envolvidos. Os alunos investigaram alguns brasões de Provesende e tentaram conhecer o significado do brasão e das suas componentes, conhecer os seus elementos decorativos e identificar elementos geométricos neles existentes (ver figuras 4, 5, 6, 7 e 8).



Figura 4. Exemplo de dois dos brasões estudados



Figura 5. Brasão da Casa Fundo de Vila (Família Pinheiro da Veiga)



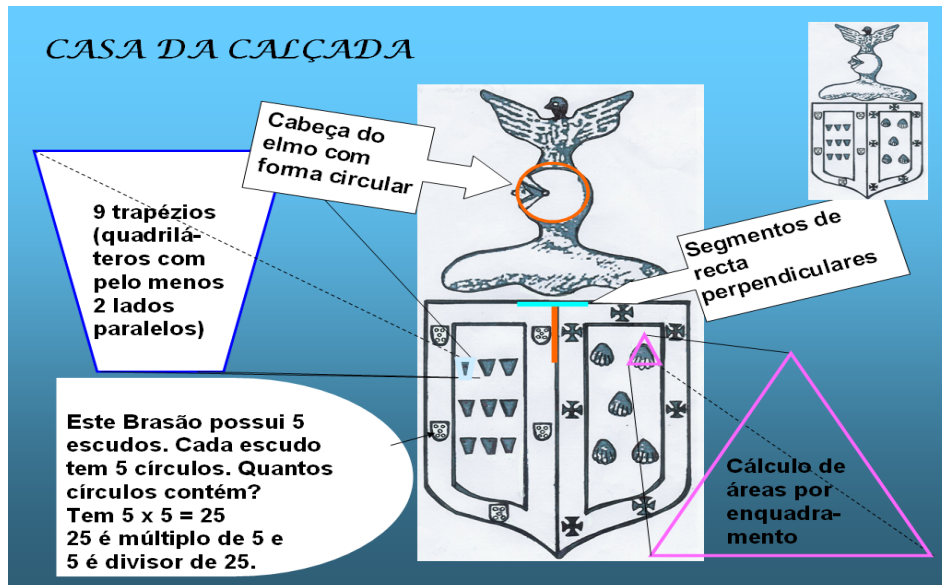


Figura 6. Interpretação geométrica dos brasões – Casa da Calçada

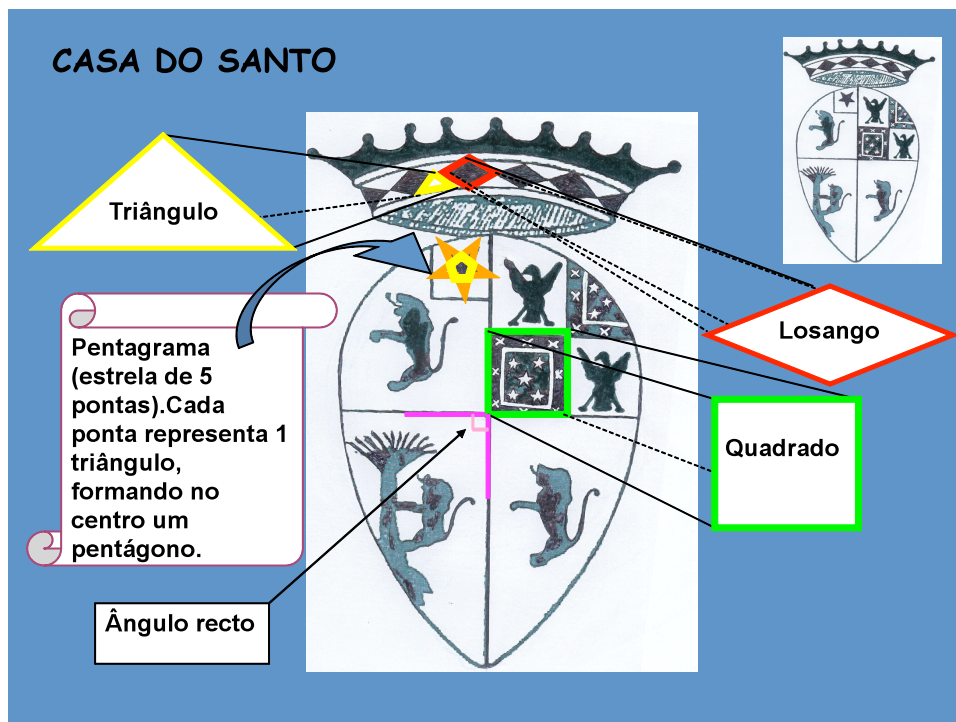


Figura 7 Interpretação geométrica dos brasões – Casa do Santo

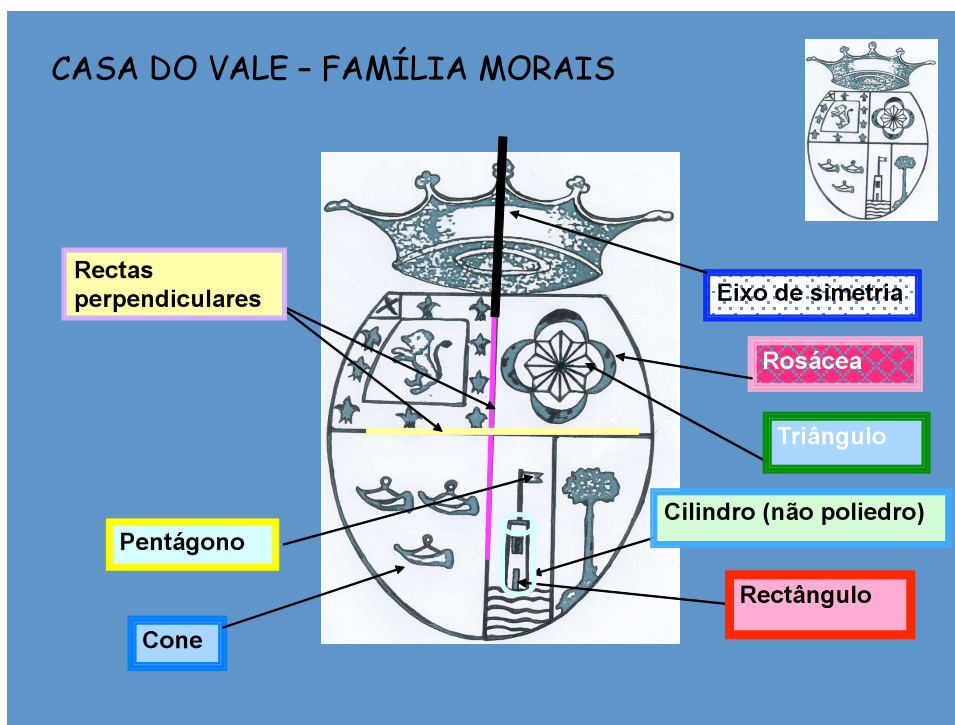


Figura 8. Interpretação geométrica dos brasões – Casa do Vale (Família Moraes).

De acordo com (Costa *et al.* 2008, 23 e 24), as competências essenciais a desenvolver e que foram enumeradas pela Professora Anabela Folgada foram as de:

- Aptidão para realizar construções geométricas e para reconhecer e analisar propriedades de figuras geométricas, nomeadamente recorrendo a materiais manipuláveis e a *software* geométrico;
- A predisposição para procurar e explorar padrões geométricos e o gosto por investigar propriedades e relações geométricas;
- A sensibilidade para apreciar a geometria no mundo real e o reconhecimento e a utilização de ideias geométricas em diversas situações, nomeadamente na comunicação;
- A compreensão dos conceitos de comprimento, perímetro e área.

Quanto aos conteúdos programáticos abordados com este estudo, referimos:

- Identificar e descrever sólidos geométricos;
- Distinguir área de perímetro;
- Indicar valores aproximados da área de uma figura a partir do seu enquadramento;
- Identificar e traçar rectas paralelas e perpendiculares;
- Identificar e traçar ângulos rectos, agudos, obtusos e rasos;
- Classificar triângulos quanto aos ângulos e quanto aos lados;

- Distinguir poliedros de não poliedros;
- Descobrir e traçar eixos de simetria de figuras geométricas;
- Reconhecer que a bissetriz de um ângulo é um eixo de simetria;
- Construir em papel quadriculado a figura simétrica de uma outra figura;
- Utilizar a simetria axial para construir um triângulo isósceles e um losango;
- Desenhar figuras com um, dois, ou mais eixos de simetria.

#### 4. Produções dos alunos

A investigação desenvolvida nas práticas lectivas sobre cada brasão estudado deu origem a grande entusiasmo e a trabalhos muito interessantes e cujas imagens reproduzimos neste texto, algumas delas já referenciadas na secção anterior.

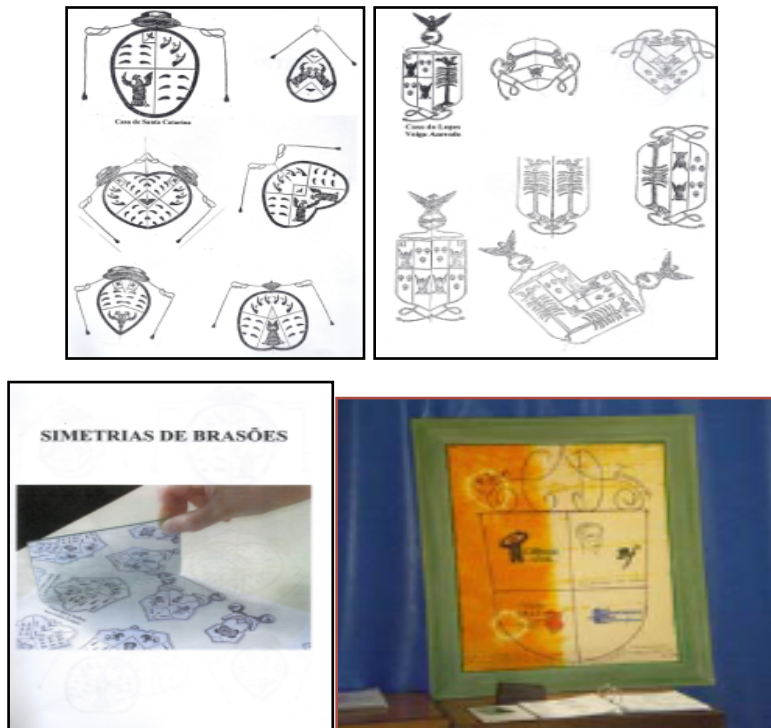


Figura 9. Exemplos dos produtos dos alunos.



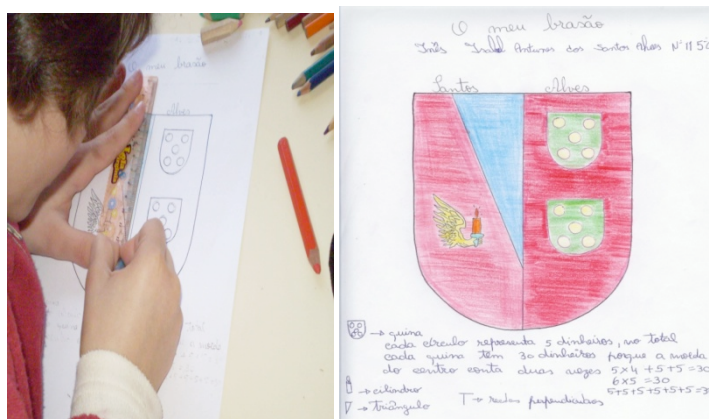


Figura 10. Exemplo de construção de brasões individuais a partir do nome dos alunos.

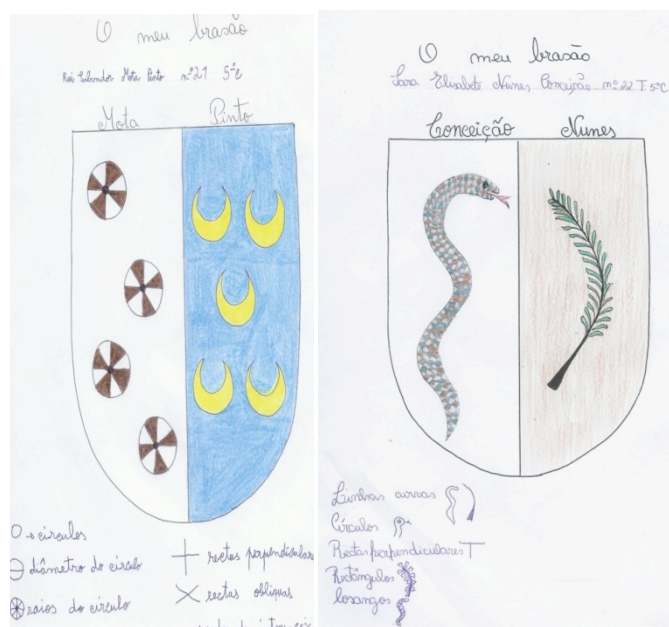


Figura 11. Exemplo de construção de brasões individuais a partir do nome dos alunos.

### 5. Considerações Finais

A Matemática rege e controla a realidade de alguma forma. A realidade é marcada intrinsecamente pela Matemática. Esta ideia está patente sempre que ouvimos dizer que tudo é Matemática. É sempre com este espírito que nos regemos quando da Matemática tratamos enquanto agentes da educação. Temos sempre a preocupação de tentar transmitir aos nossos alunos este modo de encarar a Matemática. Com esta experiência e com os alunos de Provesende, conseguiu estabelecer-se uma ponte para a ligação da Matemática com a realidade e, em simultâneo, reforçar a sua identidade cultural através de uma das

belezas históricas da sua terra: a heráldica. Deixamos registadas duas reflexões relativas a este estudo:

- Os alunos passaram a “ver” a Matemática não só nos brasões, mas em tudo o que os rodeia.
- Os intervenientes tiveram uma participação activa no sentido de dar a conhecer o projecto dentro e fora da escola onde mostraram a Matemática latente na heráldica, uma das belezas da sua terra.

Desenvolvemos o nosso trabalho numa região portuguesa complexa, com características sociais e culturais específicas. Pensamos que este é um caminho promissor para a valorização da região a que os alunos pertencem. Como em Gerdes (2000), também consideramos que:

Relative to research, it is my opinion that among the most urgent tasks is the study of mathematical elements in cultural spheres that are under siege (...). Humanity will lose an enormous source of knowledge, an enormous potential for broadening the reflection on mathematical thinking if these elements are not studied today and in the near future.

Com este trabalho, esperamos vir a contribuir para preservar alguns elementos culturais na região portuguesa de Trás-os-Montes e Alto Douro, bem como deixar novas pistas para a exploração dos conteúdos da matemática formal nas práticas lectivas. Muitos outros estudos têm sido feitos neste âmbito. Deixamos aqui a referência a Palhares (2008), um dos trabalhos recentes publicados nesta área da Etnomatemática.

A Matemática estava escondida  
 Vejam bem onde a encontrámos  
 Sob a capa de granito  
 Na nossa terra que tanto amamos!  
 Para a Matemática descobrir  
 Trabalhámos com emoção  
 Nos brasões de Provezende  
 Foi uma grande operação  
 Esperamos que tenham gostado  
 Desta nossa aventura  
 Na terra da Matemática  
 Onde qualquer doença tem cura!

A turma C do 5º ano



### Referências Bibliográficas

- Almeida, Jorge e António Machiavelo (2004): “José Morgado: In Memoriam”. In: *Boletim da Sociedade Portuguesa de Matemática* 50: 1-18.
- Nascimento Maria Manuel, Catarino Paula & Costa Cecília (2008): “Estudo de Brasões de Provesende e Sabrosa”. In: *E se a Matemática transformasse a minha terra na “capital do universo”?* (singela homenagem ao algebrista José Morgado Júnior, natural de Pegarinhos). Projectos Ciência Viva, Concurso PVI, Projecto n.º 771. Vila Real: UTAD, Minerva Transmontana, Tipografia, Lda: 21- 30.
- D’Ambrosio, Ubiratan (2006): “Why Ethnomathematics? What Is Ethnomathematics or How Can It Help Children in Schools?”. Internet. Disponível em: <http://vello.sites.uol.com.br/what.htm> (consultado em 31.07.2006).
- Gerdes, Paulus (2000): “Ethnomathematics as a new research field, illustrated by studies of mathematical ideas in African history”. In: *Proceedings of the Conference “New Trends in the History and Philosophy of Mathematics”*. Roskilde University, Roskilde. Internet. Disponível em: [http://iascud.univalle.edu.co/libro/libro\\_pdf/Ethnomathematics%20as%20a%20new%20research.pdf](http://iascud.univalle.edu.co/libro/libro_pdf/Ethnomathematics%20as%20a%20new%20research.pdf) (consultado em 15.07.2007) ou disponível em <http://etnomatematica.univalle.edu.co/Franc/articlesf.htm> (consultado em 16.07.2007).
- Palhares, Pedro (Org.) (2008): *Etnomatematica Um olhar sobre a Diversidade Cultural e a Aprendizagem Matemática*. Vila Nova de Famalicão: Edições Húmus.
- Torga, Miguel (1986): *Diário XII*. 3.ª ed. revista. Coimbra: Ed. do Autor.



## **Caminhos-de-ferro em Trás-os-Montes no século XIX: das expectativas ao esquecimento**

*Hugo Silveira Pereira*

Bolseiro de Doutoramento da FCT

Centro de Investigação Transdisciplinar Cultura, Espaço e Memória

Faculdade de Letras da Universidade do Porto

[hugo jose.pereira@gmail.com](mailto:hugo jose.pereira@gmail.com)

### **Abstract**

On the second half of the nineteenth century, after 30 years of political turmoil, the Portuguese constitutional monarchy was finally firm enough to endeavour a new economic strategy based on the development of transport infrastructures, namely railways. The deployment of the very first rails took place in 1852, however the first law that decreed the building of a railway to Trás-os-Montes is only published in 1867 (the line between Oporto and Pinhão) and the first trains only rolled in that region in the late 1870's, even though numerous were the projects and suggestions proposed in the parliament to build railways in the far north-eastern part of Portugal since the beginning of the second half of the nineteenth century. The purpose of this paper is therefore to shed some light on this issue and to try to explain the reasons of that delay. To do so, I will use the debates that took place in both houses of the Portuguese Parliament and the reports of the Portuguese engineering since the beginning of the second half of the nineteenth century until the 1890's crisis which put an end to the fontista policies.

### **Resumo**

Na segunda metade do século XIX reuniram-se em Portugal as condições de estabilidade política necessárias para se iniciar uma política de desenvolvimento das infra-estruturas de transporte, designadamente caminhos-de-ferro, depois de 30 anos de instabilidade política. O assentamento dos primeiros carris ocorreu em 1852, mas a primeira lei que decreta a construção de um caminho-de-ferro até Trás-os-Montes só é publicada em 1867 (a linha do Douro até ao Pinhão) e os comboios só chegariam a esta província no final da década de 1870, apesar de muitas terem sido as sugestões apresentadas no parlamento para se construírem vias-férreas no Nordeste português desde o início da política de melhoramentos materiais encetada por Fontes Pereira de Melo. Recorrendo aos debates parlamentares mantidos em ambas as câmaras do parlamento português e aos pareceres técnicos dos engenheiros portugueses (entre 1850 e os inícios da década de 1890 quando a crise põe termo ao programa fontista) este pequeno trabalho pretende emitir algumas explicações sobre esse atraso.

### Introdução

Na primeira metade do século XIX a vida política portuguesa foi marcada por uma enorme instabilidade com governos fracos, maiorias parlamentares efêmeras, desacordos perenes entre facções partidárias e o eclodir de dois conflitos internos (Marques 2002: 552-621). Deste modo, se “as principais reformas institucionais foram implementadas em meados da década de 1830, as obras públicas tiveram de esperar quase uma década pelas primeiras realizações práticas” (Mata e Valério 1993: 142). Só com a subida de Costa Cabral ao poder se consegue a estabilidade necessária para a assinatura do primeiro contrato para a construção de uma linha-férrea em Portugal. Apesar de não ter sido cumprido pela queda do governo e Portugal ter permanecido sem caminhos-de-ferro, é com o cabralismo que se entra no campo do fomento e que se entende que “não basta que o espirito da mais severa economia presida aos actos do Governo (...). Não é menos essencialmente preciso que estes recursos procedam do mais pleno desenvolvimento das faculdades productivas” (Biblioteca da Assembleia da República (BAR), Caminhos de ferro. Pareceres parlamentares de 1845 a 1884. N.º 174, 1. Sousa e Marques 2004: 467).

O golpe de 1851-5-1 deu início ao período histórico da Regeneração, que se prolongou até à crise da década de 1890, marcado não só por um espírito conciliador entre as diversas correntes políticas (Bonifácio 1992: 96-98), mas também pela colocação do progresso material como “a meta que todos pretendiam atingir” (Pinheiro 1983: 53). É com a Regeneração que se cria o Ministério das Obras Públicas (decreto de 1852-8-30), o órgão no qual eram apreciados e ordenados os projectos ferroviários e que se tornou o grande responsável pela construção da rede (Pereira 2008: 49-50).

O grande objectivo do programa de melhoramentos materiais era aproximar Portugal da Europa desenvolvida, quer em termos de distância e tempo (diminuídos pelos caminhos-de-ferro), quer em termos económicos. Em meados da década de 1850 o comércio mundial conhecia um grande desenvolvimento potenciado pela construção ferroviária e desta potenciador (Bairoch 1976: 33-36). Em países como Inglaterra, França, Alemanha, Bélgica ou Estados Unidos da América esse crescimento comercial e económico era também acompanhado de um grande crescimento da rede ferroviária (Cipolla 1976: 789-790) e era muito tentador fazer depender aquele factor deste, muito embora outras condições estruturantes justificassem o desenvolvimento daquelas nações (Pereira 2010: 5).

Ao mesmo tempo que o caminho-de-ferro aproximaria Portugal de um “estrangeiro cada vez mais estrangeiro” (Serrão 1962: 271), teria também o condão de aproximar e unificar um País caracterizado por meios e vias de transportes e comunicações arcaicos (Guillemois 1995) e onde 30 a 40% do

território continental (onde se incluía todo o Norte de Trás-os-Montes a mais de 25 quilómetros de distância do Douro) nem sequer acesso tinha a vias fluviais navegáveis (Justino 1988-1989: 189-190). Neste aspecto, Trás-os-Montes<sup>1</sup> era, no início da Regeneração, uma das províncias mais desfavorecidas e desprovidas de infra-estruturas de transporte (Alegria 1990: 161 e 335) e é precisamente sobre esta questão que se debruça este trabalho. A província transmontana tinha alguns interesses a explorar e merecia a atenção dos governos, como qualquer outra região, mas só em finais da década de 1870 o caminho-de-ferro aqui chegaria (construindo-se também pouquíssimas estradas), vinte anos depois do início da aventura ferroviária, apenas mais uma linha se fazendo até ao início da década de 1890, quando se alterou o paradigma de desenvolvimento económico até então vigente. Recorrendo aos debates no parlamento português e a relatórios da engenharia nacional, pretende-se com este artigo descrever as expectativas e tentativas de pôr fim ao isolamento transmontano e também explicitar as razões da permanência dessa segregação férrea.

### **Um desígnio precoce**

A ideia de se levar o caminho-de-ferro até ao coração de Trás-os-Montes não era nova, pois já na década de 1840, coincidindo com os esforços cabralistas, alguns capitalistas se tinham interessado neste projecto, se bem que imbuídos de um espírito especulador e não empreendedor. M. Huguin, Augusto Garvelle e Charles Jucqeu idealizaram uma linha de Lisboa ao Porto com um ramal até Bragança e a fronteira; Samuel Clegg, William Law, Arriaga e Cunha, Sousa Botelho e Pinto Soveral preferiam uma linha mais curta ligando apenas o Porto à Régua; entre os dois alvitres encontramos também o projecto da Alto Douro Railway desde o Porto até Salamanca ou Torre de Moncorvo (Vieira 1983: 84-88). No próprio parlamento, em 1843 um caminho-de-ferro pelo Douro era visto como o único cuja execução se justificava, na opinião do suspeito visconde de Vilarinho de São Romão, proprietário da região<sup>2</sup>, que via nas estradas de ferro um modo de fazer embaratecer o seu produto (Diário do Governo (DG), sessões da câmara dos Pares de 28-3-1843: 134; 6-5-1843: 777; e 8-5-1843: 785). Todas estas soluções tinham como objectivo ligar Trás-os-Montes ao Porto, o que não é de espantar já que o Porto possuía o principal embarcadouro do Norte do País e era ponto terminal de uma rota comercial com muitos séculos de tradição (Alegria 1990: 63, 71-72, 102-103. Sousa e Pereira 1988: 37-38).

---

<sup>1</sup> Entende-se Trás-os-Montes como a realidade geográfica composta pelos actuais distritos de Vila Real e Bragança.

<sup>2</sup> Para os elementos biográficos deste e de outros parlamentares citados neste artigo, consultar o Dicionário Biográfico Parlamentar (1834-1910).

No início da década seguinte, a ideia manteve-se viva na mente dos peritos nacionais. Quando Fontes Pereira de Melo decretou o estudo da linha entre Lisboa e Porto, indicou de imediato que a chegada à Invicta tinha de ser de modo que permitisse o seu prolongamento pelo Minho e pelo Douro (portaria de 1852-11-9). Um ano antes o engenheiro Albino de Figueiredo adiantava uma nova solução através de uma ferrovia que partindo do Porto seguisse até à Régua e depois subisse até Vila Real (Almeida 1851: 21-23).

Todavia, este entusiasmo seria arrefecido por um relatório de 1856 do engenheiro francês Watier – contratado por Fontes para estudar as linhas nacionais –, que classifica de impraticável qualquer linha partindo do Porto à excepção da que seguisse pelo litoral até à Galiza (Boletim do Ministério das Obras Públicas (BMOP), 1860, 1: 110 e ss.). Talvez por causa deste parecer a linha pelo vale do Douro foi esquecida ao passo que para a linha do Minho alguns capitalistas chegaram ainda a mostrar interesse, designadamente o espanhol Conde de Reus (portaria de 1857-9-8) e o luso Barão de Lagos (DG, 1859, 61: 332-333).

#### **A maturação do projecto**

Só no início da década de 1860 se voltaria a falar na linha do Douro, desta feita no próprio Parlamento onde os deputados transmontanos Júlio do Carvalhal Sousa Teles e Afonso Botelho por três vezes propõem a construção daquela linha até à Régua ou à foz do Tua (Diário da Câmara dos Deputados (DCD), 1860-5-22, 234-235, Diário de Lisboa, sessões da câmara dos deputados de 1862-1-17: 182; 1862-6-12: 1638; e 1862-6-26: 1775-1776), que seria “a salvação do Douro, e ao mesmo tempo o engrandecimento e a ventura da provincia de Traz-os-Montes” (DCD, 1860-5-22: 234). Note-se que por esta altura a região do Douro debatia-se com a praga do oídio (Sousa e Marques 2004: 78 e 81), vendo-se o caminho-de-ferro como um refrigério para os padecimentos da região.

Porém, a falta de estudos sobre o terreno desaconselhava a construção imediata, pelo que a acção do governo passou por ordenar ao engenheiro Sousa Brandão a realização desses exames (portaria de 1862-7-17).

Apesar de estes estudos terem merecido a aprovação do órgão consultivo do governo, o Conselho Superior de Obras Públicas (CSOP) (Arquivo Histórico do Ministério das Obras Públicas (AHMOP), CSOP, Livro de consultas, 1864, 19: 53-54), a iniciativa privada parecia mais voltada para uma linha pelo Minho, tendo surgido quatro propostas nesse sentido da autoria de Grousselle & Companhia, José de Salamanca (empreiteiro das linhas de Norte e Leste), Mare de la Caine e Piombino & Companhia (AHMOP, CSOP, Livro de consultas, 1864, 19: 361-364 e 366-370), de modo que na Câmara dos deputados chega a



ser aprovado um projecto de lei (1864-5-10) para se abrir concurso para a construção desta via mediante a garantia de um rendimento à companhia interessada<sup>3</sup>. No entanto a Câmara Alta nunca seria ouvida e o projecto ficaria sem efeito.

Não querendo ficar atrás do Minho, em 1864 vários deputados transmontanos chamam novamente a atenção do governo para a *sua* linha, chegando alguns deles (liderados novamente pelo homem forte de Valpaços, Júlio do Carvalhal Sousa Teles) a propor o complemento do futuro caminho-de-ferro do Douro com uma estrada até Abreiro e um americano até Mirandela, enquanto que Afonso de Botelho propõe a ida do caminho-de-ferro até Torre de Moncorvo onde se ligaria por estrada até Barca de Alva (DL, sessões da câmara dos deputados de 1864-2-16: 436; 1864-3-12: 779; 1864-4-19: 1207; 1864-4-20: 1223-1224; e 1864-4-25: 1295).

O governo do Partido Histórico do Duque de Loulé acaba por tomar uma decisão salomónica e ordena a Sousa Brandão por portarias de 1864-8-30 e 1864-10-21 o estudo da linha de Porto a Braga e da linha da Régua a Salamanca (BMOP, 1864, 11: 589), malgrado alguns militares reprovarem a ligação directa entre estas localidades, pois poderia constituir uma duplicação de comunicações e de vectores de penetração do inimigo no caso de a linha da Beira Alta ser também construída até Almeida e Salamanca (Pimentel 1865). Esta preocupação parece ter convencido o CSOP (cuja maioria dos membros era militar da arma de engenharia) que numa consulta sobre o plano de rede leva a linha do Douro do Porto por Trás-os-Montes à Régua e a Foz Côa onde cruzaria o rio para se dirigir a Almeida (AHMOP, CSOP, Livro de Consultas, 1865, 22: 18-29v). Já o marquês de Sá da Bandeira não afinava pelo mesmo diapasão, preferindo a ligação da Régua a Vila Real prolongada por Mirandela, Bragança e Zamora, evitando a duplicação de vias em Almeida no caso de a linha da Beira Alta ser construída (DL, sessão da câmara dos Pares de 1865-12-23: 3004-3005). Fosse como fosse, a questão do término da linha na fronteira estava a mais de 200 quilómetros de distância, pelo que em 1865 a linha é prometida pelo governo da Fusão (coligação dos partidos Regenerador de Fontes e Histórico de Loulé) como compensação pela liberalização da exportação de vinhos pela barra do Douro (DL, sessão da câmara dos deputados de 1865-11-8: 2497-2498), numa

---

<sup>3</sup> Os subsídios estatais ao negócio ferroviário podiam ser à construção ou à exploração. No primeiro caso, o Estado pagava parte da construção das linhas concedendo à concessionária um valor por cada quilómetro construído. No segundo, o Estado garantia um rendimento durante a exploração, equivalente a uma percentagem sobre o custo médio de cada quilómetro e que poderia variar consoante o rendimento da própria linha (se o governo garantisse 4 contos por quilómetro e a linha só desse em média 2,5 contos, o encargo do Tesouro seria os 1,5 contos restantes). Poderia até ser nulo ou negativo se o rendimento da linha igualasse ou superasse a garantia oferecida. Além destes, havia também apoios que envolviam isenções fiscais ou alfandegárias e facilidades no transporte e no uso de materiais de construção estatais.

altura em que já dispunha dos estudos de Sousa Brandão para o troço da linha desde o Porto (nas Fontainhas) até Marco de Canaveses (AHMOP, CSOP, Livro de Consultas, 1865, 21: 58v-61). Entretanto, outros parlamentares sugeriam também que Chaves se ligasse à rede nacional, tanto por Vila Real (DL, sessão da câmara dos deputados de 1867-5-10: 1467), como pelo vale do Tâmega e Amarante (DL, sessão da câmara dos deputados de 9-5-1864: 1475).

### **A lei de 2 de Julho de 1867**

Com ou sem propostas, as legislaturas passavam e o caminho-de-ferro mantinha-se no campo das intenções, não por falta de rememoração ao governo no parlamento, até que em 1867-7-2 é promulgada uma lei que determina a imediata construção por conta do Estado dos caminhos-de-ferro que do Porto seguissem até à Galiza e ao Pinhão. Porém, o período não se propiciava a grandes investimentos e o projecto acabaria adiado por cinco anos.

Em Julho de 1872 inicia-se finalmente a construção das ferrovias a partir do Porto. A edificação em direcção ao Douro teve contudo de esperar mais um ano, até Julho de 1873, e progrediu muito lentamente, de modo que só em meados de 1875 chegaria a Caíde. Neste ano, iniciava-se a circulação de comboios até Braga e desde logo se começaram a imaginar prolongamentos desde aquela cidade até Trás-os-Montes, ligando-se o Porto ao noroeste transmontano e a Espanha pela linha mais curta (DCD, 1875-3-10: 772-773 e 831-834). Entretanto à margem do Douro a construção continuava, tendo a linha finalmente entrado em Trás-os-Montes (Rede) em inícios de 1879. O caminho-de-ferro seguiria até à Régua (Julho de 1879) antes de se deter no Pinhão em meados de 1880 (Silva, 2004: 1, 48), numa altura em que a produção vinícola se tinha já expandido para o Douro Superior, não contando pois com o caminho-de-ferro nem este com aquela (Sousa e Marques 2004: 80).

### **O resto da província**

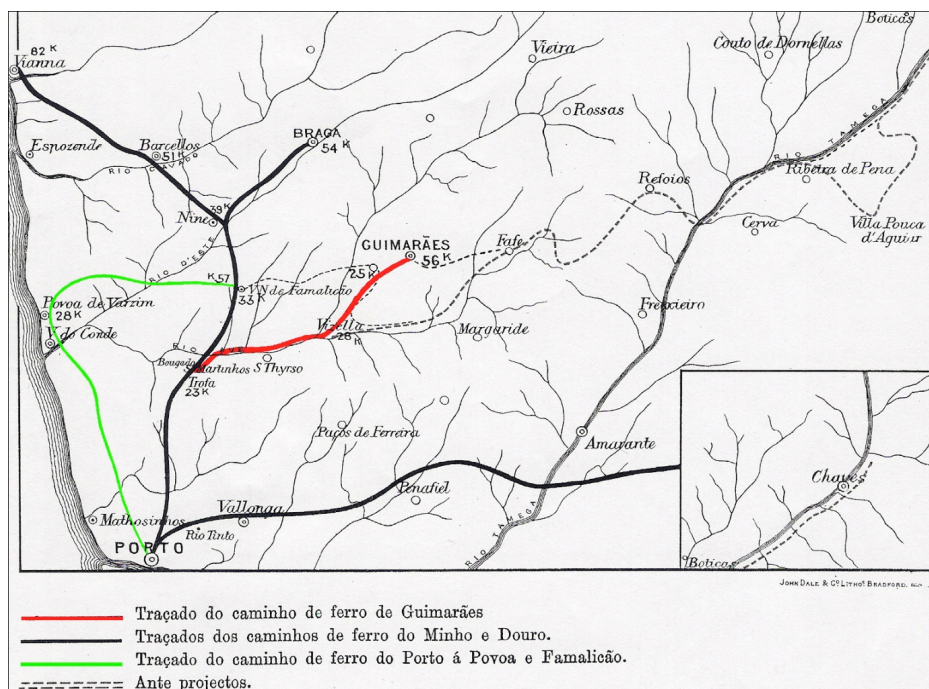
Muito embora a linha do Douro fosse uma necessidade em termos económicos (servia a zona produtora do vinho do Porto) e técnicos (os vales dos rios normalmente eram as áreas mais propícias à construção ferroviária), a verdade é que mais não servia do que o Sul de Trás-os-Montes, e somente até ao Pinhão, de pouco ou nada valendo ao resto da província.

Como vimos, muitos eram os alvites para possíveis linhas rasgando Trás-os-Montes, porém não passavam disso mesmo, além de que os recursos disponíveis eram escassos e quando se tornaram mais abundantes foram empregues nas linhas do Douro e Minho. Por outro lado a construção da linha até ao Pinhão dava consistência financeira (com o fim da construção os encargos seriam menores e as receitas maiores) e material à base de novas linhas

penetrando em Trás-os-Montes, pelo que em 1875-3-1 um grupo de deputados ligados por laços de sangue, razões eleitorais ou interesses económicos à região (dois deles eram fundadores da empresa exploradora das águas de Vidago) propõe a construção de uma linha entre a Régua e Chaves, passando por Vila Real. A fertilidade agrícola e intensa produção vinícola, a fama do gado do Barroso, a procura das termas de Pedras Salgadas e Vidago e o abandono a que tinha sido votado Trás-os-Montes eram razões no entender destes parlamentares para justificar a via. O diploma seria enviado às comissões parlamentares, mas de lá não sairia (DCD, 1875-3-1: 568-569).

Mais a leste surgia também a ideia de construir uma via que desde a linha do Douro e pelo vale do Sabor servisse o planalto de Miranda e as regiões mineiras de Roboredo, Freixo de Espada à Cinta, Moncorvo, Santo Adrião e Mogadouro, captasse o tráfego internacional de Zamora e pusesse termo ao isolamento transmontano. Enquanto se não determinava a saída internacional da linha do Douro, ainda houve a esperança de a linha do Sabor ser construída e servir esse fito (DCD, 1877-3-28: 823-826), mas a preferência por Barca de Alva deitou por terra, no imediato, quaisquer veleidades existentes.

Anos depois, seria a ligação pelo Minho a ser posta em consideração. Em 1879 a companhia do caminho-de-ferro do Porto à Póvoa e Famalicão propõe-se a continuar a sua linha por Trás-os-Montes até Chaves, de onde inflectia para sul até à Régua, mediante garantia de juro (Oliveira 1979: 7). O projecto seria apresentado na Câmara dos deputados em 1879-3-24 e teria parecer favorável das Comissões de Obras Públicas e Fazenda (BAR, Caminhos de ferro. Pareceres parlamentares de 1845 a 1884) e da Junta Consultiva de Obras Públicas (JCOP), órgão que em finais da década de 1860 substituíra o CSOP (AHMOP, CSOP, 1879, caixa 22, parecer 8156) mas nunca seria discutido. Em 1880 tentou-se ressuscitar o projecto no hemicycle que desta feita emulava com uma ideia semelhante partindo de Braga, mas ambos cairiam no esquecimento (DCD, 1880-4-24: 1560; e 1880-5-28: 2360-2361). Mais tarde seria a Companhia do Caminho de Ferro de Guimarães (CCFG), a propor a extensão da sua linha até Chaves passando por Fafe e seguindo o vale do Tâmega desde Agunchos (Arquivo Histórico-Diplomático (AHD), Caminhos-de-ferro. Ligações por Intermédio de Pontes, caixa 38, maço 8, documento 281), mas a sua iniciativa teve igual sorte às anteriores.



Mapa 1 – Proposta da CCFG para prolongar a sua linha até Chaves.

Semelhante destino teve uma proposta da Companhia Transmontana para empregar máquinas locomotivas da sociedade suíça Winterthur (destinadas a vencer grandes declives e curvas apertadas) numa linha até Vila Real. Chegou a ser realizada uma experiência em Julho de 1877, mas a JCOP não ficou convencida (AHMOP, CSOP, 1876-1877, caixa 20, parecer 7637).

Todas estas linhas e outras mais (como a ligação de Mirandela a Torre de Dona Chama e Vilar Seco ou a linha de Braga a Montalegre pelo vale do Cávado) são ponderadas nos debates que se desenvolviam na Associação dos Engenheiros Civis Portugueses (AECV) em torno da definição da rede geral no segundo lustro da década de 1870. Às linhas do Tua e do Sabor previa-se um grande futuro quer como linhas internacionais, quer como parte da grande linha paralela à fronteira de Norte a Sul do País (Revista de Obras Públicas e Minas (ROPM), 1878, 97: 1-8). No entanto, no relatório final da AECV, apenas a linha do Tua (como continuação da linha do Douro até Espanha) e o prolongamento da linha de Guimarães até Chaves pelo vale do Tâmega seriam incluídos (ROPM, 1878, 100-101: 181-244; 102-103: 256-279, 289-304; e 104: 317-326), mas na proposta de rede de 1879 do ministro das Obras Públicas, o regenerador Lourenço de Carvalho, além da linha do Tua (somente até Bragança e Vinhais), seriam incluídos também o prolongamento da linha do Douro até Salamanca, a linha do vale do Cávado, a linha de Famalicão a Chaves, a linha da Régua a



### **A Salamancada**

Ainda antes da chegada ao Pinhão, o governo regenerador acedeu aos pedidos da burguesia portuense e propôs a continuação do caminho-de-ferro pela margem do Douro até Espanha em vez de o fazer internar em Trás-os-Montes (proposta de lei de 1879-3-28), indo contra a opinião da AECF. À partida, a linha deixaria Trás-os-Montes para seguir pela Beira Alta antes de chegar a Espanha, mas ainda nada estava decidido.

Por esta altura, a linha da Beira Alta (da Figueira da Foz a Vilar Formoso) estava em plena construção e o Porto temia que a sua actividade económica se ressentisse do facto de a linha do Douro não se ligar a Espanha, o que faria desviar todo o tráfego castelhano para a Figueira. Piorando o cenário, a companhia que detinha a linha da Beira Alta – a Société Financière de Paris (SFP) – controlava também o troço entre Salamanca e Medina del Campo e tinha direito de opção sobre as ligações de Salamanca às linhas do Douro e da Beira Alta, mas como é óbvio só tinha real interesse na segunda (Sousa 1978: 5-7).

Por esta razão entabulou o governo ainda em 1878 negociações com Espanha. Dessas negociações e dos estudos dos engenheiros espanhóis (Martinez Gordon e Eusébio Page) e portugueses (Boaventura José Vieira, Avelar Machado e Bandeira Coelho de Melo) resultou que a bifurcação das linhas se faria em Espanha (AHD. Entroncamento da linha ferrea do Douro, caixa 1036, maço 5), malgrado o receio já manifestado contra um entroncamento em território espanhol. Seria uma solução simbiótica: Salamanca ficava mais perto do Porto que por sua vez ficava mais perto de França, mas também a Galiza ficava mais perto de Madrid.

Apesar de o projecto reunir consenso nas Câmaras, não chegou a ser discutido, só sendo retomado pelo seguinte governo progressista, que decreta a continuação da linha até à foz do Tua. A continuação para lá deste ponto até à fronteira ficava também assente, mas dependente da decisão de Espanha em continuar a linha do seu lado. Esta indecisão devia-se ao facto de o ministério da Guerra de Espanha insistir em bifurcar as linhas em Ciudad Rodrigo, o que era favorável aos interesses da SFP, mas contrário aos interesses do Porto, pois colocava a Figueira mais perto de Salamanca, já para não falar no perigo militar que constituía uma linha paralela à fronteira. Boadilla era a solução pretendida por Portugal, por ser um ponto que dividia mais equitativamente a distância pelas duas linhas. Em Maio de 1880, inicia-se uma intensa ronda de negociações com o governo espanhol que termina de forma favorável a Portugal com a fixação da bifurcação em Boadilla. Tudo parecia bem encaminhado, não fosse a desconfiança em relação à SFP (AHD. Entroncamento da linha ferrea do Douro, caixa 1036, maço 5; Caminhos de ferro. Ligação por intermédio de pontes, caixa 1066, maço 8, documentos 174 e ss.). Temendo-se que aquela companhia

beneficiasse uma linha em prejuízo da outra, os principais bancos do Porto formaram a 1881-7-1 o Sindicato Portuense (SP). A sua intenção inicial seria apenas apresentar-se a concurso e forçar a SFP a licitar sobre as duas linhas, mas receios de que a alteração da directriz fazia também parte da agenda daquela sociedade levaram o SP a pugnar pela concessão, na condição de o governo o auxiliar com uma garantia de juro. No final, o SP ficaria com as linhas e o governo financiá-lo-ia com um subsídio máximo de 135 contos anuais, variável conforme o rendimento da linha, perante os veementes protestos da oposição contra a intenção do governo em custear uma obra em Espanha (BAR, Caminhos de ferro. Pareceres parlamentares de 1845 a 1884. Documentos relativos ao caminho de ferro de Salamanca publicados no Diário do Governo).

As obras iniciaram-se rapidamente, mas caracterizaram-se por contratos fraudulentos, falta de direcção nos trabalhos e ignorância técnica que se traduziram em despesas avultadas e num atraso da construção. Do lado português (a cargo do governo), a situação não era melhor. As dificuldades do terreno levaram a que só em 1883 o caminho-de-ferro chegasse ao Tua, pouco antes de atravessar o Douro para a sua margem esquerda (AHMOP, CSOP, 1882, caixa 24, parecer 10050), e só em 1887 a Barca de Alva. Ironias finais, a ligação a Espanha só se faria em Abril de 1889, devido à demora na construção da ponte sobre o Águeda, três anos depois de aberta a ligação a Vilar Formoso (Silva 2004: 154. Silva e Ribeiro 2007-2009: 3, 162. AHD, Caminhos de ferro. Ligação por intermédio de pontes, caixa 1066, maço 8, documentos 180 e ss.) e revelar-se-ia um fracasso financeiro, pois o rendimento da linha não só era baixo como nem cobria as despesas, forçando a novas intervenções do governo em 1889 e 1892 (leis de 1889-8-29 e 1892-4-5).

### **A linha do Tua: o segundo projecto realizado**

Em meados da década de 1870, Clemente Meneres investe avultadas quantias no nordeste transmontano, começando a sentir a necessidade de um transporte eficaz para o Porto. O empresário rapidamente pressiona os poderes centrais no sentido de dotar Trás-os-Montes de um caminho-de-ferro, patrocinando artigos de opinião e *inventando* sublevações dos transmontanos em prol desse melhoramento. Simultaneamente, beneficiava do interesse de homens influentes no parlamento em algumas quintas da região (Alves 2007: 124-125).

Em São Bento, por esta altura (1878-1882), a linha passou a contar com o apoio de Eduardo José Coelho e do Bispo de Bragança, irmão de Martens Ferrão, um influente do Partido Regenerador que na altura governava o Reino (DCD, 1881-3-18: 1065; Diário da Câmara dos Dignos Pares do Reino, 1878-4-3: 277-278; 1881-2-9: 139-140; e 1882-4-19: 427-428).

Entretanto, a decisão de o caminho-de-ferro atravessar o Douro antes de se ligar a Espanha (AHMOP, CSOP, 1882, caixa 24, parecer 10050) deixava Trás-os-Montes com pouco menos de 70 quilómetros de via-férrea pela sua extremidade sul, pelo que em 1883 um grupo de deputados requer estudos para duas linhas nesta província: um desde a Régua por Vila Real, Vila Pouca, Mirandela e Zamora e outro entre Mirandela, Chaves e Bragança (DCD, 1883-2-17: 372-373).

Todavia, seria a linha do Tua a única a ser construída neste período, graças ao interesse do conde de Foz, que a breve trecho se tornaria o homem forte da Companhia Real dos Caminhos de Ferro Portugueses (CRCFP), a principal empresa ferroviária do Reino, (Gomes 2009: 5) e à preferência da JCOP, por ter sido já estudada e por atravessar o que julgava ser a zona mais produtiva e populosa da região (AHMOP, CSOP, 1883, caixa 25, parecer 10305).

A lei de 1883-4-26, que previa também a construção da linha da Beira Baixa e do ramal de Viseu, ordena a adjudicação em concurso da obra. Era uma linha em bitola reduzida que seguia desde a foz do Tua até Mirandela à qual se atribuía uma garantia de juro. A questão essencial era saber por qual das margens do Tua se assentariam os carris, o que motivou alguns duelos parlamentares entre deputados de uma e outra margem, acabando por se optar pela margem esquerda por ser a menos acidentada (AHMOP, CSOP, 1884, caixa 27, parecer 11627). No entanto, do primeiro concurso nada resultou, porque as condições de resgate da linha por parte do Estado afastaram os interessados. Clemente Meneres procurou cativar o banqueiro Henry Burnay e os Pereire, mas como não conseguisse, propõe-se ele próprio a levar a efeito a obra, acabando por desistir da pretensão após a alteração das condições de remissão satisfazer a vontade do conde da Foz, que, por contratos de 1883-12-24 e de 1884-6-30 e pela lei de 1884-5-26, assumiu oficialmente a concessão. O concessionário empenhou-se na obra e rapidamente apresenta o traçado ao governo, que é elogiado pela JCOP pelas boas condições de tracção que conseguia em tão acidentado terreno (AHMOP, CSOP, 1884, caixa 27, parecer 11627; 1885, caixa 29, parecer 12791). Aprovado o plano de construção, o conde da Foz trespassa a concessão em 1885-10-1 para a Companhia Nacional dos Caminhos de Ferro, por ele fundada.

A empreitada foi tudo menos fácil, devido às condições orográficas da região, que determinaram um traçado muito curvilíneo e que as ligações a Bragança e às minas de mármore e alabastros fossem adiadas. A linha seria aberta provisoriamente a 1887-9-29 (Silva 2004: 118), mas apresentava ainda muitos defeitos ao nível das obras e do pessoal pelo que em 1888 ainda não estava totalmente operacional (AHMOP, CSOP, 1888, caixa 34, parecer 15179).





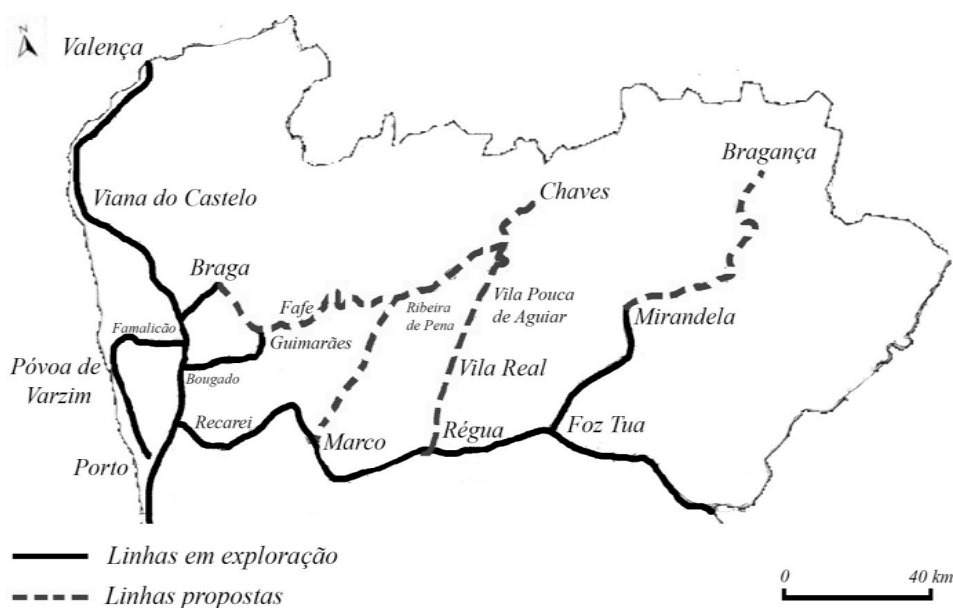
Mapa 3 – A linha do Tua (Ferreira 1999).

### Proposta para o complemento da rede a Norte do Mondego

A linha do Tua e a linha do Douro de nada serviam ao distrito de Vila Real, pelo que em 1885 surgem duas novas soluções para a ligação à capital daquele distrito, ambas apresentadas no parlamento a 1885-6-9 (DCD, 1885-6-9: 2162-2164) e motivadas por interesses locais, se bem que de quadrantes políticos diferentes (regenerador e progressista). Às razões já anteriormente compiladas para justificar a linha juntavam agora a praga da filoxera e a inutilidade para esta região das linhas do Douro e Tua. Estes dois projectos acabariam por se fundir na renovação da iniciativa de 1886-2-5 (DCD, 1886-2-5: 298), mas os resultados práticos foram igualmente nulos. Sorte afim teve também um projecto de 1886-

3-20 para permitir à CCFG o prolongamento da sua via até Chaves e daqui à Régua (DCD, 1886-3-20: 660-661).

A vontade e a necessidade de construir mais caminhos-de-ferro em Trás-os-Montes mantinha-se assim viva e seria acicatada pelo governo progressista que em 1888 se propõe a concluir a rede ao norte do Mondego. Em Trás-os-Montes, a proposta incluía a ligação de Chaves ao Douro pelo Tâmega, onde entroncava a linha do Corgo (que se prolongava para lá da Régua até à linha da Beira Alta) e o prolongamento da linha do Tua até Bragança. Na opinião do governo, este seria o modo de aproveitar o solo rico de Trás-os-Montes, dando saída à sua produção agrícola, e de compensar os seus habitantes por sempre terem contribuído para os melhoramentos materiais de outros portugueses ao longo de três décadas, além de que construir caminhos-de-ferro era a medida que ainda se preconizava no estrangeiro. Todas as outras sugestões seriam descartadas, merecendo destaque o esquecimento da linha do Sabor e a ausência de ligações internacionais (Diário da Câmara dos Deputados, 1888-6-1, 1813-1819).



Mapa 4 – Rede complementar a Norte do Douro (AHMOP, Mapas e Desenhos, C-7-32-B).

Esta proposta não seria apresentada ao parlamento e as linhas ficariam por construir, de nada valendo a anuência das comissões parlamentares de Obras Públicas e Fazenda (BAR, Caminhos de ferro. Pareceres parlamentares de 1845 a 1884), o parecer favorável do engenheiro Miranda Montenegro (ROPM, 1889, 237-238: 315-341), a justificação técnica e económica dos também engenheiros Costa Serrão e Rego Lima (ROPM, 1890, 243-244: 117-148; e 245-246: 188-

212), a renovação de iniciativa de que foi alvo em 1890-5-10 (DCD, 1890-5-10: 158-159), nem os esforços parlamentares para a execução da ligação de Braga a Chaves, da Régua a Vila Real, de Mirandela a Bragança ou pelo vale do Sabor nos últimos anos do período em estudo.

Assim, grande parte de Trás-os-Montes manteve-se isolada por falta de transportes, de modo que “o maior terror que póde inspirar-se a um funcionario qualquer, civil ou militar, é ameaçal-o com uma transferencia para Bragança. Suppõe-se que Bragança é a Siberia” (DCD, 1880-2-23: 542), desabafo do brigantino Pires Vilar que em 1890 ainda fazia sentido, até pela falta de estradas que se notava (e nota) em Trás-os-Montes e no País durante muitos anos (Alegria 1990: 161 e 335. Portugal. Ministério das Obras Públicas, Comércio e Indústria 1907).

### **Conclusão**

Apesar de a construção ferroviária se ter iniciado na década de 1850, só no final da década de 1870 os comboios entrariam em Trás-os-Montes. Este atraso deveu-se a uma panóplia variada de factores, desde logo o afastamento geográfico em relação ao litoral e às duas principais cidades do País. Além disso, Portugal era um reino de recursos limitados que tinha como prioridade ligar Lisboa ao Porto e ao resto da Europa de modo a fazer da capital o grande cais da Europa (Pereira 2008: 154; Ramos 1996).

Nas décadas de 1850 e 1860, essa ligação internacional estava longe de se realizar por Trás-os-Montes. A preferência portuguesa ia claramente por uma linha que atravessasse a fronteira entre Elvas e Almeida. No entanto, do lado da iniciativa privada (a construção pelo Estado estava completamente posta de parte, nesta altura) e de Espanha só havia disponibilidade para continuar a linha internacional por Badajoz (Alegria 1990: 243-251). Por outro lado, o receio pela dificuldade e altos custos de construção de caminhos-de-ferro à medida que se avançava para Norte (catalisado pelo desconhecimento cartográfico do País<sup>5</sup>) tornava menos incerta a aposta pelo litoral e pelo Alentejo.

A nível local, o Alentejo, além da vantagem da proximidade em relação a Lisboa, contava também com o interesse de ricos e influentes empresários (a linha do Sul foi iniciada também na década de 1850 com apoio estatal por iniciativa do Marquês de Ficalho e de José Maria Eugénio de Almeida, prósperos proprietários no Alentejo e membros da Câmara Alta do parlamento), ao passo que a norte só o Douro vinhateiro parecia justificar um investimento avultado num caminho-de-ferro. No entanto, a mínima satisfação com o

---

<sup>5</sup> Só em 1865 é publicado o primeiro mapa moderno de Portugal, construído sobre sólidas bases científicas, apesar da sua elevada escala (1:500 000) e das limitações do seu levantamento, antes da conclusão dos trabalhos de triangulação (Branco 2003: 110-111 e 115-116; Dias 1999: 51).

tradicional transporte fluvial (apesar das suas muitas irregularidades) e o problema das pragas das vinhas afastavam qualquer desejo de construção ferroviária. De qualquer modo, a preferência da iniciativa privada parecia virar-se para uma linha pelo Minho até Espanha. Mais uma vez o chamariz da ligação internacional (quimérica pelo vale do Douro, na altura) a par de uma maior facilidade e menor custo de construção e do facto de atravessar uma zona mais intensamente povoada e agricultada, relegava Trás-os-Montes para segundo plano.

Em todo o caso só quando o caminho-de-ferro vindo de Lisboa chegasse ao Porto qualquer outra linha a norte do Douro teria razão de ser, pois o seu traçado dependia da colocação da estação (portaria de 1852-11-9). A linha do Norte chegou a Gaia em 1864 e só então se começaram a estudar as ligações ao Porto e a continuação pelo Minho e Douro. Só na presença desta relativa certeza se predispôs o Estado a assumir o encargo da construção e a levar os comboios a Trás-os-Montes pelo Douro. No entanto, o final da década de 1860 não era de todo propício à contracção de encargos para a construção de novos caminhos-de-ferro, mas tão só para a resolução dos problemas financeiros das companhias que então operavam em Portugal (a CRCFP e a South Eastern of Portugal Railway Company) que vedavam o acesso de Portugal aos mercados financeiros europeus (Samodães 1873: 37-53). Por isso a linha em direcção ao Pinhão decretada em 1867 teve de esperar pela década de 1870 para ser construída.

Motivos económicos e técnicos fizeram com que este caminho-de-ferro seguisse pela margem do Douro, apenas servindo a extremidade sul de Trás-os-Montes. A continuação da linha do Douro além do Pinhão dependia da ligação a Espanha. A partir do momento em que se decide que esta se faria por Barca de Alva, aproveitando também a expansão da região produtora de vinho do Porto para estas paragens (Sousa e Marques 2004: 80), qualquer caminho-de-ferro em direcção ao coração de Trás-os-Montes torna-se de mero interesse local e não nacional, acentuando a marginalização da linha do Douro (a partir de Ferradosa pela margem esquerda do rio), que contudo poderia servir de base a outras ferrovias rompendo a província. Todas as linhas já sugeridas ganham novo alento como verdadeiros afluentes da linha do Douro: as linhas pelos vales do Tâmega, Corgo, Tua e Sabor. Todavia, sem o apoio da iniciativa privada qualquer uma delas se torna inexequível. Não se pode de todo argumentar com a falta de capital disponível pois até à promulgação da lei que determina a construção até Barca de Alva (em 1882), são várias as linhas adjudicadas e construídas por companhias privadas: no Minho, o caminho-de-ferro do Porto à Póvoa de Varzim chega a Famalicão em 1881 sem qualquer apoio do Estado; em Guimarães forma-se a CCFG que em 1882 consegue finalmente dar início às obras (depois de um longo diferendo com um empreiteiro inglês); em 1878 a

SFP assume a concessão da linha da Beira Alta; na Estremadura em 1882 a CRCFP e Henry Burnay (o mentor do SP) tomam conta da linha entre Lisboa, Sintra e a Figueira; e no Alentejo a CRCFP inicia também em 1877 a construção do ramal de Cáceres (Torres 1936). Capital havia e empreendedorismo também, mas nenhum deles se sentia seduzido pelas imaginadas riquezas transmontanas<sup>6</sup> e só as margens do Douro pareciam oferecer algo a explorar (Alegria 1990: 63). Quanto à iniciativa pública, só era invocada em último caso e de todo o modo estava já sobrecarregada com a construção das linhas do Minho, Douro, Sueste e Algarve.

Mas quando Clemente Meneres, depois de investir avultadas quantias no nordeste transmontano, mostra interesse numa linha nesta região, o projecto ganha novo ímpeto. Os estudos entretanto realizados em Trás-os-Montes mostravam que qualquer linha oferecia vantagens, ligando importantes povoados e servindo como ligação internacional. Em termos técnicos qualquer uma delas era de difícil execução e entre os engenheiros não havia consenso quanto à que merecia preferência. Mas no parlamento, os defensores da linha do Tua eram os que detinham maior influência política. Além disto, este caminho-de-ferro era o que atravessava Trás-os-Montes na sua zona mais central e que permitia depois outras soluções transversais, como alvittrara Sousa Brandão. O interesse do conde da Foz mais não foi que o corolário deste processo.

Decerto nenhuma destas razões isoladamente explica a escolha pela linha do Tua em detrimento das outras que só sentiriam os comboios a passar já no início do século XX (Silva 2004, Torres 1936). De qualquer modo, foi a escolhida concedendo a Trás-os-Montes mais umas poucas dezenas de quilómetros de caminho-de-ferro a juntar a outras tantas do troço da linha do Douro, ao passo que outras regiões tinham várias centenas e vias em duplicado e o governo até ferrovias em Espanha financiava...

### Fontes

- Almeida, Albino Francisco de Figueiredo e (1851): *Vias de comunicação*. Lisboa: Tipografia da Revista Popular.
- Arquivo Histórico-Diplomático, várias caixas.
- Arquivo Histórico do Ministério das Obras Públicas, Conselho Superior de Obras Públicas (vários livros e caixas de consultas).

---

<sup>6</sup> Tal como a cartografia, a estatística estava muito atrasada em Portugal, sobretudo a nível da actividade interna (Sousa 1995).

- Biblioteca da Assembleia da República, Caminhos de ferro. Pareceres parlamentares de 1845 a 1884.
- Boletim do Ministério das Obras Públicas. Lisboa: Imprensa Nacional (vários anos)
- Colecção Oficial de Legislação Portuguesa. Lisboa: Imprensa Nacional (vários anos).
- Diário da Câmara dos Deputados. Lisboa: Imprensa Nacional (vários anos).
- Diário da Câmara dos Dignos Pares do Reino. Lisboa: Imprensa Nacional (vários anos).
- Diário de Lisboa. Lisboa: Imprensa Nacional (vários anos)
- Diário do Governo. Lisboa: Imprensa Nacional (vários anos).
- Pimentel, Luís Augusto (1865): “Considerações estratégicas sobre o caminho de ferro da Beira”. In: *Revista Militar*, 17, 23: 543-549.
- Portugal. Ministério das Obras Públicas, Comércio e Indústria (1907): *Estado da viação ordinária em Portugal*. Lisboa: Imprensa Nacional.
- Revista de Obras Públicas e Minas. Lisboa: Imprensa Nacional (vários anos).

### Referências bibliográficas

- Alegria, Maria Fernanda (1990): *A organização dos transportes em Portugal (1850-1910): as vias e o tráfego*. Lisboa: Centro de Estudos Geográficos. Tese de doutoramento.
- Alves, Jorge Fernandes (2007): “De pedras fez terra – um caso de empreendedorismo e investimento agrícola no Nordeste Transmontano (Clemente Meneres)”. In: *Revista da Faculdade de Letras – História*, série 3, 8: 113-155.
- Bairoch, Paul (1976): *Commerce extérieur et développement économique de l'Europe au XIX<sup>e</sup> siècle*. Paris: École des Hautes Études en Sciences Sociales.
- Bonifácio, Maria de Fátima (1992): “A guerra de todos contra todos (ensaio sobre a instabilidade política antes da Regeneração”. In: *Análise Social*, 27, 115: 91-134.
- Branco, Rui Miguel C. (2003): *O Mapa de Portugal. Estado, Território e Poder no Portugal de Oitocentos*. Lisboa: Horizonte.
- Cipolla, Carlo, ed. (1976): “The emergence of industrial societies”. In Cipolla, Carlo, ed.: *The Fontana Economic History of Europe*. Glasgow: Fontana/Collins, 4.

- Dias, Maria Helena (1999): “Os primórdios da Moderna Cartografia Militar em Portugal: Uma História ainda por contar”. In: *Revista da Faculdade de Letras*. 5<sup>a</sup>, 24: 49-80.
- Ferreira, Tiago A. M. (1999): *O caminho de ferro na região do Douro e o Turismo*. [S. l.]: CP.
- Gomes, Gilberto (2009): “A Linha da Beira Baixa”. In: Actas do XXIX Encontro da Associação Portuguesa de História Económica e Social. Disponível em [web.letras.up.pt/aphes29/data/9th/GilbertoGomes\\_Texto.pdf](http://web.letras.up.pt/aphes29/data/9th/GilbertoGomes_Texto.pdf) (consultado em 2 de Dezembro de 2010).
- Guillemois, Isabelle (1995): *Les transports au Portugal au XIX siècle (de 1843 à 1899) à travers les Viagens na Minha Terra de Almeida Garrett et As Farpas de Ramalho Ortigão*. Bordéus: Université Michel de Montaigne.
- Justino, David (1988-1989): *A formação do espaço económico nacional. Portugal 1810-1913*. Lisboa: Vega.
- Marques, A. H. de Oliveira (coord.) (2002): “Portugal e a instauração do liberalismo”. In: Serrão, Joel; Marques, A. H. de Oliveira, dir.: *Nova História de Portugal*. Lisboa: Presença, 9.
- Mata, Maria Eugénia; Valério, Nuno (1993): *História económica de Portugal. Uma perspectiva global*. Lisboa: Presença.
- Matos, Artur Teodoro de (1980): *Transportes e comunicações em Portugal, Açores e Madeira: 1750-1850*. Ponta Delgada: Universidade dos Açores. Tese de doutoramento.
- Mónica, Maria Filomena, dir. (2005-2006): *Dicionário Biográfico Parlamentar (1834-1910)*. Lisboa: Instituto de Ciências Sociais.
- Oliveira, Manuel Alves de (1979): “Uma gorada ligação ferroviária da Póvoa de Varzim a Trás-os-Montes”. In: *Boletim Cultural Póvoa de Varzim*, 18, 1.
- Pereira, Hugo Silveira (2008): *Caminhos-de-ferro nos debates parlamentares (1845-1860)*. Porto: Faculdade de Letras da Universidade do Porto. Tese de mestrado.
- (2010): “Caminhos-de-ferro entre técnica, estratégia, economia e política (1845-1892)”. In: Actas do XXX Encontro da Associação Portuguesa de História Económica e Social. Disponível em [www.iseg.utl.pt/aphes30](http://www.iseg.utl.pt/aphes30) (consultado em 2 de Dezembro de 2010).
- Pinheiro, Magda (1983): “Reflexões sobre a história das finanças públicas portuguesas no séc. XIX”. In: *Ler História*, 1: 47-67.
- Ramos, Paulo (1996): “Os caminhos de ferro e o cais da Europa”. In: Gomes, Gilberto; Serrão, Joel, coord.: *O Caminho de ferro em Portugal de 1856 a 1996. O Caminho de ferro revisitado*. [S.l.]: CP: 24-33.
- Samodães, Conde de (1873): *Exame retrospectivo dos actos financeiros do ministerio de 22 de Julho de 1868*. Porto: Tipografia da Palavra.

- Serrão, Joel (1962): *Temas Oitocentistas II. Para a história de Portugal no passado. Ensaios*. Lisboa: Portugália.
- Silva, José Ribeiro da (2004): *Os comboios em Portugal: do vapor à electricidade*. Queluz: Mensagem.
- Silva, José Ribeiro da; Ribeiro Manuel (2004): *Os comboios em Portugal: do vapor à electricidade*. Queluz: Mensagem.
- Silva, José Ribeiro da; Ribeiro, Manuel (2007-2009): *Os comboios em Portugal*. Lisboa: Terramar.
- Sousa, Fernando de (1978): “A Salamancada e a Crise Bancária do Porto”. In: *Nummus*, 2<sup>a</sup>, 1: 131-160.
- (1995): *História da estatística em Portugal*. Lisboa: INE.
- Sousa, Fernando de; Marques, A. H. de Oliveira (2004): “Portugal e a Regeneração”. In: Serrão, Joel; Marques, A. H. de Oliveira, dir.: *Nova História de Portugal*. Lisboa: Presença, 10.
- Sousa, Fernando de; Pereira, Gaspar Martins (1988): *Alto Douro. Douro Superior*. Lisboa: Presença
- Torres, Carlos Manitto (1936): *Caminhos de ferro*. Lisboa: [s.n.].
- Vieira, António Lopes (1983): *The role of Britain and France in the finance of portuguese railways 1850-1890. A comparative study in speculation, corruption and inefficiency*. Leicester: Leicester University. Tese de doutoramento.



## A Cultura Duriense na Poesia de António Cabral

*Alina Maria Azevedo Sousa Vaz*

Universidade de Trás-os-Montes e Alto Douro / CEL  
alina@utad.pt

### Resumo

As culturas regionais são, no mundo globalizado, vistas como requintes de arte, pois projectam universalmente aquilo que diferencia cada um dos grupos ou comunidades. A região Alto Duriense revela características ímpares que justificaram a sua classificação como Património Mundial da Humanidade. Estas verificam-se nas vivências que o povo mantém com o espaço e a terra que lavra.

António Cabral, filho de pais humildes e lavradores durienses remediados, dedicou a vida à projecção da terra e do homem duriense, pois em toda a sua obra e actividades está presente a memória cultural da região do Douro.

A cultura de cariz popular é aquela que sempre inspirou António Cabral a desenhar um trilho de luta em toda a sua acção cultural e obra literária, particularmente na poesia, na qual, segundo António Pires Cabral, se tornou um ícone da Cultura Transmontano-duriense.

Na sua poesia, António Cabral deixa transparecer o Douro laboral, dos humildes e explorados, e este drama é escrito por si com simpatia e respeito.

Neste estudo propomo-nos verificar a forma como António Cabral, através da sua obra poética *Antologia dos Poemas Durienses*, se afirma como fiel depositário da Cultura Duriense e assim contribuindo para a grandiosidade do Património Imaterial da região do Douro.

A cultura é a reinvenção, a recriação e a reescrita de “todos aqueles objectos ou operações que a natureza não produz e que lhe são acrescentados pelo espírito de um determinado povo” (Saraiva 1993: 11). São estes processos que fazem surgir características identitárias que, alicerçadas num passado comum, proporcionam a existência de um ideal colectivo e que, estando sujeito aos sucessivos fenómenos de transculturalidade, procura a firmeza de uma identidade própria no futuro.

Abordando a noção identidade cultural pode-se afirmar que, neste caso, a cultura delimita as diversas personalidades e une diferentes grupos humanos, daí que “cada região apresent(e) os seus padrões específicos de cultura e neles radi(que) a sua personalidade-base.” (Parafita 1999: 34).

Em Portugal existem regiões cujas características se apresentam bem delimitadas, porque são segundo Jorge Dias “(...) fruto, não só de condições ambientais diferentes, como de ascendência cultural e possivelmente étnica diversas” (Dias 1995: 11).

A região do Alto Douro corresponde a esta definição porque é, por excelência, uma região com características únicas bem definidas, que proporciona às suas gentes uma identidade própria, logo uma cultura particular.

Com a pós-modernidade e o surgimento das novas tecnologias da informação, torna-se difícil a compreensão dos limites do que chamamos “identidade cultural” de determinada sociedade, pois “os usos e costumes ancestrais, e com eles os saberes e a arte verbal que os fixou e consagrou, vão sendo abalados pelos fenómenos da modernidade” (Parafita 1999: 35).

Segundo Alexandre Parafita, na região do Douro

o seu povo conservou ao longo dos tempos uma especificidade espiritual, ou seja uma espécie de alma colectiva diferenciada, que é visível não só no estilo das criações populares, mas também na selectividade demonstrada no momento de acolher novas influências. (Parafita 1999: 34).

A cultura duriense mais do que qualquer outra está associada à forma como o homem vive o seu quotidiano: “Faz todo o sentido falar-se numa cultura duriense, caracterizadora do *modus vivendi* do Homem do Douro, normalmente determinado pela necessidade de responder aos seus problemas de subsistência e de organização de recursos” (Grácio e Cristóvão 2001: [s/p]), e é essa vivência do dia-a-dia que se faz tema da poesia de António Cabral.

São muitos aqueles que immortalizaram a região duriense nas suas obras ou porque nasceram nesse lugar “maravilhoso” ou porque ficaram apaixonados pelo seu encanto. As inspirações surgem por diversos factores, como os elencou Assunção Monteiro, ou seja, pela

rica diversidade dos seus contrastes: vales, gargantas profundas, precipícios incontáveis e dantescos, abismos, penedos, socalcos, montanhas, escarpas, planaltos, barragens, povoações, etc., aliados à ímpar riqueza cromática, permitem encarar o Douro como fonte inesgotável de inspiração, uma gigantesca tela onde todas as correntes artísticas se podem enquadrar de acordo com os impulsos e imaginação de cada criador (...) (Castelo, citado por Assunção Monteiro 2002: 10).

Autor de uma obra muito diversificada, é como poeta que António Cabral tem o seu lugar na literatura portuguesa. Por isso António Pires Cabral, escritor transmontano, entende que António Cabral é o grande poeta do Douro laboral perpetuando usos e costumes, tradições e hábitos que se vão perdendo. Segundo

as suas palavras, António Cabral “É o poeta que mais canta a região em quantidade e que presta mais atenção ao Douro laboral. Não propriamente a paisagem muito bonita, mas os dramas humanos que se passam no Douro, como o cultivo ou a exploração do trabalhador” (Pires Cabral, citado por Correia 2009).

No poema “Homo, mensura”, incluído em *Poemas Durienses*, de 1963, escreve: “Eu não irei convosco, puros habitantes do sonho./ O meu lugar é aqui, entre os homens:/ falo a sua linguagem, sinto as suas dores (...)” (Cabral 1963). O poeta mantém com os outros homens um pacto de união, pois através da sua arte e da sua voz mostra uma consciência solidária cantando com e para o seu povo, as dores, as lágrimas e angústias do Douro humano.

Segundo o poeta a região do Douro é “o paraíso do vinho e do suor” fortemente marcada pelo rio Douro, que lhe corre nas veias com todo o seu caudal de sofrimento, mas também de esperança. Este sentimento revela-se no trabalho árduo dos “homens de camisas empastadas” (Cabral 1999: 13) que de sol a sol redram “videira a videira, / pegados à enxada, / comendo poeira” (Cabral 1999: 47). Os montes por lavrar provocam desespero, mas é este chão que lhes pode dar alimento para a sua subsistência, daí um amor pela terra e uma esperança que o fazem sonhar por um futuro melhor. No poema o “Lavrador Percorrendo a vinha”, o poeta descreve o sentimento de satisfação ao andar no terreno cuidado por si: “(...) Uma vide que toca é um músculo vibrando; / um cacho que descobre é um pensamento novo” (Cabral 1999:38).

Já na “Carta ao Jorge”, o sujeito poético convida a personagem, Jorge, estrangeiro e poeta, a olhar as encostas trabalhadas pelo braço do homem “desde a podoa ao tractor” (Cabral 1999: 45). Sugere que ambos desçam até ao rio e que voltem a subir a encosta desenhada por “(...) geios de vinha, / escadas, uma raiva de escadas” (Cabral 1999: 45) (...), porque só (...) “suando, compreenderá(s) o suor / e as ideias, ora cravos, ora cardos das (...) faces que enrugam, / paralelas ao sonho” (Cabral 1999: 45). O poeta canta o desgaste físico daquele que trabalha na terra. As mãos ossudas e calosas, os lábios gretados da secura do sol, o rosto rochoso como as vinhas fazem o poeta criar um hino ao lavrador duriense, no poema “Aqui, o Homem”.

AQUI, O HOMEM

(...)

Nem Baco nem meio Baco!

Aqui é o homem

Que nada há que não suporte,

Mas suporta e persiste.

Aqui é o homem até à morte. (Cabral 1999:21)

O trabalho nas vinhas preenche a vida dessa gente, sendo a época das vindimas, que decorrem entre os meses de Setembro e Outubro, o ponto alto da azáfama nas encostas. No poema “Uma vindima”, o poeta descreve o “paraíso dourado das vindimas”, da alma que faz trabalhar as rogas numa só direcção e com um mesmo objectivo, a produção de vinho:

VINDIMA  
É muito simples uma vindima:  
As mulheres  
Falam alto, cortam as uvas,  
Fazem de comer e sonham, sonham muito.  
Os homens  
andam com os cestos às costas, assobiam,  
baralham as ideias, assobiam,  
pisam as uvas, envasilham  
e dizem: pró ano será melhor.

(No ano seguinte é a mesma coisa) (Cabral 1999:40)

Esta paisagem natural lavrada/trabalhada/manipulada pela mão do homem resulta em cenários esplêndidos que extasiam quem os visita. É o “Paraíso da aguarela forte das vinhas / que entram em ondas verdes pelos olhos.” (Cabral 1999: 13).

Durante longos períodos o rio Douro foi a principal via de comunicação do Alto Douro. O rio “Douro passa como um rei soberbo” sob “fragas cheias de musgo” (Cabral 1999: 19) e sob, “os montes de pedra dura”, “nasce na serra de Urbion / em Espanha, ao pé de uma erva, / e vai desaguando / na erva seca de muitos olhos / que calculam a sua própria distância em vinho. (Cabral 1999: 143).

Este Douro é também anunciado como o “Paraíso dos nove meses de Inverno / e três de inferno” (Cabral 1999: 13). O poeta deixa bem patente os contrastes do clima rigoroso da região no poema “Aqui, Douro”:

(...)  
Outubro a Junho, é o nevoeiro, sanguessuga  
que morde até aos ossos e às palavras;  
Julho a Setembro, é o sol em lâmina  
que fere os olhos até ao pensamento. (Cabral 1999:13).

O Douro é também “paraíso das romarias”. Nos poemas de António Cabral há referências a festas espalhadas pelas várias terras que compõem esta região. São referidas as romarias da Senhora da Piedade, do Viso, de S. Leonardo da Galafura, da Assunção, com principal destaque para a Nossa Senhora dos

Remédios, por ser considerada a festa com maior relevo. O sagrado e o profano evidenciam uma dimensão sagrada da vida, da existência de uma panóplia de sentimentos do povo duriense. As gentes chegavam à terra de Lamego para subir de joelhos o escadario de pedra e no Santuário pagar promessa, acompanhar a procissão e ver no final da noite o arraial iluminando os céus escuros traduzindo a euforia de uma boa festa. O poema “A Senhora dos Remédios” é ilustrativo desse alvoroço, provocando nos jovens grande ansiedade, pois era nestas festas populares que rapazes e raparigas aproveitavam para dançar e começavam a namorar:

#### A SENHORA DOS REMÉDIOS

Em Setembro é a Senhora dos Remédios.

(...)

Aquilo é que é uma festa, mãe. Disse o João  
que nem o Viso nem o S. Leonardo juntos  
chegam aos calcanhares da Senhora dos Remédios.

Muita gente, muita gente, foguetes,  
Arcos, música e ruas largas, muito largas.

(...)

Mãe, deixe-me ir à Senhora dos Remédios.

Já tenho dezassete anos, já não uso tranças

E sei-me portar como uma senhora.

Mãe, deixe-me ir à Senhora dos Remédios.

O João, este ano, também vai... (Cabral 1999: 30-31).

A religiosidade, a crença, a superstição são elementos antinómicos, mas raíam as vivências durienses. Estes elementos são fruto de uma fé, muitas vezes associada às suas actividades agrícolas, as que levam ao fabrico e transporte do vinho do Porto. Nas casas das famílias durienses havia pequenos altares, locais de eleição na casa, ainda hoje existentes, pois aí pediam ao Divino que as colheitas corresse pelo melhor e que os seus navegadores chegassem a bom porto com as suas cargas. Os lugares de devoção embelezam a paisagem natural e fazem, também, do Douro “o paraíso das sete ermidas”, lugares de exaltação.

A confirmação está no poema “Sete notas para uma sinfonia” onde o poeta informa que “Os homens põem capelas no cimo dos montes / para que os ouçam à distância. / Eis uma forma elegante / de dialogar com os mortos (Cabral 1999: 122). Perante a visualização de pontos brancos, que muitas vezes não são mais do que capelas abandonadas, “os homens passam / e tiram o chapéu encardido de suor / e poeiras; as mulheres benzem-se, baixando / olhos lugentes sobre a cruz acabada / de traçar” (Cabral 1999: 156), aí o vento corre a grande velocidade e o sol faz reluzir as cores de uma bela paisagem, criando nas mentes de quem por ali passa um imaginário alusivo às diversas lendas e contos que

foram passando de geração em geração contando o “aparecimento de determinada imagem ou o relato acerca de manifestações do divino” (Pereira e Barros 2001: [s/p]).

António Cabral refere ainda o “paraíso dos caminhos tortuosos” tão característicos desta região e deixa transparecer nos seus poemas os sentimentos que os mais diversos passeios lhe proporcionavam, relatando momentos vividos e experienciados pelo seu olhar. Os seus cinco sentidos eram verdadeiros aliados para a produção poética e os elementos da natureza eram a fonte de inspiração. A descrição do voo inóspito de codornizes, a pressa com que a raposa passa pela vinha, o voo amplo do grifo predador, o voo vígil do milhafre, o pombo bravo, o gato, a rola, o pato bravo, a perdiz quando é encontrada pelo cão no acto da caça, bem como a intensa vegetação são merecedores de versos sentidos que o ajudam a enaltecer os cheiros, as luzes, os usos e costumes que os inícios e fins de dia lhe proporcionavam. O poema “Momento” é exemplificativo da descrição pormenorizada de uma paisagem natural:

#### MOMENTO

Nesta manhã de Abril a terra fala  
e cada coisa diz uma palavra:  
o sol, as árvores  
e aquele melro,  
carvão aceso numa urze em flor.  
Trazemos os pés húmidos da relva,  
mas, sob o pólen fulvo dos pinheiros,  
que a aragem leva,  
uma forte volúpia  
nos dilata as narinas e transborda  
nos olhos ledos como poços cheios.  
Tudo é florido, estevas e carquejas...  
Não há ave sem canto,  
não há ramo sem flor.  
Amarelo, lilás, vermelho, branco,  
cem cores, ao passarmos, nos saúdam;  
e este cheiro fresquíssimo  
diz-nos que por aqui há rosmaninho.  
O sol é um cântico. (Cabral 1999: 18).

A sua obra deixa ainda transparecer referências às quintas durienses como a Romaneira, Roriz, Síbio, Smith, dos Frades, do Merouço e Roncão. As quintas foram “no Douro a unidade de exploração agrária por excelência, vocacionada para a viticultura. Nelas se integram a casa de habitação, uma diversidade de estruturas de apoio à actividade produtiva e às terras, cultivadas ou de monte” (Mansilha 2002: 159). Nos hectares circundantes às quintas, os proprietários ou caseiros cuidavam de todas as outras culturas que eram adaptadas tendo em

conta os declives, a escassez da água e os solos de xisto. Esta região era para António Cabral, “o paraíso das hortinhas e dos pomares”. Os poemas “Amendoeira”, “Oliveira” e “Castanheiro” immortalizam a diversidade de culturas permanentes implementadas nas adversas encostas do Alto Douro. Estas culturas, a par da vinha, matizavam amplas manchas de matos mediterrânicos que eram desbravados pela mão do homem:

Quebrar a pedra, construir muros, degraus e caminhos, plantar as  
vinhas a as árvores, apanhar as uvas e trazê-las pelas encostas abaixo,  
lavar o solo, fazer o vinho e o azeite, carregar os barcos, rio abaixo,...  
Esta é a história desta paisagem e daqueles que a criaram (Mansilha 2002:  
152).

As terras e lugares são também temas da sua poesia. O poema “Azulejos” revela particularidades singulares de cariz popular das mais diversas terras e lugares que constituem a região.

A Mulher, tratada de forma ímpar na sua poesia, associada à educação dos filhos e do cuidado do lar, é, em muitas passagens, um ícone de força física quando anda nas lides agrícolas. Alguns dos seus poemas são escritos de forma similar aos da poesia trovadoresca, e o ambiente familiar, onde a mãe surge como a matriarca a dar conselhos às suas filhas, bem como ambiente amoroso, são uma constante nas suas descrições. O poeta enaltece com pormenor e subtilidade a sensualidade dos corpos das moças formosas que cantavam nas ceifas, e o modo como se escondiam no meio dos tojos à beira rio, aquando da passagem dos barcos rabelos dirigidos pelos seus marinheiros. Mas não é com menos pormenor que trata a força daquelas que são mais desajeitadas e que carregam “molhos de giestas” descalças, levando o filho “ranhosito” pela mão.

Os seus poemas fazem notar, ainda, factos e figuras históricas que envolveram a região em determinadas épocas e momentos, como é exemplo o poema “O Barão de Forrester”, que descreve a descida do rio do Barão, juntamente com Antónia Adelaide Ferreira (a Ferreirinha), e na qual foi vítima dum naufrágio no Cachão da Valeira.

Nada parece fugir ao olhar deste cantador de um dos mais belos paraísos do mundo, a região do Douro. As palavras da sua poesia têm sem dúvida um grande objectivo central, a busca e a defesa de uma identidade cultural duriense. Os traços particulares e distintivos, que a diferenciam das demais, contribuem para a exaltação de um património e memória cultural. António Cabral enaltece, sobretudo, a dimensão humana das gentes que o viram nascer procurando, através das suas vivências, partilhar e perpetuar esse património e essa memória às gerações vindouras.

Não será por isso exagerar dizer que António Cabral é por direito próprio uma voz do Património Imaterial duriense, um poeta da paisagem humana natural e paisagem cultural da região do Douro.

### Referências Bibliográficas

- Cabral, António (1999): *Antologia dos Poemas Durienses*. Chaves: Tartaruga.
- Correia, Frederico (2009): «Douro na prestativa dos humildes e explorados: Vila Real // Viajar com... António Cabral». In: *Mensageiro de Notícias*, 7-5-2009. Internet. Disponível em <http://www.mdb.pt/noticia/1673> (consultado em 25 de Maio de 2010).
- Dias, Jorge (1995): *Elementos Fundamentais de Cultura Portuguesa*. Lisboa: Imprensa Nacional Casa da Moeda.
- Grácio, Joaquim e Cristóvão, Artur (2001): «Associativismo Cultural no Douro: Um Património a valorizar». Comunicação ao 1.º Congresso de Estudos Rurais. Internet. Disponível em <http://home.utad.pt/~des/cer/CER/CONTEUDO/05.HTM> (consultado em 11 de Maio de 2010).
- Mansilha, Armando (2002): *Alto Douro Vinhateiro – Património Mundial*. Revista semestral. Peso da Régua: Notícia do Douro.
- Monteiro, Maria da Assunção Morais (2002): O Douro imortalizado pelos escritores. In: *Alto Douro Vinhateiro, Património Mundial*.
- Parafita, Alexandre (1999): *A comunicação e a Literatura Popular*. Lisboa: Plátano Edições.
- Pereira, Gaspar Martins e Barros, Amândio Morais (2001): *Memória do Rio – Para uma história da navegação do Douro*. Porto: Edições Afrontamento.
- Saraiva, António José (1993): *O que é Cultura?*. Lisboa: Difusão Cultural.



## A História n' "A Inaudita Guerra" de Mário de Carvalho

Maria Cecília de Sousa Vieira  
Universidade Aberta  
ceciliasousavieira@hotmail.com

### Abstract

By taking the historical matter again, the postmodernist literature reassesses the concept of History, showing that it is impossible to reconstruct past times as well as the present. The past only comes to us in texts and its material is retold and rewritten in different ways and perspectives. However, this doesn't mean, one can write an infinite number of idiosyncratic stories.

In "A Inaudita Guerra", Mário de Carvalho puts in confrontation events occurred in the Christian Reconquest and in the twentieth century, presenting a series of (not) coincidences between the two periods. The author rejects a passive attitude regarding the History and demands a meta-historic awareness, by highlighting aspects common to people, regardless of the era they belong to, suggesting, however, differences in the mentality and habits generated by time. History is used as a means to provoke established ideological concepts and to question the righteousness of certain attitudes and atrocities of today's man, holding, thus, a moralizing *ethos*.

### Resumo

Ao retomar a matéria histórica, a literatura pós-moderna reavalia o conceito de História, mostrando que é impossível reconstruir os tempos idos como, aliás, o presente. O passado só nos chega textualizado e a sua matéria é recontada e reescrita de diferentes formas e perspectivas, não querendo, porém, isto significar que se pode escrever um número infinito de histórias idiossincráticas.

N' "A Inaudita Guerra", Mário de Carvalho põe em confronto acontecimentos ocorridos na Reconquista Cristã e no século XX, apresentando uma série de (in)coincidências entre os dois tempos. O autor recusa uma atitude passiva relativamente à História e reivindica uma consciência metahistórica, ao realçar aspectos comuns ao indivíduo, independentemente da época a que pertence, sugerindo, não obstante, diferenças de mentalidades e costumes geradas pelo tempo. A História é usada para desafiar conceitos ideológicos estabelecidos e para questionar a justeza de certas atitudes e atrocidades do Homem hodierno, encerrando, assim, um *ethos* moralizante.

*De resto, não acho que tenha qualquer predilecção especial pela história. Procuro evitar é que a minha memória seja amputada, como acontece, infelizmente, a grande parte dos meus concidadãos. As minhas deambulações pela história são uma resistência contra a lobotomização, a lembrar que não nascemos ontem.*

(Carvalho, *apud* Martins 2004: 38-44)

### 1. O cruzamento da História com a Literatura

O conto em análise é um conto de cruzamentos: cruza-se a História com a Literatura, cruza-se o Passado com o Presente, cruza-se o Árabe com o Português, cruza-se a Realidade com o Fantástico, cruza-se o Verosímil com o Inverosímil...

A relação entre História e Literatura vem desde tempos imemoriais, desde a mitologia dos gregos. Segundo o mito, Zeus e Mnemósine, o pai dos deuses e a deusa da memória, tiveram sete filhas, as sete musas das artes. De entre elas, Calíope, a musa da Literatura e Clio, a deusa da História. Portanto, seguindo a explicação mitológica, verificamos que a relação entre estas duas artes é estreita e que o diálogo entre elas é uma constante.

Não é, pois, de estranhar o cruzamento da História com a Literatura, porque ambas – no dizer de Sandra Pesavento – têm a “capacidade de partilhar e cruzar formas de percepção e conhecimentos sobre o mundo”, embora tendo “métodos e exigências diferenciadas e metas distintas” (Pesavento 2000: 7-8).

Se a aceitação desta conexão tem sido aceite por alguns de forma pacífica ou até com entusiasmo, por outros, tem sido alvo de acesas polémicas, insistindo estes últimos na necessidade de estabelecer/demarcar fronteiras rígidas.

No século XXI, cremos nós, não faz já sentido querer fixar limites entre os dois territórios. Aliás, a fragilidade de fronteiras<sup>1</sup> e, até, a supremacia da literatura sobre a História para falar do passado está atestada em escritores como Walter Scott ou Alexandre Herculano<sup>2</sup>.

Cremos também que não faz sentido considerar, como Pierre Barbéris, que a verdadeira história não é escrita pelos historiadores mas pelos bons romancistas históricos<sup>3</sup>.

---

<sup>1</sup> A demarcação de fronteiras pouco precisas entre História e Ficção está já patente em Aristóteles: “não é ofício de poeta narrar o que aconteceu; é sim, o de representar o que poderia acontecer, quer dizer: o que é possível segundo a verosimilhança e a necessidade. Com efeito, não diferem o historiador e o poeta, por escreverem verso ou prosa (pois que bem poderiam ser postas em verso as obras de Heródoto, e nem por isso deixariam de ser história, se fossem em verso o que era em prosa) – diferem, sim, em que um diz as coisas que sucederam, e outro as que poderiam suceder” (*apud* Arnaut 2002: 290).

<sup>2</sup> Afirma Alexandre Herculano: “Quando o carácter dos indivíduos ou das nações é suficientemente conhecido, quando os monumentos e as tradições, e as crónicas desenharam esse carácter com pincel firme, o romancista pode ser mais verídico do que o historiador; porque está mais habituado a recompor o coração do que é morto pelo coração do que vive, o génio do povo que passou pelo que passa” (*apud* Marinho 1999: 15-16).

Ainda com uma perspectiva idêntica, eis as palavras de Rebelo da Silva: “Em assuntos históricos, o dever do romance consiste em cunhar com a verdade mais aproximada a expressão do viver e crer de Portugal, ou de qualquer outra nação” (*apud* Marinho 1999: 18).

<sup>3</sup> No século XIX, muitos romancistas pretendiam convencer o leitor de que a leitura de um bom romance era mais didáctica do que um verdadeiro tratado histórico. Eis, a título de curiosidade, a forma como Pierre Barbéris apresenta o conceito de História:

- Histoire: la réalité (?)historique;

O que faz sentido, de acordo com os novos rumos por que parece nortear-se a historiografia contemporânea, é uma abertura à intercomunicabilidade entre dois diferentes discursos que falam do real que é complexo e que, por isso, necessita de abordagens diferenciadas. Para além do discurso histórico, outros discursos podem ser parceiros na tarefa de decifração do real acontecido.

Os historiadores de hoje reconhecem a dificuldade em estabelecer uma fronteira rígida entre História e Ficção, pois sabem que trabalham com um referente ausente – o passado (que já não existe e que por isso não pode ser sujeito a verificação) – cujo acesso é feito através de imagens ou palavras. O problema da representação, como diz Paul Ricoeur, “é a cruz do historiador” (Ricoeur 2000: 371).

Por conseguinte, o carácter lacunar das fontes e a manipulação que se faz dessas fontes e dos acontecimentos leva-nos a suspeitar das verdades históricas. Michel de Certeau afirma que todos os dados chegados à actualidade não passam de “restos de argumentos porque toda a informação foi produzida segundo ópticas particulares” (Certeau 2006: 35-36). Também Linda Hutcheon afirma que todos os “eventos” são potencialmente “factos” históricos, mas apenas se tornam factos os escolhidos pelos historiadores (*apud* Constâncio 2004: 31).

Seguindo a mesma linha, Paul Veyne põe em causa a convicção de que há apenas uma versão dos acontecimentos, chamando a atenção para o facto de haver outras histórias coetâneas à História oficial: “(...) dado que tudo é histórico, a história será o que escolhermos” (Veyne 1971: 59) e “A história é a ciência das diferenças, das individualidades, mas esta individualização é relativa à espécie escolhida (...)” (Veyne 1989: 36).

Na mesma linha de pensamento, E. H. Carr afirma a importância do sujeito – o historiador – na constituição do objecto, a ponto de considerar a objectividade histórica como uma falácia. Ouçamo-lo:

O historiador é necessariamente selectivo. A crença num núcleo sólido de factos históricos existentes objectiva e independentemente da interpretação do historiador é uma falácia absurda, mas difícil de extirpar, no entanto. (Carr 1961: 11)

---

- Histoire: le discours des historiens et, de manière générale, tout discours qui entend donner une image et une interprétation scientifique et signifiante, à la fois, de l’HISTOIRE;

- histoire: le récit, la fable, le mythe, tout ce qui, parlant du réel, constitue une autre manière d’appréhender (?) l’HISTOIRE (Barbérís 1991: 9)

Neste sentido, é pela imaginação que se tem acesso à realidade e, como tal, ela é potenciadora de um caminho possível da História.

Seguindo a mesma esteira, acrescentando a noção de desajustamento temporal entre o historiador e a matéria historiada, afirma K. Jenkins:

A História é um discurso cambiante e problemático, tendo como pretexto um aspecto do mundo, o passado, que é produzido por um grupo de trabalhadores cuja cabeça está no presente (...) e cujos produtos, uma vez colocados em circulação vêm-se sujeitos a uma série de usos e abusos que são teoricamente infinitos, mas que na realidade correspondem a uma gama de bases de poder que existem naquele determinado momento e que estruturam e distribuem ao longo de um espectro do tipo dominantes/marginais os significados das histórias produzidas. (Jenkins 2005: 52)

Na perspectiva deste crítico, a mundividência do presente influencia o historiador e condiciona, assim, necessariamente a sua visão do passado.

António Telo também confirma a subjectividade do trabalho do historiador, ao afirmar:

Ele [o historiador] não é um observador neutro, que paira acima da sociedade, e dá uma explicação objectiva e definitiva, tal como defendem os adeptos da 'História como ciência rigorosa'. Ele é, e é sempre, um observador que procura ser neutro, mas está condicionado pelas teorias e conceitos que usa. (Telo 2008: 12)

A história, enquanto relato de um sujeito, é sempre o resultado de uma percepção. Assim, a consciência de que é impossível apreender o passado pela linguagem e sem “preconceitos intelectuais e ideológicos” (Marinho 1996: 261), de que só textualizado<sup>4</sup> ele chega até nós e de que apesar de usar instrumentos científicos é “essencialmente uma arte” (Telo 2008: 11) tem suscitado diversas discussões.

Mas pelo facto de ser difícil destrinçar fronteiras entre História e Literatura ou de se reconhecer traços comuns e meios de exposição narrativa semelhantes, tal não quer dizer que os dois conceitos sejam sinónimos (Arnaut 2002: 297) ou, ainda, que se possa escrever um sem número de histórias idiossincráticas.

De facto, “o historiador em tácito compromisso deontológico, visa essencialmente, fugindo ao arbitrário, construir ‘um romance real’” (Arnaut 2002: 297). Deste modo, a questão não está numa simples distinção entre a busca da verdade no texto histórico e a construção da ficção no texto literário, mas antes na natureza da verdade almejada por cada um dos textos. Além disso, a História não é, nem pelos métodos nem pelos objectivos perseguidos, uma ficção. Na verdade,

---

<sup>4</sup> De facto, a narrativização do tempo pretérito é uma inevitabilidade, como observa Carlos Fuentes: “ (...) quien recordará un solo acto que no aya quedado escrito?” (Fuentes 1992: 505).

O historiador tem hoje consciência de que não pode ‘reconstituir’ o passado, mas também sabe que a sua ficção tem limites impostos pelos dados das ‘representações’ que possui, ou seja, os documentos a que tem acesso, compromisso a que o escritor ou o realizador de cinema não está necessariamente ligado, porque o seu objectivo é mesmo a fantasia. (Torgal 1998: 196)

Na mesma linha de pensamento se inscreve o autor por nós visado, Mário de Carvalho, em *A Paixão do Conde de Fróis*, quando afirma:

Mas a história tem os seus pruridos de verdade que se sobrepõem às parcialidades do autor e este vê-se constrangido a relatar o que ao conde calhou de dizer, e não o que ele gostaria que o conde dissesse. (Carvalho 1997: 199-200)

A busca da verdade factual centrada na pesquisa de fontes documentais, que é objecto do historiador, não é condição necessária para o autor do romance histórico.

Parece-nos, assim, para concluir, que F. Braudel sintetiza bem as reflexões apresentadas sobre o conceito de História hoje:

Entendo por História, uma pesquisa cientificamente conduzida, digamos a rigor uma ciência, mas complexa: não há uma história, um ofício de historiador, mas ofícios, histórias, uma soma de curiosidades, outros pontos de vista, outras possibilidades se acrescentarão ainda. (Braudel 2005: 91-92)

O trabalho do historiador obedece, deste modo, a regras éticas e estéticas. Por seu turno, a ficção, como veremos, desprende-se de todas as cadeias e, mesmo quando usa referentes históricos, tem a liberdade de os manter ou, então, de transformá-los ou subvertê-los. Quando, nos seus romances, o escritor opta por usar a História pode, à maneira de Saramago, tomar dois caminhos: o de um certo respeito pelos factos conhecidos ou documentados ou, ao invés, o da prevalência da ficção, cabendo à História o papel de pretexto para o texto ficcionado. Senão vejamos:

Duas serão as atitudes possíveis do romancista que escolheu, para a sua ficção, os caminhos da História: uma discreta e respeitosa, consistirá em reproduzir ponto por ponto os factos conhecidos, sendo a ficção mera servidora duma ficção que se quer inatacável; a outra, ousada, levá-lo-á a entretecer dados históricos não mais que suficientes num tecido ficcional que se manterá predominante. Porém, estes dois vastos mundos, o mundo das verdades históricas e o mundo das verdades ficcionais, à primeira vista irreconciliáveis, podem vir a ser harmonizados na instância da narradora (...). (Saramago 1998: 56)

Deste modo, a História, neste novo paradigma, é conciliável com a literatura em que há um sentido lógico da ficção e também do histórico. O conceito de verdade única sobre um determinado acontecimento tem de ser substituído pelo de verdades plurais.

## **2. *Res Factae d'* “A Inaudita Guerra”**

O acontecimento histórico evocado n’“A Inaudita Guerra” é a tomada de Lisboa aos mouros em 1147. Relembramos esse momento, mas antes, apresentamos uma nota breve das lutas entre os habitantes da Península e os invasores, os árabes, *antes da* e *na* Reconquista.

### **2.1. Antes da Reconquista**

A partir da Arábia, em 632, uma série de tribos encetaram uma notável e rápida expansão territorial, feita sob o epíteto de “guerra santa”<sup>5</sup>.

Em 711, alguns milhares de árabes (incluindo sírios, berberes, iemenitas, egípcios e persas), vindos dos mais variados lugares, penetraram na Península, aproveitando as lutas internas e consequente desagregação do império visigótico<sup>6</sup>.

Os visigodos, sob o comando do seu último rei, Rodrigo, foram derrotados na batalha de Guadalete, nesse mesmo ano. Foi o desmoronar do reino visigodo.

Muitos dos sobreviventes dos seus exércitos refugiaram-se no norte da península – nas montanhas das Astúrias. Resistentes à subjugação muçulmana, foram-se organizando sob o comando de Pelágio, com vista a reconquistar o território que lhes pertencera.

Em 712, a Península foi novamente invadida por um exército, composto maioritariamente por árabes, sob o comando conjunto de Muça e de seu filho, Abdalaziz. Tomaram Viseu, Portucale, Bracara, Tui e Lago.

Entretanto, Santarém, Lisboa e Coimbra caíram também no domínio árabe.

Não obstante a islamização, os cristãos que não se converteram puderam continuar a usar o seu dialecto, a reger-se pelas suas próprias leis e a praticar a sua religião, mediante o pagamento de tributo. Nas palavras de Luís Araújo, pela análise ao tempo de domínio árabe se conclui que “houve uma multissecular convivência entre a mesquita muçulmana, a igreja cristã e a sinagoga judaica” (Araújo 1983: 255-256). Com efeito, tal como aconteceu com os moçárabes<sup>7</sup>, os judeus também puderam continuar com as suas práticas religiosas.

<sup>5</sup> No século XI, na Arábia, a fê num Deus único foi pregada por Maomé. Foi esta crença que deu coesão às diferentes tribos.

<sup>6</sup> Por essa altura, a população hispânica rondaria os dez milhões de habitantes, dos quais duzentos mil eram de origem goda.

<sup>7</sup> Os moçárabes são aqueles que, “sob o domínio muçulmano, continuaram a praticar o culto cristão, mas adoptam a língua e cultura árabes” (Mattoso 1983: 483).

## 2.2. A Reconquista da Península

Entretanto, a partir das Astúrias, os visigodos afadigavam-se para reconquistar o território que lhes havia pertencido. Sob o comando de Pelágio, venceram os muçulmanos na batalha de Covadonga, em 722. Este acontecimento, insignificante para os muçulmanos<sup>8</sup>, acabou por ser o início simbólico da reconquista cristã. A luta continuaria ainda por cinco séculos.

Afonso I, o Católico, sucessor de Pelágio, aproveitando a quebra de unidade dos muçulmanos<sup>9</sup>, apenas sustentada pela religião islâmica, desenvolveu uma eficaz acção político-militar contra as suas forças. Isto significou a expulsão dos Árabes da Galiza, por não poderem resistir à ofensiva cristã e à fome dos anos 749 e 750 que assolou a Espanha mourisca.

A reconquista não prosseguiu nos reinados imediatos. Coube a Afonso III, o Casto (866-910), conquistar as terras situadas entre o Minho e o Mondego.

A Península continuava ameaçada pelos árabes.

Seguiram-se os califados dos Omíadas e de Almançor que ampliaram substancialmente o seu território. Entretanto, a fragmentação da península em reinos taifas fragilizou-os, mercê de deglaciações internas e embates externos (dos cristãos).

Os dirigentes do Algarve al-Andalus, sentindo-se impotentes, pediram apoio exterior, aos almorávidas (berberes nómadas do Norte de África). Começou o emirado almorávida (1095-1114). Afonso VI de Leão e Castela, imperador da Espanha, tentou afastá-los, mas foi derrotado na batalha de Zalaca, em 1086, não conseguindo assim travar o seu avanço.

O emirado almorávida é caracterizado por uma grande intolerância religiosa em relação aos cristãos, devido ao fanatismo exacerbado dos seus líderes religiosos, colocando a guerra santa como missão prioritária.

No entanto, as revoltas internas, instigadas pelos sufis<sup>10</sup> abalaram os seus alicerces, ficando estes vulneráveis às investidas dos almóadas, recém-chegados à Península, com o intuito de travarem o avanço dos cristãos. De novo, os moçárabes são perseguidos, vítimas do fanatismo religioso.

O principado almóada acabou por ser mais longo e marcante que o emirado almorávida.

---

<sup>8</sup> As fontes árabes apenas referem que um grupo de rebeldes das Astúrias subsistia ao poder árabe (Cf. Araújo 1983: 267).

<sup>9</sup> Estes eram constituídos por vários grupos étnicos e tribos. Os berberes revoltaram-se porque, por ordem do governador do Egipto e Norte de África, deveriam pagar impostos, tal como os cristãos (Araújo 1983: 268).

<sup>10</sup> “O sufismo é, basicamente, uma atitude religiosa, um renascer do fervor místico que se mantinha aceso debaixo das elaborações intelectualistas e do formalismo ritual que entretanto se haviam acumulado sobre a doutrina do Profeta” (Araújo 1983: 280).

### 2.3. A tomada de Lisboa pelos cristãos

Os cristãos, por seu lado, em 1139, dirigidos por D. Afonso Henriques, travaram a batalha de Ourique contra os sarracenos e saíram vencedores. A Ourique é atribuída uma série de relatos maravilhosos, que a tornam um acontecimento simbólico<sup>11</sup>. A vitória foi de tal forma importante que Afonso Henriques passou a ser intitulado rei a partir de 1140<sup>12</sup>. Segundo muitos historiadores, esta batalha foi o acontecimento fundacional da Nação.

Após a conquista da cidade de Santarém aos mouros, em 1147, as atenções de Afonso Henriques voltaram-se para a cidade de Lisboa<sup>13</sup>.

Para a sua conquista, o rei sabia que poderia contar com o auxílio dos cruzados<sup>14</sup>. De acordo com a carta de Ranulfo de Granville a Osberno, a *De Expugnatione Lyxbonensi*, os cruzados, a pedido do bispo do Porto, D. Pedro, foram persuadidos a ajudar os portugueses. Tal pedido vinha na sequência de instruções que lhe haviam sido dadas precisamente por Afonso Henriques. O discurso que o bispo dirigiu aos cruzados, composto por ingleses, teutónicos e bretões, legitimava a guerra contra o infiel, apresentando como argumento forte a “causa justa” (Serrão 1979: 97).

Os pormenores da expedição são conhecidos. Osberno, que participou dela, deixou-nos um relato circunstanciado.

Uma vez que os mouros não aceitaram a proposta de se renderem pacificamente, o exército, em Julho de 1147, cercou a cidade.

Após quase vinte semanas de cerco, Lisboa caiu nas mãos dos cristãos. Nas palavras de Oliveira Martins, a tomada de Lisboa “lavra a acta de nascimento da Nação portuguesa” (*apud* Serrão 1979: 99).

### 3. Manipulação ou recuperação da História?

A primeira pergunta que se impõe, ao verificarmos que o autor (re)visita o passado, é se este o recupera ou se o manipula.

Pela análise que efectuámos, concluímos que o tempo e o acontecimento narrado são manipulados, mas que os aspectos da cultura árabe que o autor elegeu para falar são reconstituídos.

---

<sup>11</sup> Segundo José Mattoso, “Esta necessidade de mitificar o acontecimento resulta, sem dúvida, de ela se ligar com a fundação da nacionalidade, desde que se associa à aclamação de Afonso Henriques como rei” (Mattoso 1983: 486).

<sup>12</sup> A confirmação do título *de iure* pela Santa Sé só será confirmada em 1179.

<sup>13</sup> Lisboa era a cidade mais poderosa do império árabe na Península Ibérica. Para além de favorecer o comércio e a comunicação para o Norte de África e Europa atlântica, era uma zona com campos férteis, rica em cereais, vinho, azeite e pastagens. Por essa altura, na região terminal do Tejo, já se procedia à indústria salinera.

<sup>14</sup> Trata-se da Segunda Cruzada. A Igreja, os reis, os guerreiros nobres e plebeus cristãos assumiam a missão de defender os cristãos e Lugares Santos no Oriente. Vinham da Europa em direcção a Jerusalém e fundeavam no Porto para aí se abastecerem.



Mário de Carvalho apresenta um acontecimento do século XII que aparece concomitantemente com um episódio do século XX. Se é certo que a responsabilidade da ausência de disjunção cronológica é explicada de forma mística, também é verdade que, acima da distração de Clío, está a imaginação do autor... A manipulação é, portanto, notória.

A tomada de Lisboa aos Mouros, em 1147, serve de *leitmotiv* à *res fictae* (ou não estivéssemos nós perante um texto literário!). O autor imagina um grande exército árabe, em Lisboa, para um ajuste de contas com os cristãos pela derrota sofrida:

É que, nessa ocasião mesma, a tropa do almóada Ibn-el-Muftar, composta de berberes, azenegues e árabes em número para cima de dez mil, vinha sorrateira pelo valado, quase à beira do esteiro de rio que ali então desembocava, com o propósito de pôr cerco às muralhas de Lixbuna, um ano atrás assediada e tomada por hordas de nazarenos odiosos. (Carvalho 1992: 28)

Assim, com excepção do tempo manipulado e deste acontecimento, em tudo o mais, o autor recupera elementos de índole referencial no que respeita à cultura árabe.

*Ad exemplum*, aspectos linguísticos, como palavras do léxico “inch Allah”<sup>15</sup>, “*jinnns*”<sup>16</sup>, nomes próprios (Ibn-el-Muftar, Mamud Beshewer, Ali-ben-Yussuf, Ibn-Arrik<sup>17</sup>), toponímia (Lixbuna, Chantarim<sup>18</sup>) e formas de saudação (“Salam aleikum e Aleikum salam”<sup>19</sup>).

Alguns rituais da religião islâmica também estão presentes:

(...) e Ali-ben-Yussuf, lugar-tenente de Muftar, homem piedoso e temente a Deus, quis ali mesmo apagar-se para orar, depois de ter alçado as mãos ao céu e bradado que Alá era grande. (Carvalho 1992: 28)

De facto, o dogma fundamental do islamismo é o seguinte: “Alá é grande e Maomet o seu profeta” (Araújo 1983: 253) e, de entre os cinco preceitos fundamentais que os muçulmanos deviam observar, destaca-se a prece (rezar cinco vezes por dia voltados para Meca).

O conhecimento da religião islâmica por parte do autor amplia-se ainda aos dogmas da fé islâmica:

---

<sup>15</sup> Significa: se Deus quiser.

<sup>16</sup> Significa: demónios, espíritos.

<sup>17</sup> Forma como muitos escritores árabes se referiram a Afonso Henriques.

<sup>18</sup> Nome dado à cidade de Santarém.

<sup>19</sup> Significa: Que a paz esteja contigo.

Teriam tombado todos no inferno corânico? Teriam feito algum agravo a Alá? (Carvalho 1992: 29).

Para os muçulmanos, o texto sagrado é, na verdade, o Alcorão. E a fé é o grande pilar dos crentes, para quem Alá é o todo-poderoso, sábio e justo, que benfazeja os que se lhe submetem totalmente e que castiga os que desobedecem. O castigo, para estes, é o Inferno (Cf. Araújo 1983: 254).

O âmbito de conhecimento do autor não se cinge, porém, à mística islâmica, mas a aspectos culturais, como a **indumentária**: “ (...) dando um jeito turbante<sup>20</sup> (...)” (Carvalho 1992: 28); “ (...) que lhe impregnara o manto<sup>21</sup> e a cota de malha<sup>22</sup>” (Carvalho 1992: 32). Ou ainda a estratégias e adereços de guerra. Disso são exemplos: a **composição dos exércitos**: [“É que, nessa ocasião mesma, a tropa do almóada Ibn-el-Muftar, composta de berberes, azenegues e árabes em número para cima de dez mil<sup>23</sup>, vinha sorradeira pelo valado (...)” (Carvalho 1992: 28)]; a **hierarquia**: [“ (...) e Ali-ben Yussuf, lugar-tenente<sup>24</sup> de Muftar (...)” (Carvalho 1992: 28)]; as **formas de actuação**: [“ (...) levantou bem alto o pendão verde e bradou uma ordem que foi repetida de esquadrão em esquadrão<sup>25</sup> (...)” (Carvalho 1992: 28); “Num ápice, rompeu uma carga de cavaleiros berberes, aos gritos de guerra, de alfange<sup>26</sup> em riste (...)” (Carvalho 1992: 32); “ (...) com alguns sinais do alfange (...)” (Carvalho 1992: 30); “Ao Ibn-Muftar não foi muito gravoso o acontecimento, pois aproveitou o caminho de regresso para talar os campos de Chantarim, nas margens do Tejo, com grande vantagem de troféus e espólios<sup>27</sup>” (Carvalho 1992: 35)]; e os **instrumentos e adereços**: “ (...) e logo vinte archeiros enristaram os arcos<sup>28</sup>, apontaram aos céus, e expediram, com um zunido tenso, uma saraivada de setas (...)” (Carvalho 1992: 31); “ (...) que foi ecoar no broquel<sup>29</sup> do beduíno Mamud Beshewer” (Carvalho 1992: 31).

Outro aspecto que o autor não descarta e que imprime a sensação de verosimilhança é o da crença nas artes mágicas: “Seriam antes vítimas de um passe da feitiçaria cristã?” (Carvalho 1992: 29); “Se era uma encantação, melhor era deixar que passasse – segredou para ben-Yussuf que lhe respondeu, desconfiado e muito pálido: inch Allah!” (Carvalho 1992: 30); “O árabe

<sup>20</sup> Tira de pano enrolada na cabeça. Entre os muçulmanos, é de uso comum.

<sup>21</sup> O manto era só usado por minorias, quase exclusivamente pela classe mais alta.

<sup>22</sup> Vestimenta que era usada pelos guerreiros, em metal, para protecção do corpo.

<sup>23</sup> Como vimos, no ponto 1.2.2, o exército árabe era composto por diversas etnias.

<sup>24</sup> Função de imediato ao chefe.

<sup>25</sup> Subunidade de cavalaria constituído por um grupo de pelotões.

<sup>26</sup> Espada curta.

<sup>27</sup> Após as batalhas, era habitual a pilhagem dos vencidos. No entanto, o texto sagrado do Alcorão sancionava tal actuação (cf. Araújo 1983: 254).

<sup>28</sup> Era usual, nesta altura, o uso do arco para disparar flechas sobre qualquer alvo.

<sup>29</sup> Espécie de pequeno escudo, que servia de protecção dos golpes dos inimigos.

considerou todas aquelas aparições de mau agoiro, pouco propiciadoras de investidas felizes contra Lisboa, e desistiu da cidade” (Carvalho 1992: 34-35).

As crenças em forças ocultas, em artes mágicas e de feitiçaria era uma realidade nesta altura. Impunha-se como uma necessidade para explicar o inexplicável, resultante da ignorância científica.

#### **4. Século XX: os anos 80**

A narrativa ignora o grande hiato no tempo da História, sobrepondo um acontecimento situado no século XII com outro ocorrido nos anos 80 do século XX, mais precisamente, a 29 de Setembro de 1984, dez anos após a “Revolução dos Cravos”.

Acerca deste passado recente existe um manancial de informação, sendo difícil seleccionar os dados que permitem, de forma muito resumida, dar uma visão deste período. Apresentamos apenas duas notas. A primeira refere-se ao entusiasmo que por esta altura ainda vigorava pelas liberdades, adquiridas pelo 25 de Abril. A segunda é relativa às tensões políticas e económicas em que o país estava mergulhado.

Quanto à primeira, salientamos o facto de ainda estar muito presente na memória dos cidadãos a repressão vivida durante o período do Estado Novo e, depois, a anarquia vivida logo após a Revolução, provocada pelos sucessivos governos, pelas nacionalizações, pela reforma agrária, pelas ocupações de casas, pelos movimentos estudantis, etc.

Relativamente à segunda, António Telo resume estes anos da seguinte forma:

Todo o período de 1974-1985 pode ser considerado como navegação à vista no sentido em que os responsáveis respondiam aos estímulos que lhes chegavam, procurando resolver as crises mais agudas, mas sem a preocupação de procurar uma alteração de fundo da economia, para além das nacionalizações feitas em 1975. (Telo 2008: 306)

Um período marcado pela falta de respostas profundas e duradouras por parte dos responsáveis pela governação – que se limitam a responder a estímulos imediatistas – é um tempo de tensões e de descrédito no conceito de poder e de debilidade da(s) autoridade(s).

##### **4.1. A Actuação da PSP**

PSP é o nome por que vulgarmente é conhecida a Polícia de Segurança Pública. Esta força actua em diversas áreas, desde a Prevenção (da criminalidade, do terrorismo e da segurança de pessoas e bens, em áreas não cobertas pela Polícia Judiciária), à Ordem Pública e à Polícia Administrativa

(na execução dos actos administrativos emanados de autoridades superiores). Além disso, são-lhe atribuídas Competências Exclusivas (controlo de armas, munições e explosivos, para garantir a segurança das figuras públicas e de outros cidadãos sob ameaça de morte), Competências Especiais (na segurança aeroportuária e de missões diplomáticas nacionais e internacionais) e Programas Especiais (“Violência Doméstica”, “Verão Seguro”...).

A PSP depende do Ministério da Administração Interna, sendo chefiada por um Director Nacional.

O pessoal com funções policiais está dividido em três categorias principais, Oficiais, Chefes e Agentes, obedecendo à seguinte hierarquia: Director Nacional, Subdirector Nacional, Superintendente-chefe, Superintendente, Intendente, Subintendente, Comissário, Aspirante a Oficial, Cadete, Chefe, Subchefe, Agente Principal e Agente.

Todas as acções estão sob o comando dos que ocupam uma posição hierarquicamente superior. São imensos os degraus intermédios e a actuação dos agentes é morosa e rodeada de uma série de formalismos.

A população, em geral, não prestigia estas forças porque não lhes reconhece nem competência nem exemplo. António Telo, referindo-se a esta classe, afirma:

A autoridade, sentindo-se sem prestígio e sem aceitação natural, tende a rodear-se de sinais exteriores que a distingam da generalidade dos subordinados. Nestas sociedades<sup>30</sup> abundam os títulos e é essencial respeitar os formalismos consagrados, desde, por exemplo, o uso da gravata, ao abuso dos Vexas e Sexas, com infinitas regras de protocolo. São tudo barreiras que existem para consolar o ego de uma autoridade que, no fundo da consciência, sabe ser incompetente e logo desprestigiada e não-respeitada, com sobejos motivos para tal. (Telo 2008: 388)

Se juntarmos às regras de protocolo e aos formalismos que imperam entre o pessoal de categoria diferente, a falta de condições logísticas e de leis que os defendam, não é para admirar a sua inoperância.

Nos anos 80, as “liberdades” adquiridas pelo povo no 25 de Abril eram recentes na memória colectiva. Aquando dos ajuntamentos de pessoas, facilmente se instalava a anarquia. As forças policiais tiveram dificuldade, de um momento para o outro, em adquirir formação para lidar com situações

---

<sup>30</sup> O autor integra a sociedade portuguesa nas sociedades corporativistas. Segundo António Telo, estas sociedades sofrem transformações muito lentas, porque o Estado “guardião das regras tradicionais”, não permite inovações por temer a confusão e a concorrência. As mudanças só acontecem quando é impossível resistir às pressões exteriores. O nosso país é, desde há séculos, corporativista, já que as elites sempre se desenvolveram à sombra do Estado e é entre este e a partir deste que grande parte da riqueza nacional é distribuída. A sociedade corporativista serve quer os interesses da esquerda quer os da direita (cf. Telo 2008: 386).

de desordem. Por isso, era com prepotência e violência que, algumas vezes, se faziam obedecer.

### 5. (In)coincidências entre dois tempos

A intersecção das duas épocas, que é explicada de forma muito simples – bastou um adormecimento da deusa Clio, uma pequena distração – não é casual nem ingénuo. O cruzamento temporal tem uma intenção marcadamente ideológica, já que não só permite um paralelismo entre o caos do tráfico em Lisboa e a confusão gerada pela invasão do exército árabe em Lixbuna, como também permite lançar um olhar crítico sobre o *modus vivendi* da contemporaneidade.

A desordem na capital é tal que el-Muftar, ao ver tal “pandemónio”, julga-o fruto de maldição infernal ou de artes mágicas:

Teriam tombado todos no inferno corânico? Teriam feito algum agravo a Alá? Seriam antes vítimas de um passe de feitiçaria cristã? Ou tratar-se-ia de uma partida de jinns encabriolados? (Carvalho 1992: 29)

Os árabes, não compreendendo o fenómeno, agem por instinto e com violência:

Desprezivamente, Ibn Muftar deu uma ordem e logo vinte arceiros enristaram os arcos, com um zunido tenso, uma saraivada de setas, que obrigou toda a gente a meter-se nos automóveis e a procurar refúgio nas portadas dos prédios ou atrás dos camiões. (Carvalho 1992: 31).

À semelhança dos árabes, os agentes policiais, criaturas brancas e sem qualquer preparação para lidarem com a desordem e com situações imprevistas, actuam sem uma avaliação rigorosa da situação, de modo impulsivo e brutal. O comissário Nunes, ao ouvir um grande apito vindo do Areeiro, considerou que a “canalha” desafiava a polícia e, recorrendo à violência gratuita, ordenou:

– Toca a varrer isto tudo – disse. E, puxando do apito, pôs a equipa em acção, à bastonada, a eito, por aqui e por além. (Carvalho 1992: 31)

O comportamento dos automobilistas, tão pouco civilizados, também pode ser considerado bárbaro. Com efeito, para além do barulho ensurdecedor que fazem com os motores, os “travões a fundo” e as buzinas (Carvalho 1992: 27), fazem uma “tremenda algazarra” (Carvalho 1992: 31), provocam a “balbúrdia” (Carvalho 1992: 34) e desrespeitam as regras de trânsito:

Eram os automobilistas que haviam saído dos carros e que, entre irritados e divertidos, se empenhavam numa ruidosa assuada. (Carvalho 1992: 30)

A personagem Manuel da Silva Lopes aparece como o protótipo do camionista bronco e rude, que não tem qualquer respeito pelo outro:

Manuel da Silva Lopes, que conduzia um daqueles camiões carregados de grades de cerveja que a Providência encarregou de ensarilhar os trânsitos em Lisboa, resolveu em má hora abandonar o volante, appear-se, e, decerto enciumado pela ocorrência, apontar um calhau miúdo que foi ecoar no broquel do beduíno Mamud Beshever que, por ainda não ter acordado de tudo isto, era um dos mais quietos da tropa. (Carvalho 1992: 30-31)

As próprias forças de intervenção, ao invés de se apresentarem como exemplo de civismo e de cumprimento das regras de trânsito, transgridem as normas de trânsito mais elementares:

Ocuparam a faixa da esquerda, para chegarem mais depressa, e acabaram por ver-se envolvidos num medonho engarrafamento com camiões de TIR. (Carvalho 1992: 32-33).

O confronto entre as tropas árabes e os automobilistas actuais permite a crítica à falta de civismo e de respeito pelo outro que se verifica nos meios citadinos. No entanto, são os agentes de segurança os principais visados. Estes, em vez de actuarem no sentido de (re)pôr a ordem, parecem estar preocupados em caçar, sub-repticiamente, uma série de multas:

(...) o agente de segunda classe da PSP Manuel Reis Tobias, em serviço à entrada da Avenida Gago Coutinho, meio escondido por detrás das colunas de um prédio, no propósito sábio e louvável de surpreender contraventores aos semáforos, entendeu que aquilo não estava certo e que havia de proceder. (Carvalho 1992: 29)

O paralelismo entre a irracionalidade e a violência de uma guerra bárbara e a vida na cidade de Lisboa ganha uma maior dimensão quando, após a reposição da ordem temporal, o líder árabe se revela incapaz de lidar com tal caos:

Ibn-el-Muftar, por seu lado, logo que viu despejarem-se os campos daquelas gentes, daqueles objectos e daqueles prédios soltou um suspiro de alívio e resolveu arrear caminho. (Carvalho 1992: 34)

Se, como vimos, podemos encontrar muitos pontos em comum entre as duas formas de actuação, há um que diverge: o modo como se encaram os fenómenos

meta-empíricos. De forma alienada, os automobilistas e as forças de segurança aceitam a ocorrência, pensando tratar-se de um reclame ou de um filme. Os árabes, pelo contrário, apercebendo-se da estranheza do fenómeno, questionam-no. Parece isto querer significar que o homem hodierno perdeu a capacidade de pensar, aceita passivamente o que se lhe apresenta, tão absorvido está na sua vida agitada. Com espírito pragmático e materialista, as suas preocupações limitam-se às consequências que, de forma directa e imediata, perturbam o seu quotidiano.

Por fim, sem qualquer comparação possível, está bem patente a intervenção morosa das forças de segurança pública, porque quem estava no terreno não tem autonomia para actuar, sujeita a uma série de formalismos:

Dado que se lhe afigurava existir insegurança para a circulação de pessoas e bens na via pública, aguardava ordens e passava à escuta.

De lá lhe disseram que iriam providenciar e que se limitasse a presenciar as ocorrências, mas sem intervir por enquanto. (Carvalho 1992: 29)

A manipulação que Mário de Carvalho faz do tempo, ao apagar barreiras temporais e ao fazer coincidir épocas distantes, não é feita numa perspectiva nostálgica, mas sim, com uma intenção crítica e problematizante. O autor recusa uma atitude passiva relativamente à História e reivindica uma consciência metahistórica, ao realçar aspectos comuns ao indivíduo, independentemente da época a que pertence, sugerindo, não obstante, diferenças de mentalidades e costumes geradas pelo tempo.

### Referências Bibliográficas

- Alves, Adalberto (1999): *Portugal - Ecos de um Passado Árabe*. Instituto Camões: 1-63. Internet. Disponível em <http://cvc.instituto-camoes.pt/conhecer/biblioteca-digital-camoes.html> (consultado a 1/3/2009).
- Araújo, Manuel Luís (1983): “Os Muçulmanos no Ocidente Peninsular”. In: Saraiva, José Hermano: *História de Portugal*. Toledo: Publicações Alfa.
- Arnaut, Ana Paula (2002): *Post-Modernism no Romance Português Contemporâneo – Fios de Ariadne – Máscaras de Proteu*. Coimbra: Almedina.
- Barbéis, Pierre (1991): *Prélude à l’utopie*. Paris: PUF – Écriture.
- Braudel, F. (2005): *Escritos sobre a História*. S. Paulo: Perspectiva.
- Carr, E. H (1961): *Que é a História?* Lisboa: Gradiva, Publicações Lda.

- Carvalho, Mário de (1982): *O Livro Grande de Tebas, Navio e Mariana*. Lisboa: Caminho.
- (1992): *A Inaudita Guerra da Avenida Gago Coutinho*. Lisboa: Caminho.
- (2004) Entrevista de J. Cândido Oliveira Martins a Mário de Carvalho. In: *Os Meus Livros* 19: 38-44.
- (1997): “Auto-Retratos Expressar a meninice”. In: *JL – Jornal de Letras Artes e Ideias*, 8 de Outubro de 1997.
- Certeau, Michel de (2006): *A Escrita da história*. Rio de Janeiro: Forense.
- Constâncio, Natália Maria Massa (2004): *Ruínas e Incertezas em Um Deus passeando pela Brisa da Tarde, de Mário de Carvalho*. Dissertação de Mestrado em Línguas Românicas – Literatura Portuguesa. Lisboa: Faculdade de Ciências Sociais e Humanas.
- Couto, Rosa Maria Soares (2003): “Subsídios para uma leitura orientada do Conto *A Inaudita Guerra da Avenida Gago Coutinho* de Mário de Carvalho”. In: *Máthesis*: 313-325. Internet. Disponível em <http://www.google.pt/search?sourceid=navclient&ie=UTF-8&q=M%c3%a1thesis+Rosa+Maria+Couto> (consulta a 13/2/2008).
- Cruz, Liberto (1984): “Resenha do Livro *A Inaudita Guerra na Avenida Gago Coutinho*”. In: *Colóquio/Letras* 81. Fundação Calouste Gulbenkian, Setembro de 1984: 88.
- Currie, Mark (1995): *Metafiction*. New York: Longman.
- Fernandes, Maria da Penha Campos (1995): *Mimese irónica e metaficção. Para uma poética pragmática do romance (contemporâneo)*. Braga: Instituto de Letras e Ciências Humanas – Universidade do Minho.
- Fuentes, Carlos (1992): *Terra Nostra*. México: D.F., Editorial Joaquín Mortiz, S.A de CV.
- Horácio (1984): *Arte Poética*. Introdução e comentário de R. M. Rosado Fernandes. Lisboa: Inquérito.
- Jenkins, K. (2005): *A História Repensada*. S. Paulo: Ed. Contexto.
- Marinho, Maria de Fátima (1996): “O sentido da História em Mário de Carvalho” in Separata da *Revista da Faculdade de Letras. Línguas e Literaturas*, Vol. XII. Porto: Universidade de Letras do Porto: 257-267. Internet. Disponível em <http://ler.letras.up.pt/uploads/ficheiros/2735.pdf>, (consulta a 12/12/2008).
- (1999): *Romance Histórico em Portugal*. Porto: Campo das Letras.
- Mattoso, José (1983) “D. Afonso Henriques”. In: Saraiva, José Hermano: *História de Portugal*. Toledo: Publicações Alfa: 483.
- Melanda, Paula Cristina de Oliveira (2001): *Pela Mão de Clio. A Reescrita da História em Mário de Carvalho*, Dissertação de Mestrado: Universidade de Aveiro.



- Morão, Paula (1993): “Mário de Carvalho. Um livro Inaudito”. In: *Viagens na Terra das Palavras*. Lisboa: Edições Cosmos: 113-114.
- Pesavento, Sandra Jatay (org.) (2000): *Leituras Cruzadas. Diálogos da História com a Literatura*. Porto Alegre: Ed. Universidade/UFRGS.
- Pires, Catarina (2004): “Mário de Carvalho – Fantasia para um escritor e seu país”, in *notícias magazine (supl. do Jornal de Notícias)*, n.º 607, 11 de Janeiro: 20-25.
- Ricoeur, Paul (2000) : *L'Écriture de L'Histoire et La Répresentation du Passé. Annales, Sciences Sociales*, n.º 4. Paris: Armand Colin.
- Saramago, José (1998): *História do Cerco de Lisboa*. Lisboa: Coleção O Caminho.
- Sequeira, Rosa Maria (2003): “O Conde Jano de Mário de Carvalho: uma história de desejo no desejo da História”. In: *Literatura e História, Actas do Colóquio*. Lisboa: Universidade Aberta: 285-296. Internet. Disponível em <http://repositorioaberto.univ-ab.pt/bitstream/10400.2/320/1/ACTAS-Literatura%20e%20Hist%C3%B3ria285-296.pdf> (consultado a 18/04/2009).
- Serrão, Joaquim Veríssimo (1979): *História de Portugal (1080-1415)*. Volume I, Lisboa: Editorial Verbo.
- Silvestre, Osvaldo (1998): “Revolução e Contra-Revolução ou um passo atrás e dois à frente”. In: *Colóquio/Letras* 147/148: 209-229. Internet. Disponível em <http://coloquio.gulbenkian.pt/bib/sirius.exe/do?author&author=SILVESTRE,%20OSVALDO%20MANUEL> (consultado a 7/10/2008).
- Telo, António José (2008): *História Contemporânea de Portugal. Do 25 de Abril à Actualidade*, Vol. I. Lisboa: Editorial Presença.
- Torgal, Luís Reis et alii (1998): *História da História em Portugal. Séculos XIX-XX*. Vol. II. Lisboa: Temas & Debates.
- Veyne, Paul (1971): *Como Se Escreve a História*. Lisboa: Edições 70.



# **COMUNICAÇÃO**



## **As Gazetas: o nascimento do jornalismo moderno e a expansão deste modelo informativo pela Europa**

*Susana Fontes*

Universidade de Trás-os-Montes e Alto Douro  
sfontes@utad.pt

### **Resumo**

No dealbar da centúria seiscentista surgia um novo formato informativo que se estendeu por toda a Europa. Depois de várias estruturas pré-jornalísticas, desde a antiguidade clássica até ao renascimento, as gazetas assumiam-se como os primeiros jornais europeus. Neste artigo pretendemos lembrar os principais antepassados jornalísticos e destacar o nascimento do jornalismo moderno europeu, através do surgimento dos primeiros periódicos verdadeiramente jornalísticos, as “gazetas”. O pioneirismo francês na criação deste novo formato informativo permite-lhe ocupar um lugar de destaque assumindo-se como modelo a seguir pela maioria das monarquias absolutas europeias. Os outros regimes mais liberais, como o holandês e o sueco, adoptam como modelo o jornalismo inglês que foi o primeiro a garantir e a valorizar a liberdade de imprensa e a apresentar um jornalismo inovador, só ultrapassado, mais tarde, pelo êxito americano.

O primeiro problema que o historiador da comunicação enfrenta diz respeito à origem do fenómeno jornalístico, tema que não tem sido consensual entre os teóricos. Neste sentido, segundo Alejandro Pizarroso Quintero (cf. 1996: 8-11), podemos considerar a existência de três teorias:

- 1) A primeira situa a génese do fenómeno jornalístico na Antiguidade, uma vez que o homem precisava de comunicar e, por isso, sentiu necessidade de criar uma rede organizada e regular de troca de informações úteis para o seu quotidiano. O homem é, indubitavelmente, um ser social e a condição dessa sociabilidade implica um intercâmbio de ideias, experiências e informações entre os homens.
- 2) O segundo grupo faz coincidir a origem do jornalismo com o nascimento e desenvolvimento da impressão na Europa, ligada também à noção emergente de periodicidade, cujo antecedente fundamental foram as notícias manuscritas da Baixa Idade Média, que acabaram por coexistir com as notícias impressas até ao século XVIII.

- 3) O terceiro grupo situa a origem do jornalismo no século XIX, que corresponde ao momento da revolução industrial e à sua aplicação à indústria jornalística.

Todos os dispositivos que marcavam a evolução material da imprensa contribuíram para o surgimento da chamada “imprensa barata” e para uma massificação do fenómeno jornalístico.

Depois de analisadas todas as teorias e perspectivas acerca da génese do fenómeno jornalístico, consideramos que a primeira opção é a mais adequada, por percebermos que desde sempre os diferentes povos e sociedades foram obrigados a criar sistemas de informação, mais ou menos eficientes e com maior ou menor capacidade de difusão, usando os meios e processos comunicacionais que possuíam na altura.

As bases da nossa civilização estão na Antiguidade Clássica, onde se situa a origem das principais características, formatos, conteúdos, valores de todo o pensamento ocidental e também do jornalismo. A Grécia, inicialmente, e depois Roma foram duas grandes civilizações que nos deixaram um importante legado cultural, que deve ser estudado e apreciado.

No caso da civilização grega, foram desenvolvidas e aperfeiçoadas antigas estruturas historiográficas que davam conta da necessidade de preservação da memória de um povo. A reflexão sobre esta área tão próxima do jornalismo permite-nos perceber que é só na Grécia que a Historiografia alcança maturidade<sup>1</sup>, desenvolvida a partir do século V a. C. Neste momento, começam a surgir as preocupações com a precisão, factualidade, clareza, verdade, rigor, que acabam por influenciar o estilo jornalístico, numa tentativa de elaborar relatos factuais dos acontecimentos dignos de memória, excluindo os mitos e as lendas que contaminaram os primeiros relatos historiográficos.

Paralelamente à história, a literatura clássica é a base da nossa Civilização, sendo, por isso, necessário e interessante perceber qual o seu contributo para o jornalismo. Será que podemos estabelecer alguma ligação entre estas duas áreas? Tendo por base as grandes referências gregas, a *Odisseia* e a *Iliada*, notamos que existem “alguns esquemas de narração e enunciação similares aos actuais modelos jornalísticos de enunciação” (Sousa 2008: 14), para além dos temas que são intemporais.

Relativamente aos romanos, a sua vida agitada, a insaciedade pela informação, a óptima rede de estradas que permitiu o primeiro sistema de correios e uma correspondência facilitada, a necessidade de divulgar mensagens,

---

<sup>1</sup> “Foi necessário esperar pelos antigos gregos para chegarmos a uma historiografia mais factual, e neste sentido mais “jornalística”, afastada das lendas, da religião e dos mitos, elaborada com intenção de verdade.” Sousa (2008: 18).

numa concepção quase publicitária, que eram afixadas ou escritas em tábuas ou nas paredes, explicam o aparecimento dos primeiros “jornais”<sup>2</sup> conhecidos em Roma: as *Acta Diurna*.

Desta forma, se percebe que numa comunidade organizada e evoluída como era a romana se afirmava como indispensável o surgimento dos meios de comunicação, usados para a difusão das notícias por todo o complexo sistema social que a constituição de um vasto império exigia.

Um salto à Idade Média permitiu-nos identificar a oralidade como a forma escolhida neste período para a difusão de notícias, como se comprova pela figura do pregoeiro “saltando de povoação em povoação, para transmitir a palavra do rei ou dos senhores.” (Crato 1986: 29). Paralelamente ao formato oral, todas as sociedades necessitam de encontrar formas de registo dos factos principais e das novidades, entre as quais se destacam o relato dos cronistas e dos viajantes da Europa medieval e as cartas que, pelas suas características informativas, se aproximam do género jornalístico.

Os séculos XV e XVI ficaram marcados por uma vontade de descoberta de novos mundos e realidades. Todas as mudanças e conflitos que marcaram o continente europeu foram favoráveis a um aumento da partilha de informações, que se repercutiu na criação, a partir do século XVI, de novas actividades profissionais, como era o caso dos noticiaristas (*menanti*, na Itália) que ofereciam serviços regulares de correspondência manuscrita para príncipes e mercadores.

Os mecanismos de difusão de notícias eram já usados pelos grandes comerciantes venezianos, que, desde o século XIII, recebiam *lettere d'avvisi* ou *broglietti*. Se estas tinham um certo carácter privado, ainda que algumas se vendessem ao público, os impressos “ocasionais” (nome que se explica por não apresentarem uma periodicidade regular) dirigiam-se ao público em geral, sendo sujeitos à censura, o que explica a permanência do comércio privado das notícias manuscritas que se afirmavam como formas de comunicação livres do controlo censório.

Estas folhas ocasionais, também designadas de folhas volantes ou relações, podiam assumir títulos diferentes tendo em conta os seus objectivos. Nos libelos<sup>3</sup> discutiam-se assuntos religiosos e alimentavam-se boatos e polémicas;

---

<sup>2</sup> Gaston Boissier apresenta as *Acta diurna* como uma espécie de gazeta oficial (cf. Boissier 1865: 3).

<sup>3</sup> “El libelo es un escrito difamatorio contra alguna persona o cosa, según una palabra proveniente de la historia religiosa del antiguo Israel, que se aplico por extensión a los excesos del periodismo de opinión, primero en las luchas políticas y religiosas del XVI y, en el siglo siguiente, en las estrictamente políticas de la revolución inglesa.” (Guillamet 2004: 53).

por sua vez, nos pasquins<sup>4</sup> relatavam-se vários acontecimentos extraordinários como é o caso de situações sobrenaturais, crimes, catástrofes, entre outros.

Neste período tornou-se necessário encontrar uma forma de facilitar a transmissão do documento escrito a um elevado número de pessoas a grandes distâncias. Estavam criadas as condições para que a invenção de Gutenberg<sup>5</sup>, que se apresenta como a grande novidade técnica e cultural do século XV, percorresse o mundo e o afectasse profundamente. Estamos perante um marco importante no processo de modernização cultural que estava a ocorrer na Europa.

Os primeiros impressos que apresentam já uma noção de periodicidade<sup>6</sup> são os almanaques<sup>7</sup> que derivam dos primeiros calendários<sup>8</sup> impressos em Mainz desde 1448<sup>9</sup>. No século seguinte surgem as primeiras cronologias regulares, que são textos anuais ou semestrais que se debruçam sobre os principais acontecimentos. Michael von Aitzing, que parece ter iniciado a tradição dos livros noticiosos, publica semestralmente em Frankfurt, entre 1587 a 1598, as *Messrelationen*<sup>10</sup>, onde estão presentes as notícias mais importantes que estavam nas folhas volantes a que ele tinha acesso. A sua venda acontecia na altura das duas feiras anuais, lugares de eleição para a venda de folhas volantes.

Apesar de se poder considerar que o nascimento dos periódicos impressos ditava o fim das notícias manuscritas e não periódicas, isto não aconteceu. Até finais do século XVIII, a relação que se estabeleceu entre estes dois formatos informativos foi de complementaridade, o que possibilitou a constituição de redes de informação de grande importância política.

---

<sup>4</sup> “Esta designação vem da estátua existente em Roma a Pasquino, onde eram afixadas sátiras chamadas «pasquinadas», anónimas, populares ou doutas.” (Tengarrinha 1989: 75).

<sup>5</sup> Gutenberg não inventou apenas um novo dispositivo técnico, mas preparou terreno para uma alteração profunda na mentalidade da época: “As estruturas sociais e histórico-culturais sofreriam [...] uma nova ruptura, exactamente com Gutenberg, na transição da Idade Média para a época clássica da burguesia. O homem surge como «o centro do mundo», emerge o Estado moderno e está embrionária a gestação de uma esfera pública crítica, anunciadora das revoluções liberais e da modernidade.” (Cádima 2002: 76).

<sup>6</sup> Guillaumet (2004: 55) não considera os almanaques ou calendários como antecedentes das publicações periódicas, considerando que “el origen de éstas se reduce a los periódicos semanales sin outra etapa anterior que las hojas irregulares.”

<sup>7</sup> “O primeiro com esse título de que temos notícia no nosso país é o *Almanach Perpetuum*, que Abraão Zacuto escreveu em hebraico e foi traduzido para latim pelo seu discípulo José Vizinho e editado em Leiria, em 1496, na tipografia da família hebraica dos Ortas.” (Tengarrinha 1989: 31).

<sup>8</sup> Em Portugal, no século XVI, tiveram também lugar este tipo de publicações, com os títulos de *Calendário Romano* e *Calendário Perpétuo*, em latim ou em português.

<sup>9</sup> “Outros vestígios iniciais, datados de 1448, são umas folhas soltas descobertas em Mainz com conselhos sobre como encontrar a máxima protecção das estrelas para a saúde e o êxito em todos os meses do ano.” (Schneider 1996: 114).

<sup>10</sup> “Neles encontramos as notícias diversas, ordenadas cronologicamente uma após a outra, sem fantasias, como acontecia com os avisos ocasionais. Ocupavam-se de todos os acontecimentos europeus.” (Pizarroso Quintero 1996: 48).



No século XVII, condicionado pelas lutas políticas que agitavam o continente europeu, é visível o aumento da curiosidade pública, a necessidade de informação e o interesse pelas notícias, o que conduziu a publicações regulares, com intervalos mais curtos. Neste ambiente, terá surgido, em 1597<sup>11</sup>, a primeira publicação noticiosa mensal, editada por Samuel Dilbaum e Leonhard Straub em Rorschach e intitulada de *Rorschacher Monatsschrift*.

A próxima fase em termos de história do jornalismo e que se aproxima já da noção actual do fenómeno jornalístico é o surgimento das gazetas<sup>12</sup>. Estas aparecem em França, sendo Marcellin Allard e Pierre Chevalier os responsáveis pelo lançamento de *La Gazette Français* em 1604, cujo formato se espalha por toda a Europa. No entanto, o modelo seguido pela maior parte dos países europeus foi criado pelo tipógrafo Abraham Verhoeve, que publicou, em 1605, em Antuérpia, um periódico bimensal, *Nieuwe Antwerschen Tijdinghen*, notícias de Antuérpia, redigidas em flamengo e francês.

Antes de percebermos quais as repercussões que este modelo teve no jornalismo europeu, julgamos pertinente analisar algumas das principais características das gazetas<sup>13</sup>.

Começamos pela noção de periodicidade, por ser uma marca tão importante para o jornalismo. Estas publicações surgem num formato semanal, que depois se altera para bi e tri-semanal até chegar a diário. Ademais, os seus textos sobre diferentes assuntos e locais, muitas vezes agrupados sem uma lógica específica, são obtidos através da tradução de gazetas estrangeiras, ainda que haja, minoritariamente, referências ao contexto nacional. A sua preocupação informativa é perceptível através de uma narração cronológica, sendo os textos, com um estilo simples, inseridos num contexto espaço-temporal determinado. Por outro lado, é notório o interesse na informação de acontecimentos mais recentes, começando a surgir notícias do dia anterior (noção de actualidade). A primeira página desta publicação apresenta o seu título, a data, o local de impressão e o nome do editor, o que revela já o trabalho de alguns profissionais dedicados em exclusivo a algumas actividades jornalísticas, como é o caso da redacção e impressão. Por último, podemos mencionar o contributo da publicidade na redução do preço de cada exemplar, o que se repercute num periódico mais acessível. (cf. Sousa 2008: 34-35).

---

<sup>11</sup> O século XVI marca o início das publicações regulares ou periódicas: “el quinientos es el gran siglo de las noticias, y la aparición de las publicaciones periódicas será la consecuencia de la expansión de su demanda.” (Guillamet 2004: 53-54).

<sup>12</sup> A gazeta (moeda veneziana) era a quantia que se pagava para ouvir as notícias das folhas volantes e das Gazetas, periódicos que acabaram por adquirir o nome proveniente da própria moeda.

<sup>13</sup> Esta caracterização é genérica, sendo que nem todas estas dimensões se aplicam aos modelos existentes das várias gazetas que surgiram nos diferentes países.

Esta estrutura apresenta claramente algumas vantagens em relação ao livro, uma vez que atinge um público mais vasto, que, ao longo dos tempos, ultrapassa os limites das classes privilegiadas, dos homens de letras e alcança outras franjas sociais entusiasmadas pela sua actualização constante, possível graças aos jornais e revistas que começaram a surgir de uma forma crescente.

Para o aparecimento do periodismo na sua forma actual foram necessárias várias condições: “a) os progressos na arte de impressão; b) o desenvolvimento dos meios de comunicação; c) a publicidade comercial; d) o interesse público; e) uma legislação adequada.” (Vieira 2001: 9). O interesse do público que procurava os jornais era maioritariamente comercial, político e militar. Nas páginas dos periódicos podemos encontrar, com regularidade, informação acerca das crises e respectivos locais, da situação política e financeira dos estados, do surgimento de determinados inventos, informações acerca dos produtos e respectivos mercados, do movimento portuário, entre outros dados, para além das informações que começam a surgir na incipiente secção destinada aos anúncios.

Os europeus viviam num continente onde as relações comerciais, a religião, os sistemas políticos, muitas vezes comuns, criam neles um sentimento de irmandade, que os conduz a um interesse por conhecer tudo o que se passa nesses mesmos países. Nesta Europa interdependente, a imprensa periódica ganha cada vez mais importância e passa a funcionar “como elo organizado de informação e cultura, pois vai proporcionar que considerável número de pessoas possa seguir as evoluções e peripécias, não só no campo político, diplomático e militar, mas no social, descrevendo a vida faustosa das cortes que tanta fascinação exerceu sempre sobre os povos.” (Vieira 2001: 15).

Apesar das semelhanças ao nível de formato entre os livros e os periódicos (como é o caso dos títulos longos, numeração anual das páginas, o uso da expressão “obra periódica”), estes últimos conseguiram apresentar e consolidar algumas características próprias.

As gazetas eram publicadas segundo um sistema de privilégio, usado pelo Estado como forma de controlo das produções escritas, o que denota uma crescente preocupação por parte do sistema político em relação à influência que estas publicações pudessem exercer. O sistema de privilégio funcionava como uma espécie de muralha que protegia as monarquias absolutas e impedia a circulação de informação que não lhes interessava.

Os gazeteiros eram colaboradores do rei ou de ministros reais (como é o caso da relação estabelecida por Renaudot e Richelieu e de Fabro com Juan José de Áustria), num esquema de imprensa oficial, editada sob privilégio e que deveria apresentar a versão oficial dos factos.

No que diz respeito ao rigor e veracidade da informação presente nas gazetas, citamos as palavras elucidativas de Théophraste Renaudot, que no segundo ano da publicação da sua *Gazette de France* refere: “A História é o relato das coisas acontecidas. A *Gazette* apenas o boato que corre sobre elas. A primeira deverá dizer sempre a verdade. A segunda já faz bastante se impede de mentir.” (*Apud* Tengarrinha 2006: 27).

Algumas gazetas apresentavam um estilo totalmente condicionado pela sua postura política, com características propagandísticas, que indiciam já propriedades da imprensa política de partido que marcou os séculos XVIII e XIX.

A sua circulação era muito restrita, limitada à burguesia endinheirada, à aristocracia e ao clero, ainda que outras pessoas tivessem tido contacto com os seus conteúdos noticiosos através da leitura feita em feiras ou noutros locais a troco de um pequeno pagamento.

As gazetas constituem um novo formato informativo que, pelas suas características, nos permitem associá-las ao nascimento do jornalismo moderno, ainda que não possamos esquecer os contributos de todas as outras estruturas pré-jornalísticas que lhe prepararam o terreno.

O pioneirismo deste formato informativo está reservado à França, que apresentava um modelo de jornalismo autoritário, ideal para um regime absolutista que pretendia controlar o que se escrevia através de um sistema instituído de censura prévia, de um regime obrigatório de licenças e, ao mesmo tempo, através do financiamento de gazetas que estariam sob o seu domínio total, funcionando como base de uma propaganda monárquica. A imprensa periódica torna-se uma forma privilegiada do estado centralizado, absolutista, um instrumento de poder ao serviço do rei déspota.

Os redactores seguiam instruções claras sobre o que escrever e como fazê-lo, o que terá acontecido na *Gazette*<sup>14</sup> de 30 de Maio de 1631, dirigida por Théophraste Renaudot. Homem de notável valor cultural, interessou-se por todos os tipos de projectos e criou uma “Agência de Informação” em 1629, onde se apresentam variadas actividades, como a recolha e publicação de pequenos anúncios, organização de conferências sobre temas médicos e medidas de socorro aos pobres (cf. Paz Rebollo 1996: 154). Esta *Agência* terá sido considerada como uma espécie de antepassado das publicações gratuitas de anúncios que existem actualmente.

A *Gazette*, lançada com o apoio de Richelieu, que se tornou visível pelo privilégio confirmado em 1635, começou por ser um semanário com um

---

<sup>14</sup> “a *Gazette* [...] inicia a propaganda oficial/estatal e consolida o modelo autoritário em matéria informativa de que a França é, sob o Antigo Regime, o seu máximo expoente.” (Paz Rebollo 1996: 153).

pequeno formato, quatro páginas, que terá passado a oito em 1642, à semelhança do que aconteceu depois com outras gazetas europeias. As notícias que figuram nesta publicação são, maioritariamente, provenientes do estrangeiro, incluindo também, a partir do sexto número, notícias da Corte, ainda que breves e sem carácter crítico.

Um jornalismo de análise e comentário iria ter lugar no seu suplemento mensal, as *Relations des nouvelles du monde* (de Fevereiro de 1632 a Dezembro de 1633), que serão substituídas pelas *Extraordinaires*. Estes suplementos surgiam apenas em circunstâncias específicas, com o objectivo de descrever algum acontecimento, como foi o caso, por exemplo, da defesa da causa de Mazarino (sucessor de Richelieu). De periodicidade variável, estas espécies de ocasionais apresentavam grande qualidade, uma vez que se assemelhavam a uma gazeta que retratava acontecimentos particulares. Depois de permanecer nas mãos dos sucessores de Renaudot até 1749,<sup>15</sup> passa a estar sob a alçada do Ministério de Assuntos Externos, em 1762, cuja direcção estava a cargo de Choiseul. Esta alteração conduz a uma mudança no seu título, a nova *Gazette de France*, que se torna bi-hebdomadária, e a uma fachada que evidencia a sua ligação ao poder político, onde se ostenta o escudo de armas do rei. O ano de 1785 marca a sua entrada na cadeia de periódicos, dos quais é responsável Panckoucke, grande editor da revolução.

Esta publicação emblemática do jornalismo francês introduziu duas importantes inovações que interessa referir: a difusão do *Extraordinário* era assegurada pelos vendedores ambulantes em 1650 e as reimpressões regionais (que consistia em acrescentar notícias locais e publicidade ao texto parisiense) assumiam-se como importantes contributos para a história da imprensa local (cf. Paz Rebollo 1996: 155).

No final do século XVII, assistimos a um período de queda decorrente de um maior controlo governamental a partir de 1660, da concorrência das notícias à mão e das folhas holandesas, bem como dos suplementos extraordinários do *Mercure*. Contudo, esta situação de quebra era contrabalançada pela tiragem elevada<sup>16</sup> que alcançava nos períodos de guerra. Até à Revolução, este periódico concentrava as principais notícias políticas nacionais e do estrangeiro. Considerado como o primeiro e principal periódico da monarquia francesa num

---

<sup>15</sup> Neste ano, o sobrinho de Renaudot, Eusèbe Felix Chaspoux, marquês de Verneuil, vendeu os direitos da *Gazette*.

<sup>16</sup> “Na sua época de esplendor chegou aos 12000 exemplares (em Paris e nas províncias). A venda fazia-se sobretudo por assinatura. A distribuição nas províncias também se fazia em regime de monopólio. Havia duas categorias de assinantes: os «recomendados» (governadores, comissionados do rei, etc.) que recebiam a *Gazette* «fresca», sete dias depois de ser distribuída em Paris, e a «gente comum» que tinha acesso à *Gazette* «velha» com catorze dias de atraso.” (Paz Rebollo 1996: 155).

período aproximado de dois séculos, terá influenciado quase toda a Europa, por onde floresceram várias gazetas durante o Antigo Regime, e ter-se-á constituído como o modelo da imprensa de Estado, oficial, que lhe permitia um controlo total da informação.

No caso italiano, a sua produção jornalística dos séculos XVII e XVIII não conseguiu acompanhar a grandiosidade que alcançara nos séculos anteriores, quando se afirmava como a pioneira na divulgação da informação. As primeiras gazetas periódicas foram publicadas em Florença<sup>17</sup> em 1636, em Génova em 1639 e em Roma em 1640.

Em Portugal, as Guerras da Restauração deram um importante contributo para o irromper do jornalismo português, porque respondiam ao interesse que os portugueses denotavam por todo o ambiente que os rodeava, principalmente pelos feitos militares. Neste sentido, merece um destaque especial a relação que durante muito tempo foi considerada como o primeiro jornal português: a *Relação Universal do Que Succedeu em Portugal e Mais Províncias do Occidente e Oriente, desde o mês de Março de [1]625 até todo Setembro de [1]626*, reunidas na obra *História Portuguesa e de Outras Províncias do Occidente, Desde o Ano de 1610 Até o de 1640 da Feliz Aclamação d'El Rei D. João o IV Escrita em Trinta e Uma Relações*, redigida por Manuel Severim de Faria, caracterizado como “o cronista dos factos, o seu cultor e até comentador.” (Martins 1941: 14).

Neste ambiente da Restauração, surgia o primeiro jornal periódico português, a *Gazeta em Que se Relatam as Novas Todas Que Houve Nesta Corte e Que Vieram de Várias Partes no Mês de Novembro de 1641*, que, publicada em Lisboa com privilégio real concedido a Manuel de Galhegos, teve como modelo a *Gazette de France*. O número de pessoas que procurava esta gazeta era reduzido devido ao seu preço e ao baixo nível cultural da população. Paralelamente, D. João IV terá também condicionado a difusão da mesma através da censura prévia estabelecida na lei de 1643, que reforçou o sistema de licenças prévias e censura. O principal objectivo desta publicação era apresentar as principais notícias da guerra com Castela<sup>18</sup> e promover a coesão nacional em

<sup>17</sup> “Alguns autores mencionam como a mais antiga publicação semanal um boletim que Carlo Gigli imprimiu em Florença desde 1597, com privilégio do Grande Duque. Na realidade, tratava-se mais de um boletim de informação comercial, análogo aos *Price currents* ingleses manuscritos e impressos, que de um jornal de informação geral ou política.” (Pizarroso Quintero 1996: 49).

<sup>18</sup> Alexandre Herculano, num interessante artigo saído em *O Panorama*, nº 48, de 31 de Março de 1838, (*apud* Tengarrinha 1989: 38) refere-se à ânsia do público relativamente à situação política e militar portuguesa e à utilização estratégica das gazetas por parte dos governos como instrumentos de propaganda política: “Era preciso animar o povo depois daquela ousada tentativa; convinha narrar-lhe as vantagens alcançadas contra a Espanha, bem como as dificuldades em que se via envolvida aquela monarquia, e até exagerá-las; e porventura o governo não achou meio nenhum mais azado a seus intentos do que lançar mão das gazetas, invento que como vimos era já conhecido em outros países da Europa.”

torno do Governo português, no entanto enchiam também as suas páginas novidades ocorridas nos outros países, informações variadas sobre acontecimentos estranhos, curiosidades, morte de pessoas famosas, algumas publicações literárias, etc. A sua suspensão forçada de 19 de Agosto de 1642 a Outubro do mesmo ano, juntamente com a novidade da proibição do tratamento de notícias internas<sup>19</sup>, pode ser indicadora da sua força e influência, que começou a ser temida pelos governantes.

A *Gazeta*, tal como as suas congéneres jornalísticas, pode ser encarada como uma importante fonte histórica: “A *Gazeta* aparecia atulhada de notícias preciosas para a história do seu tempo, no que, de resto, são elementos magníficos os jornais desde que dêem só notícias, e quanto mais completas e esmiuçadas forem melhor servirão os investigadores” (Martins 1941: 19).

O principal contributo que apresenta para a história do jornalismo português poder-se-á considerar a periodicidade que adquire, que contrasta com a informação que surgia de forma irregular até à altura.

O público espanhol teria que esperar até à década de 60 para assistir ao nascimento da primeira gazeta oficial espanhola, a *Gaceta de Madrid* (1661), que inicialmente apresentava uma periodicidade mensal e um título diferente. Só adquire este título e a regularidade semanal a partir de 1697, no entanto pode estabelecer-se uma relação de continuidade entre este jornal e a *Relación o Gaceta de algunos casos particulares, así políticos como militares, sucedidos en la mayor parte del mundo, hasta fin de Diciembre de 1660*, que, a partir do terceiro número, adquire o título de *Gazeta Nueva*, com o qual se publicou até 1663.

A criação desta gazeta teve por base o desejo de poder e a necessidade de autopromoção que caracterizavam a política do ambicioso João José de Áustria, filho ilegítimo de Filipe IV. Este percebeu as potencialidades de um órgão de imprensa como meio de lançamento político e contrata Francisco Fabro Bremundan<sup>20</sup> para ser o responsável pela informação, o que o conduz à redacção desta *Gazeta*.

Em 1677, quando D. João José regressa ao poder como primeiro ministro de Carlos II, concedeu a licença de impressão de gazetas ao seu protegido, que se encarregou da edição da *Gaceta ordinaria de Madrid* (1677-1680), publicação semanal, impressa com privilégio, que apresentava a estrutura canónica dividida em duas secções: internacional e nacional.

---

<sup>19</sup> Esta medida não é uma novidade portuguesa, uma vez que em Inglaterra, já em 1638, terá existido uma situação semelhante.

<sup>20</sup> “Hombre de extraordinaria capacidad intelectual, Bremundan fue erudito y periodista en el sentido más profundo del vocablo.” (Saiz 1990: 49)

A vida da *Gazeta* está directamente ligada ao percurso do seu promotor, o que nos permite perceber a coincidência dos momentos da sua criação, desenvolvimento e os períodos de apogeu e decadência da governação de D. João José. (cf. Saíz 1990: 48).

No seguimento de um período árido ao nível da produção jornalística (1680-1683), resultado de uma notificação que impedia a impressão sem licença, Fabro Bremundan (desprezado depois da morte de D. João José) publica em Madrid as *Nuevas singulares del Norte* (1683). Neste momento, Bremundan junta-se ao editor Sebastián Armendáriz, livreiro de câmara do rei, e transforma esta publicação, em 1684, em *Nuevas singulares concernientes a la sola Guerra Sagrada contra los turcos y separadas de propósito de las generales de toda Europa*.

Podemos estabelecer uma relação entre esta publicação, a *Gazeta ordinaria*, que a precedeu, e a futura *Gaceta de Madrid*. O nome definitivo de *Gaceta de Madrid* data de 1697 e deve-se a Juan de Goyeneche, que adquiriu o privilégio de publicar a gazeta depois de ele ter sido entregue ao Hospital Geral de Madrid, no seguimento da morte de Bremundan. Em 1762, Carlos III incorporou-a na coroa, passando a ser um órgão oficial, sob a direcção de Francisco Manuel de Mena, com quem alcança melhorias ao nível da difusão e rentabilidade, o que explica a imitação do seu formato, conteúdo e da ordem das notícias por parte de várias publicações provinciais<sup>21</sup> do século XVII.

Finalmente, analisamos a Inglaterra que lançou as bases para o jornalismo ocidental contemporâneo, que assenta numa relação equilibrada entre o monarca e o Parlamento.

No século XVII, apesar de este país não ter sido pioneiro na criação deste novo modelo informativo (gazeta), a necessidade de notícias, acirrada pelo ambiente da Guerra dos Trinta Anos (1618), tinha sido responsável pelo aumento da demanda incessante de informação. Em 1620, circula já na capital inglesa *Current out of Itali, Germany, Bohemia, the Palatinate, France and the Low Countries*, publicado por Georges Veseler, em Amesterdão, o que motivou os impressores ingleses a promover os seus próprios produtos, como foi o caso do primeiro periódico inglês, *Weekely Newes from Italy, Germany, Hungaria, bohemia, the Palatine, France and the Low countries*, lançado por Thomas Archer em 1622. Ambos foram imitados na sua linha predominantemente noticiosa.

---

<sup>21</sup> Surgiram em Sevilha, Valência e Saragoça publicações com o título de *Gazeta Nueva*, o que é revelador da sua projecção.

O título deste novo modelo informativo, *gazeta*, surge apenas em 1666 com um jornal de carácter oficial, editado por Muddiman, o *Oxford Gazette*<sup>22</sup>, que passados uns meses se transformou em *London Gazette*.

As lutas constantes entre imprensa e poder político marcam a imprensa inglesa, muito tumultuosa, em contraste com a relativa estabilidade que marca o resto da imprensa europeia. Estas características explicam a dificuldade que se sente em nomear algumas das suas efémeras publicações. O primeiro grande jornal que conseguiu perdurar foi precisamente a *London Gazette*.

O modelo inglês de imprensa, que lança as bases para o Modelo Ocidental de Jornalismo, adoptado pela maior parte dos estados democráticos de direito, nasceu no século XVII e caracteriza-se por ter sido o primeiro a garantir a liberdade de pensamento e expressão e, por conseguinte, a liberdade de imprensa e por ter construído um sistema jornalístico que tem por base diferentes tipos de jornais. (cf. Sousa 2008: 37).

Concluindo, o século XVII marca o nascimento do jornalismo moderno europeu, através do surgimento dos primeiros jornais verdadeiramente jornalísticos, intitulados “gazetas”, que não impedem a circulação das várias formas manuscritas, com as quais estabelecem uma relação de complementaridade informativa. O pioneirismo francês na criação deste novo formato informativo permite-lhe ocupar um lugar de destaque, assumindo-se como modelo a seguir pela maioria das monarquias absolutas europeias. Os outros regimes mais liberais, como o holandês e o sueco, adoptam como modelo o jornalismo inglês que foi o primeiro a garantir e a valorizar a liberdade de imprensa e a apresentar um jornalismo inovador, só ultrapassado, mais tarde, pelo êxito americano.

### Referências Bibliográficas

- Boissier, Gaston (1865): *Cicéron et ses amis. Étude sur la société romaine du temps de César*. Paris: Hachette.
- Cádima, Francisco Rui (2002): *História e Crítica da comunicação*. 2.<sup>a</sup> edição. Lisboa: edições Século XXI.
- Crato, Nuno (1986): *Comunicação Social: a imprensa*. Lisboa: Editorial Presença.
- Guillamet, Jaume (2004): “De las gacetas del siglo XVII a la libertad de imprenta del XIX”. In: Barrera, Carlos (coord.). *Historia del Periodismo Universal*. Barcelona: Editorial Ariel.

---

<sup>22</sup> Este título deriva da mudança da corte para Oxford, motivada pela peste.



- Martins, Rocha (1941): *Pequena história da imprensa portuguesa*. Lisboa: Editorial Inquérito.
- Paz Rebollo, María Antonia (1996): “O jornalismo em França”. In: Pizarroso Quintero, Alejandro (coord.) *História da Imprensa*. Lisboa: Planeta Editora.
- Pizarroso Quintero, Alejandro (1996): “A Revolução da Impressão”. In: Pizarroso Quintero, Alejandro (coord.) *História da Imprensa*. Lisboa: Planeta Editora.
- Saíz, María Dolores (1990): *Historia del periodismo en España. 1. Los orígenes. El siglo XVIII*. Madrid: Alianza Editorial S. A.
- Schneider, Ingrid (1996): “A imprensa na Alemanha”. In: Pizarroso Quintero, Alejandro (coord.) *História da Imprensa*. Lisboa: Planeta Editora.
- Sousa, Jorge Pedro (2008): “Uma História Breve do Jornalismo no Ocidente.” In: *Jornalismo, História, Teoria e Metodologia*. Perspectivas Luso Brasileiras. Porto: Edições Universidade Fernando Pessoa.
- Tengarrinha, José (1989): *História da Imprensa Periódica Portuguesa*. 2ª edição revista e ampliada. Lisboa: Caminho.
- (2006): *Imprensa e Opinião Pública em Portugal*. Coimbra: Minerva Coimbra.
- Vieira, Júlio (2001): *O jornalismo setecentista. A Inglaterra e a Gazeta de Lisboa (1715-1720)*. Lisboa: Palas Editores, lda.



# **O género e a cortesia: diferenças entre homens e mulheres em português europeu**

*Marlene Loureiro*

Universidade de Trás-os-Montes e Alto Douro / CEL  
mloureiro@utad.pt

## **Resumo**

A cortesia tem sido entendida como um conjunto de normas sociais, estabelecidas por cada sociedade, que regulam o comportamento dos seus membros de acordo com a situação. Assim, o que estiver de acordo com as normas será tido como cortês e o contrário será sancionado como descortês.

Nesta comunicação, vamos centrar-nos na cortesia verbal, ou seja, aquela que diz respeito às produções discursivas e que considera que a comunicação verbal é uma atitude intencional de um locutor que pretende alcançar determinado objetivo ou relação com um alocutário. O uso adequado da língua será condição determinante para o seu êxito. A partir daqui, pretendemos demonstrar que o género está relacionado com o respeito pelo princípio da cortesia na comunicação entre os indivíduos. Assim, evidenciaremos como homem e mulher se socorrem do princípio da cortesia de forma díspar, em diferentes graus e situações.

## **0. Introdução**

Tendo como ponto de partida as diversas teorias linguísticas acerca da cortesia verbal (Cf. Brown e Levinson (2009); Fraser (1990); Haverkate (1994); Kasper (1990); Lakoff (1973) e os estudos de género na linguagem (Cf. Cameron (1985, 1992, 1995, 1997 e 2003)); Maccoby-Jacklin (1974); Lakoff (1975); Talbot (1998); Tannen (1990 e 1994); Holmes (1995); e Mills (2003)), vamos demonstrar a confluência entre a cortesia e o género, realçando que homens e mulheres seguem o princípio da cortesia verbal de forma diferente, de acordo com o “poder” do eu e da imagem que este tem do interlocutor.

## **1. A cortesia verbal**

O termo cortesia, como o próprio sugere, remete etimologicamente para o conceito de corte, pois os cortesãos criaram um sistema de regras de comportamento e postura que os distinguissem do povo. Hoje em dia, falar-se-ia em etiqueta, uma vez que se estavam a abarcar regras de comportamento em público e em privado (Haverkate 1994: 11). Portanto, a cortesia pode ser

entendida como um conjunto de normas sociais estabelecidas numa sociedade, que regulam o comportamento dos seus membros de acordo com cada circunstância. Assim, aquele que seguir essas regras será considerado cortês, quem não se ajustar a elas será considerado não cortês ou descortês (Sopeña-Balordi 2004: 304).

No atinente à cortesia verbal, esta reside fundamentalmente no que se chama de “contrato conversacional”. Este contrato diz respeito aos direitos e deveres das pessoas que estão em conversação, sendo que aqueles têm um carácter universal, embora possam variar sensivelmente de cultura para cultura, de grupo para grupo, de situação para situação, de indivíduo para indivíduo (Cf. Brown e Levinson 2009: xiii). Por conseguinte, a cortesia verbal inscreve-se no domínio da produção discursiva e parte da consideração de que a comunicação verbal só existe por uma atitude intencional do locutor, que se dirige ao alocutário para alcançar determinado objetivo, e que o uso adequado da linguagem constituirá um elemento determinante para o alcance do objetivo estipulado. Esta adequação obviamente refere-se não somente às intenções do locutor, mas essencialmente ao modo como as transmite, ou seja, aos recursos linguísticos de que se socorre para manter uma relação convenientemente cordial entre si e o alocutário (Sopeña-Balordi 2004: 304).

Portanto, as normas de cortesia verbal determinam o estilo da conversação, mas não afetam o conteúdo do que se comunica. Porém, podem condicionar a receção e/ou interpretação que o alocutário faz do conteúdo comunicacional. Assim sendo, de acordo com Haverkate, “el expresar cortesía no es un acto autónomo; es un acto que se efectúa como un subacto del acto de habla” (Haverkate 1994: 15).

Fundamentais para a compreensão da cortesia verbal são o conceito de “*face*” e o princípio da cooperação de Grice e as suas máximas conversacionais.

Assim, o conceito de *face*, cunhado por Brown e Levinson (2009) a partir de Goffman (1967), diz respeito à imagem metafórica que o indivíduo tem em interação. Assim, a face do indivíduo pode ser encarada sobre dois lados complementares entre si: o positivo e o negativo. O primeiro diz respeito à imagem positiva que o indivíduo tem de si mesmo e que deseja que seja reconhecida e reforçada pelos outros membros da sociedade. A face negativa refere-se ao desejo de cada indivíduo de que os seus atos não sejam impedidos pelos outros (Haverkate 1994: 18). Portanto, nas interações conversacionais, o locutor vai procurar realçar a sua imagem positiva, por forma a ser reconhecida pelo interlocutor. A esta teoria, Goffman denominou de “*face-work*”, uma vez que, durante a conversação, o locutor investe na sua imagem social, de modo a manter a face (*have face, be in face, maintain face*) e a não a perder (*be in wrong face, be out of face*) (Fernandes 2010: 39).

Por outro lado, segundo o princípio da cooperação de Grice, existem quatro máximas conversacionais que regem o intercâmbio conversacional, sendo aceites tacitamente pelos interlocutores: a máxima da qualidade, a máxima da quantidade, a máxima da relação e a máxima de modo (Sopeña-Balordi 2004: 304). Assim:

- a máxima da qualidade diz respeito à sinceridade do locutor, ou seja, pressupõe que: a) este não diga o que crê ser falso; b) não diga o que não pode provar adequadamente;
- a máxima da quantidade prescreve que se proporcione a quantidade de informação requerida pelo objetivo do intercâmbio conversacional, nem mais, nem menos;
- a máxima da relação prevê que as contribuições do locutor sejam sempre relevantes;
- a máxima de modo tem a ver com o modo como o locutor comunica, que deve ser o mais claro possível, evitando usar expressões obscuras e ambíguas.

Para além do “face-work” e do princípio da cooperação, a cortesia tem ainda em conta a identidade do alocutário, a sua função ou estatuto social, o tipo de relação que existe entre locutor e alocutário, as coordenadas espaço-temporais, bem como o contexto e situação de conversação (*Ibidem*). Assim, no que concerne à realização de um ato cortês, estão presentes as seguintes correlações:

- a) A cortesia aumenta à medida que é maior a distância entre falante e ouvinte;
- b) A cortesia aumenta à medida que é maior o poder do ouvinte sobre o falante;
- c) A cortesia aumenta à medida que é maior o grau de imposição (Haverkate 1994: 40).

Por último, deve ainda sublinhar-se que a cortesia envolve não somente a linguagem verbal, mas também a linguagem não verbal, sendo que podem existir variações de cultura para cultura. Diana Bravo (1999) advoga esta variação cultural e situacional da cortesia, sublinhando como fundamentais os conceitos de *autonomia* e *afiliação* que, relacionados com os conceitos de *ego* e *alter*, se relacionam com a face / imagem como duas necessidades ou requisitos do indivíduo. Assim, na *autonomia*, o indivíduo percebe-se e é percebido como diferente do grupo; na *afiliação*, vê-se como parte do grupo (*Ibidem*). Será em função destes conceitos que se será mais ou menos cortês.

## 2. O gênero

O gênero é aqui abordado como um conceito de ordem sociológica, distinguindo-se, por isso, de sexo, do domínio biológico. Desta forma, embora o gênero esteja ligado ao sexo para distinguir feminino e masculino, o gênero é um termo mais abrangente, que ultrapassa o domínio puramente biológico e abarca as características psicológicas, a formação sociológica e cultural do indivíduo. Segundo esta concepção, o conceito de gênero é formado pela socialização e pela cultura. Assim sendo, existe um ponto de confluência entre o gênero e a cortesia, uma vez que ambas as concepções são resultado de conhecimentos adquiridos (Sopeña-Balordi 2004: 305), tal como a linguagem, que é produto da nossa vivência em sociedade.

Porque se notam diferenças comunicativas no uso da linguagem por homens e mulheres, vamos, neste caso, abordar uma dessas diferenças – a cortesia verbal. Várias são as razões apresentadas para justificar as diferenças de gênero no que diz respeito ao uso da linguagem:

- 1) Alguns teóricos afirmam que as diferenças de interação entre homens e mulheres residem nas diferenças biológicas, que fazem com que haja diferenças na aquisição da linguagem;
- 2) Outros apontam diferenças psicológicas, pois homens e mulheres têm diferentes orientações relativamente aos outros: as mulheres estão mais preocupadas em estabelecer conexões e relações; os homens, por sua vez, estão mais preocupados em sublinhar a sua autonomia, procuram a independência e focam-se nas relações hierárquicas;
- 3) Outros ainda sublinham a socialização como explicação, uma vez que rapazes e raparigas têm diferentes padrões de socialização, conduzindo a que tenham diferentes formas de usar e interpretar a linguagem;
- 4) Por último, outra explicação atribui essas diferenças à desigual distribuição do poder na sociedade, onde o homem tem mais poder que a mulher, tornando-se dominante, nomeadamente na interação social.

Segundo esta última explicação, quem tem menos poder tem mais necessidade de ser cortês (Brown e Levinson 2009). Ora, nas sociedades europeias, onde o homem ainda assume os cargos de maior poder, a mulher, como tem menos poder, sente necessidade de ser mais cortês para conseguir ser ouvida (Holmes 1995: 8).

## 3. O princípio da cortesia e as diferenças entre homens e mulheres

Afinal quem respeitará mais o princípio da cortesia? Homens ou mulheres?

Esta questão, aparentemente simples, suscita uma série de respostas completamente díspares entre si. No entanto, todas têm presente que realmente existem diferenças entre homens e mulheres no domínio da linguagem.

Primeiramente, as mulheres são mais precoces na aquisição da língua, enquanto os homens têm quatro vezes mais probabilidade de sofrer de autismo infantil e de dislexia (Chambers 1992: 200). Por outro lado, as mulheres e os homens também usam a linguagem de forma diferente. É neste ponto que se observam as diferenças no que diz respeito à cortesia (Holmes 1995: 2).

A maioria das mulheres gosta de falar e encara a conversação como um meio importante para se manter em contacto com pessoas, amigos e familiares. Falar é uma forma de estabelecer contacto e de criar relações afetivas. Por seu turno, os homens encaram a linguagem mais como um meio/uma ferramenta para obter e transmitir informação. Portanto, eles vêem a interação conversacional como um meio para alcançar determinado fim / objetivo (*Ibidem*). São estas diferentes perceções sobre o principal objetivo da conversação que fazem com haja uma série de diferenças no modo como as mulheres e os homens usam a linguagem. Por exemplo:

- Os homens tendem a dominar as conversas em público, enquanto as mulheres têm grande dificuldade em os fazer participar em conversas do domínio privado;
- As mulheres têm tendência para utilizar perguntas e frases do tipo “tu sabes / sabe que” para encorajar os outros a falar; os homens, por seu lado, usam essas estratégias para validar e dar credibilidade ao que estão a proferir;
- As razões que levam os homens à interação conversacional prendem-se com o conteúdo da conversação e com os objetivos da mesma e não como ela vai afetar os sentimentos dos outros; as mulheres valorizam mais este lado afetivo da conversação;
- As mulheres cumprimentam mais os outros do que os homens, tal como pedem mais vezes desculpa do que os homens.

Estas são algumas das ideias, já divulgadas, que remetem para as diferenças no uso da linguagem pelas mulheres e pelos homens e, conseqüentemente, diferenças no recurso ao princípio da cortesia.

Mas antes de abordarmos o uso do princípio da cortesia, convém sublinharmos duas das funções da linguagem primordiais na comunicação: a função referencial e a função emotiva, e como elas estão ligadas ao homem e à mulher. Tendo em conta que a função referencial se centra na mensagem / informação a transmitir e a emotiva no uso da linguagem para transmitir emoções e sentimentos. Assim, os cumprimentos, o pedido de desculpas, as felicitações, domínios da cortesia, englobam-se predominantemente na função emotiva e social. Por conseguinte, “the analysis of linguistic politeness focuses on this effective or social function of language” (*Ibidem*: 4). Isto porque “Politeness is an expression of concern for the feelings of others” (*Ibidem*),

aquilo que Goffman (1967), Brown e Levinson (2009) descreveram como a preservação da “face”. Por isso, tal como já foi referido:

Politeness involves showing concern for two different kinds of face needs: first, negative face needs or the need not to be imposed upon; and secondly, positive face needs, the need to be liked and admired (Holmes 1995: 5).

Desta forma, todo comportamento que evita impor-se aos outros é tido como cortesia negativa; enquanto o comportamento / atitude sociável e cordial perante o outro é cortesia positiva. Consequentemente, todo o comportamento verbal ou não verbal que exija alguma coisa ou impeça a autonomia do outro pode ser encarado como um ato ameaçador da face (“face-threatening act”). Mesmo sugestões, conselhos e pedidos podem ser encarados como atos ameaçadores da face, desde que possam potencialmente impedir a liberdade de ação do outro. Deste modo, as pessoas ditas corteses evitam ameaçar a face do outro / interlocutor:

Polite people avoid obvious face-threatening acts, such as insults and orders; they generally attempt to reduce the threat of unavoidable face-threatening acts such as requests or warnings by softening them, or expressing them indirectly; and they use positively polite utterances such as greetings and compliments where possible (*Ibidem*).

Neste contexto, tendo em conta a perceção que têm da conversação, podemos dizer que os homens estão mais ligados à função referencial da comunicação e a mulher à função emotiva. Da mesma forma, as mulheres são consideradas, regra geral, mais corteses porque se preocupam mais com os sentimentos e com as relações que estabelecem com os outros, fornecendo, por isso, mais cortesia positiva.

Por outro lado, quando se pretende analisar a cortesia linguística não se podem deixar de lado três dimensões sociais a ela associadas: a dimensão da distância social; a dimensão do poder e do estatuto hierárquico; e a dimensão da formalidade. Quanto mais presentes estiverem estas três dimensões, paralelamente maior será o grau de cortesia usado na interação. Esta é uma verdade universal que, no entanto, sofre variações nas diferentes culturas, tanto que “what is considered polite behaviour differ from one culture to another” (Holmes 1995: 23). Também não podemos esquecer que a cortesia não é só de carácter linguístico, mas também comportamental (Mills 2003: 33).



### 3.1. O princípio da cortesia e as diferenças entre homens e mulheres em português europeu

No que concerne ao português europeu, também o princípio da cortesia está vincadamente presente nas suas dimensões sociais, refletindo o contexto sócio-cultural português. Deste modo, a sociedade portuguesa, arraigadamente carregada de valores culturais, políticos e religiosos, reflete as dimensões da distância social, do poder e da formalidade no uso da linguagem e do princípio da cortesia na interação entre os indivíduos.

Desta forma, no português europeu, o gênero e o princípio da cortesia encontram-se também na interação comunicacional, verificando-se diferenças no uso da linguagem e do princípio da cortesia entre homens e mulheres. Efetivamente, tendo em conta o contexto sócio-cultural português, existem diferenças entre homens e mulheres, não só biológicas, mas psicológicas, sociais e culturais, uma vez que, também na sociedade portuguesa, o homem continua a ter mais poder social e a ter mais oportunidades de o vincar. Mas mais importante do que sublinhar a sociedade patriarcal e o poder do homem, é preciso sublinhar, tal como Sara Mills (2003) o fez, que existem diferenças entre homens e mulheres que refletem esse poder: as mulheres, regra geral, têm salários mais baixos; ocupam as posições hierárquicas mais baixas; têm baixa representação no Parlamento [mesmo existindo a Lei da Paridade]; continuam a ter as responsabilidades domésticas e de educação dos filhos e continuam a ser os grandes alvos de violência e abuso sexual (Silva 1999).

Tendo em conta estas diferenças, são os homens que tendem a dominar as conversas em público, pois geralmente eles são mais participativos, falam mais do que a mulher, fazem mais perguntas, interrompem mais vezes e não se sentem tão reticentes a discordar do interlocutor como as mulheres. Por outro lado, as mulheres, inclinadas para a função emotiva da comunicação e procurando sempre estabelecer relações, mostram-se mais atentas e apoiantes do que os homens e encorajam mais o *feedback*, evitando interromper os outros sem ser a sua vez. De certa forma, as mulheres têm mais presente a cortesia negativa e positiva, preocupando-se mais com a face. No fundo, estas diferentes formas de estar na comunicação refletem as diferenças psicológicas de gênero: a mulher preocupada em estabelecer ou reforçar relações no grupo, sendo cooperante e cortês na comunicação; o homem, que vê a linguagem como uma forma de sublinhar o seu poder, sendo por isso mais competitivo.

Já no que diz respeito às conversas privadas ou informais, mais propícias às relações e à expressão de emoções, estas são mais participadas pelas mulheres, que neste campo já falam mais do que os homens. Nos contextos informais de comunicação, os homens não veem necessidade de se afirmar, de mostrar o seu poder e, por isso, são menos participativos. Daí que Allan e Barbara Pease

(2006) justifiquem a velha questão “porque é que as mulheres falam tanto?”. Esta questão surge da conversação entre mulheres em contexto informais ou íntimos, os quais lhes são mais familiares, uma vez que, desde tempos pré-históricos, a mulher conviveu sempre em situação de grupo, com outras mulheres e crianças. Portanto, a conversação é, para elas, um meio de estabelecer e fortalecer laços (Pease e Pease 2006: 189).

Assim, mesmo em contextos mais familiares, a mulher aparece como mais preocupada com a cortesia e com a questão da face. Um exemplo desta preocupação surge através da linguagem indireta da mulher (*Ibidem*: 205), isto é, a mulher socorre-se muitas vezes de atos de fala indiretos para pedir ou solicitar alguma coisa ou mesmo para afirmar alguma coisa. Por exemplo, em interação com o homem em contextos informais:

<b>Quando a mulher diz...</b>	<b>O que ela quer dizer é...</b>
Podíamos ir ao cinema? Que te parece?	Vamos ao cinema.
Tu é que sabes...	Desde que eu concorde...
Não estou aborrecida...	Claro que estou aborrecida!
Precisamos de ir às compras!	Eu quero ir às compras!

*Tabela 1.* Discurso indireto das mulheres com os homens (Fonte: Pease e Pease 2006: 205)

Este discurso indireto, que caracteriza as mulheres e que pode ser considerado no âmbito da cortesia negativa, dificulta a interpretação do locutor masculino que, centrado na função referencial, interpreta a mensagem literal, não se conseguindo uma comunicação eficaz. Neste sentido, as mulheres vão encontrar ainda mais dificuldades de comunicação nos contextos formais de comunicação, onde os laços estabelecidos são mais diminutos, condicionando, assim, a participação feminina. Esta dificuldade comunicativa é também sentida pelos homens, que sentem muitas vezes dificuldades em entender as mulheres.

Por outro lado, reconhecendo a sensibilidade da mulher e o seu pendor emotivo, o homem revela-se mais cortês quando interage com uma mulher do que com um homem. Isto porque, de certa forma, ele sente que com a mulher não precisa de marcar o seu poder, pois este já lhe é conferido socialmente, sendo, por isso, uma necessidade mais vincada entre membros do género masculino, o género detentor do poder. Assim, os homens expressam mais cortesia para com as mulheres do que entre si. Por isso se advoga tanto o conceito de cavalheirismo, que mais não é do que cortesia. Daí que o homem ceda mais facilmente a vez numa fila a uma mulher do que a um homem. No entanto, estes gestos de cortesia mais não são do que realçar também a superioridade do homem, ou melhor, a subalternidade da mulher que, por isso, é tratada de forma especial e diferente [relativamente ao homem].

Por outro lado, tal como referiu Lakoff (1975), é muitas vezes a insegurança que a mulher sente que a leva a ser mais cortês. Por isso, quanto mais formal e pública for a situação de conversação, mais se acentua a sua tendência para ser cortês, uma vez que não conhece e tem mais dificuldade em estabelecer laços. Mas tal também acontece com o homem, quanto maior for o grau de formalidade, mais cortês se torna, mas essa cortesia é usada por este para se impor enquanto indivíduo, recorrendo maioritariamente à cortesia negativa de forma a ser delicado, respeitando as hierarquias. A mulher não. Para além da cortesia negativa, usa abundantemente a cortesia positiva para se mostrar cooperante e solidária com aquele que fala, não só verbalmente, como através de linguagem não verbal (acenar a cabeça em sinal de acordo). Por isso, num contexto formal de comunicação, se torna comum ouvir uma mulher, depois de tomar a vez para interagir, a dizer “peço desculpa” ou “lamento”. A mesma expressão surge quando discorda, acompanhada de um manancial de justificações. Tal não quer dizer que o mesmo não faça um homem, mas este, para além da preocupação com a *face* do outro, preocupa-se também com o manter a sua *face*.

Na verdade, a própria cortesia passa pela escolha das próprias palavras, pois nós podemos transmitir a mesma mensagem através de diferentes palavras, mas cujo impacto e interpretação poderá ser diferente. Por exemplo:

- a) Um café.
- b) Um café se faz favor...
- c) Queria um café, se fizesse o favor.

Estamos perante o mesmo pedido, mas com o uso de diferentes palavras e, consequentemente, cortesia e respeito pela *face* do outro diversos. Obviamente, esta escolha das palavras terá sempre em conta as três dimensões já referidas, nomeadamente a da distância social, a do poder e hierarquia e a da formalidade, não esquecendo as diferenças de género no que diz respeito à forma como é encarada a comunicação: o homem vê-a no seu lado referencial e informativo; a mulher, no seu lado social e afetivo. Portanto, de acordo com esta ordem de ideias, a mulher optará mais vezes pelo uso da alínea *c* do que o homem.

Efetivamente, indo ao encontro do que defende Diana Bravo (1999), o homem preocupa-se mais com a autonomia e o *ego*, a mulher com a afiliação e o *alter*. A partir daí a interação conversacional e a cortesia divergem quanto ao género ou géneros em interação.

#### 4. Conclusões

Em suma, quando falamos em diferenças no domínio da cortesia entre homens e mulheres, temos de remeter, desde logo, para as diferenças no modo como são encaradas as funções primárias da comunicação. Pelas suas características psicológicas, as mulheres são mais centradas na função social e emotiva da linguagem, por isso preferem falar em contextos informais e íntimos, mais propícios à criação de laços e relações. Em contextos ou situações formais, como não esquecem essa função emotiva e social, socorrem-se da cortesia positiva, pois são cooperantes e boas ouvintes, e da cortesia negativa, evitando interromper os outros e incentivando-os para a conversação.

Pelo contrário, os homens valorizam a função referencial, por isso participam mais em situações formais e públicas de conversação. Nestes contextos, eles podem demonstrar e incrementar o seu conhecimento e o seu poder e, por isso, eles têm mais tendência para tomar a vez na conversação e para dominar o tempo de conversa. Neste sentido se diz que os homens podem ser mais descorteses do que as mulheres, uma vez que valorizam mais o *ego* do que o *alter*, ou seja, não se preocupam tanto com a face do outro, mas muito mais com a sua.

No fundo, estas diferenças entre homens e mulheres no uso da cortesia refletem diferenças no modo de comunicar de ambos, demonstrando que cada sexo tem as suas regras próprias de interação. Como sublinha Janet Holmes, “the possibility that women and men have different rules of interaction, and that they interpret interactive behaviour differently. Being linguistically polite may involve different behaviour for females and males.” (Holmes 1995: 59). Na verdade, eles utilizam estratégias linguísticas diferentes.

Por outro lado, as diferenças de cortesia entre os sexos aqui referidas não são categoricamente genéricas e distintivas de cada género. Por isso, não se podem fazer asserções universais, pois surgem exceções [Margaret Thatcher, Angela Merkel, Hillary Clinton, entre outras] e, cada vez mais, não podemos esquecer a evolução das sociedades e a luta constante pela igualdade de género, que trazem consigo novos homens e novas mulheres. Concomitantemente, as próprias feministas têm procurado contestar visões genéricas do género, não só para acabar com ideias estereotipadas, mas também para esbater as diferenças entre homens e mulheres (Mills 2003: 203).

Por fim, convém sublinhar que a questão da cortesia e o ser cortês na conversação pode contribuir para uma melhor compreensão da comunicação, contribuindo para que todos os elementos do processo comunicacional se sintam melhor e mais reconhecidos. Esse é o valor da cortesia: reconhecer e valorizar a imagem do outro.

### Referências Bibliográficas

- Bravo, D. (1999): “Imagen positiva vs imagen negativa?: pragmática sociocultural y componentes de *face*”. In: *Oralia*, 2: 155-184.
- Bravo, Diana, e Briz, Antonio (Eds.) (2004): *Pragmática Sociocultural: estudios sobre el discurso de cortesia en español*. Barcelona: Editorial Ariel, S.A..
- Brown, Penelope, e Levinson, Stephen C. (2009): *Politeness: some universals in language usage*. 9.<sup>a</sup> Ed. Cambridge: Cambridge University Press.
- Cameron, D. (Ed.) (1990): *A Feminist Critique of Language*. London: Routledge.
- (1992): *Feminism and Linguistic Theory*. 2.<sup>a</sup> Edição. New York: Palgrave.
- (1995): *Verbal Hygiene*. London: Routledge.
- (1997): “Demythologizing Sociolinguistics”. In: *Sociolinguistics. A Reader and a Coursebook*. London: Macmillan Press Ltd.: 55–67.
- (2006): *On Language and Sexual Politics*. London/ New York: Routledge.
- (2009): *Working with Spoken Discourse*. 2.<sup>a</sup> Edição. London: Sage.
- Cameron, D., e Kulic, D. (2009): *Language and Sexuality*. 7.<sup>a</sup> Edição. Cambridge: Cambridge University Press.
- Chambers, J. C. (1992): “Linguistic correlates of gender and sex”. In: *English World-Wide* 13, 2: 173-218.
- Fernandes, Gonçalo: “O princípio da cortesia em Português europeu”. In: Iliescu, Maria / Siller-Runggaldier, Heidi M. / Danler, Paul (eds) (2010): *Actes du XXVe Congrès International de Linguistique et de Philologie Romanes (Innsbruck, 3 – 8 septembre 2007)*. Tomo V. Berlim: De Gruyter: 39-47.
- Fraser, B. (1990): “Perspectives on Politeness”. In: *Journal of Pragmatics*, 14: 219-236.
- Grice, H. P. (1975): “Logic and conversation”. In: Cole, P., e Morgan, J. (Eds.): *Syntax and Semantics*, Vol. III. New York: Academic Press: 41-58.
- Goffman, E. (1967): *Interaction Ritual: essays on face to face behavior*. New York: Garden City.
- Haverkate, Henk (1994): *La Cortesía Verbal*. Madrid: Editorial Gredos.
- Holmes, Janet (1995): *Women, Men and Politeness*. London / New York: Longman.
- Lakoff, Robin (1975): *Language and Woman’s Place*. New York: Harper and Row.
- Maccoby, Eleanor E., e Jacklin, Carol N. (1974): *The psychology of sex differences*. Stanford, CA: Stanford University Press.

- Mills, Sara (2003): *Gender and Politeness*. Cambridge: Cambridge University Press.
- Pease, Allan, e Pease, Barbara (2006): *Porque é que os homens mentem e as mulheres choram?* 3.<sup>a</sup> Edição. Lisboa: Bizâncio.
- Silva, Manuela (1999): *A Igualdade de Género: Caminhos e Atalhos para uma Sociedade Inclusiva*. Lisboa: Comissão para a Igualdade e para os Direitos das Mulheres.
- Sopeña-Bolardi, Emma (2004): “Género y cortesía en *Chocolat*: una manifestación de confluencia”. In: *Pragmática Sociocultural: estudos sobre el discurso de cortesía en español*. Barcelona: Editorial Ariel, S.A.
- Talbot, M. (1998): *Language and Gender: An Introduction*. Cambridge: Polity.
- Tannen, Deborah (1990): *You just don't understand: Women and Men in Conversation*. New York: Harper.
- (1993): *Gender and Conversational Interaction*. Oxford: Oxford University Press.
- Thorne, Barrie, e Henley, Nancy (Eds.) (1975): *Language and sex: difference and dominance*. Rowley, MA: Newbury House.
- Thorne, Barrie, Kramarae, Cheris, e Henley, Nancy (Eds.) (1983): *Language, gender and society*. Rowley, MA: Newbury House.

# Cartas do meu rio, Douro, nas Comemorações do Centenário da República: malhas que, por cá, a Pátria tece...\*

J. Esteves Rei

Universidade de Trás-os-Montes e Alto Douro  
jrei@utad.pt

## 1. Pressupostos preliminares, a partir do título

Trago a este XIV EIRI *Cartas do meu rio, Douro*. Não se estranhe o termo *carta* nem a apropriação desse curso de água, pelo recurso ao possessivo, *meu*. Quanto a este, trata-se de um olhar pessoal da região, pois, não partilho a privatização dos rios como o Professor Pedro Arroja, na sua teoria económica. Quanto às *Cartas*, sim, são isso mesmo. Desde logo, no sentido da substituição milenar dos jornais que elas representaram durante séculos, como refere Cruz Malpique (1953: 9-10), na obra, *Psicologia da Carta*.

Aonde não iam jornais iam as cartas. [...] A carta reserva-se agora para a confiança. Não assim quando as gazetas não passavam do mapa da fantasia, ou quando elas pouco mais davam do que o noticiário oficial. O melhor *post-scriptum* à gazeta era a epístola [porque se aquela] era *censurada*, [esta] circulava sem reservas, sem cortes, cheia de humanidade a porejar [sic] de interesse.

Têm, também, as minhas *Cartas*, o sentido de levantamento geográfico das terras deste Vale do Douro, à vista ou perdidas, nas latitudes e longitudes da História. Na verdade, a “cartografia” é um gesto tipicamente português desde os anos de quatrocentos. Com efeito,

Da necessidade de perder a terra de vista por muitos dias, nasceu a feição hidrográfica dos mapas marítimos. Convinha marcar numa carta o ponto do navio e conhecer o rumo conducente à costa demandada.

[...] resultou o invento, genuinamente, português [...] o aperfeiçoamento das cartas planas, atribuído ao Infante D. Henrique. (*Grande Enciclopédia Portuguesa e Brasileira*)

---

\* Conferência de encerramento do XIV Encontro Internacional de Reflexão e Investigação.

Mas a *Carta* é, ainda, um artefacto literário-cultural-comunicacional, de grande tradição, dividida pela morfologia literária (Cabral, s/d: 77-78) em clássica e didáctica, satírica e amorosa. É para o campo da didáctica que se encaminha o sentido do termo aqui utilizado. Vejamos um exemplo duplamente brilhante, pelas duas figuras envolvidas no texto, que assim homenageamos, uma passagem da *Carta* [lírica] a *Jorge de Sena*, de Sophia de Mello Breyner Anderson (2005: 43-44).

Carta a Jorge de Sena

I. Não és navegador mas emigrante [...]

III Há muito estavas longe

Mas vinham cartas poemas e notícias

E pensávamos que sempre voltarias

[...]

E assim às vezes chegavas da terra estrangeira

[...]

Trazias contigo um certo ar de capitão de tempestades

– Grandioso vencedor e tão amargo vencido [...]

O *Douro*... é meu, é de cada um dos presentes, de todos os que com ele atingem uma relação amorosa de paraíso ou inferno, berço ou mortalha. É que o *Douro*, rio ou vale, é uma construção mental ou um constructo<sup>1</sup> económico ou cultural, histórico ou social, turístico ou geográfico, físico ou romântico. Por isso, foi feliz a Organização deste XIV EIRI, ao escolher o seu tema, “Douro: Vertentes de Sentido”. Agradeço-lhe, ainda, o honroso convite para o encerrar.

Os sentidos do *Douro* vão, naturalmente, em múltiplas direcções: a *temporal* – das gravuras de Foz Côa ao Turismo da futura quarta região do país; a *económica* – da exploração agrícola dos monges de Santa Maria de Salzedas, no século XII, à Região Demarcada pombalina do século XVIII e aos hodiernos *trustes* multinacionais dos vinhos do Douro e Porto; a *política* – da figura veneranda de Egas Moniz, do seu papel diplomático nas relações entre Portugal e a Inglaterra e da deslocação da centralidade de Lamego para Vila Real após o liberalismo; a *religiosa* – de uma religiosidade telúrica ancestral torguiana aos mistérios celebrados em Panóias, de ermidas mil como a de S. Leonardo, em Galafura, e do sumptuoso santuário da Senhora dos Remédios, em Lamego; a *educativa* – da criação da Aula de Retórica pombalina, em meados do século XVIII, em Lamego, Vila Real, Bragança e Torre de D. Chama, e dos dois liceus liberais, das duas primeiras capitais de distrito, Vila Real e Bragança; a *cultural*

<sup>1</sup> O dicionário Houaiss define *constructo* como “construção puramente mental, criada a partir de elementos mais simples para ser parte de uma teoria”.



– com tudo aquilo que o quotidiano do homem duriense arrancou a este vale e nele construiu, desde o património edificado ao intangível, que a Estrutura de Missão tem procurado relevar. E outras direcções de sentidos do Douro poderiam ser trazidas à consideração, mas fiquemos por aqui.

Acontece que é *Nas Comemorações do Centenário da República*, que aqui apresento as *Cartas do meu rio, Douro*. E este facto não é inconsequente. Antes, foi esse o tema que, inicialmente, me propus abordar neste XIV EIRI. É que o republicanismo floresceu no Douro como em poucas regiões do país, tendo-se aqui jogado grande parte do seu futuro, como havia acontecido já com o liberalismo.

Afirmaria mesmo que, depois de Lisboa, foi no Douro e Trás-os-Montes que a implantação da República mais foi festejada. Tenha-se presente que Régua, Vila Real e Vidago iam receber o Rei no dia 5 de Outubro de 1910. Como informa a Câmara Municipal de Vila Real, através dos seus Serviços de Cultura, no *Jornal da Exposição*, “*Como a Chegada da república Frustrou a Visita do Rei*”, de 22 de Outubro a 29 de Novembro de 1998, com texto do Dr. Pires Cabral e sob investigação e coordenação de Elísio Amaral Neves. Daí recolhemos a informação de que o rei viria ao norte, por razões de *marketing* político e de desenvolvimento económico, nomeadamente, para assistir à inauguração do Palace-Hotel, em Vidago, onde o presidente do ministério, Teixeira de Sousa, natural de Alijó, teria interesses. A visita fora preparada com rigor: composição especial, na linha do Douro e na do Corgo; puxada a duas locomotivas, para maior segurança; de Lisboa, haviam chegado dois automóveis e quatro *chaufferes*, três trens, doze cavalos e doze criados da Casa Real. A vila engalanara-se a preceito, tinham sido comprados presentes, *menus* traduzidos para francês e convites enviados. Havia oito bandas contratadas e cinco pirotécnicos que confeccionaram 250 dúzias de foguetes.

Todavia, a revolução republicana alterou todos os planos. E, como *rei morto, rei posto*, a chegada da República foi celebrada como em nenhum outro lugar do país, na localidade que estava preparada para ser a capital de Portugal nesse 5 de Outubro de 1910. As próprias bandeiras monárquicas assistiam dos mastros aos desfiles republicanos que passavam, pois nem tempo houve para as retirar ou ninguém se deu à maçada de o fazer.

Mas os compromissos republicanos das gentes do Douro não se iniciaram nesse dia nem se limitaram aos festejos como veremos. Houve durienses na primeira linha do 31 de Janeiro, no Porto, como *Vítor Macedo Pinto* (1860-????) de Tabuaço e *Abílio Meireles*, conhecido como o *soldado* ou *sargento Abílio* (1860-1923) de Freixo de Espada à Cinta, e *Henrique dos Santos Cardoso* (1842-1899) de Vila Flor; e do 5 de Outubro, como *João Sarmento Pimentel* (1888-1987), de Mirandela, e *José Botelho de Carvalho Araújo* (1880-1918) de

Vila Real; mas também viu *Abel Acácio de Almeida Botelho*, membro da comissão que escolheu a Bandeira nacional, em oposição a outro duriense, *Guerra Junqueiro* (1850-1923), de Freixo de Espada à Cinta, cuja proposta foi recusada, ou *Alfredo Augusto Pinto* (1881-1956), de Murça, presente nas primeiras decisões da governação republicana. Teve-os, ainda, na linha da frente da I Guerra Mundial, onde a presença portuguesa se deveu ao voluntarismo republicano, porventura com custos desnecessários, com *Aníbal Augusto Milhais* (1895-1970), o *Soldado “Milhões”*, de Murça, e *João Pina de Morais* (1889-1953), de Lamego.

Do título, para terminar, direi ainda: interesse-me por todas *as malhas que, por cá, a Pátria tece...* Pois, também, por aqui, se fía a *Arte de Ser Português* que o poeta do (outro lado do) Marão bem cantou.

Sabe-se que o termo “Pátria” já conheceu melhores dias e soa hoje a oco. Mas, nem sempre assim foi e nem assim terá de ser. O seu uso recebeu um rude golpe com o desaparecimento do serviço militar obrigatório. Todavia, sobre a noção de *pátria*, gostaria de lembrar uma meia verdade de Alexandre Herculano (*in Guerra* 1966: 178-179):

A pátria não é a terra; não é o bosque, o rio, o vale, a montanha, a árvore, a bonina: são-no os afectos que esses objectos nos recordam na história da vida; é a oração ensinada a balbuciar por nossa mãe, a língua em que, pela primeira vez, ela nos disse: - Meu filho! [...] A pátria é o complexo de famílias enlaçadas entre si pelas recordações, pelas crenças e até pelo sangue.

Vivemos um tempo de síntese e não de análise, de concreto e não de abstracto, de coisas e não de ideias, de gestos e não de afectos, e, por isso, acrescentaria a outra meia verdade a Herculano: talvez hoje a pátria seja também a terra, e o bosque, e a montanha, e a árvore, e a bonina, porventura, mais do que os afectos, que as pessoas perderam e não lançam sobre tais objectos.

Todavia, não é de hoje este esvaziar da ideia de “pátria”... Evoquemos o apelo do duriense Guerra Junqueiro, em 8 de Dezembro de 1890, no ano do *Ultimato* (11 de Janeiro de 1890) e nas vésperas do 31 de Janeiro de 1891, em *Finis Terrae*, dirigido à “Mocidade das Escolas”, só ela capaz de reviver “Pátria”:

#### **À Mocidade das Escolas**

Por terra, a túnica em pedaços,  
Agonizando a Pátria está.  
Ó Mocidade [...]  
Beija-a na frente, ergue-a nos braços,  
Não morrerá!

Com sete lanças os traidores  
 A trespassaram, vede lá!...  
 Ó Mocidade!...[...]  
 Beija-a nas mãos, cobre-a de flores,  
 Não Morrerá! [...]

Rasga o teu peito sem cautela,  
 Dá-lhe o teu sangue todo, vá!  
 Ó Mocidade heróica e bela,  
 Morre a cantar!... morre ... porque ela  
 Reviverá. (Junqueiro 1972: 485-486)

Deixei, assim, desenhado pelo título, o contexto do texto que gostaria de produzir aqui.

## 2. A cultura como alinhavo do ser, individual e colectivo

Da noção de pátria, perdida ou ameaçada, justificando o grito de Junqueiro, vale a pena observar algumas “qualidades da alma pátria”, observadas por Teixeira de Pascoais, em 1915, na obra já referida, *Arte de Ser Português*, capazes de nos encaminharem para uma noção de cultura, reflectida na realidade portuguesa e duriense.

Fiquemo-nos por duas: o *génio de aventura* e o *sentimento de liberdade e independência* (Pascoais 1991: 89-93). A primeira, *génio de aventura*, é definida como “a força que leva o homem a arriscar a sua vida individual, para conseguir determinado fim de utilidade colectiva”. Nasce da herança celto-latina e árabe no que tem de espontaneidade e ânsia do indefinido. A sua educação apela a “uma disciplina *consentida*, compatível com o poder de iniciativa”. E o seu defeito, como verso de medalha, é a falta de persistência, pois “a aventura não tem continuidade na acção. Opera por impulsos que nem sempre se coordenam para um fim determinado” (Pascoais 1991: 99).

A segunda qualidade, *sentimento de liberdade e independência*, é identificada com a vida, pois, como afirma, “Independência, liberdade quer dizer vida; e vida quer dizer – concordância entre o *meio* e o *fim* [...] sacrifício do inferior ao superior, do criador *individual* e animal à *criatura espiritual*”. E este retrato do português, infelizmente, até parece ter ficado perdido no tempo. Vejamos.

O antigo português foi livre no sentido verdadeiro da palavra. As descobertas nasceram da sua própria força criadora. Nas cortes falava, rosto a rosto ao Príncipe, e a sua lança, cravada na fronteira, assegurou a Portugal a nobre independência garantida pelo espírito de sacrifício.

Portugal foi livre enquanto foi português nas suas obras; [...].

Sem actividade criativa não há liberdade nem independência. [Assim]  
Cada instante de liberdade é preciso construí-lo e defendê-lo como um  
reduto. [...]

A escravidão é feita de descanso e de tristeza. (Pascoais 1991: 99).

Pascoais viu confirmado o acerto das afirmações empíricas de 1915, pelo construtivismo de Jean Piaget em 1977, ao afirmar:

[...] para mim a educação consiste em produzir criadores [...]. É  
preciso produzir inventores, inovadores, e não conformistas. [...] Todos os  
indivíduos podem ser criadores em graus diferentes. Há sempre um  
domínio no qual o sujeito pode ser criador. (Piaget 1977: 69).

Aí se encontram os fundamentos da *noção de cultura* avançada por Paulo Freire, na sua obra *Acção Cultural para a Liberdade* (1976: 9). Na peugada deste autor, a cultura é uma forma de reinventar, de recriar e de reescrever o mundo e o próprio homem e exige que o indivíduo “assuma nela o papel de sujeito”. Isto significa que: i) a relação do sujeito com a cultura é activa e de produção, nunca de alienação; ii) o acto cultural é sempre uma atitude de compreensão do mundo e das práticas pessoais, familiares, profissionais e institucionais, nunca fuga à realidade; iii) a acção cultural é um diálogo do indivíduo com os outros e o mundo, na partilha de sentimentos e vontades, alegrias e angústias, vitórias e fracassos.

No limite, a própria investigação parte daqui, na expressão simples, mas comprometida, de Vitorino Magalhães Godinho: Investigar é “problematizar antes de mais esta realidade nossa [...] lançar hipóteses [...] concebidas e enunciadas com coerência [...] tudo passar ao crivo da crítica, desfazer evidências” (Godinho 1981: 18, 22, 67; 1979: XI).

Talvez dos seguidores mais brilhantes desta concepção de cultura tenha sido Miguel Torga, desde a criação do seu alterónimo<sup>2</sup>, no neologismo da Professora Assunção Monteiro, até à publicação da sua obra como obra de autor, à boa maneira liberal-romântica. Mas vai mais longe, como Proust, Pessoa ou Valéry, teoriza a sua escrita e a sua actividade cultural. Diz ele, ao discursar, em 8 de Julho de 1992, na recepção do Prémio *Figura do Ano*, atribuído pelos correspondentes da imprensa estrangeira.

Sou, afinal, como vós e à minha medida, o repórter inquieto de um  
quotidiano sem fronteiras. Nenhum acontecimento significativo sucedido

---

<sup>2</sup> Monteiro (2003): “[...] optámos pelo neologismo *alterónimo* pretendendo com este vocábulo designar o nome e personalidade que um escritor apresenta, através de um processo de *desdobramento*, e que acaba por ficar como autor de todas as obras [...]” (in “Da Heteronímia em Eça de Queirós e Fernando Pessoa à alteronímia em Miguel Torga”. Cf. Torga 1990: 180.

ao longo de quase um século me deixou indiferente e sem um comentário alertador. Fui uma espécie de homem da telegrafia no barco acoçado pelas ondas enfurecidas da realidade coetânea a lançar SOSs de aflição [...].

De mim, ireis naturalmente repetir o que consta, como pareço e me declaro. Acrescentai que lutei, luto e lutarei até ao derradeiro alento pela preservação da [nossa] identidade, última razão de ser de qualquer indivíduo e colectividade [...] (Torga 1993: 129-130)

Procurei verbalizar o lastro do ser e fazer do cidadão cultural, modelo e referência a seguir.

### 3. Cartas do “local”, duriense, “sem paredes” para o “universal”, nacional e humano

*“O universal é o local, sem paredes”*

*“Não pintei as coisas de Trás-os-Montes para retratar uma realidade local. [...] não pensei em retratar só o que lá havia, pintei as criaturas de Trás-os-Montes mas sem paredes à volta.”*

(Miguel Torga. In: *Jornal de Letras, Artes e Ideias*, 01/02/1995)

É o rio, o Douro, que parece fundamentar o sentido da frase de Torga, “o universal é o local sem paredes”, para além da explicação que ele dá. Pois apenas ele permite o trânsito para fora da centralidade telúrica sentida, num ângulo de 360 graus, por quem está no santuário romano de Panóias. Este e o rio são o equilíbrio das forças, centrípetas do templo em direcção à religiosidade humana e centrífugas do rio para o universo físico e mental do homem duriense. As paredes do “local” lá estão bem espedradas, indo do Marão ao Alvão, às cumeadas de Vila Pouca, ao Alto do Pópulo e da Serra das Meadas aos bloqueios do horizonte, a sul e a nascente de S. João de Tarouca. Mas desaparecem nos textos de Torga e no rio, a Oriente e a Ocidente, permitindo a fuga para o “universal”.

É preciso ir a Panóias, rodar à “volta de si próprio”, fixando o horizonte, para sentir este vaivém do “local” ao “universal” e do Oriente ao Ocidente. Aí recuperamos o homem original, perdido no tempo, como perdidas ficaram, no lugar, todas as suas reminiscências religiosas. E a verdade é que, nas palavras do P.º João Parente, encontramos-nos perante “o mais famoso santuário rupestre da época romana na Península Ibérica, monumento que, no seu tipo, é único no mundo, por ser ele próprio a dizer-nos quem o edificou, a que divindades foi consagrado e quais os ritos culturais aí exercidos” (Correia 1979; Agarez 2007: 40)

Também a Agustina Bessa Luís, directora de *O Primeiro de Janeiro*, apreendeu esse isolamento duriense, afora a saída fluvial.

Há muitos anos, quando eu estranhava tão maus acessos para o Douro, terra de muitos negócios e trajectos importantes, diziam-me que estava projectada a estrada turística, por altos e serras de paisagem nunca vista. [E com a sua força de figura pública grita:] Já é tempo de o Douro ter melhores vias, caminhos lisos, se não auto-estradas. Assim, continua isolado e ermo como a América antes de ser visitada pelas naus de Colombo. (Bessa Luís 1986).

Todavia, não é possível pensar o Douro sem o relacionar com o Porto. O mesmo acontece com Agustina. Que relacionamento estabelece ela entre os dois? Um relacionamento mítico, vindo do fundo dos tempos, englobando a riqueza do Douro, o vinho, a um plano ritual litúrgico de festa intemporal, celebrando a salvação diluviana do homem

O Douro é em relação ao Porto, uma carta de crédito. É a sua heráldica, que sempre o mar conforma. É, enfim, uma maneira de negociar, mais do que um produto – apresentar a marca de uma civilização. Porque o vinho foi uma obra que Noé produziu como fecho do dilúvio; decantar o vinho foi a maneira de liquidar com a memória triste duma catástrofe e duma humilhação. (Bessa Luís 1986)

Assim, o Douro / região, pelo seu vinho e pelo rio, ultrapassou-se e foi mais além. Que o digam os arrais dos rabelos, que sentem o Porto, o mar e o mundo, como parte do seu Douro, tornando-o universal. Assim o viram e cantaram, também, outros artistas, como Alves Redol:

[O Douro] Abriu caminho em fúria por entre montes gigantes e, obstinado, quis ir ver o mar. E chegou. Cansado, mas chegou.

Em toda a jornada lutou sempre com penhascos e xistos, com fraguado e granito [...]. E os homens das suas margens aprenderam este sentido de luta. Construíram os seus barcos e ofereceram batalha ao rio, enlouquecido e raivoso [...]

É um caminho de alucinação e de sonho. Por isso os marinheiros se apaixonam por ele como por uma mulher de mil feitiços. Dão-lhe tudo – o esforço, o suor e o sangue. (Redol, *Porto Manso*, 1979: 47)

Também Joaquim Namorado entrevistou e recriou culturalmente essa globalização.

#### **Port-Wine**

O Douro é um rio de vinho  
que tem a foz em Liverpool e em Londres  
e em Nova-Yorque e no Rio e em Buenos Aires:  
quando chega ao mar vai nos navios,  
cria seus lodos em garrafeiras velhas,  
desemboca nos clubes e nos bars [...]

Em Londres os lords e em Paris os snobs  
no Cabo e no Rio os fazendeiros ricos  
acham o Porto um sabor divino,  
mas a nós só nos sabe, só nos sabe,  
à tristeza infinita de um destino.

O rio Douro é um rio de sangue  
por onde o sangue do meu povo corre.  
Meu povo, liberta-te, liberta-te!  
Liberta-te, meu povo! – ou morre. (Namorado 1987, 2006: 13).

Os últimos versos colocam-nos perante o combate que se trava no Douro, entre David e Golias, isto é, entre o *homem duriense* e a *Natureza*, em luta pela sobrevivência; entre o arraiais e o rio, durante séculos, na fuga ao perigo; entre o agricultor e os comerciantes, quando eram os únicos a vencerem a aspereza de encostas e montes; entre o rabelo e o comboio, em disputa pelo meio de transporte dominante; entre, ainda, Antão de Carvalho com a geração dos Paladinos e o Terreiro do Paço, no braço de ferro pela criação do que veio a ser a Casa do Douro; e hoje entre os pequenos agricultores e as grandes companhias, na disputa de um mercado que os primeiros vêm fugir-lhes das mãos; entre, por fim, os jovens e a educação, vendo aqueles o emprego e o futuro, a afastarem-se de si e da região.

Todavia, todos partilham a mesma realidade, a *cultura* da vinha, assim, apresentada por Correia de Azevedo:

É em torno da Régua que a cultura da vinha se patenteia no seu mais viçoso esplendor. [...] Em nenhuma outra parte como quem desce de Lamego ou de Armamar, o Douro se [...] apresenta nesta [...] imponência paisagística [...]. Os vinhedos estendem-se desde o topo dos montes [...] até às casas da vila [...], deixando a dupla impressão:

- foi aqui que se plantaram as primeiras vinhas que deram o primeiro vinho do Porto e
- daqui partiu o primeiro impulso e movimento de colonização que se propagou pelo Douro acima. (Azevedo, s/d.: 6).

Esta *cultura da vinha* teve, no início do século XX, um dos momentos mais dramáticos, mas, também, dos mais produtivos, criando uma estrutura que ainda hoje se mantém, porventura moribunda, a Casa do Douro. Foi a geração dos Paladinos do Douro, sob a liderança carismática de Antão de Carvalho que impôs ao governo, ao país e à região a ordem das coisas no envio para Inglaterra do vinho do Porto, aquele que era produzido na região. Com ele estavam Amâncio de Queirós, Amílcar de Sousa, Artur Pinto Ribeiro, Carlos Amorim, Júlio Vasques, Nuno Simões, Torcato de Magalhães e Vítor de Macedo Pinto,

que, entre 1907 e 1932, conduziram o denominado *Movimento dos Paladinos do Douro*.

Em termos concretos, assistia-se a uma superprodução decorrente do esforço de reconstrução dos vinhedos, após a filoxera, a qual tinha de enfrentar a concorrência de vinhos de outras regiões do país, mais baratos e de menor qualidade – o que puxava os vinhos durienses para preços baixíssimos, vendo-se substituídos por vinhos do Centro e do Sul, na produção e exportação de falso vinho do Porto. Na rua, assistia-se a manifestações, comícios, motins e tumultos; as Câmaras e as personalidades da região faziam chegar ao Governo as suas reclamações através de *comissões representativas*. Na expressão da especialista, Carla Sequeira (2000: 35):

É o Douro popular, das massas, e o Douro institucional, a manifestar-se, por vezes num movimento de conjunto, perante um Estado inerte, que consideram nada fazer em seu favor, parecendo colocar-se ao lado do comércio [o que ainda hoje parece acontecer!].

Foram duras as lutas das gentes do Douro contra vários inimigos. Antão de Carvalho terminava um seu artigo no jornal *Defesa do Douro* de 9 de Janeiro de 1927, com o grito de unidade:

Povos do Douro: Alerta! Serenos, firmes e decididos, como sempre.  
Soldados da região duriense! Meus irmãos de armas em tantas lutas ingentes!  
Generais dos nossos combates gloriosos!  
TODOS A POSTOS! (Sequeira 2000: 28-29).

E Júlio Vasques, já em 1905, no *Portugal Agrícola* (Vol. 16.º, n.º 15, 1905), narra:

What is Port Wine? Foi [a] esta pergunta que o juiz Dr. Mahony de Dublin respondeu na sentença que condenava os srs. Dowell Bross por venderem vinhos com a simples designação Port. Eliminando propositadamente as palavras explicativas que denunciavam a sua procedência para assim melhor o poderem vender como Port-wine. [...] Vinho do Porto é o vinho produzido em Portugal e na região do Douro. (Sequeira 2000: 182)

Também Torcato de Magalhães recorria à escrita “Para meditar...”, em 1928:

O primeiro homem que no Douro repetiu o gesto de Moisés – este tocando a rocha seca com a sua vara para fazer brotar a água com que matou a sede ao seu povo, aquele empurrando a clava de gigante para pulverizar a rocha em que se produziu o vinho apetezido – mal imaginou



esse duriense que ao fazer nascer uma riqueza para o seu país, ao mesmo tempo produzia um rosário de tormentos para aqueles que quisessem manter tal riqueza no seu solo natal. (Sequeira 2000: 190)

Vítor de Macedo Pinto, sob o título “Em defesa do Douro”, publicou, em 1925, dois artigos em *O Primeiro de Janeiro* e aí emitiu a sua opinião sobre o assunto. E, por entre críticas a várias situações, lança alertas lancinantes à população:

O tempo corre e preciso é que o Douro não adormeça. [...] Faça-se quanto antes na Régua um comício, onde tanto há que tratar, tais são os perigos que ameaçam a viticultura duriense. Que o Douro volte à sua actividade de outrora, mostrando que está de pé, se o não fizer, dentro de breve se debaterá na maior e mais tremenda das suas crises. (Sequeira 2000: 193)

Assim, foi conquistada a Casa do Douro, nos anos trinta do século XX, que desempenhou relevante papel e cujo futuro é uma incógnita, mantendo na incerteza cerca de trinta mil pequenos e médios agricultores e suas famílias.

Muitos destes paladinos, como era o caso de Antão de Carvalho e Vítor de Macedo Pinto, dividiram a sua vida entre a *cultura da vinha* e a *implantação da República*. Esta, se não emerge do “local”, cá foi defendida e transposta para obras por muitos e valorosos durienses. Já referimos alguns dos que cabem na categoria de *republicanos combatentes*, no 31 de Janeiro, no 5 de Outubro em Lisboa e na I Guerra Mundial. A plêiade de republicanos durienses que, ao longo destes cem anos, pautaram as suas vidas pelo ideário do republicanismo, distribui-se, ainda, pelas categorias seguintes: *governantes*, *resistentes* e *construtores* da República em obras. Citemos alguns.

Entre os governantes, contam-se: *Guerra Junqueiro*, de Freixo de Espada à Cinta, Ministro plenipotenciário do governo português na Suíça; *Alfredo de Sousa*, de Lamego, Ministro da Agricultura; *Antão de Carvalho*, da Régua, deputado, Secretário de Estado do Comércio, Sub-secretário de Estado da Presidência, Ministro da Agricultura do Comércio e Pescas; *Raúl Lello Portela*, de Santa Marta de Penaguião, Ministro da Justiça no gabinete de António Granjo (de Chaves) e Ministro das Finanças; *Vítor de Macedo Pinto*, de Tabuaço, Ministro da Marinha.

Nos resistentes, em armas ou ideias, encontram-se:

*João Sarmento Pimentel*, de Mirandela, participou na revolta de Fevereiro de 1927, em consequência da qual se exilou no Brasil, quando era capitão. É um dos que faz a ponte com o 25 de Abril, sendo então vitoriado e promovido a coronel e, mais tarde, a general.

*Francisco José Cardoso Júnior*, de Tabuaço, demitido de director da Escola Normal do Porto, depois do movimento de 28 de Maio de 1926, por causa das suas convicções políticas contrárias ao regime, sobreviveu com emprego de recurso na Livraria Bertrand e de alguns artigos que, entretanto, ia publicando.

*Manuel Ribeiro Cardona*, de Santa Marta de Penaguião e de Vila Real, teve como lema a trilogia “liberdade, igualdade e fraternidade” que divulgou na sua escrita e no apoio a várias publicações.

*António Augusto Ferreira de Macedo*, de Mesão Frio, um dos fundadores da Universidade Popular Portuguesa (1919) e *Seara Nova* (1921), onde colaborou, foi da geração de António Sérgio, Jaime Cortesão e Raul Proença, tendo-se distinguido pela sua intervenção política no Movimento da Unidade Democrática, acompanhando a militância de Bento de Jesus Caraça e, mais tarde, como Pedagogo e Professor Catedrático do Instituto Superior Técnico do qual foi afastado pelo Estado Novo.

#### **4. Cartas do “universal”, nacional e humano, para o “local” duriense, “sem paredes”**

“O universal é o local, sem paredes” (Miguel Torga)

No dia 13 de Dezembro de 2009, a Turismo Douro levou a efeito uma série de conferências sobre os *Monges de Cister e o desenvolvimento do Douro*, em Salzedas. Quem aí se deslocou voltou com outras referências do passado e do presente, de si e da região, do país e da Europa, de ontem e de hoje. Foram oradores os Professores Amélia Albuquerque, Amândio Barros e Gaspar Martins Pereira, o Eng. Ricardo Magalhães e o Dr. António Martinho.

O início da nacionalidade, no século XII, está cheio de informações relevantes, mas também de vazios informativos ou de “brancas”, a preencher. Isto é importante para o conhecimento das nossas raízes e da nossa ligação àquilo que hoje chamamos Europa, e que os nossos antepassados viveram debaixo de outras *uniões-europeias* – políticas, sociais, religiosas e espirituais.

Pessoalmente parece-me que a estratégia henriquina – sob o ponto de vista político, social, religioso, espiritual e comunicacional – muito virá a surpreender-nos quando plenamente descoberta, fundamentada e divulgada.

Com efeito, parece hoje claro que os cistercienses, desde o século XII, com S. Bernardo de Claraval à frente, estiveram na origem de uma renovação religiosa, mas, sobretudo, de um renascimento político, comercial, urbano, cultural, arquitectónico e tecnológico, chegando ao Douro, em primeiro lugar, em Portugal.

No que respeita à dimensão, há quem diga que criaram em toda a Europa a revolução industrial da Idade Média, pelas invenções, adaptações ou técnicas introduzidas, em especial na agricultura. A divulgação de ferramentas como a charrua, o uso da ferradura e o recurso a moinhos de água alteraram o quotidiano. A arquitectura conheceu técnicas tão avançadas que chegaram à construção das catedrais.

O saber avançado no domínio da pólvora (descoberta chinesa), dos relógios mecânicos (transformando a noção do tempo nas cidades), e de instrumentos como a bússola, o astrolábio e o mapa, acompanhados pela invenção da caravela, levaram o homem a superar as limitações do espaço.

Mas é, sobretudo, a nível religioso e político que a presença dos cistercienses ou frades Bernardos marca Portugal e a Europa. A força de S. Bernardo de Claraval foi enorme perante as outras ordens, o poder papal e temporal, os nobres e os seus irmãos.

Além do regresso às origens, na vivência cristã, erigiu como valor fundamental o *trabalho*, cujo reflexo social se prolonga até à revolução francesa. Sem este valor, não seria possível conceber todo o progresso intelectual, artístico, arquitectónico e técnico que apenas o trágico século XIV – com a guerra dos cem anos, a peste negra e a fome – interrompeu, para o Renascimento e as Descobertas do século XV e seguintes voltarem a abraçar.

É seguro hoje o relacionamento de Afonso Henriques com Bernardo de Claraval, esse poderoso europeu do século XII. É segura a relação deste com a adesão dos primeiros conventos à regra cisterciense. Os seus mais próximos são por ele enviados aos portugueses, João Cirita e João de Peculiar, que os conduzem a Afonso Henriques e os encaminha para S. João de Tarouca.

Aqueles dois portugueses estiveram em França com S. Bernardo: enviados por quem e com que missão? O primeiro torna-se anfitrião dos oito Bernardos vindos para Portugal, o segundo, arcebispo de Braga. O redactor da *Grande Enciclopédia Portuguesa e Brasileira* (na entrada “S. João de Tarouca”) lê assim os factos:

Não custa crer que o engrandecimento do cenóbio [comunidade de monges] de S. João de Tarouca como de outros, foi um dos processos de que D. Afonso Henriques se valeu, perante a cúria romana, para auxiliar a luta desenvolvida por D. João Peculiar para a independência da Igreja portuguesa relativamente às igrejas não nacionais (Toledo e Santiago), da qual dependia, não pouco, a efectivação da libertação nacional ou seu reconhecimento pelo papa. A própria coincidência do tempo destes factos leva a crer que não se trata de acaso.

O que pretendemos sublinhar com esta *carta do meu rio*, é quanto, num tempo dito de trevas medievais, a informação circulava, os projectos eram globais e como, ao “local” duriense, *chegava* a influência do “universal” religioso e político da época.

Essa *ausência de paredes*, na prática, identificava-se com a “estrada fluvial” ou “estrada de água”, isto é, o rio, que, secularmente, permitiu a comunicação entre o “local” e o “universal”, ou seja, entre a região duriense e o exterior e vice-versa, representados, metonimicamente, pelas cidades da Régua e do Porto. Ambas são portas de entrada e saída de produtos e ideias, numa complementaridade nem sempre pacífica para os seus actores. Até ao século XVIII, os vinhos, então designados “vinhos de Lamego” não alcançam a centralidade que obtêm nos últimos 250 anos, com a denominação “do Porto”. Mas com eles sempre seguiram citrinos, azeite e azeitonas, nozes e figos, mas, sobretudo, castanhas, entre os produtos procurados pelo exterior na região.

Nesse movimento, muitos mercadores se radicam na cidade do Porto, cuja importância ficou demonstrada desde a participação desta na ida a Ceuta, com “70 navios [cheios] de boas viandas, vinhos e biscoitos” – refere o Professor A. Barros Cardoso (2003: 18). Mas já desde a Idade Média, as gentes do norte da Europa e do Mediterrâneo demandavam o porto do Porto, onde uma comunidade de cristãos novos e mais tarde de estrangeiros recebia armas, munições, ferragens, cutelarias, e, ainda, peixe, panos e trigo, em troca de produtos durienses.

Todavia, é o vinho que, na primeira metade do século XVIII, toma a dianteira vindo a tornar-se monopólio dos ingleses. Foi “o período em que a produção e o comércio dos vinhos do Douro alcançam a maturidade e a afirmação internacionais” (Cardoso 2003: 19) e cresceu o interesse “na exploração das terras de *Cima - Douro*” (Cardoso 2003: 20), multiplicando-se os plantios na sub-região do Cachão da Valeira até Barqueiros, a poente da Régua. Produtores e negociantes gozavam de “total liberdade negocial” (Cardoso 2003: 21) entregues à dinâmica das leis do mercado.

A marca desses ingleses na produção estava no facto de não enviarem para Inglaterra “os vinhos de consumo correntes, conhecidos como vinhos de ‘ramo’, vendidos nas tabernas da cidade do Porto” (Cardoso 2003: 22), mas “vinhos seleccionados e beneficiados com uma primeira dose de aguardente pelo São Martinho, após a fermentação do mosto”. Eram “vinhos encorpados e de elevado teor alcoólico [obtidos] após tratamento dos vinhos puros e finos do Douro (entendendo-se por vinhos finos, os tintos maduros)” (Cardoso 2003: 22).

Esse equilíbrio entre a produção e o comércio desfaz-se em 1754, quando as vendas para o mercado britânico descem 37%, quedando-se grande parte da

colheita dos dois anos seguintes no Douro, por indicação da Feitoria Britânica no Porto. Tal facto levou influentes produtores durienses, residentes no Porto, a apelar a uma intervenção política por parte do ministro de D. José I, Sebastião José de Carvalho e Melo, para actuar sobre a produção de modo a quebrar-se o monopólio dos ingleses.

Visam a limitação quer de novos plantios quer da liberdade de venda de vinhos aos ingleses, através da criação de uma *Companhia*. Esta viria a ser a *Companhia Geral da Agricultura das Vinhas do Alto Douro*, que representou “a primeira intervenção estatal no negócio de vinhos do Douro” – ou seja, mais uma acção do exterior, o “universal”, no interior “local” duriense (Cardoso 2003: 23).

Pombal tinha consciência das prerrogativas de que gozavam os nossos velhos aliados, pois como refere Lúcio de Azevedo (2009: 32), “todo o comércio do reino passava por eles [e] gozavam imunidades notáveis: dispensa de impostos, foro privado e licença para andarem armados, mesmo em lugares onde isso era vedado a nacionais”. Na opinião do Marquês, era negativa a sua influência no sistema económico do país: “Todo o dinheiro que gira é dos ingleses, que fazem adiantamentos aos produtores [e] lotam os vinhos e falsificam-nos, destruindo a boa fama do produto”.

A acção do Marquês de Pombal para pôr fim à dominação inglesa no comércio dos vinhos do Douro ou, dito em bom Português, colocar os ingleses na ordem, foi determinada, como mostra a sua argumentação na *Carta ao Ministro dos Negócios Estrangeiros da Inglaterra: por causa de terem sido queimados debaixo das nossas fortalezas da costa do Algarve, alguns navios franceses*. Vejamos.

Ilustríssimo e Excelentíssimo Senhor

Rogo a V. Exa. que me não faça lembrar as condescendências que o nosso Gabinete tem tido para com o seu. Elas são tais, que eu não sei se alguma Potência as haja tido semelhantes para com outra.

Vós não fazíeis ainda figura alguma na Europa, quando a nossa Potência era a mais respeitável. A vossa ilha não formava mais do que um ponto na Carta [no mapa] ao mesmo tempo que Portugal a enchia com o seu nome [...]. A moeda de contado vos faltava. [...]

De há cinquenta anos, porém, a esta parte, tendes tirado de Portugal mais de mil e quinhentos milhões, soma enorme de que a História não fornece exemplo que nação alguma, do mundo, tenha enriquecido a outra de um modo semelhante. [...]

Mas se vos temos elevado a esse ponto de grandeza, na nossa mão está o precipitar-vos no nada de que vos arrancámos. Nós podemos melhor passar sem vós, do que vós sem nós. [...]

Fazei, por tanto, o que deveis, se não quereis que eu faça aquilo que posso [...]

Basta que Portugal rejeite os seus grãos (quero dizer, o seu trigo), para que metade da Inglaterra morra de fome.

Marquês de Pombal

Conde de Oeiras (B. N. cota H.G. 25068 V.0)

Pela mesma altura em que os ingleses viam diminuir o seu espaço no Douro, vemos aumentar uma outra comunidade, a dos galegos, com uma função bem mais modesta, mas também ela fundamental.

João de Araújo Correia dá notícia de duas emigrações de galegos para o Douro, em *Ecos do País*, numa época em que se não entrevia, ainda, a mecanização, chegada há 20 ou 30 anos, trazendo um novo futuro para o Douro.

Pelas minhas contas, deve ter havido, aqui no Douro, duas importantes invasões de trabalhadores galegos. A primeira deve ter sucedido à fundação da Companhia Geral da Agricultura das Vinhas do Alto Douro, em 1756. A segunda terá sido consequência da filoxera ou, em melhores termos, terá correspondido à necessidade de refazer a vinha, desfeita pelo mal desde 1863.

[...] a razão do êxodo galego para o Alto Douro, de ambas as vezes, foi a falta de mão-de-obra duriense. [...] Recorreu ao galego, que logo lhe acudiu com a sua humildade, a sua teimosia e, quase sempre, a sua honradez. Hoje, não tem galego a que recorra. Fugiram-lhe os braços próprios, porque não pôde competir, em paga de salários, com o patrão estrangeiro. [...]

[...] Hoje, o que resta desses bons colonos é sangue aporuguesado e até esquecido da honrosa origem. Ilude-a, dizendo em hora franca: meu avô era espanhol.

Três outras ondas exteriores estão a marcar, indelével e duradouramente, o futuro do Vale do Douro, chegadas no final do século XX e no início do actual. Refiro-me ao ensino superior, à renovação da identidade e à aposta no turismo. Embora recentes, são realidades cujas consequências já começam a alterar a imagem da região.

O primeiro, o ensino superior, chegado por volta de 1975, contribuiu para que 75% das explorações agrícolas transmontano-durienses possuíssem um licenciado nessa área de actividade, como se ouviu afirmar no *III Congresso de Trás-os-Montes e Alto Douro*, em Bragança, de 26 a 28 de Setembro de 2002. Em termos absolutos, seríamos mesmo levados a reconhecer a sua existência em excesso, pois, no território onde o Marquês de Pombal colocou quatro aulas de retórica e o liberalismo dois liceus, temos hoje seis localidades com ensino superior: Lamego, Vila Real, Chaves, Mirandela, Bragança, Macedo de Cavaleiro a, até há pouco, Miranda.

A própria identidade regional também foi marcada por esse ensino superior. Com efeito, este torna-se numa contra-corrente à saída de gente da região, tanto no que respeita a professores como a alunos. É que, por exemplo, na UTAD, entre sessenta e setenta por cento dos seus alunos são deslocados.

Mas é, sobretudo, nos espaços públicos e culturais – de matriz transnacional, mas com uma marca local, ou seja, ainda, aqui a influência do “universal” no “local sem paredes” – que se observam as grandes alterações identitárias da região tanto nas maiores cidades como nas pequenas vilas. Na verdade, o *Museu do Território Douro*, a grande ou média superfície, em geral, e, particularmente, o centro comercial – sobretudo quando próximo de novos conceitos como o de estádio de futebol, em Lisboa e no Porto, ou o de teatro, café concerto e zona pedonal, envolventes, em Vila Real – trouxeram verdades, individuais e colectivas, pessoais e institucionais, aparentemente, perdidas de séculos, mas enraizadas já na antiga Roma.

Para além da exposição pessoal, familiar e social, surgiram aí novas referências ao nível da alimentação, do vestuário, do entretenimento e da cultura. São espaços semelhantes a espelhos de uma comunidade envolvente, pessoas, grupos e instituições. São mini-sociedades nas quais cada um se vê e revê, a si e aos outros, iguais e diferentes. Aí se forma e se desfaz o gosto: de vestir e andar, de ser e de estar, de ver e ser visto. O imaginário de cada um viaja por inumeráveis modelos, observados na “passerelle” em que se transformam esses locais. E a identidade do indivíduo afirma-se por projecção ou rejeição, aplauso ou crítica, aproximação ou afastamento do que vê perante si.

No dia um de Dezembro de 2007, o Vale Abraão, em Samodães / Aquapura, vestiu-se de esperança sobre o desenvolvimento e o futuro durienses a partir da visão de vários especialistas, aí presentes. O tema era “*O Enoturismo na Região do Douro e o novo ciclo de Apoios Estruturais da União Europeia para Portugal*”. E os convidados desenvolveram-no da seguinte forma: “*Estratégias e experiências europeias no domínio do Enoturismo*”, por Jean Claude Belanger (MDT Vignobles); “*A perspectiva da Unidade de Missão do Douro*”, por Ricardo Magalhães, Chefe de Projecto da Unidade de Missão do Douro; “*A organização da oferta turística num espaço regional*”, por Francisco Calheiros, Presidente da Turihab – Turismo de habitação; e “*Oportunidades futuras para o sector do Turismo*”, por Luís Patrão, Presidente do Turismo de Portugal. A moderação esteve a cargo do sub-director do *Público*, Manuel Carvalho.

Na origem da Jornada, esteve a Liga dos Amigos do Douro Património Mundial, empenhada em melhorar o desempenho económico e social do Vale do Douro e valorizar o seu património paisagístico; a Comissão Europeia, ao disponibilizar fundos do Quadro de Referência Estratégico Nacional de 2007-

2013, destinados ao Desenvolvimento Regional e a sectores com maior potencial de crescimento, como é o caso do Turismo Portugal.

De entrada, registemos o neologismo *enoturismo*, marcando dois aspectos, ligados ao vinho: o económico e o social. De importação recente, o termo chegou antes da realidade, ou seja, um produtor deverá descobrir e criar condições para que o ciclo do vinho e da vinha possa trazer mais dinheiro e mais pessoas. Estas começarão a chegar para a compra directa do seu produto, mas também para falar, conviver e conhecer as pessoas ligadas a esse ciclo.

Tais condições implicam a preservação e o cuidado da paisagem e dos espaços naturais, o embelezamento das construções e edifícios, a melhoria das vias de comunicação e a criação de circuitos pedestres. Implicam, ainda, o surgimento de restaurantes e alojamento em quintas e aldeias vinhateiras. Paralelamente, há que cuidar a animação, o entretenimento e a atractividade de praças, comércio e restauração.

Alguns pressupostos foram enunciados, concorde-se ou não com eles: i) o Porto é a porta de entrada para o vale do Douro, com o aeroporto internacional, os grandes cruzeiros para os quais está a ser preparado o porto de Leixões, a via fluvial que dele parte e a sua centralidade regional, económica e cultural; ii) a aposta é num único sector, o vinho e a vinha, com um pólo de excelência na UTAD, uma matriz regional que é a “quinta” e vinte e um concelhos por ele caracterizados; iii) a duplicação da oferta quanto ao número de camas, visando a meta de 600 mil dormidas em 2015, na região; iv) a profissionalização da actividade económica à volta do turismo.

Certezas, a ter em conta, são já: a via fluvial que importa abrir às povoações e empreendimentos turísticos; o fluxo galego e nacional que a A24 proporciona; as rotas com denominações apelativas, como *As Portas do Douro*, nas quais a região vai ser dividida – para individualizar percursos e destacar lugares, instituições e actividades a visitar.

O turismo começa a ser um sector económico importante do país, correspondendo a 11% do PIB, e procurando-se que este número suba para 15% em 2015. A aposta política no turismo desta região visa alterar dados como os seguintes: 85% das dormidas de turistas situam-se no Algarve, em Lisboa e na Madeira, sendo quase metade delas na época de Verão. Que fazer para alterar esta distribuição? A resposta passa pela revitalização baseada em três pilares: novidade, surpresa e atractividade.

Ora o Douro é uma das cinco zonas estratégicas para essa diversificação de destinos turísticos. Os produtos a oferecer são: um grande rio romântico da Europa, a preservar, o golfe, saúde e bem-estar, turismo da natureza, gastronomia e vinho, “resorts” integrados, turismo cultural e de paisagem, turismo de negócios.



Seja qual for o futuro do Douro, longe vão os tempos narrados por Correia de Azevedo, em *O Douro Maravilhoso* (s/d.: 4), quando escreve:

Eram bem raros os viajantes que se aventuravam a percorrerem, em toda a sua extensão, a Região Duriense. A aspereza e a inviabilidade dos montes, que na sua máxima parte a constituem, e a difícil e perigosa navegação do rio que lhe dá o nome, tornavam quase inacessível o acesso à sua parte mais rica e povoada, então visitada pelos negociantes de vinhos ou seus comissários.

Todavia, os perigos desse futuro estão sinalizados, em cartas / registos que alguns dos nossos maiores nos deixaram. É o caso de Torga, tanto para a classe baixa, ao afirmar a 21 de Julho de 1991: “Portugal já nem nos seus lugares emblemáticos, com pergaminhos históricos e naturais, é Portugal [...], invadido por ondas de turistas de calção e sandália.” (Torga 1995: 1625).

Como para a classe alta, referindo em 31 de Agosto de 1993: “O Primeiro-Ministro britânico veio passar férias ao Douro. Tem comido bem, bebido melhor e passeado. Os nossos velhos donos dão sempre sinal na hora própria. O melhor de tudo o que temos [...] já estava ao seu serviço no Algarve. Faltava o Douro.” (Torga 1995: 1671).

### **A terminar**

Há um barco no cais do futuro / Douro à espera de cada um de nós, durienses, por nascimento ou adopção: ninguém ocupará o lugar de outrem. E tomada a decisão individual de participar, há que dar as mãos – como fez a geração de Antão de Carvalho, nos anos 30 do século passado, com a criação da Casa do Douro – há que participar na criação de novas realidades e há que impedir a vinda de estrangeiros imporem as suas [realidades] ou deturparem as nossas.

É a nós que compete distinguir o que é a arte daquilo que constitui a vida como assumia Torga, isto é, compreender a fronteira entre o que vemos, a calcorrear o Douro, e o que sentimos, a ler os poetas. É que,

Entre a arte e a realidade há sempre um abismo sem nenhuma ponte. Do lado de cá, um mundo com mil versões, ameno mesmo quando as palavras são punhais, as tintas relâmpagos, os sons desesperos. Do lado de lá, uma presença sem retórica, de uma só face, inflexível e permanente. Os barcos rabelos dos cartazes não são os mesmos que descem este rio de soluços. (Linha do Douro, 14.3.49) [In: *Diário* (ed. int., 1995), Vol. I, p. 409]

Mas, ao distinguirmos a realidade estética e humana, cantemos, com ele, a sua “Exaltação” e embarquemos nesse cais do futuro:

Venha!  
 Venha uma pura alegria  
 Que não tenha  
 Nem senha  
 Nem o dia!

Abra-se a porta da vida  
 Sem se perguntar quem é!  
 E cada qual que decida  
 Se quer a alma aquecida  
 No lume da nova fé.

Venha!  
 Venha um sol que ninguém tenha  
 No seu coração gelado!  
 Venha  
 Uma fogueira da lenha  
 De todo o tempo passado!

(Torga “Exaltação”. In: Portela 2006: 98)

### Referências Bibliográficas

- AA. *Grande Enciclopédia Portuguesa e Brasileira*: “Carta” e “Cartografia”. Editorial Enciclopédia.
- Agarez, M. Hercília (2007): *Miguel Torga. A Força das Raízes. Um itinerário transmontano*. Porto: Papiro.
- Anderson, Sophia M. B. (2005): *Rostos. Ilhas*. Porto: Asa, Coleção pequeno formato.
- Azevedo, Correia de (s/d.): *O Douro Maravilhoso*. Litoarte.
- Azevedo, J. Lúcio (2009): *O Marquês de Pombal e a sua Época*. Alfragide: Alfarrábio.
- Cabral, A. M. Pires (2002) (Sel. org. e nota introd.): *Douro Leituras*. João Azevedo Editor.
- Cabral, António (s/d): *Morfologia Literária*. Porto: Porto Editora.
- Câmara Municipal de Vila Real, Serviços de Cultura (1998): *Jornal da Exposição, “Como a Chegada da república Frustrou a Visita do Rei”, de 22 de Outubro a 29 de Novembro de 1998* (Texto, Dr. Pires Cabral e investigação e coordenação de Elísio Amaral Neves).
- Cardoso, António Barros (2003): *Baco e Hermes. O Porto e o Comércio Interno e Externo dos vinhos do Douro (1700-1756)*. 2 Vols. Porto: GEHVID.

- Correia, Ferrer (1979): “Homenagem a Miguel Torga”, in (Suplemento da revista) *Biblos*, nº 10.
- Correia, João de Araújo: *Ecos do País*. In: Cabral, A. M. Pires (2002) (Sel. org. e nota introd.): *Douro Leituras*. João Azevedo Editor.
- Freire, Paulo (1976): *Acção cultural para a Liberdade*. Rio de Janeiro: Paz e Terra.
- Godinho, Vitorino Magalhães (1978): *Ensaaios. II*, 2.<sup>a</sup> ed. Lisboa: Sá da Costa.
- (1981): *As Ciências Humanas: Ensino Superior e Investigação Científica em Portugal*. Lisboa: S.P.C.H.
- Guerra, Abel, (1966): *Elementos de Composição Literária*. Porto: Livraria Apostolado de Imprensa.
- Junqueiro, Guerra (1972): *Obras. Poesia. Finis Terrae*. Porto: Lello e Irmão Editores.
- Luís, Agustina Bessa (1986): “Editorial”. In: *O Primeiro de Janeiro*, 09/09/1986.
- Malpique, Cruz (1953): *Psicologia da Carta*. Braga.
- Marquês de Pombal: “Carta do Marquês de Pombal ao Ministro dos Negócios Estrangeiros da Inglaterra: por causa de terem sido queimados debaixo das nossas fortalezas da costa do Algarve, alguns navios franceses”. Biblioteca Nacional: cota H.G. 25068 V.0.
- Monteiro, Maria da Assunção Morais (2003): *Da Heteronímia em Eça de Queirós e Fernando Pessoa à Alteronímia em Miguel Torga*. Vila Real: UTAD.
- Namorado, Joaquim (1978, 2006): inédito, «Port-Wine». In *Jornal de Letras*, 5. 1. 87; Mário Viegas (2006: 13): *Discografia Completa*, Vol. 2, Público.
- Pascoais, Teixeira de (1991): *da Arte de Ser Português*. Lisboa: Assírio & Alvim.
- Piaget, Jean (1977): “A propósito de criatividade: os três métodos”. In: *Análise Psicológica* 1, Out. 1977: 69.
- Portela, Luís (2006): *Os poemas da minha vida*. Público.
- Redol, Alves (1979): *Porto Manso*. Lisboa: Europa-América.
- Sequeira, Carla (2000): *A questão duriense e o movimento dos PALADINOS, 1907-1932*. Santa Maria da Feira: GEHVID / CIRDD.
- Torga, Miguel (1990): *Diário XV*. Coimbra: Edição do Autor.
- (1993): *Diário XVI*. Coimbra.
- (1995): *Diário*. 2 Vol. Coimbra.
- (2000): *Poesia Completa*. Alfragide: Dom Quixote.



## A recepção do Douro no Jornal *O Panorama*

João Bartolomeu Rodrigues

Universidade de Trás-os-Montes e Alto Douro

jbarto@utad.pt

### Abstract

In this article we intend to consider the recognition of the Douro River in the Literary and Instruction Journal “*O Panorama*”. This journal, owned by the Portuguese Society of Useful Knowledge, was founded in 1837 and continued its activity until 1868, with 18 years of actual publication. The journal had as founder Alexandre Herculano, who held the office of Director between 1837 and 1839, and later acted as a collaborator.

In the second centenary of the birth of Alexandre Herculano (1810-2010) we want to pay a tribute to the author of the *History of Portugal*, not only by emphasizing the analysis of an article he authored on the *Douro* river (1839), written under the guise of anonymity, but also by presenting the transcript of that article as an appendix the present article.

**Keywords:** Douro, *O Panorama*, Alexandre Herculano.

### Resumo

No presente artigo pretendemos reflectir na recepção do rio Douro no *Jornal Literário e Instrutivo “O Panorama”*. O referido jornal, propriedade do Sociedade Portuguesa de Conhecimentos Úteis, foi fundado em 1837 e prolongou a sua actividade até 1868, com 18 anos efectivos de publicação. Teve como fundador Alexandre Herculano, que exerceu as funções de Director entre 1837 e 1839, e mais tarde, como colaborador.

No segundo centenário do nascimento de Alexandre Herculano (1810-2010) queremos prestar uma singela homenagem ao autor da *História de Portugal*, não só dando relevo à análise de um artigo de sua autoria, escrito sob a capa do anonimato, acerca do rio *Douro* (1839), como a sua transcrição aparecerá em anexo no final da presente comunicação.

**Palavras-chave:** Douro, *O Panorama*, Alexandre Herculano.

### 0. Nota introdutória

O relevo dado a um assunto, o fundo em que se recorta e a forma específica da sua aparição, não surgem de modo independente do tempo e do lugar, mas, pelo contrário, reflectem, directa ou indirectamente, a conjuntura coetânea. Esta, por sua vez, resulta, como num quadro pintado a óleo, de uma multiplicidade de factores, dos quais elegemos como variável independente a História. A História não é uma ciência acabada, ela resulta da descoberta dos mais diversos

fragmentos que a constituem, da sua concatenação e de um esforço hermenêutico, capaz de lhe atribuir alguma ordem: o passado torna-se presente, e o presente ganha sentido e a pintura vai ganhando contornos cada vez mais claros e precisos.

A história douricense não foge à regra: o rio, as encostas, os povoados e as pessoas que ao longo dos anos animaram a referida região deixaram testemunhos reveladores do comportamento, da situação, das estruturas, das relações de classe, das formas sociais de produção e das instituições que serviram de suporte à convivência humana.

É nossa convicção que um ponto de vista é, apenas, a vista a partir de um ponto, mas também estamos certos que as visões particulares que a História acolhe, passadas, naturalmente, pelos crivos de que dispõe, concorrem para a visão sinóptica tão almejada pelos historiadores. Na presente comunicação, dentro dos parâmetros que a modéstia impõe, propomo-nos dois objectivos:

- evidenciar o interesse que o *Jornal Literário e Instrutivo “O Panorama”* (doravante referido com a abreviatura *Pan*, seguida do ano de publicação e respectiva página, publicado entre 1837 e 1868, dedicou ao Douro;
- assinalar o II centenário do nascimento de Alexandre Herculano (1810-2010), dando a conhecer um artigo sobre o Douro, proveniente da sua pena, e publicado no *Jornal “O Panorama”* sob a capa do anonimato.

Esclareça-se, desde já, que para além das referências circunstanciais feitas em *O Panorama* ao rio Douro, daremos atenção a dois artigos: o primeiro intitulado “O Douro”, a que já fizemos referência: foi publicado em 1839 e é da autoria de Alexandre Herculano; e o segundo, também anónimo, refere-se à extinção do cachão que existia no sítio de S. João da Pesqueira, obra executada no reinado de D. Maria I.

Para além da referida divulgação de uma página tão preciosa, que aparecerá em anexo, na parte final desta comunicação, e que poderá ser lido na íntegra nas Actas, e, no âmbito das vivências culturais do século XIX (Nunes 1989: 8-11), parece-nos importante, desde já, evidenciar três referentes individuais que, em 1837, se cruzaram, convergiram e se completaram, imprimindo um carácter indelével na cultura oitocentista portuguesa. Em primeiro lugar, destacamos a criação da *Sociedade Propagadora de Conhecimentos Úteis*; em segundo, o aparecimento de *O Panorama*, o órgão jornalístico dessa Sociedade; e, finalmente, a figura emblemática de Alexandre Herculano, fundador e primeiro director daquele periódico.

### **1. O Douro, um artigo de Alexandre Herculano (8 de Junho de 1839)**

Alexandre Herculano, enquanto director e principal redactor de o jornal *O Panorama*, entre 1837 e 1839, tinha à sua responsabilidade, por força do

contrato que estabelecera com a Sociedade Propagadora dos Conhecimentos Úteis, a obrigação de contribuir com três das oito páginas do Jornal, sendo uma ocupada com uma estampa. Acrescente-se também que o primeiro artigo (que corresponde ao editorial das actuais publicações) era da responsabilidade do Director.

O artigo *O Douro* (1839), para além da pertinência das informações que nos apresenta sobre o rio, reveste-se de grande importância, porque faz a sua aparição em público em forma de catarse, catarse do autor, que tal como o diarista parece escrever mais para si do que para os outros, num exercício de quem se autoexorcisa e expulsa os fantasmas que o atormentam. Para justificarmos a afirmação que acabámos de fazer, regressaremos uma década no tempo, em relação à data da publicação do artigo, situando-nos no contexto da guerra civil que dominou o país entre 1828 e 1834, que opôs os liberais aos miguelistas.

Rodrigues (2008: 24) lembra-nos que foi decisiva a expedição liderada por D. Pedro IV, que em Junho de 1832 saiu guarnecido de Ponta Delgada, em direcção ao continente, fazendo-se acompanhar de 7500 homens, com a intenção de tomar o poder, usurpado por seu irmão, D. Miguel. Desembarcaram em Mindelo e instalaram-se no Porto. Ao cerco miguelista de cerca de 80 000 homens, resistiram com bravura, durante um ano, as hostes liberais, no meio de sangrentas batalhas, travadas entre as duas partes. Pouco a pouco, os liberais foram ganhando vantagem, de tal forma que, no dia 24 de Julho de 1833, D. Pedro IV entrou em Lisboa, quase sem resistência dos miguelistas, o que foi decisivo para definir a sorte final na guerra.

Porquê esta referência ao cerco do Porto? A resposta não se adivinha difícil: Alexandre Herculano integrava a guarnição liderada por D. Pedro IV: ele foi um dos bravos do Mindelo, um dos que resistiu ao cerco de D. Miguel, durante um ano; ele foi um dos obreiros que conduziu os acontecimentos à convenção de Évora Monte, assinada em Maio de 1834, e ao consequente exílio de D. Miguel.

É à luz desta página da História de Portugal, escrita com o sangue dos seus filhos, que teve o jovem Alexandre Herculano (com 22 /23 anos de idade) como um dos intervenientes, que podemos e devemos ler, interpretar e reinterpretar o presente artigo do director de *O Panorama*.

A segunda questão que levantamos é a seguinte: Como se justifica que um artigo intitulado *O Douro*, em quase todos<sup>1</sup> os parágrafos faça referência à geografia do cerco do Porto?

---

<sup>1</sup> Dos sete parágrafos, só dois, e, curiosamente, os mais pequenos, é que não fazem referência à geografia do cerco do Porto

Antes de passarmos em revista cada um dos parágrafos, registre-se que o motivo da gravura escolhida para ilustrar o número 110, isto é, o número onde o artigo *O Douro* foi publicado, em 8 de Junho de 1839, refere-se a uma estampa do castelo de S. João da Foz. Não esqueçamos o papel crucial desta fortificação, durante o cerco do Porto: ela funcionou como baluarte da resistência liberal, tendo desempenhado um papel importantíssimo, particularmente no que concerne à protecção do desembarque de suprimento de víveres e munições, cuja entrada “na cidade as baterias miguelistas dificultavam sem tréguas e muitas vezes conseguiam malograr” (Almeida 1971: 232).

O artigo começa assim:

Na serra de Orbion, não muito distante da cidade de Sória, na Castela-a-Velha, tem seu nascimento o Douro, que, saindo de uma grande lagoa, se despenha por alcantiladas penedias, e, depois de regar extensos campos, vem findar o seu curso de 120 léguas (segundo Nunes de Leão e o p.e Poiars) junto ao castelo de S. João da foz, onde forma a barra da heróica cidade do Porto. (*Pan* 1839: 177)

Depois de referir as principais cidades que o Douro visita, quer em terras de Castela e Leão, quer nas terras lusas, faz o levantamento das localidades secundárias, desde a nascente à Foz. Registe-se a ênfase que Herculano dá, mais uma vez, à Foz, voltando a fazer referência às muralhas do Castelo, remetendo, agora, o leitor para a estampa que ilustra o artigo:

Em Portugal corre tão rápido que não consente permanência de pontes; e, além das cidades que dissemos, fecunda o solo, abundante em frutos, azeite e vinhos, das vinhas e povoações de Freixo de Espada à Cinta, de torre de Moncorvo, de S. João da Pesqueira, de Provesende, de Mesão Frio, de Peso da Régua, de Penajoia, etc...., até pagar ao Oceano o tributo de suas águas, banhando as muralhas da fortaleza, de que apresentamos uma vista aos nossos leitores. (*Ibidem*)

Depois de alguns parágrafos regressa à geografia do cerco do Porto, reinvocando a litografia do castelo como pretexto, para justificar, segundo as suas palavras, a obrigação de voltar ao assunto: “Resta-nos tratar da barra, Foz, ou Embocadura do Douro, ao que parecia obrigar-nos especialmente a nossa estampa” (*Pan* 1839: 178). E, sem se dispersar, apresenta aos seus leitores as características da Barra do Porto, destacando, por um lado, os riscos que apresentava para as embarcações, e, por outro, o papel que, segundo as suas palavras, os “práticos” daquela zona desempenharam para que a Foz, se mantivesse navegável:



Todas sabem quanto é difícil entrar: um banco de areia variável da banda de fora, rochedos espalhados, baixos, restingas, as arrumações de areias, e as alterações que produz cada inverno, a tornam sumamente perigosa, e se não fosse o auxílio dos práticos, que residem na Foz, raros navios conseguiriam entrada; contudo é esta barra a causa principal da opulência do Porto, e o canal do comércio das três províncias do norte do reino. (*Pan* 1838: 178)

Consciente de que as limitações de um artigo desta natureza não fazem *jus* à dignidade que o lugar merece, não se inibe o autor em remeter os seus leitores para a fonte onde poderão encontrar não só informação mais do que suficiente para resolver os problemas da navegabilidade da embocadura, como apresenta o autor do projecto de melhoramento da barra do Porto.

Para dar cabal ideia tanto da localidade, como das obras de que carece, já permanentes, já filhas das circunstâncias, seria necessário, não só ocupar largo espaço, mas também apresentar uma planta exacta da barra com as necessárias indicações; esta porém encontrará o curioso no Tom 9 das memórias da nossa Academia das Ciências, em ponto grande, abrangendo da Foz até Quebrantões, com a escala apropriada em braças. Tratou-a o hábil engenheiro, o Sr. Luís Gomes de Carvalho, e acompanhou-a de uma memória, em que depois de estabelecidos os princípios gerais para a restauração das barras dos portos formadas nas fozes dos rios, se faz especial aplicação deles ao melhoramento da barra do Porto. A base deste melhoramento é a igualação e colocação da margem esquerda a respeito da direita existente, por meio dos esforços da arte, para suprimir e remediar os defeitos e desarranjos da natureza; por isso que – “a desigualdade das duas margens é o foco de onde emanam todos os males que se sofrem na barra da foz”. (*Pan* 1839: 178-179)

A memória do lugar da Foz parece exercer sobre Herculano um fascínio tal, que, apenas, num pequeno parágrafo, o penúltimo, não só faz o elogio do lugar, e da sua população, situando-o, geograficamente, relativamente ao Porto, como invoca explicitamente o cerco do Porto:

O sítio da Foz é um lugar muito apazível e muito frequentado na estação dos banhos, tendo fácil e pronta comunicação, quer por mar, quer por terra, com a cidade do Porto, donde dista obra de três quartos de légua, pouco mais ou menos; a população deste lugar andarà por tês mil indivíduos. Na proximidade está colocado sobre uma altura o farol de N.<sup>a</sup> Sr.<sup>a</sup> da Luz. Todas estas localidades devem estar bem presentes na memória dos nossos leitores pelos felizes sucessos do cerca da Invicta Cidade. (*Pan* 1838: 179)

## 2. A navegabilidade do Douro

Há no artigo de Alexandre Herculano outras referências de interesse sobre o rio Douro, que, apenas, as enunciamos, em virtude das contingências impostas pelo tempo e pelo espaço, limitamo-nos, por isso, e, pelo facto do artigo aparecer em anexo, a lembrá-los de forma sumária:

- refere-se aos afluentes que concorrem para o engrandecimento do Douro estreitado pelas margens apertadas que lhe violentam a corrente, e o condenam a ser contado como inferior ao Tejo, polémica antiga que o artigo suscita;
- recorda o Douro na Antiguidade;
- invoca alguns autores portugueses que se ocuparam do Douro;
- desmistifica algumas crenças, sem qualquer fundamento histórico, como se de *flos santorum* se tratasse, expressão típica de Herculano com que desmistifica a história hagiográfica de Portugal

A navegabilidade do Douro também não é negligenciada por Herculano. Das breves referências que faz, damos destaque à extinção do cachão de S. Salvador da Pesqueira, no reinado de D. Maria I, porque esta obra será, cinco anos mais tarde (1844), objecto de interesse de *O Panorama*.

Não obstante a veemência da corrente, e as grandes cheias, a que o Douro é sujeito, e que já por vezes têm provocado horrorosas inundações, é navegável na maior parte do ano, para mais de trinta léguas a contar da Foz, A ida até acima da Torre de Moncorvo, donde descem para o Porto barcos carregados com os géneros de agricultura do país. Esta navegação está hoje mais desobstruída, porque em 1785 não passava no sítio do Cachão, a 20 léguas do Porto, próximos a S. João da Pesqueira, onde o rio tinha uma grande queda, precipitando-se de umas fragas altas e escarpadas, e impossibilitando totalmente o uso dos barcos, que se lhe não podiam aproximar. Pelos trabalhos mandados fazer pela companhia das vinhas do Alto Douro, foram estes e outros obstáculos em grandíssima parte removidos. (*Pan* 1839: 178).

A notícia intitulada – *O Douro no sítio do extinto do cachão* – não foi redigida por qualquer jornalista de *O Panorama*: foi, simplesmente, transcrita dos *Annaes Marítimos e Coloniais*, nº 5 de 1842. O artigo está ilustrado com uma litografia, copiada de um desenho de A. J. de Vasconcelos, mostrando a vista do rio Douro no sítio do extinto cachão. (*Pan* 1844: 33).

A primeira informação que nos surge na notícia, refere-se a um imposto, cobrado sobre o vinho e outros líquidos, que eram transportados ao longo do Douro até ao Porto, e o início das obras de demolição:

A Junta da companhia geral do Alto Douro alcançou da rainha Sr.<sup>a</sup> D. Maria 1.<sup>a</sup>, por avisos régios de 25 Fevereiro e 23 de Março de 1779,

[...] que se cobrassem 40 reis em pipa de vinho, aguardente, vinagre, ou qualquer líquido, que fosse transportada pelo rio Douro até à cidade do Porto, aplicada esta contribuição para as obras do rio: deu começo a Junta a elas pela demolição dalguns pontos, galeiras e cachoeiras que existiam em diversos sítios. Tentando porem empresa muito superior, fez principiar no estio de 1780 a importante obra da demolição do temível cachão de S. Salvador da Pesqueira, próximo à ermida de Salvador do Mundo, que fica sobre o rio Douro, vinte léguas acima do Porto; ponto que se tornava inacessível à navegação do dito rio, desde o princípio dos séculos, pelo poço de mais de 60 palmos de profundidade, que ali existia cercado de imensas pedras, e entre elas três grandes lousas, uma das quais tomava quase toda a largura do rio, despedia a água para baixo com 5 pés de declive, sendo todas estas pedras cobertas com 3, 5 e 6 palmos de água. (*Pan* 1844: 33)

Foi encarregado da execução da obra o Padre António Manuel Camelo, natural da Pesqueira, tendo sido coadjuvado pelo hidráulico José Maria Yola, a partir de 1788,

o qual, no andamento dos trabalhos, fez dar mais de 4300 tiros debaixo de diferentes alturas d'água para desobstruir o rio e acompanhar a margem dele de um caminho por onde os marinheiros pudessem alar os barcos à sirga quando os ventos lhes faltassem: abrindo assim o fogo na face daqueles rochedos, lisos e quase perpendiculares, uma espaçosa estrada do comprimento de 643 varas e oito palmos de largura na parte mais estreita, alargando igualmente o rio naquele sítio 35 pés mais do que antes era. (*Pan* 1844: 33)

Só passados 9 anos de intensos trabalhos foi vencido o famoso obstáculo cachão que teimava em impedir que os barcos passassem para baixo e para cima:

Foi no dia 22 de Outubro de 1789 que primeiro subiram e desceram o rio neste ponto, antes intransitável, e então sem o menor estorvo [...], depois do dito período ainda a obra continuou até o ano de 1792 com fervor no aperfeiçoamento do mencionado caminho, e nos pontos chamados d'Arnozelo e requeijo, duas léguas mais acima do cachão, despendendo-se no rompimento dele e caminhos das suas margens acima de 50:000\$000, de que a companhia adiantou consideráveis somas: o rendimento da contribuição aplicada a estas obras chegaria a 2:400\$000 réis, termo médio de cada ano. (*Pan* 1843: 33-34)

Para assinalar a conclusão dos trabalhos, a companhia colocou no escarpado do monte, que terá cerca de “mil palmos de eminência, e da parte sul, que corresponde ao sítio em que existiu o célebre cachão, uma famosa inscrição, para atestar às idades futuras a grandeza da obra que neste sítio se consumou” (*Pan* 1844: 34).

A memorável inscrição, que ainda hoje pode ser observada, encontra-se colocada a

247 palmos acima da superfície das águas: de extremo a extremo das letras colaterais tem 45 palmos de largura a regra superior. A mais baixa tem 38 palmos de altura, sendo as letras de dois palmos cada uma, gravadas na rocha em boa ordem e embutidas de iguais letras de bronze dourado. É adornado este letreiro, que se pode considerar como muito singular, com uma coroa de 9 palmos de altura, que, achando-se no meio da regra superior, vem a cair perpendicularmente por cima do nome de MARIA. – Onde está posta esta inscrição, nem de cima nem de baixo, ou pelos lados se lhe pode chegar; e o hidráulico, ao colocá-la em tal eminência, deixou como em memória o seu espadim de prata na ponta de uma grande bandeira que, com as insígnias reais, pôs estocada 24 palmos mais acima do letreiro, e assegurada a um grosso e cumprido varão de ferro. (*Pan* 1843: 34)

A inscrição contém o seguinte informação:

IMPERANDO

(Lugar de uma coroa real)

D. MARIA I  
SE DEMOLIU O FAMOZO ROCHEDO QUE,  
FAZENDO  
AQUI HUM CACHAM INACCESSIVEL  
IMPOSSIBILITAVA A NAVEGAÇÃO  
DESDE O PRINCIPIO DOS SÉCULOS.  
DUROU A OBRA DESDE 1780 ATÉ 1792.

[PATRIAM AMAVI FILIOS QUÉ DILEXI] (*Pan* 1843: 34)<sup>2</sup>

### 3. O sino mergulhador

Já fizemos referência ao hidráulico José Maria Yola, coadjutor do Padre António Manuel Camelo, natural do reino da Sardenha, homem dotado de vastos conhecimentos. Para terminar, invocamos uma breve notícia sobre esta tão ilustre e quão desconhecida figura da cultura portuguesa, publicada na *Gazeta* e replicada em *O Panorama*, cuja vida aparece intrinsecamente ligada à navegabilidade do Douro:

O Engenheiro hidráulico, que felizmente concluiu no Rio Douro a memorável obra de extinguir o cachão de S. Salvador da Pesqueira, a 8 de Setembro de 1786, na presença de S. Majestade e de toda a Real família e de vários Ministros Estrangeiros, e de alguns fidalgos, e de uma imensa

<sup>2</sup> Apesar desta última frase fazer parte da inscrição, ela não aparece na gravura de *O Panorama*.

multidão de povo, exercitou defronte do Terreiro do Paço a operação de descer ao fundo do mar dentro de uma máquina hidráulica, que lhe deixava as mãos e os pés em liberdade de fazer qualquer exercício, e debaixo de água cantou com todo o sossego vários hinos e salmos: o que o Príncipe nosso Senhor estando no seu escaler, por cima do sítio onde o dito engenheiro se achava submergido, ouviu; como também as respostas que este deu às perguntas que se lhe fizeram de cima da água. Daqui se vê não ser novo o invento de uma tal máquina hidráulica comunicada á convenção de Paris, segundo se anunciou no suplemento à Gazeta N<sup>o</sup>2, pois que há tanto tempo se viu praticado neste país. (*Pan* 1838: 309-310)<sup>3</sup>

Sem qualquer ponto onde nos possamos apoiar, para afirmar que José Maria Yola tenha usado o sino mergulhador para perfurar o fundo do rio, no sítio do extinto cachão, não podemos, pelo menos, deixar de levantar a hipótese, pois tal se nos afigura possível e plausível.

### Referências Bibliográficas

- Almeida, A. Duarte de (1971): *Liberais e Miguelistas*. Colecção Portugal Histórico, Tomo 9. Lisboa: ed. Romano Torres.
- Gazeta de Lisboa*. 2<sup>o</sup> Suplemento à Gazeta N<sup>o</sup>3. Janeiro 27 de 1795).
- Jornal Literário e Instrutivo “O Panorama”*. (1839-1844). Lisboa.
- Rodrigues, João Bartolomeu (2008): *A Educação na Revista “O Panorama”*. Tomo I [Tese de Doutoramento]. Vila Real: UTAD.

---

<sup>3</sup> Esta notícia pode ser confirmada na *Gazeta de Lisboa*, 2<sup>o</sup> Suplemento à Gazeta N<sup>o</sup>3. Janeiro 27 de 1795):

#### ***Suplemento a que se alude***

O cidadão Schimit mestre de instrumentos de música deu ultimamente parte à convenção de ter feito em mecânica dois instrumentos úteis à humanidade. Um é uma máquina hidráulica calculada para mergulhar na água a qualquer profundidade: o mergulhador pode serrar, martelar, fazer buracos, segurar cordas, e ajuntar quaisquer coisas que se achem no fundo, sofre a compressão seja de água ou de ar, podendo ao mesmo tempo falar com quem estiver na superfície da água. 1<sup>o</sup> Suplemento à Gazeta. Janeiro 16 de 1795.

## ANEXO

**O DOURO (1839)**

*(Um artigo de Alexandre Herculano)*

Na serra de Orbion, não muito distante da cidade de sória, na Castela-a-Velha, tem seu nascimento o Douro, que, saindo de uma grande lagoa, se despenha por alcantiladas penedias, e, depois de regar extensos campos, vem findar o seu curso de 120 léguas (segundo Nunes de Leão e o p.e Poiares) junto ao castelo de S. João da foz, onde forma a barra da heróica cidade do Porto, que a todos os respeitos é a segunda do nosso reino. Em tão longa carreira atravessa a Castela-a-Velha, Leão e a província do seu nome, fertilizando os arredores das cidades de Aranda, Sória, Valhadolide, Osma, Toro, Zamora, Miranda, Lamego, e Porto: rega também os territórios de Medina del Campo, de Simancas, praça forte, onde tem uma famosa ponte, de Tordesilhas com outra ponte de dez arcos, e o distrito de Almazén, povoado de excelentes vinhas. Em Portugal corre tão rápido que não consente permanência de pontes; e, além das cidades que dissemos, fecunda o solo, abundante em frutos, azeite e vinhos, das vinhas e povoações de4 freixo de Espada à cinta, de torre de Moncorvo, de S. João da Pesqueira, de Provesende, de Mesão Frio, de Peso da Régua, de Penajoia, etc...., até pagar ao Oceano o tributo de suas águas, banhando as muralhas da fortaleza, de que apresentamos uma vista aos nossos leitores. Muitos afluentes o engrossam no trânsito; e os principais são o Pisuerga, o Carrion, e o bem conhecido tormes, na Espanha; e em território português o Côa, o Tua, o Sabor, o Barrosa, o Tâmega, o Ferreira, o Sousa, sem contar outros de menos monta, e uma infinidade de ribeiros, que o fazem avultado. Com um concurso de tantos auxílios é o Douro rio caudal, porém a de suas margens ásperas, fragosas, difíceis de cavar, e que por isso lhe estreitam o leito e violentam a corrente, faz com que seja contado inferior ao Tejo, que se dilata majestoso por campos livres e planos muito antes da sua embocadura. Contudo o erudito André de Resende, no livro 2.º das Antiguidades Lusitanas, é de opinião contrária, afirmando que o Douro é mais copioso; e citando o antigo provérbio: *o Douro leva As águas e o Tejo as nomeadas*, isto é *a fama*. Acresce porém, contra aqueles, que a porção do seu leito salgado é muito limitada, ao passo que o Tejo é um vasto e extenso golfo, como ponderámos em n.º 108. – Seja o que for, ambos foram bem

conhecidos da Antiguidade: o cantor da guerra púnica, Silo Itálico, os intitulava rivais do famoso Pactolo, rio da Lídia, que, dizem, revolvía areias de ouro.

*Hinc certant, Pactole, tibi Duriusque Tagusque.*

Manuel de Faria e Sousa. Comentando o lugar de Camões, canto 6.º est. 53, em que chama o Douro celebrado, diz assim: - “ É o Douro celebrado, porque assim o publicam os antigos geógrafos, persuadidos da capacidade e frequência do seu Porto, do cabedal das suas águas, e da bondade e cópia do seu pescado, e, finalmente, das riquezas das suas areias, pois também entre elas se colhem grãos de ouro” – Porém ainda que não só este, mas outros autores graves o digam, não nos consta que em nossos dias se tenha verificado esta última particularidade.

Sabe-se que alguns infundadamente asseveraram que a vista das águas deste rio infundia melancolia, e causava dores de cabeça; mas pelo contrário, longe de serem perniciosas, são dotadas de virtude desobstruente, por causa da muita tamargueira, que cresce pelas margens; pelo que há quem as inculque de proveitosa contra as opilações do baço.

Não obstante a veemência da corrente, e as grandes cheias, a que o Douro é sujeito, e que já por vezes têm provocado horrorosas inundações, é navegável na maior parte do ano, para mais de trinta léguas a contar da foz, A ida até acima da Torre de Moncorvo, donde descem para o Porto barcos carregados com os géneros de agricultura do país. Esta navegação está hoje mais desobstruída, porque em 1785 não passava no sítio do Cachão, a 20 léguas do Porto, próximos a S. João da Pesqueira, onde o rio tinha uma grande queda, precipitando-se de umas fragas altas e escarpadas, e impossibilitando totalmente o uso dos barcos, que se lhe não podiam aproximar. Pelos trabalhos mandados fazer pela companhia das vinhas do Alto Douro, foram estes e outros obstáculos em grandíssima parte removidos.

Resta-nos tratar da barra, foz, ou embocadura do Douro, ao que parecia obrigar-nos especialmente a nossa estampa. Todas sabem quanto é difícil entrar: um banco de areia variável da banda de fora, rochedos espalhados, baixos, restingas, as arrumações de areias, e as alterações que produz cada inverno, a tornam sumamente perigosa, e se não fosse o auxílio dos práticos, que residem na Foz, raros navios conseguiriam entrada; contudo é esta barra a causa principal da opulência do Porto, e o canal do comércio das três províncias do norte do reino. Para dar cabal ideia tanto da localidade, como das obras de que carece, já permanentes. Já filhas das circunstâncias, seria necessário, não só ocupar largo espaço, mas também apresentar uma planta exacta da barra com as necessárias indicações; esta porém encontrará o curioso no Tom 9 das memórias da nossa Academia das Ciências, em ponto grande, abrangendo da Foz até Quebrantões, com a escala apropriada em braças. Tratou-a o hábil engenheiro, o Sr. Luís Gomes de Carvalho, e acompanhou-a de uma memória, em que depois de

estabelecidos os princípios gerais para a restauração das barras dos portos formadas nas fozes dos rios, se faz especial aplicação deles ao melhoramento da barra do Porto. A base deste melhoramento é a igualação e colocação da margem esquerda a respeito da direita existente, por meio dos esforços da arte, para suprimir e remediar os defeitos e desarranjos da natureza; por isso que – “a desigualdade das duas margens é o foco de onde emanam todos os males que se sofrem na barra da foz”. –

O sítio da Foz é um lugar muito aprazível e muito frequentado na estação dos banhos, tendo fácil e pronta comunicação, quer por mar, quer por terra, com a cidade do Porto, donde dista obra de três quartos de légua, pouco mais ou menos; a população deste lugar andaré por tês mil indivíduos. Na proximidade está colocado sobre uma altura o farol de N.<sup>a</sup> Sr.<sup>a</sup> da Luz. Todas estas localidades devem estar bem presentes na memória dos nossos leitores pelos felizes sucessos do cerca da Cidade Invicta.

A estampa que procede deste artigo é cópia de outra de um jornal estrangeiro; é porém gravada por artista português, e damos como specimen do considerável melhoramento que em breve tempo adquiriu entre nós a gravura em madeira, arte há pouco desprezada, e que já hoje esperamos ver subir ao auge da perfeição

A estampa, que temos à vista, foi copiada de um desenho, que o Ex.<sup>mo</sup> Dr. Manuel de Castro Pereira benevolmente nos facultou, indicando-nos o ter concedido igual favor à benemérita Associação Marítima e colonial. Dois eram os desenhos, obra do Sr. A. J. Sousa de Vasconcelos; o primeiro representando a vista do estado natural do cachão de S. Salvador da Pesqueira antes da sua extinção, e tomada da parte ocidental; o segundo a que demos preferência, mostrando a vista do rio Douro no sítio do extinto cachão, igualmente tirada da parte ocidental em 1841: ambos saíram litografados e a notícia que se segue nos Anais Marítimos e coloniais, n.º 5 de 1842.

A Junta da Companhia geral do Alto Douro alcançou da rainha Sr.<sup>a</sup> D. Maria 1.<sup>a</sup>, por avisos régios de 25 Fevereiro e 23 de Março de 1779, pelas suas consultas de 11 de Dezembro de 1778 e 16 do mesmo mês de Março, que se cobrassem 40 reis em pipa de vinho, aguardente, vinagre, ou qual quer líquido, que fosse transportada pelo rio Douro até à cidade do Porto, aplicada esta contribuição para as obras do rio: deu começo a Junta a elas pela demolição dalguns pontos, galeiras e cachoeiras que existiam em diversos sítios. Tentando porem empresa muito superior, fez principiar no estio de 1780 a importante obra da demolição do temível cachão de S. Salvador da Pesqueira, próximo à ermida de Salvador do Mundo, que fica sobre o rio Douro, vinte léguas acima do Porto; ponto que se tornava inacessível à navegação do dito rio, desde o princípio dos séculos, pelo poço de mais de 60 palmos de profundidade, que ali existia cercado



de imensas pedras, e entre elas três grandes lousas, uma das quais tomava quase toda a largura do rio, despedia a água para baixo com 5 pés de declive, sendo todas estas pedras cobertas com 3, 5 e 6 palmos de água. Encarregou a direcção da obra ao infatigável Padre António Manuel Camelo, natural da Pesqueira [depois remunerado com a abadia de St.<sup>a</sup> Maria da mesma vila], que por zelo do bem público, e guiado somente pela natural propensão e assídua meditação, que supriram os conhecimentos que lhe faltavam, principiou e teve a fortuna de acabar tão importante obra, que em vão se tratara de levar a efeito nos reinados de alguns dos senhores reis deste reino e principalmente no do sr. D. João 5.<sup>o</sup>, ele que mandou examinar este ponto pelo bem conhecido engenheiro Bento de Moura Aragão, a cujas luzes não foi oculta a possibilidade da sua destruição; mas horrorizado pelo escabroso do sítio, persuadiu-se de que não haveria operários que se sujeitasse a trabalhar nele. Desde o ano de 1788 foi aquele padre coadjuvado pelo hidráulico José Maria Yola, natural do reino da Sardenha, dotado de vastos conhecimentos; o qual, no andamento dos trabalhos, fez dar mais de 4300 tiros debaixo de diferentes alturas d'água para desobstruir o rio e acompanhar a margem dele de um caminho por onde os marinheiros pudessem alar os barcos à sirga quando os ventos lhes faltassem: abrindo assim o fogo na face daqueles rochedos, lisos e quase perpendiculares, uma espaçosa estrada do comprimento de 643 varas e oito palmos de largura na parte mais estreita, alargando igualmente o rio naquele sítio 35 pés mais do que antes era. Foi no dia 22 de Outubro de 1789 que primeiro subiram e desceram o rio neste ponto, antes intransitável, e então sem o menor estorvo, o desembargar da casa da suplicação, João António Salter de Mendonça, que acabava o lugar de juiz conservador da companhia; Francisco de Azevedo Coutinho, desembargador da relação do Porto, juiz da coroa e procurador fiscal da mesma companhia; Guilherm Warre, negociante britânico, e depois cônsul da sua nação na mesma cidade, acompanhados todos pelo deputado da companhia e inspector das obras das estradas do Douro, Francisco Baptista de Araújo Cabral Montez. Depois do dito período ainda a obra continuou até o ano de 1792 com fervor no aperfeiçoamento do mencionado caminho, e nos pontos chamados d' Arnozelo e requeijo, duas léguas mais acima do cachão, despendendo-se no rompimento dele e caminhos das suas margens acima de 50:000\$000, de que a companhia adiantou consideráveis somas: o rendimento da contribuição aplicada a estas obras chegaria a 2:400\$000 réis, termo médio de cada ano.

No complemento da obra fez a companhia colocar no escarpado monte, que terá mil palmos de eminência, e da parte sul, que corresponde ao sítio em que existiu o célebre cachão, uma famosa inscrição, para atestar às ideias futuras a grandeza da obra que neste sítio se consumou. Acha-se ela colocada 247 palmos acima da superfície das águas: de extremo a extremo das letras colaterais tem 45

palmas de largura a regra superior. A mais baixa tem 38 palmas de altura, sendo as letras de dois palmas cada uma, gravadas na rocha em boa ordem e embutidas de iguais letras de bronze dourado. É adornado este letreiro, que se pode considerar como muito singular, com uma coroa de 9 palmas de altura, que, achando-se no meio da regra superior, vem a cair perpendicularmente por cima do nome de MARIA. – Onde está posta esta inscrição, nem de cima nem de baixo, ou pelos lados se lhe pode chegar; e o hidráulico, ao colocá-la em tal eminência, deixou como em memória o seu espadim de prata na ponta de uma grande bandeira que, com as insígnias reais, pôs estocada 24 palmas mais acima do letreiro, e assegurada a um grosso e cumprido varão de ferro.

A inscrição contém o seguinte informação:

IMPERANDO

(Lugar de uma coroa real)

D. MARIA I

SE DEMOLIU O FAMOZO ROCHEDO QUE,

FAZENDO

AQUI HUM CACHAM INACCESSIVEL

IMPOSSIBILITAVA A NAVEGAÇÃO

DESDE O PRINCIPIO DOS SÉCULOS.

DUROU A OBRA/ DESDE 1780 ATÉ 1792

# **DIDÁTICA DAS LÍNGUAS**



# **Literacia e mediação leitora: O ensino do Português Língua Estrangeira no distrito de Castelo Branco**

*Maria da Graça Sardinha*  
Universidade da Beira Interior  
mggds@ubi.pt

*António Pais*  
Instituto Politécnico de Castelo Branco  
antoniopais@ipcb.pt

## **Abstract**

The Portuguese Language taught to foreigners, who systematically come to Portugal, demands from schools, as well as from all other intervenient actors, new methodologies, and, concomitantly, a new outlook as far as the teaching/learning process is concerned.

Castelo Branco's district, a geographically privileged place, tries to respond to all the related issues in an increasingly consistent manner by means of high level teaching institutions as if they were real literacy agencies.

**Keywords:** foreigners, teaching/learning, literacy.

## **Resumo**

O Português ensinado a estrangeiros que sistematicamente chegam a Portugal veio exigir à escola novas metodologias e, concomitantemente, uma outra consciência a todos o implicados no ensino/aprendizagem.

O distrito de Castelo Branco, lugar privilegiado devido à sua geografia, tenta responder a toda esta problemática de um modo cada vez mais consistente, recorrendo às instituições superiores como verdadeiras agências de literacia.

**Palavras-chave:** estrangeiros, ensino/aprendizagem, literacia.

## **0. Introdução**

A problemática da mobilidade social, consequência da evolução socioeconómica e sociocultural, alterou o perfil socioeducativo português no final do séc. XX – de país de emigrantes, Portugal passou a acolher no seu Sistema Educativo sujeitos de várias nacionalidades e de várias etnias.

O distrito de Castelo Branco, situado no interior do país, não escapou a esta realidade. Os dados sobre o número de nacionalidades e de etnias dos alunos e das alunas que frequentam as várias escolas básicas e secundárias deste distrito

são reveladores do que afirmámos, ou seja, não são apenas as grandes cidades os destinos dos sujeitos que procuram o nosso país para viver.

Como ensinar estes alunos? Que metodologias adoptar? A que recursos didácticos recorrer? São questões que fazem parte do quotidiano dos professores, transformando-o, frequentemente, num avolumar de medos, angústias e inquietações, legítimas, em nossa opinião.

Do ponto de vista técnico-didáctico, a abordagem de eficácia, tendencialmente seguida nas últimas décadas, aponta no sentido da transversalidade multidisciplinar no desenvolvimento da competência linguístico-comunicativa, didactologicamente ancorada nos princípios da educação multicultural, da integração e da didáctica específica das línguas (L2).

Nesta perspectiva, o Quadro Europeu Comum de Referência para as Línguas (QECR) propõe no capítulo 8 a diversificação linguística no âmbito do currículo. Na abordagem inicial, refere o seguinte:

A competência plurilingue e pluricultural é a capacidade para utilizar as línguas na interacção cultural, na qual o indivíduo, na sua qualidade de actor cultural, possui proficiência em várias línguas, em diferentes níveis, bem como experiência de várias culturas. Considera-se que não se trata da sobreposição ou da justaposição de competências distintas, mas sim de uma competência complexa ou até compósita à qual o utilizador pode recorrer. (QECR 2001: 231)

O artigo apresentado foca alguns aspectos que cremos deverão ser o ponto de partida para que o professor possa construir, neste contexto específico, o processo de ensino e aprendizagem da língua portuguesa (L2) aos alunos e alunas que, por razões várias, aqui se encontram e que necessitam aprendê-la.

O quadro a seguir apresentado mostra-nos as escolas do ensino básico e secundário que no seu seio acolheram alunos de diversas nacionalidades e etnias.

*Quadro 1* – Número de alunos de Português Língua Não Materna (PLNM) nas Escolas Básicas e Secundárias do Distrito de Castelo Branco (2009/2010)

<i>Escolas / Agrupamentos de Escolas</i>	<i>Número de alunos (PLNM)</i>	
	<i>Ensino Básico (1º ao 9º ano de escolaridade)</i>	<i>Ens. Secundário (10º/11º/ 12º anos de escolaridade)</i>
EPC CA Externato “Capitão Santiago de Carvalho” – Alpedrinha, Fundão	2	0
Agr. Escolas de Idanha-a-Nova	6	0
Agr. Escolas Verde Horizonte – Mação	3	0
Agr. Escolas da Sertã	11	0
Esc. EB3/S Quinta das Palmeiras – Covilhã	0	1
Agr. Escolas de Pêro da Covilhã	15	-
Agr. Escolas Cidade de Castelo Branco	12	-

Agr. Escolas A Lã e a Neve – Covilhã	0	-
Esc. ES/3 Frei Heitor Pinto – Covilhã	0	0
Agr. Escolas de Pedro Álvares Cabral	0	0
Agr. Escolas de José Sanches – Alcains	1	0
Esc. ES/3 Fundão	3	3
Agr. Escolas de Proença-a-Nova	2	0
Agr. Escolas de Paúl e Entre Ribeiras	3	0
Agr. Escolas Serra da Gardunha, Fundão	3	0
Agr. Escolas Faria de Vasconcelos – C. Branco	12	0
Agr. Escolas do Concelho de Oleiros (AECO)	1	1
Agr. Escolas Serra da Gardunha, Fundão	3	-
Agr. Escolas de S. Vicente da Beira	1	-
Agr. Escolas de João Franco, Fundão	6	-

Fonte: DREC (Direcção Regional da Educação do Centro), Ministério da Educação

Ora, até há bem pouco tempo a língua estrangeira era aquela que era estudada no ensino formal, imediatamente a seguir à língua materna. Todavia, este conceito vem-se alterando, fruto de variadíssimos factores, nomeadamente de ordem sociopolítica.

Vejamus como num passado ainda recente alguns autores definem língua estrangeira.

Bley-Vroman (1989) refere que a língua estrangeira é uma língua diferente da língua da sociedade onde o indivíduo se insere. Para Klein (1986), esta língua é sempre adquirida através da instrução, não sendo utilizada pelo falante em situações diárias. Em Tomatis (1990) encontramos uma visão algo semelhante à dos autores citados, pois é considerada língua estrangeira a que não é materna. Pensamos poder afirmar que a perspectiva de Leiria (2006) transporta já uma carga histórica associada ao momento que hoje vivemos em Portugal. Esta autora refere-se à língua estrangeira como aquela que, não tendo estatuto sociopolítico dentro de um determinado país, é aprendida por razões várias não constituindo por vezes o meio de comunicação no quotidiano do falante.

De facto, em Portugal o ensino do Português a falantes de outras línguas é hoje uma realidade. Neste trabalho apontamos, de forma algo sumária, alguns aspectos que consideramos fundamentais no âmbito do ensino aprendizagem do Português como língua estrangeira. Acreditamos que a falta de materiais inovadores, a par de metodologias inadequadas aparecem frequentemente relacionadas com o mal-estar docente. Com efeito, os professores perspectivam a renovação pedagógica do seu trabalho limitada pela ausência de materiais didácticos e ainda pelas lacunas existentes ao nível da *praxis*. Daqui resultam atitudes cépticas, cujos constrangimentos podem ser entraves sérios ao ensino-aprendizagem. Também, em nosso entender, existe, actualmente, uma panóplia de livros de literatura infanto-juvenil que nos permite ter em conta factores

associados ao livro, à leitura, ao leitor e aos factores contextuais, que podendo ser uma mais-valia são frequentemente desaproveitados. Assim sendo, ao longo deste texto tentaremos encontrar algumas respostas que, não constituindo soluções rápidas, podem ajudar num caminho que se faz caminhando.

### **1. Literacia e Leitura**

O ensino do Português como língua estrangeira não pode alhear-se de práticas culturais de há alguns anos a esta parte, exigindo uma profunda reflexão. Tavares (2007: 44), ao referir-se ao vocábulo *literacia* como o tratamento cognitivo do quotidiano, estabelece algumas diferenças entre cenários de alfabetização e de literacia.

Neste enquadramento, a autora vai muito além do manual e do livro como mediadores da prática pedagógica num passado ainda pouco remoto. Com efeito, centra-se em suportes como os documentos autênticos, o ecrã do computador, o próprio mundo e, concomitantemente, o sujeito que aprende. Quanto às operações no âmbito da aprendizagem, ultrapassa a simples linearização e decifração, apontando caminhos de deslinearização, associação, relação, contextualização e sintetização. Continuando a basearmo-nos na mesma autora, privilegiamos no ensino do Português como língua estrangeira os modelos onomasiológicos, onde os conhecimentos do leitor e as suas experiências do mundo detêm uma importância crucial. De facto, como referimos anteriormente, a literacia exige o tratamento cognitivo do quotidiano, “o que implica o tratamento da multimodalidade, da simultaneidade, da complexidade” (Tavares 2007: 44).

Retomando o modelo supracitado, não se nos afigura difícil estabelecer pontes com a aprendizagem da leitura. Lembramos Umberto Eco (2003) que vê no acto de leitura uma transacção entre as competências do leitor e o próprio texto. Aqui, neste cruzamento, se inserem todas as vivências experienciais de cada leitor.

### **2. Literatura Infantil e Medidores**

Se o ensino da língua estrangeira deve privilegiar documentos autênticos, como afirmámos, e se na óptica da aprendizagem da leitura se reconhece a importância da interacção do sujeito com o texto, a partilha da memória colectiva e cultural unifica, como diz Nobile (1992: 19-20), uma comunidade projectando-a no futuro. Deste modo, os sujeitos que aprendem o Português podem, assim, evocar experiências do passado, reproduzindo igualmente a sua experiência de leitores.



Acreditamos que os textos de potencial recepção infantil permitem à criança que chega a Portugal familiarizá-la com ferramentas comunicativas capazes de darem sentido às suas experiências pessoais e colectivas.

Todas as culturas do mundo têm no conto infantil a sua expressão mais ou menos representativa. Neste cenário, a criança que aprende a língua estrangeira, ao ter acesso a actos de linguagem marcados pela indirectão e recusa de experiências semióticas já conhecidas e que, como nos diz Azevedo (2003), se sujeita a experiências leitoras no âmbito da literatura infantil, vai certamente adquirindo o capital cultural dos lugares onde, a pouco e pouco, se vai inserindo e acomodando.

Mediante o exposto, urge falar da formação de mediadores que Cerrillo (2004) caracteriza idealmente como sujeitos informados, cultos, tolerantes, capazes de guiarem o olhar das crianças através da cultura do material impresso e dos valores que esse material exhibe, deixando que os primeiros receptores daqueles textos construam individual e socialmente os seus significados.

Rematamos com a opinião de Jacqueline Held (1987: 183) quando nos diz que através da escolha das obras de recepção infantil o mediador deve ser capaz de emancipar o imaginário das crianças permitindo-lhes, ainda, o reencontro com o lúdico e com todos os aspectos criativos que a linguagem tem para nos oferecer.

Neste âmbito, as aulas devem constituir-se como momentos de fruição e prazer, onde os sujeitos aprendentes construam aprendizagens significativas em verdadeiros ambientes de ensino-aprendizagem. Então, quais as questões que o professor deverá ter em conta quando planifica uma aula de língua estrangeira? Vejamos as que encontramos em Escobar (2004: 9):

- Será que o tema da tarefa e da actividade gera um interesse real nos alunos?
- A tarefa tem um propósito extralinguístico, percebido pelos alunos, que lhes desperte a necessidade de expressar significados próprios?
- A tarefa está devidamente contextualizada no conjunto das actividades que têm lugar na sala de aula?
- As orientações que o professor dá incitam os aprendentes a centrarem-se na eficácia da transmissão da mensagem como principal critério de sucesso?
- A tarefa facilita um discurso autêntico comparável ao gerado numa situação semelhante fora da sala de aula?

Tendo em conta o QECR (2001: 136), um texto é definido como qualquer referência discursiva, oral ou escrita, que os utilizadores/aprendentes recebem, produzem ou trocam. No caso das obras de potencial recepção infantil, adaptadas a um certo nível etário, estas deverão permitir ao aprendente o

desenvolvimento de uma construção mental que possibilite análise, interpretação e, finalmente, produção. Estes textos, ricos em possíveis cenários de desenvolvimento da produção oral, remetem para vários contextos, com várias finalidades, sustentando o que o QECR (2001: 91) espelha em diversas competências:

- ler o texto em voz alta;
- falar com base em notas ou comentar dados visuais (diagramas, imagens, quadros, etc);
- desempenhar um papel estudado;
- falar espontaneamente.

Em simultâneo, o aprendiz vai desenvolvendo competências linguísticas, cognitivas e sociocognitivas e tomando conta de aspectos culturais que podem ou não interferir na sua própria cultura. Do ponto de vista da relação tripartida concepção didáctica / mediação leitora / educação multicultural, todo o processo de criação de ambientes de ensino e aprendizagem se desenvolve a partir da definição de eixos temáticos de abordagem didáctico-cultural e visa:

- a utilização funcional da língua, valorizando a sua dimensão literária;
- o desenvolvimento da consciência crítica a partir da análise de factos e questões da actualidade e da valorização do carácter multimodal da leitura;
- o estabelecimento de pontes e eixos de relação intercultural, valorizando os aspectos da polifuncionalidade textual.

### **3. Nota conclusiva**

Em jeito de conclusão, diremos: que se torna necessário caminhar no sentido de atingir o plurilinguismo, visando o desenvolvimento da aquisição de qualquer língua e a interacção das mesmas numa construção individual da aprendizagem/aquisição linguística; que se deve dar a possibilidade de se aprender a língua estrangeira num modo mais centrado na oralidade, não apenas como estratégia de aquisição mas também como finalidade da própria aprendizagem; que a comunicação em língua estrangeira deve ser a meta global a atingir com diferentes níveis de proficiência, tendo em conta os respectivos anos de escolaridade; que se devem valorizar as interacções orais, espontâneas ou não, mesmo que o discurso não seja correcto; que se deve partir do registo oral para o escrito numa tentativa de caminhar do global para o particular.

Finalizamos o presente artigo, afirmando que no distrito de Castelo Branco se vêm desenvolvendo inúmeros trabalhos de investigação nesta área do conhecimento (ensino-aprendizagem do Português como língua estrangeira) assegurados pelas instituições de ensino superior (Universidade da Beira Interior, Covilhã e Escola Superior de Educação de Castelo Branco) a par de inúmeras acções de formação nas escolas e bibliotecas do distrito, em busca de

um compromisso com os factores relativos à inovação no ensino-aprendizagem, na senda da tolerância e da integração, em escolas que cremos serem cada vez mais coloridas.

### Referências Bibliográficas

- Azevedo, Fernando José Fraga de (2003): “A criança, a Língua e o Texto Literário. Uma simbiose imprescindível para a consecução de um projecto educativo”. In: Azevedo, Fernando (coord.): *A criança, a língua e o texto literário: da investigação às práticas, Actas do I Encontro Internacional*. Braga: Universidade do Minho: 8-11.
- Bley-Vroman, Robert (1989): “What is the logical problem of foreign language learning?”. In: Gass, Suzan; Schater, J. (eds.): *Linguistic Perspectives on Second Language Acquisition*. Cambridge: Cambridge University Press: 41-68.
- Cerrillo, Pedro (2004): “O Papel do Mediador na Formación Lectora”. In: *Boletín Galego de Literatura* 32 (2): 15-31.
- Eco, Umberto (2003): *Sobre literatura*. Lisboa: Difel.
- Escobar, Cristina (2004): “Para Aprender a hablar hay que querer decir algo”. In: *Glosas Didácticas* 12, Otoño 2004. Internet. Disponível em [www.um.es/glosasdidacticas/doc-es/GD12/05escobar.pdf](http://www.um.es/glosasdidacticas/doc-es/GD12/05escobar.pdf) (consultado em 10/01/2010).
- Held, Jacqueline (1987): *Los Niños y la Literatura Fantástica. Función y Poder de lo Imaginário*. Barcelona, Buenos Aires, México: Paidós.
- Klein, Wolfgang (1986): *Second Language Acquisition*. Cambridge: Cambridge University Press.
- Leiria, Maria Isabel (2006): *Léxico, Aquisição e Ensino do Português Europeu Língua não Materna*. Lisboa: Fundação para a Ciência e Tecnologia, Fundação Calouste Gulbenkian.
- Nobile, Angelo (1992): *Literatura infantil y juvenil. La infancia y sus libros en la civilización tecnológica*. Madrid: Ministério de Educación y Ciencia, Ediciones Morata.
- QECR (2001): *Quadro Europeu Comum de Referência para as Línguas. Aprendizagem, Avaliação*. Lisboa: Edições ASA.
- Richards, Jack; Rodgers, Theodore (2001): *Approaches and Methods in Language Teaching*. Cambridge: Cambridge Language Teaching Library.
- Tavares, Clara Ferrão (2007): *Didáctica do Português: Língua Materna e Não Materna - No Ensino Básico*. Porto: Porto Editora.
- Tomatis, Alfred (1990): *Nous sommes tous nés polyglottes*. Paris: Ediciones Fixot.



## **Escola e Leitura: transversalidade e interacção**

*Maria da Graça Sardinha*  
Universidade da Beira Interior  
mggds@ubi.pt

*João Machado*  
Instituto Politécnico de Castelo Branco  
joao.machado@ipcb.pt

### **0. Introdução**

Neste artigo, defendemos o desenvolvimento da capacidade leitora dos sujeitos, numa escola em mudança, capaz de caminhar para a transversalidade. Entendemos que o modelo apresentado por Carneiro (2001: 130), chamado “*modelo zap*” se enquadra num encadeamento disciplinar já ultrapassado, com

[...] Francês das oito às nove, Português das nove às dez, Ciências das dez às onze – não tem nada a ver com a complexidade e a globalização da vida real, onde tudo se joga ao mesmo tempo e onde se exigem competências de síntese para interpretar os problemas e descodificar as soluções.

Efectivamente, este paradigma encontra-se actualmente desadequado, não podendo continuar a fazer parte de uma escola que já não se pretende estática, mas sim pluridimensional e multidimensional. Ora, tais entendimentos podem constituir guias úteis para um ensino mais colectivo, sem compartimentações, onde se poderão englobar projectos comuns. Mas, trabalhar em conjunto, enquadrado no perfil de escola atrás referido, não se limita a construir relações e decisões colectivas.

O ideal seria [pois] que todos os professores, pelo menos de um determinado ciclo, constituíssem entre si verdadeiras redes de intercomunicação – intra e interescolar – e se apoiassem mutuamente na reflexão, diálogo, debate e troca de opiniões, experiências, ansiedades... com o fim de melhorar as suas práticas pedagógicas e didácticas. (Couto 2006: 251)

Nesta linha, defendemos, ainda assim, o sentido da transversalidade apoiado na língua, quer como pólo diversificador, quer como unificador. Em contexto escolar, a língua emerge como um eixo a partir do qual e para o qual convergem as mais diversas aprendizagens, já que, diz-nos Baptista (2003: 417), baseando-se em Silva (1987), “a educação linguística e literária constitui [...] a insubstituível base sinérgica de todas as aprendizagens sapienciais e do seu desenvolvimento ontogénico”.

Aliás, as directrizes emanadas do Ministério de Educação vêm preconizando as aprendizagens significativas de qualquer sujeito, visando a construção do conhecimento num *continuum* e como um todo, desde que inicia a escolaridade. Veja-se, a propósito, a seguinte citação:

[...] estas ideias são reforçadas nos “Princípios Orientadores da Acção Pedagógica no 1º Ciclo” (Ministério da Educação, 1998: 29-31), ao enunciar que todas as experiências de aprendizagem devem ser activas, significativas, diversificadas, integradas e socializadoras [...] (Couto 2006: 251)

Assim sendo, é nossa convicção que as práticas de leitura devem ser entendidas numa óptica de transversalidade, desde que os sujeitos iniciam a sua aprendizagem formal.

O que é a leitura, os modos de a integrar, na escola, como cerne de todo o conhecimento, dão corpo ao texto que se apresenta.

### **1. Horizontes de leitura**

Sabemos hoje que a leitura é um processo de construção pessoal implicado na formação do indivíduo enquanto sujeito activo e interventivo na sociedade a que pertence. Ora, muito se tem falado sobre leitura, e sobre as práticas a ela associadas, uma vez que esta contribui de forma decisiva para a literacia das populações e, concomitantemente, para o desenvolvimento cultural de qualquer país. Todavia, a leitura como processo labiríntico, de construção individual, é também uma actividade construtiva e solitária, como nos diz Scholes (1989). cremos, pois, que aponta para práticas que requerem introspecção, o que leva certos investigadores a alcunhar de *estranhos* os leitores de livros, pelo silêncio de que, normalmente, se rodeiam, pela capacidade de abstracção que demonstram durante o processo de leitura e pelo semblante que, por vezes, os livros lhes fazem assumir. Aliás a citação de Manguel ilustra na perfeição a solidão exigida ao sujeito leitor:

Preguiçoso, pretensioso, fraco, pedante, elitista – eis alguns dos epítetos que acabaram por se associar ao intelectual com a cabeça nas nuvens, ao leitor míope, ao rato de biblioteca, ao cretino. Enterrado em livros, isolado do mundo dos factos e da realidade, sentindo-se superior aos que desconhecem as palavras albergadas entre capas poeirentas, o leitor de óculos, que julgava saber o que Deus, na Sua sabedoria tinha escondido, era considerado um tolo e os óculos tornaram-se um símbolo de arrogância intelectual. (1998: 296)

Porém, esta visão de leitura como acto solitário não dispensa o papel da escola, uma vez que é aí que a leitura formalmente se inicia. Nessa perspectiva, Sardinha (2008: 78) refere que se torna “[...] fundamental que ao aluno leitor seja proporcionado o desenvolvimento das suas capacidades cognitivas, linguísticas e culturais alicerçadas no mundo dos afectos, cujo cofre apenas ele poderá abrir”, para, a partir daí, conseguir “o desvendar do dito e do não dito que compõem a mensagem transportada pelo texto.”

Para a autora, “através da leitura e da livre escolha daquilo que se lê, se constrói o conhecimento e, ao mesmo tempo, se desenvolve a identidade pessoal e social de cada um de nós” (Sardinha 2008: 80), tão indispensáveis à sociedade do momento. Com efeito, a necessidade de uma sociedade educativa remete para um conceito de educação ao longo da vida, visualizando-se as práticas sistemáticas de leitura como algo fundamental e natural a todo o ser humano.

Cabe, assim, à escola utilizar uma panóplia de textos, que ajudem a formar leitores com uma alargada enciclopédia mental, informados e cultos, competentes e interventivos, capazes de se empenharem, respondendo às necessidades da comunidade a que pertencem. Para Azevedo,

De facto, aprender e saber exercitar competências leitoras garante aos seus detentores a posse de uma chave capaz de os auxiliar na descoberta de domínios maravilhosos onde poderão beneficiar de mais fecundas viagens e encontros. A leitura, tratando-se de textos literários, desafia o seu leitor a preencher aquilo que explicitamente não é dito, mas prometido, permitindo-lhe tornar-se, ele próprio, um co-construtor dos significados textuais. Concretizada pela imaginação, o leitor pode, graças à exercitação dessa actividade, descobrir outras experiências, outros valores e outros mundos. (2007: 149)

Mas, relembramos que o cenário escolar não pode ser o único detentor de tal responsabilidade. Acreditamos que a escola deve motivar os sujeitos que a frequentam a fazerem da leitura um projecto de vida, uma vez que, neste início do século XXI, não é possível a qualquer sujeito alhear-se das práticas de literacia, de forma sistemática, sem se arriscar a cair num certo ostracismo

social. E é esta atitude perante a leitura, sistemática e sistematizada, rica e variada, que fará nascer o leitor proficiente. Aliás, para o mesmo autor,

Ler, na acepção de compreender e interpretar os significados textuais, manifestando capacidades para efectuar leituras que não se reduzam exclusivamente a comportamentos interpretativos de tipo ingénuo ou de tipo gastronómico [...], é assim uma actividade cujos benefícios em termos culturais, cognitivos e linguísticos (Huck, Hepler e Hickman, 1993) fazem dela um exercício que se deseja efectivo e realizável em múltiplos contextos, incluindo o escolar, mas não se reduzindo exclusivamente a este. (Azevedo 2007: 151)

Independentemente do tipo de leitor que se vai desenvolvendo, este aborda o texto, e mais concretamente o livro, consoante os seus afectos, as suas emoções, pois quando vemos alguém ler, não sabemos os motivos ou razões justificativas pelos quais dedica o seu tempo ao livro, já que há tantas motivações quantos indivíduos ou situações de leitura. Com efeito, sempre houve quem se dedicasse à leitura para desenvolver a inteligência, pois, na senda de Eco (2004), o pensamento desenvolve-se através de leituras várias, transformando todo o teatro do mundo num teatro linguístico que, ao mesmo tempo, consegue extrair da linguagem todo o poder comunicativo.

Tratando-se de uma actividade complexa, como já afirmámos, esta depende de múltiplas facetas, exercitando várias capacidades e aptidões do ser humano. Nesta perspectiva, engloba simultaneamente processos neuro-fisiológicos, cognitivos, afectivos, argumentativos e simbólicos.

Retomando o nosso raciocínio inicial, ao defendermos a leitura como actos de fala que implicam o sentir pessoal de cada um, remetemos, assim, para um cenário com um leitor que consegue “o infinito dos sentidos que o autor introduziu no texto”, ou “o infinito dos sentidos que o autor ignorou ou não tomou em conta [...]” (Eco 2004: 28-29).

Efectivamente, revemo-nos em Manguel, no sentimento de que a leitura é um acto individual, pessoal, que exige, em simultâneo, uma postura activa. Deste modo, à medida que o sujeito vai processando o texto, vai-lhe atribuindo significado(s), graças ao seu passado experiencial, que lhe permite accionar os seus conhecimentos prévios e estabelecer uma relação compreensiva com a informação nova.

[...] um acto de expressão de um sentido total implicando todo o ser do falante – cuja compreensão implica infinitamente mais do que um mero reconhecimento de palavras. [...] Seguindo o texto, o leitor articula o seu sentido através de um método emaranhado de significações aprendidas, convenções sociais, leituras prévias, experiência pessoal e gostos próprios. (Manguel 1998: 49)



Mas, a leitura, enquanto criação de significados do texto lido, não é feita ao sabor do acaso, pois como diz Sardinha (2007: 4):

Ao leitor cabe abordar o texto com as suas estruturas cognitivas, linguísticas, culturais e afectivas... respeitando, obviamente, os limites impostos pelo senso comum e as convenções gramaticais. Se a leitura fosse interpretada como simples decodificação, o texto não passaria de uma apreensão sucessiva de frases à espera de ser desvendado.

Esta problemática já tinha sido abordada por Eco, em *Os limites da interpretação*, quando se refere à liberdade do leitor dentro de certos parâmetros:

[...] dentro da fronteira de uma certa língua, há um sentido literal dos termos lexicais, que é o referido em primeiro lugar pelos dicionários, ou seja, o que o homem da rua definiria antes de qualquer outro quando lhe perguntassem o que significa uma determinada palavra. [...] Todo e qualquer acto de liberdade do leitor só pode vir depois e não antes da aplicação dessa restrição. (2004: 12)

Todavia, tais limites não podem ser impeditivos do despertar de emoções e sentimentos: é imperativo que o sujeito leitor se deixe comover pela beleza e harmonia do escrito. Assim, seduzidos pela experiência estética de algumas obras, relêem com frequência os chamados “clássicos”, por neles, a cada leitura, encontrarem novos motivos de júbilo.

A leitura tem duas faces e orienta-se para duas direcções distintas, uma das quais visa a fonte e contexto original dos sinais que se decifram, baseando-se a outra na situação textual da pessoa que procede à leitura. Pelo facto de a leitura constituir sempre matéria de, pelo menos dois tempos, dois locais e duas consciências, a interpretação mantém-se infinitamente fascinante, difícil e essencial. (Scholes 1989: 23)

E é aqui, nesta interacção, que o leitor vai buscar a informação que transforma posteriormente (ou não) em conhecimento.

## **2. Competência linguística e transversalidade**

O enriquecimento linguístico (domínio da linguagem e das suas criações), bem como a descoberta constante da expressividade da linguagem e das suas ilimitadas capacidades metafóricas e simbólicas, motivam os leitores que sentem a leitura como instrumento poderoso e incontornável da comunicação humana. O leque de aprendizagens vai do léxico à expressão dos próprios sentimentos, passando pela argumentação, pela compreensão, pela explicação e pela liberdade

de pensamento. O desenvolvimento dessas capacidades leva a uma melhor expressão escrita e oral, permitindo uma comunicação e argumentação mais claras e correctas, ajudando o sujeito a fundamentar, de maneira mais coerente, os seus pontos de vista e as suas ideias. Deste modo, teremos cidadãos mais participativos, mais maduros e mais livres, no seu convívio quotidiano com os outros membros da sociedade, cidadãos com uma linguagem de indagação e de transformação de si próprios e do Mundo: “El que tiene lenguaje ‘tiene’ el mundo” (Gadamer 1977: 543) e, tal como disse Heidegger, a língua é algo fundamental na vida do Homem; ela é a “Casa do Ser” (Couto 2006: 246).

Voltando ao contexto escolar, no que concerne ao ensino/aprendizagem da leitura, encontramos hoje no seio de mudanças que urgem estratégias diversificadas e metodologias adequadas, como inicialmente afirmámos. Reiteramos, novamente, as práticas de leitura, sistemáticas e sistematizadas, em suportes variados, mas numa perspectiva transversal a todas as áreas do currículo, fomentando e potenciando um desempenho linguístico que levem os indivíduos a

[...] descobrir constantemente a expressividade da linguagem, as suas ilimitadas capacidades metafóricas e simbólicas, num processo de auto-alimentação constante [pois,] quanto maior é a quantidade de leituras, maior é a capacidade de compreensão e mais apetrechada se mostra a capacidade crítico hermenêutica. (Martins 2007:125)

Com efeito, não podemos dissociar a aprendizagem da língua da aprendizagem da leitura, pois ambas se complementam e se potenciam, como, aliás, já afirmámos. Afirmou George Steiner (2003) que a leitura torna as pessoas melhores, enquanto sujeitos mais aptos para a utilização da linguagem, mais capazes de compreender o que nos cerca, mais aptos para viver de forme interventiva na sociedade do momento, e mais apetrechados para exercer plenamente a sua cidadania.

Creemos que a escola deste limiar do século XXI já entendeu a mensagem: é necessário exercitar a leitura através de planos adequados e motivadores, onde a língua materna possa despoletar o mote da transversalidade que se pretende e que de acordo com Neves e Sá (2005) se prende com uma dupla realidade Veja-se, a propósito, a seguinte citação:

i) o facto de todas as disciplinas poderem contribuir para um melhor domínio da LM, pois, em todas elas, esta é um instrumento de aprendizagem; (ii) o facto de o processo de ensino-aprendizagem da LM contribuir para o desenvolvimento de competências que os alunos poderão pôr ao serviço da aprendizagem doutras disciplinas do currículo e que serão essenciais para a sua formação geral”. (Couto 2006: 247)

**Em conclusão...**

No início do nosso texto, embora defendendo a leitura como um acto solitário, integramos o seu ensino/aprendizagem em projectos transversais a todas as áreas do currículo, atribuindo-lhe um cunho (quase) omnipresente. Porém, este paradigma exige a constante adequação da escola. Ora, como qualquer empreendimento humano, o ensino não é estático, como temos vindo a afirmar. O processo de educação das gerações futuras está em desenvolvimento, em conjunto com a sociedade, como um todo. A mudança que se vem observando na escola parte de um diálogo cada vez mais aberto e eficaz. Longe vai o tempo em que o docente trabalhava de forma isolada, sem se preocupar, nem com o crescimento dos seus alunos num continuum, nem com o seu próprio crescimento enquanto sujeito moldável, crítico e sempre actualizado. Dizem-nos Hargreaves, Earl e Ryan (2001) que a implementação de novos métodos (como a aprendizagem cooperativa) terá, a curto prazo, um grande impacto, criando maior adesão entre todos os interessados. Com efeito, existem hoje estratégias de ensino que podem funcionar como estímulos tentadores para a mudança. Todavia, o corolário, no estilo e nas estratégias de ensino, não pode ser desenvolvido sem mudanças paralelas como as disciplinas e a organização disciplinar que sustentam os padrões tradicionais de ensino e o tornam tão difícil de mudar. Urge, assim, como defende Couto (2006), criar na escola um clima promotor da (inter)transdisciplinaridade, para que se articulem todos os saberes, o que levará os alunos a ver a escola como um espaço harmonioso, articulado, estruturado e estruturante, e não como o resultado do somatório de várias disciplinas isoladas e estanques.

**Referências Bibliográficas**

- Aguiar e Silva, Vítor (1987): “Língua materna e sucesso educativo”. In: *Diacrítica* 3-4, 1988-1989, Universidade do Minho.
- Azevedo, Fernando (2007): “Construir e consolidar comunidades leitoras em contexto não escolar”. In: Azevedo, Fernando (coord.): *Formar Leitores – Das teorias às práticas*. Lousã: Lidel.
- Baptista, Fernando (2003): *Tributo à Madre Língua*. Coimbra: Pé de página Editores.
- Carneiro, Roberto (2001): *Fundamentos da educação e da aprendizagem*. 21 ensaios para o século XXI. Vila Nova de Gaia: Fundação Manuel Leão.

- Couto, José (2006): “Explorando as potencialidades da língua e da literatura infantil e juvenil – Vivenciar a língua: a literatura infanto-juvenil e as expressões artísticas”. In: Azevedo, Fernando (coord.): *Língua materna e literatura infantil*. Lousã: Lidel.
- Eco, Umberto (2004): *Os Limites da interpretação*. Tradução de José Colaço Barreiros. 2.<sup>a</sup> Edição. Algés: Difel.
- Gadamer, Hans-George (1977): *Verdad y Método, Fundamentos de una hermenéutica filosófica*. Salamanca: Ediciones Sígueme.
- Hargreaves, A., Earl, L. e Ryan, J. (2001): *Educação para a mudança: reinventar a escola para os jovens adolescentes*. Porto: Porto Editora.
- Manguel, Alberto (1998): *Uma história de Leitura*. Tradução de Ana Saldanha. Lisboa: Editorial Presença.
- Martins, J. Cândido (2007): “Elogio do livro e da leitura em tempo de crise”. In: Ferreira e Pereira (coord.): *Ofícios do livro*. Maia: Universidade de Aveiro.
- Neves, Rómulo e Sá, Cristina Manuela (2005): “Compreender e operacionalizar a transversalidade da língua materna na prática docente”. In: *Palavras 27*: 21-30.
- Sardinha, Maria da Graça (2007): “Formas de ler: ontem e hoje”. In: Azevedo, Fernando (coord.): *Formar Leitores – Das teorias às práticas*. Lousã: Lidel.
- (2008): “A leitura e a construção da identidade”. In: Pereira e Sardinha (coord.): *Bibliotecas e literacia*. Covilhã: Universidade da Beira Interior.
- Scholes, Robert (1989): *Protocolos de leitura*. Lisboa: Edições 70.
- Steiner, George (2003): “O leitor incomum”. In: *Paixão Intacta*. Lisboa: Relógio d'Água.

***VARIA***



## RECENSÃO

### *Paraíso Revisitado – Roteiro Poético Alfacinha e Duriense* de José Eduardo Rodrigues

*Henriqueta Maria Gonçalves*

A projecção do mundo exterior no interior do poeta desencadeia uma atitude de criação literária com características próprias que designamos por lírica e que na maior parte dos casos é expressa em forma de poesia. Laurent Jenny em “O poético e o narrativo» afirma: “[o poema] encontra por vezes as *histórias* do mundo, – eco ensurdecido, quase inaudível, propagado pela metonímia. Murmúrio longínquo onde se distinguem por vezes fragmentos de narrativas perdidas. Mas se o poema se recorda delas, não se perde nessa recordação. O seu propósito obstinado reside mais na confrontação inacabável do ser das palavras e do ser do ser – metáfora ainda” (Jenny 1982: 109).

Na apreensão subjectiva do mundo domina o factor intuitivo, concebido como uma forma de conhecimento por união: da emoção e do intelecto e essa interiorização do real pressupõe a utilização de determinados recursos técnico-formais como a imagem, o símbolo, a metáfora, pela sua grande capacidade de sugestão e evocação, ou a adopção de uma formulação anti-discursiva: as ideias não se formulam por sintagmas completos, mas apresentam-se muitas vezes por manchas. Mikel Dufrenne associa de forma interessante a poesia à língua oral: “C’est à cette langue [orale] que le poète a affaire. C’est elle qui est sa matière, et l’écriture n’est pour lui qu’un matériau, un support ou un auxiliaire. Sans doute la poésie sera-t-elle écrite. Dans l’instant de sa création, le poète est devant cette feuille blanche qui va s’animer comme le musicien devant son piano; mais le papier ne lui sert qu’ à fixer des mots qu’il essaie dans son corps, avec sa gorge et son oreille: témoin et mémoire d’un acte qui ne le concerne pas. Certains poètes cependant ont privilégié l’écriture au point de s’en remettre à elle. Et ce n’est pas sans raison que le surréalisme a associé l’automatisme à l’écriture; (...) la poésie est une voix” (Dufrenne 1973: 70-71).

O livro que hoje aqui se apresenta integra-se nesta atitude da criação literária e expressa-se em voz poética.

José Eduardo Rodrigues, pseudónimo literário de José Alves Ribeiro, oferece ao leitor *Paraíso Revisitado – Roteiro Poético Alfacinha e Duriense*, uma publicação de Mil@Editores. Na introdução à obra, o autor apresenta-a como «livrinho de poemas» (p. 15), «anotações poéticas que fui registando ao longo do meu percurso de vida em jeito de diário» (p. 15), esclarecendo que «todos os poemas estão datados e com o registo do local onde cada um teve alguma fonte de inspiração» (p. 15). Estamos, portanto, perante uma apreensão subjectiva do mundo, intuída pelo sujeito poético e da qual resultaram apontamentos escritos que antes de serem escritos foram voz interior.

O «livrinho» apresenta-se dividido em duas partes, Ciclo da terra – roteiro visceral e Ciclo do luar – roteiro sentimental; cada uma das partes está subdividida em capítulos que seguem uma sequência cronológica com indicação do local que terá suscitado o exercício de escrita, o que, de facto, aproxima a obra da diarística. O subtítulo escolhido conexas-se igualmente com esta configuração diarística dado que um Roteiro é uma indicação de um trajecto, de um percurso, de uma rota<sup>1</sup>, no fundo de uma viagem, que o leitor passa a partilhar com o autor. Este Roteiro, descodificando a metáfora, diz o autor, foi um Paraíso que agora autor e leitor podem visitar dado que o autor proporciona ao leitor a entrada numa parcela da intimidade do seu percurso de vida, da sua viagem existencial.

A divisão do livrinho em duas partes distintas permite caracterizar esse percurso sob a alçada de duas componentes determinantes no seu modo de ser sujeito do mundo: a sua umbilical ligação à terra (ciclo da terra) e a sua atracção lunar (ciclo do luar). A primeira considerada como roteiro visceral e a segunda considerada como roteiro sentimental. A terra e o coração sobredeterminam a visão do mundo do sujeito poético, embora a segunda se sobreponha à primeira na medida em que a apreensão da realidade passa pela exuberante sensibilidade do sujeito que capta a realidade e se deixa emocionar por ela. Dito de outro modo, Anteu e Eros indicam o impulso do sujeito lírico no seu (s) roteiro (s). O poema que abre este livro de José Eduardo Rodrigues é ilustrativo desta impossibilidade de separação do que considerou serem dois roteiros: trata-se do poema «Vindima», dedicado a Miguel Torga. Com um ritmo quase inconstantemente binário, a traduzir o compasso dos que esmagam a uva, o poema traduz esse impulso congregado em que Anteu e Eros se enlaçam. No entanto, estas duas forças vitais ganham uma componente apolínea na medida em que o eu social criva este texto, como quase todos, pela acusação de

---

<sup>1</sup> Concretamente, um Roteiro é um livro de bordo em que se consignam todos os pormenores de uma viagem de descoberta, configuração das costas, descrição dos portos e mares, etc. ou um livro que dá indicações sobre as estradas, caminhos, lugares e distâncias de um país e ainda de ruas, etc., de povoação importante.



uma realidade penosa em que é necessário reparar. É neste sentido que a poesia de José Eduardo Rodrigues adquire uma inerente dimensão interventiva:

É o Sol  
e o xisto,  
são as vides, os jeios,  
é o suor e o mosto,  
são os cestos bem cheios  
a pesar no cachaço  
é o lagar lá no alto,  
que é um ventre de Baco,  
a esperar, sensual, pelas pernas da roga,  
é o compasso marcado  
pelo «esquerdo-direito»,  
o «chamador» dá-lhe o jeito de sargento da tropa:  
esquerdo!  
direito!  
um!  
dois!  
amanhã,  
ou depois,  
está finda a vindima...  
esquerdo!  
direito!  
os joelhos ao peito!  
essas pernas, Jequina,  
bem acima e abaixo!  
ah ! meninas, catancho!  
que ele está a pôr-se  
direito!  
um!  
dois...  
... o lagar está «delido»,  
vem a ordem esperada:  
liberdade ! Chegai-vos,  
que o patrão dá dois figos  
e um gole de cachaça,  
concertina, ferrinhos,  
e a festa começa...  
... mas o diabo das pernas,  
é preciso poupá-las,  
amanhã há mais cestos  
e ruins os caminhos...  
...«meias-noites» agri-doces  
de suor e melaço...  
nos tonéis transformada  
esta aspereza em doçura, nos tonéis misturada  
a amargura e o mosto  
e o suor e o xisto  
e a seiva... e o resto...  
são as vides, os jeios,  
os caminhos dobrados,  
as ladeiras nas pernas  
e o Sol no cachaço...  
...só na pausa de um copo  
E que se engana o cansaço!...

Registe-se a construção antitética que alia suor e mosto, suor e melaço, aspereza e doçura, amargura e mosto, «meias-noites» agri-doces, as imagens penosas retidas em «cestos bem cheios/a pesar no cachaço», «o diabo das pernas/é preciso poupá-las/amanhã há mais cestos/e ruins os caminhos», «as ladeiras nas pernas», «o Sol no cachaço» e «só na pausa de um copo/ é que se engana o cansaço!» que traduzem essa dura realidade da vindima duriense. Por outro lado, regista-se no poema a sensualidade transbordante do homem e da mulher que participam na vindima, num tom oralizante que procura ser fiel à fala do mandador: «essas pernas, Jejuina,/bem acima e abaixo!/ah! meninas, catancho!/que ele está a pôr-se/direito!». No poema inicial está também presente uma linha-força que associa as imagens da terra captada à componente folclórica que transparece em muitos textos: a vindima é uma festa acompanhada por sons produzidos por instrumentos da tradição musical genuinamente popular: a concertina e os ferrinhos.<sup>2</sup>

O texto poético ilustra, pois, os eixos em que se alicerçam as captações emocionadas do sujeito lírico em muitos dos poemas que integram a obra.

O ar «coado pelas fragas, pelas águas soltas, livres/pelas serras » constrói o homem transmontano «vertical, inteiro, soberano, mesmo quando esquecido ou segregado» (in «Transmontaníssimo», p. 21) a quem, em tom de lamento interventivo, o poeta faz dizer: «cá resisto».

No poema «Marão Terra – Terra Mãe», a emoção desencadeada pelo espaço é igualmente associada à denúncia social: «Onde o Sol tem mais brilho/e a água é mais pura/há um rol de amargura/sublimada em orgulho»; neste, como noutros poemas, dessa denúncia faz parte a emigração necessária: «onde há sempre um Brasil/onde há sempre uma França/a teimar numa ânsia» (p. 22).

Compreende-se talvez melhor esta associação entre a exaltação de uma natureza grandiosa, que deslumbra o sujeito poético e lhe desencadeia emoções fortes e sensuais, e o olhar da razão crítica e de intervenção humanista no soneto «Douro Mítico», de que transcrevemos a primeira e última estrofes:

Douro terra, calor e doçura  
onde o xisto foi luta e é leiva,  
onde o sol é suor e a seiva  
é melaço e sabor de amargura

Um tesouro sofrido onde o pranto  
é que rasga a raiz-natureza,  
ecoando um fragor deste espanto!

<sup>2</sup> As Rogas eram ranchos de homens e mulheres da Serra Duriense contratados para as vindimas do Douro e cujos alegres cantares têm por instrumental: Bombo / Ferrinhos / Gaita de beços / Viola / Guitarra / Violão / Banjolim / Concertina / Assobio. Informação recolhida em Pequeno Guia para a Recolha de Instrumentos Musicais Populares de Ernesto Veiga de Oliveira (1975).

Num registo desprovido do olhar crítico do sujeito, encontramos notações líricas de uma singeleza excelsa, resultantes da observação deslumbrada da natureza. São disso exemplo os poemas «Melro d'Água», «Libelinha» ou «Mariposa»:

Eis o melro d'água, aí está ele a saltitar,  
irrequieto sobre as poldras das levadas,  
com o seu papinho branco e emproado  
e o penachinho da cauda para o ar,  
é um relance, um capricho de acrobata,  
é um toque tão macio na paisagem,  
é uma incerteza,  
é uma surpresa a esvoaçar...  
É dele esta frescura  
de águas soltas nas cascatas,  
cantarolando mil toadas que ensurdinam  
nos remansos dos açudes e nas charcas  
com a orquestra de rãs em suas crenças...  
É dele a vertigem em corrupio  
e toda a liberdade da distância,  
é dele a nossa ânsia  
é dele o paraíso deste rio!

Libelinha breve,  
luzindo elegância,  
revolteia incerta,  
é um cibinho, um cisco,  
um papel de lustro,  
é uma transparência,  
é uma choina viva,  
cintila na prata  
de água cristalina,  
jogando escondidas  
na verde cortina  
da folhagem fresca,  
fáisca na tarde  
estremecendo a sesta...  
rodopia e segue,  
vai num corrupio  
na curva do rio  
perdi-a de vista...

O Ciclo da Terra – Roteiro Visceral não se ocupa apenas da paisagem física, humana e social na qual o sujeito lírico se vai inserindo, com a qual vai convivendo. Ele é também preenchido por aquilo que designamos por espaço de memória cultural ou, dito de outra forma, pela explicação identitária dos homens e do que envolve a vivência dos homens: mitos, ritos, lendas, presenças marcantes, individuais ou colectivas. Curiosamente, nestes casos são utilizadas formas estróficas populares como a quadra e a quintilha e o verso em redondilha. É o caso do texto «Vilar de Maçada em Roteiro» que refere aspectos ligados

à história da localidade, às famílias ilustres, à gastronomia, a locais de interesse turístico: «És berço dum Cavaleiro/com seu «maço», assim se diz,/ salvou o Mestre de Aviz,/El-rei Dom João Primeiro!». De igual modo surge «Roteiro Duriense»: «Passei nas curvas de Murça,/Terra Quente na verdade,/seja porca ou seja ursa,/aquela «reca» da praça/é um brasão de eternidade» (p. 49) ou «História da nossa terra»: «Aos cavaleiros de Malta/foi Vilar presenteada/e Massada da Terra Santa/passou a ser nomeada» (p. 55).

Na parte 2 – O Ciclo do Luar, encontramos uma subdivisão muito mais extensa, quatro capítulos, o que traduz uma maior heterogeneidade de assuntos que motivaram o impulso criador. Nesta parte, subintitulada de Roteiro Sentimental, o eu lírico exhibe-se de uma forma mais intensa, anota de uma forma menos escondida as suas emoções, tornando-se a poesia mais intimista. Destacaremos o último capítulo – Sensuália, onde a presença da mulher amada é recorrente e onde transborda a sensualidade que desperta no eu poético o devaneio do prazer. Dessa imagem destacam-se os olhos e o olhar, os lábios, a suavidade da pele (intensamente referida), o sorriso, o seio, as ancas, estando sempre associados o físico e o psicológico. A referência à mulher andaluza e a ela inerente a sensualidade desfrutada é recorrente neste conjunto de textos, exortando a mulher a entrar em aventuras de volúpia: «Vem!/vem daí comigo à Andaluzia» (p. 115), «Vem!/ deixa a madrugada respirar/nas narinas abertas», «aperta bem as coxas, pica as esporas,/num roçar sincopado que penetra.../deixa subir por ti essa carícia,/neste trote que é trote/e é galope/e é volúpia...» («Andaluza Fantasia»), «Solta-me essa fantasia,/e deixa a natureza fluir/nos decibéis da vibração,/da sensualidade que te habita/e irradia do teu ser...» («Carrocel», p. 123).

O sorriso do objecto amado é um «sorriso-frescura», «uma vivacidade», uma «garridice contida», «um sol-madrugada», «porta da vida» («Moscatéis fugazes»), ou «leve de seda tão fina/de sol e veludo,/de mel e medronho./baga de azevinho,/um amargo-doce» («Perfil», p. 120) ou o seu sorriso «abre as portas-solidão» («Menina-Mulher», p. 122) e nele «há perfume de poejo» («Eterno Feminino», p. 129).

Dos lábios da mulher diz, por exemplo, em «Carrocel»:

Nos teus lábios  
florece um jardim de framboesas  
e um dia hei-de fazer-me atrevido  
e num «raid» tão fugaz  
como furtivo,  
qual rapaz junto ao quintal com as maçãs,  
hei-de prová-las,  
nem que seja em sonhos...  
quem sabe se não terei grandes surpresas  
e as framboesas

poderão saber a melão, a avelãs,  
ou a medronhos!...

E da sua boca refere que é «carnudinha de morango» («Fofinha Dança», p. 127).

O seu olhar é «um olhar de avelã» («Moscatéis fugazes», p. 117), ou «um olhar doce de mulher-menina» («Perfil», p. 120), os «olhos macios/tropicais», «lagoas de azul» («Relances», p. 124) ou «olhos negros» («Fofinha dança», p. 127) ou «nem eu sei/se são verdes, se castanhos» («Eterno Feminino», p. 129) e a mesma mulher-menina exala uma «fragância fina» («Des-Sensualidade», p. 114) e a sua pele é «macia» («Des-Sensualidade», p. 114), ou «Tua pele é veludo, é uma seda/é uma sede, uma alga, uma água/onde o lume ainda mais se incendeia...» («Desejo», p. 121) ou «na tua pele tão suave, pesseguinha» («Fofinha dança», p. 127)

Estamos perante uma exuberante sensualidade que o eu lírico destaca e que o faz criar imagens de uma grande beleza, associadas a elementos da natureza com uma carga simbólica de matriz erótica como a avelã, o mel, o medronho, a baga do azevinho, a alga, o bálsamo, a framboesa, a maçã, a flor de urgueira, a hortelã, o poejo, o linho.

Não admira, pois, que que no poema «Desejo» se interrogue: «quando posso provar do teu vinho/que a um tempo embriaga e acalma?» (p. 121).

Nos poemas contidos em *Paraíso Revisitado* ecoam diluídas as histórias do mundo de vivências do seu criador à medida a que as foi vivendo, nessa sequência temporal e situação geográfica que tanto aproximam o livro do diário. Como salienta Octávio Paz, o poema fornece ao leitor um conjunto de imagens mentais através da sua matéria verbal e através desse conjunto de imagens o sujeito poético arrasta o leitor para a viagem do ser.

### Referências Bibliográficas

Dufrenne, Mikel (1973): *Le poétique*. Paris: PUF.

Jenny, Laurent (1982): *O discurso da poesia*. Trad. de *Poétique* n.º 28. Coimbra: Almedina.

Rodrigues, José Eduardo (2010): *Paraíso Revisitado – Roteiro Poético Alfacinha e Duriense*. Vila Real: Mil@Editores.



## RECENSÃO

### *Ruivo-Tomate* de Rita Pinho Matos

Henriqueta Maria Gonçalves

*Dans l'instant de sa création, le poète est devant cette feuille blanche qui va s'animer comme le musicien devant son piano; mais le papier ne lui sert qu' à fixer des mots qu'il essaie dans son corps, avec sa gorge et son oreille: témoin et mémoire d'un acte qui ne le concerne pas.*

(Dufrenne 1973: 70-71)

Rita Pinho de Matos apresenta ao leitor um conjunto de poemas a que dá o título de *Ruivo-Tomate*.

Faro, o grande Demiurgo, senhor das águas e do verbo, na altura da reorganização do mundo que levou a cabo, fecundou as mulheres com tomates, e as mulheres continuam, como recompensa, a oferecer periodicamente este fruto a esta divindade. O sumo do tomate é recolhido, como o sangue das vítimas sacrificadas, pelo seu mensageiro, a andorinha: ela leva para o céu sangue e sumo fecundantes, que voltarão a descer sobre a terra em forma de chuva (considerando a simbólica dos Bambara) (cf. Chevalier e Gheerbrant 1994).

O ruivo é uma cor que se situa entre o vermelho e o ocre: um vermelho terra. Faz lembrar o fogo, a chama, e daí a expressão ruivo ardente. Evoca o fogo infernal devorador, os delírios da luxúria, a paixão do desejo, o calor de baixo, que consomem o ser físico e espiritual.

Ao surgir no título da obra como palavra justaposta convoca um sentido que se oferece como primeiro indicador de leitura: a fecundação do verbo pela chama devoradora da paixão que consome o ser.

Retirado do título do décimo-sétimo poema, obriga à leitura atenta e correlativa do poema:

Vem mergulhar comigo  
Numa espuma de morangos  
Ruivo-tomate.

Vem inalar bolas de açúcar em sabão  
Escarlate.

Vem sorver as ondas deste doce mar salgado  
Anil

Traz laranjas  
 E vem brindar.  
 Incendiar a paz com fósforos de gomos  
 E círios de gás.

Vem ferver.

O poema constrói-se sob o paradigma da interpelação auxiliada pelo modo verbal imperativo perifrástico: «vem mergulhar [...] Vem inalar [...] Vem sorver [...] vem brindar [...] (vem incendiar) [...] Vem ferver» que ocorre de forma gradativa em termos de intensidade de sensações – mergulhar, inalar, sorver, brindar, incendiar, ferver. O sujeito interpelado é, em nosso entender, o próprio sujeito da enunciação lírica que assim se desafia a si próprio a encarar a sua relação com a vida de forma a colher dela o prazer, mesmo quando a situação exterior não se oferece tão positiva. Repare-se na centralidade do paradoxo no verso: «Vem sorver as ondas deste doce mar salgado» que traduz o optimismo do sujeito lírico. Na primeira estrofe, o Ruivo-Tomate surge enunciado de forma ambígua pela ausência de pontuação, permitindo uma espécie de desdobramento do eu: «Vem mergulhar comigo/Numa espuma de morangos/Ruivo-tomate». De igual modo se incita o Ruivo-tomate a uma espécie de fuga ao *modus vivendi* do homem comum na medida em que se incita ao mergulho numa espuma de morangos, cuja carga simbólica traduz essa vivência em que se esquece o mundo dos homens comuns. A construção imagética da penúltima estrofe reforça o sentido de fecundidade que se deseja para a proposta de vivência do sujeito da enunciação lírica: «Traz laranjas/E vem brindar./Incendiar a paz com fósforos de gomos»<sup>1</sup>.

De facto, Rita Pinho de Matos apresenta em *Ruivo-Tomate* um excesso de sensações traduzidas por uma imagética exuberante, surpreendente e nova.

O leitor percorre os poemas sentindo a necessidade de mergulhar no contemporaníssimo mundo de vivências que envolveram o(s) momento(s) da criação.

Na dedicatória, dois grupos são definidos: a família e os amigos e as suas «estrelas de papel» e «todos os outros astros daquele céu de cereja». Dito de outra forma, o mundo de vivência íntima e o mundo exterior de referências vivenciais, ambos constituindo o seu «céu de cereja».

A cereja parece constituir-se como outro pólo congregador de sentidos a par do tomate que faz parte do título. Estabelecida como símbolo da vocação guerreira do Samurai japonês e do destino para o qual se prepara, ela assume-se

<sup>1</sup> A laranja é, como todos os frutos com muitos caroços, símbolo de fecundidade.



como símbolo da devoção das suas vidas, mas também da procura do invisível pela via interior.

O conjunto de poemas apresentado tem como eixo congregador a problemática intimista como forma de exercício de um auto-conhecimento que é também uma tentativa de auto e hetero-aceitação, desejo de afirmação do eu ao outro. Apenas um reduzido número de poemas foge a esta dimensão dialogante do sujeito consigo próprio. Quando tal acontece, no andamento final do conjunto, regista-se uma projecção do eu-social não conformista e distanciado como ocorre nos poemas «Perfume social» ou «Passerelle».

O poema de abertura, «Óculos Vermelho-Sangue», apresenta o sentir como forma privilegiada de conhecimento do real, ocorrendo na estrutura central do poema a subversão da fórmula cartesiana «Penso, logo existo»: «O meu mundo é o que me permito ver./Tocar./E o que vejo é o que me deixo sentir/Sinto./ «Logo existo...»», deixando pressupor uma atitude sensacionista e também epicurista herdadas provavelmente da leitura de um certo Ricardo Reis pessoano: «Há um certo real que se revela/Sob lençóis lácteos/Indiferentes à erosão das horas.». Esta linha de sentido vem-se a confirmar na sequência dos poemas e é reiterada no poema final da obra, «Fluir»:

Debaixo deste céu de cereja  
O limite é a eternidade  
Do segundo seguinte.

Não há freios  
Nem memória  
Nem idade.

Persegue-se apenas o agora  
Urge, pois, «colher o dia»  
Na incerteza do depois,  
Missão efervescente  
Na taça do instante.

Não há leis  
Nem preconceitos  
Nem laços.  
Só abraços  
(Ténues)  
Cravos  
Pombas  
E uma chuva de rebuçados de anis.

O fim:  
Fluir...

O segundo poema da colectânea, adoptando uma lógica proposicional consecutiva, assume uma feição explicativa para justificar uma postura de desafio à norma instituída que assim se assume como extensão do sintagma

universal criado no poema inicial, em oposição à fórmula de Descartes: «Norma, ordem, sistema./Todos me sugerem perfeição./E nenhum deles combina comigo./Porque/Como disse e sei/Gosto de existir fora do mundo/De dançar na ponte que nos separa. [...] Não quero ser matéria morta./E por isso não há regras/Leis/Para os meus estímulos./Ou então a regra/É rejeitar/Imposições...».

A partir desta nota explicativa, o leitor depara-se com um conjunto de textos em que o eu confirma a busca do auto-conhecimento, encontrando exercícios sucessivos de desdobramento do eu como forma de se conhecer a si mesmo: «Procuro-me/Todos os dias.» (Procura-se), «Os meus fantasmas querem mais... [...] Vou deitá-los lado a lado,/Conversar com eles.» (Fantasmas), «Hoje quero.../Exalar-me de mim./Olhar-me/E ver-me,/Nua.» (Hoje), «E só agora entendo:/Nunca me soube sentar ao lado» (Carrossel).

É neste exercício de auto-conhecimento que ocorre a recuperação da infância perdida que a memória do eu reabilita nesse exercício de *rewind* introspectivo:

No meu jardim  
Havia um baloiço  
Uma estrela dourada de oito pontas  
...Que agarrava com estes dois alicates  
Quando queria fazer o pino para a Lua.

Na minha praia  
Havia uma calçada  
Tecida com búzios e quimeras  
Onde assava os pés descalços  
Ao bater da sondas.

No meu teatro havia um ponto...  
Uma voz que me lembrava dos perigos  
De olhar para trás.

Perdi o jardim.  
Aluguei a praia.  
Vendi o teatro.

Em troca deste-me um comando...  
Assim posso regressar  
Sempre que quiser.

*Rewind.*

A experiência amorosa, a essência do amor, os encontros, os desencontros, surge no fluir contínuo da conversa do eu consigo mesmo, integrada no mesmo exercício de busca. No poema «Teu», por exemplo, recorrendo à construção metafórica servida pelo verbo declarativo, qual reminiscência camoniana no plano da expressão formal como do tópico explícito do amor como letal veneno,

o eu saltita da perspectiva conceptual para a experiência pessoal, num vaivém contínuo para se fixar na experiência pessoal ainda no domínio do sentir:

O amor é uma fralda.  
Coisa venal  
Descartável.  
O teu amor...  
Cruel necessidade  
Fugaz  
Frouxa  
Fiel  
Tua.

O amor é um cancro.  
Coisa maligna...  
O teu amor.  
Espalha-se em mim  
Consome-me,  
Letal...  
...Veneno que me aniquila ao segundo,  
Pó puro sem aditivo,  
O amor é uma droga.

O teu amor é uma droga  
Que ainda ninguém inventou.  
Injecto-lhe música  
Anestesia-a com dança.

Em vão:  
O teu amor é um radar  
...Capta a febre dos meus sentidos.

Do encontro com o amor parte o sujeito poético para o encontro com a vida em sentido geral, para o encontro com o mundo, com o outro, com os referentes da(s) viagem(s), sem nunca deixar de adoptar uma atitude dialógica, cujo centro polarizador é o garbo narcisista do eu, excepção feita a um maior apagamento do eu no poema «Perfume Social»: «Tina (das 14 às 15)», «Desconexo», «I Rest my Case», «Asterriscar», são ilustração do que consideramos. Sirva-nos de exemplo o poema «Asterriscar»:

A vida resume-se a um asterisco.

Vago  
Torpe

Um vil  
E confortável  
Asterisco.  
A vida.

Feita de redefinições indefinidas  
E re-definições  
Nebulosas

Intermitências subliminares  
Gargalhadas entrecortadas  
As vidas.

De cada vez que invento  
Fujo  
Mudo  
Tudo o que faço é desenhar  
Asteriscos.

Risco asteriscos  
Num oceano de constelações  
Onde o meu fado está já escrito.

Então...  
Para quê pintar?  
No princípio  
E no fim  
Era o verbo

Asterriscar.

A criação do neologismo final instaura explicitamente a ambiguidade adivinhada no primeiro verso da antepenúltima estrofe: «Risco asteriscos». Interessante é o exercício metalinguístico na comunicação literária proposta pelo poema. Asterisco, sinónimo de estrelinha, é utilizado como sinal de pontuação, melhor será dizer sinal tipográfico, remissivo de uma nota explicativa de fim de página ou de capítulo, de um verbete ou para indicar a omissão de um nome próprio que não se deseja mencionar; no entanto, a comunicação dos media, sobretudo a praticada pela população mais jovem, vulgarizou este sinal como símbolo do beijo. Tal alargamento semântico possibilita um exercício onde a ambiguidade se enlaça com o lúdico e permite ao leitor um leque interpretativo de maior alcance.

Mas o texto que talvez melhor traduza este andamento da colectânea seja o poema «Um Elogio da Loucura», o mais extenso dos textos reunidos em *Ruivo-Tomate*. Apelando ao ensaio humanista de Erasmo de Roterdão *Elogio da Loucura*, o eu afirma a sua forma de estar na vida e a afirmação consciente de que «Viver é isso mesmo/Um exercício constante de loucura/ Inconsciente.», apesar dos «risos/Jocosos/Dos que calculam».

O poema «Corre para a Lua», adoptando uma estruturação sintagmática próxima da lengalenga, instaura um diálogo intertextual que importa considerar para podermos compreender a global aproximação da autora do ideário romântico e situarmos os seus textos num certo neo-romantismo que parece caracterizar alguma da produção contemporânea. Vejamos o que diz o poema:

«Corre para a Lua...»,  
Segredou-lhe o mago  
E ela voou,  
Mesmo sem ter asas.

«Corre para a aula.»  
Disse a mãe.  
E ela, devota, correu;  
Tropeçou no toque de entrada.

«Corre para o quadro!»,  
Mandou o professor.  
E ela, premente, saltou,  
Por entre crateras de lápis de cera,  
Lava de tinta-da-china.

«Corre para o comboio!»,  
Gritou-lhe o relógio.  
E ela, fiel, fugiu  
Com destino a casa.

«Corre para o quarto!»,  
Ordenou-lhe a Razão.  
E ela escondeu-se...  
Era verão na concha.

«Corre para mim...»,  
Sussurrou-lhe Heathcliff,  
E Cathy quis correr,  
Mas esbarrou de novo no mago.  
«Corre para a Lua!»

«A Lua diz-me que toquei o Sol.»  
«Não. Tu és o Sol. Agora, corre para a Lua.»

A referência a Cathy – Catherine Earnshaw – e a Heathcliff, remetendo o leitor para o romance *Wuthering Heights* (*O Morro dos Ventos Uivantes*) da escritora e poetisa inglesa Emily Brontë, aproximam o eu do arquétipo do herói byroniano e da tensão entre o apolíneo e o lunar que os românticos colocaram nos seus textos.

E se, neste poema, a aproximação parece situar a filiação, no poema seguinte, o leitor confirma a identificação com o desafio de um certo Ícaro, referido de forma implícita na primeira estrofe do poema a que acabámos de nos referir – E ela voou,/mesmo sem ter asas – que, como o leitor sabe, se construiu como mito paradigmático do escritor romântico.

De facto, em «Estrelas de Papel», refere os seus mitos de que se sente órfã, também eles seres rebeldes, adoptando uma postura de marginalidade e, de certa forma, proscritos: Michael Hutchence, vocalista da banda de rock-pop INXS, suicidou-se em 1997 por enforcamento, Jim Morrison, vocalista do «The Doors», morto aos vinte e sete anos, provavelmente por overdose, Kurt Cobain,

vocalista e guitarrista da banda Nirvana, também morto de overdose em 1994, Jeff Buckley, cantor, compositor e guitarrista, referido pela autora pelos seus *blues*, morre por afogamento em 1997, Janis Joplin, referida por uma das suas composições talvez mais conhecidas, *Mercedes Benz*, da autoria do poeta Michael McCure, inicialmente vocalista da banda «Big Brother and The Holding Company» e depois actuando a solo, morre também de overdose, e finalmente Michael Jackson:

Órfã dos meus mitos  
Sinto um impulso para escrever...

São de papel as minhas estrelas.  
Vidas com luz própria  
E no rastro...  
Um prazo para brilhar.

Desatino  
Michael Hutchence falhou a promessa:  
Não vejo vinho a correr nas minhas lágrimas...

Jim Morrison diz ter asas nos ombros.  
Rasgam-nas golpes de especulação  
(Cose-nas novelos de idolatria inflamada.)

Kurt Cobain perguntava-se  
Para que precisávamos de actos...  
Quando tínhamos palavras.  
Aqui  
No «Plateau» do limbo  
Só conhecemos uma:  
Descrença...

Jeff Buckley achava que o Céu era uma lixeira  
Espero que...  
Aí onde estás  
Os sinos da aurora toquem os teus *blues*.

No seu Mercedes-Benz  
Janis Joplin sintonizou a auto-estrada da amargura...

Michael Jackson queria curar o mundo  
Fazer dele um lugar melhor.  
Nunca estivemos tão longe da tua Terra do Nunca...

Sinto um impulso para escrever...  
Jazem vivas no papel as minhas estrelas...  
Lírios na cauda de um piano  
Colhidos pela tempestade  
No pico da montanha da ventura...

Doce alegria...  
... os mitos não morrem.

Como mostra M. Brown (1978) em «The pre-romantic discovery of concousness», a origem do Romantismo está numa diferente visão do mundo, determinada por condicionantes sociais, científicas, filosóficas e políticas, que, desde os finais do século XVIII, fazem modificar a forma como o homem faz a leitura do que o envolve. O conhecimento da realidade deixa de ser prioritariamente feito pela actividade do raciocínio, isto é, através da implicação directa da razão, para passar a ser feito por meio da intuição, ou seja, implicando uma aceitação da diferença entre o «eu» e o mundo e uma consequente leitura com base na proposição de sentimentos.

A arte romântica é uma expressão de sentimentos do «eu», através da qual o «eu» regista a diferença e pela afirmação da qual o artista desafia a norma instituída e afirma uma ruptura com a visão do mundo estabelecida.

A maior parte dos estudiosos do Romantismo em Portugal regista a continuidade (a palavra é de Claudio Guillén) do Romantismo ou de certos estigmas do Romantismo. Carlos Reis e Maria da Natividade Pires, em *História crítica da literatura portuguesa – O Romantismo*, registam:

O Romantismo deixou sementes que, com formas e tempos diversos, acabaram por frutificar. Não significa isto que o Romantismo aceite uma caracterização periodológica transhistórica; significa, isso sim, que no neo-garrettismo de Alberto de Oliveira e António Nobre, no Decadentismo finissecular e num poeta como Gomes Leal, mesmo no chamado segundo Modernismo da Presença ou no movimento surrealista, certos comportamentos ou a afirmação de determinados valores – de índole esteticista ou de feição nacionalista, de teor individualista ou anti-burguês – são tributários ainda de uma dinâmica romântica. Uma dinâmica que, em Portugal como noutros espaços culturais, se traduziu em diversidade e em constante pendor para a auto-superação. (Reis e Pires 1999: 18)

Da mesma forma, Jacinto do Prado Coelho formula em sintagma interrogativo: “Não foi preciso esperar pelos fins do século XIX ou até pelo século XX para assistir, na literatura portuguesa, a mais estremes manifestações de romantismo, em poetas como António Nobre e Pascoaes, em ficcionistas como Raul Brandão ou Agustina Bessa-Luís?” (Coelho 1977: 27-28).

Álvaro Manuel Machado, adoptando uma perspectiva comparativista, assegura em *As origens do Romantismo em Portugal*:

Tivemos [...] que esperar pela Geração de 70, por um certo decadentismo, pelo simbolismo e até pelo modernismo de Orpheu (Pessoa fala pela primeira vez em Portugal de Coleridge) para recuperar um pré-romantismo e um romantismo europeus complexos que culturalmente nunca soubemos em profundidade assimilar, desenvolver e tornar nossos. (Machado 1985: 19)

Gerald Graff em «The myth of the postmodern breakthrough» considera que o pós-modernismo tem de ser visto como um ponto de chegada quer do Romantismo quer do Modernismo, não havendo rupturas que os separem: “postmodernism should be seen not as a break with romantic assumptions but rather as a logical culmination of the premises of these earlier movements [romantic and modernist traditions]” (Graff 1979: 32).

*Ruivo-Tomate* reúne um conjunto de textos em que parecem ter continuidade alguns tópicos românticos. Só o futuro da obra da autora nos poderá levar a uma atitude de consistente sistematização interpretativa. Por agora, resta-nos felicitá-la pelo que nos oferece e dizer-lhe que ficaremos no “«Plateau» do limbo”, aguardando o seu “impulso para escrever” a coberto do seu “céu de cereja” e debaixo de “uma chuva de rebuçados de anis” que os seus poemas nos oferecem.

### Referências Bibliográficas

- Brown, M. (1978): «The pre-romantic discovery of concousness». In: *Studies in Romanticism* 17: 387-412.
- Chevalier, Jean e Gheerbrant, Alain (1994): *Dicionário dos Símbolos*. Lisboa: Teorema.
- Coelho, Jacinto do Prado (1977): *Originalidade da literatura portuguesa*. Lisboa: Instituto de Cultura Portuguesa, Biblioteca Breve.
- Dufrenne, Mikel (1973): *Le poétique*. Paris: PUF.
- Graff, Gerald (1979): «The myth of the postmodern breakthrough». In: *Literature against itself: literary ideas on modern society*. Chicago & London: The University of Chicago Press.
- Machado, Álvaro Manuel (1985): *As origens do Romantismo em Portugal*. 2.<sup>a</sup> ed. Lisboa: Instituto de Cultura Portuguesa, Biblioteca Breve.
- Matos, Rita Pinho (2010): *Ruivo-Tomate*. World Art Friends.
- Reis, Carlos e Pires, Maria da Natividade (1999): *História crítica da literatura portuguesa - o Romantismo*. Vol. V, 2.<sup>a</sup> ed. Lisboa: Ed. Verbo.